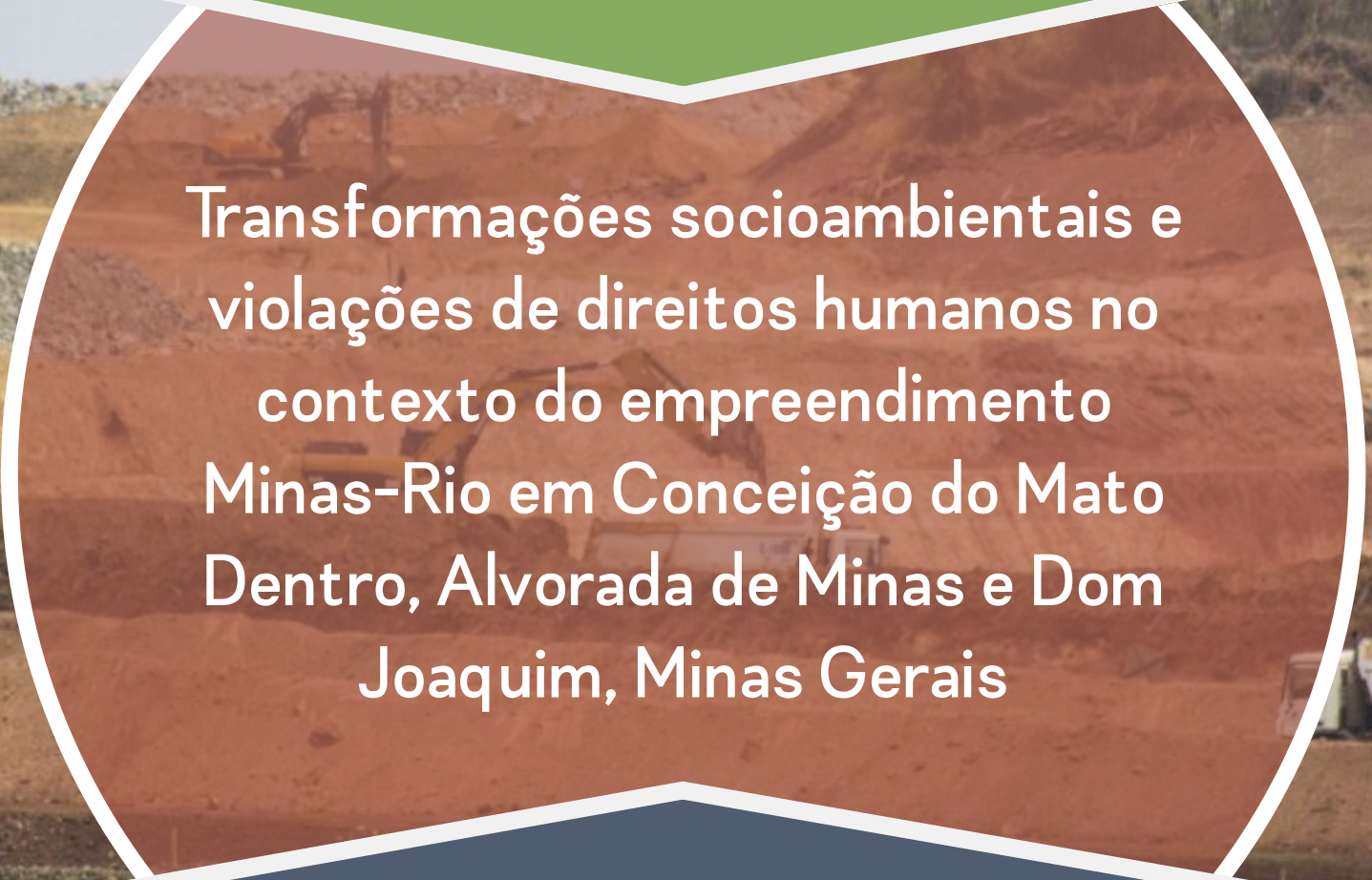


Estudo Preliminar



Transformações socioambientais e violações de direitos humanos no contexto do empreendimento Minas-Rio em Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim, Minas Gerais

Outubro de 2018

Estudo Preliminar

Transformações socioambientais e
violações de direitos humanos no
contexto do empreendimento
Minas-Rio em Conceição do Mato
Dentro, Alvorada de Minas e Dom
Joaquim, Minas Gerais

Outubro de 2018

Estudo Preliminar

Transformações socioambientais e violações de direitos humanos no contexto do empreendimento Minas-Rio em Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim, Minas Gerais

Realização

Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTA/UFMG)

Grupo de Pesquisa Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS)

Coletivo Margarida Alves de Assessoria Popular

Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM)

Rede de Articulação e Justiça Ambiental dos/as Atingidos/as do Projeto Minas-Rio da Anglo American (REAJA)

Apoio

Projetos Alternativos Comunitários (PACS)

Cáritas Brasileira

Programa de Apoio a Projetos da Região Central - PROAP

Ministério Público do Estado de Minas Gerais - MPMG

Projeto gráfico e diagramação

Raul Gondim

Corpo técnico

Coordenação

Ana Flávia Moreira Santos é Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ e Professora Adjunta do Departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais. É Co-Coordenadora do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais - GESTA/UFMG. Foi Assessora Especial de Laudos Antropológicos da Associação Brasileira de Antropologia - ABA, na gestão 2014-2016. Compõe o Comitê de Trabalho sobre Laudos Antropológicos da atual gestão da ABA. Trabalhou como Analista Pericial em Antropologia do Ministério Público Federal, entre os anos de 1997 e 2010.

Bruno Milanez é doutor em Política Ambiental (Lincoln University, Nova Zelândia), mestre em Engenharia Urbana (Universidade Federal de São Carlos) e bacharel em Engenharia de Produção (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Tem experiência em pesquisa em Saúde Ambiental (Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, 2007-2009) e Economia Ambiental (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2009-2010). Desde 2010 é professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), atuando na graduação em Engenharia de Produção e na pós-graduação em Geografia. Coordena o Grupo de Pesquisa Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS), tendo sido responsável pelos projetos “Rede Global do Minério de Ferro: o exercício do poder corporativo no Brasil” e “Redes Globais de Produção e conflitos socioambientais na indústria extrativa de minério de ferro: uma avaliação a partir do estado de Minas Gerais”, que receberam auxílio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG. Possui cerca de 35 artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais que tratam de assuntos como política ambiental, estratégias de empresas mineradoras, capacidade ambiental, conflitos ambientais, economia ambiental e licenciamento ambiental.

Pesquisadores/as

Carlos Henrique Mesquita do Prado é graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e também bolsista de extensão do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG).

Clarissa Godinho Prates é graduada em Ciências Socioambientais e Mestre no Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade Estadual de Montes Claros. (PPSAT-UFMG/UNIMONTES). É pesquisadora do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG).

Fernando Salum Alvares da Luz é graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais e Mestre pela Pós-Graduação em Cultura e Territorialidade da Universidade Federal Fluminense (PPCULT-UFF).

Larissa Pirchiner de Oliveira Vieira é mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais (NPGAU/UFMG) e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense (UFF), na linha de pesquisa de Conflitos Socioambientais, rurais e urbanos. É também associada fundadora do Coletivo Margarida Alves de Assessoria Popular, onde atua como advogada popular.

Lívia Ferraz da Costa Duarte é graduada em Ciências Socioambientais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Participou, como bolsista de iniciação científica, do Projeto “Poder, território e conflito: processos de territorialização e mineração em Conceição do Mato Dentro (MG)”, realizada no âmbito do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG).

Luciana Costa Leite é graduada em Antropologia com habilitação em Antropologia Social, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É pesquisadora do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG).

Luiz Jardim Wanderley é geógrafo e Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGG/UFRJ). Professor do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ-FFP). Integrante do Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS).

Maria Júlia Gomes Andrade é Mestre em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF); graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); trabalhou como pesquisadora da ONG de Direitos Humanos Justiça Global, na área de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DESCA); compõe a coordenação nacional do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM).

Maria Letícia de Alvarenga Carvalho é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É também colaboradora do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG).

Mariana Prandini Assis é associada fundadora do Coletivo Margarida Alves de Assessoria Popular, onde atua como advogada popular, e cientista política. Possui Mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais e *MPhil* em Política pela *New School for Social Research*, onde está concluindo o *PhD* na mesma área. Foi pesquisadora visitante da *School of Regulation and Global Governance (RegNet)* da *Australian National University* e integra o *Translocal Law Research Collective*.

Marina de Oliveira Penido é graduada em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É também mestre e atualmente doutoranda em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Tádzio Peters Coelho é pesquisador do Grupo de Pesquisa e Extensão Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS) e do Centro Ignácio Rangel de Estudos do Desenvolvimento. É também doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Sumário

Introdução.....	16
-----------------	----

O empreendimento Minas-Rio e o cenário global da produção de commodities minerais	17
---	----

Estrutura do Estudo e Metodologia.....	20
--	----

Parte I

O projeto de extensão da Mina do Sapo: Etapa 3 do empreendimento Minas-Rio: análises preliminares do EIA/RIMA.....	24
--	----

Capítulo 1: análise preliminar do volume I do EIA	24
---	----

1.1. Estimativa de vida útil	24
------------------------------------	----

1.2. Desconsideração de comunidades à jusante da barragem	25
---	----

1.3. Indisponibilidade de material adequado para barragem e inconsistência nas previsões de alteamento.....	27
---	----

Capítulo 2: as comunidades atingidas no EIA/RIMA: classificações espaciais, metodologia de pesquisa e diagnóstico socioeconômico	28
--	----

2.1. Áreas de Estudo.....	29
---------------------------	----

2.2. Produção de dados relativos às “comunidades focais”	39
--	----

2.3. Considerações acerca do diagnóstico socioeconômico das “comunidades focais”	47
2.4. Considerações sobre o “Diagnóstico socioeconômico da Área Diretamente Afetada (ADA)”	53

Capítulo 3: as comunidades tradicionais e o patrimônio imaterial no EIA/RIMA... 58

3.1. Análise do subitem “3.2 – comunidades tradicionais”	59
3.2. Análise do subitem “3.4.4.5 – Patrimônio cultural de natureza imaterial”	77

Capítulo 4: análise preliminar do volume 5 do EIA/RIMA: classificações espaciais, metodologia de pesquisa e diagnóstico socioeconômico.....98

4.1. Considerações preliminares sobre a análise de impacto ambiental do Projeto de Extensão da Mina do Sapo	98
4.2. Ausência de avaliação dos impactos da desmobilização de trabalhadores	106
4.3. Desconsideração do aumento da violência	109

Parte II

Estrutura produtiva e perfil técnico racial de comunidades atingidas pelo empreendimento Minas-Rio..... 112

Capítulo 5: estrutura produtiva em Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim 112 |

Capítulo 6: perfil étnico racial de comunidades afetadas pelo empreendimento – indícios de racismo ambiental 123 |

Parte III

Situações vivenciadas por algumas das comunidades atingidas pelo empreendimento Minas-Rio..... 128

Capítulo 7: histórico de ocupação e caracterização da região 132

7.1. Histórico de ocupação 133

7.2. Caracterização da região e comunidades rurais do entorno do empreendimento Minas-Rio ... 134

7.3. Movimentos de Roça e o sistema de produção 135

Capítulo 8: a situação das comunidades no entorno do empreendimento Minas-Rio: Turco e Cabeceira do Turco, Gondó e Beco 138

8.1. Comunidades do Turco e Cabeceira do Turco..... 138

8.2. Comunidade do Beco 146

8.3. Comunidade do Gondó 153

Capítulo 9: comunidades a jusante da barragem de rejeitos 162

9.1. Comunidade Passa Sete 163

9.2. Comunidade Água Quente 182

9.3. São José do Jassém 208

9.4. Conclusões preliminares da Parte III 229

Parte IV

Violações de Direitos Humanos pelo Estado e pela Mineradora Anglo American no contexto do empreendimento Minas-Rio em Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim..... 233

Capítulo 10: rol preliminar de alguns dos Direitos Humanos violados.....233

- 10.1. Direito ao acesso à água potável e de qualidade.....234
- 10.2. Direito à educação, saúde, alimentação, trabalho e lazer.....246
- 10.3. Direitos das mulheres.....249
- 10.4. Direito ao acesso à informação e à participação popular.....252
- 10.5. Direito à reunião, à liberdade de manifestação, expressão e organização.....254
- 10.6. Outros direitos violados e necessidade de reparação.....256

Parte V

Síntese conclusiva 258

- Introdução..... 258
- 1. Aspectos gerais 259
- 2. Inconsistências na informação relativa ao alteamento e à estrutura da barragem de rejeitos 259
- 3. Inconsistências conceituais, metodológicas e analíticas do Diagnóstico Socioeconômico260

4. Tratamento dado às comunidades tradicionais no diagnóstico socioeconômico e cultural.....	280
5. Tratamento dado ao Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial no diagnóstico socioeconômico e cultural	284
6. Transformações, violações e impactos socioambientais engendrados pelo empreendimento Minas-Rio.....	287
7. A insuficiência do Estudo de Impacto Ambiental Projeto de Extensão da Mina do Sapo em face da Resolução CONAMA 01/86	292
8. Considerações Finais.....	300
Proposição de ações	303

Referências bibliográficas.....304

Textos analíticos	304
Documentos (ofícios, memorandos, pareceres, relatórios)	313
Notícias e reportagens.....	323

Índice de imagens

Figuras

Figura 01: Layout da barragem de rejeitos disponível no EIA.....	26
Figura 02: Forma de Queijo de madeira (Comunidade Passa Sete)	92
Figura 03: Forma de Queijo de plástico utilizada por produtor (Comunidade Passa Sete).....	92
Figura 04: Coalho utilizado na produção do queijo (Comunidade de Passa Sete).....	92
Figura 05: Processo de produção do queijo (Comunidade Água Quente)	92
Figura 06: Distrito de Santo Antônio do Norte, Conceição do Mato Dentro.	95
Figura 07: Camiseta utilizada por lideranças comunitárias e locais	130
Figura 08: Vista para a comunidade do Turco e Cabeceira do Turco	139
Figura 09: Aparelho colocado pela empresa para medir os tremores da trepidação causada pelo funcionamento do mineroduto.....	142
Figura 10: Caminho por onde passa o mineroduto na Comunidade do Turco	142
Figura 11: Córrego contaminado na divisa da comunidade do Turco e Água Quente	143
Figura 12: Segundo o morador, local onde está localizada a plantação era o local onde passava o Córrego Cipó.	144
Figura 13: Água contaminada do Córrego Cipó	144
Figura 14: Parte do córrego que secou, onde os animais utilizavam para beber água	145
Figura 15: Parte do córrego que secou, onde os animais utilizavam para beber água	145
Figura 16: Local onde se encontrava uma nascente.....	146
Figura 17: Área, seca, do remanso formado pela nascente retratada na sequência, antes utilizado ...	148
Figura 18: Vista panorâmica da área de uma nascente que secou na comunidade do Beco....	148
Figura 19: Bambuzal ao lado da plantação	150
Figura 20: Canavial seco.....	150
Figura 21: A altura da pessoa que aparece na figura corresponde à altura que a água alcançava.	151

Figura 22: Engenho inativo. Novembro de 2016.	151
Figura 23: O tamanho diminuto das jabuticabas é atribuído pelos moradores à escassez de água ...	152
Figura 24: Nuvem de poeira após as detonações do empreendimento.....	155
Figura 25: Nuvem de poeira no Gondó.....	155
Figura 26: Poeira na cozinha de uma residência do Gondó.....	156
Figura 27: Poeira sobre a cadeira de uma casa do Gondó.	156
Figura 28: Rachadura surgida em uma casa do Gondó, após o início das detonações.....	157
Figura 29: Placa da mineradora alertando sobre o risco de projeção de fragmentos.....	157
Figura 30: Máquina do empreendimento na vertente oeste da Serra da Ferrugem, próximo a uma nascente que abastece a comunidade	157
Figura 31: Córrego em que o entrevistado buscava água está seco.	158
Figura 32: Galões de água para coletar água até a casa do entrevistado.	158
Figura 33: Carreamento de sólido oriundo da Anglo American soterrando o tanque de peixe da propriedade.....	162
Figura 34: Cachoeira antes do empreendimento	169
Figura 35: Mesma Cachoeira Passa Sete	170
Figura 36: Moradora da comunidade Passa Sete regando plantas em seu quintal.....	171
Figura 37: Moradora da comunidade Passa Sete lavando roupa.....	176
Figura 38: Local em que as mulheres da parte de cima de Água Quente lavavam as suas roupas no córrego Passa Sete.....	190
Figura 39: Local onde as mulheres da parte de baixo da comunidade de Água Quente lavavam as roupas no córrego Passa Sete	191
Figura 40: A Lapa, local onde os moradores de Água Quente iam nadar	191
Figura 41: Imagem da mortandade de peixes ocorrida em 25/08/2017 no córrego Passa Sete.....	193
Figura 42: Bebedouro de boi construído por um morador após as suas criações adoecerem ao beberem da água do rio.....	194
Figura 43: Sirene instalada pelo Anglo American na comunidade de Água Quente	198
Figura 44: Doença de pele após o consumo da água da caixa d'água	205
Figura 45: Vista do alto da Igreja – Jassém e Pompéu.....	210

Figura 46: Cruz de Pedro Sem na comunidade do Jassém.....	211
Figura 47: Igreja Imaculada Conceição	212
Figura 48: Fazenda com criação de gado próxima a comunidade do Jassém	215
Figura 49: Placas da Anglo American nos terrenos antes utilizados pelos	218
Figura 50: Aspecto da água do córrego São José	222
Figura 51: Área de plantação de uma moradora do Jassém, onde o brejo secou.....	224
Figura 52: Rego onde passava água próximo a um brejo em rancho de morador do Jassém	225
Figura 53: Reunião entre moradores do Jassém e Anglo American para discussão sobre a barragem de rejeitos	228

Gráficos

Gráfico 01: Minério de Ferro Preço Mensal – Dólares americanos por tonelada métrica seca .	18
Gráfico 02: Minério de Ferro Preço Mensal – Dólares americanos por tonelada métrica seca .	18
Gráfico 03: Histograma de mão de obra previsto para a etapa de implantação do Projeto de Extensão da Mina do Sapo.....	107
Gráfico 04: População ocupada, Conceição do Mato Dentro	108
Gráfico 05: Evolução do registro de crimes violentos, Conceição do Mato Dentro.....	109
Gráfico 06: Taxa mediana (por 100 mil habitantes) de crimes violentos, por ano, município e área de influência da mineração 2008-2014.....	110
Gráfico 07: Evolução do registro de crimes violentos por cem mil habitantes – Alvorada de Minas	110
Gráfico 08: Evolução do registro de crimes violentos por cem mil habitantes – Dom Joaquim	111
Gráfico 09: PIB por atividade econômica (%) – Conceição do Mato Dentro 2014	113
Gráfico 10: PIB por atividade econômica (%) – Alvorada de Minas 2014	113
Gráfico 11: PIB por atividade econômica (em mil reais) – Dom Joaquim 2014.....	114
Gráfico 12: Milho – área plantada em hectares	115
Gráfico 13: Mandioca – quantidade produzida em toneladas	115
Gráfico 14: Mandioca – área plantada em hectares	116

Gráfico 15: Arroz – quantidade produzida em toneladas	116
Gráfico 16: Arroz – área plantada em hectares.....	117
Gráfico 17: Banana – quantidade produzida em toneladas	117
Gráfico 18: Banana – área destinada à colheita em hectares	118
Gráfico 19: Café – quantidade produzida em toneladas.....	118
Gráfico 20: Café – área destinada à colheita em hectares.....	119
Gráfico 21: Feijão – quantidade produzida em toneladas.....	119
Gráfico 22: Feijão – área plantada em hectares.....	120
Gráfico 23: Laranja – quantidade produzida em toneladas	120
Gráfico 24: Laranja – área destinada à colheita em hectares	121
Gráfico 25: Produção agrícola familiar nos 3 municípios em 2016 (%).....	121

Mapas

Mapa 01: Localização das Comunidades Quilombolas da AER.....	65
Mapa 02: Mapa de localização dos produtores de Queijo do Serro de Modo Artesanal	88
Mapa 03: Comparativo entre os mapeamentos apresentados pelo EIA/Volume IV e pelo Diagnóstico dos Produtores de Queijo Minas Artesanal da região do Serro do SEBRAE	89
Mapa 04: Modelo Digital de Elevação (MDE) da área das comunidades a jusante da Barragem da mineradora Anglo American – (MG).....	164
Mapa 05: Divisões administrativas do Jassém.....	210

Tabelas

Tabela 01: Síntese das comunidades quilombolas identificadas na Área de Estudo Regional	63
Tabela 02: População por Definição de Cor/Raça nos Setores Censitários no Entorno do Complexo Minerário Minas-Rio (2010).....	127
Tabela 03: Tabela elaborada pelos moradores do Gondó, informando as nascentes que se encontram nos terrenos adquiridos pela Anglo American, e as que já apresentam vazão reduzida.....	159

Introdução

O presente Estudo Preliminar, *Transformações Socioambientais e Violações de Direitos Humanos no Contexto do Empreendimento Minas-Rio em Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim, Minas Gerais*, foi coordenado pela Doutora Ana Flávia Santos, professora de Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais, co-coordenadora do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG), e pelo Doutor Bruno Milanez, Professor de Engenharia da Universidade Federal de Juiz de Fora e coordenador do Grupo de Pesquisa Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS). Participaram de sua elaboração treze pesquisadores ao todo, de distintas áreas do conhecimento, vinculados a diversas instituições e universidades.

O Estudo foi encomendado pela Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social (CIMOS) do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), no intuito de subsidiar a atuação do órgão no caso do empreendimento Minas-Rio, em especial no atual licenciamento de sua expansão. O Estudo surge, portanto, do reconhecimento de que o empreendimento Minas-Rio, complexo minerário situado em Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim, vem causando significativos impactos ambientais, sociais e econômicos na região, tendo deflagrado, ao longo dos dez anos que compreendem seu licenciamento, instalação e operação, um dos maiores conflitos ambientais do Estado de Minas Gerais¹. Neste período, inúmeras foram as denúncias de violações de direitos, bem como as reivindicações pelo reconhecimento dos efeitos decorrentes do empreendimento, das perdas e danos impostos às coletividades da região. A luta das comunidades atingidas pelo empreendimento Minas-Rio em busca do reconhecimento de sua própria condição de afetadas pela mineração indica que o estabelecimento e fiscalização de medidas mitigadoras e compensatórias, expressas em condicionantes do licenciamento e em termos de acordo, não têm dado conta da complexidade e intensidade desses impactos.

1 Para um histórico do licenciamento ambiental, ver GESTA/UFMG, 2018.

As transformações deflagradas com o avanço da mineração na região, longe de trazerem a prometida melhoria na qualidade de vida, intensificam a desigualdade e a injustiça - de caráter, também, racista - da distribuição dos danos sociais, culturais e ambientais gerados pela grande mineração, resultante da indignação nos grupos atingidos e na sociedade brasileira. Os efeitos de megaempreendimentos minerários vêm dando origem a conflitos cada vez mais intensos e gerando cenários de resistências por parte das comunidades. A proposta de expansão do empreendimento Minas-Rio - que ocorre em um cenário de pós-*boom* das *commodities* minerais-, é marcado, no Brasil, por um ainda não equacionado desastre.

O empreendimento Minas-Rio e o cenário global da produção de commodities minerais

É preciso contextualizar o Brasil na rede global das *commodities*, pois, se por um lado o país é colocado como um dos maiores exportadores de minérios do mundo, por outro está também no *ranking* dos mais violentos e dos que mais abriga conflitos ambientais.

Nessa senda, observa-se que a situação de alta histórica nos níveis dos preços das *commodities*, em particular dos minerais, caracterizou o fenômeno conhecido como *boom* das *commodities*. A elevação dos preços teria sido causada pela crescente demanda de países centrais e emergentes por matérias-primas, em particular a China, acrescida de uma forte especulação financeira (WANDERLEY, 2017). Como efeito desse processo, durante o período de 2003 a 2011 as exportações minerais no Brasil passaram de 5% para 14,5% da pauta exportadora nacional (MANSUR et. al, 2015). Várias reservas minerais, que antes não tinham atratividade econômica por conta do baixo teor de minério e dos altos investimentos exigidos, se tornaram economicamente viáveis. Foi nesse contexto de crescimento nos preços, inclusive do minério de ferro, que se deu o planejamento e o início da implantação do Projeto Minas-Rio, pela MMX. As reservas encontradas pela MMX apresentavam baixo teor de ferro, 37,9% em média, representando uma menor produtividade e gerando grande volume de rejeito. O empreendimento pode ser considerado *greenfield*, tendo em vista que não havia outros empreendimentos de mineração de ferro instalados na região, o que demandou investimentos para a criação de um grande aparato de infraestrutura para possibilitar a extração, beneficiamento primário e exportação.

A partir de 2011, com forte queda nos preços das *commodities*, dá-se início ao período pós-*boom* das *commodities*. Este acontecimento está diretamente atrelado à desaceleração econômica chinesa (BNDES, 2014). O declínio nos preços dos minerais leva as mineradoras a mudarem suas estratégias corporativas. Alguns elementos dessa nova estratégia são: adiamento de vários projetos²; diminuição e revisão de investimentos; compensação da queda da receita mediante

2 Ver: “Mineradoras adiam planos de expansão”. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/3994400/mineradoras-adiam-planos-de-expansao>

redução de custos operacionais e aumento da produtividade; concentração de investimentos em projetos e regiões prioritárias (WANDERLEY, 2017).

No caso do minério de ferro, o aumento da oferta resultante da elevação da extração pelas grandes mineradoras, concomitante à queda da demanda, derrubou expressivamente, desde 2011, o seu preço. Como se vê no Gráfico 1, o preço da tonelada métrica seca de minério de ferro atingiu US\$187,18 em fevereiro de 2011, sendo que, em 2004, antes de iniciar a trajetória de ascensão, a tonelada custava em torno de US\$13. Por outro lado, em dezembro de 2015, a tonelada de minério de ferro estava em US\$ 40,88. A partir de dezembro de 2015, o preço passou a apresentar alta contínua, o que vinha gerando estímulos para investimentos de expansão da capacidade produtiva de empreendimentos já instalados.

Entretanto, em abril de 2017, o preço voltou a cair, até atingir US\$ 57,86.

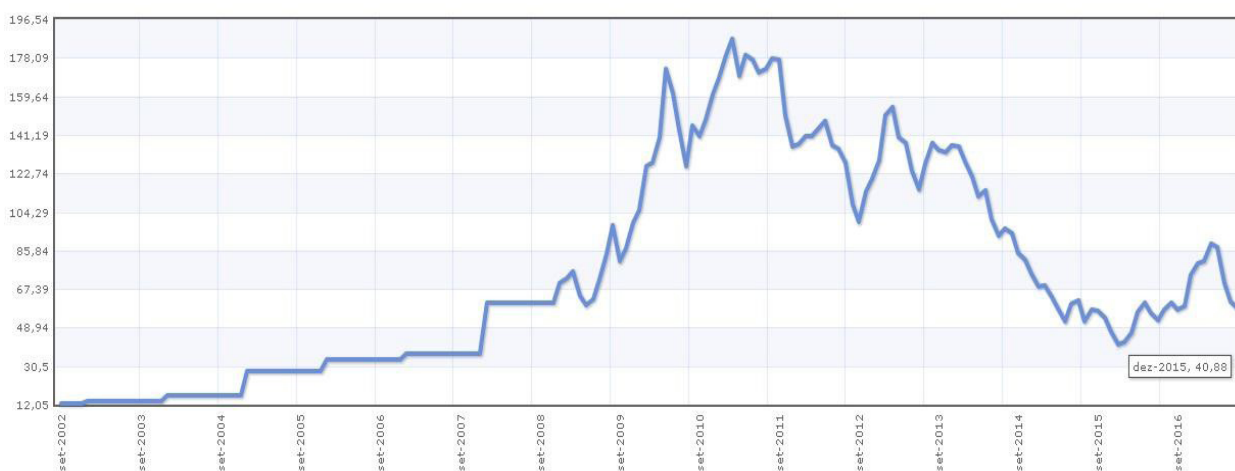


Gráfico 01: Minério de Ferro Preço Mensal – Dólares americanos por tonelada métrica seca
Fonte: FMI

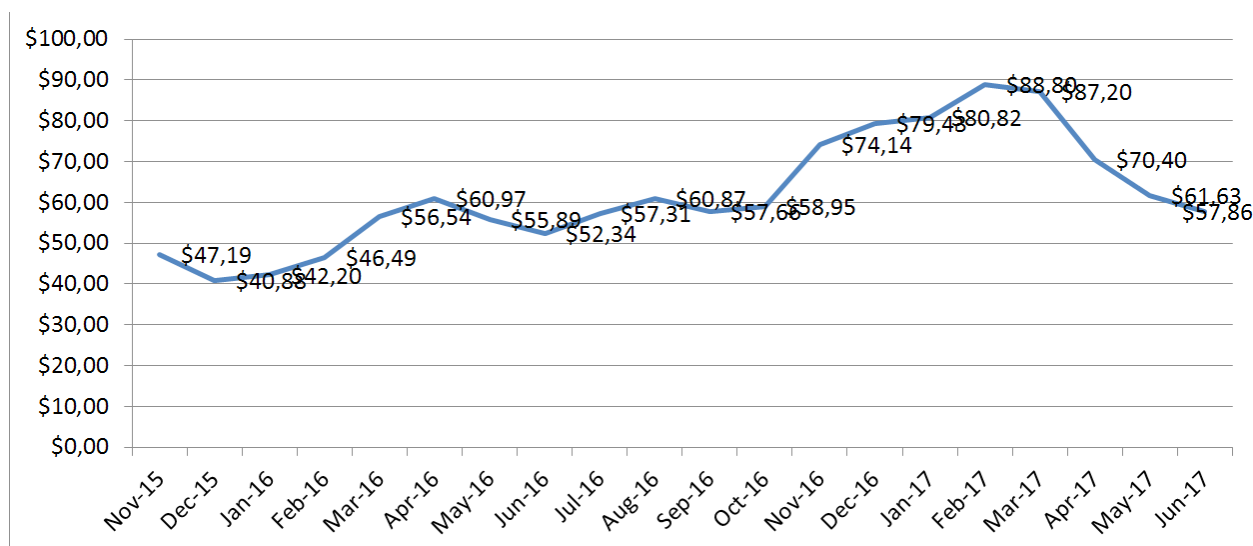


Gráfico 02: Minério de Ferro Preço Mensal – Dólares americanos por tonelada métrica seca³
Fonte: FMI

3 Finos de minério de ferro 62% de pureza FE spot, entregue no porto de Tianjin, na China, no prazo de oito semanas na modalidade custo e frete (CFR).

Mesmo assim, segundo alguns especialistas no mercado global de mineração, em 2017 a relação entre a oferta e a demanda de minerais está mais equilibrada que em anos anteriores. As empresas do setor buscam novos financiamentos para embasar um novo ciclo de investimentos. As *Majors* do setor, tal como Rio Tinto, BHP Billiton e Anglo American, pretendem investir cerca de US\$ 17,4 bilhões em 2018; US\$ 1 bilhão a mais do que em 2017⁴.

A Anglo American elenca como uma de suas prioridades, em 2017, o incremento do volume da produção. Em 2016, a empresa reduziu em 34% sua dívida líquida (US\$ 8,5 bilhões) em relação a 2015, e a dívida líquida continuou caindo, durante o primeiro semestre de 2017, em 27%, indo para o patamar de US\$ 6,2 bilhões, à frente da meta de US\$ 7 bilhões, estabelecida para o fim do ano. A empresa também gerou receita de US\$ 1,8 bilhão por meio da venda de ativos, além de ter distribuído aos acionistas um lucro de US\$ 1,6 bilhão⁵. Durante o primeiro semestre de 2017, o lucro atribuível aos acionistas foi de US\$ 1,4 bilhão, sendo que, no mesmo período de 2016, houve prejuízo de US\$ 800 milhões. O resultado operacional antes da depreciação – EBITDA - foi de US\$ 4,1 bilhões, aumento de 68% comparado aos US\$ 2,5 bilhões do primeiro semestre de 2016⁶.

Apesar da relevante queda nos preços do minério de ferro a partir de março do ano passado, é provável que os planos de expansão de projetos centrais da empresa sejam mantidos. Durante o primeiro semestre de 2017, o preço do minério de ferro no *Iron Ore Index* (IODEX) teve média de US\$ 74/tonelada, valor 42% superior ao do primeiro semestre de 2016⁷. No primeiro semestre de 2017, as usinas chinesas elevaram a produção de aço, que aumentou em 4,5% em comparação com o período correspondente em 2016⁸.

Em relação ao Minas-Rio, a produção de minério de ferro, base úmida, no primeiro semestre de 2017, aumentou para 8,7 milhões de toneladas, crescimento de 27% em relação ao primeiro semestre de 2016. Importante ressaltar que a operação está em *ramp-up* até sua capacidade operacional, que ainda não foi atingida. Caso o licenciamento da Etapa 3 seja aprovado, a produção atingirá capacidade nominal de 26,5 milhões de toneladas (base úmida) por ano⁹.

Mesmo ante o cenário internacional conhecido como *pós-boom* das *commodities*, iniciado em 2011, e em período de intensa crise ambiental, visibilizada após o rompimento da barragem de Fundão da mineradora Samarco, empresas como a Anglo American visam cada vez mais expandir seu empreendimento e intensificar sua produção.

4 <http://www.revistaferroviaria.com.br/index.asp?InCdNewsletter=8584&InCdMateria=26730&InCdEdito ria=2>

5 Resultados Preliminares de 2016 da Anglo American. Disponível em: < http://brasil.angloamerican.com/imprensa/press-releases/2017/21-02-2017a?sc_lang=pt-PT >

6 Resultados da Anglo American no 1º semestre de 2017. Disponível em: < http://brasil.angloamerican.com/imprensa/press-releases/2017/27-07-2017?sc_lang=pt-PT >

7 Market Index. Disponível em: < <http://www.marketindex.com.au/iron-ore> >

8 Resultados da Anglo American no 1º semestre de 2017. Disponível em: < http://brasil.angloamerican.com/imprensa/press-releases/2017/27-07-2017?sc_lang=pt-PT >

9 Disponível em: http://brasil.angloamerican.com/imprensa/press-releases/2017/24-04-2017v?sc_lang=pt-PT

Se, por um lado, a corrida pelo licenciamento visa garantir à empresa a capacidade máxima de produção, tal como planejado, é preciso se perguntar acerca da viabilidade dessa expansão em um cenário de crise, processo que pode aprofundar e gerar novos danos às regiões mais diretamente afetadas, ou mesmo ao país, a exemplo do que ocorreu no caso da Samarco.

A preocupação advinda da construção da barragem de rejeitos desse complexo minerário é real e conhecer os efeitos dessa estrutura da mineradora Anglo American, em caso de eventual rompimento, é essencial para a prevenção de desastres e para a própria sobrevivência de centenas de pessoas que vivem nas regiões diretamente afetadas; de milhares de pessoas que vivem nos municípios do entorno; e de milhões de pessoas que já foram afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão e que podem vir a ser afetadas por novo desastre.

Em suma, conhecer os impactos já causados pela implantação e operação do empreendimento Minas-Rio; analisar como o reconhecimento destes reverbera no dimensionamento dos efeitos que podem decorrer da expansão da mina; compreender os conflitos desde a perspectiva das comunidades atingidas, evitando o aprofundamento do desequilíbrio de poder que caracteriza as relações entre atingidos, empresa e estado, visando a um diálogo com maior igualdade e equilíbrio de partes; apurar as violações de direitos para impedir que se perpetuem e para que se busque a devida reparação, são alguns dos desafios colocados à atual etapa de licenciamento, para os quais o presente estudo visa contribuir, ao alertar para pontos que estão sendo omitidos, desconsiderados ou menosprezados nos estudos de impacto ambiental que fundamentam o pedido de licença prévia concomitante à licença de instalação do Projeto de Extensão da Mina do Sapo.

É importante enfatizar, por fim, o caráter preliminar deste estudo e a necessidade de que pesquisas mais prolongadas possam conduzir a um aprofundamento das questões aqui tratadas, como a um diagnóstico de maior amplitude acerca das transformações socioambientais que deverão advir ou se agravar com a nova etapa do empreendimento.

Estrutura do Estudo e Metodologia

Em termos metodológicos, o presente estudo preliminar, partiu de uma retomada do histórico do projeto Minas-Rio e suas interferências nas regiões mencionadas; em seguida, buscou-se inserir esse empreendimento no contexto dos mercados globais de minério de ferro, de forma a lançar luz sobre as estratégias empresariais e seus efeitos sobre o contexto local. Para tanto, foram utilizados dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) acerca dos preços mensais da tonelada métrica de minério de ferro. Em face desse cenário, buscou-se entender as estratégias da empresa Anglo American no Projeto de Extensão da Mina do Sapo. Aqui, os relatórios anuais e semestrais da empresa foram objeto de análise para a consideração das receitas e despesas. Também foram incorporadas referências bibliográficas recentes sobre o mercado global da mineração.

Na sequência (Parte I do presente Estudo), se procurou consolidar uma leitura crítica dos Volumes I, IV e V do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Projeto de Extensão da Mina do Sapo

(FERREIRA ROCHA, 2015), que tratam, respectivamente, das estruturas do empreendimento, do diagnóstico socioeconômico e da avaliação dos impactos ambientais. Os capítulos 1 e 4 da Parte I compreendem análises realizadas com o objetivo de apontar possíveis limites da avaliação dos impactos socioambientais causados pelo projeto, assim como ressaltar incongruências com outros estudos realizados sobre o tema. Já os capítulos 2 e 3 tratam, especificamente, do diagnóstico socioeconômico e abordam a metodologia de pesquisa utilizada na realização desse componente do EIA, bem como as limitações dos resultados alcançados, sobretudo no que tange às comunidades situadas no entorno do empreendimento e ao patrimônio cultural imaterial. Para tanto, foram analisados, além dos volumes supracitados do EIA, os questionários aplicados na 9ª campanha de monitoramento dos aspectos socioeconômicos junto à população nas sedes urbanas; junto à população nas comunidades focais; junto aos estabelecimentos comerciais das sedes urbanas e das comunidades focais (Synergia, 2014); e o questionário aplicado pela ERM na comunidade focal do Turco (ERM, 2014).

Para a elaboração dos capítulos 2 e 3 da Parte I, foi também realizada uma revisão bibliográfica, compreendendo estudos técnicos, monografias acadêmicas e artigos científicos produzidos sobre as comunidades e municípios da região, atualizados por trabalhos de campo de caráter exploratório, realizados em agosto e setembro de 2017. Os dados apresentados no Estudo de Impacto Ambiental e questionários foram, portanto, analisados à luz das fases anteriores do processo de licenciamento, dos dados de campo e de trabalhos acadêmicos já produzidos. A produção acadêmica acumulada sobre a região permitiu elaborar uma crítica aprofundada dos documentos produzidos e tornados públicos pela Anglo American no processo de licenciamento. Cabe destacar que o Documento *Informações Complementares* - protocolado pela Anglo American junto à SEMAD, a pedido desta instituição¹⁰ - ao qual não se deu a devida publicidade, não foi abordado pela presente análise.

Os principais dados secundários utilizados para a produção dos referidos capítulos foram: atas das reuniões ordinárias da Unidade Regional Colegiada-Jequitinhonha (URC-Jequitinhonha); Pareceres produzidos pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG); documentos do Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais a respeito do patrimônio imaterial de Conceição do Mato Dentro e região; documentos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; relatório produzido pelo Núcleo Travessia, da Universidade Federal de Itajubá, em parceria com a Cáritas Brasileira; relatórios produzidos pela empresa de consultoria Diversus em outras fases do processo de licenciamento.

As Partes II e III compreendem, por seu turno, análises originais, realizadas no intuito de iluminar e discutir dimensões da realidade regional e local consideradas fundamentais para uma real avaliação dos processos de mudança e efeitos socioambientais deflagrados pelo empreendimento. A Parte II traz, em seu primeiro capítulo, uma análise das transformações em curso na economia regional, baseada em dados levantados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para a avaliação da produção agrícola. Priorizou-se a análise das

10 ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S/A. Relatório de Informações Complementares – Processo SUPRAM N°00472/2007/008/2015. Projeto de Extensão da Mina do Sapo. Belo Horizonte, junho de 2017.

principais culturas em termos de produção (toneladas) e áreas de plantação (hectares). Também foram utilizadas pesquisas acadêmicas recentemente concluídas que analisam tais dados. No segundo capítulo da Parte II é apresentado um estudo sobre o perfil étnico-racial dos/as atingidos/as pelo complexo Minas-Rio. Num primeiro momento, a análise preliminar priorizou as áreas mais vulneráveis aos impactos diretos do empreendimento e no caso de eventuais rompimentos da barragem de rejeito. Deste modo, foram selecionados seis setores censitários no entorno do empreendimento, quatro no município de Conceição do Mato Dentro e dois no município de Alvorada de Minas, contemplando um total de 1.981 pessoas. Além disso, outros sete setores censitários foram considerados, por situarem-se na rota hidrográfica de um eventual rompimento de barragem de mineração até o limite da cidade de Dom Joaquim, contemplando-se nesta também os setores urbanos banhados pelo rio Santo Antônio, num total de 2.989 habitantes. Os dados gerais do perfil racial para os municípios são expressos como parâmetro de comparação. Aqui foram utilizados dados de 2010, na base de setor censitário do IBGE.

Já a Parte III analisa, em primeiro plano, a situação vivenciada por algumas das comunidades rurais de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, com a implantação e operação do empreendimento Minas-Rio. São comunidades que reivindicam, há anos, o reconhecimento, no âmbito do licenciamento, de sua condição de coletividades atingidas pela mineradora Anglo-American. Além de uma breve descrição geral, as transformações socioambientais deflagradas pelo empreendimento são analisadas vis-a-vis às estratégias e modo de vida das comunidades. O contexto de perdas ambientais, sociais, econômicas e culturais ameaça, para além do que poderiam alcançar possíveis mitigações, as condições de reprodução social e cultural dessas comunidades. Como indicado para os capítulos 2 e 3 da Parte I, esta análise também se nutriu de uma ampla revisão bibliográfica, compreendendo desde estudos técnicos realizados no âmbito das várias etapas do licenciamento Minas-Rio, a artigos científicos e trabalhos acadêmicos recentes, que abordaram as comunidades rurais dessa região, os processos de mudança em curso, o licenciamento e a luta das comunidades pelo reconhecimento de danos e direitos (MARTINS, 2014; TORRES, 2014; FERREIRA, 2015; LEITE, 2017; ANTONIETTI, 2017; PRATES, 2014 e 2017; CARVALHOSA, 2016; BITTENCOURT, 2017). Além disso, foram utilizados dados primários, produzidos em observações, conversas e entrevistas realizadas em trabalhos de campo de caráter etnográfico, que ocorreram entre os anos de 2012 e 2017, envolvendo visitas a algumas comunidades da região, bem como o acompanhamento de reuniões e audiências públicas do licenciamento, no mesmo período. Entre essas atividades, incluem-se as ações de pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito do Projeto Poder, território e conflito: processos de territorialização e mineração em Conceição do Mato Dentro (MG) (FAPEMIG 22811), incluindo a Oficina de Cartografia Social realizada em janeiro de 2017, com moradores das comunidades do Jassém, Água Quente e Passa Sete, e trabalhos de campo realizados também nessas localidades, entre 19 a 28 de agosto de 2017 e 29 de agosto a 07 de setembro de 2017.

Na Parte IV, por seu turno, se buscou fazer um levantamento das principais violações de direitos humanos no contexto do empreendimento Minas-Rio, a partir de uma revisão bibliográfica envolvendo trabalhos acadêmicos já publicados sobre o conflito em análise, bem como documentos oficiais, a saber: atas de audiências públicas ocorridas na Assembleia Legislativa de Minas Gerais,

na Câmara dos Deputados, de reuniões públicas da Rede de Acompanhamento Socioambiental (REASA), denúncias públicas, inquéritos civis abertos, bem como documentos produzidos ao longo do processo de licenciamento ambiental, como relatórios da Diversus, EIA-RIMAs, estudos da Ferreira Rocha, de pesquisadores independentes e outros. Foram também utilizadas informações coletadas em pesquisas e trabalhos de campo realizados por pesquisadores/as, organizações e grupos que compõem este estudo, tais como: Cáritas Brasileira, Coletivo Margarida Alves de Assessoria Popular, GESTA/UFMG e PoEMAS/UFJF.

O Estudo que ora apresentamos corresponde a uma versão revista e ampliada do documento protocolado na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD) em outubro de 2017. Alterações no texto original foram realizadas no intuito de complementar ou trazer maior clareza à formulação inicial. Além disso, foram realizados acréscimos considerados relevantes, caso do excerto relativo à comunidade do Beco (Parte III) – que, devido ao curto prazo para a realização do estudo, não pôde ser incluído no documento entregue à SEMAD –, e à Parte V, elaborada em período posterior, ainda como subsídio ao licenciamento (LP+LI) da Etapa 3. Esta última parte sintetiza algumas das principais conclusões do estudo, apresentadas em dezembro de 2017 ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) e incorporadas em seu inteiro teor ao parecer de vista da conselheira representante da sociedade civil na Câmara de Atividades Minerárias - CMI¹¹ do Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM/MG).

11 O parecer de vista da conselheira Maria Teresa Corujo (Partes 1 e 2, Anexos 1 e 2), membro do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas - FONASC, está disponível em: <http://www.meioambiente.mg.gov.br/copam/camaras-tematicas-do-copam>. São documentos relativos ao item 5.1 da Pauta da 18ª Reunião Ordinária da CMI de 22/12/2017, que colocou em julgamento as Licenças Prévia e de Instalação do Projeto de Extensão da Mina do Sapo, da Anglo American. Ambas as licenças foram concedidas na 20ª Reunião Extraordinária da CMI, realizada em 26/01/2018.

Parte I

O projeto de extensão da Mina do Sapo:
Etapa 3 do empreendimento Minas-Rio:
análises preliminares do EIA/RIMA

CAPÍTULO 1

ANÁLISE PRELIMINAR DO VOLUME I DO EIA

Este capítulo tem por objetivo a **análise preliminar** do **Volume I** do Estudo de Impacto Ambiental da Etapa 3 do empreendimento Minas-Rio, que compreende *Volume I - Caracterização do empreendimento – áreas de estudo – referências legais*. A análise preliminar e crítica desse volume, se refere a três aspectos: *1.1 Estimativa de vida útil do empreendimento; 1.2 Desconsideração de comunidades a jusante; 1.3 Indisponibilidade de material adequado para barragem e inconsistência nas previsões de alteamento.*

1.1. Estimativa de vida útil

Ajustes no planejamento da mina foram feitos devido ao detalhamento das informações que a empresa tem sobre a reserva de minério de ferro, entre elas a de que a “mina da Cava do Sapo teria uma vida útil inferior à inicialmente prevista” (EIA, Vol. I, 2015, p. 2). Tais ajustes ou modificações sugerem imprecisões nas análises geológicas e econômicas feitas das reservas, que precisariam rapidamente ser corrigidas, uma vez que geram insegurança sobre o horizonte de operação da mina e questionamentos sobre a duração dos impactos sociais e ambientais do projeto.

Com relação ao projeto, define-se uma “vida útil deste complexo por cerca de 28 (vinte e oito)

anos, considerando sua fase friável” (EIA, Vol. I, 2015, p. 3). Por outro lado, mais adiante, quando é discutida a necessidade de alteamentos, mencionam-se horizontes de 18 e de 20 anos para o Projeto Minas-Rio (EIA, Vol. I, 2015, p. 143).

Essa discordância chama a atenção pela sua imprecisão, assim como pela necessidade de dimensionamento da barragem de rejeitos. Sobre esta, o EIA identifica “uma capacidade volumétrica de armazenamento compatível com a produção da reserva, com uma vida útil satisfatória de 18 (dezoito) anos” (EIA, Vol. I, 2015, p. 17).

Além disso, o documento comenta que os estudos para o projeto da barragem são de 2010, porém não deixa explícito se a vida útil prevista de 18 anos considera uma produção de 26,5 MTPA ou 29,1 MTPA. Esclarecimentos sobre a vida útil da barragem e do complexo se fazem necessários para verificar se haverá necessidade de construção, no futuro, de uma nova barragem ou outros alteamentos não previstos.

1.2. Desconsideração de comunidades a jusante da barragem

Ainda sobre a barragem de rejeitos, ao discutir a possibilidade e alternativas locais, o EIA parece adotar critérios questionáveis. Segundo o estudo:

[O] componente técnico especificou a opção atual como aquela a desenvolver-se sobre o terreno com melhores características geotécnicas para abrigar esse tipo de estrutura, implicando, assim, não só em uma minimização de custos para sua implantação, mas também e, principalmente, em uma prevenção de riscos afetos à segurança da estrutura e, por conseguinte, de componentes ambientais localizados a jusante da mesma (EIA, Vol. I, 2015, p. 17).

Para além de critérios geotécnicos e de custo, a análise leva em consideração a segurança de componentes ambientais, entretanto, ignora a segurança dos elementos sociais. Entre seus critérios de escolha de localização, o estudo não menciona a presença das Comunidades do Passa Sete, Água Quente e Jassém, que, apesar de se encontrarem, respectivamente, a menos de 1,5 km, 3 km e 8,5 km a jusante da barragem, não são mencionadas em nenhum momento no item 3.2.5 - Alteamento da Barragem de Rejeitos (EIA, Vol. I, 2015, p. 16-17).

Da mesma forma, a Figura 1, que reproduz a figura 3-66 do EIA (EIA, Vol. I, 2015, p. 150), não representa o posicionamento dessas comunidades em relação ao extravasor de emergência, nem mesmo explica as condições de operação do mesmo ou os impactos sobre os córregos de sua utilização, impossibilitando uma avaliação sobre os riscos potenciais causados por esse extravasor sobre tais comunidades.

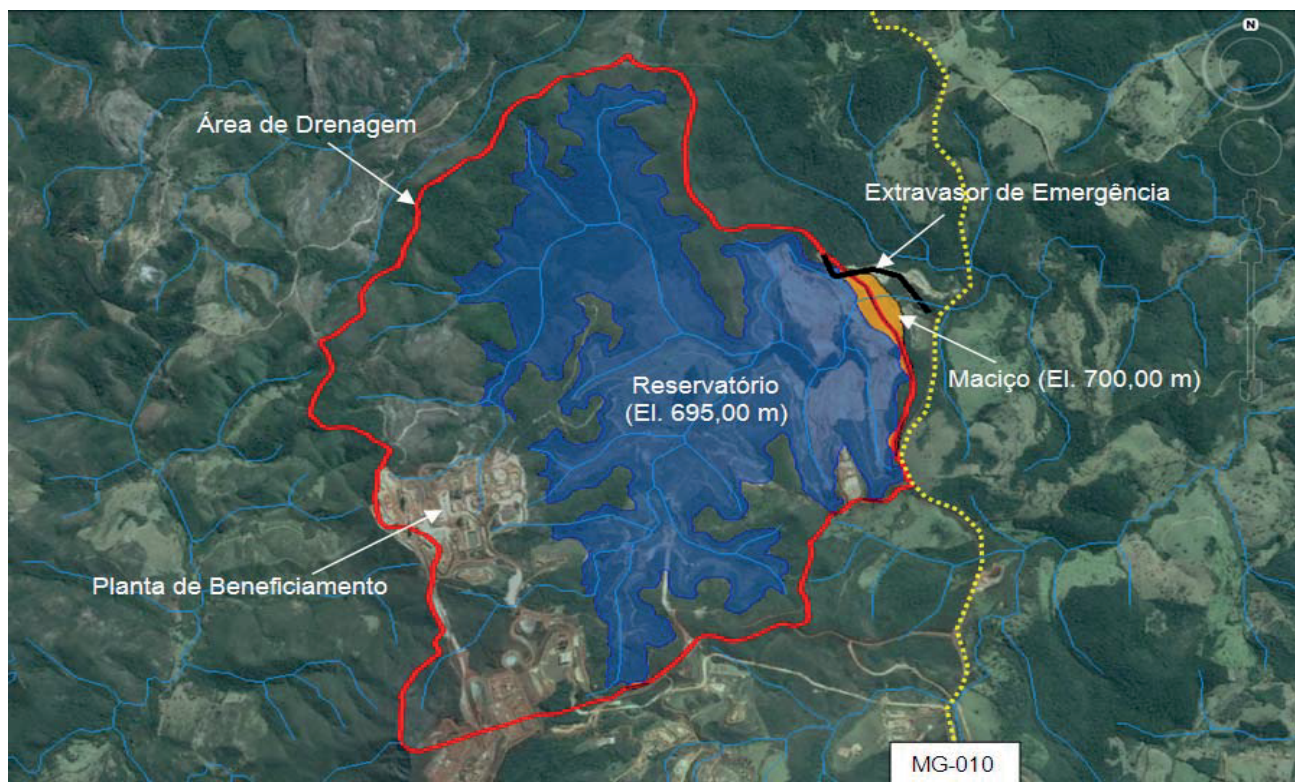


Figura 01: Layout da barragem de rejeitos disponível no EIA
 Fonte: Pimenta de Ávila (2014) apud EIA Vol.1 - Figura3-66

Para além da não representação das comunidades localizadas a jusante da barragem quando trata da localização da estrutura, o EIA não apresenta nenhum dado referente ao impacto relativo a um eventual rompimento da barragem de rejeito.

Apesar da existência de um Estudo de Cenários para o Plano de Ações Emergenciais realizado pela Pimenta de Ávila Consultoria Ltda. (2016), tal estudo não foi publicamente apresentado ou debatido junto às comunidades que vivem a jusante da barragem.

A omissão de tais considerações permitiu ao EIA limitar arbitrariamente os limites da Área de Estudo Regional (AER) e Área de Estudo Local (AEL), independente do potencial impacto socioambiental do empreendimento. Por exemplo, com relação ao meio socioeconômico, o EIA considera como AEL os municípios de Conceição do Mato Dentro e de Alvorada de Minas, ampliando a AER de forma a incorporar Dom Joaquim e Serro (EIA, Vol. I, 2015, p. 233). Entretanto, o Estudo de Cenários¹² (PIMENTA DE ÁVILA CONSULTORIA LTDA., 2016) identifica que, em caso de rompimento, os municípios de Carmésia, Ferros e Santa Rita do Rio do Peixe também serão afetados.

A omissão de comunidades a jusante da barragem e a não consideração dos impactos sobre a bacia hidrográfica como um todo têm sido identificadas em diferentes EIAs que tratam de barragens de rejeito. Tais falhas foram também verificadas no licenciamento

12 A limitação do Estudo de Cenários para o Plano de Ações Emergenciais à confluência entre o Rio do Peixe e o Rio Santo Antônio se mostra arbitrária, uma vez que em caso de rompimento o próprio Rio Santo Antônio deverá ser impactado. A avaliação ou análise desse Estudo Cenários está além do escopo do presente estudo preliminar e uma avaliação deverá ser feita em momento posterior.

da barragem de Fundão em Mariana (ZONTA e TROCATE, 2016). Portanto, a manutenção de tais práticas é questionável, devendo sua revisão ser considerada como uma condição para se evitar que tragédias, como a que afetou o Rio Doce em 2015, se repitam.

1.3. Indisponibilidade de material adequado para barragem e inconsistência nas previsões de alteamento

Uma das críticas repetidamente manifestadas sobre o licenciamento do Projeto Minas-Rio foi o fracionamento do projeto em etapas, de tal forma que durante o processo de debate público, não são explicitados os impactos sociais e ambientais do projeto como um todo. Essa prática é novamente utilizada no caso do alteamento da barragem, uma vez que o EIA já indica, além do presente alteamento, outros dois. **O documento, entretanto, apresenta inconsistências sobre a altura final da barragem de rejeitos, uma vez que menciona uma altura final de 725 m (EIA, Vol. I, 2015, p. 11) e de 715 m (EIA, Vol. I, 2015, p. 17).**

Em realidade, a proposta para o cronograma do licenciamento dos alteamentos se mostra bastante complexa. Por um lado, existe a fusão da Licença Prévia (LP) e da Licença de Instalação (LI) em um único momento, porém o projeto prevê a divisão da Licença de Operação (LO) em diferentes etapas. Esse procedimento é questionável, pois se de um lado a unificação dos diferentes alteamentos na etapa de LP+LI diminui as oportunidades de debate público; por outro lado, o fracionamento em diferentes LO's impede que os órgãos ambientais tenham uma visão do impacto total desses alteamentos. Dessa forma, diminui-se o controle social e governamental sobre a implantação do projeto.

Esse excessivo fracionamento parece ter gerado, inclusive, erros de planejamento do projeto que se mostram difíceis de serem sanados. Entre esses erros, chama a atenção a falta de material adequado para realizar o alteamento e a não apresentação de estudos geotécnicos que considerem a real disponibilidade de material de empréstimo. Assim, segundo o EIA:

[na] área de abrangência da Barragem de Rejeitos e imediações, o material de empréstimo promissor refere-se à cobertura coluvial / solos lateríticos que recobrem os topos dos morros. Entretanto, este material, caracterizado por um silte / argila vermelha, além de apresentar ocorrência restrita, teve parte do volume disponível na construção do maciço inicial (dique de partida) (EIA, Vol. I, 2015, p. 46).

Assim, o estudo reconhece que:

Solos residuais rosados de granitóides podem eventualmente ser empregado [sic] no maciço do alteamento, apesar de certo grau de erodibilidade quanto expostos à ação intempérica (EIA, Vol. I, 2015, p. 46).

Para superar esse problema, ao invés de buscar material de qualidade adequada em outras localidades, o estudo indica como alternativa fazer uma mistura entre o material argiloso e o material com propriedades inferiores.

Caso constatado que os materiais para empréstimo não apresentem granulometria essencialmente argilosa e/ou siltosa, poderá ser adotada uma setorização de materiais nos maciços, de forma a zonestar a estrutura de acordo com os materiais disponíveis na região de empréstimo (EIA, Vol. I, 2015, p. 46).

Apesar de reconhecer que poderá usar material de qualidade inferior, o mesmo estudo admite que não atualizou os estudos sobre a segurança da barragem para essa nova condição de operação. O estudo afirma utilizar análises realizadas em 2013, ou seja, que partiam da premissa de que haveria material argiloso suficiente para realizar o alteamento.

Os parâmetros geotécnicos dos materiais envolvidos foram adotados conforme documento AF-152-RL-31323-00, elaborado pela Pimenta de Ávila em julho de 2013, os quais foram definidos com base nos documentos e informações fornecidas pela Anglo American, ou estimados pela Pimenta de Ávila, baseado na sua experiência em projetos similares e na literatura (EIA, Vol. I, 2015, p. 165).

Cabe ressaltar que a previsão do volume final da barragem é de 370 milhões de m³ de rejeito, um volume seis vezes superior ao volume de rejeito que foi liberado pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana. A construção de uma barragem com esse volume de rejeitos sem os devidos estudos técnicos representa uma ação de elevado risco para as comunidades a jusante, para a Bacia do Rio Santo Antônio e ainda para a Bacia do Rio Doce como um todo; visto que o Rio Santo Antônio é um afluente importante do Rio Doce.

CAPÍTULO 2

AS COMUNIDADES ATINGIDAS NO EIA/RIMA: CLASSIFICAÇÕES ESPACIAIS, METODOLOGIA DE PESQUISA E DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO

O presente capítulo compreende uma leitura crítica do “Diagnóstico Ambiental - Meio Socioeconômico e Cultural”, consubstanciado no Volume IV do Estudo de Impacto Ambiental do Projeto de Extensão da Mina do Sapo, elaborado pela empresa Ferreira Rocha (EIA, Vol. IV, 2015). Considerando que as análises relativas à economia regional serão apresentadas na

Parte II deste estudo, o presente capítulo abordará, em complementação a essa avaliação, os seguintes aspectos do diagnóstico socioeconômico apresentado no EIA: a definição das áreas de estudo; a metodologia de pesquisa e bases de dados utilizadas para a elaboração do diagnóstico socioeconômico das “comunidades focais”; o diagnóstico socioeconômico das “comunidades focais” e da Área Diretamente Afetada.

2.1. Áreas de Estudo

O capítulo metodológico do Volume IV do EIA se inicia com a delimitação das áreas de estudo em Área de Estudo Regional (AER), Área de Estudo Local (AEL), Comunidades Focais e Área Diretamente Afetada (ADA). As definições dessas áreas de estudo se distinguem nas duas partes que compõem o Volume IV, a saber: i) Meio Socioeconômico e ii) Patrimônio Cultural.

Para o Meio Socioeconômico, a Área de Estudo Regional compreende os municípios Serro e Dom Joaquim, e a Área de Estudo Local abarca os municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas. A AEL compreende ainda o que é definido pela Ferreira Rocha, empresa responsável pelo EIA, como Área Diretamente Afetada (ADA), ou seja, “as propriedades onde haverá estruturas do empreendimento instaladas” (EIA, Vol. IV, 2015, p.2), além das “Comunidades Focais”,

um conjunto de propriedades que, devido à sua proximidade com as estruturas do empreendimento, possivelmente serão impactadas pela presença do projeto de forma distinta do restante da AEL e AER, podendo sofrer determinados impactos de forma mais intensa e duradoura (EIA, Vol. IV, 2015, p.3).

São classificadas como “comunidades focais”: Itapanhoacanga, São José do Jassém (Alvorada de Minas); Água Quente, Beco, Cabeceira do Turco, Córregos, Gondó, São Sebastião do Bom Sucesso, Turco (Conceição do Mato Dentro); e São José da Ilha (Dom Joaquim).

Para a seção sobre Patrimônio Cultural, a AER compreende os municípios do Serro, Dom Joaquim, Alvorada de Minas e Conceição do Mato Dentro. A AEL, por sua vez, é definida como a área do entorno do empreendimento, correspondendo de modo aproximado às áreas das comunidades focais.

Área Diretamente Afetada

A definição da Área Diretamente Afetada é marcada por um forte viés territorial-patrimonialista, sendo esta delimitada a partir das exigências locacionais das estruturas do empreendimento (VAINER, 2008, p. 4-5). Segundo Carlos Vainer, a prevalência desse critério para a delimitação do universo de atingidos reduz os efeitos socioambientais de grandes empreendimentos a uma questão fundiária:

Na maioria dos casos não se reconhecia a existência de qualquer impacto social ou ambiental. E o único problema era, por assim dizer, um problema patrimonial fundiário. O tratamento era o de negociação dos valores da desapropriação. Embora durante muito tempo o termo não fosse utilizado, é evidente que esta abordagem apenas reconhecia como atingidos os proprietários de terras. Assim, a perspectiva territorial-patrimonialista era, quase sempre, indenizatória (Id.Ibid., p.3).

Esse critério de delimitação de Área Diretamente Afetada já foi fortemente criticado em diversas instâncias nacionais e internacionais, tanto dentro quanto fora da academia. Já no final da década de 1980, Lygia Sigaud (1989, p. 107), a partir de sua análise dos efeitos sociais da construção de usinas hidrelétricas, chamava a atenção para o fato de que, na abordagem hegemônica nos estudos ambientais envolvendo grandes projetos de desenvolvimento, a população afetada aparecia tão somente como um obstáculo físico à instalação dos empreendimentos. Mesmo as Políticas Operacionais do Banco Mundial para reassentamento involuntário (OP/BP 4.12, de 2001) ultrapassam essa noção, apontando para a necessidade de extrapolar o aspecto espacial e considerar uma multiplicidade de fatores no reconhecimento do universo sociocultural afetado pelos projetos de desenvolvimento:

Esta política cobre os impactos econômicos e sociais diretos que resultem dos projetos de investimento financiados pelo Banco e que sejam causados por (a) apropriação involuntária de terra que resulte em (i) reassentamento ou perda de abrigo; (ii) perda de ativos ou de acesso a ativos; ou (iii) perda de fontes de renda ou meios de sobrevivência, quer as pessoas afetadas tenham ou não que se deslocar para outra área; (World Bank, 2001).

O documento define ainda a noção de “terra” como “qualquer coisa que cresça ou esteja permanentemente ligada ao solo, tais como edifícios ou cultivos” (World Bank, 2001, p. 3). Assim, a perda de recursos naturais como o acesso a fontes de água e a locais tradicionalmente utilizados para coleta de lenha, dentre outros, também são considerados, segundo o documento, passíveis de aplicação das diretrizes de reassentamento involuntário do Banco Mundial.

No âmbito do licenciamento do complexo minerário Minas-Rio, a crítica à definição territorial-patrimonialista de ADA já foi realizada repetidas vezes, em outros momentos do processo, por pesquisadores do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais - GESTA/UFMG, cientistas de outras instituições, atingidos, Ministério Público e corpo de técnicos da Supram - Jequitinhonha. A notória insuficiência de informações acerca da população afetada pelo empreendimento vem, desde a fase do licenciamento prévio (Etapa 1), confluindo para o mascaramento dos impactos e para o não reconhecimento dos direitos das comunidades atingidas¹³ (GESTA/UFMG, 2014, p. 9).

A 42ª Reunião Ordinária da URC-Jequitinhonha, realizada em 13/05/2010, no contexto do questionamento às condicionantes não cumpridas durante a fase de instalação do empreendimento, apresentou claramente alguns dos problemas da definição territorial-patrimonialista do universo de atingidos. Questões referentes à dificuldade de produção (COPAM-MG, Ata da 42ª reunião, 2010, linhas 255-258), contaminação da água (Ibid., linhas 265-268), poeira (Ibid., linhas 268-271),

13 De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental da Etapa 1 do empreendimento Minas-Rio, a área diretamente afetada (“ADA”) pelo complexo se definia pelo conjunto das propriedades incidentes nas áreas onde seriam instaladas a cava da mina, a planta de beneficiamento, as pilhas de estéril e a barragem de rejeitos. O universo de atingidos, segundo essa lógica espacial e restritiva, seria composto somente por duas comunidades: Ferrugem e Mumbuca (Brandt, 2007, p. 183-185).

foram mencionadas, demonstrando-se a arbitrariedade de se tomar a área ocupada pelas estruturas do empreendimento (a “ADA”) como parâmetro para o conhecimento do universo de famílias e comunidades atingidas. Tais parâmetros deveriam, ao contrário – argumentou à época a equipe técnica da Supram-Jequitinhonha¹⁴ – partir de um conhecimento efetivo das práticas, das relações sociais e dos modos de vida das comunidades situadas no entorno do complexo minerário. Tais questões trouxeram à tona, durante a 43ª Reunião Ordinária da URC, a necessidade de realização de novo estudo socioeconômico, que evidenciasse não um mero cadastro patrimonial de terras incidentes na “ADA”, mas sim, nos termos da discussão já em curso na URC, as **“relações sociais dos atingidos... laços com a comunidade... o que está sendo atingido e de que forma...”** (COPAM-MG, Ata da 42ª Reunião, 2010, linhas 358-372, grifos acrescentados).

A 77ª Reunião Ordinária da URC-Jequitinhonha, realizada em 2013 no contexto da discussão da figura de “impacto suposto”¹⁵ – que novamente invisibilizava os atingidos ao não reconhecer a realidade de sua condição de afetados pelo empreendimento –, também retomou o debate acerca da insuficiência da definição territorial-patrimonialista de “Área Diretamente Afetada”. Naquela ocasião, o representante do Ministério Público do Estado de Minas Gerais na URC, Felipe Faria de Oliveira, reiterou a importância da empresa não se ater aos limites espaciais da ADA para a realização do estudo acerca do universo sociocultural afetado pelo complexo minerário – questão pendente apesar da fase já avançada do licenciamento –, buscando, alternativamente, “uma análise que fundamente a necessidade de um atingido ser incluído no programa de regularização fundiária, **ainda que fora dessa área geográfica**” (COPAM-MG, Ata da 77ª Reunião Ordinária da URC-Jequitinhonha, linhas 378/379, grifos acrescentados).

A noção de “Área Diretamente Afetada” também foi alvo de críticas apresentadas por especialistas do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG), em parecer realizado em 2014 acerca do documento *Estudo de Atualização das Áreas de Influência (AI) do Projeto Minas-Rio Mineração* (FERREIRA ROCHA, 2013). Apoiado em vasta literatura científica, o parecer aponta a fragilidade dessa e de outras categorias que, difundidas como instrumentos técnicos, possuem um caráter eminentemente administrativo, úteis para a gestão dos interesses envolvidos em grandes projetos de investimento, “mas de fato inadequadas para a avaliação

14 Alessandra – SUPRAM Jequitinhonha: Esclarece que toda a área do entorno do empreendimento deve ser cadastrada, independentemente de serem atingidos direta ou indiretamente. Newton Viguetti: Após elucidação, concorda com a proposta e reitera que este cadastro será entregue no prazo máximo mencionado com as habituais metodologias utilizadas pela empresa. Lúcio Guerra Júnior: Solicita explicações quanto a diferença entre cadastro socioeconômico patrimonial e cadastro socioeconômico. Alessandra: Esclarece que o cadastro social será as relações sociais dos atingidos, com quantidades de pessoas da família, laços com a comunidade, o que está sendo atingido e de que forma está sendo atingido, enfim, todas as questões sociais dos moradores das propriedades. O cadastro patrimonial são os bens existentes, todas as benfeitorias das propriedades (Ata da 42ª Reunião, URC Jequitinhonha, 2010, linhas 358 a 372).

15 As noções de “impacto suposto” e “impacto real” – desconhecidas na literatura especializada – foram formuladas no “Estudo de Atualização das Áreas de Influência (AI) do Projeto Minas-Rio Mineração (Mina)”, encomendado pela Anglo American à empresa de consultoria Ferreira Rocha, em 2013: Impacto Ambiental Suposto: Qualquer alteração significativa no meio ambiente que possa ser assim percebida pelos indivíduos, podendo corresponder ou não à realidade. Impacto Ambiental Real: qualquer alteração significativa no meio ambiente que efetivamente provoque mudança comprovada/medida na qualidade ambiental, com magnitude média e elevada (FERREIRA ROCHA, 2013: 21). O argumento pretendia, ao fim e ao cabo, retomar, como suficiente e “cientificamente” correto, o critério territorial-patrimonialista que orientou, no EIA/RIMA, a definição geográfica das áreas de influência do Minas-Rio, após a realização de diagnóstico independente que indicou um universo de 22 comunidades atingidas pelo empreendimento (DIVERSUS, 2011).

técnica e o dimensionamento da complexa realidade que envolve os empreendimentos e suas consequências”. De acordo com o parecer:

Para a compreensão do universo socioambiental atingido por esta obra de mineração, torna-se obrigatória uma análise que considere a relação do empreendimento com os grupos locais, isto é, **uma investigação que dê conta da complexidade de cada contexto sociocultural e ambiental atingido, que seja capaz de apreender as alterações provocadas pelo empreendimento nos modos locais de vida, ou seja, nos modos de ser, fazer e viver, inextricavelmente imbricados às condições ecológicas do lugar** (GESTA/UFMG, 2014, p. 19/20; grifos do autor)

Ainda segundo o parecer do GESTA/UFMG, além de insuficiente, a adoção de modelos normativos e homogeneizadores na descrição da realidade local, sem atenção às características socioculturais das comunidades dessa região, conduzia a um subdimensionamento do universo de famílias e comunidades reconhecidas no licenciamento como afetadas pelo empreendimento Minas-Rio, desconsiderando redes de relações sociais intra e intercomunitárias, bem como as relações de dependência das comunidades com o meio ambiente e seus recursos, tal como a água, por exemplo (GESTA/UFMG, 2014, p. 35).

Mas, para além das críticas, é preciso observar que o critério espacial *strictu sensu*, implícito à categoria de Área Diretamente Afetada, fora superado por decisões deliberadas no próprio processo de licenciamento do empreendimento Minas-Rio, quando, através da condicionante de no. 91 da Licença de Instalação (Fase 1), se estabeleceu o TAC de Irapé como parâmetro mínimo para a recomposição dos direitos dos atingidos, incluindo balizas para o seu reconhecimento, para os processos de negociação e para o reassentamento (SUPRAM JEQUITINHONHA, 2010, p. 23). De fato, o referido termo de acordo adotou minimamente, para o dimensionamento dos danos e a delimitação da população afetada pela UHE Irapé, critérios baseados nas especificidades socioculturais das comunidades ribeirinhas atingidas, reconhecendo terras de herança e herdeiros ausentes; posseiros, trabalhadores e parceiros; o dano provocado pelo esvaziamento do espaço social e consequente isolamento de famílias e indivíduos (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2002, Anexo 1, item 5.1.7).

Em suma, a não observância das relações socioambientais prevaletes na região; a noção territorial-patrimonialista de “Área Diretamente Afetada” como critério para o dimensionamento de impactos, atribuição de responsabilidades, recomposição de danos e reconhecimento de direitos, constituiu um grave e recorrente problema nos licenciamentos das primeiras fases do Projeto Minas-Rio. Implicou no não-reconhecimento de um amplo universo de comunidades atingidas pelo empreendimento, embora as mesmas tenham sido severamente afetadas em suas condições de reprodução sociocultural (DIVERSUS, 2011; GESTA/UFMG, 2014). **O erro, entretanto, se repete nesta nova fase do licenciamento, que retoma categorias e definições que já haviam sido não só problematizadas por pesquisadores, técnicos do órgão ambiental e pelas próprias comunidades afetadas, como superadas por deliberações do próprio órgão licenciador. A prevalecer esse entendimento, o prognóstico é o de um aprofundamento do quadro conflituoso já**

configurado na região, não apenas pelo aumento da deterioração das condições de vida de comunidades já afetadas, como da ampliação do número de comunidades atingidas, considerando a significativa expansão da cava.

A própria Ferreira Rocha reconhece, no Estudo de Impacto Ambiental da Etapa 3 do empreendimento (EIA, Vol. IV, 2015), a importância de um processo cuidadoso de dimensionamento das áreas afetadas. Segundo o documento:

A divisão adotada para o diagnóstico está pautada não somente no território, mas também nos tipos de interação que os indivíduos mantêm entre si dentro deste território, já que, no limite, estas interações são determinantes não somente para os maiores ou menores níveis de vulnerabilidades, mas também para maiores ou menores níveis de proteção, muitas vezes representadas pelos laços de parentesco, vizinhança e identificação que se constituem entre moradores de áreas com as características daquela que é vizinha da ADA (EIA, Vol, IV, 2015, p. 3).

A existência de tais relações intra e intercomunitárias é evidenciada em alguns pontos do Estudo de Impacto Ambiental, mas de forma pouco consistente e sem consequências para o desenvolvimento da análise. Um indício dessa insuficiência é o lugar marginal que o tema ocupa na base de dados utilizada para compor o diagnóstico socioeconômico das comunidades focais. Apenas o questionário aplicado na comunidade do Turco pela empresa ERM contempla perguntas a respeito das relações de parentesco e vizinhança entre as comunidades, não se encontrando, nos questionários aplicados nas demais comunidades, quaisquer questões voltadas a esse tema. Ainda assim, já se evidencia a existência de redes de relações entre as comunidades do Turco, Cabeceira do Turco, Água Quente e São Sebastião do Bom Sucesso - cujas festas, ressalta o EIA, “mobilizam a população das demais comunidades” (EIA, Vol. IV, 2015, p. 183-184).

Todavia, apesar destas constatações, o Estudo insiste na definição territorial-patrimonialista da ADA, tomando as “**propriedades**” como unidade de análise para a delimitação do universo “diretamente afetado”. **Cumprir esclarecer que o EIA não estabelece uma definição clara para o que está sendo chamado de “propriedade”, o que remete o leitor a um entendimento meramente cartorial desse termo.** Se a arbitrariedade implícita ao uso dessa categoria como critério de delimitação espacial já foi devidamente demonstrada, cabe enfatizar que sua utilização como unidade básica de análise incide no mesmo problema, agravando-o. Desconsidera não apenas as relações de vizinhança, pertencimento e parentesco existentes entre os moradores das diversas comunidades, como práticas internas às comunidades e seus territórios, invisibilizando toda uma gama de regimes de posse e uso da terra vigentes na região, a exemplo de terras familiares (ou “no bolo”), terras de santo, agregados, parcerias, entre outras relações costumeiras e/ou contratuais. Tal procedimento dificulta que se avalie as formas e o grau em que as transformações geradas pelo empreendimento vêm, inclusive nessa terceira etapa de expansão, alterando os modos de vida e as condições de reprodução física e cultural das famílias e comunidades atingidas, inclusive aquelas que mantêm ou mantinham vínculos diversos com o espaço classificado como “ADA”.

O uso da categoria “propriedade” como unidade de análise reforça ainda o processo de vulnerabilização dos atingidos, que, abordados individualmente para a negociação das terras,

veem-se ainda mais enfraquecidos em suas possibilidades de exigirem o reconhecimento de direitos supra-individuais no âmbito do processo de licenciamento. **Assim, de uma maneira completamente arbitrária, sem apresentar o referencial teórico que embasou tal decisão, o Estudo de Impacto Ambiental fornecido pela empresa apresenta 43 “propriedades” dentro da ADA.** Curiosamente, todas as propriedades incidentes dentro da Área Diretamente Afetada, segundo informação do EIA, “já pertencem à Anglo American ou encontram-se inseridas no contexto do polígono de Direito Minerário ou dentro da faixa de Servidão Minerária” (Ibid., p. 199). **Esta constatação indica claramente o objetivo do empreendedor de não realizar novos reassentamentos.**

A arbitrariedade dessa decisão pode ser observada ainda ao tomarmos como exemplo a Comunidade do Sapo (São Sebastião do Bom Sucesso). Tal comunidade foi identificada pelo próprio EIA como de grande importância para a manutenção de práticas e relações da população da região, inclusive por constituir a sede do Distrito homônimo:

Sendo assim, é relevante considerar o papel desempenhado pelas sedes distritais na provisão de serviços básicos, incluindo saúde, aos povoados e demais populações rurais que vivem no seu entorno. Corroborando a importância deste papel, há que se registrar que, apesar dos resultados da pesquisa retratados na Figura 2-152, nos estudos censitários realizados nas comunidades de Água Quente, Turco, Cabeceira do Turco e São Sebastião do Bom Sucesso, a ERM (2014) identificou que é nesta última comunidade - a qual é a sede do distrito onde estão localizadas também as outras três - que os moradores costumam buscar prioritariamente não apenas por atendimento em saúde, mas também por educação e lazer, justamente por ser nela que se encontram os equipamentos públicos e também igreja e cemitério (EIA, Vol. IV, 2015, p. 183).

A comunidade será uma das mais atingidas pela expansão da mina, tendo sido alvo, em março de 2017, de mudanças drásticas no layout das estruturas do empreendimento. A comunidade está a uma curta distância da área de expansão e sofrerá inevitavelmente com a instalação de ao menos dois diques de contenção de sedimentos na região, além dos efeitos da própria operação da mina. Entretanto, não é considerada “Área Diretamente Afetada” - quando o deveria ser, mesmo se adotados os parâmetros estritamente locais apresentados no Estudo de Impacto Ambiental.

A exclusão da comunidade de São Sebastião do Bom Sucesso da Área Diretamente Afetada ilustra ainda outro grave problema decorrente dos critérios restritivos de conhecimento e reconhecimento do universo sociocultural afetado: a invisibilização de um processo de esvaziamento do espaço social pelo qual já passam as comunidades da região. As propostas de negociação individual e reassentamento “opcional”, que vem sendo apresentadas aos moradores de São Sebastião do Bom Sucesso e de outras comunidades, tendem a agravar esse quadro. Tais propostas, preliminarmente, incidem em dois problemas, da perspectiva do reconhecimento dos efeitos sociais do empreendimento: primeiro, vulnerabilizam os moradores, submetendo-os ainda mais às condições e tempos definidos pelo empreendedor, ao privá-los de qualquer suporte legal que exija o seu cumprimento, por não reconhecerem o reassentamento como um direito. Segundo, como acima dito, impedem que o esvaziamento do espaço social seja considerado como **um efeito do próprio empreendimento**, cuja amplitude vai além dos indivíduos ou famílias realocadas, estendendo-se, a princípio, para toda a rede de sociabilidade e serviços em que se insere aquela comunidade.

Área de Estudo Local e Área de Estudo Regional

As Áreas de Estudo Local e Regional, por sua vez, tal como definidas no EIA, tampouco se baseiam em conceitos ou critérios metodológicos claros, e, exatamente por isso, não funcionam como fios condutores capazes de estabelecer parâmetros consistentes e continuados para a análise da socioeconomia e do patrimônio cultural. Assume-se que “o determinante principal para a delimitação das áreas de estudo do meio socioeconômico foi a proximidade em relação ao empreendimento” (EIA, Vol. I, p. 233). Conforme já destacado, a insuficiência de um critério estrita e exclusivamente espacial se evidencia diante do caráter multidimensional dos processos de mudança deflagrados pelo Minas-Rio. As interações entre as dimensões ambientais, sociais, econômicas e culturais, além dos riscos potenciais, levam os efeitos do empreendimento a serem sentidos para além da circunvizinhança geográfica mais restrita.

A ausência de critérios científicos para a definição das áreas de estudo reverbera em uma série de contradições encontradas no próprio texto do Estudo de Impacto Ambiental. Segundo o documento (EIA, Vol. IV, 2015, p. 3), a Área de Estudo Regional abarca os municípios de Dom Joaquim e Serro, já a Área de Estudo Local contempla os municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas. Os dois últimos municípios, justifica o EIA, guardariam uma relação diferenciada com o empreendimento, por estar prevista a instalação de novas estruturas em seus respectivos territórios administrativos, “sendo de se esperar, por conta disso, que haja maior interação e, conseqüentemente, **maiores efeitos** sobre os mesmos do que sobre outros municípios da região” (EIA, Vol. I, 2015, p. 233, grifos acrescentados).

Todavia, a comunidade de São José da Ilha, distrito de Dom Joaquim, faz parte das “comunidades focais”, aquelas comunidades que, “**devido à sua proximidade com as estruturas do empreendimento** possivelmente serão **afetadas pela presença do projeto de maneira distinta** do restante da AEL e AER.” (EIA, Vol IV, 2015, p. 3, grifos acrescentados). **Há, aqui, uma flagrante contradição, uma vez que o critério utilizado para a postulação de uma Área de Estudo Local diferenciada da Área de Estudo Regional exigiria a inclusão de Dom Joaquim na AEL.**

Contradições similares são encontradas na parte do EIA dedicada ao Patrimônio Cultural, análise para a qual foi estabelecido um novo desenho para as áreas de estudo. Conforme abordado no início deste capítulo, na respectiva seção compreende-se como AER os municípios do Serro, Dom Joaquim, Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, sendo a AEL restrita às áreas do entorno do empreendimento.

Entretanto, essa mudança de delimitação de AER e AEL não demonstra um embasamento consistente em relação aos efeitos das atividades minerárias sobre o patrimônio cultural para cada área de estudo¹⁶. Conforme mencionado anteriormente, a empresa Ferreira Rocha afirma

16 Esta questão será abordada de modo mais detalhado a seguir, na seção correspondente à análise dos estudos de patrimônio cultural e comunidades tradicionais substanciados no EIA.

que a delimitação das áreas de estudo para o Volume IV levou em consideração, sobretudo, a proximidade em relação ao empreendimento. “Além disso, levou-se em conta os potenciais efeitos desta proximidade sobre a dinâmica social, econômica e cultural e sobre a infraestrutura – de comércio, prestação e serviços públicos – existente nas áreas elencadas” (EIA, Vol. I, 2015, p.233). Desse modo, questiona-se a inserção dos municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas na AER, uma vez que o critério espacial é um dos aspectos - mas não o único - que influencia nas intervenções e efeitos do empreendimento sobre a população afetada, inclusive no que consiste à questão cultural e de comunidades tradicionais.

Assim, a insuficiência do estrito critério de proximidade espacial para as delimitações de AER e AEL, bem como a própria relativização desse critério no que tange às definições diferenciadas utilizadas na seção sobre Patrimônio Cultural, acabam abrindo brechas para uma instrumentalização interessada da amplitude das áreas de estudo, variando suas delimitações a partir de critérios que fogem à relação com os efeitos e intervenções engendradas pelo empreendimento sobre a população afetada.

“Comunidades focais”

O conceito de “Comunidades Focais” apresentado no EIA, por sua vez, não atende a nenhum objetivo metodológico ou organizacional claro. De acordo com a empresa Ferreira Rocha, as “comunidades focais” são aquelas localizadas no entorno da ADA, e que:

devido à sua proximidade com as estruturas do empreendimento, possivelmente serão impactadas pela presença do projeto de forma distinta do restante da AEL e AER, podendo sofrer determinados impactos de forma mais intensa e duradoura (EIA, Vol. IV, 2015, p.3).

Contudo, os elementos definidores do conceito de “comunidade focal” deveriam estar contidos em uma definição de ADA que estivesse pautada na realidade local e nos efeitos ambientais e sociais nos territórios. Em outras palavras, as comunidades ditas “focais” deveriam estar incluídas na delimitação da ADA, sendo consideradas como diretamente afetadas pelo empreendimento.

Nesse sentido, a própria divisão de ADA e Comunidades Focais apresentada no EIA dificulta o estabelecimento de uma relação clara entre instalação e operação das estruturas e seus efeitos sobre esses territórios, dificultando a atribuição de responsabilidades e levando ao não comprometimento da empresa com o reassentamento dessas comunidades.

O qualificativo “focal”, cabe ainda questionar, é pouco significativo da problemática e das comunidades em questão. As “comunidades focais” são, na verdade, as comunidades atingidas. A importância do uso do termo “atingido” reside em sua capacidade de gerar pertencimento, na luta cotidiana pela sobrevivência frente às grandes obras de desenvolvimento, constituindo-se como um qualificativo catalisador de novas identidades e expressões políticas,

a exemplo da Articulação das Atingidas e Atingidos pela Vale e do Movimento dos Atingidos por Barragens (REBOUÇAS, 2000; SANTOS; FERREIRA; PENNA, 2017)¹⁷. Como menciona Vainer (apud SANTOS; FERREIRA; PENNA, 2017, p. 9), “atingido” é uma categoria que nos remete “a uma permanente disputa pelo reconhecimento de direitos”.

Além disso, o Estudo de Impacto Ambiental apresentado pela Ferreira Rocha insiste numa delimitação ainda restrita do conjunto de comunidades atingidas, reconhecendo apenas 11 comunidades como sendo impactadas “de forma mais intensa e duradoura”, a saber: São José do Jassém, Itapanhoacanga, Água Quente, Passa Sete, Beco, Cabeceira do Turco, Córregos, Gondó, São Sebastião do Bom Sucesso, Turco e São José da Ilha. Conforme acima mencionado, restrições dessa ordem foram questionadas em outras fases do licenciamento, o que levou, no ano de 2010, à decisão, durante a 43ª Reunião Ordinária da URC-Jequitinhonha, de se requisitar a produção de um diagnóstico socioeconômico pela empresa Diversus.

Tal relatório, intitulado *Diagnóstico Socioeconômico: Área Diretamente Afetada (ADA) e Área de Influência Direta (AID) da Mina da Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S/A* (DIVERSUS, 2011), indica a existência de ao menos cinco comunidades que não constam no Estudo de Impacto Ambiental do Projeto de Extensão da Mina do Sapo. São elas: Arruda, Taporôco, Teodoro, Córrego Palmital e Serra de São José. Conforme será discutido na seção dedicada à análise do diagnóstico social das “comunidades focais”, nem o conceito de comunidade apresentado no Estudo, nem as distâncias dessas comunidades em relação ao empreendimento justificariam a sua exclusão do universo considerado de “comunidades focais”. O EIA utiliza o termo “comunidade” definindo-o, a partir de Tönnies¹⁸, em referência a relações de parentesco, amizade e vizinhança (EIA, Vol. IV, 2015, p. 3 e 4).

Além disso, a ausência de indicadores espaciais claros não permite identificar se estão contemplados no Estudo lugares como Córrego do Peão, Estrada do Sapo-Jassém, Gramichá, Quatis, Pompéu, dentre outros mencionados no diagnóstico socioeconômico elaborado em 2011 (DIVERSUS, 2011). Muitas dessas localidades possuem fortes relações com aquelas discriminadas no Estudo de Impacto Ambiental, o que confere uma certa fluidez à afirmação de unidades e fronteiras sociais, e relações de proximidade podem ser acionadas para indicar o pertencimento a comunidades contíguas e mais populosas. Em outros contextos, o contrário pode acontecer, com a afirmação de diferenças e a demarcação de uma unidade política e social distinta. Algumas contradições encontradas no EIA podem estar relacionadas a essa dinâmica, como o fato de o documento omitir o Passa Sete ao elencar as comunidades classificadas como “focais”, na página 3 do Volume IV. De todo modo, seria imprescindível que o estudo estabelecesse representações mais precisas das unidades sociais por ele consideradas.

Vale, porém, ressaltar que o próprio conceito de comunidade apresentado no EIA já foi

17 Segundo Santos, Ferreira e Penna (2017, p. 9), o termo atingido, no contexto brasileiro, “passou a ser incorporado aos licenciamentos ambientais a partir de sua instrumentalização em lutas sociais e políticas relacionadas à garantia de direitos de populações locais afetadas pela implantação de grandes projetos de desenvolvimento”.

18 A obra mencionada no EIA, não relacionada nas referências bibliográficas, parece ser a organizada por Orlando de Miranda: MIRANDA, O. Para ler Ferdinand Tönnies. São Paulo: EdUSP, 1995.

amplamente criticado por estudos antropológicos recentes. Os três eixos de definição de comunidade (parentesco, vizinhança, amizade) não conseguem dar conta das relações territoriais de populações com modos de vida tradicionalmente estabelecidos. Segundo Little (2003, p. 251-252), a adoção de termos como “comunidades rurais” para a conceituação dessas realidades é problemática tendo em vista a abrangência e a diversidade de grupos que engloba. Esta conceituação generalizante torna homogêneas realidades diversificadas, com práticas, relações, saberes e modos de vida próprios. Assim, o autor propõe a adoção dos conceitos de territorialidade¹⁹ e território para a definição dessas múltiplas realidades:

A renovação da teoria de territorialidade na antropologia tem como ponto de partida uma abordagem que considera a conduta territorial como parte integral de todos os grupos humanos. Defino a territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou “homeland” (LITTLE, 2003, p. 253).

Haesbart, por sua vez, considera a dimensão simbólica como constitutiva do território. Segundo o autor, o território, ao mesmo tempo em que possui um caráter funcional, de provisão de recursos, e político, de ordenação do espaço, também se define a partir da produção de significados culturais:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 1997 apud FERRI MAURO, 2011, p.2).

A partir dessas considerações é possível observar as deficiências na definição de comunidade acionada no Estudo em questão. Esse conceito de comunidade tende a limitar o diagnóstico das comunidades a um mapeamento de relações de parentesco e vizinhança (algo que, entretanto, o EIA sequer chega a realizar de modo satisfatório, por falhas metodológicas). Tal noção ignora o caráter político e simbólico do território e as complexas relações dos indivíduos com o meio, relações constitutivas de seus modos de vida. O uso, por sua vez, do conceito mais abrangente de território, implica no reconhecimento de sua construção histórica a partir de fenômenos sociais e políticos, que só podem ser compreendidos por meio de uma abordagem etnográfica (LITTLE, 2003, p. 254).

19 Também entendida, segundo Bonnemaïson (2002, p. 99-100), como a “relação social e cultural que um grupo mantém com a trama de lugares e itinerários que constituem seu território [...]”. Para o autor, é por meio da territorialidade que “um povo exprime sua concepção de mundo, sua organização, suas hierarquias e funções sociais” (BONNEMAISON, 2002, p. 124).

2.2. Produção de dados relativos às “comunidades focais”

Outro ponto a ser destacado como grave falha metodológica foi a não realização de uma pesquisa específica para a elaboração da análise socioeconômica do Estudo de Impacto Ambiental, sobretudo no que diz respeito às “comunidades focais”. Foram utilizados dados procedentes de múltiplas fontes, produzidos por pesquisas que possuíam outras finalidades e abrangiam áreas geográficas diversas.

Segundo o próprio EIA, os dados que fundamentaram as conclusões contidas no Estudo de Impacto Ambiental foram:

1. Dados públicos de órgãos governamentais como o DataSUS, FJP, IBGE, INEP, IPEA etc.;
2. “informações, dados, estudos e relatórios técnicos gerados pela Anglo American e empresas por ela contratadas” (EIA, Vol.IV, 2015, p. 4);
3. Dados coletados em entrevistas e reuniões com profissionais da Anglo American;
4. Informações e recomendações do “Workshop de Avaliação de Impactos Ambientais e Definição de Áreas Afetadas”, realizado em 19/02/2015 e 20/02/2015;
5. Pesquisa de campo realizada nos dias 17/11/2014 e 18/11/2014 nas Comunidades Focais;
6. Cadastros Sociais realizados a partir de outubro de 2013.

Destacam-se, ainda segundo o documento, como fontes importantes de dados para o diagnóstico socioeconômico das comunidades focais, a 9ª *campanha de pesquisa para o Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos* (novembro de 2014) e os diagnósticos produzidos pela Environmental Resources Management (ERM) a respeito da comunidade do Turco (25 de agosto a 10 de setembro de 2014).

A utilização feita pela Anglo American de dados oriundos de questionários diferentes, aplicados em condições específicas com objetivos diversos, pode causar graves problemas na consolidação e avaliação de um quadro claro acerca dos efeitos do empreendimento. A elaboração de perguntas de um questionário deve buscar sempre atender aos objetivos específicos da pesquisa, de modo a satisfazer uma proposta e testar hipóteses. A utilização de questionários prontos como única fonte de dados primários limita o pesquisador às informações existentes, que não necessariamente respondem adequadamente à pergunta da pesquisa (BABBIE, 1999), podendo assim enviesar o estudo, levando a conclusões equivocadas. Ao verificarmos os questionários utilizados tanto na 9ª Campanha quanto no diagnóstico realizado pela ERM, não se encontra nenhuma menção ao licenciamento da etapa 3 do empreendimento Minas-Rio. Ou seja, se não se perguntou a respeito da Expansão da Mina do Sapo, torna-se impossível a manifestação das comunidades em relação a essa etapa do empreendimento.

A empresa Ferreira Rocha justifica a ausência de uma pesquisa específica sobre expansão da Mina do Sapo alegando que poderia “desgastar desnecessariamente a população que, conforme indicado, já passou por nove campanhas de igual conteúdo” (EIA, Vol IV, 2015, p.5). Tal justificativa é no mínimo contraditória e não corresponde às exigências do Termo de Referência. **O EIA é um dos poucos instrumentos legais que garantem a escuta das comunidades em relação aos efeitos já gerados pelo empreendimento e às possíveis novas consequências que a expansão do mesmo pode gerar. Nesse sentido, seria fundamental que o Estudo de Impacto Ambiental tivesse sido formulado a partir de instrumentos de pesquisa específicos, aplicados em contextos marcados, inclusive, pela consciência da população acerca dos objetivos da pesquisa em curso.** Uma consequência grave do fato de o Estudo ter se limitado a compilar dados produzidos em levantamentos anteriores é a delimitação, *a priori*, da área geográfica coberta pela análise nele consubstanciada. A indicação das comunidades que, nos termos do EIA, deverão sofrer os impactos mais “intensos” e “duradouros” de um processo de significativa expansão da mina, foi de antemão limitada a um conjunto de comunidades que já sofriam impactos do empreendimento, tal como ele se apresentava em 2014.

Além disso, outro ponto a ser destacado a partir da análise dos questionários utilizados como fonte de dados para o EIA e para as demais campanhas realizadas pela Anglo American é o fato da comunidade do Turco não estar contemplada pelo programa de monitoramento executado pela empresa nos últimos cinco anos. Sendo o Turco uma “comunidade focal”, é no mínimo curioso que ela não esteja incluída no programa, tendo sido realizada em 2014 uma campanha específica para essa comunidade.

Para preencher a lacuna amostral deixada pela ausência do Turco nas Campanhas de Monitoramento, a empresa Ferreira Rocha não hesitou em compilar dados recolhidos em contextos distintos e para fins específicos, sem dar qualquer justificativa metodológica para tal. O EIA compila dados produzidos a partir de construções de questionários absolutamente distintas, como se pode notar ao comparar os anexos 1, 2, 3 e 4 do Estudo²⁰.

Como já observado, em nenhum dos questionários aplicados se pergunta sobre medidas mitigadoras ou mesmo sobre o impacto da expansão da Mina, mas, não apenas isso, o que se percebe ao longo de todo o EIA é que **em nenhum momento o estudo recorre a dados captados via metodologias qualitativas de pesquisa.** Menciona-se a realização de um *workshop*, utiliza-se a palavra “entrevistados”, mas em nenhum momento a análise se apoia em falas completas de sujeitos da pesquisa para explorar o contexto local ou a percepção sobre a nova etapa do empreendimento. Com isso, evita-se pensar junto à população atingida sobre medidas mitigadoras; e mesmo a avaliar, junto a essa mesma população, a eficácia de medidas pertencentes a outras etapas do empreendimento.

A esse respeito destaca-se, nos procedimentos metodológicos utilizados pela Ferreira Rocha, a ausência de pesquisas de campo com a duração e profundidade necessárias.

20 A decisão de se utilizar dados apurados em um questionário diferente para a comunidade do Turco mostra-se especialmente questionável quando, por motivos similares, a Ferreira Rocha descartou o uso de dados das campanhas de monitoramento anteriores (EIA, Vol. IV, 2015, p.5), o que será analisado na sequência do texto.

A não utilização de uma abordagem qualitativa, ou mesmo etnográfica, capaz de evidenciar de maneira mais apropriada o universo de relações entre indivíduos, comunidades e meio ambiente, é uma grave lacuna metodológica na pesquisa. Segundo Veiga (2001, p. 5) as formas de criação do mundo social tornam necessário que sua compreensão se dê a partir do cotidiano dos indivíduos, pois é a partir dele que estes interagem com o mundo. A individualidade da pessoa e as especificidades de seu código cultural são, assim, de grande relevância para a compreensão do universo social. Entretanto, nos curtos períodos de tempo em que a Ferreira Rocha esteve em campo, foi adotado, como método **exclusivo** de pesquisa, o survey²¹ (EIA, Vol. IV, 2015, p. 8 e 12).

Observa-se que a escolha por uma metodologia de pesquisa baseada na aplicação de questionários é insuficiente para os objetivos a que se propõe o Estudo de Impacto Ambiental. O objeto do estudo são efeitos multifacetados decorrentes do empreendimento para as comunidades situadas na região, efeitos esses pouco definidos espacialmente, com implicações variadas e de longa duração, muitas vezes imperceptíveis em curto prazo e, sobretudo, sem a compreensão adequada da realidade social. Essa realidade compreende grupos com modos de vida específicos, baseados em regimes complexos de posse e uso da terra, condições particulares de vida e de relação com o meio, dificilmente apreensíveis em uma pesquisa tipo survey - incapaz, nesse sentido, de explicar apropriadamente as múltiplas relações entre as variáveis a serem analisadas para a compreensão dos efeitos do empreendimento nas comunidades. Essa metodologia, além disso, não abre espaço para o possível surgimento de novas variáveis descobertas no processo da pesquisa, que possam se mostrar de grande importância para o real dimensionamento dos processos estudados²². Se a expansão da mina constitui uma operação de alto impacto, alcance e complexidade, as ferramentas de pesquisa deveriam necessariamente acompanhar essas características, sendo também complexas e capazes de oferecer abrangência e profundidade na produção e análise de dados.

Outro problema evidenciado pelo material discriminado pelo EIA é a ausência de dados recentes sobre a realidade estudada. Com a Licença de Operação concedida em 23 de setembro de 2014, observa-se que as principais fontes de dado utilizadas no Estudo foram colhidas antes ou pouco tempo após a concessão da LO. Desta maneira, **não é possível, com os dados utilizados, ainda que fossem coletados em estudos de campo de extensão apropriada e com a utilização de métodos de pesquisa adequados, obter conclusões a respeito dos efeitos do empreendimento na vida das comunidades, dado que tais estudos não contemplam os três anos de operações da Anglo American na região.** O Estudo, assim, apresenta uma visão datada da situação das comunidades, que não condiz com a realidade atual

21 Segundo Rossi et al, “surveys consistem em uma abordagem relativamente sistematizada e padronizada de coleta de informações a nível de indivíduo, agregado familiar, ou entidades organizadas maiores através do questionamento de amostras sistematicamente definidas de indivíduos” (ROSSI, WRIGHT, ANDERSON, 2013; tradução nossa).

22 Para Della Porta e Keating (2008), “Cultura é notoriamente difícil de mensurar. Surveys podem capturar diferenças de valores entre indivíduos, mas não são sempre confiáveis quando nos movemos para o nível da coletividade. Estereótipos podem dificultar o entendimento de como sociedades realmente funcionam. A melhor abordagem consiste em uma triangulação de método de survey, trabalho etnográfico e estudo de caso” (p. 9, tradução nossa). Os autores afirmam ainda que surveys, tidos como “racionalis”, “exatos” e “neutros”, são inerentemente dependentes da maneira como são feitas as perguntas, fator que, por sua vez, varia de acordo com o viés e embasamento teórico do pesquisador. (p. 15).

e não se confirma ao ser comparado com estudos de campo realizados pelo GESTA/UFMG ao longo dos últimos três anos nas mesmas localidades.

Vale destacar, ainda, a utilização de dados da 9ª campanha de pesquisa para o Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos. Segundo o EIA, optou-se pela utilização de dados apenas da 9ª campanha pelo fato da diferença nas amostras não caracterizá-la como uma pesquisa longitudinal, com caráter de monitoramento. Todavia, o próprio nome dado à pesquisa, campanha de pesquisa para o **Monitoramento** dos aspectos socioeconômicos, indica o contrário. De fato, a utilidade de uma pesquisa de longa duração, realizada de 2010 a 2014, está no acompanhamento das alterações nos indicadores estudados ao longo do tempo. A construção das perguntas dos questionários também indica uma pesquisa de monitoramento. A utilização do intervalo temporal de 6 meses²³ para a avaliação da melhora ou piora dos indicadores analisados nos questionários só possui significado metodológico se for utilizado como instrumento de comparação com as outras campanhas, aplicadas em intervalos de seis meses. **O argumento utilizado no EIA, de que a amostragem é diferente em cada uma das campanhas, fere a própria premissa da pesquisa amostral, que através da utilização de técnicas de amostragem prevê a captação de uma amostra representativa da população, ou seja, que espelhe, com grau razoável de confiabilidade, os resultados que seriam obtidos com a aplicação do mesmo questionário na população.** Segundo Babbie (1999) a não utilização do mesmo grupo amostral ao longo da pesquisa não inviabiliza uma pesquisa longitudinal, basta que a população estudada seja a mesma em todas as aplicações dos surveys, configurando assim um *Estudo de Tendência*.

O Estudo argumenta, ainda, para a não utilização dos dados das outras campanhas, que:

utilizar dados para períodos de referência diferentes, advindos de amostras diferentes, implicaria tentar unificar dados coletados ao longo de 5 anos, vinculados a períodos de referência distintos, numa época marcada por várias mudanças no contexto social, econômico, laboral e demográfico, justamente em decorrência da presença do empreendimento na região. Ou seja, implicaria em tentar comparar opiniões e percepções referidas a contextos distintos, que foram mudando ao longo do período de 2010 a 2014 (EIA, Vol. IV, 2015, p.5).

Um problema recorrente ao longo do Estudo é a ausência de marcos temporais que vinculem os dados apresentados à presença da Anglo American na região, o que os torna estéreis em termos de informações relevantes para a formulação de decisões sobre o licenciamento. Ao analisarmos a produção agrícola no município de Conceição do Mato Dentro, ficam evidentes as consequências desse uso parcial, estático, dos dados. O Estudo de Impacto Ambiental analisa a quantidade produzida de lavoura permanente no ano de 2013 a partir da comparação entre os municípios de Alvorada de Minas e Conceição do Mato Dentro, indicando, por exemplo, a produção de 825 toneladas e 375 toneladas de banana, respectivamente. Este dado, ainda que ajude a situar o cenário produtivo dos municípios, não caracteriza as mudanças nessa produção ao longo do tempo a partir da instalação do empreendimento na região. De fato, Bittencourt (2017), a partir

23 Evidenciado em perguntas como “5.4. Nos últimos 6 meses você ou alguém da sua família foi vítima de algum dos tipos de violência relacionados abaixo.” (EIA, Vol. IV, 2015, Anexos: Programa de Monitoramento Socioeconômico - Pesquisa com as localidades).

de dados do IBGE de 2004 a 2014, demonstra uma queda abrupta na produção agrícola dos principais gêneros da região a partir do ano de 2010, indicando uma redução na produção de banana de 2.340 toneladas para 600 toneladas, durante a série histórica analisada, tendência observada na produção dos principais gêneros agrícolas de Conceição do Mato Dentro, incluindo plantios temporários e permanentes.

Assim, para que o Estudo de Impacto Ambiental (EIA, Vol. IV, 2015) cumprisse a função que se propõe, de “avaliação de impactos”, deveria, justamente, procurar identificar as mudanças de “opiniões e percepções referidas a contextos distintos”, o que fundamentaria a análise sobre o modo como essas comunidades vivenciam as transformações ambientais, sociais e econômicas deflagradas pela instalação e operação do complexo minerário, e que serão aprofundadas com a expansão. O próprio quesito produção é pouco explorado nos questionários, de forma que não se tem o levantamento temporal do quê e quanto se cultiva em cada terreno, dificultando a mensuração do grau em que o empreendimento tem impactado a agricultura em nível local, muito embora a agricultura de tipo familiar seja, tradicionalmente, uma forte presença nas “comunidades focais”.

Enfim, conforme salienta Rebeca Campos (2012):

Os laudos orientam a tomada de decisões concretas, cujos desdobramentos podem alterar a vida de comunidades inteiras. A solicitação desse tipo de trabalho espera exatidão técnico-científica, de modo que propicie medidas, estas com desdobramentos múltiplos (CAMPOS, 2012, p.347).

Há que se enfatizar, portanto, que a elaboração de estudos de impacto e laudos de vulnerabilidade envolve questões sociais e éticas de extrema importância, e uma base de dados defasada, associada a instrumentos metodológicos inadequados, pode colocar em risco não apenas a pesquisa, como também todos os sujeitos envolvidos naquele processo.

Desenho de pesquisa nas “Comunidades Focais”

O Estudo de Impacto Ambiental afirma:

Assim é que, na 9ª campanha de monitoramento, **optou-se por**, ao invés de realizar uma pesquisa amostral, **tentar entrevistar todos os domicílios das comunidades focais** e, igualmente, **todos os estabelecimentos** “com portas abertas para a rua” (EIA, Vol. IV, p. 12, grifos acrescidos)

Mais adiante, no mesmo capítulo, ao descrever as características habitacionais das comunidades, o Estudo afirma que, com exceção do Gondó, em todas as comunidades pesquisadas os domicílios “são próprios, pertencentes aos ocupantes, e já estão quitados” (ibid. p. 172).

O modo como as informações acerca das situações de moradia são apresentadas no EIA contrasta fortemente com aspectos da realidade local detectados em pesquisas de campo de caráter etnográfico, realizadas por equipes do GESTA/UFMG desde o ano de 2012, em algumas “comunidades focais”. Estas indicam a existência de regimes de posse e uso da terra extremamente complexos, muitas vezes não mediados por instrumentos jurídicos ou documentos formais de propriedade. A existência de uma pluralidade de formas de uso e apropriação da terra emerge, ainda, em pesquisa independente, realizada recentemente na região. Segundo Carvalhosa (2016, p. 50-51):

Esse processo de ocupação das terras ajudou a constituir uma organização social no espaço e no tempo sob condições de produção diferentes quanto ao acesso, uso e posse da terra no local. Se por um lado algumas famílias conseguiram uma autonomia maior de viver em sua própria terra de herança familiar gradualmente ao longo do tempo, por outro lado existiam famílias que moravam nas fazendas e mantiveram essa condição por várias gerações seguintes até conseguirem uma terra separada dos fazendeiros. Encontrei lavradores que teriam vivido essa transição entre a morada dos pais em fazendas para posterior compra de terras próprias. Encontrei também lavradores que ainda viviam em terras cedidas por fazendeiros no local, de relações de morada herdadas de seus pais e que não apresentavam terras próprias.

A autora aborda ainda a particularidade das relações de moradia nos contextos agrários, mais baseadas em relações costumeiras e/ou contratuais, por vezes entre camponês e proprietário, do que no conceito habitacional geralmente empregado em contextos urbanos, introduzido no EIA a partir do uso de categorias como “domicílio”, “quitação”. Desta maneira, os regimes de posse e propriedade, os atos de compra e venda de terra, não estão baseados apenas em relações contratuais de mercado, que vigoram com maior frequência em áreas urbanas, mas se fundamentam em torno das mais diversas formas de relações entre os próprios lavradores, e entre lavradores e fazendeiros, mobilizando relações pessoais, incluindo laços de parentesco e compadrio²⁴.

Assim, ao contrastar as informações contidas no EIA com dados de campo e pesquisas científicas realizadas na região, pode-se observar uma grave falha na apuração dos dados contidos no Estudo. De fato, a invisibilização dessa pluralidade de regimes de posse e uso da terra leva a uma simplificação artificial do ambiente estudado e a uma ignorância da complexidade das redes de relações que ordenam tais regimes. Além disso, a própria definição utilizada de “domicílio” está ambígua e não permite perceber se são considerados como tais apenas as casas propriamente ditas, ou se esta definição abarca também os quintais, roças e outras áreas de uso familiar, centrais para a manutenção dos modos de vida desses grupos. Observa-se, assim, na construção das pesquisas adotadas nos territórios, a ausência de elementos metodológicos que permitam identificá-las como comunidades rurais, dotadas de territorialidades específicas. De fato, o desenho de pesquisa adotado é próprio de regiões urbanas, ignora, como já apontado, as diferentes modalidades de posse e uso da terra, e toma a unidade domiciliar como uma categoria *a priori*.

Esta característica do modelo de pesquisa adotado também pode ser observado no

24 A autora identifica ao menos três modalidades de apropriação da terra no contexto estudado: a) terras comuns formadas a partir de heranças familiares sem a partilha formal entre os herdeiros; b) terras adquiridas pelos moradores após o casamento; c) terras sem o título de propriedade, das quais a posse deriva de uma “dádiva” concedida pelo fazendeiro (CARVALHOSA, 2016, p.51-52).

modo de construção dos questionários aplicados. Perguntas como aquelas apresentadas no bloco “8.2. Migração”, do questionário aplicado pela empresa de consultoria ERM na comunidade do Turco, ignoram a complexa relação dos moradores com a região e a grande circulação de pessoas entre as comunidades, devido aos regimes de posse e propriedade da terra existentes na região, como observado por Natália Carvalhosa (2016). Perguntas do tipo “Algum morador do domicílio mora em outro local e pretende retornar?” não permitem perceber as redes e deslocamentos formados na região. De maneira similar, o bloco de perguntas “8.3 Vulnerabilidade”, por exemplo, utiliza como variáveis de análise elementos como: escolaridade, crianças em idade escolar, trabalho infantil etc., indicadores típicos de contextos urbanos. Em contextos rurais, indicadores de vulnerabilidade devem ser analisados a partir da realidade em que estão inseridos e dos modos de vida a que estão relacionados.

Questionários aplicados nas “comunidades focais”

Uma grave falha metodológica dos questionários aplicados durante as Campanhas de monitoramento dos aspectos socioeconômicos e daqueles aplicados na comunidade do Turco é a completa ausência de contextualização espacial, histórica ou situacional. É impossível, a partir dos dados apresentados pela empresa, precisar ao certo qual o universo dos territórios nos quais foram aplicados os questionários. A partir dos dados colhidos em campo pelo GESTA/UFMG, no âmbito de um trabalho desenvolvido em parceria com a Rede de Articulação e Justiça Ambiental dos Atingidos pelo Projeto Minas-Rio (REAJA) e o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), em 2016 e 2017, observa-se claramente um subdimensionamento do universo de algumas comunidades. Segundo o Estudo de Impacto Ambiental, a comunidade de Água Quente, por exemplo, possui um total de 26 domicílios identificados. A pesquisa realizada pelo GESTA/UFMG identificou um total de 33 residências, somente no núcleo central deste território. Se incluído o território do Passa Sete, esse número chega a 49 residências (REAJA, GESTA/UFMG, PNCSA, Boletim 10 Nova Cartografia Social, no prelo). A ausência de qualquer referencial que permita precisar ao certo o que o Estudo de Impacto Ambiental considera como cada comunidade torna difícil saber se este problema se repete em outros territórios, ou quais deles são, ou não, contemplados pelo Estudo.

Os questionários, além disso, não apresentam nenhum tipo de contextualização histórica dos fenômenos pesquisados, conforme mencionado anteriormente. Perguntas como “105. Principal fonte de renda” não trazem dados sobre possíveis mudanças no perfil econômico e produtivo do entrevistado ou sobre os motivos dessas mudanças, possíveis efeitos da operação do empreendimento na região. Da mesma maneira, a ausência de uma abordagem longitudinal no bloco “10. Problemas de saúde” torna impossível o acompanhamento das doenças relatadas a partir da operação da mina, impedindo a possível atribuição de qualquer relação causal. Estas pesquisas, apesar de trazerem questionamentos a respeito de condições de vida anteriores,

fixam a distância de 6 meses como unidade temporal de análise - unidade esta que faz sentido em uma campanha de monitoramento mais extensa, mas perde todo o seu potencial analítico quando é utilizada isoladamente, a exemplo do Estudo de Impacto Ambiental.

Documentos fornecidos pela Anglo American a pedido do Ministério Público, não apresentados no Estudo de Impacto Ambiental, apontam que a pesquisa de monitoramento foi realizada por duas empresas diferentes, com questionários diferentes, ao longo do processo de licenciamento, tendo as primeiras 6 campanhas sido realizadas pela empresa Geonature e as seguintes realizadas pela empresa Synergia. Este fato não isenta a Ferreira Rocha de uma abordagem comparativa de dados. De fato, alguns dos blocos de perguntas apresentados nos questionários aplicados por ambas as empresas ou são padrão nesse tipo de abordagem, ou permitem a abordagem comparativa de dados. Além disso, os questionários aplicados nas três últimas campanhas seguem o mesmo modelo e poderiam ser utilizados longitudinalmente sem nenhum tipo de prejuízo metodológico.

Outra grande falha nestes questionários é a ausência quase completa de referências ao empreendimento ou a atuação da Anglo American da região. No questionário aplicado pela empresa de consultoria ERM na comunidade do Turco, de 711 perguntas, apenas 14 referem-se diretamente a percepção dos moradores sobre a Anglo American ou o empreendimento. Da mesma maneira, nenhum dos questionários apresentados situa a pesquisa em relação ao licenciamento da etapa 3 do empreendimento, informação de extrema relevância para os sujeitos envolvidos.

Ainda referente à ausência de ferramentas específicas para esta pesquisa, questões como as apresentadas no bloco “9. Caracterização das atividades produtivas” não dialogam adequadamente com os modos de vida tradicionais da região. A averiguação estritamente patrimonial apresentada ignora a pluralidade de modos de produção na região, muitas vezes não pautados em relações de mercado. Dessa forma, a análise da renda mensal torna-se um instrumento pouco preciso para se estudar as formas de produção. Vale ressaltar novamente a ausência de referências temporais no questionário. Um recorte da produção em dado momento histórico, apesar de permitir uma visualização da situação naquele momento, não produz informações importantes a respeito das consequências do empreendimento para a produção na região. Apesar das questões 538 a 541 tocarem no assunto, a construção das questões não permite estabelecer correlações entre o empreendimento e mudanças no perfil produtivo. Também vale citar que nos questionários da 9ª Campanha as perguntas a respeito da produção são vagas e superficiais.

Os questionários aplicados durante a 9ª *Campanha de Monitoramento*, por sua vez, seguem a mesma lógica de apuração quantitativa de patrimônio encontrado no survey aplicado na comunidade do Turco. Os três modelos de questionário apresentados, quais sejam: “Pesquisa com as sedes urbanas”, “Pesquisa com os estabelecimentos comerciais” e “Pesquisa com as localidades”, aplicados em novembro de 2014, não foram realizados com o objetivo de acrescentar informações ao Estudo de Impacto Ambiental. Estes questionários não apenas baseiam sua análise em aspectos estritamente quantificáveis da vida social, como produção em toneladas ou presença e ausência de doenças; como não trazem, ou trazem de maneira superficial, elementos que seriam essenciais para um estudo aprofundado dos modos de vida em questão. É o exemplo das questões 1.8 e 1.9 do questionário “Pesquisa com as localidades”. Tais questões abordam

de maneira generalista a produção local, sem levar em conta especificidades como os gêneros alimentícios produzidos, a possível existência de modos tradicionais de produção e a importância dessa produção para a manutenção de práticas e saberes sociais.

Por fim, é fundamental reafirmar que em nenhuma parte do EIA se apresenta o material utilizado pelos pesquisadores em campo, ocultando completamente o que é dito aos entrevistados no momento da aplicação do questionário. Neste sentido, **novamente retornamos a um dos problemas chave do estudo, que diz respeito à própria função desta ferramenta para mensurar/avaliar impactos e propor ações mitigadoras: o objeto do licenciamento não é mencionado aos habitantes da região. Se nenhum questionário foi aplicado tendo em vista a Extensão da Mina do Sapo e nenhum material foi elaborado e anexado com o fim de explicitar a nova etapa do empreendimento, torna-se impossível a verificação, dentro de parâmetros sociais e econômicos, da percepção das comunidades a respeito dessa questão, ferindo assim o que seria uma das mais importantes finalidades de um Estudo de Impacto Ambiental.**

Acrescente-se a esta falha a ausência de quaisquer outros métodos de pesquisa que, fundamentados nos instrumentais teórico-metodológicos das Ciências Sociais, tenham envolvido permanência em campo e interação com a população atingida. Cabe aqui enfatizar:

A avaliação dos impactos deve, de fato, ser construída a partir de técnicas e procedimentos metodológicos de validade científica apropriada e comprovada. Para tal, é amplamente sabido que a Sociologia e a Antropologia são as ciências habilitadas para a compreensão das relações dos grupos com os seus meios ambientes, assim como das dinâmicas sociais, particularidades culturais, modos de produção, representações coletivas e, portanto, dos processos de transformações em um contexto sociocultural e ambiental. Neste sentido, **a boa prática da metodologia utilizada pelas Ciências Sociais prevê que a produção do conhecimento sobre as modificações provocadas por uma obra desta magnitude deve ter como ponto de partida as legítimas observações e experiências fenomenológicas dos sujeitos encarnados em suas relações com os ambientes do seu viver, condição para a produção não só do conhecimento sobre as modificações reais trazidas pelo empreendimento, mas plataforma inescapável para um tratamento equânime da questão dos danos e impactos.** (GESTA/UFMG, 2014, p. 20-21; grifos do autor)

2.3. Considerações acerca do diagnóstico socioeconômico das “comunidades focais”

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) elege 11 “comunidades focais”, já mencionadas neste capítulo. Tais comunidades são pontuadas na Figura 2-139, página 169 do volume IV do EIA, “Mapa das Comunidades focais. Projeto de Extensão da Mina do Sapo, 2015”. Nesse mapa, além dos pontos indicativos das “comunidades focais”, constam algumas “localidades”, entre elas: Córrego Palmital, Turco²⁵, Teodoro, São José do Arruda, Serra de São José e Taparôco.

25 Turco aparece indicado erroneamente como “localidade” no referido mapa, embora na análise do EIA conste como “comunidade focal”.

Várias dessas “localidades” distam tão próximas da ADA do empreendimento quanto as chamadas “comunidades focais”. Logo, apontamos que o EIA não apresenta uma diferenciação justificada entre “localidade” e “comunidade focal”, o que torna questionável a não inclusão de determinadas “localidades” na categoria de “comunidades focais”.

Em linhas gerais, o tópico “Diagnóstico Socioeconômico das Comunidades Focais” apresenta dados sobre os domicílios das comunidades²⁶, o acesso dos domiciliados aos equipamentos públicos²⁷, assim como uma caracterização tão somente censitária da população residente nos domicílios pesquisados²⁸. Nota-se que todas as informações dispostas neste tópico do EIA voltam-se para os “domicílios”, não obstante o diagnóstico proposto seja sobre as “comunidades”. Nessa perspectiva, ressalta-se que a noção de “comunidade” empregada pelo próprio EIA não encontra respaldo em sua abordagem censitária, nem nas categorias metodológicas de “domicílio” e “propriedade”.

Sobre as chamadas “comunidades focais”, destacamos que mesmo as sedes distritais classificadas pelo IBGE como “urbanas” possuem um modo de vida notadamente rural, permeado por uma forte relação com a “terra” enquanto “território” (HAESBAERT, 2007). São comunidades, de acordo com o GESTA/UFMG (2014, p. 20), que:

se caracterizam por uma presença antiga e consolidada no território, fortes vínculos de parentesco, formas específicas de apropriação e uso do território, envolvendo a conjugação de posses camponesas a sistemas de uso comum (...), economia agrícola de tipo familiar, produção para o mercado (farinha de mandioca, quitandas, doces, queijos).

Ou seja, a abordagem focada no “domicílio” não dá conta das territorialidades (BONNEMAISON, 2002; LITTLE, 2003) e dos modos de vida das comunidades atingidas. Como já mencionado, os dados apresentados dos levantamentos realizados pelas empresas Synergia e ERM são de outubro e/ou novembro de 2014, e não só encontram-se defasados como obstam uma necessária análise

26 Os dados sobre domicílios apresentados no EIA são: Domicílios pesquisados segundo sua situação de posse (alugado, cedido, ocupado/invadido/posse, próprio quitado, dos ocupantes); Domicílios pesquisados segundo uso ou não para o cultivo e/ou criação de animais e destinação da produção; Domicílios pesquisados segundo tempo de residência nos mesmos; Domicílios pesquisados segundo número de dormitórios; Domicílios pesquisados segundo material predominante no revestimento externo (alvenaria com revestimento; alvenaria sem revestimento; taipa com revestimento; pau a pique); Domicílios pesquisados segundo destinação do esgoto dos banheiros; Domicílios pesquisados segundo formas de abastecimento de água; Domicílios segundo forma de descarte do lixo; Distribuição percentual dos domicílios segundo fontes de energia elétrica.

27 Os dados apresentados no EIA sobre o acesso dos moradores nos domicílios pesquisados aos equipamentos públicos são: Distribuição percentual dos domicílios pesquisados, segundo frequência do recebimento de visitas das equipes do PSF; Tipo de estabelecimento de saúde procurado quando algum morador do domicílio pesquisado necessita de atendimento nesse âmbito; Locais de referência para atendimento de saúde, apontados pelos moradores dos domicílios onde tais serviços já foram procurados pelo menos uma vez; Principais meios de transporte utilizados pelos moradores dos domicílios pesquisados; Quantidades de entrevistados que tiveram notícias, nos últimos seis meses, de discussões, desentendimentos ou violências ocorridas na vizinhança.

28 A referida caracterização da população residente pauta-se nos seguintes dados: Atividades comunitárias, movimentos e/ou organizações sociais das quais participam os moradores dos domicílios pesquisados; Distribuição etária proporcional dos moradores nos domicílios pesquisados, segundo comunidade; Distribuição por sexo dos moradores nos domicílios pesquisados, segundo comunidade; Distribuição percentual dos moradores nos domicílios pesquisados, segundo situação conjugal; Moradores nos domicílios pesquisados, segundo local de nascimento; Moradores nos domicílios pesquisados, segundo nível de escolaridade; Moradores nos domicílios pesquisados, segundo frequência à escola; Situação ocupacional dos moradores nos domicílios pesquisados; Local de trabalho dos que disseram trabalhar nos domicílios pesquisados; Percentual de pessoas empregadas nos domicílios pesquisados, cujo emprego é na Anglo American ou em alguma de suas contratadas; Distribuição percentual dos moradores dos domicílios pesquisados, segundo recebimento ou não de benefício do Programa Bolsa Família.

longitudinal comparativa, que abordasse, para as “comunidades focais”, contextos socioeconômicos e culturais anteriores e posteriores à chegada do empreendimento minerário na região.

Adentrando em pontos mais específicos do EIA, há que se chamar a atenção para alguns dados. No caso dos “Domicílios pesquisados segundo uso ou não para o cultivo e/ou criação de animais e destinação da produção” é importante ressaltar que tais dados não permitem apreender a importância da atividade agropecuária para a reprodução social das comunidades locais, a diversidade da produção no campo, nem mesmo a existência de “cultivo/criação” para além do espaço do domicílio. Não possibilitam, ainda, a identificação de mudanças na produção agropecuária em função do empreendimento (em termos de viabilidade, quantidade e variedade produzida, por exemplo), já que os dados se referem somente ao ano de 2014. Questões importantes permaneceram ao largo do estudo: como era a produção agropecuária nas comunidades atingidas, antes e depois do empreendimento? Qual a importância das atividades agropecuárias para a reprodução social e para o modo de vida dessas comunidades? Como a expansão da mina do Sapo afetará a (re)produção e o modo de vida rural *in loco*?

Nos “domicílios pesquisados segundo formas de abastecimento de água”, considera-se que o EIA deveria ter fornecido informações sobre as formas de abastecimento anteriores e posteriores ao empreendimento, já que da mineração decorrem danos diversos aos cursos d’água (a diminuição da vazão, o aumento da poluição e da turbidez, o secamento de nascentes, etc.) (BARCELOS, 2013, e também a Parte IV, capítulo I, subitem 1.1 “Direito ao Acesso à Água Potável e de Qualidade”, deste estudo preliminar).

O EIA destaca as medidas mitigadoras adotadas para a comunidade de Água Quente no tocante ao abastecimento de água (caminhão pipa e captação de água via poço artesiano, com armazenamento em duas caixas d’água para posterior distribuição aos domicílios), mas não apresenta uma previsão temporal para uma solução definitiva para a problemática da água na comunidade. Ademais, como menciona Tôres (2014, p. 146), pelos significados e usos múltiplos do Córrego Passa Sete para a comunidade de Água Quente, a questão da água não deve ser reduzida a um “mero problema técnico de abastecimento”.

Outro dado que chama atenção refere-se à “segurança pública”, restrita aos itens: “discussão, desentendimento ou violência em sua vizinhança nos últimos seis meses”. Não foi averiguada, junto aos entrevistados, a ocorrência de roubos, homicídios, tráfico e consumo de drogas, entre outras problemáticas pertinentes à segurança, comuns em contextos de *boom* populacional a reboque de grandes empreendimentos. Ademais, com um marco temporal de alcance reduzido (o questionário considera o ano de 2014, momento em que o número de trabalhadores imigrantes já tinha diminuído), invisibilizou-se todas as consequências negativas associadas ao sentimento de insegurança vivenciado pelas “comunidades focais” em função da presença de trabalhadores imigrantes nos alojamentos em áreas rurais, sobretudo, durante o período anterior de implantação do empreendimento (CIDADE E ALTERIDADE, 2013; 2015). Tais danos, obviamente, serão vivenciados de forma intensa novamente, caso ocorra a expansão da mina do Sapo, que deflagrará uma nova fase de implantação de estruturas do empreendimento.

Como já mencionado na análise relativa ao desenho da pesquisa nas “comunidades focais”, a

abordagem nos questionários da “situação de posse” ou dominial legal – se o domicílio é próprio, quitado, alugado, cedido, ocupado – é pertinente à lógica empresarial, que trata os “territórios atingidos” como “propriedades”, e desconsidera outras formas de ocupação e uso da terra existentes na região, como as chamadas “terras no bolo”²⁹ e o trabalho na terra em sistemas de “parceria”.

O EIA ainda destaca

o aumento relativamente rápido no número de domicílios em algumas das comunidades focais, que estão no entorno da ADA do Projeto Minas-Rio, em especial em Água Quente, Turco, Cabeceira do Turco e, em menor proporção, São Sebastião do Bom Sucesso (EIA, Vol. IV, 2015, p. 170).

Conforme o EIA,

todas as fontes de informação apontam para a associação entre esta mudança recente e a especulação imobiliária, pois, conforme se leu e ouviu, as novas edificações, via de regra, têm como objetivo principal valorizar as propriedades, para o caso de uma possível negociação com vistas à aquisição pela Anglo American (EIA, Vol. IV, 2015, p. 171).

Em documento encaminhado à Supram-Jequitinhonha em 26 de julho de 2017, o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG) questiona a não especificação das fontes, assim como o status de cientificidade dessas afirmações. Cumpre observar que a empresa descarta o movimento de especulação imobiliária deflagrado pelo próprio empreendimento - com o surgimento de novas edificações para locação, e a migração, inclusive de moradores de Conceição do Mato Dentro, para os distritos e áreas rurais, tanto em função do valor exorbitante do preço dos aluguéis na cidade, quanto para locar a própria residência na área urbana do município, dado o valor atrativo dos aluguéis no período de implantação do empreendimento (CIDADE E ALTERIDADE, 2015). Além disso, outros fatores podem ter determinado o aumento do número de domicílios, tais como: a formação e fixação de novas famílias; retorno, permanente ou temporário, de herdeiros que podem ter estado ausentes em determinados períodos³⁰, ou ainda a realização de construções e reformas após um longo período de incertezas, com a vida e os investimentos sobrestados em função das ameaças de deslocamento decorrentes do próprio empreendimento minerário (GESTA/UFMG, 2017). Logo, sem apresentar dados consistentes, tal assertiva do EIA cumpre um único objetivo: transformar **atingidos** em “interesseiros”.

O EIA também levantou o “Percentual de pessoas empregadas nos domicílios pesquisados, cujo emprego é na Anglo American ou em alguma de suas contratadas”, destacando o percentual de empregos nas comunidades Beco (43,9%) e Cabeceira do Turco (30,8%) (EIA, Vol. IV, 2015, p. 195). Entretanto, segundo dados do próprio EIA, Beco é também uma das “comunidades

29 As “terras no bolo” ou “terras de herança” evidenciam uma estratégia camponesa para evitar a fragmentação excessiva das terras familiares, “o que diminuiria o acesso a determinados recursos naturais entre os familiares [...]” (DIVERSUS, 2011, p. 192). Nesse contexto, muitos herdeiros dos espólios não foram reconhecidos como atingidos. Este tema, referente à tradicionalidade e às terras de uso comum, será discutido de forma mais aprofundada no capítulo subsequente deste parecer preliminar.

30 Conforme o GESTA/UFMG (2017 apud SANTOS, 2009, p. 10), há “uma circulação - entre terrenos familiares, cidades próximas ou mais distantes, outras áreas rurais - de herdeiros que conformam grupos de parentesco vinculados a um ancestral comum”.

focais” com mais desemprego (EIA, Vol. IV, 2015, p. 192). Nesse quadro, deve-se ressaltar que, não obstante o discurso de geração de emprego, provedor de legitimidade ao empreendimento minerário em diferentes instâncias sociais, o trabalho na mineração, não raro, limita-se ao período de implantação do empreendimento e, numa escala temporal um pouco mais ampla, à vida útil da mina, sendo marcado, enfim, pela provisoriedade.

O EIA admite, em termos de relações entre as “comunidades focais”, a centralidade de São Sebastião do Bom Sucesso para Água Quente, Turco e Cabeceira do Turco:

Corroborando a importância deste papel, há que se registrar que, [...] nos estudos censitários realizados nas comunidades de Água Quente, Turco, Cabeceira do Turco e São Sebastião do Bom Sucesso, a ERM (2014) identificou que é nesta última comunidade – a qual é a sede do distrito onde estão localizadas também as outras três – que os moradores costumam buscar prioritariamente não apenas por atendimento em saúde, mas também por educação e lazer, justamente por ser nela que se encontram os equipamentos públicos e também igreja e cemitério. Nela ocorrem, ainda, as festas que mais frequentemente mobilizam a população das demais comunidades, segundo alguns entrevistados pela ERM. [...] Ainda de acordo com o estudo da ERM, as quatro referidas comunidades são aproximadas por laços de convivência e, mais ainda, de parentesco, pois na maior parte dos domicílios, em qualquer uma delas, os moradores declararam ter pelo menos um parente residindo não somente na mesma comunidade como também nas demais mencionadas (ERM, 2014) (EIA, Vol. IV, 2015, p. 183).

Entretanto, considera-se que tais relações são muito importantes para se limitarem a somente dois parágrafos no EIA. O Estudo também não apresenta informações sobre a rede de relações sociais e culturais tecidas entre as demais “comunidades focais” ou entre as “comunidades focais” e as comunidades que pertenciam a ADA, ficando sem resposta a importante questão: como a expansão da mina do Sapo afetará tais relações?

No âmbito da mobilização, o EIA apresenta uma aferição censitária a partir dos questionários, e conclui que as comunidades

são marcadas por um baixo grau de associativismo, sendo os maiores índices de participação restritos às organizações religiosas. Demais entidades associativas não parecem ser muito presentes na vida dos habitantes ou exercer um papel muito relevante na comunidade, já que a maior parte dos entrevistados declarou não participar em qualquer tipo de organização social [...] (EIA, Vol.IV, 2015, p. 185).

Entretanto, o Estudo menciona a existência de várias associações comunitárias locais. Mais que mencionar a existência de associações locais, o EIA deveria considerar, em entrevistas, a perspectiva de tais associações sobre os “impactos” do empreendimento. Chama atenção a menção do EIA ao movimento “Atingidos de Gondó”: “Também no Gondó há um movimento organizado de proprietários não residentes, intitulado ‘Atingidos do Gondó’, o qual tem se posicionado contrário à presença do empreendimento na região” (EIA, Vol. IV, 2015, p. 186). Nota-se, de antemão, uma tentativa de deslegitimação do movimento, ao qualificá-lo tão somente como um “movimento organizado de proprietários não residentes”.

De modo geral, portanto, observa-se a inadequabilidade dos dados apresentados para as

“comunidade focais”. Como *Estudo de Impacto Ambiental*, o EIA da expansão da Mina do Sapo deveria evidenciar as consequências decorrentes do empreendimento já vivenciadas pelas “comunidades focais”, assim como os possíveis impactos da expansão da Mina do Sapo para tais comunidades. Assim, o EIA deveria responder a questões como as seguintes: Quais os impactos da implantação e da operação do empreendimento já vivenciados em cada “comunidade focal”? Quais os possíveis impactos decorrentes da expansão (implantação e operação) da mina do Sapo para essas comunidades?

Como o EIA aborda as comunidades atingidas desconectadas das afetações do empreendimento, apresentamos na Parte III do presente estudo, intitulada *Situações vivenciadas por algumas das comunidades atingidas pelo Empreendimento Minas-Rio*, uma descrição preliminar de alguns danos e perdas já vivenciados por algumas dessas comunidades, a partir de trabalhos de campo de cunho etnográfico realizados nos últimos anos (2012 a 2017) por pesquisadores do GESTA/UFMG. Por ora, destacamos tão somente alguns dos processos vivenciados pela comunidade de São José da Ilha (pertencente ao município de Dom Joaquim) e por Itapanhoacanga³¹ (pertencente ao município de Alvorada de Minas), não mencionados no diagnóstico consubstanciado no EIA. Ressalta-se que em função do Projeto de Extensão da Mina do Sapo, muitos desses danos serão intensificados, e novos impactos ocorrerão. Senão, vejamos:

São José da Ilha, situada às margens da MG-010, possui uma população de 145 pessoas, e encontra-se a 9 km de Dom Joaquim, sendo identificada pelo Parecer Único do Sisema (2008) e pelo relatório elaborado pela empresa de Consultoria Diversus (2008) como “comunidade negra rural”³².

Próximo a São José da Ilha localizam-se dois alojamentos, que receberam durante o período de implantação do empreendimento um grande contingente de trabalhadores, impactando negativamente o modo de vida local. Embora alguns alojamentos estejam indicados na Figura 2-139, página 169 do Volume IV do EIA, “Mapa das Comunidades focais. Projeto de Extensão da Mina do Sapo, 2015”, destacamos, nesse mapa, a não indicação locacional dos dois alojamentos próximos a São José da Ilha. Em março de 2015, conforme o relatório Cidade e Alteridade (2015), tais alojamentos se encontravam com um número reduzido de trabalhadores de empresas terceirizadas da Anglo American (em comparação com o período de implantação do empreendimento). Logo, **questiona-se: os alojamentos localizados próximos a São José da Ilha serão utilizados para alojar trabalhadores migrantes da nova etapa de expansão da Mina do Sapo?**

Entre as consequências da presença de trabalhadores migrantes em São José da Ilha podemos mencionar a implantação de casas de prostituição no entorno, o aumento do número de mães solteiras e os constrangimentos vivenciados principalmente por mulheres da comunidade. Entrevistas realizadas pelo Cidade e Alteridade (2015) revelaram que pelo menos 6 ou 7 mulheres locais engravidaram de “homens de firma”, como explicitam os relatos a seguir:

31 Tais comunidades serão abordadas a partir dos dados produzidos pela equipe do “Programa Cidade e Alteridade: convivência multicultural e justiça rural-urbana”, em pesquisa realizada no ano de 2015, nos municípios de Dom Joaquim e Alvorada de Minas (CIDADE E ALTERIDADE, 2015)

32 Este tema será abordado de modo mais detido no capítulo onde se discute o Patrimônio Cultural.

“Mais ou menos 6, 7 filhos de homens de firma na Ilha. Nenhum casamento. Eles são do trecho, não é do tipo que leva mulher junto não.” [...]. “[...] ficaram muitas viúvas de marido vivo. Os trabalhadores namoraram e foram embora, deixando filho” (Entrevista com moradora P., São José da Ilha, março de 2015 apud CIDADE E ALTERIDADE, 2015, p. 175).

Conforme o relatório (CIDADE E ALTERIDADE, 2015), também surgiram duas casas de prostituição no entorno de São José da Ilha, atraídas pela clientela em potencial dos alojamentos de trabalhadores imigrantes, gerando insatisfação da comunidade - manifesta, por exemplo, na realização de abaixo-assinado para a desativação da casa de prostituição mais próxima, localizada a 500 metros do povoado - e desentendimentos familiares, em função do envolvimento também dos homens locais com as mulheres das casas de prostituição.

Itapanhoacanga, distrito de Alvorada de Minas, possui uma população total de 1.341 habitantes, sendo 503 residentes na área urbana e 838 na área rural (IBGE, 2010 *apud* CIDADE E ALTERIDADE, 2015). Segundo entrevistas do Cidade e Alteridade (2015), a sede do distrito recebeu em torno de 200 trabalhadores, fazendo com que a população, notadamente masculina, praticamente dobrasse (já que, conforme dados do IBGE, em 2010, dos 503 residentes na sede, 238 eram homens).

Apesar da construção de alojamentos para os trabalhadores da Anglo American e das empresas terceirizadas, a alta demanda por habitação acaba por desencadear a utilização improvisada de residências, pousadas e hotéis como alojamentos de trabalhadores (CIDADE E ALTERIDADE, 2015). Em Itapanhoacanga, pela proximidade com a área do empreendimento, casas e pousadas foram alugadas para trabalhadores de empresas terceirizadas da Anglo American (CIDADE E ALTERIDADE, 2015). Como consequência da presença de número considerável de trabalhadores migrantes no distrito, as entrevistas realizadas pelo Cidade e Alteridade (2015) apontaram para o aumento do valor dos imóveis e dos aluguéis; crescimento do êxodo rural pela venda de terrenos para a mineradora; envolvimento de mulheres locais com trabalhadores imigrantes, resultando em casos de mães solteiras; aumento da criminalidade, do tráfico e do consumo de drogas, assim como do fluxo de veículos (que gera transtornos como prejuízos às vias, aumento da poeira, do barulho e do número de acidentes), dentre outros danos.

2.4. Considerações sobre o “Diagnóstico socioeconômico da Área Diretamente Afetada (ADA)”

No tópico “Diagnóstico socioeconômico da ADA”, o enfoque deixa de ser o “domicílio” predominante na análise das “comunidades focais” e passa a ser a “propriedade”, conforme lógica

mercadológica do segmento empresarial minerador³³.

Este tópico traz dois mapas: “Mapa de Propriedades da Área Diretamente Afetada pelo Projeto de Extensão da Mina do Sapo. 2015”, página 198 do Volume IV do EIA, e Mapa “ADA Projeto de Extensão da Mina do Sapo em relação ao polígono de Decreto Minerário e faixa de Servidão Minerária”, página 200 do mesmo volume (EIA, Vol. IV, 2015). Nesses dois mapas, as chamadas “comunidades focais” transformam-se tão somente em “localidades”, verificando-se, ainda, a ausência, nos referidos mapas, das comunidades de Itapanhoacanga e São José da Ilha.

Conforme argumentação do EIA:

Importa mencionar que a totalidade das propriedades (100%) correlacionadas com a ADA do projeto em análise ou já pertencem à Anglo American ou encontram-se inseridas no contexto do polígono de Direito Minerário ou dentro da faixa de Servidão Minerária [...] (EIA, Vol. IV, 2015, p. 199).

Logo, o Estudo argumenta a validade da definição da Área de Diretamente Afetada tão somente pela sua inserção no polígono de Direito Minerário ou dentro da faixa de Servidão Minerária, negligenciando o contexto socioambiental da área e o direito das comunidades atingidas ao território. Segundo o EIA:

Vinte dentre as 43 propriedades – o que equivale a 46,5% delas – tem até 19,99 ha. Se levarmos em conta o número de proprietários a negociar, e não o número de propriedades, o percentual chega a 61% delas. Ou seja, pode-se afirmar que na ADA do Projeto de Extensão da Mina do Sapo há o predomínio de propriedades pequenas, que medem no máximo um módulo fiscal, segundo tabela do INCRA, onde se tem que em Conceição do Mato Dentro este equivale a 20 ha (EIA, Vol. IV, 2015, p. 199).

O predomínio de “propriedades pequenas” significa, na verdade, o predomínio da “agricultura familiar” na região, invisibilizada pelo EIA e pela Anglo American. Dada a reconhecida importância da “agricultura familiar” na geração de emprego e renda³⁴, questiona-se: Quais os impactos do empreendimento sobre a agricultura familiar e, por conseguinte, sobre a economia da região? Como a expansão da mina do Sapo afetará a agricultura familiar em diferentes escalas (local, municipal, intermunicipal, regional, tendo em vista os fluxos e redes comerciais, econômicos, sociais e culturais)?³⁵

33 Entre os dados apresentados neste tópico, pode-se mencionar: Mapa de Propriedades da Área Diretamente Afetada pelo Projeto de Extensão da Mina do Sapo. 2015; Distribuição das propriedades e dos proprietários da ADA, segundo o tamanho de suas terras; Projeto de Extensão da Mina do Sapo, 05/ 2015; Mapa ADA Projeto de Extensão da Mina do Sapo em relação ao polígono de Decreto Minerário e faixa de Servidão Minerária; Número de propriedades atingidas por cada tipo de estrutura prevista para o empreendimento; número de propriedades adquiridas, em negociação e que, segundo o EIA, ainda não foram alvo de negociações pela empresa.

34 Conforme Pinheiro (2005, p. 22) a agricultura familiar é responsável por “75% dos alimentos que chegam à mesa nos países pobres e subdesenvolvidos”, o que o autor considera “subversivo aos interesses das redes de supermercados e empresas transnacionais de alimentos e transgênicos”. De acordo com o MDA (2009), a agricultura familiar emprega 75% da mão-de-obra no campo. No Censo Agropecuário 2006, foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar, que representam 84,4% do total (5.175.489 estabelecimentos), mas ocupam apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros (IBGE, 2006). Apesar de ocupar apenas um quarto da área dos estabelecimentos agropecuários, a agricultura familiar responde por 38% do valor da produção (ou R\$ 54,4 bilhões) desse total (MDA, 2009).

35 Os efeitos das transformações deflagradas pelo empreendimento sobre a agricultura da região já foram mencionadas neste capítulo, e são abordados de forma mais detida neste Estudo Preliminar.

De acordo com o EIA,

Dentre as 43 propriedades componentes da ADA, 26 já foram negociadas e adquiridas pela Anglo American, tendo-se, para tal, seguido os critérios estabelecidos no Programa de Negociação Fundiária em vigência no âmbito da LI Fases I e II, do Complexo Minerário do Sistema Minas-Rio. Dentre estas 26 negociações concluídas, um total de 06 já foi avaliada e aprovada pelo órgão licenciador. Todas encontram-se, já, totalmente liberadas e sem uso ou ocupação alguma, segundo informações coletadas até o momento de fechamento deste diagnóstico (EIA, Vol. IV, 2015, p. 201).

Conforme o Diagnóstico da Diversus (2011), o programa de Negociação Fundiária do empreendimento Minas-Rio apresentou-se inadequado, e sua implementação não seguia, naquele ano, as determinações previstas na condicionante do COPAM, que determinava a utilização do histórico Termo de Acordo da Usina Hidrelétrica de Irapé (o “TAC de Irapé”) como referência para o reconhecimento dos atingidos, os processos de negociação e a realização dos reassentamentos (CIDADE E ALTERIDADE, 2015). Em 2014, a Rede de Articulação e Justiça Ambiental dos Atingidos pelo Projeto Minas-Rio (REAJA) denunciou, junto ao Ministério Público Federal e Estadual, a ocorrência de negociações de terras no entorno da mina, que, no seu entender, escapavam aos termos estabelecidos no Licenciamento. Posteriormente, a REAJA, no documento “Considerações ao Parecer Conjunto do GT dos Conselheiros do Copam sobre Estudo da Diversus de 2014 e suas recomendações”, de setembro de 2016, reafirmou a importância do TAC de Irapé no reconhecimento “das relações socioculturais e ambientais que caracterizam as comunidades do entorno do empreendimento” (REAJA, 2016, p. 5).

Nesse quadro, questiona-se: como tem se dado o Programa de Negociação Fundiária? O Programa incluirá as comunidades do entorno da ADA? Quantas famílias a empresa pretende reassentar? Onde e quando serão reassentadas? (GESTA/UFMG, 2017, p. 4).

De acordo com o GESTA/UFMG (2017), o EIA não menciona, para além da ADA, se a empresa “adquiriu, se está adquirindo ou se ainda vai adquirir propriedades no Sapo, Turco e Cabeceira do Turco”, por exemplo. Sob esse viés, o GESTA/UFMG (2017) pergunta: **Por que a comunidade do Sapo, por exemplo, foi excluída dos limites da ADA, negligenciando as relações e a proximidade desta comunidade com a Área?**

Até o momento, as negociações das propriedades foram conduzidas de forma individual, fragmentada, sendo frequente o não reconhecimento integral dos atingidos pelo empreendimento e de todos os herdeiros das terras familiares, situação que se arrasta desde a época da concessão da LP (MPF, 2009; PEREIRA; BECKER; WILDHAGEN, 2013; CARVALHOSA, 2016). Logo, reafirma-se a necessidade de apresentação de relatórios sobre a forma como tem se dado as negociações fundiárias referentes à ADA.

Além disso, para Pereira, Becker e Wildhagen (2013, p. 143), os reassentamentos do projeto Minas-Rio não estariam oferecendo meios para a reprodução social dos atingidos que foram relocados, que sofrem com as condições inadequadas das construções, com o “não cumprimento de cláusulas de acordos assinados” e com as “ameaças de novos reassentamentos tendo em vista a ampliação da fronteira da mineração na região”.

No âmbito das “propriedades” da ADA, o EIA afirma que

especial atenção deve ser dada àquelas nas quais, por meio da avaliação dos dados levantados no cadastro social, o grupo familiar do proprietário foi considerado em situação de vulnerabilidade social, devendo, por isso, ser alvo de priorização de atendimentos e ações por parte da empresa, as quais vem definidas em seu Programa de Negociação Fundiária e no Programa de Reestruturação das Atividades Produtivas (EIA, Vol. IV, 2015, p. 202).

Os indicadores de vulnerabilidade social apresentados no EIA pautam-se na aferição de dados censitários, conforme 19 critérios (vide tabela Relatórios de Avaliação de Vulnerabilidade Social, Synergia Socioambiental, 2014; Relatórios de Análise de Vulnerabilidade, Tetra Tech, 2013 e 2014”, p. 202-203). Nessa perspectiva, o EIA deveria evidenciar, no mínimo, o cálculo realizado para constatação de “vulnerabilidade social”: Qual o peso de cada critério/item na definição de vulnerabilidade? Alguns critérios/itens elencados possuem mais peso que outros na definição de “vulnerável”?

Ademais, deve-se questionar a própria definição de “vulnerabilidade”, em seu caráter estritamente censitário, que desconsidera, ainda, que o próprio empreendimento minerário produz “vulnerabilidade”. Nesses termos, destaca-se a definição de “vulnerabilidade” do Relatório da Diversus (2014, p. 168):

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) pré-classifica como vulneráveis socialmente as famílias pertencentes aos chamados povos e comunidades tradicionais, situação da maior parte das famílias diretamente afetadas pelo empreendimento da Anglo American, conforme demonstrado em diversas situações, inclusive neste trabalho. E também reconhece como vulneráveis as famílias que tenham perdido seu território de origem como consequência da implantação de empreendimentos econômicos.

Considerando-se (i) o perfil tradicional da maior parte da população da região, (ii) a importância da terra para a manutenção de seus modos de vida e reprodução social das famílias, (iii) a importância e referência da terra também para outros membros da família que no momento residiam ou não no local, (iv) a falta de preparo e conhecimento legal das famílias para passar por um processo de negociação, ao contrário do empreendedor, uma grande empresa multinacional que conta com profissionais experientes na condução deste processo, conclui-se que todas que se enquadram neste perfil devem ser classificadas como vulneráveis (DIVERSUS, 2014 apud REAJA, 2016, p. 6).

Não obstante a pertinente definição de vulnerabilidade da Diversus (2014), a metodologia adotada no EIA identificou somente “07 propriedades cujos proprietários enquadram-se como vulneráveis sociais” (EIA, Vol. IV, 2015, p. 203). Como mencionado no EIA, volume IV, os grupos familiares vulneráveis são alvo de priorização de atendimentos e ações por parte da empresa. Logo, ao limitar o número de moradores em situação de vulnerabilidade social, a empresa restringe o número de atingidos que deveriam contar com ações prioritárias e específicas, economicamente e juridicamente mais dispendiosas para o setor minerário.

Ainda conforme o EIA:

dentre elas [das 7 propriedades, cujos proprietários encontram-se em situação de “vulnerabilidade social”], 04 já foram negociadas e adquiridas pela Anglo American, seguindo os critérios

estabelecidos no Programa de Negociação Fundiária das Fases I e II do Projeto Minas-Rio. Tais propriedades já encontram-se, inclusive, desocupadas. Quanto às outras 03 propriedades cujos proprietários/ seus núcleos familiares enquadram-se como vulneráveis sociais, o processo de negociação está sendo conduzido pelo setor jurídico da Anglo American, em conjunto com a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (EIA, Vol. IV, 2015, p. 203).

Nesse contexto, questiona-se: Quais os critérios estabelecidos no Programa de Negociação Fundiária das Fases I e II do Projeto Minas-Rio para moradores identificados como em situação de “vulnerabilidade social”? De acordo com a REAJA (2016, p. 7), “segundo o PNF, os critérios de vulnerabilidade adotados [...] deveriam ter sido aplicados por uma comissão especial composta para tal finalidade, contando em sua composição com dois atingidos. Não temos conhecimento da formação dessa comissão”.

Cabe mencionar que o Programa de Reestruturação Produtiva é mencionado uma única vez neste tópico no tocante aos grupos familiares vulneráveis (vide EIA, Vol. IV, 2015, p. 202). Entretanto, diversas comunidades atingidas que tiveram suas formas de reprodução social obstadas pelo empreendimento deveriam ser devidamente consideradas no Programa de Reestruturação Produtiva e, não raro, de Negociação Fundiária, na medida em que muitos danos são irreversíveis e irreparáveis *in situ*. Assim, como tem se dado o Programa de Reestruturação Produtiva nas comunidades já atingidas? Qual tem sido a eficácia desse Programa?

Conforme a REAJA (2016), a condicionante 106 da LI-II propõe: “Incluir as propriedades do entorno do empreendimento no Programa de Reestruturação Produtiva. Prazo: 30 dias após concessão da LI fase II.” Conforme a REAJA, tal condicionante vem sendo descumprida. “Até hoje não é de conhecimento quais são, e de quem são estas propriedades do entorno do empreendimento que estão nesse Programa de Reestruturação Produtiva” (REAJA, 2016, p. 4).

Por fim, destacam-se as considerações já realizadas pelo GESTA/UFMG (2017, p. 6), para a ADA do Step 3, retomadas no início deste capítulo:

...a ADA determinada pela empresa resume-se em uma área necessária para a implantação do empreendimento, pois desconsidera todo o universo de comunidades e suas relações no entorno desta área, tema de discussão e questionamento no âmbito do processo de licenciamento desde a apresentação do primeiro EIA/RIMA, e que ainda não possui solução.

Nessa perspectiva, o tópico intitulado “Diagnóstico Socioeconômico da Área Diretamente Afetada” desconsiderou por completo a relação da ADA com as comunidades do entorno. Cumpre, assim, interrogar: Quais os impactos da configuração da ADA sobre as comunidades do entorno?

Em outros termos, o deslocamento compulsório, via negociações fundiárias na ADA, deverá afetar as relações sociais, econômicas e culturais locais, expandindo seus efeitos para as comunidades do entorno. Não obstante, o EIA não traz dados e informações que permitam avaliar esse processo.

CAPÍTULO 3

AS COMUNIDADES TRADICIONAIS E O PATRIMÔNIO IMATERIAL NO EIA/RIMA

O item 3 do Volume IV do EIA, desenvolvido em 2015 pela empresa Ferreira Rocha para o Projeto de Extensão da Mina do Sapo, desenvolve questões relativas ao patrimônio cultural da região onde se inserem as atividades minerárias da Anglo American.

Este item é dividido em tópicos que abordam as seguintes temáticas: comunidades tradicionais, arqueologia e patrimônio cultural material e imaterial. Dado o caráter preliminar deste estudo, centrou-se nos tópicos referentes às **comunidades tradicionais e ao patrimônio cultural imaterial da região**.

Para o item 3 – Patrimônio Cultural, conforme abordado no capítulo anterior, a empresa Ferreira Rocha utilizou definições diferentes de Área de Estudo Regional (AER) e Área de Estudo Local (AEL), sendo a AER composta pelos municípios do Serro, Dom Joaquim, Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, e a AEL, pela área do entorno da Mina do Sapo, correspondente às “comunidades focais” nos demais itens do Volume IV. De acordo com a empresa,

Essa espacialidade [AER] se justifica enquanto dimensão histórico-cultural primária, calcada nos processos formativos da identidade e regionalidade local. A abordagem das municipalidades, como AER, também permite a construção de um recorte histórico, notadamente calcado nas formas de registro e sistematização da informação ao longo do tempo (EIA, Vol. I/VII, 2015, p.236).

No que consiste à nova definição de AEL, a empresa Ferreira Rocha justifica:

Essa definição é dada pela intrínseca relação entre o patrimônio e a inserção paisagística dos bens culturais. De modo aproximado, essa dimensão corresponde às áreas, urbanas e rurais, das comunidades focais situadas no entorno do futuro projeto. De modo específico, essa área vivenciará influências diretas advindas do empreendimento, notadamente alterações de natureza física, as quais poderão comprometer a integridade contextual dos bens culturais eventualmente inscritos na região (EIA, Vol. I/VII, 2015, p.236).

Questiona-se, entretanto, a utilização de definições diferenciadas de AER e AEL para este tópico, uma vez que as questões relativas ao patrimônio cultural estão imbricadas às dinâmicas sociais, econômicas, culturais e ambientais da região, estando sujeitas às transformações mais amplas engendradas pelo empreendimento, não devendo ser analisadas como algo isolado.

Desse modo, uma vez que se acredita que os municípios de Alvorada de Minas e Conceição do Mato Dentro³⁶ sofrerão efeitos diferenciados em relação ao patrimônio cultural, em decorrência

36 Aqui deveria estar considerado também o município de Dom Joaquim, onde se localiza uma “comunidade focal”, conforme demonstrado no capítulo anterior.

da relação de proximidade com o empreendimento³⁷, considerá-los enquanto Área de Estudo Regional para o referido item é subdimensionar esses efeitos, visto que, compreendidos enquanto AER, estariam sujeitos a transformações “menos intensas” em relação ao Projeto de Extensão da Mina do Sapo, segundo argumentos do próprio EIA.

Do mesmo modo, a justificativa da empresa Ferreira Rocha para a nova definição de AEL ancora-se nos impactos diretos que decorrerão, para as comunidades do entorno do empreendimento, da expansão das atividades, sofrendo estas de modo diferenciado os efeitos sobre o patrimônio cultural. Assim sendo, definir as comunidades do entorno genericamente como Área de Estudo Local é desconsiderar a real dimensão dos efeitos sobre o patrimônio cultural nessas localidades.

3.1. Análise do subitem “3.2 – comunidades tradicionais”

O EIA/Volume IV (2015) do Projeto de Extensão da Mina do Sapo apresenta, no subitem 3.2, um levantamento sobre as comunidades tradicionais situadas na Área de Estudo Regional (AER) e Área de Estudo Local (AEL) da Etapa 3 do empreendimento Minas-Rio, da empresa Anglo American. O estudo apresenta uma breve descrição sobre elas, além de considerações a respeito de algumas comunidades localizadas no entorno da Mina do Sapo.

A pesquisa realizada se dividiu em duas etapas. A primeira consistiu em um levantamento de dados secundários, sobretudo em fontes oficiais, como a Fundação Cultural Palmares, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). A segunda etapa consistiu em visita a algumas dessas comunidades.

De acordo com a empresa Ferreira Rocha:

As etapas da pesquisa social passam, necessariamente, pela coleta, sistematização, descrição e interpretação de dados. O condicionamento das informações, tornadas inteligíveis textualmente, pode variar ao sabor das ideologias que orientam as visões da realidade. Nessa medida, o conhecimento dos procedimentos metodológicos possibilita uma leitura crítica do processo técnico. Esse procedimento fez-se necessário para identificação da presença de eventuais comunidades tradicionais na Área de Estudo Local (EIA, Vol. IV, 2015, p.212).

Contudo, embora aponte para a importância da especificação da metodologia de pesquisa para que os leitores possam ter uma compreensão mais ampla e crítica acerca dos dados coletados, **a empresa Ferreira Rocha não especifica, de maneira clara, quais foram as comunidades visitadas pela equipe, e aquelas para as quais foram utilizados apenas o levantamento de dados secundários. No que consiste à pesquisa em campo, não identifica a metodologia utilizada, a duração das visitas, o número total de entrevistados e o número de entrevistados por comunidade, entre outras informações relevantes. Desse modo, não permite uma compreensão sobre o nível de profundidade e de abrangência**

37 Conforme justificado pela empresa Ferreira Rocha, de maneira limitada, ao definir esses municípios como AEL para os demais itens do diagnóstico socioeconômico.

dos dados apresentados, levando a questionamentos sobre o grau confiabilidade das afirmações e considerações expostas.

Ao longo do estudo, boa parte das informações é exposta sem que sejam mencionadas as respectivas fontes, dificultando a identificação da origem dos dados, se secundários ou levantados em entrevistas e visitas de campo. Além disso, embora a empresa Ferreira Rocha afirme que os dados secundários foram coletados principalmente em fontes oficiais como o INCRA, a FUNAI e a Fundação Cultural Palmares, não é possível saber a totalidade dos documentos consultados junto a esses órgãos.

Ademais, cabe ressaltar que a busca de dados secundários em fontes oficiais subsidia informações, sobretudo, em relação às comunidades tradicionais já reconhecidas oficialmente ou em processo de reconhecimento. Além disso, mesmo no que diz respeito a essas comunidades, não é possível saber se os documentos consultados permitem uma avaliação mais aprofundada sobre possíveis efeitos da mineração sobre esses grupos, uma vez que não se sabe a data desses documentos, nem o tipo de informação apresentada. Ressalta-se que, para uma análise eficaz sobre os impactos das atividades da Anglo American nas comunidades tradicionais, seria de fundamental importância a realização de pesquisa aprofundada junto às mesmas com esse objetivo específico.

Conforme afirma o próprio EIA:

A subsequente análise de impactos depende, efetivamente, da construção de cenários, unicamente possíveis por meio do conhecimento sócio-espacial e cultural desses grupos, bem como sobre as conjunturas políticas envolvidas na efetivação do cotidiano (EIA, Vol. IV, 2015, p.214).

A análise das **comunidades potencialmente tradicionais** foi realizada por meio da observação de certos parâmetros específicos, que comumente fazem parte da realidade infraestrutural ou superestrutural de cada coletividade. Nessa medida, foram coletados dados sobre o histórico das comunidades, tamanho e comportamento demográfico das populações, os valores ambientais e culturais, as relações econômicas, a percepção ambiental e os valores étnicos de cada coletividade identificada (EIA, Vol. IV, 2015, p.214, grifos acrescidos).

Nos trechos acima, a empresa Ferreira Rocha menciona a importância do conhecimento sócio-espacial e cultural dessas comunidades e da conjuntura política na qual se inserem para a construção de cenários que possibilitem uma análise de impactos. Contudo, conforme será visto adiante, os dados informados ao longo do estudo pouco permitem o tipo de análise proposta, sendo apresentados de maneira superficial e muitas vezes sem abordar as questões acima mencionadas, como, por exemplo, os valores ambientais, culturais e étnicos dessas comunidades. Além disso, os dados não expõem os principais problemas vivenciados pelas comunidades e nem evidenciam suas percepções sobre as atividades minerárias da Anglo American, bem como os possíveis impactos causados pela empresa.

Ademais, o termo “comunidades e povos *potencialmente* tradicionais”, repetido diversas vezes no texto, é utilizado de forma inadequada, uma vez que se refere ora a comunidades já reconhecidas oficialmente como tradicionais, ora a comunidades cujos elementos de tradicionalidade são

evidentes, tendo sido amplamente discutidos em literatura especializada sobre o tema³⁸.

Para além das inconsistências acima mencionadas, o estudo sobre comunidades tradicionais realizado pela Ferreira Rocha apresentou um recorte bastante limitado no que consiste à proteção do patrimônio cultural brasileiro: restringiu-se a um estudo sobre as comunidades tradicionais oficialmente reconhecidas. Embora a empresa afirme que buscou “indícios de presença de eventuais comunidades tradicionais não reconhecidas oficialmente” (EIA, Vol. IV, 2015, p.212) no entorno do empreendimento, o estudo apresenta dados superficiais para embasar uma suposta não tradicionalidade desses grupos. Contudo, a empresa Ferreira Rocha ignora aspectos fundamentais de muitas dessas comunidades, a exemplo das relações de parentesco, a ancestralidade negra e as formas de uso comum da terra (as “terras de santo” e as “terras no bolo da família”), que dizem respeito a modos de vida e formas de ocupação tradicionais do território.

No que consiste à legislação, a empresa Ferreira Rocha evidencia a questão do autorreconhecimento no processo de identificação de uma comunidade como tradicional. Ao mencionar o Decreto nº 4887 de 2003, referente às comunidades quilombolas brasileiras, por exemplo, a empresa ressalta que o autorreconhecimento “é o único mecanismo legal para a atribuição da tradicionalidade a determinado grupo” (EIA, Vol. IV, 2015, p.216).

Cabe ressaltar, todavia, que esse aparato legal³⁹ que garante aos povos e comunidades tradicionais o direito ao autorreconhecimento se insere num conjunto de ações que visam garantir os direitos desses grupos, seus modos de vida e sua reprodução social, visando à proteção do patrimônio cultural brasileiro. Contudo, é importante frisar que a existência dessas comunidades é anterior à legislação que as protege e o fato de muitas não terem recorrido (ainda) a este aparato legal não as faz “menos tradicionais” e menos importantes no que concerne ao patrimônio cultural brasileiro.

Desse modo, tendo em vista as fragilidades metodológicas pontuadas acima, serão apresentadas a seguir: 1) as limitações identificadas em relação à pesquisa realizada sobre as comunidades tradicionais oficialmente reconhecidas (subitem 3.2.4 do EIA, Vol. IV, 2015); 2) as limitações referentes ao estudo sobre as comunidades do entorno da Mina do Sapo e às considerações da empresa Ferreira Rocha acerca de sua suposta “não tradicionalidade” (subitens 3.2.5 e 3.2.6 do EIA, Vol. IV, 2015).

38 Um exemplo são as terras de uso comum, como as “terras de santo” e as “terras no bolo da família” (ou terras de herança), presentes em diferentes comunidades localizadas no entorno da Mina do Sapo, conforme já evidenciado em relatório realizado pela empresa Diversus (2011), na Informação Técnica N° 03/2009 da perita antropóloga do Ministério Público Federal (SANTOS, 2009) e na dissertação: “FORA DAQUI NÃO SEI ANDAR”: Movimentos de Roça, Transformações Sociais e Resistência da Honra em Comunidades Rurais de Minas Gerais, de Natália Carvalhosa (2016). Essas e outras formas de uso comum da terra foram amplamente discutidas em literatura especializada sobre o tema, como, por exemplo, no artigo: ALMEIDA, A.W.B. de. “Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito”. In: HEBETTE, J. e CASTRO, E. (orgs) Na trilha dos grandes projetos. Belém, NAEA/UFPA, 1989.

39 Como, por exemplo, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário; o Decreto 4887 de 2003, entre outros.

Comunidades tradicionais reconhecidas na Área de Estudo Regional

O subitem 3.2.4 do EIA – “Comunidades tradicionais reconhecidas na Área de Estudo Regional” apresenta um levantamento e uma breve descrição das comunidades tradicionais reconhecidas naquela área de influência. Contudo, o levantamento realizado incluiu informações acerca das comunidades quilombolas do município de Conceição do Mato Dentro, classificando-as como pertencentes à Área de Estudo Regional, conforme definição específica para o item 3 – Patrimônio Cultural. Na página 218 do EIA/Vol. IV, dentro do subitem 3.2.4, a empresa Ferreira Rocha menciona que a AEL estaria inclusa na AER:

Conforme abordado anteriormente, **para a AER – que contém a AEL** - foi realizada pesquisa com enfoque nos dados oficiais de institutos responsáveis pela gestão de comunidades tradicionais da região de pesquisa. Nessa medida, foi registrada a presença de onze comunidades quilombolas divididas nos municípios de Serro, Conceição do Mato Dentro e Dom Joaquim. Não há registros de comunidades tradicionais em Alvorada de Minas. Ademais, há, em Conceição do Mato Dentro, uma comunidade quilombola em processo de certificação. Não há comunidades cujos territórios tradicionais estejam titulados pelo INCRA (EIA, Vol. IV, 2015, p.218, grifos acrescentados).

Todavia, de acordo com as definições de AER e AEL do EIA para os demais itens do Volume IV, os municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas compreendem a Área de Estudo Local, enquanto Serro e Dom Joaquim são definidos como Área de Estudo Regional. A utilização de uma definição diferenciada de AER e AEL para o item 3 constitui uma inconsistência metodológica, uma vez que, segundo a empresa Ferreira Rocha, os efeitos do empreendimento deverão ser maiores nos municípios da AEL, como pode ser visto através do trecho abaixo relativo à definição de AEL para o Volume IV - meio socioeconômico:

A Área de Estudo Local (AEL), por sua vez, abarcou os municípios de Alvorada de Minas e Conceição do Mato Dentro. Tal escolha é justificada pelo fato de haver estruturas do empreendimento previstas em ambos, sendo de se esperar, por conta disso, que haja maior interação e, conseqüentemente, maiores efeitos sobre os mesmos do que sobre outros municípios da região (EIA, Vol. I/VII, 2015, p.233).

Considerando, segundo o próprio EIA, a maior interação dos municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas com o Projeto de Extensão da Mina do Sapo, as comunidades quilombolas de Conceição do Mato Dentro deveriam ser tratadas enquanto AEL e não como AER, o que implicaria uma atenção diferenciada a esses grupos. Ainda que a Área de Estudo Regional “englobe” a Área de Estudo Local, considerá-las, neste caso, em um mesmo plano, tem como único efeito invisibilizar, no processo do licenciamento, as particularidades dessas comunidades.

Desse modo, ao inserir de forma incongruente o município de Conceição do Mato Dentro na Área de Estudo Regional, a empresa Ferreira Rocha levantou o número de 11 comunidades

tradicionais na AER⁴⁰, sendo todas comunidades quilombolas:

Tabela 01: Síntese das comunidades quilombolas identificadas na Área de Estudo Regional

Comunidade	Município	Ano de Certificação	Localização	Distância em relação ao empreendimento
Vila Nova	Serro	2012	São Gonçalo do Rio das Pedras	48 Km lineares
Santa Cruz	Serro	2012	Distrito de Vau / Milho Verde	45 Km lineares
Queimada	Serro	2012	Divisa com Santo Antônio do Itambé	43 Km lineares
Baú	Serro	2012	Vale do Jequitinhonha (Nascente)	34 Km lineares
Ausente	Serro	2012	Vale do Jequitinhonha (Nascente)	34 Km lineares
Cônego Cachoeira	Dom Joaquim	2013	Gororós	15 Km lineares
Ribeirão	Dom Joaquim	2013	Gororós	11 Km lineares
Xambá	Dom Joaquim	2013	Gororós	18 Km lineares
Três Barras	Conceição do Mato Dentro	2011	Três Barras	15 Km lineares
Buraco	Conceição do Mato Dentro	2011	Três Barras	16 Km lineares
Cubas	Conceição do Mato Dentro	2011	Três Barras	16 Km lineares
Taquaral	Conceição do Mato Dentro	Em processo	Tijucal	22 Km lineares

Fonte: EIA, Vol. IV, 2015, p.218-219.

Cabe destacar que, dentre os grupos levantados, as comunidades quilombolas reconhecidas em Dom Joaquim e em Conceição do Mato Dentro localizam-se relativamente próximas ao empreendimento da Anglo American, sobretudo Ribeirão e Cônego da Cachoeira (Dom Joaquim), estando respectivamente a 11 km e 15 km lineares de distância⁴¹, e Três Barras, Buraco e Cubas (Conceição do Mato Dentro), cuja distância linear da Mina do Sapo é de 15 km, 16 km e 16 km, respectivamente.

Para avaliar possíveis impactos decorrentes da ampliação das atividades minerárias da Anglo American, a empresa Ferreira Rocha apresentou um mapa com a localização das comunidades quilombolas levantadas em relação ao empreendimento. De acordo com o EIA,

40 Sendo quatro em Conceição do Mato Dentro.

41 A distância de apenas 11km, 15km e 18km das comunidades quilombolas de Dom Joaquim em relação ao empreendimento reforçam o questionamento feito no capítulo anterior deste parecer, sobre a arbitrariedade das definições de AER, AEL e comunidades focais.

A primeira ferramenta analítica em um diagnóstico é o conhecimento das relações espaciais entre grupos, comunidades do entorno e empreendimento. Nesse processo, **devem ser consideradas todas as variáveis envolvendo as garantias ao acesso da terra, pelos povos tradicionais, e a viabilização de sua reprodução social e cultural. Portanto, as relações espaciais entre comunidades e empreendimento não se resumem à distância. Faz-se necessário analisar rotas de acesso, pressões urbanas e rurais, vetores de desenvolvimento, possibilidades relacionadas ao uso e captação da água.**

Nessa medida, o mapa subsequente apresenta a localização das comunidades quilombolas em relação ao Projeto Extensão da Mina do Sapo (EIA, Vol. IV, 2015, p.219, grifos acrescidos).

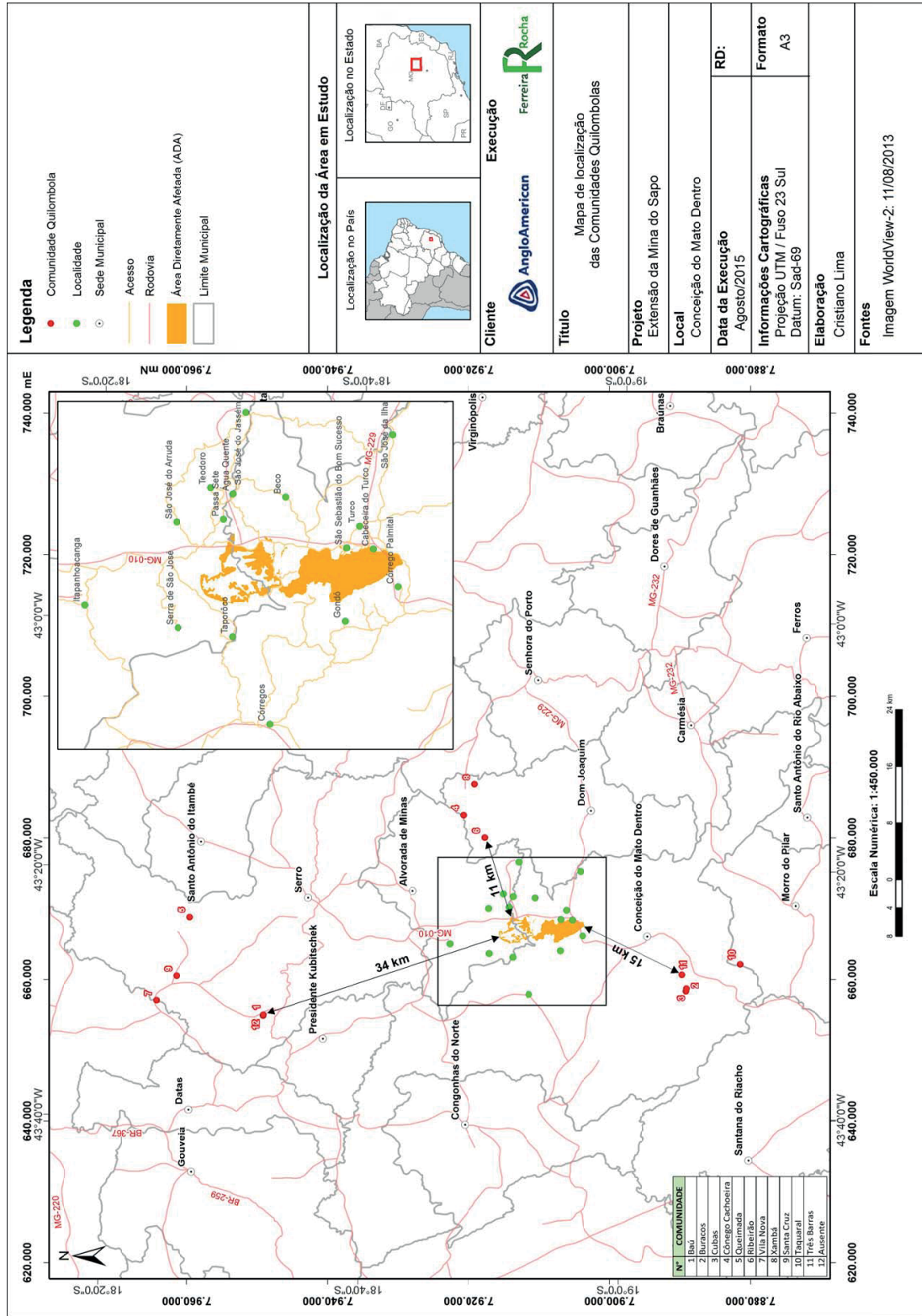
Segue, na página subsequente, a figura “Localização das Comunidades Quilombolas da AER” (EIA, Vol. IV, 2015, p. 220) (Figura 3), à qual a empresa Ferreira Rocha se refere no trecho acima. Logo após a apresentação da figura, o EIA conclui:

Uma análise espacial permite concluir que nenhuma comunidade quilombola está situada nas rotas de tráfego de pessoas e suprimentos para o projeto e, igualmente, não partilham vias de acesso específicas. Não há, do mesmo modo, sobreposição espacial entre as fontes de abastecimento do Projeto e os cursos d’água que atendem às comunidades. **De fato, as distâncias entre a área de impacto direto e as comunidades é muito grande** (EIA, Vol. IV, 2015, p.221, grifos acrescidos).

O trecho acima conclui que nenhuma das comunidades situa-se nas rotas de tráfego de pessoas e suprimentos para o projeto, não partilhando vias de acesso específicas. Entretanto, o mapa apresentado não evidencia tais conclusões, uma vez que os acessos demonstrados (linhas de cor laranja) não abarcam as 11 comunidades quilombolas levantadas, se restringindo a uma pequena área no entorno do empreendimento.

O mapa (mapa 1) não demonstra qual a direção dos principais fluxos de pessoas e suprimentos para a Mina do Sapo, tampouco evidencia as redes de relação dessas comunidades e quais os trajetos percorridos com frequência pelos quilombolas, não sendo possível identificar se estes partilham os acessos atualmente utilizados pela empresa Anglo American.

Mapa 01: Localização das Comunidades Quilombolas da AER



Fonte: (EIA, Vol. IV, 2015, p. 220)

Nesse sentido, ressalta-se que não apenas as rotas de acesso devem ser mapeadas, mas toda a rede de relações entre os grupos quilombolas e outras comunidades rurais próximas, uma vez que a instalação do empreendimento na área em questão impacta não somente o acesso em si, mas também as interações e a sociabilidade entre as comunidades da região.

Ademais, de acordo com o EIA, um dos motivos para a inclusão do município do Serro na Área de Estudo Regional se deu pelo fato de que suas estradas serão utilizadas para a implantação da extensão da Mina do Sapo, conforme pode ser visto no trecho abaixo:

A inclusão do Serro na AER é reforçada pelo fato de que, além de ser este um dos municípios mais relevantes nas proximidades da ADA, no tocante ao contingente populacional e infraestrutura existentes, será por suas estradas que se dará o transporte de máquinas e equipamentos para a implantação da Extensão da Mina do Sapo (EIA, Vol. I/VII, 2015, p.233).

Através do mapa acima se pode perceber que a maioria das comunidades quilombolas do município do Serro encontra-se próxima a rodovias (linhas de cor vermelha). Contudo, neste mapa não são apresentadas as principais estradas a serem utilizadas para a implantação do empreendimento, não sendo possível identificar se poderá haver algum tipo de impacto nas comunidades quilombolas no que diz respeito ao fluxo de caminhões e pessoas nessas rodovias.

Desse modo, através das informações apresentadas no EIA não é possível concluir se o empreendimento impacta ou não nas rotas de acesso (rodovias e outros) e nas redes de relações e interações das comunidades quilombolas dos municípios do Serro, Conceição do Mato Dentro e Dom Joaquim, sendo necessário um estudo mais aprofundado sobre os fluxos de pessoas do empreendimento e das comunidades, buscando analisar se existem sobreposições, interferências e impactos.

Além disso, o EIA conclui não haver sobreposição espacial entre as fontes de abastecimento da Mina do Sapo e os cursos d'água utilizados pelas comunidades quilombolas. Todavia, a figura 3 não fornece informações que possam embasar tais conclusões, uma vez que não apresenta nenhuma informação sobre hidrografia. Não é possível localizar as fontes de abastecimento do projeto, ou as que sofrerão sua interferência, tampouco os principais rios, córregos e nascentes que atendem os grupos quilombolas, o que impede uma análise efetiva sobre possíveis impactos sobre a água, seja em decorrência de processos erosivos e assoreamentos, seja em relação ao rebaixamento do lençol freático, à captação de águas superficiais, a poluições ou contaminações advindas do empreendimento⁴².

Após apresentar conclusões evasivas sobre a ausência de impactos das atividades minerárias sobre os quilombolas, o EIA conclui: “De fato, as distâncias entre a área de impacto direto e as

42 Cabe ressaltar que a principal fonte de abastecimento de água do empreendimento Minas-Rio é o Rio do Peixe, localizado, no município de Dom Joaquim. Desse modo, é necessário ter conhecimento dos atuais impactos sobre este rio, bem como sobre seus afluentes, buscando identificar se existem efeitos desta captação de água pela empresa Anglo American sobre as comunidades quilombolas de Dom Joaquim.

comunidades é muito grande” (EIA, Vol. IV, 2015, p.221)⁴³. Assim, a empresa Ferreira Rocha acaba por desconsiderar o que havia afirmado na página 219 do referido estudo: que “as relações espaciais entre comunidades e empreendimento **não se resumem** à distância” (EIA, Vol. IV, 2015, grifos acrescidos).

Nesse sentido, podemos afirmar que, através das informações apresentadas no EIA, não é possível avaliar a existência de eventuais efeitos da mineração sobre as comunidades quilombolas, sejam os já mencionados, sejam outros não menos significativos, como, por exemplo, a poluição do ar, o aumento do fluxo populacional e possível aumento da violência, o êxodo rural e o esvaziamento do espaço social, entre outros.

Por fim, após a apresentação de um mapa incompleto e uma análise espacial superficial entre o empreendimento e as comunidades quilombolas, em que as informações apresentadas não permitem um embasamento das conclusões expostas, o EIA apresenta breves quadros descritivos dos 11 grupos quilombolas levantados. De acordo com a empresa Ferreira Rocha:

A descrição das comunidades quilombolas da AER foi realizada, parcialmente, por meio de dados secundários. Não foi possível visitar todas as comunidades, e caracterizá-las por meio de dados primários. Há, além de barreiras estruturais, uma forte desconfiança – plenamente justificável – por parte dos quilombolas em relação à visita de pesquisadores externos. Infelizmente, essas comunidades foram alvo das mais diversas atrocidades, para além de terem raízes históricas em uma das maiores crueldades perpetradas pelas pessoas: o sistema escravagista. Com efeito, **por se tratarem de comunidades situadas há [sic] grandes distâncias do empreendimento, a análise espacial tornar-se-ia o real objetivo desse estudo e, portanto, não buscamos aprofundar análises inócuas evitando-se, assim, a geração de pressões e tensões sociais desnecessárias.** Contudo, a base de dados pública e o apoio das Prefeituras Municipais permitir [sic] obter todas as informações necessárias (EIA, Vol. IV, 2015, p.221, grifos acrescidos).

Conforme mencionado no início desta análise, o EIA não deixa claro em quais comunidades a equipe realizou trabalho de campo e em quais utilizou apenas dados secundários. No trecho acima, a empresa Ferreira Rocha justifica a não utilização de dados primários para todas as comunidades devido a uma possível desconfiança desses grupos em relação à visita de pesquisadores e à existência de “barreiras estruturais”, sem, contudo, elencar quais barreiras são essas.

A Comunidade Remanescente de Quilombo do Taquaral, cujo processo de certificação pela Fundação Cultural Palmares está em andamento (processo nº 01420.000205/2007-91), é mencionada no EIA como um dos locais onde a equipe da empresa Ferreira Rocha teve dificuldade de acesso e de obtenção de informações. De acordo com o EIA:

desde a abertura do processo de certificação na Fundação Cultural Palmares, os moradores foram orientados a não receberem pesquisadores na comunidade, temerosos de uma possível influência negativa sobre o processo de reconhecimento (EIA, Vol. IV, 2015, p.225).

Cabe ressaltar aqui que tal temor em relação a influências negativas sobre o processo de

43 A comunidade quilombola mais próxima da Mina do Sapo localiza-se a apenas 11km lineares do empreendimento.

reconhecimento deste grupo não deve ser considerado de forma isolada, devendo ser relacionado ao contexto de pressões e conflitos vivenciados pelas comunidades tradicionais próximas ao empreendimento da Anglo American.

Ademais, é importante frisar que, embora algumas comunidades apresentem certo incômodo com a presença de pesquisadores externos - sobretudo ao se levar em consideração o cenário de tensões e conflitos decorrentes das atividades da Anglo American na região -, o intuito da elaboração de um Estudo de Impacto Ambiental é identificar e analisar os impactos de um empreendimento sobre essas comunidades, visando garantir a sua proteção e os seus direitos. Nesse contexto, o levantamento de dados primários se torna uma ferramenta imprescindível, pois permite a identificação de situações diretamente relacionadas aos objetivos da pesquisa.

Nesse sentido, o aprofundamento das investigações relativas a possíveis efeitos do empreendimento sobre essas comunidades não deve ser considerado “inócuo”, uma vez que alguns desses grupos encontram-se relativamente próximos ao empreendimento e que existem outros fatores, além da distância, a serem levados em consideração, ao se tratar da análise dos efeitos socioambientais de um mega empreendimento minerário. Devido à relevância dessa pesquisa para o futuro dessas comunidades tradicionais e para a preservação do patrimônio cultural brasileiro, é importante que as estratégias de inserção e as metodologias de pesquisa de campo sejam aprimoradas, visando não só esclarecer a população sobre os objetivos e a importância do estudo em questão, como produzir o conhecimento necessário a uma avaliação fundamentada acerca da viabilidade socioambiental do empreendimento.

Por fim, conforme já apontado, além da análise espacial realizada pelo EIA não possibilitar uma real dimensão sobre os efeitos da mineração para as comunidades quilombolas da região, os dados sobre cada um desses grupos foram apresentados de maneira superficial. Via de regra, contêm informações gerais sobre infraestrutura, bioma, número de famílias, festas típicas, religiosidade e, em alguns casos, menção à ancestralidade e às atividades econômicas. Cabe frisar que nem todos esses itens foram demonstrados para todas as comunidades, tendo sido apresentados como dados pontuais, sem relacioná-los a uma descrição mais aprofundada sobre os seus modos de vida. Através das informações descritas não é possível saber, por exemplo, as relações dos quilombolas com o território e os seus usos tradicionais - materiais e simbólicos -, os principais cursos d'água utilizados, as relações com grupos do entorno, entre outros aspectos relevantes para uma análise de impactos.

Para exemplificar as limitações expostas acima, seguem abaixo as informações apresentadas sobre as comunidades quilombolas do município de Dom Joaquim, descritas no EIA de forma conjunta. É importante sublinhar que dentre as comunidades descritas, as do município de Dom Joaquim e Conceição do Mato Dentro (especificamente Três Barras, Buraco e Cubas) são aquelas que contam com o maior número de informações:

As comunidades quilombolas de Cônego Cachoeira, Xambá e Ribeirão estão situadas no município de Dom Joaquim, no Distrito de Gororós. Essas comunidades estão inscritas na área de entorno do distrito, em meio rural, dispersas por um raio de, aproximadamente, dois quilômetros. A origem

do assentamento é desconhecida, mas há indícios, extraídos de depoimentos de moradores locais, que seus antepassados tenham migrado da região de Itabira. Atualmente, as três comunidades recebem apoio da EMATER-MG, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Assim, a principal atividade econômica das pouco mais de 100 famílias, distribuídas entre as três comunidades, é a agricultura familiar. De sobremodo, destaca-se a produção de hortaliças, canjiquinha, ovos, fubá, milho e, especialmente, feijão, utilizados nas escolas públicas de Dom Joaquim. A unidade cultural da comunidade está sendo reforçada pela iniciativa dos próprios moradores, os quais estão reunindo o acervo material que remete à própria história do grupo.

Os programas de fortalecimento da agricultura familiar tem surtido efeito. Segundo informações da Emater MG (2014), a produção vem sendo corretamente escoada e, além disso, os quilombolas ainda possuem mercado para abastecimento de comerciantes dos municípios de Alvorada de Minas e Dom Joaquim. Em termos religiosos, as três comunidades – de maioria católica - celebram, em Maio, a Festa de Nossa Senhora do Rosário. Os moradores locais também estão acostumados a participarem dos festejos de Bom Jesus do Matosinhos, em Conceição do Mato Dentro (EIA, Vol. IV, 2015, p.223).

Sobre as demais comunidades, são encontradas descrições ainda mais sucintas, como, por exemplo, a do Quilombo Queimadas, no município de Serro:

A comunidade de Queimada é, dentre os remanescentes de quilombo do Serro, a maior em extensão territorial. Dividida em quatro pequenos grupos familiares, abriga aproximadas 250 pessoas. A comunidade está situada na região do Vale do Rio Jequitinhonha, na divisa com o município de Santo Antônio do Itambé. A principal atividade econômica da população local é o cultivo de café, mandioca e, no caso das mulheres, hortaliças. A infraestrutura local é inadequada, não existindo centros educacionais ou unidades de saúde básica. Esses serviços são buscados na sede do município (EIA, Vol. IV, 2015, p.222).

É importante destacar, principalmente, que a descrição das comunidades quilombolas foi realizada sem relacioná-las ao contexto de ampliação das atividades minerárias da Anglo American, o que, somado à superficialidade das informações, não possibilita uma análise sobre como o empreendimento poderia impactar os modos de vida e a reprodução social dos grupos em questão. **A limitação dos dados não permite a verificação de possíveis impactos já causados pela mineração, tampouco uma projeção sobre os impactos que ainda poderão ocorrer caso o Projeto de Extensão da Mina do Sapo seja implementado.**

3.1.2. Comunidades Tradicionais na Área de Estudo Local

No item 3.2.5 do EIA/Vol. IV a empresa Ferreira Rocha faz uma breve consideração acerca da existência de comunidades tradicionais na Área de Estudo Local, afirmando não haver registros de comunidades reconhecidas na área em questão. De acordo com o EIA, “os registros oficiais não indicam a presença de nenhuma comunidade tradicional oficialmente reconhecida – ou em processo de reconhecimento – na AEL” (Vol. IV, 2015, p.227). **Contudo, as comunidades quilombolas de Três Barras, Buraco, Cubas e Taquaral, localizadas em Conceição do**

Mato Dentro⁴⁴, **deveriam ser consideradas como situadas dentro da AEL, conforme abordado anteriormente.** Ademais, o Parecer Único do Sistema Estadual de Meio Ambiente (SISEMA) nº 001/2008 aponta para a existência de outras duas comunidades quilombolas em Conceição do Mato Dentro, a saber: Congonhas do Norte e Candeias. Embora não oficialmente reconhecidas, essas comunidades constam inclusive em listagem do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) enquanto quilombolas⁴⁵.

Segundo o estudo, a empresa Ferreira Rocha buscou informações sobre processos de autorreconhecimento de comunidades na Área de Estudo Local junto aos poderes públicos municipais, mas não obteve informações nesse sentido. Desse modo, o EIA conclui não haver comunidades tradicionais na AEL.

De acordo com a Ferreira Rocha, buscou-se “compreender a situação das comunidades inseridas na AEL e, portanto, sujeitas às interferências advindas do empreendimento” (EIA, Vol. IV, 2015, p.230). A equipe realizou análises sobre as comunidades do Sapo, Cabeceira do Turco, São José da Ilha, Jassém, Turco, Gondó e Córregos. Segundo o EIA,

A região é composta por assentamentos rurais, típicos do interior de Minas Gerais, com vocação para agricultura de subsistência. A produção artesanal do Queijo do Serro é outra atividade recorrente. Nessa área, destacamos os núcleos habitacionais, de características rururbanas, tais como Turco, Cabeceira do Turco, Sapo (São Sebastião do Bom Sucesso), Gondó, Córregos, Jacém, Passa Sete e Água Quente.

Com exceção de Córregos, que apresenta uma pequena estrutura urbanizada, todas as demais comunidades são tipicamente caracterizáveis enquanto aglomerações rurais ou áreas rururbanas. A população local pratica atividades agrícolas e pecuárias, majoritariamente de subsistência, em propriedades rurais do entorno.

[...]

Não se observam fenômenos de inculturação ou aculturação na região. Igualmente, as práticas simbólicas e culturais são partilhadas pela população rural de Conceição do Mato Dentro como um todo (EIA, Vol. IV, 2015, p.227).

Os trechos acima conduzem a um entendimento de que boa parte das comunidades no entorno do empreendimento seriam comunidades rururbanas, cujas “práticas simbólicas e culturais são partilhadas pela população rural de Conceição do Mato Dentro como um todo” (ibid., p.227), sem possuir características específicas por meio das quais pudessem vir a ser consideradas comunidades tradicionais. Nesse sentido, o EIA faz uma descrição geral sobre esses grupos, dando destaque às atividades de agricultura e pecuária de “subsistência” praticadas na região. Por fim, apresenta fotos de habitações rurais em algumas dessas comunidades.

Reforçando o argumento de “não tradicionalidade” desses grupos, o EIA afirma:

[...] para além desses elementos, caracterizadores das comunidades rurais da região, as

44 Assim como as comunidades de Cônego Cachoeira, Ribeirão e Xambá, em Dom Joaquim.

45 Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro_unico/levantamento-de-comunidades-quilombolas.pdf

entrevistas com moradores locais demonstraram a inexistência de um reconhecimento específico enquanto grupo social distinto advindo de qualquer contexto derivado da tradicionalidade. E, para além, boa parte dos 19 entrevistados conhecem o conceito de comunidades quilombolas. Não obstante, essas comunidades participaram ativamente dos processos de audiência pública [de] instalação do Projeto Minas-Rio e, segundo a maioria, tomaram conhecimento do tema – e de suas implicações – pela primeira vez (EIA, Vol. IV, 2015, p.227).

No entanto, para elucidar o argumento de “não tradicionalidade” das comunidades do entorno da Mina do Sapo, a empresa Ferreira Rocha aciona uma descrição superficial e genérica desses grupos, dando destaque para a “inexistência de um [auto] reconhecimento específico enquanto grupo social distinto” (p.227), afirmando, assim, não existir comunidades tradicionais na AEL.

Contudo, o EIA desconsidera diferentes estudos, relatórios e pareceres técnicos que evidenciam a tradicionalidade de boa parte dessas comunidades localizadas próximas ao empreendimento. Um importante documento quanto a essa questão foi elaborado pela empresa Diversus no ano de 2008, e se chama *Comunidades negras rurais em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, Minas Gerais, Brasil – Caracterização Preliminar*.

De acordo com o levantamento realizado pela empresa Diversus (2008), as comunidades de Escadinha de Cima (Itapanhoacanga), São José do Jassém, Vargem do Saraiva, Pião, São José da Ilha, Beco, Três Barras e Buraco são comunidades negras rurais. Em 2008, a maioria nunca havia ouvido falar no termo “comunidades quilombolas”. Atualmente, Três Barras e Buraco são certificadas pela Fundação Cultural Palmares.

A comunidade de Escadinha de Cima, por exemplo, localiza-se no distrito de Itapanhoacanga, no município de Alvorada de Minas. Cabe destacar que Itapanhoacanga é considerada “comunidade focal” do Projeto de Extensão da Mina do Sapo, estando, portanto, nas proximidades do empreendimento. **Escadinha de Cima é constituída por uma parentela predominantemente negra, “formando uma comunidade negra rural com características tradicionais que já consta, inclusive, em listagens de organizações não governamentais como sendo remanescente de quilombo” (DIVERSUS, 2008, p.21).** Uma dessas organizações é o Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES), que disponibilizou em seu sítio eletrônico informações sobre a “Comunidade Quilombola Escadinha de Cima” (CEDEFES, 2010). Além disso, consta no Parecer Único do SISEMA nº 001/2008, o levantamento da Comunidade Quilombola Escadinha de Cima como patrimônio imaterial do município de Alvorada de Minas (SISEMA, 2008, p.152).

A comunidade localiza-se ao longo do Vale do Córrego da Escadinha e sua ocupação inicial remonta ao período da escravidão com a chegada de famílias negras no local. Os moradores descendem das famílias Francisco e Luiz e todos possuem laços de parentesco entre si, uma vez que os casamentos são majoritariamente endogâmicos. Possuem também relações de parentesco com uma comunidade próxima, chamada Serra dos Monteiros. A apropriação do território pela comunidade é predominantemente familiar (DIVERSUS, 2008).

A comunidade de São José do Jassém, localizada em Alvorada de Minas e considerada

comunidade focal, também é composta em sua maioria por famílias negras com laços de parentesco e compadrio entre si⁴⁶. Há relatos de que antepassados de um entrevistado pela equipe da Diversus no Jassém teriam sido escravizados em uma região próxima, conhecida como “Tapa”. Além disso, o processo de ocupação da comunidade de São José do Jassém teria se caracterizado, em dado momento, pela conformação de uma “terra de santo” (DIVERSUS, 2008).

De acordo com Martins (2014), em estudo realizado sobre a comunidade de São José do Jassém,

As terras sobre as quais se constitui a localidade de São José do Jassém foram doadas por grandes fazendeiros locais para a santa Nossa Senhora da Conceição. Conta a tradição local – com algumas variações – que a imagem da santa foi achada na Fazenda Mombaça, por uma escrava, Maria Faustina. Essa mulher levou a imagem para casa, mas a santa desapareceu de lá no dia seguinte. A Santa havia voltado para o mesmo local onde havia sido encontrada, na Fazenda Mombaça, e assim se sucedeu muitas vezes. Os fazendeiros da região ouviram essa história, e os “Simões antigos” mandaram construir uma capela para a Santa que, por fim, ficou no Jassém – e lá está até hoje. Como me conta uma entrevistada: “Aí eles fizeram a igreja, ela ficou quieta aí... Ficou até hoje... Todo mundo que entra aí, faz a festa, celebra missa, tudo aí por causa dela. Ficou sendo padroeira da cidade”. A capela foi construída há cerca de 150 anos, em um grande terreno doado pelos fazendeiros à Santa. A imagem encontrada na fazenda Mombaça pode ser vista, até hoje, no altar da Igreja (MARTINS, 2014, p.18).

As “terras de santo” podem ser encontradas em diferentes comunidades tradicionais do Brasil e são consideradas pela literatura antropológica brasileira como “terras de uso comum”. De acordo com o antropólogo Alfredo Wagner de Almeida (2002), as chamadas “terras de uso comum”:

não correspondem a “terras coletivas”, no sentido de intervenções deliberadas de aparatos de poder, nem a “terras comunais”, no sentido emprestado pela feudalidade [...] compreendem, pois, uma constelação de situações de apropriação de recursos naturais (solos, hídricos e florestais), utilizados segundo uma diversidade de formas e com inúmeras combinações diferenciadas entre uso e propriedade e entre o caráter privado e comum, perpassadas por fatores étnicos, de parentesco e sucessão, por fatores históricos, por elementos identitários peculiares e por critérios político-organizativos e econômicos, consoante práticas e representações próprias (ALMEIDA, 2002, p.45).

Segundo o autor:

Analicamente, elas designam situações nas quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um de seus membros. Tal controle se dá por meio de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem uma unidade social (ALMEIDA, 2010, p.104).

Nesse sentido, as “terras de uso comum” constituem um forte elemento de tradicionalidade, característico de comunidades quilombolas, povos indígenas e outros grupos tradicionais. No que se refere às chamadas “terras de santo”:

46 A comunidade de Vargem do Saraiva localiza-se próxima ao Jassém e é considerada por alguns como parte da comunidade. O histórico de ocupação do local remonta ao período da escravidão e segundo a memória coletiva, os antepassados dos atuais moradores eram escravizados. A comunidade de Pião também é formada por um pequeno grupo de parentela negra e a matriarca da comunidade é de São José do Jassém.

as formas de uso comum coexistem, ao nível da imaginação dos moradores, com uma legitimação jurídica de fato destes domínios, onde o santo aparece representado como proprietário legítimo, a despeito das formalidades legais requeridas pelo código da sociedade nacional. Sobressaem nestas unidades sociais os denominados ‘encarregados’ ou lideranças do grupo que teriam basicamente funções vinculadas ao ciclo de festas e ao cerimonial religioso (ALMEIDA, 2008, p.149).

Assim como o Jassém, a comunidade de São José da Ilha, em Dom Joaquim - também “comunidade focal” do Projeto de Extensão da Mina do Sapo -, situa-se em uma “terra de santo”. A terra onde vive o grupo foi doada a São José, tendo sido erguida uma capela em sua homenagem. A maioria das famílias do local é negra e possui relações de parentesco e compadrio entre si (DIVERSUS, 2008). O trecho abaixo, extraído do relatório do Programa Cidade e Alteridade (2015), evidencia as formas de uso comum encontradas em São José da Ilha, onde o Santo e a Igreja aparecem como proprietários legítimos da terra, conforme outras regiões e comunidades etnografadas por Almeida (2008):

São José da Ilha “é terra de Santo, da Igreja”, “as pessoas quase não tem [sic] documento [da terra]” (Entrevista com moradora P., São José da Ilha, março de 2015). “Aqui não tinha dono, os moradores daqui não tem documento da terra. Não era da gente, não pagamos imposto. A terra era da Igreja, é terra de Santo. E terra de Santo não pode vender, nem comprar. Se vender o certo é dar o dinheiro para igreja” (Entrevista com morador A., São José da Ilha, março de 2015). O padroeiro do povoado é São José e a toponímia “Ilha”, segundo moradores, advém pelo fato do povoado ser margeado por cursos d’água: “Chama Ilha porque tem água no fundo, que margeia a comunidade” (Entrevista com moradora P., São José da Ilha, março de 2015) (CIDADE E ALTERIDADE, 2015, p.154).

A comunidade de Beco, por sua vez, é habitada por famílias majoritariamente negras e com relações de parentesco entre si, “formando [...] uma comunidade negra rural com características tradicionais” (DIVERSUS, 2008, p.24). Fazem parte da comunidade de Beco os núcleos de moradores de Buracão e Quatis (DIVERSUS, 2008).

Segundo a memória coletiva da comunidade, a ocupação inicial da região por famílias negras remonta ao período da escravidão, pois sempre escutam histórias contadas pelos seus bisavós que naquelas imediações existiam escravos. A entrevistada mencionou a sua ocorrência na antiga fazenda Conquista em Conceição do Mato Dentro, numa localidade próxima a Dom Joaquim. Já o senhor Raimundo Rodrigues informou que sua avó, Cristina Maria de Jesus, foi escrava. Seu tio, pai do primo Miguel que também mora na comunidade, nasceu antes da abolição (DIVERSUS, 2008, p.24).

O trecho acima evidencia, assim como na maioria das comunidades descritas anteriormente, a memória de um passado ligado à escravidão. A Informação Técnica nº03/2009, realizada pela então perita do Ministério Público Federal, Ana Flávia Santos, em 2009, relata a presença, na comunidade de Beco/Quatis, de membros da família Rodrigues⁴⁷, parentela negra de ascendência afro-brasileira, cuja presença na região é antiga:

47 De acordo com relatório da Diversus (2011), pode-se encontrar familiares dos Rodrigues também na comunidade de Passa Sete, em Conceição do Mato Dentro.

Segundo o Sr. Raimundo [Rodrigues], o primeiro Cruzeiro que existiu no Beco foi construído pelo seu bisavô, Zacarias Rodrigues da Silva, nascido no Quatis. Zacarias, escravo, era pai de Isaías Rodrigues, seu avô, um homem livre. Isaías trabalhava na mesma fazenda em que trabalhava Cristina Maria de Jesus, que não apenas era escrava, como descendente de “gente pegada na África”. Isaías teria engravidado Cristina Maria de Jesus, com quem logo se casou; mas apenas quando “liberados” pela Princesa Isabel, é que eles teriam conseguido ir para o Quati (MPF, 2009, p.22-23).

Histórias de sofrimento cercam os relatos sobre a escravidão. Na Fazenda da Estiva, colocavam um feixe de taquara no moinho movido a água, para ficar rodando e batendo no escravo que ali estivesse preso. Esposa de Raimundo Rodrigues, Cidália comentou que seu avô, também escravo, teria sido vendido pela mãe por uma quarta de toucinho; fora comprado por um fazendeiro quando ainda nem conhecia roupa no corpo, para carregar bagaço pra moer cana. Claudino da Silva, avô de Cidália, era do lugar denominado Miranda, em Itapanhoacanga (MPF, 2009, p.23).

As comunidades negras rurais descritas acima apresentam elementos de tradicionalidade comuns entre si, reforçando certo padrão regional: elas advêm de um contexto histórico ligado à escravidão nos municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim e muitas evidenciam, através da memória coletiva, formas de ocupação que remontam a este período.

As comunidades descritas pelo relatório da Diversus (2008), consideradas em sua maioria como “comunidades focais” do Projeto de Extensão da Mina do Sapo, são constituídas por famílias negras que habitam a região por longa data, sendo preponderantes as relações endogâmicas, o que é característico de muitas comunidades quilombolas. A apropriação da terra nessas comunidades é predominantemente familiar, sendo o cultivo das roças e os quintais aspectos relevantes nesses grupos.

Outro elemento de tradicionalidade fortemente encontrado em muitas comunidades localizadas no entorno da Mina do Sapo são as “terras de herdeiro” ou as “terras no bolo da família”, também consideradas pela literatura antropológica brasileira como “terras de uso comum”. As “terras no bolo” compreendem uma característica regional, marcada pelo sentimento de forte pertença local, identificada tanto pelo relatório da Diversus (2011), quanto pela Informação Técnica 03/2009, do Ministério Público Federal, e mais recentemente por Carvalhosa (2016), em dissertação elaborada na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Segundo Ana Flávia Santos:

Esta, que pareceria uma característica dos Pimenta, comprovou ser, nas visitas a outras comunidades e famílias, uma característica comum à organização socioespacial das comunidades situadas no entorno da Serra da Ferrugem. Estas se constituem como comunidades de parentesco, territorialmente organizadas em terras familiares que se entrecem à medida mesma em que se articulam as próprias redes familiares.

Nessas comunidades, as relações de parentesco constituem um importante mediador do acesso à terra: esta é, sobretudo, uma terra de herança, sendo a herança, própria e/ou do cônjuge, a via mais frequente de aquisição de terra. Os membros dessas famílias extensas ou ampliadas - conjunto de famílias nucleares descendentes de um mesmo ancestral, estabelecido na região, via de regra, há várias gerações passadas -, passam a constituir parentes e donos em comum das terras de herança, mantidas indivisas, ou “no bolo”, por gerações (MPF, 2009, p.26-27).

Ainda de acordo com Santos:

A organização familiar como suporte dos processos produtivos e da transmissão de saberes e direitos é uma característica comum às comunidades tradicionais, em que pesem as variações decorrentes das trajetórias históricas e territórios específicos. A família, nos seus diversos desdobramentos, constitui a base da organização social, somando-se às relações de vizinhança na construção dos costumes, técnicas e normas que fundamentam os domínios territoriais específicos (MPF, 2009, p.27, grifos acrescidos).

Desse modo, os dados evidenciam fortes elementos de tradicionalidade presentes em muitas comunidades no entorno da Mina do Sapo, consideradas, inclusive, como “comunidades focais” que já vêm sofrendo com os impactos das atividades minerárias da Anglo American, podendo ser ainda mais impactadas com a expansão da mina.

Conforme pontuado anteriormente, **a ausência de autoatribuição por parte desses grupos não pode ser considerada o único elemento ao se tratar da tradicionalidade dessas comunidades e de sua riqueza para o patrimônio cultural brasileiro. A existência das comunidades tradicionais é anterior à legislação que hoje as protege e a autoatribuição não deve ser considerada como uma qualidade intrínseca aos grupos, mas como um processo social e político de objetivação de identidades. Isso significa entender o autorreconhecimento não enquanto um dado estático e “natural”, mas como um processo social que compreende uma (re)elaboração das trajetórias, das memórias e do vínculo com o passado, dos projetos coletivos de futuro, dos sentimentos de pertença ao grupo e ao território, o que pode ser desencadeado por uma série de fatores e conjunturas.** Enquanto um *processo*, a autoatribuição não pode ser analisada isoladamente, fora do contexto no qual estão inseridos os grupos. No caso das comunidades negras rurais do entorno da Mina do Sapo, por exemplo, o fato da maioria ter tomado conhecimento da questão quilombola pela primeira vez nas audiências públicas de instalação do Projeto Minas-Rio (EIA, Vol. IV, 2015, p.227) é um dado relevante. **O clima de tensão, falta de informação, insegurança e medo quanto ao futuro no qual as comunidades estavam e estão inseridas, não pode ser desconsiderado como elemento significativo, ao se avaliar a inexistência ou fragilidade, no presente, de demandas pelo reconhecimento oficial.** Nesse sentido, conforme a informação técnica do MPF (2009):

Convém aqui destacar, inicialmente, que, ao contrário do que frequentemente supõe o senso comum, a auto-declaração como quilombola não se assemelha a um mero ato de enunciação, decidido, de modo descontextualizado, por um conjunto de pessoas. Ela supõe a conformação, em um dado contexto histórico, de um processo político e social de auto-reconhecimento, algo como um processo auto-reflexivo, através do qual a comunidade, por categorias que lhes são próprias, retrace sua trajetória histórica e seu sentimento de pertencimento a uma coletividade - sempre específicos e particulares -, remetendo-o a uma categoria classificatória, de caráter designativo, nomeada em lei. É preciso frisar, aqui, que a categoria “comunidade remanescente de quilombo” é uma categoria legal, que se torna auto-designativa a partir do momento em que as comunidades dela se apropriam (MPF, 2009, p.26).

Conforme mencionado, a autoatribuição como quilombola ou outro grupo tradicional passa por

um processo reflexivo através do qual a comunidade reconstitui sua relação com o passado e seu sentimento de pertencimento, implicando na ressignificação de memórias coletivas e trajetórias historicamente estigmatizadas. Não deve, portanto, ser considerado como uma “mera decisão”, tampouco como um elemento cristalino e estático, componente de uma realidade “objetiva” e externa aos processos vivenciados por esses grupos.

Desse modo, a inexistência de autorreconhecimento no presente não deve ser interpretada como “inexistência de tradicionalidade”. Por se tratar de um processo, essas comunidades podem ainda vir a se apropriar deste aparato legal e se autoatribuírem identidades específicas, como a de quilombolas, por exemplo. Cabe ressaltar que a comunidade de Beco, assim como as comunidades de Água Quente, Três Barras, Buraco, Cubas e outras, participaram da Oficina de Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais realizada em 2014, em Conceição do Mato Dentro, pelo Programa “Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais em Minas Gerais: visibilização e inclusão sociopolítica”, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Nessa oficina houve reflexões acerca das categorias de comunidades tradicionais e muitos grupos presentes reconheceram em suas trajetórias e modos de vida, características semelhantes às aquelas existentes em outras comunidades quilombolas.

Cabe enfatizar que existe hoje, entre alguns moradores das comunidades negras rurais do entorno da Mina do Sapo, um processo de reflexão acerca da identidade quilombola, conforme pode ser evidenciado através da fala de uma moradora da comunidade de Passa Sete, em audiência pública realizada no dia 29 de agosto de 2017:

E eu queria dizer também uma palavra, gente. Será, eu gostaria de saber, será que eu sou Quilombola? Será que eu sou Quilombo? Isso eu gostaria de saber, porque isso eu tenho certeza que isso vai acontecer, porque a gente é desde os antigos, gente, desde os [ininteligível]. Eu queria saber disso, se eu sou quilombo. (Moradora da comunidade de Passa Sete, Conceição do Mato Dentro).

A fala acima evidencia um processo de autorreflexão e ressignificação, por parte dessa moradora, acerca da trajetória histórica de sua família e de sua comunidade, bem como do sentimento de pertencimento a esse grupo e ao local onde vive. Desse modo, é importante destacar que em termos antropológicos não existe uma diferença substantiva, objetiva, entre comunidades quilombolas e comunidades negras tradicionais, conforme explicita a antropóloga Ana Flávia Santos:

O segundo ponto a destacar é que, para a Antropologia, não há uma diferença qualitativa entre comunidades remanescentes de quilombo e comunidades negras tradicionais, do ponto de vista de constituírem sujeitos coletivos aos quais deve ser garantido e preservado o direito de se reproduzirem enquanto coletividades específicas, histórica e culturalmente diferenciadas (MPF, 2009, p.26).

Nesse sentido, diferentemente do que conclui o EIA, na perspectiva antropológica a ausência de autorreconhecimento não é razão para um tratamento diferente dado às comunidades certificadas enquanto quilombolas e as comunidades negras tradicionais (MPF, 2009) existentes na AER e AEL, no que tange ao processo de licenciamento do Projeto de Extensão da Mina do Sapo.

Desse modo, **os elementos de tradicionalidade como as “terras de santo”, as “terras no bolo da família”, a ancestralidade negra, as relações de parentesco e as relações de pertencimento com o local, presentes em muitas comunidades do entorno da Mina do Sapo, devem ser considerados como questões relevantes neste processo de licenciamento, uma vez que os efeitos contínuos das atividades minerárias da Anglo American podem constituir em um sério risco para a reprodução social e cultural desses grupos – seus modos de fazer, viver e criar - e, conseqüentemente, para o patrimônio cultural.**

3.2. Análise do subitem “3.4.4.5 – Patrimônio cultural de natureza imaterial”

Conforme definição do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), os bens culturais de natureza imaterial correspondem às práticas e domínios da vida social manifestados sob a forma de saberes, ofícios, modos de fazer, celebrações, formas de expressão lúdicas, plásticas, cênicas ou musicais, assim como os lugares nos quais são abrigadas as práticas culturais coletivas (IPHAN, s/d).

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), patrimônio imaterial é definido como:

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (UNESCO, 2006, p.4).

Ainda de acordo com a UNESCO (2006), este patrimônio é transmitido de geração em geração, sendo constantemente recriado pelas comunidades e grupos de acordo com sua trajetória histórica e sua interação com o ambiente, o que gera um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Desse modo, o patrimônio cultural é também compreendido como uma das dimensões do meio ambiente – entendido para além dos aspectos estritamente naturalísticos –, tornando-se imprescindível a sua consideração no que concerne aos impactos causados pela instalação de empreendimentos econômicos em determinada localidade (IPHAN, s/d), dada a sua relação com os modos de reprodução social dos grupos, com as identidades coletivas e com o respeito à diversidade cultural.

Nesse sentido, são previstos em legislações específicas em âmbito federal e estadual, estudos voltados para a avaliação dos impactos de tais empreendimentos sobre o patrimônio cultural. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Projeto de Extensão da Mina do Sapo, da empresa Anglo

American, elaborado pela empresa Ferreira Rocha em setembro de 2015, afirma, em seu volume IV - Diagnóstico Ambiental Meio Socioeconômico e Cultural, que:

No caso específico do estado de Minas Gerais, são três normativas necessárias para a correta avaliação do patrimônio histórico-arqueológico em seus riscos e relações com projetos de engenharia. Primeiramente, o Termo de Referência para licenciamento de atividades de Mineração, da Superintendência Regional de Regularização Ambiental, solicita a apresentação de informações sobre a presença de bens tombados nas áreas do projeto. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por meio do Termo de Referência para o Meio Socioeconômico nos Aspectos Relacionados à Proteção dos Bens Culturais (IPHAN 2012), solicita a submissão de Formulário de Informações sobre o Patrimônio Cultural para manifestação acerca dos procedimentos relativos ao licenciamento dos bens culturais materiais, imateriais e arqueológicos. A Anglo American, em Fevereiro de 2015, submeteu a documentação para análise do IPHAN, solicitando a dispensa dos estudos específicos para os Componentes-Síntese Patrimônio Cultural Material e Patrimônio Cultural Imaterial, por meio do Processo IPHAN 01514001507/2015- 48. Por fim, recentemente, o Conselho Estadual do Patrimônio Cultural expediu a Deliberação Normativa 007/2014, a qual estabelece uma nova demanda: a elaboração do Estudo Prévio de Impacto Patrimonial (EPIC) e o Relatório de Impacto Patrimonial (RIPC), como meios para a avaliação, por parte do Instituto, do tema em voga. Contudo, a Deliberação Normativa depende da emissão, pelo IEPHA, de um Termo de Referência para detalhamento das medidas e procedimentos cabíveis. Até o momento do protocolo desse estudo, o referido Termo de Referência não havia sido publicado (EIA, Vol. IV, 2015, p. 277).

Segundo o EIA, o IPHAN deu anuência ao projeto; contudo, não é possível saber se o Instituto acatou o pedido de dispensa dos estudos próprios relacionados ao patrimônio cultural material e imaterial, apresentado pela Anglo American, conforme passagem acima citada, ou se a empresa teve de apresentá-los ao órgão. Neste caso, seria importante saber das conclusões do estudo e das avaliações específicas apresentadas pelo órgão federal.

Ademais, a empresa Ferreira Rocha afirma, na mesma passagem acima destacada, estar aguardando a publicação, pelo IEPHA, de um Termo de Referência com o detalhamento dos procedimentos e medidas cabíveis para a elaboração do Estudo de Impacto Patrimonial (EPIC) e do Relatório de Impacto Patrimonial (RIPC), conforme Deliberação Normativa 007/2014 do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (CONEP). Ressalta-se que a publicação do EIA é datada de setembro de 2015; todavia, o Termo de Referência em questão foi publicado através da Portaria do IEPHA nº 52/2014, no anexo II, em 30 de dezembro de 2014, no Diário do Executivo de Minas Gerais, Caderno 1, páginas 59-60⁴⁸. Desse modo, através das informações dispostas no EIA, não é possível saber se a empresa Anglo American realizou ou não os estudos específicos exigidos⁴⁹.

O EIA, Vol. IV, apresenta um breve estudo acerca do patrimônio imaterial na região onde se encontra instalada a Mina do Sapo. Foi realizado um levantamento dos bens culturais – materiais e imateriais – nos municípios do Serro, Dom Joaquim, Alvorada de Minas e Conceição do Mato Dentro, considerados, especificamente no item 3 - Patrimônio Cultural, como Área

48 Conforme pode ser visto através do seguinte endereço eletrônico: <http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/136346?paginaCorrente=004&posicaoPagCorrente=136291&linkBase=http%3A%2F%2Fjornal.iof.mg.gov.br%3A80%2Fxmlui%2Fhandle%2F123456789%2F&totalPaginas=120&paginaDestino=59&indice=0>

49 A equipe responsável pela elaboração deste estudo preliminar esteve em contato, em 2017, com as equipes do IPHAN e do IEPHA, para a averiguação dessas informações; contudo, não conseguiu acesso aos respectivos processos.

de Estudo Regional (AER). O levantamento também compreendeu a região denominada como Área de Estudo Local (AEL), correspondente, na análise relacionada ao Patrimônio Cultural (item 3), às comunidades situadas no entorno da Mina do Sapo⁵⁰.

Um dos objetivos desse levantamento, segundo o documento, foi avaliar a situação do patrimônio cultural em relação ao processo de licenciamento do Projeto Extensão da Mina do Sapo, “subsidiando a eventual proposição de medidas de mitigação, compensação ou controle frente à identificação de impactos” (EIA, Vol. IV, 2015, p.279).

Contudo, embora pretendesse avaliar os possíveis impactos causados sobre o patrimônio cultural das localidades em questão, no que se refere ao patrimônio imaterial o estudo se restringe a apresentar um levantamento não exaustivo, e em alguns casos desatualizado, dos bens culturais, sem avaliar de maneira minuciosa os possíveis impactos a serem causados pela nova etapa do empreendimento. Além disso, o estudo não realiza uma avaliação das possíveis transformações já acarretadas nesses bens culturais a partir da concessão da Licença Prévia do empreendimento em 2008, de sua instalação e de operação a partir de 2014, não permitindo, assim, um embasamento prévio a partir do qual deveriam ser realizadas as análises sobre os novos impactos do projeto de extensão da Mina do Sapo.

Desse modo, o estudo apresentado não fornece informações suficientes para subsidiar, primeiramente, uma avaliação consistente acerca da viabilidade do projeto em questão, tendo em vista a importância do patrimônio cultural para a manutenção dos modos de reprodução social local, das identidades coletivas e da riqueza cultural do país. Essa insuficiência de informações tampouco subsidia a eventual proposição de medidas de mitigação, compensação ou controle, colocando em risco a continuidade e a manutenção dos bens culturais existentes na região.

O EIA, além de não contextualizar a realidade apresentada no que se refere às atividades já desenvolvidas pela empresa Anglo American, e de não apresentar estudo sistemático acerca dos impactos que poderão ser causados pelo novo projeto, quando aponta possíveis entraves à continuidade de alguns bens culturais não apresenta as suas prováveis causas, tampouco estabelece qualquer relação com a atividade minerária.

Além disso, embora o estudo reconheça no item 3.4.1 a dimensão relacional do patrimônio cultural imaterial, envolvendo “aspectos simbólicos” e “conjuntos mentais de interação entre as pessoas, grupos e a totalidade” (EIA, Vol. IV, 2015, p. 275), ao apresentar o levantamento de bens culturais da região, ele os limita às comunidades e/ou propriedades onde ocorrem, desconsiderando as relações sociais intercomunitárias estabelecidas em torno desses bens culturais.

O levantamento realizado pela empresa Ferreira Rocha identificou seis bens culturais de natureza imaterial na região (AEL e AER), sendo eles:

50 Conforme já discutido, as definições apresentadas pela empresa Ferreira Rocha sobre Área de Estudo Regional (AER) e Área de Estudo local (AEL) variam ao longo do EIA/Volume IV, sendo esta especificamente a definição dada no item 3 - Patrimônio Cultural.

-
1. Modo Artesanal de Fazer o Queijo Minas (Queijo do Serro)
 2. Marujada
 3. Folia de Reis
 4. Cachaça de Minas
 5. Festa do Bom Jesus do Matozinhos
 6. Banda de Música Nossa Senhora Aparecida

De acordo com a empresa, estes bens foram identificados através de levantamento documental junto a órgãos públicos, bem como através de trabalho de campo na AEL, conforme afirma o seguinte trecho do estudo:

Paralelamente, na área de estudo local, as equipes técnicas desenvolveram extenso trabalho de campo, na busca por informações sobre bens culturais, integrantes da identidade das comunidades locais, eventualmente não inclusos nos registros oficiais. Essa pesquisa fora realizada por meio de entrevistas não estruturadas com moradores locais, análise da paisagem cultural e, **principalmente, domínio do fato**. Nossas equipes técnicas convivem, com intensidade, nas comunidades locais por um longo período de tempo. De fato, isso nos permite enfatizar e trazer à tona características culturais, por vezes, escondidas sob a tênue dinâmica do cotidiano e da localidade (EIA, Vol. IV, 2015, p.278, grifos acrescidos).

O estudo, entretanto, não apresenta a metodologia do trabalho de campo, o número de moradores entrevistados e nem o tempo de duração da pesquisa, o que dificulta a compreensão do tipo de trabalho realizado no local, da sua dimensão e profundidade. Além disso, a empresa Ferreira Rocha afirma que a pesquisa foi realizada, de modo significativo, através do que denominam como “domínio do fato”, atribuindo a legitimidade dos dados apresentados à convivência das equipes técnicas com as comunidades locais. Cabe ressaltar, contudo, que “domínio do fato” não constitui metodologia de pesquisa e as percepções das equipes técnicas a partir da convivência com as comunidades não podem ser consideradas *a priori* como verdade, devendo ser verificadas e estudadas a partir de um método adequado ao objeto de pesquisa em questão.

Abaixo serão elucidadas de forma mais detalhada as limitações e falhas identificadas no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Projeto de Extensão da Mina do Sapo em relação aos bens culturais identificados, bem como a ausência de informações consideradas relevantes.

A análise aqui apresentada se baseia em estudos previamente realizados sobre esses bens culturais e as comunidades em questão, e em trabalho de campo realizado por pesquisadoras do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG), voltado para a elaboração deste estudo preliminar. **Ressalta-se a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre os bens culturais imateriais da região, tendo em vista a fragilidade dos estudos apresentados pela empresa Ferreira Rocha, o curto tempo destinado à elaboração deste estudo preliminar e o risco ao qual o patrimônio cultural regional e brasileiro encontra-se exposto.**

Queijo do Serro

O modo de fazer o queijo artesanal do Serro foi registrado como patrimônio cultural do Estado de Minas Gerais em 2002 pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA-MG) e como patrimônio cultural brasileiro pelo IPHAN⁵¹ no ano 2008. A região de produção do Queijo Artesanal do Serro compreende os municípios de Rio Vermelho, Serra Azul de Minas, Materlândia, Paulistas, Sabinópolis, Serro, Alvorada de Minas, Dom Joaquim e Conceição do Mato Dentro (IPHAN, 2014), sendo os quatro últimos impactados pelo Projeto de Extensão da Mina do Sapo.

De acordo com o Parecer de Registro do Modo de Fazer o Queijo Artesanal do Serro, realizado pelo IEPHA em 2002, a receita do queijo artesanal foi trazida da Serra da Estrela, em Portugal, chegando à região através da exploração do ouro, há quase trezentos anos. Esta técnica portuguesa, adaptada localmente, é passada por diversas gerações e consiste em uma herança cultural da região, do Estado de Minas Gerais e do Brasil, estando fortemente enraizada no cotidiano das comunidades, grupos e sujeitos que ali vivem. O Queijo do Serro representa uma das mais significativas manifestações tradicionais da região, tanto do ponto de vista econômico, quanto cultural.

A receita básica do Queijo Artesanal do Serro⁵² é leite cru, coalho, sal e a adição do “pingo”, que consiste em um “fermento natural desenvolvido ao longo dos tempos, a partir do soro drenado do próprio queijo, e que lhe confere características microbiológicas específicas, condicionadas pelo tipo de solo, clima e vegetação de cada lugar” (IPHAN, 2014, p.13).

Os aspectos físico-naturais da região proporcionam pastagens típicas e o desenvolvimento de bactérias específicas que fazem com que o Queijo do Serro seja diferente, por exemplo, do Queijo da Serra da Canastra ou da Serra do Salitre. No “pingo” concentram-se as peculiaridades do relevo regional, da água, do clima, das pastagens, dentre outros, aglutinando um conjunto de bactérias lácticas específicas da região do Serro (IPHAN, 2014).

A esses fatores soma-se um modo próprio de fazer queijo, na manipulação do leite, dos coalhos, das massas, das formas de prensagem, no tempo de maturação (cura), dando a cada queijo aparência e sabor peculiares. Tudo isso se traduz em um vasto repertório de conhecimentos tradicionais [...] e constitui um traço marcante da identidade cultural de cada região que é transmitido desde muitas gerações (IPHAN, 2014, p.13).

Desse modo, o Queijo do Serro é fruto das condições naturais, históricas, culturais e das relações sociais estabelecidas na região, estando intrinsecamente ligado à identidade regional.

Os dados levantados em relatório realizado pelo Núcleo Travessia (Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI) e pela Cáritas Brasileira nos municípios de Conceição do Mato Dentro,

51 Registrado em conjunto com os queijos da Serra da Canastra e Serra do Salitre / Alto Paranaíba como Modo Artesanal de Fazer o Queijo de Minas.

52 Também aplicada aos Queijos da Serra da Canastra e Serra do Salitre / Alto Paranaíba.

Alvorada de Minas e Dom Joaquim, em 2016, evidenciam a importância do queijo para a região:

Na região, destaca-se a importância da produção do queijo e do requeijão, atividades tradicionais, principalmente nos municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas. Ressalta-se, com relação a este produto, o peso relativamente predominante das vendas: na região apenas 27,48% da produção é destinada ao autoconsumo, apontando sua importância como possível fonte de geração de renda, o que veio a se confirmar com a coleta de dados primários através da pesquisa de campo (NÚCLEO TRAVESSIA; CÁRITAS BRASILEIRA, 2016, p.21).

De acordo com o relatório produzido, a prática da pecuária realizada pela agricultura familiar nesses municípios é maior do que a média em Minas Gerais e no Brasil, sendo realizada em 68% dos estabelecimentos da agricultura familiar na região. A pecuária de leite se destaca como uma atividade econômica identitária, importante para a reprodução social das comunidades locais. Do leite são produzidos o queijo e outros derivados voltados para o consumo e a comercialização (NÚCLEO TRAVESSIA; CÁRITAS BRASILEIRA, 2016).

A importância do Queijo do Serro para a região é destacada inclusive pela empresa Ferreira Rocha no EIA/Volume IV, sendo considerado “o elemento cultural mais fortemente ligado às identidades dos moradores locais” (p.332), consistindo em uma especialidade regional e em um dos elementos mais importantes da culinária mineira. O próprio EIA afirma a importância da paisagem e dos recursos ambientais para a produção do Queijo Artesanal do Serro, evidenciando ainda a forte relação da dinâmica social local e do acesso à terra para a capacidade de manutenção, continuidade e reprodução deste bem cultural, conforme pode ser evidenciado pelos trechos a seguir:

Embora simples, é notório o condicionamento da paisagem e dos recursos ambientais sobre esse testemunho da culinária mineira – o queijo do Serro tradicional só atinge sua máxima qualidade se feito com leite da região (EIA, Vol. IV, 2015, p.333).

A atribuição de uma abrangência espacial de uma prática imaterial é extremamente difícil. Contudo, um modo de fazer é eminentemente mental, depende da capacidade de assimilação e de transmissão ao longo das gerações. Evidentemente, o acesso à terra (para produção do queijo) e a dinâmica social do entorno são elementos de extrema influência sobre a capacidade de continuidade e reprodução do bem (EIA, Vol. IV, 2015, p.333).

Embora afirme sobre a importância da paisagem, do acesso à terra e da dinâmica social local para a continuidade e reprodução do Queijo do Serro, o estudo não faz uma análise sobre como os impactos ambientais, os conflitos sociais e as transformações na questão agrária regional⁵³, engendrados pela atividade mineradora, vêm afetando ou não a produção do queijo na região. O estudo tampouco analisa como o atual Projeto de Extensão da Mina do Sapo poderá impactar neste bem cultural, considerando os efeitos da implantação e operação do empreendimento sobre os aspectos ambientais, sociais e culturais das localidades em questão.

A ausência de análises sobre esses impactos é justificada pelos autores do EIA no seguinte trecho:

é impossível mensurar alterações recentes na capacidade de continuidade da tradição,

53 Como a compra de terra e restrições de acessos a diversas áreas anteriormente utilizadas pelos moradores locais.

afinal, para além do **recente tombamento, não existem monitoramentos sistemáticos de produção e produtores antes dos trabalhos realizados pela Anglo American em 2012**. Atualmente, é notória a presença de produtores por todos os municípios da área de dispersão do modo de fazer, contudo, é preciso considerar suas diferenças locais, fatores econômicos e sociais, os quais, certamente, interferem no desenvolvimento da prática (EIA, Vol. IV, 2015, p.333-334, grifos acrescidos).

Cabe ressaltar, primeiramente, o desconhecimento por parte da empresa Ferreira Rocha acerca do bem cultural descrito, o que levanta questionamentos sobre a *expertise* dos pesquisadores para a realização deste estudo no que se refere à questão do patrimônio cultural. **O Queijo do Serro não foi tombado e sim registrado, uma vez que os bens culturais de natureza imaterial são registrados e não tombados.**

Em segundo lugar, o fato de não existir um monitoramento sistemático de produção e produtores antes do início das atividades da empresa Anglo American na região não pode ser utilizado como justificativa para a ausência de informações e estudos sobre os possíveis impactos da atividade em relação ao Queijo Artesanal do Serro. Ao iniciar o empreendimento, deveriam ter sido levantados, através dos Estudos de Impacto Ambiental, dados relativos a este bem cultural, devendo ter sido analisadas as possíveis transformações no modo de fazer o Queijo do Serro com a implementação do empreendimento. Desse modo, os primeiros estudos deveriam servir como parâmetro para a verificação da situação atual deste bem cultural, bem como para uma projeção de possíveis impactos com a expansão da Mina do Sapo proposta no projeto em questão.

Em terceiro lugar, a empresa Ferreira Rocha apresenta informação questionável ao justificar a ausência de avaliações e mensurações de impactos na produção do queijo em razão de um suposto “tombamento” [registro] recente. O processo de registro do Queijo Artesanal do Serro em âmbito estadual se deu em 2002, ou seja, há cerca de quinze anos, o que já permite uma avaliação de possíveis transformações. Uma avaliação deste tipo foi inclusive realizada pelo IEPHA no processo de revalidação desse bem cultural em 2012, resultando em relatório contendo a avaliação de diferentes atores locais acerca das transformações ocorridas ao longo dos dez primeiros anos de patrimonialização do queijo. Dentre os apontamentos elencados nos diferentes municípios, destacam-se dois referentes especificamente aos impactos causados pela mineradora Anglo American nos municípios de Alvorada de Minas e Conceição do Mato Dentro respectivamente:

A conselheira e representante da Secretaria M. de Cultura [...] mencionou sobre o impacto social e econômico provocada pela mineradora Anglo, recém-instalada no município próximo, Conceição do Mato Dentro. A empresa oferece curso com bolsa de R\$800,00 e após término o cursista passa ser funcionário da CIA, por isso, os jovens estão deixando de produzir o queijo (deixou ser uma atividade lucrativa) para trabalharem com mineração (IEPHA, 2012, p.8).

Segundo a técnica do escritório da Emater de Conceição do Mato Dentro, [...] a ocupação rural pela mineradora Anglo está provocando a diminuição do número de produtores do queijo no município. A empresa compra diversas propriedades rurais para viabilizar suas atividades e os produtores migram para cidade (IEPHA, 2012, p.9).

A realidade citada no relatório produzido pelo IEPHA pode ser constatada também através dos

dados levantados pelo Núcleo Travessia e pela Cáritas Brasileira (2016). Em pesquisa realizada com agricultores familiares na região, um dos impactos apontados em relação à mineração é o esvaziamento do campo⁵⁴ e a conseqüente diminuição de mão de obra para o trabalho rural.

Com relação à mineração, a empresa Anglo American não parece ser presente na região [da comunidade de Ribeirão de Trás, Alvorada de Minas], mas já visitou algumas famílias com o intuito de oferecer emprego em empresas terceirizadas por ela. Apesar da maioria não sentir mudanças ocasionadas pela mineração no dia-a-dia da comunidade, algumas citam o esvaziamento do campo e conseqüente diminuição de mão de obra disponível para os trabalhos no campo. Citam, contudo, como impacto positivo, a geração de empregos em Alvorada de Minas (NÚCLEO TRAVESSIA; CÁRITAS BRASILEIRA, 2016, p.79).

Os impactos acima mencionados em relação à redução de mão de obra nas atividades agropecuárias, inclusive para a produção do queijo, vêm sendo apontados como possíveis efeitos do empreendimento Minas-Rio desde o ano de 2008, conforme pode ser verificado através do Parecer Único do SISEMA, nº 001/2008:

Os estudos avaliam que a mudança da vocação econômica a ocorrer nas propriedades afetadas implicará em perda de empregos gerados nas atividades agropecuárias e agroindustriais tradicionais, como por exemplo, a produção de queijo. Consideram, entretanto, que esse impacto será de baixa intensidade e de significância desprezível, excluindo a necessidade de adoção de medidas mitigadoras, uma vez que poucas são as propriedades afetadas que geram empregos, dada a característica familiar de suas atividades.

A equipe técnica analista entende que tal avaliação não se encontra razoavelmente demonstrada. Lembra que o diagnóstico das propriedades rurais afetadas registrou, no mínimo, 11 (onze) propriedades onde são exercidas relações de trabalho formais e informais, o que torna evidente que esse impacto não é assim tão inexpressivo. E de qualquer forma, ao tratar-se de um efeito negativo do empreendimento, passa a implicar necessariamente, a adoção de medida compensatória e mitigadora adequada pelo empreendedor, a constar, devidamente no conjunto dos programas planejados na recomposição de perdas sociais (SISEMA, 2008, p.80).

Outro ponto elencado pelo IEPHA e também retratado pelo Núcleo Travessia e a Cáritas (2016) é a questão relativa à compra de terras, que impacta direta e /ou indiretamente à pecuária de leite, atividade fortemente presente entre os agricultores familiares da região, conforme já explicitado. O trecho abaixo, referente a quatro comunidades no município de Alvorada de Minas, exemplifica tal situação:

Em Lapinha e Ribeirão Santana, a empresa [Anglo American] já visitou algumas famílias com o intuito de comprar terras e também acompanhando os funcionários do IMA [Instituto Mineiro de Agropecuária]. Contudo a situação mais grave é a de Descoberto e Bom Jesus, encurraladas por terras compradas pela Anglo American para compor sua reserva legal [...]. O resultado dessa ação expropriadora foi a vulnerabilidade destas famílias, devido ao comprometimento da produção e criação animal, bem como da reprodução social das famílias agricultoras (NÚCLEO TRAVESSIA; CÁRITAS BRASILEIRA, 2016, p.79).

54 No município de Dom Joaquim, o êxodo rural foi elencado como o principal problema em relação às atividades de mineração na região de acordo com a percepção dos agricultores familiares (NÚCLEO TRAVESSIA; CÁRITAS BRASILEIRA, 2016).

Os dados acima expostos descrevem um cenário complexo de transformações ambientais, sociais e culturais impulsionadas no meio rural em decorrência das atividades da empresa Anglo American. Essas transformações interferem diretamente no cotidiano da população rural, gerando efeitos em sua produção e reprodução social, inclusive no que consiste a produção de leite e do Queijo Artesanal do Serro, influenciando consequentemente a transmissão desse modo de fazer entre as gerações.

Mesmo não havendo um monitoramento sistemático de dados sobre produção e produtores de queijo artesanal anterior a 2012, o Modo de Fazer o Queijo Artesanal do Serro compõe um saber regional e está presente em toda a região, inclusive nas localidades próximas à Mina do Sapo. Desse modo, os efeitos da mineração sobre este bem cultural não devem ser negligenciados ou expostos de forma genérica, como pode ser percebido, por exemplo, através deste trecho do EIA:

Contudo, o projeto Extensão da Mina do Sapo está situado na área de ocorrência do modo de fazer tradicional do queijo do Serro e, portanto, é mais um dos agentes de alteração estrutural que podem contribuir, positiva ou negativamente, com a perpetuação do bem (EIA, Vol. IV, 2015, p.334).

Conforme exposto, o EIA não apresenta dados sobre como o empreendimento pode impactar o Modo de Fazer o Queijo Artesanal do Serro, seja positivamente ou negativamente, não tendo sido apresentado sequer um levantamento sobre como os produtores veem a situação da produção do queijo face à mineração, como realizado por outros órgãos e entidades como o IEPHA e o Núcleo Travessia/ Cáritas Brasileira.

Além disso, embora tenha afirmado a importância do território, dos aspectos naturais e sociais para este bem cultural, a empresa Ferreira Rocha informa, de modo equivocado, “que a prática [de produção do queijo artesanal] – por suas características intrínsecas, não é diretamente relacionado à espacialidade, mas sim à conjuntura”. Tal afirmação contraria as informações contidas nos pareceres do IEPHA (2002) e IPHAN (2014), os quais afirmam a relação intrínseca entre a produção do Queijo Artesanal do Serro e os aspectos naturais, físicos, biológicos, sociais e culturais relacionados ao território.

O Queijo do Serro e a AEL

O Volume IV do EIA (2015) apresenta um mapeamento dos produtores de queijo artesanal na Área de Estudo Local (AEL) e das suas cadeias de distribuição, visando efetivar um processo de monitoramento (EIA, Vol. IV, 2015, p.334). De acordo com o estudo, para avaliar o impacto do empreendimento sobre o bem cultural em questão é necessário ter conhecimento de todo o sistema de produção do queijo do Serro, desde o modo de fazer – o plano mental – até a gestão dos insumos e o destino final.

Dessa forma, o EIA se propõe a avaliar e monitorar, a partir do mapeamento realizado, “as relações diretas decorrentes do Projeto em voga com o processo produtivo do queijo” (EIA/

Volume IV, 2015, p.352), o que permitiria, segundo o estudo, a avaliação dos riscos e a proposição de medidas de mitigação.

Contudo, embora o EIA afirme a necessidade de se ter conhecimento de todo o sistema de produção do queijo do Serro, essas informações não são apresentadas, não permitindo uma avaliação sobre os riscos ou a viabilidade do projeto de Extensão da Mina do Sapo. O estudo se restringe em apresentar a tabela 3-5, com um levantamento de produtores na AEL, com dados do ano de 2014, bem como um “Mapa de Localização dos produtores do Queijo do Serro de Modo Artesanal”, sem desenvolver nenhum dos aspectos elencados como relevantes.

Desse modo, **informações fundamentais para a compreensão do processo de produção do queijo e dos possíveis impactos face à mineração não são nem sequer abordados, como por exemplo: a disponibilidade de água e pastagem para criação de bovinos e para a produção de leite pelos produtores mapeados; a presença ou não de mão de obra para a produção do queijo; o destino do produto - se para consumo próprio ou comercialização; as formas de comercialização, dentre outros.**

Além disso, o mapeamento apresentado pelo EIA apresenta apenas 89 produtores do Queijo Artesanal do Serro na Área de Estudo Local, contando com dados desatualizados, levantados pela Anglo American no ano de 2014. O estudo reconhece não ser possível garantir a total assertividade do levantamento realizado, justificando-se pela existência de produção de queijo em grande parte das unidades rurais da região, podendo haver pequenos produtores não mapeados pela dificuldade de detecção.

Cumpramos ressaltar que não é possível garantir a total assertividade do levantamento, realizado no ano de 2014. Afinal, a produção de queijo é expedita na maior parte das unidades rurais e, ademais, podem haver outros produtores voltados para subsistência e, com isso, de difícil detecção (EIA, Vol. IV, 2015, p.353).

Cabe ressaltar que a importância do Queijo do Serro como patrimônio cultural não está diretamente relacionada ao seu grau de comercialização, embora seja inegável a sua relevância econômica. A produção de queijos artesanais para consumo próprio – “subsistência” – é igualmente importante no que tange ao bem cultural, uma vez que constitui um modo de fazer disseminado regionalmente, transmitido entre gerações, que congrega aspectos culturais, históricos, sociais e ambientais da região do Serro.

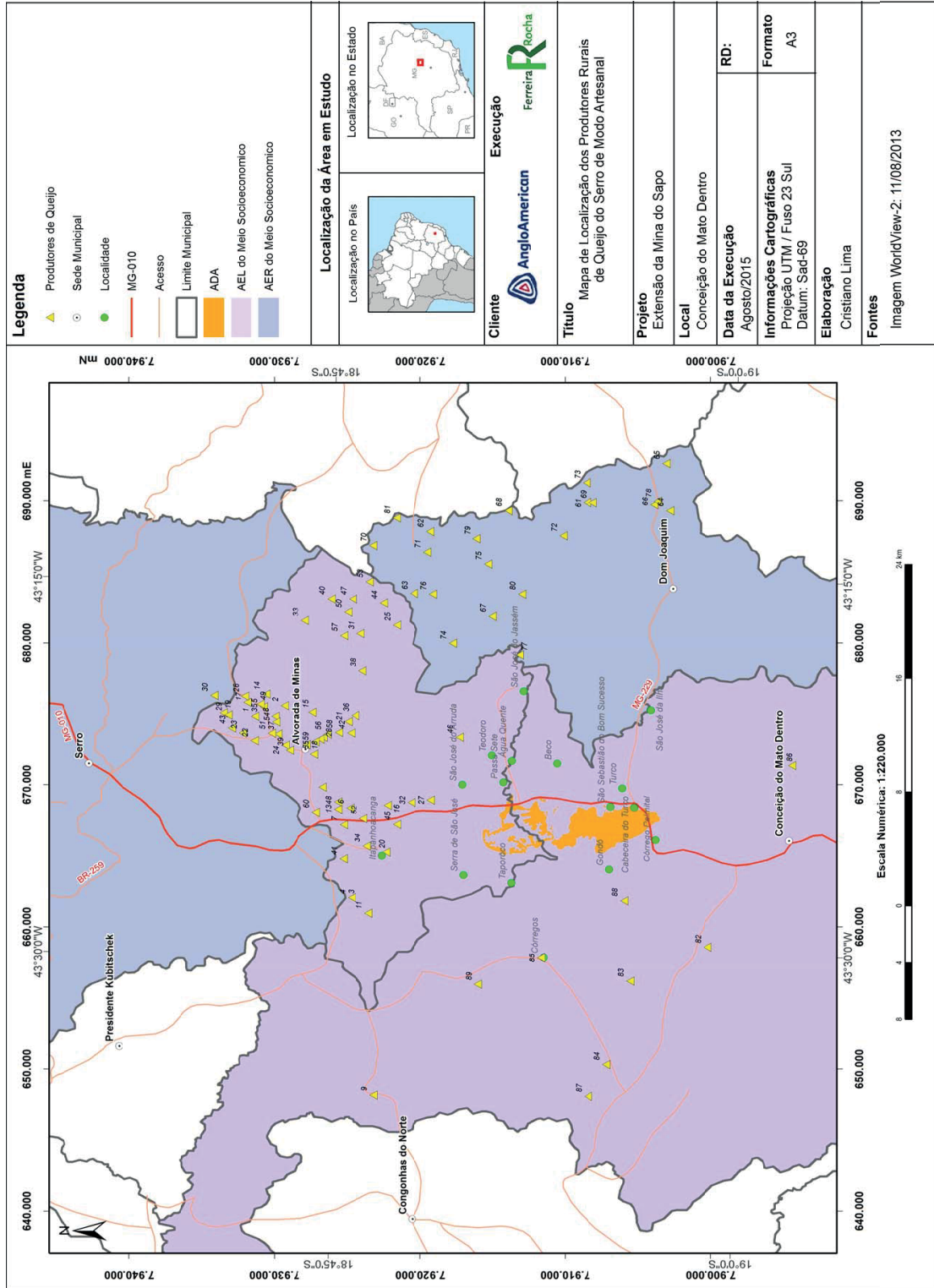
A existência de pequenos produtores de queijo não deve ser negligenciada ao se realizar um estudo de impacto sobre este bem cultural, sobretudo nas áreas do entorno do empreendimento. Contudo, nota-se que o mapeamento apresentado no EIA praticamente não identifica produtores de queijo na maioria das comunidades próximas à Mina do Sapo, a exemplo de Água Quente, Passa Sete, Turco, Cabeceira do Turco, São José do Jassém, Gondó, entre outras, conforme pode ser observado no mapa reproduzido na página seguinte.

Diferentemente desse mapa, apresentado no EIA e aqui reproduzido, o Diagnóstico dos Produtores de Queijo Minas Artesanal da região do Serro, realizado pelo SEBRAE

e pelas prefeituras municipais em 2014, apresenta um levantamento de 179 produtores de queijo artesanal na AEL, sendo 120 no município de Alvorada de Minas, 35 em Conceição do Mato Dentro e 24 em Dom Joaquim. Ou seja, foram levantados pelo SEBRAE 90 produtores a mais do que o mapeamento exposto pela empresa Ferreira Rocha, o que representa o dobro de produtores.

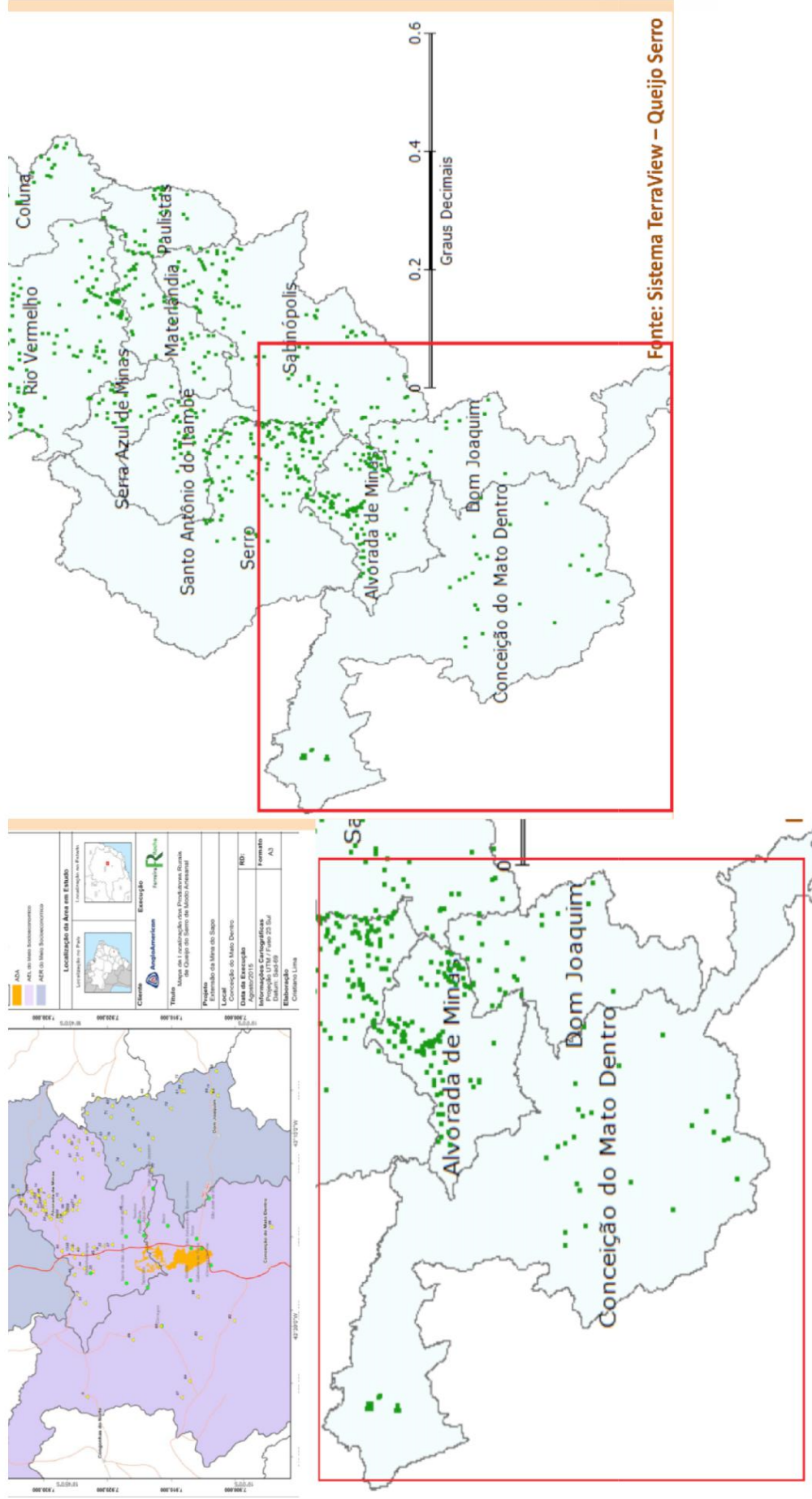
Segue, nas páginas subsequentes, o mapeamento realizado pelo EIA (Mapa 2) e um comparativo entre este e o levantamento realizado pelo Diagnóstico do SEBRAE (Mapa 3). Pode-se perceber que este último apresenta um número maior de produtores próximos à Mina do Sapo, sobretudo na região sul, direção para a qual a Anglo American pretende expandir suas atividades minerárias.

Mapa 02: Mapa de localização dos produtores de Queijo do Serro de Modo Artesanal



Fonte: EIA/Volume IV, 2015, p.357.

Mapa 03: Comparativo entre os mapeamentos apresentados pelo EIA/Volume IV e pelo Diagnóstico dos Produtores de Queijo Minas Artesanal da região do Serrão do SEBRAE



Fonte: EIA/Volume IV, 2015, p.357 e SEBRAE, 2014, p.10. e SEBRAE, 2014, p.10.

Não obstante, em reportagem sobre o Diagnóstico do SEBRAE, o presidente do Sindicato dos Produtores de Serro afirma que o número de produtores mapeados foi bem abaixo do esperado. De acordo com ele,

[...] muitos agricultores estão deixando de fazer queijo porque realmente, se for para seguir as regras sanitárias, não é uma atividade fácil. Mas acredito que existem ainda outros produtores que não quiseram ou não tiveram oportunidade de participar da pesquisa (SERTA OBRAS, 2017).

Tal dificuldade de adequação às regras sanitárias também foi identificada pelo Núcleo Travessia e pela Cáritas Brasileira (2016). De acordo com eles, muitos produtores de queijo, sobretudo os pequenos, não constam em cadastramentos oficiais, como o realizado pelo Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), pelas dificuldades em se adequarem às exigências do órgão:

O IMA possui o Programa Queijo Minas Artesanal - feito a partir de leite cru, não pasteurizado – que promove a identidade dos queijos artesanais produzidos nesta e em outras regiões do estado, mas ainda parece estar muito distante da realidade dos produtores destes municípios [Alvorada de Minas, Dom Joaquim e Conceição do Mato Dentro], pois possui exigências a serem atendidas referentes à produção, equipamentos, higiene, controle de saúde dos trabalhadores e dos animais, dentre outros, tão distantes das práticas produtivas das famílias agricultoras. [...] *Frequentemente as práticas produtivas locais são incompreendidas pelos agentes de desenvolvimento, que usualmente seguem outra lógica e encaram esse saber e conhecimento local como algo atrasado* (NÚCLEO TRAVESSIA; CÁRITAS BRASILEIRA, 2016, p.58, grifos acrescentados).

Desse modo, as exigências referentes a questões de produção, higiene, equipamentos, entre outros, têm dificultado não só a produção do queijo conforme padrões oficiais, mas também a própria identificação dos produtores desse bem cultural, levando a um número subestimado e limitado.

As condições explicitadas acima indicam que **o modo de fazer o queijo artesanal do Serro provavelmente não se restringe ao número de 179 produtores mapeados pelo SEBRAE na região da AEL - muito menos aos 89 levantados pela Anglo American -**, sobretudo ao se considerar a existência de pequenos produtores cuja dificuldade para se adequar às regras e padrões estabelecidos são ainda maiores. Tal realidade demonstra **a incompletude dos dados apresentados no EIA/Volume IV (2015), o que restringe as possibilidades de um monitoramento eficaz sobre a produção de queijo**, colocando em risco a reprodução e a permanência desse modo de fazer nos municípios em questão.

Contrariamente à ausência de informações apresentadas pela empresa Ferreira Rocha em relação aos produtores de queijo artesanal no entorno da Mina do Sapo, o próprio EIA, Volume IV, no item 3.2.5, afirma existir produção artesanal do Queijo do Serro nas comunidades próximas ao empreendimento:

A região é composta por assentamentos rurais, típicos do interior de Minas Gerais, com vocação para agricultura de subsistência. **A produção artesanal do Queijo do Serro é outra atividade recorrente**. Nessa área, destacamos os núcleos habitacionais, de características rururbanas, tais como Turco, Cabeceira do Turco, Sapo (São Sebastião do Bom Sucesso), Gondó, Córregos, Jacém, Passa Sete e Água Quente (EIA, Vol. IV, 2015, p.227, grifos acrescentados).

Além do reconhecimento da própria empresa Ferreira Rocha acerca da produção artesanal de queijo na região do entorno do empreendimento, dados levantados pelo Núcleo Travessia/Cáritas Brasileira (2016) e também pela equipe do GESTA/UFMG demonstram a existência de produção em várias comunidades localizadas no entorno da Mina do Sapo, como, por exemplo, em Passa Sete, Água Quente, São José do Jassém⁵⁵, Cabeceira do Turco, entre outras.

O modo de fazer o queijo identificado pela equipe do GESTA/UFMG, em pesquisa de campo realizada entre agosto e setembro de 2017, apresenta características próximas àquele registrado pelo IEPHA e pelo IPHAN como o Modo de Fazer o Queijo Artesanal do Serro. Tais indícios apontam para a necessidade de pesquisas mais aprofundadas que compreendam o levantamento desses produtores nas comunidades próximas ao empreendimento, e uma descrição e análise detalhadas do modo de fazer praticado por eles.

Segundo morador de São José do Jassém, existem muitos produtores de queijo na comunidade que destinam sua produção para a venda. De acordo com ele, para a feitura do queijo adiciona-se coalho ao leite, corta-se a massa, enforma-se o queijo e realiza-se a espremedura com as mãos, esta última característica do queijo do Serro⁵⁶. Esse mesmo modo de produção é identificado também em Passa Sete, Água Quente e Cabeceira do Turco⁵⁷, nas quais os produtores recolhem o leite, adicionam o coalho e espremem a massa com as mãos. Segundo produtor de queijo em Passa Sete, “para fazer o queijo tem que ter ciência”, “tem que ter sabedoria”.

Em entrevista realizada com outro produtor em Passa Sete, foi narrado o seguinte modo de fazer o queijo: a cada 10 litros de leite, adiciona-se uma colher de chá de coalho e depois deixa escorrer. No dia seguinte a massa é separada do soro. Da mesma forma, em Cabeceira do Turco, a produção do queijo também é realizada através da adição de coalho no leite, colocando a massa na forma (que antigamente era de madeira e hoje de plástico) e esperando o soro - “que vai pingando” – sair.

Na comunidade de Água Quente foram identificados pelo menos quatro produtores de queijo, sendo um deles vendedor de queijo para várias comunidades da região, atividade da qual tira a maior parte de sua renda.

55 De acordo com o Parecer do SISEMA nº 001/2008, a comunidade de São José do Jassém “alinha-se às comunidades que participam da produção do queijo tipo Serro” (SISEMA, 2008, p.43).

56 Ver dossiê IPHAN (2014) sobre as diferenças entre o queijo artesanal do Serro e os queijos artesanais da Serra da Canastra e Serra do Salitre.

57 Comunidades visitadas pela equipe do GESTA/UFMG.



Figura 02: Forma de Queijo de madeira. Foto tirada na Comunidade de Passa Sete, 04 de setembro de 2017.

Fonte: Acervo GESTA/UFGM 2017.

Figura 03: Forma de Queijo de plástico utilizada por produtor na Comunidade de Passa Sete, 04 de setembro de 2017.

Fonte: Acervo GESTA/UFGM 2017.



Figura 04: Coalho utilizado na produção do queijo. Foto tirada na Comunidade de Passa Sete, 04 de setembro de 2017.

Fonte: Acervo GESTA/UFGM 2017.



Figura 05: Processo de produção do queijo. Foto tirada na Comunidade de Água Quente, dia 06 de setembro de 2017.

Fonte: Acervo GESTA/UFGM 2017.



Embora ainda haja produção de queijo nas comunidades acima mencionadas, muitos produtores vêm enfrentando dificuldades em decorrência dos problemas com a água causados pelas atividades minerárias, o que afeta diretamente a produção de leite e a feitura do queijo⁵⁸. Conforme relatório produzido pelo Núcleo Travessia e pela Cáritas (2016),

Existe [...] um sério problema provocado pela ação da mineração nas comunidades de Água Quente, Sapó e Passa Sete, localizadas muito próximas à mina, impactando diretamente a região. Nelas não há mais criações de gado e suínos, nem tampouco de peixes, devido ao problema com a água. A quantidade de gado e cavalos da região diminuiu radicalmente devido a água contaminada do rio que os animais bebiam, levando-os a morte, e ao aprisionamento de alguns animais na lama da barragem, que não possui cercamento ou medidas de proteção. Do pouco leite que conseguem, produz-se ainda queijo para o consumo familiar (NÚCLEO TRAVESSIA; CÁRITAS BRASILEIRA, 2016, p.85).

A maioria das famílias enfrenta problemas relacionados com a água, o que afeta diretamente a produção de alimentos das comunidades. Rios e córregos foram contaminados; nascentes e cursos d'água secaram, e a água de uma maneira geral vem diminuindo de alguns anos para cá, principalmente no período de estiagem. Compreendem que há uma problemática em torno da água - falta de chuva, desmatamento, queimadas, falta de preservação - mas creditam à empresa Anglo American grandes responsabilidades pela escassez de água. Esta escassez hídrica afeta diretamente a família, a lavoura, as criações e a indústria doméstica rural (NÚCLEO TRAVESSIA; CÁRITAS BRASILEIRA, 2016, p.94).

Boa parte dos produtores de queijo entrevistados pela equipe do GESTA/UFMG relataram problemas vivenciados em relação à escassez e contaminação da água, o que vem prejudicando a criação de bovinos, a produção de leite e, conseqüentemente, a feitura de queijo. Na comunidade de Água Quente, dois moradores tiveram de criar um bebedouro para a dessedentação dos bois, pois ao identificarem a mortandade de peixes no Córrego Passa Sete, ficaram receosos de perderem também suas criações. De acordo com uma moradora, cuja vaca acabou adoecendo, há aproximadamente um mês o gado parou de beber água no córrego.

Segundo moradores de São José do Jassém e Passa Sete, o gado já não tem onde beber água e o pasto está seco, o que faz com que os animais produzam pouco leite, uma vez que andam muito e acabam pastando pouco. Isso interfere diretamente na produção do leite e, conseqüentemente, do queijo⁵⁹ e do requeijão.

58 Os impactos na produção de queijo decorrentes dos problemas causados pelo empreendimento em relação à água já haviam sido apontados no Parecer Único do SISEMA nº 001/2008 como possíveis efeitos da mineração na região: “alguns cursos d'água terão suas disponibilidades hídricas reduzidas, principalmente nascentes que podem se extinguir presentes nas serras do Sapó, de Itapanhoacanga e da Ferrugem. Esses cursos d'água não só compõem a paisagem da região, mas são atualmente utilizados para o abastecimento humano, dessedentação de animais, irrigação, agroindústria (fabricação de queijo e cachaça), lazer, pesca recreativa (SISEMA, 2008, p.87).

59 Tal situação já vinha sendo identificada pelos moradores de São José do Jassém desde pelo menos o ano de 2012, conforme pode ser visto através de relato obtido durante a 2ª reunião da Rede de Acompanhamento Socioambiental (REASA), em 2012: “O que será do Jassém com essa área de compensação ambiental? E criando essas APAS, o corredor ecológico, como vai viver a comunidade de Jassém? [...] Que que vai acontecer? O que a gente está entendendo, que tá dificultando a nossa vida lá, para lentamente as pessoas estarem saindo, e estão saindo e indo devagar em centros e favelas. A vida tá difícil pra gente; começa com essa da própria lenha; as dificuldades das estradas, tá difícil; já não produz tanto queijo, tanto leite, os animais estão diminuindo na região, as famílias vão ser obrigadas a ir embora. (morador da comunidade de São José do Jassém, 2ª reunião)” (FERREIRA, 2015, P.119, grifos acrescidos).

Desse modo, conforme mencionado anteriormente, **além de um levantamento falho em relação à quantidade de produtores de queijo artesanal do Serro nas regiões próximas à Mina do Sapo, a empresa Ferreira Rocha não apresenta nenhuma informação quanto aos efeitos negativos já causados na produção do queijo pelas atividades minerárias na região, eximindo-se também de apresentar projeções sobre uma possível intensificação e ampliação desses impactos com o Projeto de Extensão da Mina do Sapo.**

Marujada

A Marujada foi identificada pelo EIA enquanto bem cultural de natureza imaterial, cujo nível de “tombamento”⁶⁰ é municipal (EIA/Volume IV, p. 302). De acordo com o estudo, a marujada localiza-se em Conceição do Mato Dentro, classificada, para o “componente” Patrimônio Cultural, como Área de Estudo Regional (AER), conforme mencionado anteriormente.

A primeira falha identificada nesta parte do EIA é a falta de informações a respeito do processo de registro do Congado em andamento no IPHAN. O Congado, que inclui a Marujada, está em processo de registro para se tornar um bem cultural de natureza imaterial em âmbito nacional, dada a sua relevância para o patrimônio cultural brasileiro. Desse modo, ao omitir essa informação, o EIA conduz a uma interpretação equivocada sobre a relevância desse bem cultural.

O Estudo se restringe a apresentar uma breve descrição acerca da marujada, sem realizar qualquer levantamento ou análise sobre possíveis efeitos decorrentes das atividades minerárias já realizadas ou que poderão ser causados com o Projeto de Extensão da Mina do Sapo.

Praticamente, o único trecho descritivo dedicado a este bem cultural pode ser verificado abaixo:

A marujada é uma festa típica da tradição sincrética do catolicismo nacional. Em Conceição do Mato Dentro, ocorre em homenagem à São Sebastião. Homens ornados, como marinheiros, dançam e cantam em procissão, até uma igreja para celebração litúrgica. A festividade ocorre em Abril na igreja de Nossa Senhora do Rosário. Essa festividade não está inscrita como patrimônio imaterial do município em nenhuma esfera (EIA, Vol. IV, 2015, p.335).

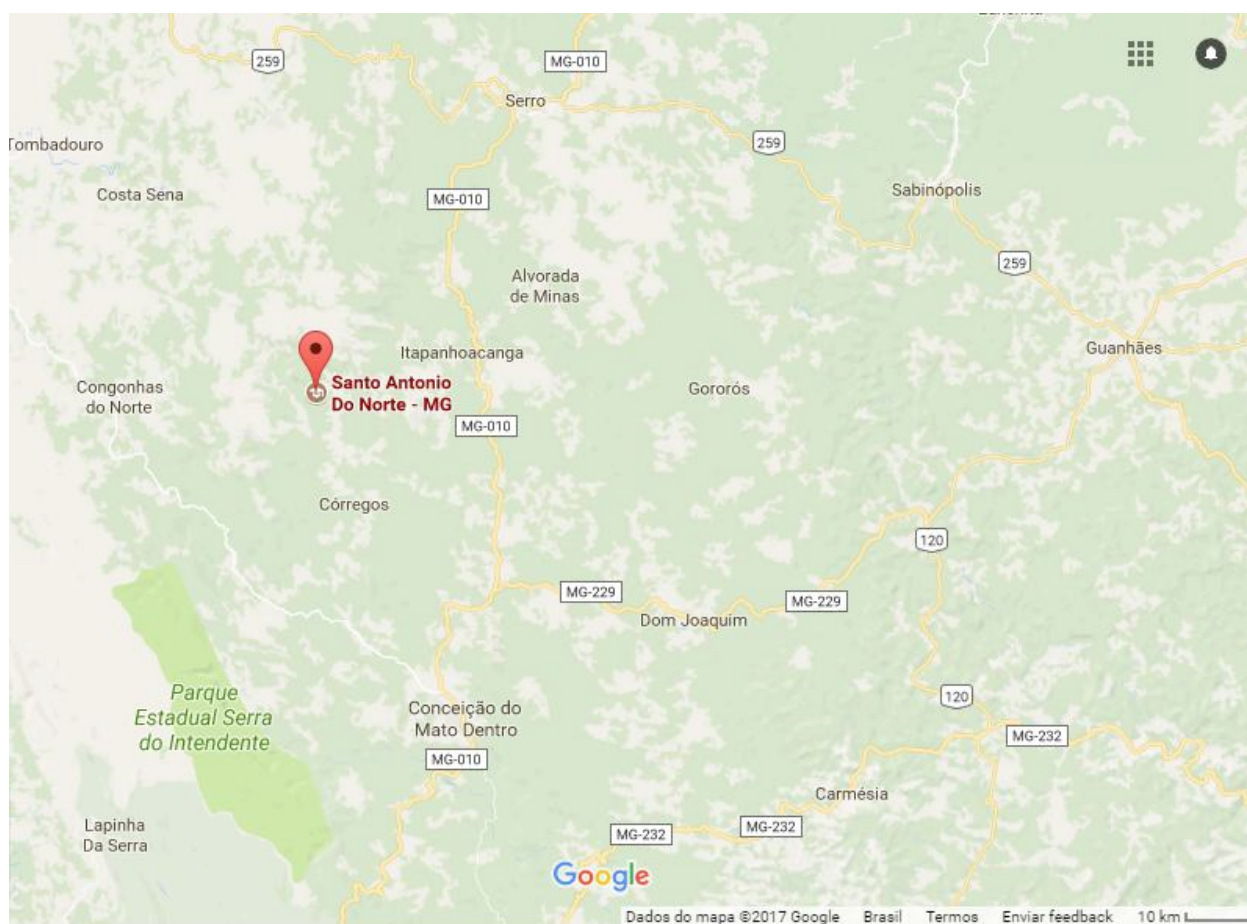
Além de omitir informações acerca do processo de registro do Congado no IPHAN, a empresa Ferreira Rocha apenas menciona que a Marujada acontece em Conceição do Mato Dentro, na Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Contudo, informações contidas no relatório produzido pela Diversus em 2008, bem como aquelas levantadas pelo Núcleo Travessia e Cáritas (2016), evidenciam a ocorrência da marujada também nos municípios de Dom Joaquim, Alvorada de Minas e em diversas comunidades de Conceição do Mato Dentro, situadas no entorno da Mina do Sapo.

60 Novamente, o termo “tombamento” foi utilizado de maneira incorreta. Bens culturais de natureza imaterial são registrados, e não tombados.

Na comunidade de Escadinha de Cima⁶¹, situada no distrito de Itapanhoacanga - considerada “comunidade focal” do Projeto de Extensão da Mina do Sapo⁷ em Alvorada de Minas, é realizada anualmente a Festa de São Francisco de Assis, que conta com a participação do Grupo de Marujada de Tapera. A comunidade de Tapera situa-se no Distrito de Santo Antônio do Norte (Figura 6), em Conceição do Mato Dentro, localizado próximo à Itapanhoacanga e à comunidade de Córregos, nas proximidades do empreendimento da empresa Anglo American. A festa de São Francisco de Assis, realizada em Escadinha de Cima, recebe pessoas de diferentes comunidades da região, como Tapera, Itapanhoacanga, entre outras (DIVERSUS, 2008).

De acordo o relatório da Diversus (2008), na comunidade de São José do Jassém, situada próxima ao empreendimento, ocorre a Festa da Padroeira, da qual os grupos de marujada de Itapanhoacanga e de outras localidades de Alvorada de Minas participam algumas vezes.

Figura 06: Distrito de Santo Antônio do Norte, Conceição do Mato Dentro.



Fonte: Google Maps.

Existem, ainda, grupos de marujada no Quilombo Cachoeira, em Dom Joaquim; na sede do município de Alvorada de Minas; em Conceição do Mato Dentro: na região do Tabuleiro, na Comunidade Quilombola de Cubas, no distrito de Ouro Fino e na Comunidade de Parauninhas,

61 - Cujo nome aparece no site do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES) como Comunidade Quilombola Escadinha de Cima. Disponível em: http://www.cedefes.org.br/projetos_realizados-147/. Consultado em: 18/09/2017.

distrito de Itacolomi, sendo que este último grupo realiza apresentações em várias localidades próximas e em municípios mais distantes como Belo Horizonte e Santa Luzia (NÚCLEO TRAVESSIA; CÁRITAS BRASILEIRA, 2016).

Cabe destacar que possíveis impactos sobre este bem cultural não se restringem apenas às comunidades nas quais os grupos e os festejos de marujada estão situados, uma vez que estes grupos circulam por toda a região e as festas são frequentadas por moradores de diferentes comunidades. Desse modo, para se analisar possíveis efeitos da atividade minerária sobre o congado na região do Projeto de Extensão da Mina do Sapo, deve ser levada em consideração toda a rede de sociabilidade mobilizada em torno dos festejos e grupos mencionados.

A ausência de informações sobre os diferentes grupos e festejos de congado na região - incluindo em comunidades situadas no entorno do empreendimento -, bem como a ausência de análises sobre os efeitos da mineração sobre esse bem cultural, demonstram a ineficácia deste estudo enquanto instrumento para análise sobre a viabilidade do projeto em questão. A superficialidade e limitação com que a questão da Marujada é tratada no EIA pode colocar em risco a manutenção desse patrimônio cultural brasileiro, atualmente em processo de registro.

Folia de Reis

A Folia de Reis é apresentada no EIA como festividade importante para a região, sem, contudo, estar inclusa em nenhum nível de registro como patrimônio cultural. Todavia, tal informação encontra-se desatualizada, uma vez que a Folia de Reis foi registrada como patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado de Minas Gerais pelo IEPHA, em janeiro de 2017 (IEPHA, 2017).

A principal ocorrência da Folia de Reis na região é no distrito de Córregos, em Conceição do Mato Dentro, situado nas proximidades do empreendimento e considerado como “comunidade focal”. De acordo com o EIA (Vol. IV, 2015, p. 358):

Em Córregos, a festividade é organizada pelos moradores locais, que percorrem fazendas da região. O evento atrai visitantes, notadamente parentes e amigos dos moradores locais, vindos de outros rincões.

Atualmente, a festa encontra-se bem estabelecida. O principal risco à continuidade da prática é, ao nosso ver, o êxodo rural, ao tendencialmente afastar as pessoas do campo e de suas tradições de raiz. Segundo moradores de Córregos, entrevistados em nossas atividades de campo, mesmo a população mais jovem se envolve e participa ativamente dos festejos. Cumpre ressaltar que a manifestação não está registrada como patrimônio imaterial em nenhum nível. O devido reconhecimento da prática incrementaria as possibilidades de registro e perpetuação desse patrimônio imaterial.

Conforme o trecho acima, a empresa Ferreira Rocha evidencia que o êxodo rural consiste em um dos riscos para a continuidade da tradição da Folia de Reis no distrito de Córregos, uma vez que tende a afastar as pessoas do campo e de suas tradições. Contudo, o EIA se limita a essas afirmações

e não apresenta os possíveis efeitos da mineração em relação ao êxodo rural – já evidenciados anteriormente – e conseqüentemente em relação à continuidade da Folia de Reis no distrito.

Ademais, torna-se importante saber de quais comunidades e regiões são os visitantes que frequentam a Folia de Reis em Córregos, visto que o EIA apenas menciona que são “vindos de outros rincões”. Cabe ressaltar novamente que o impacto causado nesse bem cultural não afeta somente o distrito de Córregos, mas toda a rede de sociabilidade estabelecida em torno da Folia de Reis na região.

Além disso, a Folia de Reis pode ser encontrada em outras comunidades em Conceição do Mato Dentro, não mencionadas no EIA. De acordo com relatório do Núcleo Travessia e da Cáritas Brasileira (2016), a região das comunidades de Capitão Felizardo e Costa Sena, próximas aos municípios de Gouveia e Congonhas do Norte, possuem um grupo consolidado de Folia de Reis.

Conforme mencionado, a Folia de Reis foi registrada pelo IEPHA em 2017 como “Folias de Minas”, sendo considerada patrimônio cultural imaterial do Estado de Minas Gerais. Para além da ausência dessa informação no EIA e de um mapeamento incompleto sobre a presença desse bem cultural nos municípios da AER e AEL, **a empresa Ferreira Rocha não apresenta os efeitos da mineração sobre esse bem cultural, sobretudo no que concerne ao distrito de Córregos. Tampouco mapeia a rede de sociabilidade envolvendo a Folia de Reis em Córregos e as comunidades próximas. A ausência dessas informações no processo de licenciamento coloca em risco a perpetuação desse bem cultural, uma vez que se trata de região bem próxima ao empreendimento da Mina do Sapo, sofrendo de forma direta os impactos causados pelas atividades minerárias.**

Cachaça de Minas; Festa do Bom Jesus do Matozinhos; Banda de Música Nossa Senhora Aparecida

Assim como apontado em relação aos outros bens culturais descritos, o EIA se restringe a descrever as principais características da Cachaça de Minas, da Festa de Bom Jesus do Matozinhos e da Banda de Música Nossa Senhora Aparecida, não estabelecendo nenhuma relação entre estes bens culturais e as atividades minerárias da empresa Anglo American. Desse modo, **não é possível avaliar possíveis efeitos do Projeto de Expansão da Mina do Sapo sobre os bens em questão. Isso evidencia, mais uma vez, as falhas do estudo em relação ao patrimônio cultural de natureza imaterial**, conforme demonstrado ao longo desta análise.

CAPÍTULO 4

ANÁLISE PRELIMINAR DO VOLUME 5 DO EIA/RIMA: CLASSIFICAÇÕES ESPACIAIS, METODOLOGIA DE PESQUISA E DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO

Este capítulo tem por objetivo a **análise preliminar** do **Volume V** do Estudo de Impacto Ambiental da Etapa 3 do empreendimento Minas-Rio, que compreende *Volume V- Avaliação de impactos ambientais, definição de áreas de influência, prognóstico ambiental, medidas ambientais e conclusão*. É preciso destacar, contudo, que a avaliação apresentada no Volume V do EIA possui uma série de limitações, podendo ser questionada em vários pontos, uma vez que consiste em “uma avaliação baseada no **juízo de valor de especialistas**” (EIA, Vol. V, 2015, p. 6). A perspectiva de juízo de valor se destaca, já que se verificou posicionamentos feitos **sem embasamento claro em evidências ou informações concretas**.

Como não leva em consideração os impactos concretos já causados pela implantação e operação do projeto Minas-Rio na região, esse documento pouco contribui para uma real avaliação dos impactos que ocorrerão com a expansão da cava. Analisar e criticar cada uma das limitações presentes exigiria um estudo mais aprofundado, o que não é a proposta deste trabalho, posto se tratar de um estudo preliminar. Nesse sentido, no presente capítulo serão abordados os seguintes pontos: 4.1 - Considerações preliminares sobre a análise de impacto ambiental do Projeto de Extensão da Mina do Sapo; 4.2 - Ausência de avaliação dos impactos da desmobilização de trabalhadores; 4.3 - Desconsideração do aumento da violência.

4.1. Considerações preliminares sobre a análise de impacto ambiental do Projeto de Extensão da Mina do Sapo

Nesta porção do estudo preliminar nos debruçaremos na promoção de uma crítica sobre a análise dos impactos ambientais realizadas pela empresa de consultoria Ferreira Rocha para o Step 3 do empreendimento Minas-Rio. O objetivo é identificar as inconsistências, os pontos de incongruência e contradição, assim como, apontar a existência de uma intencionalidade pretérita no estudo, que induz o leitor/avaliador a ser favorável ao empreendimento proposto.

No início da análise dos impactos ambientais a serem provocados numa eventual expansão do empreendimento, os autores do EIA-RIMA tentam induzir o leitor e os avaliadores a uma ideia de oportunidade e de inevitabilidade, utilizando a narrativa da *vocação econômica* da área,

desconsiderando as perdas decorrentes dos impactos causados.

Assim, o elemento geológico é responsável pela localização da jazida mineral do Complexo Minerário da Mina do Sapo, o que tem atribuído à área, recentemente, a função mineradora-industrial, em substituição à sua tradicional função agropecuária, quase sempre de base familiar e no nível de subsistência. Esta vocação econômica da área, por sua vez, tem conduzido à migração recente, sobretudo em caráter temporário, de pessoas em busca de oportunidades de emprego junto ao empreendimento e suas contratadas, favorecendo ao crescimento econômico, ao aumento populacional dos núcleos urbanos no âmbito local e às relações intrínsecas aos processos socioeconômicos e culturais. (EIA, Vol. V, 2015, p. 1)

A utilização da noção de vocação remete a uma ideia, por um lado, de um chamado divino ou uma dádiva ofertada e por outro, de um desperdício caso as condições geológicas não sejam aproveitadas.

Além disso, **a narrativa aplicada leva a considerar de maneira positiva a substituição da tradicional função agropecuária, quase sempre de base familiar e no nível de subsistência, em nome da função minero-industrial que provoca migrações e o crescimento da população urbana.** Há visivelmente a utilização de uma interpretação teórico-ideológica que compreende a pequena produção agropecuária e a vida no campo como arcaicas e atrasadas, incapazes de conduzir ao desenvolvimento social ou à qualidade de vida da população (MARQUES, 2006), atribuindo à condição espacial em questão, a oportunidade ao crescimento econômico ligada prioritariamente à promoção da atividade mineral e ao incremento da dinâmica urbana.

Ao final do estudo, a narrativa da vocação é retomada sob o argumento da inevitabilidade:

Por fim, é preciso destacar que o cenário sem o Projeto de Expansão da Mina do Sapo significaria uma limitação operacional ao desenvolvimento da atividade mineral local, levando potencialmente à breve paralisação do Complexo Minerário do Sistema Minas-Rio e de seus impactos, positivos e negativos sobre a região. Adicionalmente, destaca-se que a não implantação deste projeto não mudará a vocação mineral da região atualmente já reconhecida. (EIA, Vol. V, 2015, p. 233)

Ao analisar os impactos do empreendimento, o EIA-RIMA trata, por vezes, o projeto de expansão como algo externo à própria atividade de extração mineral com operação em curso. Deste modo, pouco se relaciona com os impactos, tensões, medos e vivências dos últimos anos, como parte dos impactos que se perpetuarão e aumentarão desde o planejamento até o fechamento do projeto em licenciamento. **Seria indispensável, portanto, considerar o projeto de expansão da mineração em seu processo sinérgico e cumulativo com o empreendimento em operação, que gerará, potencializará e perpetuará os impactos sobre as comunidades e populações ali residentes. No entanto, o estudo faz o oposto, considera os impactos em curso como justificativa para sua subavaliação ou mesmo uma razão para redução dos impactos a serem provocados pela futura expansão. Ao compreender a continuidade dos impactos**

como algo menor, se desconsidera o processo histórico e seus danos ao longo do tempo. É como se a manutenção do sofrimento e prejuízos das pessoas tivesse um valor menor que novos sofrimentos, ou seja, considera-se uma benevolência maior com os impactos já existentes.

A análise que minimiza o aumento e o prolongamento temporal dos impactos causados pela mineração de ferro da Anglo American pode ser destacada em diversas passagens do texto, mas é flagrante no impacto sobre a “Especulação Imobiliária”:

Embora sua ocorrência seja certa, ela será de pequena relevância e magnitude, não configurando perdas maiores do que as que já foram – e continuam a ser - observadas na atualidade, no tocante ao aumento nos custos de alugueis e, sobretudo, do valor de terras e propriedades (tanto rurais quanto urbanas), o que já sofreu grandes elevações ao longo da implantação do Projeto Minas-Rio. (EIA, Vol. V, 2015, p. 26)

Ou seja, a manutenção de um custo de vida caro, cujo efeito de supervalorização da terra é apenas um deles, perpetua a inviabilidade de sobrevivência financeira para grande maioria dos moradores de Conceição do Mato Dentro e arredores, em especial para os moradores mais antigos. A continuidade desta situação potencializa a condição de pauperismo da população, inviabiliza novas formas de uso do solo e tenciona a expansão de ocupações irregulares.

Em outros momentos do documento EIA (Vol. 5, 2015), particularmente nas análises de impactos positivos, a continuidade do empreendimento mineral é tratada como a manutenção das condições benéficas para sociedade. Dentre as análises dos impactos onde essa interpretação se realiza destacamos: Ampliação do Tempo de Manutenção de Mais Altos Níveis de Arrecadação Municipal / Receitas Públicas e de Mais Altos Níveis de Recursos para Investimentos em Infraestrutura, Ampliação do Tempo de Manutenção de Mais Altos Níveis de Empregos, Ampliação do Tempo de Manutenção de Mais Altos Níveis de Circulação de Renda nos Municípios.

O mesmo não é feito, contudo, para os impactos negativos que seguirão ocorrendo e até mesmo aumentarão sobre a população e o meio ambiente, como: os conflitos com o empreendedor; a especulação imobiliária; interferências no uso da água e na dinâmica hídrica superficial; supressão de nascentes; supressão vegetal e de habitats; redução de espécies, inclusive ameaçadas de extinção; manutenção da emissão de ruídos, vibrações, poluição do ar e da água; alteração da paisagem; incômodos na população; mudança dos costumes e modos de vida; perda do patrimônio cultural material e imaterial, dentre outros. Assim, **se perde a referência de quanto as populações atingidas e o próprio meio ambiente já foram impactados e sofreram perdas pelo conjunto do projeto de extração mineral de ferro da Anglo American. Deste modo, deixa-se de avaliar o empreendimento como um todo e de debater o projeto de desenvolvimento territorial que ele representa com seus referidos ganhos e perdas. Desqualifica-se, assim, inclusive a possibilidade de questionar a continuidade da mineração como atividade condutora das transformações socioespaciais, uma vez que a análise se debruça apenas sobre a expansão do empreendimento de maneira pontual.**

Daqui para frente destacaremos as principais inconsistências identificadas na análise dos

diferentes impactos a serem provocados pela continuidade do projeto Minas-Rio.

A atribuição do impacto “aumento do conhecimento técnico-científico sobre a região” como positivo e de alta relevância ignora que a sua aplicação no contexto do empreendimento Minas-Rio vem causando fortes impactos sobre as condições ambientais e de vida da região, inclusive transformações irreversíveis de valor imensurável; novos estudos sobre tais transformações podem, ainda, demonstrar o agravamento dos impactos promovidos pelos projetos que alteram as condições socioambientais e de vida. Além disso, as inúmeras pesquisas já efetuadas e em curso e a circulação de veículos e de pesquisadores na região e, em particular, nas comunidades das áreas de influência, também deflagram uma sensação de insegurança, desconforto e incertezas. Obviamente os efeitos deste impacto são maiores, sobretudo, sobre as comunidades que são expostas e sofrem ameaças de serem removidas. Contudo, também são sentidos por todos aquelas que estão sendo objeto de pesquisa ou cujos territórios estão sendo devassados. Acrescenta-se que o aumento de circulação de veículos e a geração de expectativas são analisados como de baixa e média magnitude e relevância, estando, no entanto, fortemente atrelados aos impactos da realização de pesquisas na região.

Acrescenta-se, ainda, que: ao alegar que os impactos de geração de expectativa e de surgimento de conflitos são motivadas, sobretudo, “por expectativas de ganhos futuros” (EIA, Vol. V, 2015, p. 21) ou por “expectativas que a população tem em torno do pagamento pela aquisição de propriedades” (EIA, Vol. V, 2015, p. 22), os analistas desconsideram que existe uma parte da população atingida que contesta a própria existência do empreendimento e que é contra a sua continuidade por considerarem negativas as transformações socioespaciais e os incômodos gerados. Existem, ainda, os grupos cuja expectativa está atrelada ao temor e ao receio referentes aos impactos do empreendimento e, em particular, à ampliação da barragem de rejeito de mineração que poderá causar ainda mais danos ambientais e sociais, colocando em risco, inclusive, a vida de centenas de pessoas. Deste modo, há um viés deturpado ao analisar as expectativas a luz de ganhos e pagamentos, como se outros valores sociais não financeiros estivessem ausentes dos sentimentos dos atingidos, sobretudo, aqueles sentimentos ligados a manutenção da vida e de seus territórios.

Outro impacto contestável apresentado no EIA pela consultora é o “surgimento de novas lideranças”, o qual é apontado como positivo por propiciar uma melhora da relação entre atingidos e empresa mineradora. O texto ainda destaca que isso ocorrerá “no caso das lideranças atualmente existentes não se mostrarem suficientemente representativas para intermediar as negociações e diálogo entre população e empreendedor” (EIA, Vol. V, 2015, p. 24). Ou seja, há um entendimento por parte dos analistas de que um bom líder, ou ainda, a melhor opção para a população, seria promover um diálogo com a empresa, sendo assim partindo de um pressuposto de inevitabilidade da mineração na região. Desconsidera-se, entretanto, que a mudança de líderes sem consenso nas comunidades pode provocar ruptura do tecido social, deflagrando conflitos internos, por vezes estimulados por agentes externos, como as empresas. Por outro lado, poderíamos interpretar que as experiências de sofrimento por conta dos impactos provocados pela mineração sobre as comunidades atingidas fortalecerão os movimentos anti-mineração e o surgimento de novas lideranças dispostas a propor o enfrentamento à mineração e outros

caminhos para o projeto territorial, como vem sendo observado em várias áreas atingidas por mineração no Brasil (WANDERLEY, 2012)

Na análise do impacto sobre “Mudança de Hábitos, Costumes e Estilos de Vida da População Local”, a empresa consultora Ferreira Rocha considerou-o como de natureza positiva e negativa, destacando com maior ênfase os elementos considerados positivos, bastante questionáveis, e colocando em segundo plano os efeitos negativos.

Embora possua alguns pontos de natureza negativa - como mudanças nas relações de vizinhança e ressignificação, ou mesmo perda, de costumes e tradições locais - possui vários aspectos de natureza positiva que incidirão sobre distintos âmbitos da vida - como saúde, educação, modos de produção, usos do solo e da água e valorização dos espaços públicos - em decorrência, sobretudo, dos parâmetros adotados na escolha da propriedade para reassentamento e no seu preparo para receber a família e dos diversos investimentos que já vêm sendo feitos, e continuarão a sê-lo, em infraestrutura de saúde, educação, saneamento, transporte, habitação, sistema viário e também em educação ambiental, produtiva e patrimonial. (EIA, Vol. V, 2015, p. 29)

Nesse sentido, nenhuma medida é apontada com o objetivo de valorizar e proteger, com o protagonismo das próprias comunidades os hábitos, costumes e estilos de vida locais, ameaçados de se perderem com as transformações sociais e culturais geradas pelo avanço e perpetuação do empreendimento, em especial, sobre os modos de vida tradicionais do campo. Pelo contrário, a proposta apresentada consiste em executar programas de reestruturação produtiva e educação ambiental, que em geral impõem modos de produção e visões da relação sociedade e natureza que não fortalecem as práticas tradicionais existentes.

Os laços de vizinhança e de solidariedade das populações locais vêm sendo fortemente afetados com o empreendimento da Anglo American, tanto nas comunidades próximas à mineradora como nas cidades mais atingidas (GODINHO, *et al*, 2017). As mudanças de hábitos e modo de vida, o deslocamento compulsório, o aumento do medo e da insegurança alteraram as condições de convívio social e de reprodução do espaço cotidiano (WANDERLEY, 2009). Além de ignorar isso, o EIA aponta o reverso anunciando que o reassentamento trará transformações positivas com a alteração do modo de vida dos atingidos.

Os impactos relacionados à alteração da qualidade das águas superficiais e subterrâneas e à interferência nos usos das águas estão em geral subavaliados. Segundo a análise, a qualidade das águas tenderá a encontrar um reequilíbrio e haverá monitoramento constante por parte, exclusivamente, da empresa mineradora para controlar as condições hídricas e o padrão de qualidade. Ainda assim, o próprio estudo confirma as limitações dos mecanismos de controle:

Deve-se ressaltar, nesta etapa, a plena operação das estruturas de drenagem pluvial e de contenção de sedimentos, que deverão atuar de modo significativo na manutenção da qualidade das águas superficiais dos cursos hídricos das áreas do entorno. Entretanto, a eficiência dessas estruturas tem limitações e pode variar, especialmente após a deflagração de eventos pluviométricos expressivos, não garantindo, portanto, a perfeita manutenção da qualidade das águas. (EIA, Vol. V, 2015, p. 125)

Estudo recente desenvolvido pela Universidade Federal de Itajubá aponta que a escassez e a degradação dos recursos hídricos já são problemas que vêm se agravando junto aos agricultores familiares localizados nas proximidades da mineradora, por conta de assoreamento, contaminação de rios, desaparecimento de nascentes, córregos e brejos. Alguns moradores acreditam que esse processo demonstra relação direta com a operação da lavra da Anglo American. A situação é tão grave que muitos dos moradores passaram a depender do fornecimento de caminhões d'água financiados pela mineradora (BELLEZE et al, 2017). Poderíamos interpretar tal atuação da empresa como uma confirmação de algum grau de culpabilidade por parte da mineradora, uma vez que não se observa este tipo de ação em todas as localidades do município que sofrem problemas de abastecimento, particularmente o centro urbano de Conceição do Mato Dentro. Igualmente, o problema da descontinuidade no abastecimento de água se repete em algumas cidades da região, sem, no entanto, haver uma ação mais contundente da empresa e do Estado para resolver o problema⁶².

E ainda, com os efeitos da supressão vegetal por conta “diminuição da resiliência do ecossistema como um todo” (EIA, Vol. V, 2015, p. 61), alteração da morfologia, enseadeiras para desvio de cursos hídricos (ação sem maiores explicações no volume dos impactos) e o aumento do processo erosivo e do assoreamento, não se pode ignorar as consequências irreversíveis sobre os cursos d'água da região, com prejuízo à população local e regional. A situação agrava-se ainda mais ao considerarmos os riscos de desastres com resíduos perigosos ou com a barragem de rejeitos, que suplantaria a abrangência local, com efeitos por toda bacia hidrográfica, ao exemplo de desastres ambientais similares. Tais impactos poderão afetar as condições de equilíbrio do ambiente fluvial e toda a população que vive às margens e/ou depende dos recursos hídricos superficiais, para os mais variados fins (em particular as comunidades do Turco, Cabeceira, Sapo, Passa Sete e Água Quente).

A consequência irreversível sobre o balanço hídrico pode ser atribuído também à ação de supressão das 27 nascentes, que afetarão o abastecimento do lençol freático e a disponibilidade hídrica com alto efeito sobre a população de toda a bacia hidrográfica do rio do Peixe, que dependem deste manancial para os mais variados usos. Os efeitos em relação à qualidade da água por conta da expansão da mineração serão maiores nas comunidades do Turco, Cabeceira do Turco, Gondó, e São Sebastião do Bom Sucesso (Sapo), mas também São José do Jassem, São José da Ilha e Beco. Em Passa Sete e Água Quente o impacto se dará, acima de tudo, por conta da expansão da barragem de rejeitos, que poderá agravar ainda mais a qualidade da água na comunidade, que drena desde a barragem.

Lembramos que muitas residências, como demonstra o próprio EIA, dependem de poços e nascentes para o seu abastecimento (EIA, Volume IV pg. 179). Muito possivelmente, tais residências não apresentam cadastro formal para captação de água, o que invisibiliza os usuários no contexto formal da avaliação de impacto, vulnerabilizando-os frente a eventuais impactos, tendo em vista que podem ser ignorados em seus direitos de acesso à água por não possuírem captação regularizada.

As alterações da qualidade do ar e no nível de ruído são impactos considerados de alta relevância e de média magnitude. No entanto, se sabe que as recorrentes emissões de poeira e de ruídos

62 Disponível em: <http://www.defatoonline.com.br/noticias/ultimas/28-08-2017/falta-de-agua-constante-atormenta-moradores-de-conceicao-do-mato-dentro>

diversos produzem efeitos perversos sobre a saúde dos trabalhadores da mina e da população próxima ao empreendimento, inclusive gerando um sobre-trabalho com o cuidado da casa e da saúde da família, que recai principalmente sobre as mulheres, mas também sobre o serviço público de saúde.

No caso da geração de vibrações, mesmo considerando que “esta sensação de incômodo, por sua vez, pode advir de efeitos psicológicos e fisiológicos, e pode promover ainda danos aos elementos estruturais e à estética de edificações, tais como trincas, rachaduras, entre outros” (EIA, Vol. V, 2015, p. 59), mesmo dentro dos parâmetros legais, a relevância atribuída foi média e a magnitude baixa. A geração de vibrações foi bastante subavaliada, tendo em vista que já existem impactos deste tipo em andamento, produzindo transtorno e insegurança nos moradores da vizinhança. As comunidades do Sapo, do Turco e da Cabeceira serão as mais afetadas, além de, Gondó, Beco e Passa Sete em menor intensidade.

Se por um lado a análise atesta que “o limite da Cava SA3, proposto para licenciamento, chegue a uma distância de aproximadamente 850 metros da comunidade de São Sebastião do Bom Sucesso, no final da vida útil do empreendimento, as atividades de lavra têm sequenciamento previsto para iniciar a partir da crista da Serra, mantendo um distanciamento de cerca de 2 km desta comunidade, minimamente, até 2023” (EIA, Vol. V, 2015, p. 136). Por outro, **o texto não traz referência aos impactos de ruído, qualidade do ar e vibrações associados à presença do canteiro de obra que estará situado a menos de 200 metros da comunidade de São Sebastião do Bom Sucesso.**

Quanto ao impacto relativo ao desprendimento de rochas, com ocorrência de deslizamento, nenhuma menção é feita em relação aos riscos para os trabalhadores da mina, que podem vir a ser soterrados ou sofrerem danos físicos e psicológicos nos eventos descritos. Mesmo destacando à possibilidade de desprendimento de rochas ao longo da operação do empreendimento, não consta nenhuma análise de impacto destinada a avaliar a possibilidade de um rompimento da barragem de rejeito ou dos diques de água. Comunidades como São Sebastião do Bom Sucesso e Turco se encontram bastante próximas aos diques de água, em especial a primeira, enquanto Passa Sete, Água Quente e Jassém estão em risco por conta da proximidade da barragem de rejeitos. Assim, não há nenhuma referência aos impactos de possíveis rompimentos e sobre as perdas, sobretudo humanas, que um evento de grande magnitude pode vir a causar sobre as referidas comunidades.

O empreendimento provocará também perda de habitat e de diversidade com a supressão vegetal de 1.690,22 hectares de formações nativas, sendo 281,00 ha de campo rupestre ferruginoso (formação de grande importância ecológica devido à sua alta taxa de endemismo, raridade de ocorrência e constante pressão de exploração à qual está sujeito) e 847,06 ha de fisionomias florestais, incluindo vegetação em estágios inicial, médio e avançado de regeneração, além de 63,47 ha de Candéal. Incluem-se neste conjunto 20 espécies ameaçadas de extinção (EIA, Vol. V, 2015, p. 64). Haverá, portanto, impacto sobre diferentes áreas de importância ambiental: a porção norte da zona de amortecimento da Unidade de Conservação (UC) Monumento Natural Serra da Ferrugem, vulnerabilizando ao ambiente de proteção da área de preservação; a supressão de 237,10 ha em áreas de APPs hídricas e outras áreas em encostas íngremes e topo de morro. Os principais

efeitos sobre a fauna serão a eliminação de habitat e aumento da mortandade, inclusive de algumas categorias das listas oficiais de espécies ameaçadas de extinção (EIA, Vol. V, 2015, p. 75).

No que concerne à supressão das cavidades com elevada importância ambiental e científica, serão suprimidas ao todo 47 de aproximadamente 81 cavidades identificadas (Vol. V, 2015, p. 129). Nada consta sobre a supressão de outras cavidades desde o início da implantação do empreendimento, deixando uma pergunta de quantos ambientes específicos como esses já se perderam nos últimos anos.

O estudo assume como alta a magnitude e a relevância dos impactos: *Incômodos à população do entorno; Interferências em Patrimônio Cultural de Natureza Material e Imaterial; e Alteração da Paisagem*. O primeiro e o terceiro serão mais sentidos na escala local (Sapo, Turco, Cabeceira e, posteriormente, Gondó, Beco, Passa Sete e Água Quente), havendo ainda impactos em São Sebastião do Bom Sucesso sobre os bens materiais, como a capela de São Sebastião e o cemitério do Sapo, mas também sobre sítios arqueológicos que serão removidos; ressaltando que a alteração da Paisagem ampliará os efeitos negativos sentidos sobre o espaço constitutivo das memórias e da identidade comunitária local. Comunidades essas, essencialmente negras, que não tiveram os devidos cuidados pelo poder público por seus registros materiais e imateriais. Neste sentido, as perdas e os valores dos patrimônios eliminados são incalculáveis, sendo desconsiderados de qualquer valoração de impacto social, econômico e cultural.

Já as Interferências em Patrimônio Cultural de Natureza Material e Imaterial terão efeito, inclusive regional, sobre a cidade de Conceição do Mato Dentro e também de Serro, com destaque para o Queijo do Serro que sofrerá impacto indireto (vagamente explicado, como foi apontado em capítulo anterior).

Nas sedes urbanas, a permanência de pessoas vindas de fora e os fenômenos de aculturação e enculturação, derivada do processo de estabelecimento permanente de novas pessoas, mudanças culturais e desenvolvimento econômico regional, configurarão novos padrões culturais, os quais, a princípio, podem estimular más formas de utilização do patrimônio, decorrentes da falta de identificação social entre bens e pessoas. (EIA, Vol. V, 2015, p. 144)

Os impactos apontados como positivos sobre a geração de emprego e a renda, posteriormente com efeitos sobre a demanda de bens e serviços, são de caráter temporário e oscilante, como aponta o próprio documento. Deste modo, não há qualquer sustentabilidade econômica no sentido de manutenção do emprego e renda regional em médio e longo prazo, sobretudo ao se levar em consideração que a fase de maior contratação terá apenas duração de 12 meses. Ressalta-se que o volume máximo de 831 trabalhadores a serem contratados não representa nem 4% da População Economicamente Ativa - PEA dos quatro municípios atingidos. Somando-se às informações anteriores, há estimativa de que 70% dos trabalhadores virão de fora da região atingida (EIA, Vol. V, 2015, p. 91) e que, em parte, poderão levar ou enviar sua renda para o local de origem. **Pode-se concluir que os efeitos sobre a geração de emprego e renda local e regional possuem magnitudes e temporalidades baixas e limitadas, que pouco alterarão a situação de desemprego vivida nos municípios atingidos na atualidade.**

Por outro lado, ocorreram efeitos negativos com o incremento da população, que pode gerar custos econômicos e sociais públicos e coletivos, muito provavelmente, não compensáveis pelo aumento momentâneo do emprego e da renda. Destacam-se nestes custos o sobreuso das estruturas de saneamento e dos serviços públicos em geral; a incidência de doenças infecciosas; a maior demanda por vagas de hospedagem e habitação, o que pode gerar ocupações irregulares, associada diretamente ao aumento da especulação do solo urbano; o conflito entre a população local e as pessoas vindas de fora; o aumento da insegurança e a diminuição tranquilidade; ou ainda a alteração dos costumes, hábitos e estilo de vida, inclusive com o crescimento da prostituição e da violência no campo e na cidade.

Na análise do impacto ambiental sobre o aumento do nível de formalização do trabalho e das empresas, aparentemente sobreavaliados por conta da limitada geração de emprego decorrente da expansão da mina, não há qualquer medida de promoção do controle e fiscalização das condições de vida, alojamento e trabalho dos funcionários contratados e das empresas terceirizadas. Esse controle se mostra amplamente necessário, sobretudo, ao se levar em consideração que em 2013, a Anglo American foi atuada por manter 172 trabalhadores em condições análogas ao trabalho escravo, dentre eles, 100 haitianos, além de migrantes nordestinos. No ano seguinte, em 2014, nova ação do Ministério do Trabalho e Emprego libertou mais 185 trabalhadores em condições degradantes, sendo 67 empregados da Anglo American e o restante de empresas terceirizadas (SANTOS; MILANEZ, 2015). As condições de trabalho foram consideradas degradantes pelo Ministério Público devido à precariedade dos alojamentos, à má qualidade da comida, à servidão por dívida e ainda por irregularidades trabalhistas como turnos de trabalho acima do permitido, tempo de almoço inferior ao permitido e não pagamento das horas “in itinere”, referente ao deslocamento até o local de trabalho (WROBLESKI, 2014).

Estas situações de precariedade nas condições de trabalho podem levar ainda ao conflito entre trabalhadores e empregadores, com efeitos sobre a população local, o que sequer foi mencionado no estudo de impacto ambiental. Em 2013, um incêndio nos alojamentos marcou o ápice do protesto de 800 trabalhadores de uma empresa contratada pela Anglo American devido às más condições de trabalho e ao não pagamento das horas extras (WROBLESKI, 2014). Outros casos como este já foram observados em outras grandes obras no Brasil e colocaram em risco a situação da população local.

Deste modo, podemos apontar que **o estudo de impacto ambiental possui problemas técnicos de avaliação e de ausência de impactos graves não proporcionando uma compreensão ampla dos impactos ambientais causados pela expansão do empreendimento ou mesmo sobrevalorizando impactos considerados positivos para inflar a importância econômica do empreendimento. Além disso, o estudo ignora os impactos passados e ainda em curso do conjunto do projeto e seus efeitos cumulativos com as novas intervenções.** Deste modo, as medidas sugeridas e, sobretudo, a ausência de medidas para os impactos não elencados, deixa em condições preocupantes a produção e gestão do território usado pelo empreendimento.

4.2. Ausência de avaliação dos impactos da desmobilização de trabalhadores

Um dos problemas tipicamente associados à implantação de grandes projetos, entre eles, projetos de extração mineral, é a rápida mobilização e desmobilização de trabalhadores. Normalmente tais projetos acabam atraindo grande efetivo de pessoas de outras localidades no momento de implantação, que precisam ser desmobilizadas também em pouco tempo.

O EIA retrata esse cenário claramente. O Gráfico 3 reproduz a Figura 3-8 do EIA (EIA, Vol. I, 2015, p. 28) e apresenta o total de trabalhadores temporários a serem contratados durante o período de instalação. A transição entre os meses 29 e 30 se destaca pela queda brusca de mão de obra ocupada, havendo a demissão simultânea de 482 pessoas. O EIA afirma que “verifica-se que a grande maioria da mão de obra, quando desmobilizada, tradicionalmente retorna às suas cidades de origem ou é aproveitada na instalação de outros empreendimentos em curso na região” (EIA, Vol. I, 2015, p. 29). Entretanto, não apresenta nenhuma evidência que embase tal afirmativa.

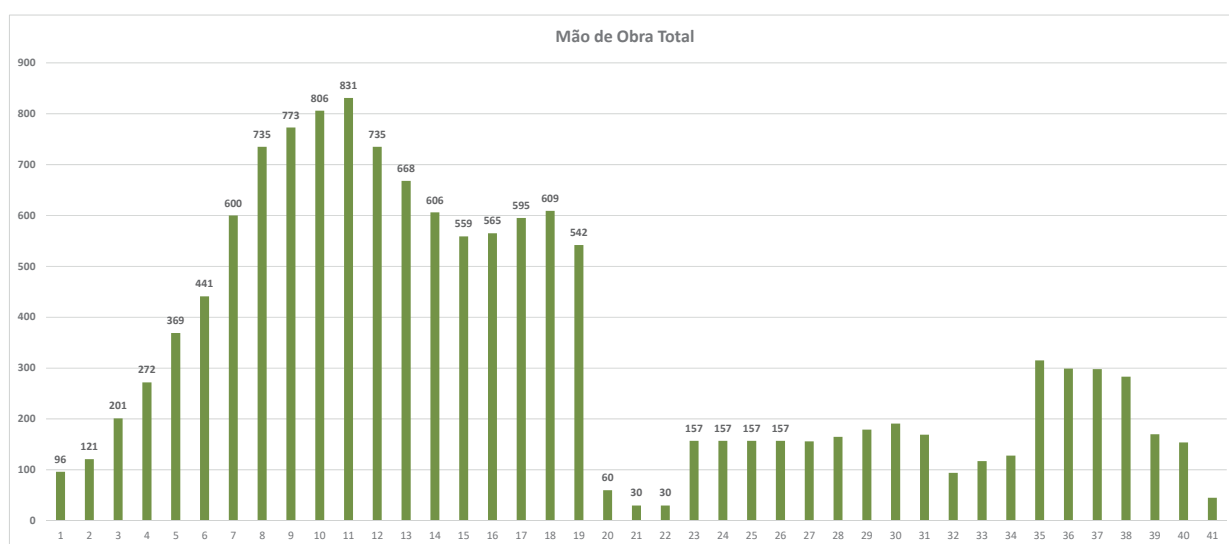


Gráfico 03: Histograma de mão de obra previsto para a etapa de implantação do Projeto de Extensão da Mina do Sapo

Fonte: Anglo American, 2015 apud EIA Vol. I, Figura 3-8.

No Volume V, reconhece-se que muitos desses trabalhadores serão contratados em outras regiões, estimando que apenas 30% serão contratados na cidade. Novamente no Volume V, afirma-se que o efetivo vindo de fora consiste em:

[...] trabalhadores que provavelmente permanecerão no município até a conclusão de suas atividades, retornando ao seu local de origem tão logo este seja encerrado. Ou seja, espera-se que o aumento do contingente populacional ocorra, porém, em caráter temporário, retornando à situação semelhante àquela observada antes do início da implantação assim que esta etapa for encerrada (EIA, Vol. V, 2015, p. 91).

Novamente, tal afirmativa é feita sem nenhum embasamento técnico ou empírico. Entretanto, a experiência com a implantação do Projeto Minas-Rio mostra exatamente o contrário. Conforme identificado em pesquisa do Projeto Cidade e Alteridade (2015):

Ademais, o município tem atraído pessoas da zona rural e de outras localidades do Brasil em busca de emprego. De acordo com entrevistas realizadas em março de 2015, muitos trabalhadores imigrantes, mesmo após o fim dos contratos com as empresas empregadoras, fixaram residência em Conceição do Mato Dentro: “Tem quem fica na cidade, mesmo depois que a empresa foi embora, na esperança de emprego” (Entrevista com moradora T., Conceição do Mato Dentro, março de 2015). “Tem acontecido bastante de pessoas ficarem, mesmo desempregadas” (Entrevista com moradora A., Conceição do Mato Dentro, março de 2015) (PROJETO CIDADE E ALTERIDADE, 2015: p. 18).

Essas informações, coletadas diretamente com a população, corroboram os dados agregados compilados pelo IBGE (2017). Conforme demonstra o Gráfico 3, apresentado a seguir, em 2013, último ano antes do início da operação da mina, foi identificado o maior índice de pessoal ocupado na cidade de Conceição do Mato Dentro, com um total de 5.655 pessoas, montante que corresponderia a uma taxa de população ocupada de 31%. O primeiro carregamento de minério da Anglo American ocorreu em outubro de 2014, ao longo desse ano, então, iniciou-se a desmobilização dos trabalhadores e, em 2015, o pessoal ocupado havia caído para 4.436 pessoas. Como consequência dessa demissão em massa, a taxa de população ocupada também se reduziu, recuando para um patamar de 24%. As estimativas baseadas nos dados do IBGE, assim, apontam que a desmobilização, sem o devido planejamento, gera choques de desemprego na cidade e seus consequentes impactos sociais.

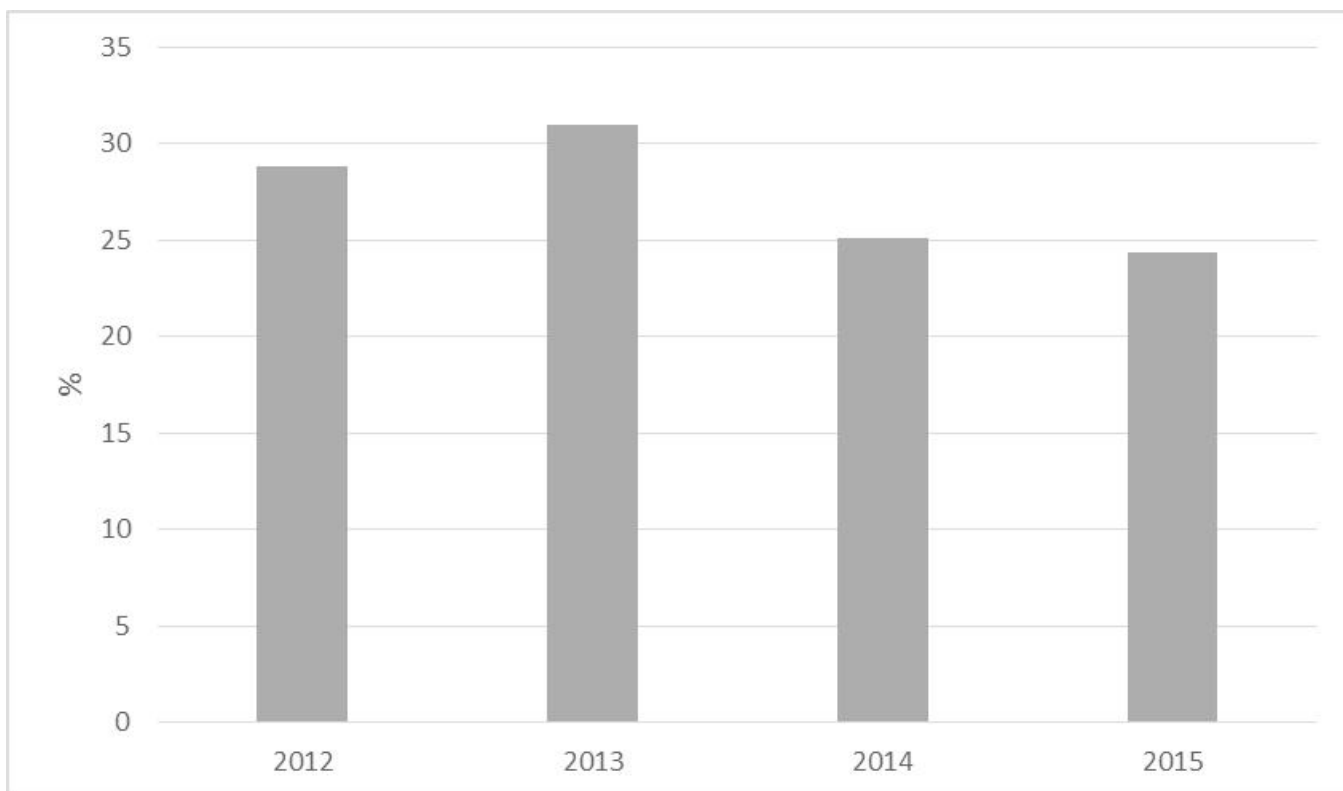


Gráfico 04: População ocupada, Conceição do Mato Dentro
Fonte: Elaborado por Bruno Milanez, a partir de IBGE (2017)

Dessa forma, os empregos gerados pela instalação do projeto são meramente temporários e não garantem uma elevada taxa de população ocupada no longo prazo. Assim, uma redução brusca na população ocupada, como previsto para o período de instalação da expansão da mina, deverá novamente contribuir para choques de desemprego na cidade. A forma como a questão é tratada no EIA mais oculta esse problema, do que tenta propor uma solução real para uma situação que se mostra inevitável.

4.3 Desconsideração do aumento da violência

Outro impacto que exemplifica a falta de uma análise criteriosa dos dados da realidade da região de Conceição do Mato dentro diz respeito ao aumento da violência. O EIA trata a questão como “Sensação de Insegurança e Perda de Tranquilidade”, sendo um impacto associado à etapa de implantação (EIA, Vol. V, 2015, p. 96-98)⁶³. Segundo este relatório:

[a] ocorrência deste impacto está muito mais relacionada com a percepção individual, ou mesmo comunitária, do que à concretização do aumento de índices que denotem deterioração das condições efetivas de segurança pública” [...] os indicadores dos níveis de criminalidade e violência da região [têm] oscilado, mas não aumentado significativamente (EIA, Vol. V, 2015, p. 96-97).

Apesar de fazer referência aos índices de violência e de afirmar que existe um monitoramento pela Anglo American, nenhum indicador é apresentado de forma a dar suporte a tal argumento. Ao contrário do que é afirmado pelo EIA, dados públicos sobre a violência em Conceição do Mato Dentro demonstram um crescimento significativo de crimes violentos nos últimos anos, conforme apresentado no Gráfico 5. Por exemplo, em Conceição do Mato Dentro, o número de roubos consumados e de tentativas de homicídios quase triplicaram entre 2012 e 2016. Considerando o número de crimes violentos por 100.000 habitantes, houve um crescimento de 162,94 em 2012, para 280,84 em 2016, o que equivale a uma elevação de 72% (GOVERNO DE MINAS GERAIS, 2017).

63 Existe também outro item denominado “Sensação de Insegurança e Perda de Tranquilidade” na fase de Operação (EIA, Vol. V, 2015, p. 165-167), mas este diz respeito à insegurança criada pela presença da barragem de rejeitos, localizada a poucos quilômetros a montante de diversas comunidades

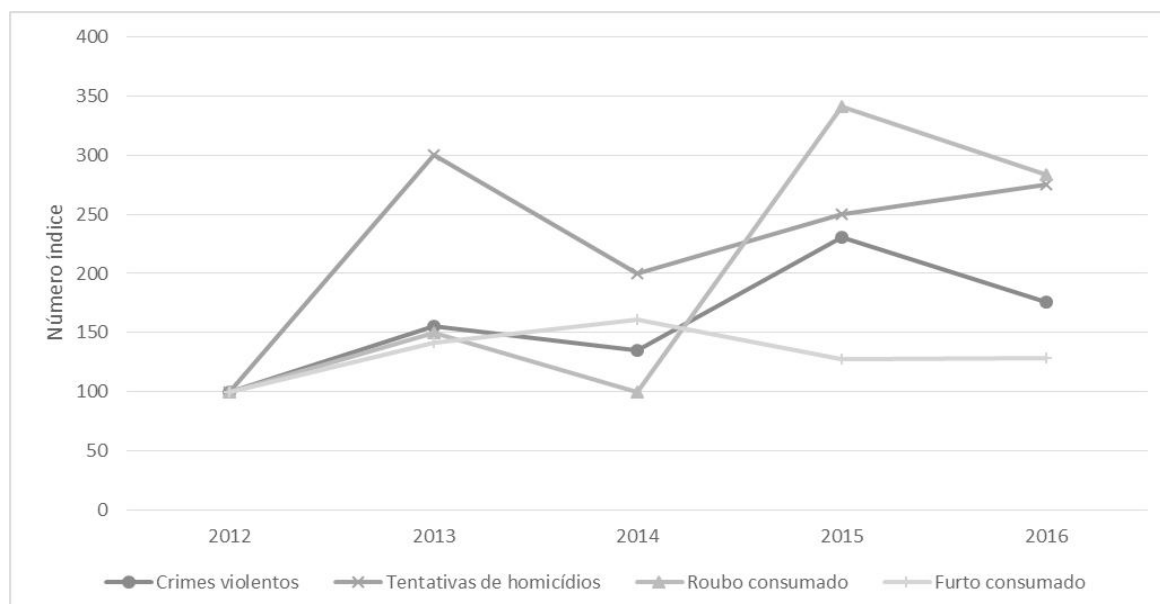


Gráfico 05: Evolução do registro de crimes violentos, Conceição do Mato Dentro
 Fonte: Governo de Minas Gerais (2017)

Se considerarmos o índice de crimes violentos entre municípios da área diretamente afetada⁶⁴ e da área sob influência⁶⁵ do Minas-Rio, nota-se que, no período de 2008 a 2014, o índice de crimes violentos na área afetada manteve-se sempre acima do registrado em municípios da área sob influência. Particularmente em Dom Joaquim, registra-se um aumento contínuo de 2008 até 2013. A seguir, alguns gráficos que demonstram essa situação.

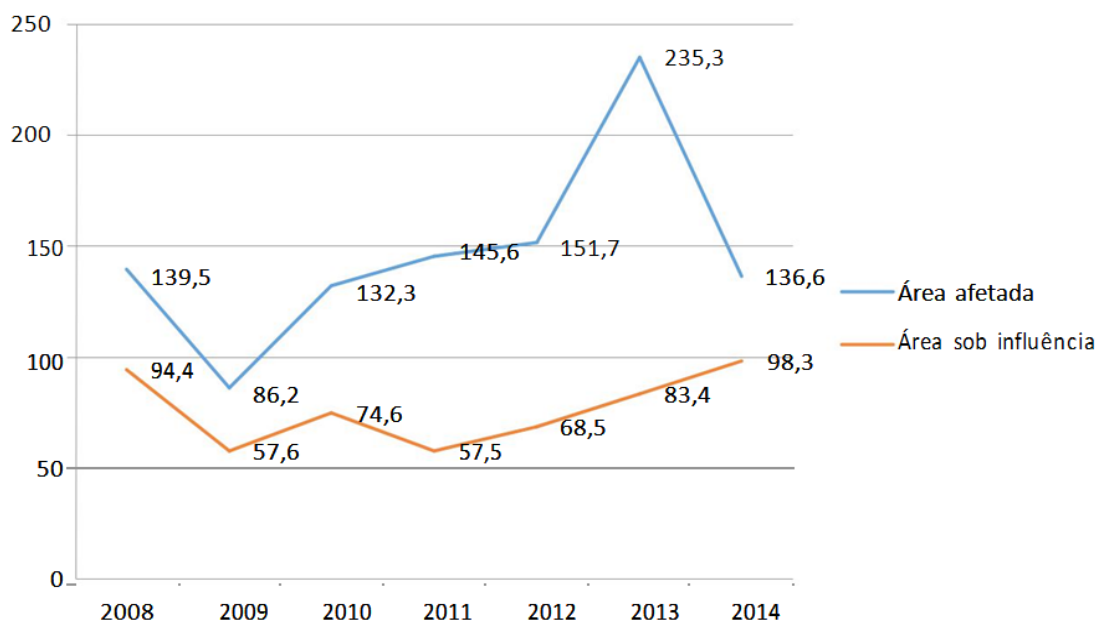


Gráfico 06: Taxa mediana (por 100 mil habitantes) de crimes violentos, por ano, município e área de influência da mineração 2008-2014 / Fonte: Governo de Minas Gerais (2017)

64 Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim e Alvorada de Minas.

65 Ferros, Gouveia, Sabinópolis, Serro, Congonhas do Norte, Datas, Santana do Riacho, Carmésia, Morro do Pilar, Presidente Kubitschek, Santo Antônio do Rio Abaixo, São Sebastião do Rio Preto e Senhora do Porto.

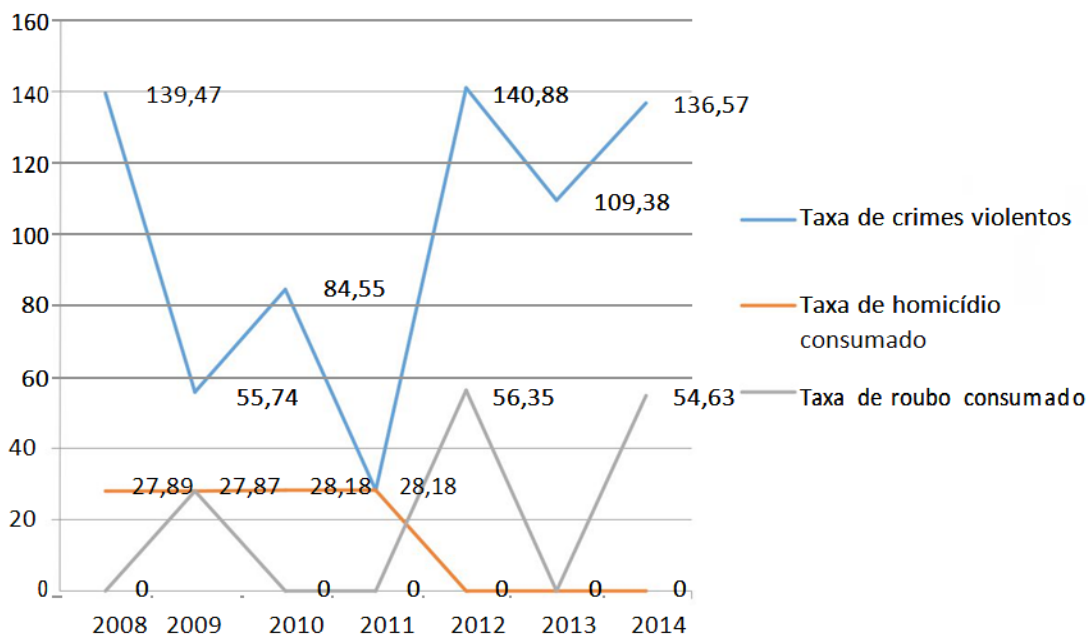


Gráfico 07: Evolução do registro de crimes violentos por cem mil habitantes – Alvorada de Minas / Fonte: Governo de Minas Gerais (2017)

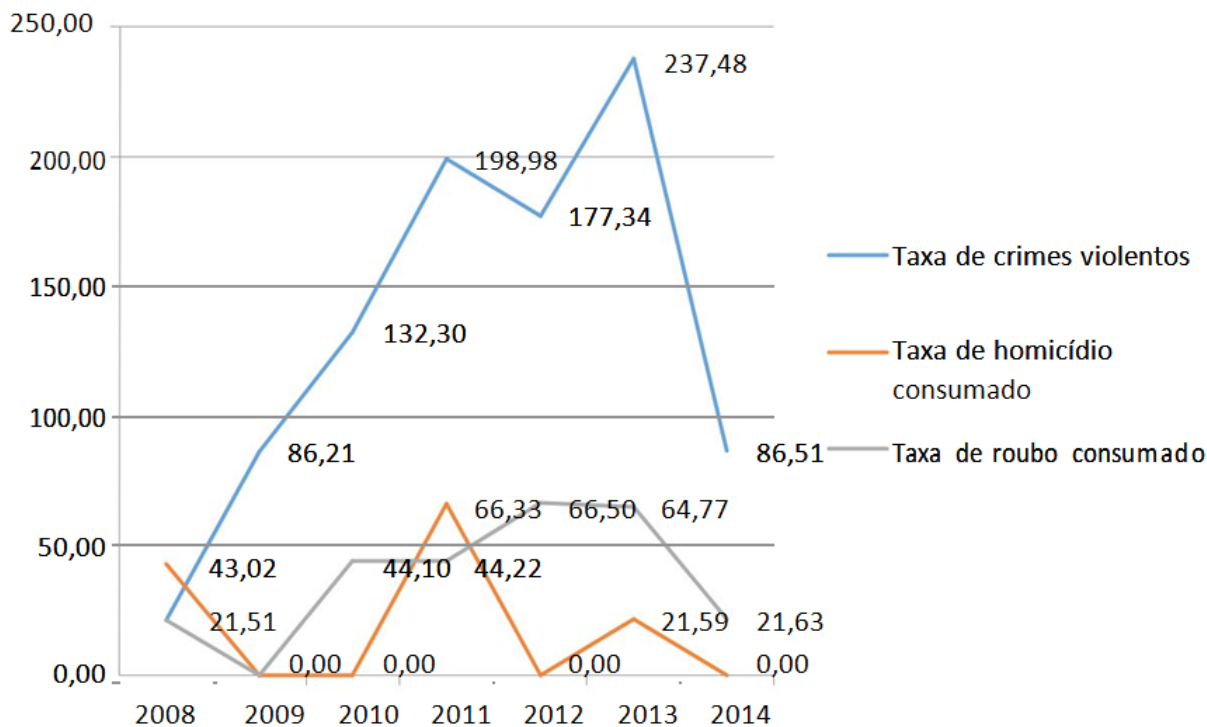


Gráfico 08: Evolução do registro de crimes violentos por cem mil habitantes – Dom Joaquim
Fonte: Governo de Minas Gerais (2017)

Ainda existe uma questão ignorada pelo EIA, referente à violência contra a mulher. O Datasus (2017) classifica como “Violência doméstica, sexual e/ou outras violências” atos como estupro, exploração sexual, violência física, espancamento entre outros. Entre 2011 e 2014, o número de notificações de violência contra mulheres feitos no sistema de saúde em Conceição do Mato Dentro aumentou cerca de 270%.

Dada essa variação nos indicadores oficiais, que mostram claramente tendência de aumento da violência, realizar uma análise sem considerar tais alterações sugere, na melhor das hipóteses, incompetência técnica da equipe envolvida para realizar um estudo dessa natureza.

Parte II

Estrutura produtiva e perfil técnico racial de comunidades atingidas pelo empreendimento Minas-Rio

Feitas as análises preliminares acerca do EIA da Etapa 3 do empreendimento Minas-Rio, a PARTE II do estudo se dedicará a compreender, no *Capítulo 5 - Estrutura produtiva em Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim*, os impactos causados pela atividade mineradora na estrutura produtiva local. O Capítulo 6, por seu turno, contém uma análise do *Perfil étnico racial de comunidades afetadas pelo empreendimento Minas-Rio*. Muito embora a PARTE I tenha tratado das comunidades quilombolas e comunidades rurais tradicionais da região, esse capítulo terá como objetivo traçar o perfil dessas comunidades **a partir de dados censitários**, corroborando o argumento anterior de predominância de uma população negra e apontando para a constatação de prática de racismo ambiental contra essa população.

CAPÍTULO 5

ESTRUTURA PRODUTIVA EM CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO, ALVORADA DE MINAS E DOM JOAQUIM

Neste tópico buscamos entender as condições da estrutura produtiva nos três municípios que fazem parte da área diretamente afetada pelo Minas-Rio, a saber: Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim. Interessa delinear a presença da atividade mineradora e a sua relação com outros setores econômicos. Começamos analisando a presença dos principais setores na economia local, demonstrada nos gráficos a seguir (9, 10 e 11).

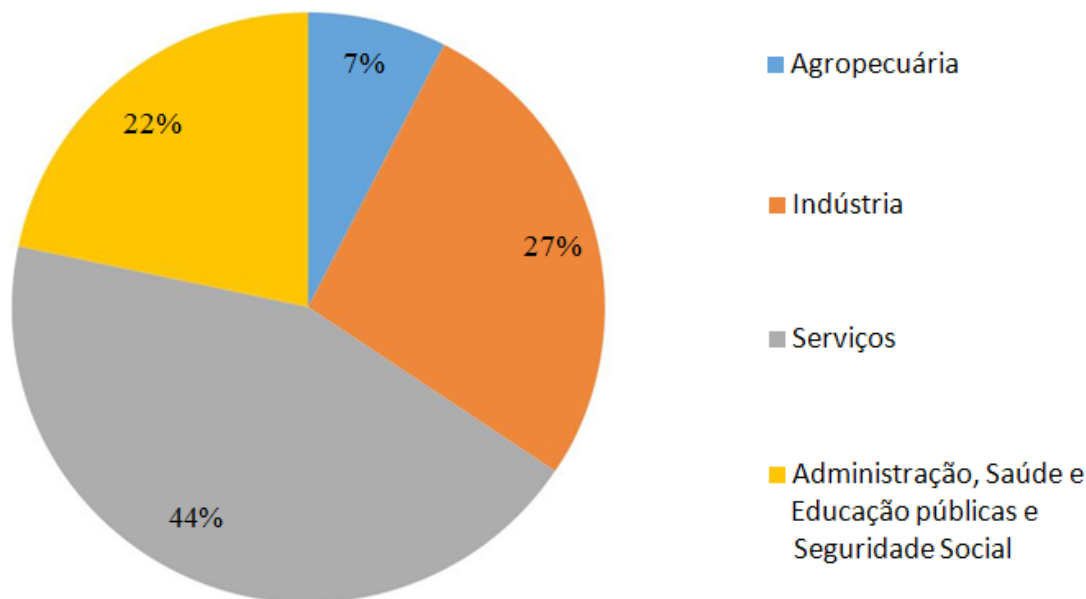


Gráfico 09: PIB por atividade econômica (%) – Conceição do Mato Dentro 2014

Fonte: IBGE

Conceição do Mato Dentro, além de contar com o maior PIB municipal entre os três municípios, detém a presença mais relevante da indústria, contabilizando inclusive a mineração. Os serviços são seu principal setor, também em proporção maior que nos outros dois municípios. A agropecuária ocupa em Conceição do Mato Dentro espaço menos relevante. Por outro lado, Alvorada de Minas é, dentre os três municípios, aquele que conta com maior presença da agropecuária. Também é em Alvorada de Minas que o setor de Administração, Saúde e Educação públicas e Seguridade Social apresenta sua maior relevância.

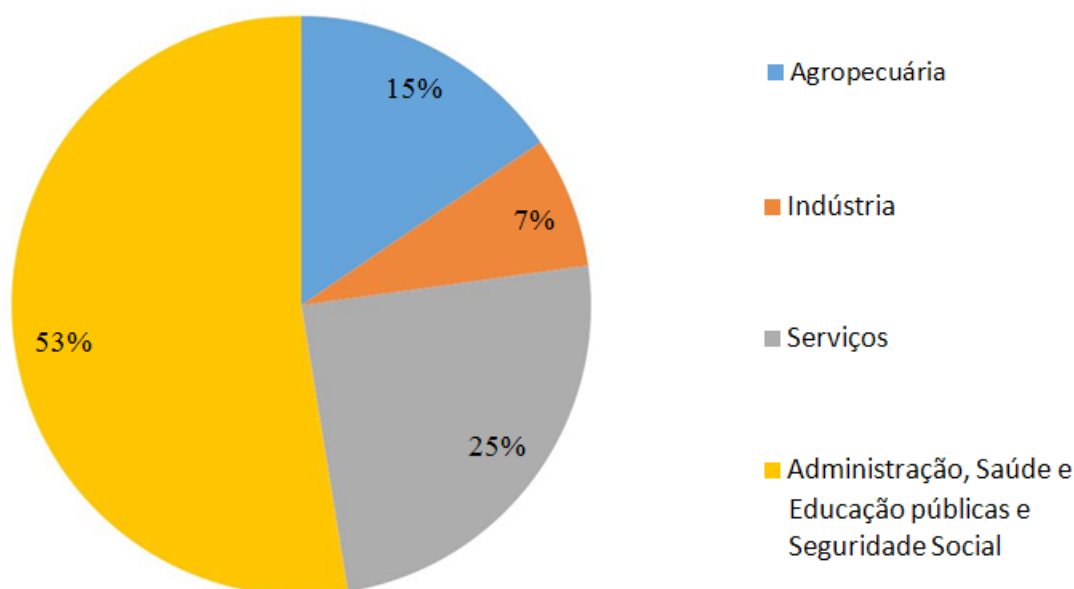


Gráfico 10: PIB por atividade econômica (%) – Alvorada de Minas 2014

Fonte: IBGE

O município de Dom Joaquim apresenta a Administração, Saúde e Educação Públicas e a Segurança Social enquanto principal setor econômico, também com forte presença do setor de serviços.

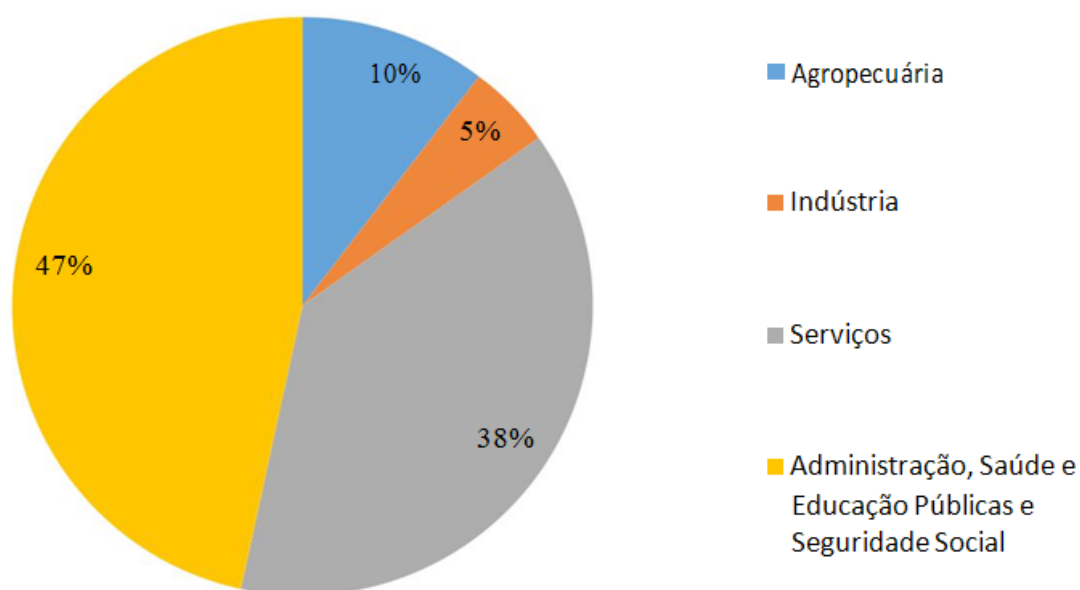


Gráfico 11: PIB por atividade econômica (em mil reais) – Dom Joaquim 2014

Fonte: IBGE

Uma das preocupações em municípios minerados é com a crescente especialização da estrutura produtiva na mineração. O desestímulo a outras atividades, em nome de incentivos criados para o desenvolvimento da mineração, e a não criação de alternativas econômicas evidenciam o custo de oportunidade para estas economias. O custo de oportunidade é o que se perde pela renúncia a um bem ao se optar por outro, isto é, a renúncia dos benefícios a serem gerados por um bem quando escolhemos produzir um segundo bem ao invés do primeiro. Assim, o incentivo à mineração tem outro lado, que é o da renúncia aos benefícios que poderiam ser gerados por outros tipos de atividade econômica.

Para compreender esta situação, passamos a analisar os dados relativos à produção agrícola em Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim e Alvorada de Minas. Em dados provenientes do IBGE, apontados por Bittencourt (2017), primeiramente analisamos a evolução da produção de milho nos três municípios durante o período de 2004 a 2016.

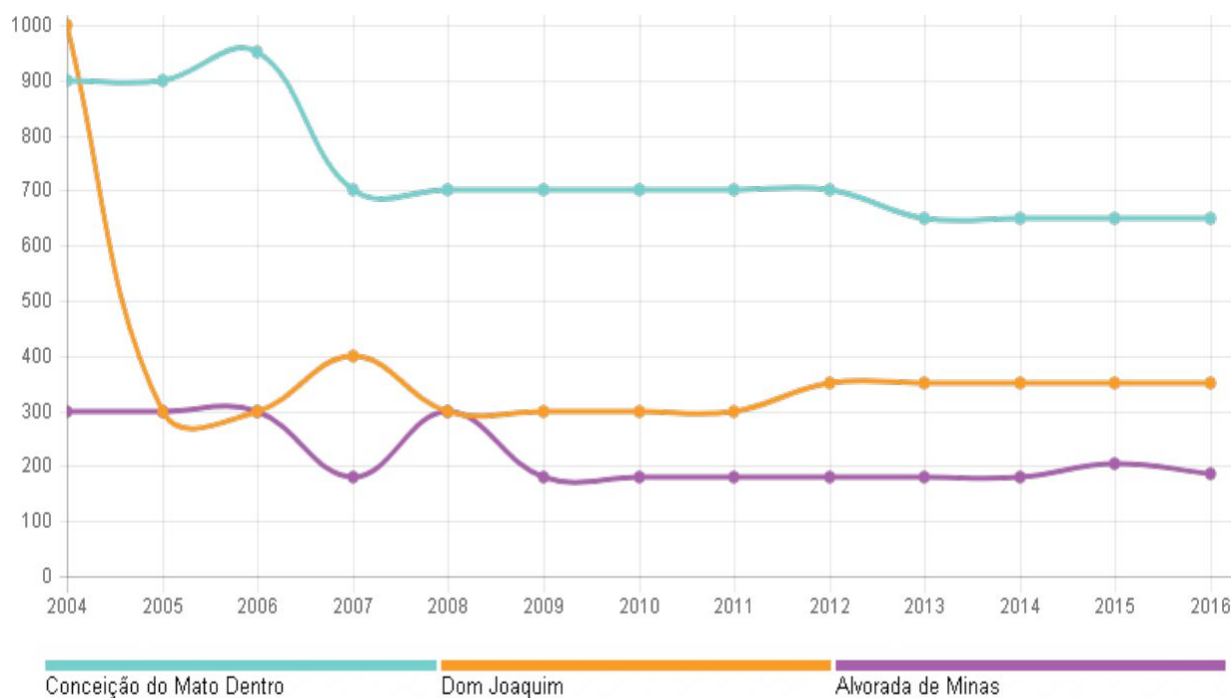


Gráfico 12: Milho – área plantada em hectares / Fonte: IBGE

Observa-se forte queda na produção em Conceição do Mato Dentro em 2012, quando a quantia produzida cai cerca de 86%, sendo que a área plantada diminui nos anos de 2006 e 2012. Dom Joaquim manteve o nível da produção até 2012, quando perde 90% de sua produção, e a área plantada cai decisivamente em 2004, além de diminuir, em 2007 para 2008, de 400 hectares para 300 hectares, recuperando 50 hectares em 2011. A produção em Alvorada de Minas tem acentuada queda em 2010 e, desde então, vem apresentando lenta recuperação. A área plantada cai de 300 hectares para 200 hectares em 2009, também evoluindo lenta recuperação

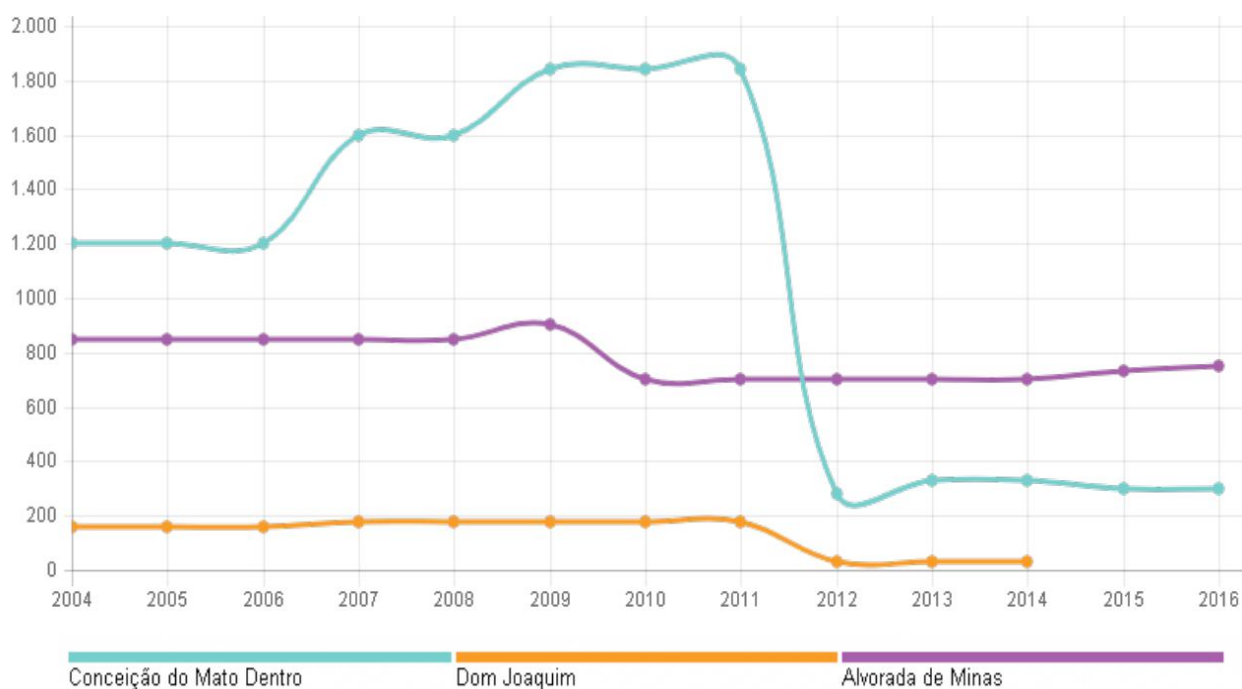


Gráfico 13: Mandioca – quantidade produzida em toneladas / Fonte: IBGE

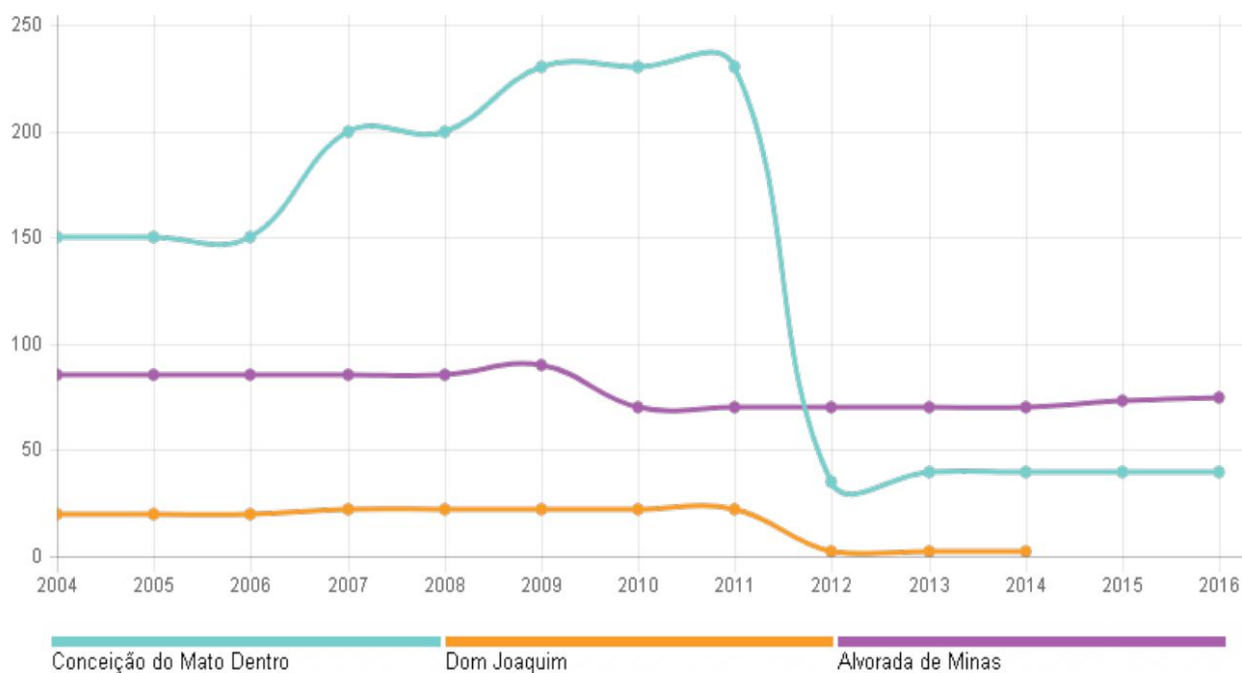


Gráfico 14: Mandioca – área plantada em hectares / Fonte: IBGE

A produção de mandioca apresentou contínua ascensão em Conceição do Mato Dentro entre 2004 e 2012, quando caiu de maneira brusca de 1.840 toneladas para 280 toneladas. A área plantada seguiu o mesmo ritmo, caindo, em 2012, de 230 hectares para 35 hectares. A produção e a área plantada caem de maneira decisiva em Dom Joaquim também em 2012. Já em Alvorada de Minas, a produção e a área plantada apresentam descenso em 2010.

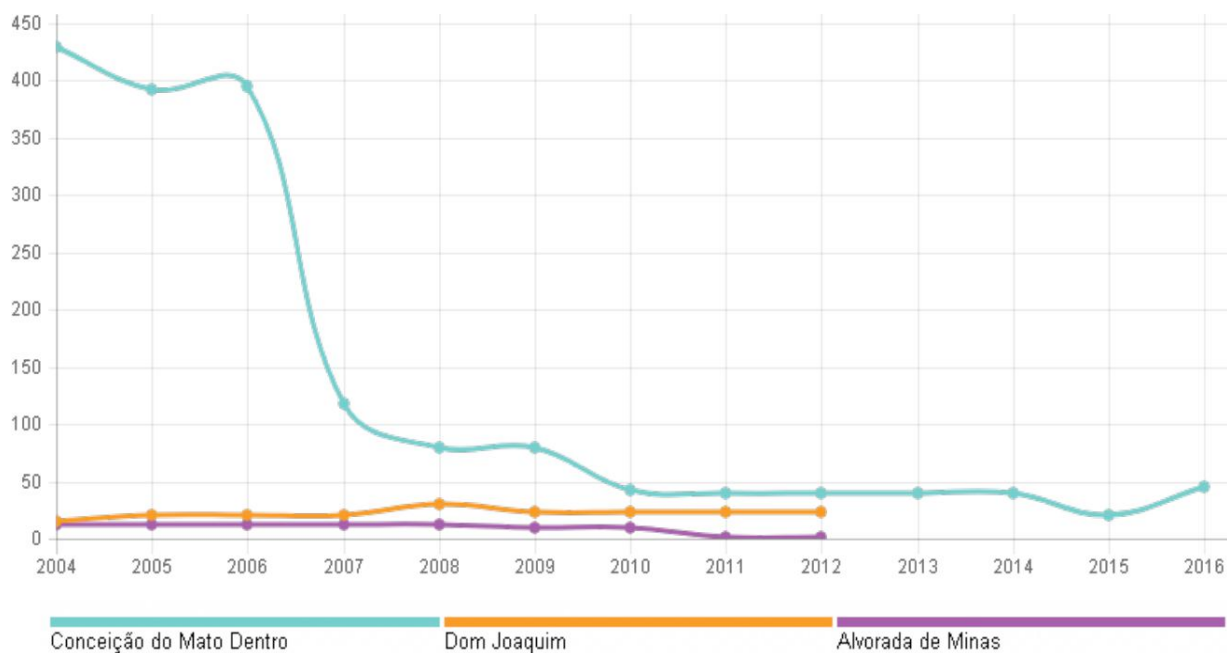


Gráfico 15: Arroz – quantidade produzida em toneladas / Fonte: IBGE

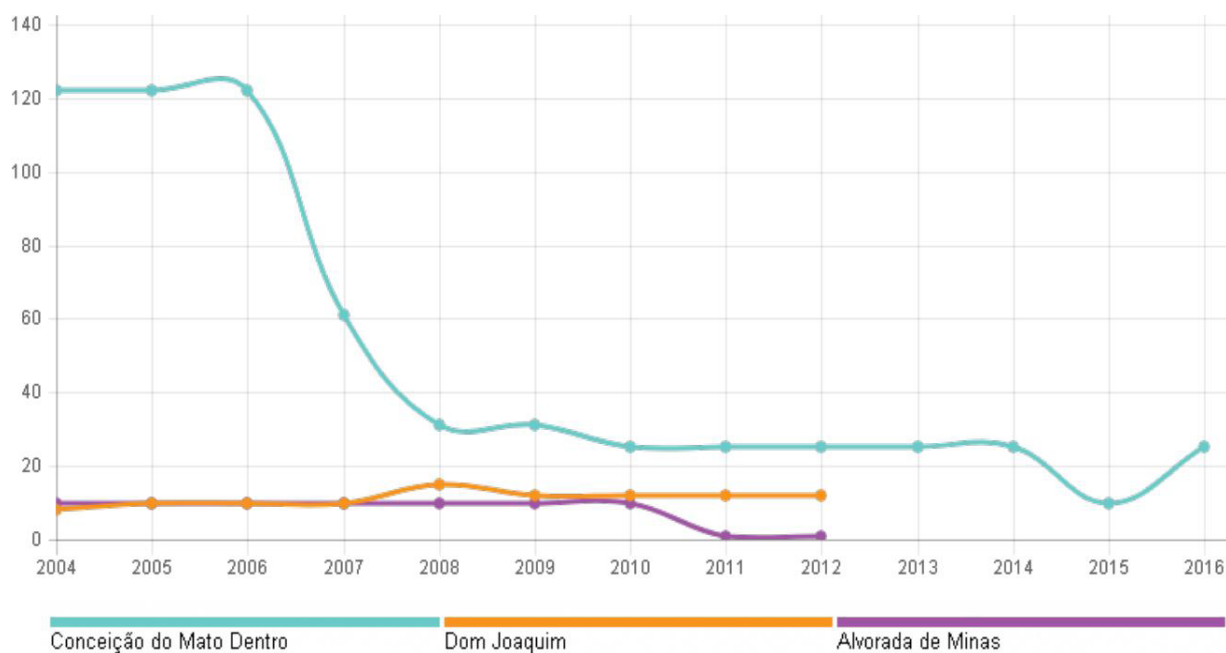


Gráfico 16: Arroz – área plantada em hectares / Fonte: IBGE

Em Conceição do Mato Dentro, a produção de arroz e a área plantada caem fortemente em 2007, e de maneira menos brusca em 2010. Em Dom Joaquim, a produção e a área plantada mantêm a estabilidade no período, analisando os dados disponíveis. Já em Alvorada de Minas, a produção e a área plantada tornaram-se nulas em 2011.

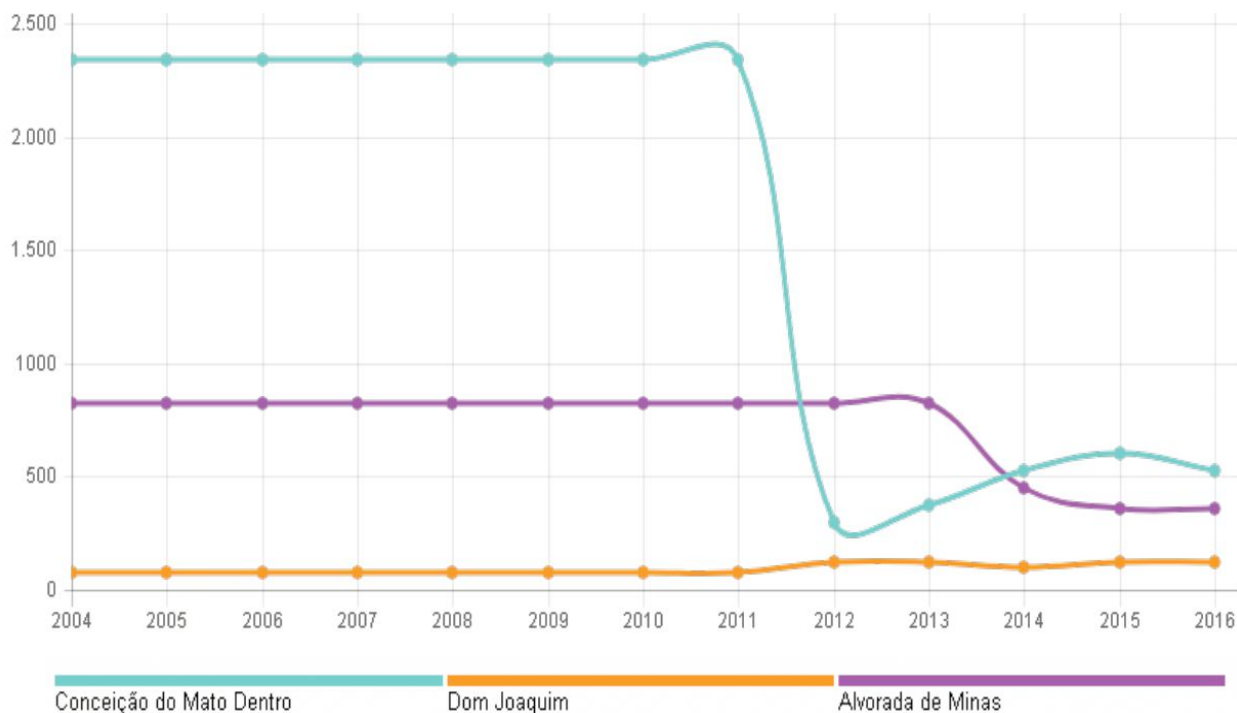


Gráfico 17: Banana – quantidade produzida em toneladas / Fonte: IBGE

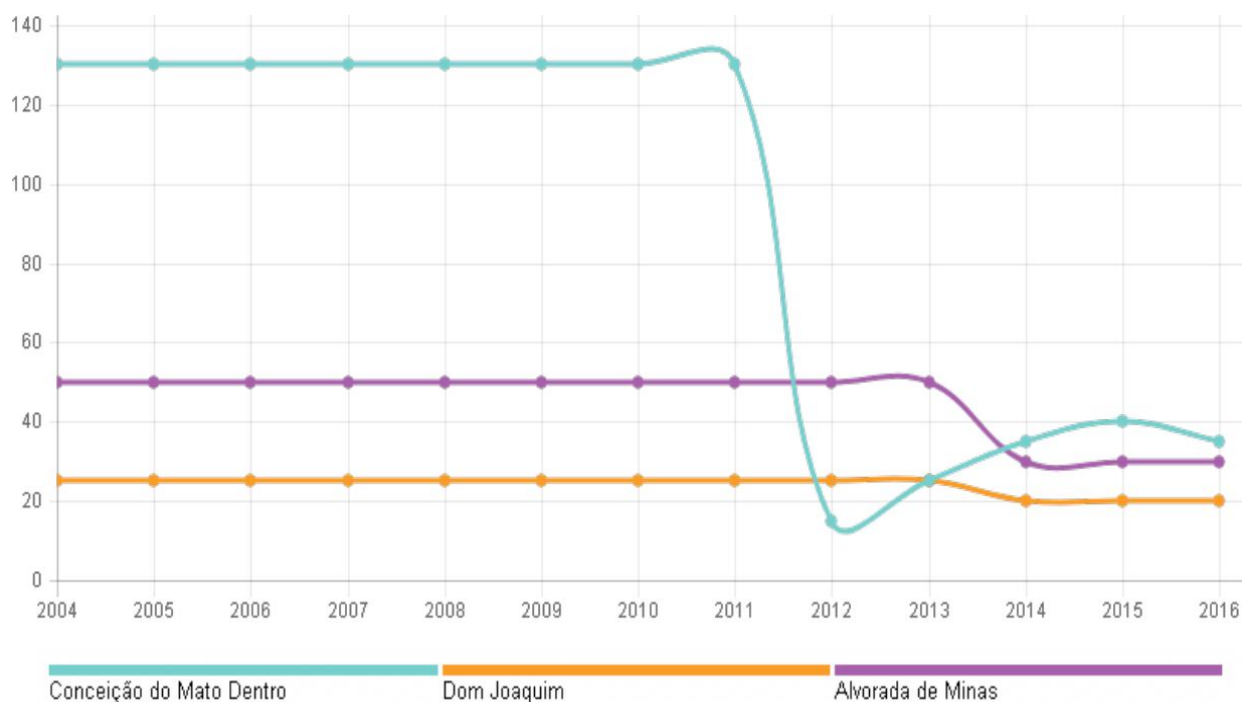


Gráfico 18: Banana – área destinada à colheita em hectares / Fonte: IBGE

A produção de banana, em Conceição do Mato Dentro, caiu 87% e a área destinada à colheita teve queda de 89% durante 2012. As produções e áreas de colheita caíram em Alvorada de Minas e Dom Joaquim durante o ano de 2014, de forma mais acentuada em Alvorada de Minas.

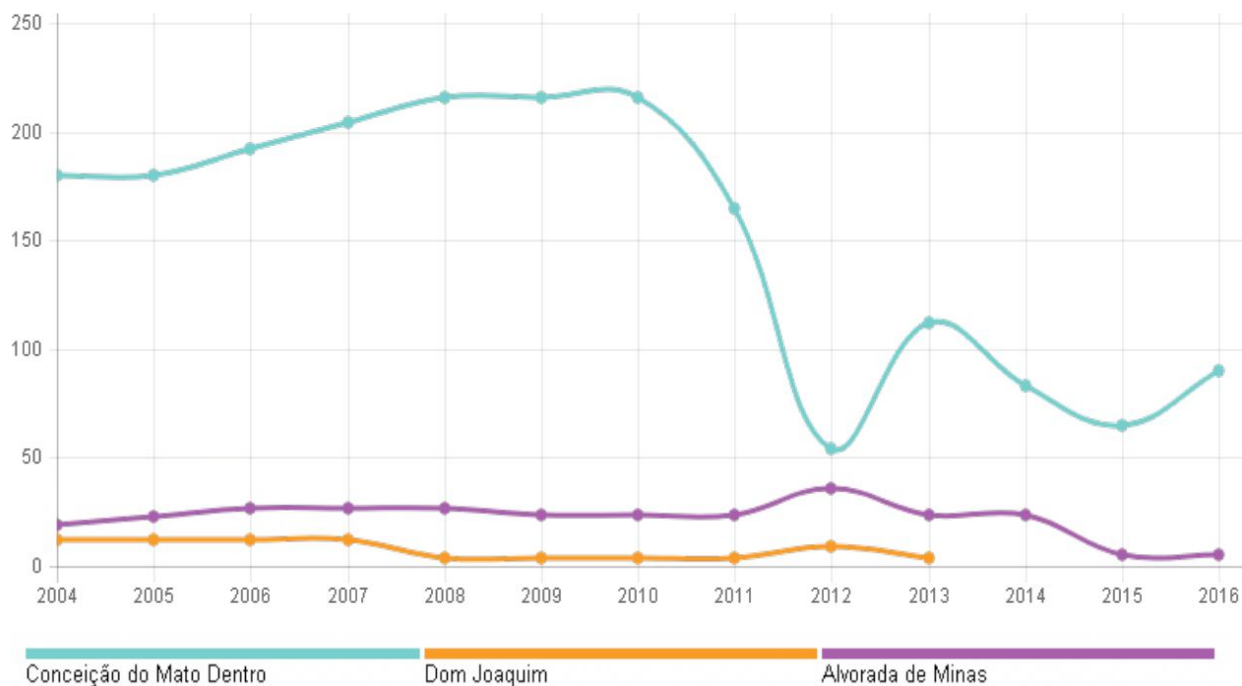


Gráfico 19: Café – quantidade produzida em toneladas / Fonte: IBGE

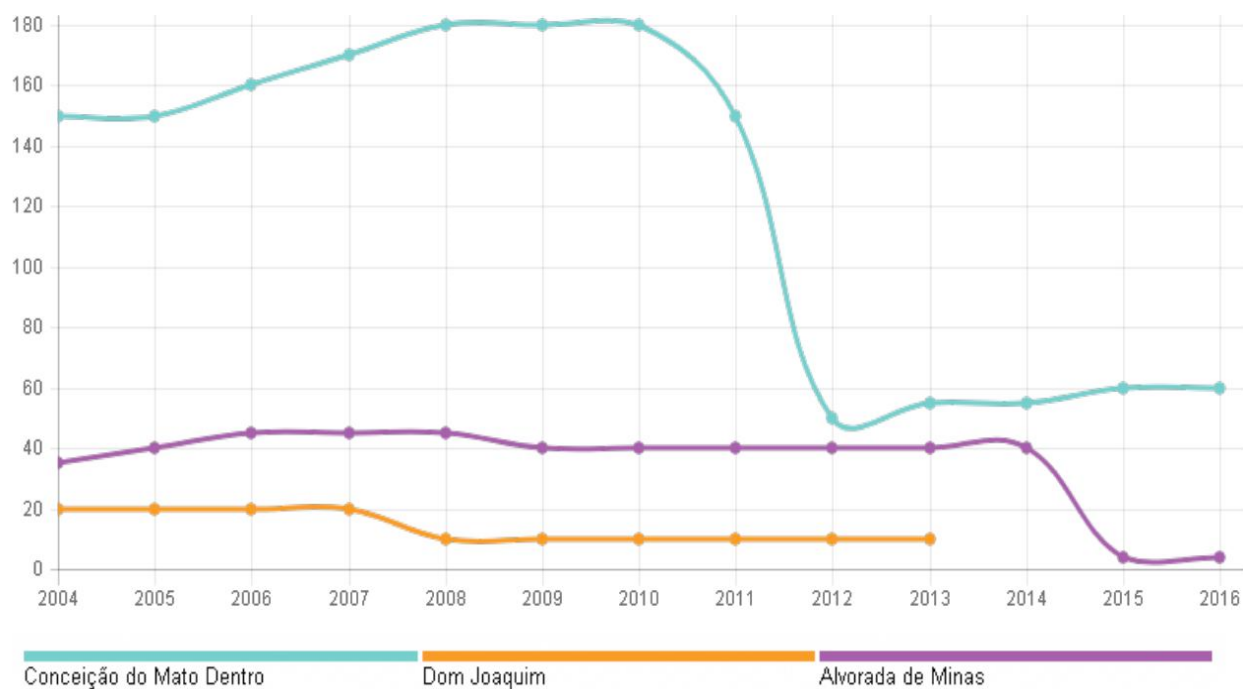


Gráfico 20: Café – área destinada à colheita em hectares / Fonte: IBGE

De 2010 a 2012, a produção de café diminuiu 75% em Conceição do Mato Dentro, assim como a área destinada à colheita. Em Dom Joaquim, essa queda ocorre em 2008, e em Alvorada de Minas, a produção cai 86% entre 2012 e 2016.

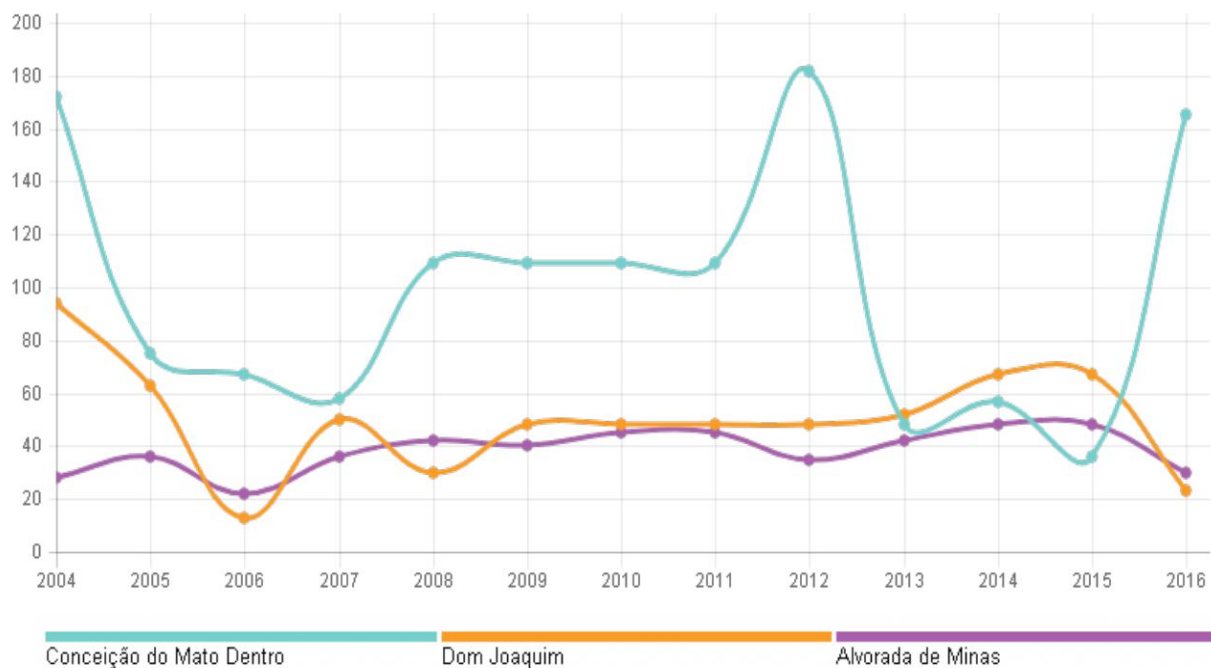


Gráfico 21: Feijão – quantidade produzida em toneladas / Fonte: IBGE

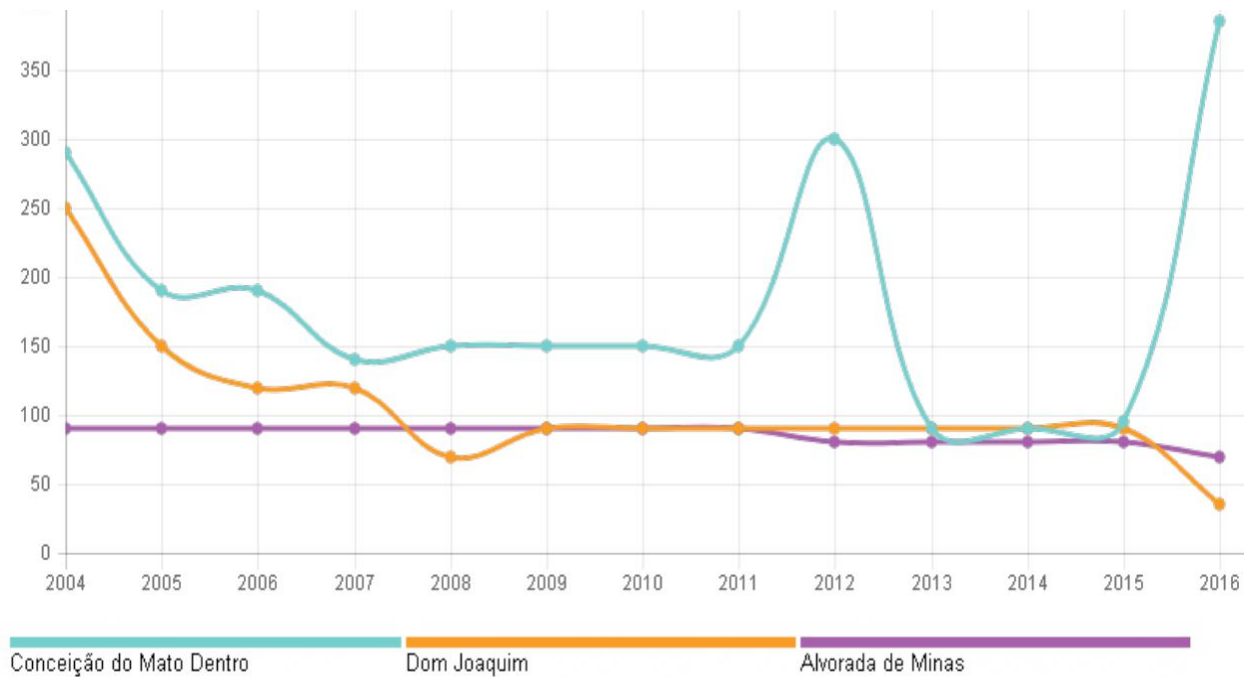


Gráfico 22: Feijão – área plantada em hectares / Fonte: IBGE

Dentre as culturas analisadas, o feijão é a que apresentou a evolução mais peculiar. Sua produção em Conceição do Mato Dentro caiu 74% em 2013, e a área plantada 70%. Entretanto, em 2016, a produção voltou aos patamares anteriores de produção. A produção e a área plantada em Alvorada de Minas mantiveram estabilidade no período. Em Dom Joaquim, a produção caiu 38% em 2016.

A produção de laranja retoma o perfil geral das culturas analisadas. Em Conceição do Mato Dentro, a produção diminuiu cerca de 88% em 2013, movimento acompanhado pela área destinada à colheita. Em Alvorada de Minas, diminuiu 82% em 2012, mesmo que a área de colheita tenha se mantido estável. A produção em Dom Joaquim mantém-se sem oscilações significativas no período analisado, mas a área de colheita diminuiu 55% em 2016.

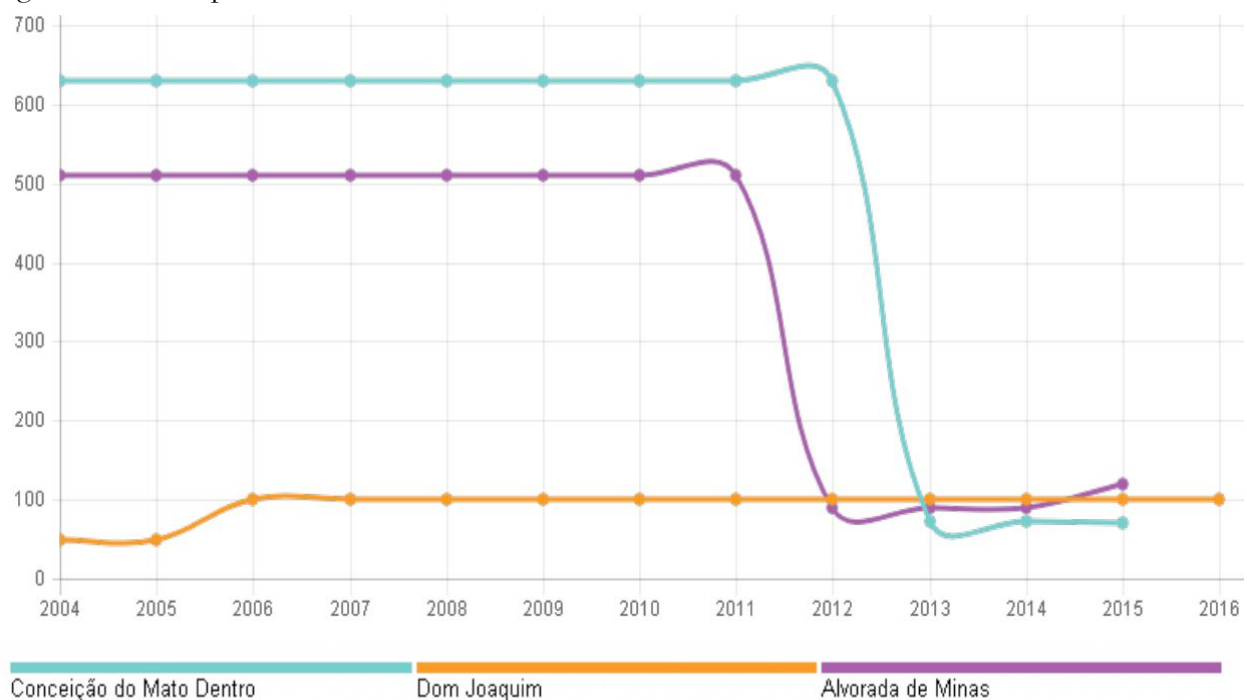


Gráfico 23: Laranja – quantidade produzida em toneladas / Fonte: IBGE

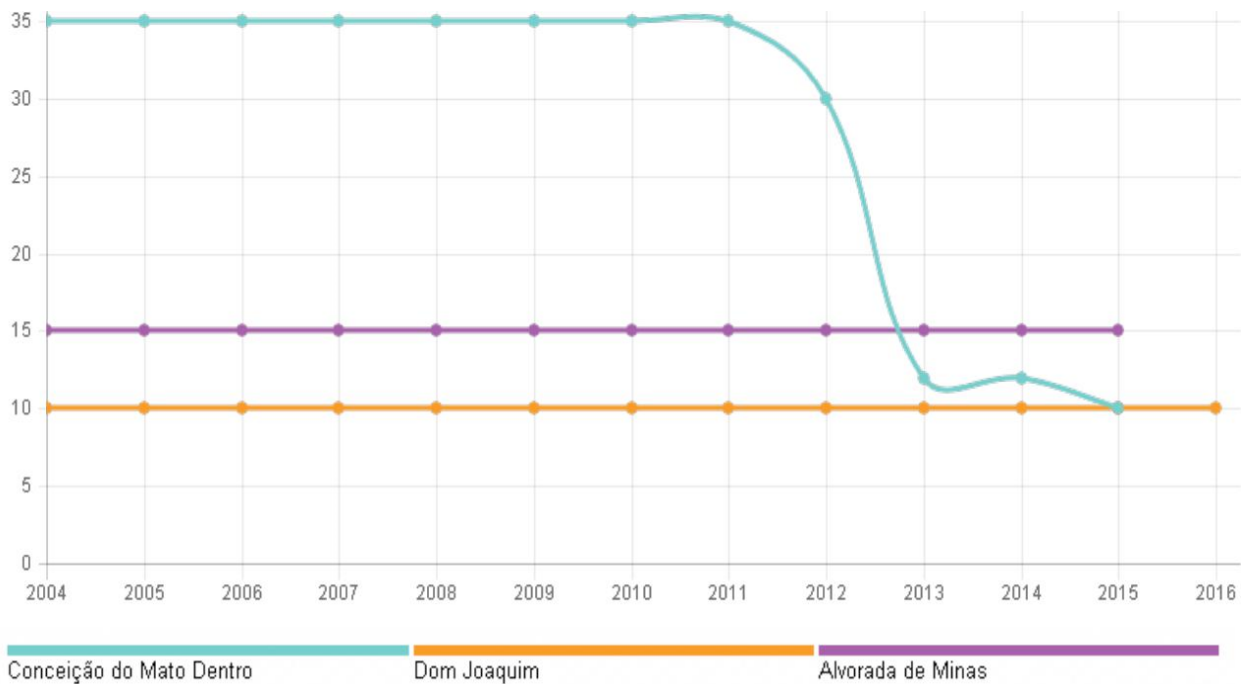


Gráfico 24: Laranja – área destinada à colheita em hectares / Fonte: IBGE

Importante constatar que as culturas aqui analisadas são de presença predominante da produção agrícola familiar, como demonstra o gráfico a seguir. Sendo assim, são caracterizadas por serem intensivas em mão de obra, com grande importância para a subsistência de famílias de baixa renda, ligadas ao mercado local, e por combaterem a situação de risco alimentar.

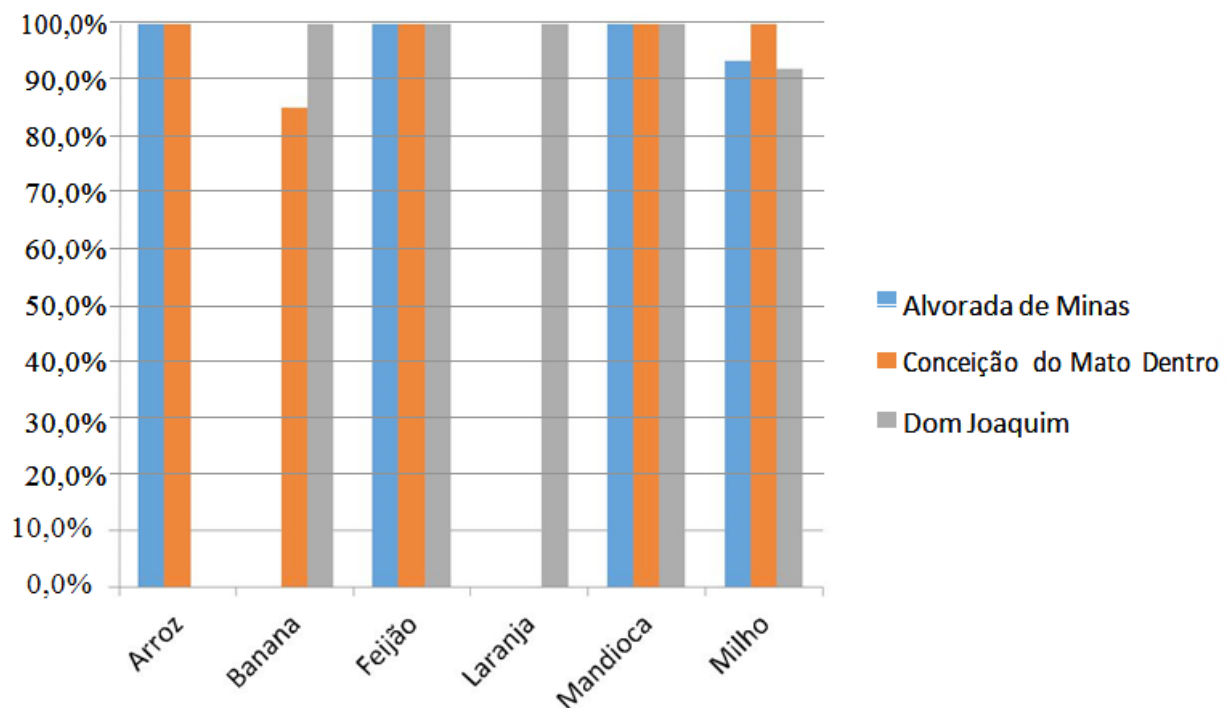


Gráfico 25: Produção agrícola familiar nos 3 municípios em 2016 (%)
Fonte: Dados da EMATER com elaboração de Tádzio Peters Coelho

Em geral, os dados da produção agrícola e da área plantada apresentam queda acentuada no período de 2011 a 2013, justamente quando se instalava o empreendimento do Minas-Rio. Algo a ser aprofundado por uma perícia de longa duração é a hipótese de que as condições da produção agrícola familiar se deterioraram devido à menor disponibilidade hídrica na região. Esta queda na oferta hídrica teria elevado os custos e dificultado a utilização de água nas plantações. Somado a isso, os postos de trabalho na mineração e, principalmente, no setor de serviços (Governo de Minas Gerais, 2017) podem ter servido de estímulo para a queda da produção agrícola, atraindo trabalhadores que, até então, se dedicavam à agricultura. Esta migração é confirmada pelos dados de urbanização de Dom Joaquim e Alvorada de Minas, que, em 2011, apresentaram aumento da taxa no período de 2008 a 2014 (Governo de Minas Gerais, 2017, p. 98). Como consequência, a presença da atividade mineradora pode estar prejudicando o desenvolvimento de alternativas econômicas que não dependam da extração mineral. Inclusive, alternativas estas intensivas em mão de obra e de impacto ambiental reduzido.

Dentre as novas vazões outorgadas nos três municípios (Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim e Alvorada de Minas), entre 2008 e 2015, considerando captações superficiais e subterrâneas, o setor industrial foi o responsável pelos maiores valores, sendo que a Anglo American é o principal beneficiário (GOVERNO DE MINAS, 2017, p. 198). Assim, causa preocupação que a falta de água seja relatada como um problema recorrente pela população dos três municípios (CIDADE E ALTERIDADE, 2015; COLETIVO MARGARIDA ALVES *et al.*, 2017). A associação entre a falta d'água para a população e a utilização de recursos hídricos pela Anglo American deve ser um tópico a ser analisado em estudo que inclua análise técnica aprofundada ao longo de um período relevante.

A especialização econômica dos municípios na atividade mineradora sujeita a população a danos sociais e ambientais que tendem a se intensificar devido à formação de uma relação de dependência pela atividade. Essa relação de dependência só termina devido à paralisação ou finalização das atividades de mineração, quando as populações não mais poderão contar com os recursos minerais. As acentuadas e repentinas quedas nos preços no mercado internacional geram forte instabilidade social e econômica nas regiões mineradas.

Tendo em vista que se trata de recursos finitos, é necessário pensar na criação de alternativas econômicas para as populações desses municípios, para que não fiquem presas à lógica de minério-dependência. Por exemplo, o investimento em linhas de financiamentos para atividades econômicas que não estejam diretamente ligadas à mineração e/ou cadeia produtiva (fornecimento de bens e serviços). Estas atividades deverão ter caráter popular e local, e ser intensivas na criação de postos de trabalho, tais como: agricultura familiar, turismo, empresas de pequeno porte, economia solidária, pesquisa e desenvolvimento, ensino, ciência e tecnologia.

CAPÍTULO 6

PERFIL ÉTNICO RACIAL DE COMUNIDADES AFETADAS PELO EMPREENDIMENTO – INDÍCIOS DE RACISMO AMBIENTAL

O presente capítulo tem o objetivo de identificar o perfil étnico-racial das comunidades afetadas pelo empreendimento da Anglo American. A necessidade desta investigação parte de uma premissa e uma observação de campo por parte dos pesquisadores envolvidos. A premissa basal refere-se ao fato de que os impactos ambientais dos grandes empreendimentos não se realizam da mesma maneira sobre grupos ricos e pobres; brancos e negros; mulheres e homens. De maneira complementar, a observação de campo indicava que as características étnico-raciais das populações atingidas e mais prejudicadas pela atividade de mineração da Anglo American em Minas Gerais eram predominantemente formadas por negros, do campo e pobres.

A premissa de que os impactos e desastres ambientais geram ônus para o conjunto da sociedade de maneira homogênea não se comprova. No fundo, essa afirmação esconde a desigualdade presente na distribuição dos conflitos e impactos socioambientais, mas também dos benefícios decorrentes dos empreendimentos e da produção capitalista do espaço. Desmistificando tal premissa, diversos autores apontam que os impactos ambientais, sobretudo os empreendimentos potencialmente poluidores, são desigualmente distribuídos no espaço e entre as classes sociais, grupos étnicos e gêneros, criando “zonas de sacrifícios” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010; ALIER, 2007; ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, dentre outros).

Comumente, os estudos de impacto ambiental reproduzem esta premissa elaborando análises a partir de recortes espaciais que contemplam algum tipo de homogeneização socioespacial. A mais recorrente é a utilização do recorte municipal (contemplando uma ou mais municipalidades) como escala de análise. Na maior parte das vezes, o município ou o conjunto dos municípios são definidos como área de influência indireta dos empreendimentos, mas podem também ser visto como a área de influência direta. Geralmente, a justificativa técnica para tal recorte remete a dificuldades de levantamento de dados, sobretudo com temporalidades analisáveis. Esses documentos sustentam-se, assim, em dados secundários produzidos por órgãos públicos, que utilizam os limites político-administrativos dos municípios como recorte de captura de informações.

Desta forma, não há um enfoque de maneira mais contundente que distinga espacialmente e a partir de suas especificidades sociais as classes mais pobres, os gêneros inferiorizados e os grupos etnicamente discriminados, situados em zonas rurais e urbanas impactadas. Muito menos se diferem os tipos e magnitudes dos impactos segundo as características dos diferentes atingidos, se restringindo, apenas, como forma de definir os atingidos a distância geográfica em relação ao empreendimento. No entanto, são os grupos pobres, as mulheres e os não-brancos, de maneira mais visível, quem sofrem com as transformações espaciais, sociais, econômicas e culturais. São

esses que acabam excluídos e marginalizados do processo de crescimento econômico e que mais sofrem com o encarecimento do custo de vida e com as transformações dos costumes e modos de viver. São esses que se encontram, na maioria dos casos, ameaçados por grandes desastres, como o rompimento de barragens, a contaminação dos cursos d'água ou a exposição a produtos químicos e metais pesados que produzem efeitos maléficos sobre a saúde e a qualidade de vida.

Segundo Gonçalves, Giffoni Pinto e Wanderley (2016):

Uma expressão recorrente do racismo ambiental está no silenciamento dos Estudos de Impacto Ambiental, primeira fase para identificar e caracterizar a população atingida por um empreendimento impactante. Esses documentos raramente destacam o perfil dos grupos atingidos de acordo com suas características étnico-raciais e de tradição cultural, ao menos que exista alguma definição oficial ou autodefinição por parte destes grupos, que somente é ressaltada por pressão e posição política dos atingidos. Em geral, diferentes grupos sociais são tratados de maneira homogênea e definidos no âmbito do termo genérico “população”, considerados meras estatísticas ou coisas. Esta maneira de se analisar os atingidos por impactos ambientais têm o sentido de despolitizar o debate da desigualdade ambiental ou da distribuição desigual dos impactos entre diferentes classes sociais e grupos étnico-raciais. Como se todos cedessem e sofressem igualmente em nome do propagado “progresso” nacional (p. 157).

O silenciamento acontece inclusive em casos de Estudos Ambientais que analisam a sociedade e as práticas socioespaciais a partir de escalas maiores (de maior detalhe) que a do município, como feito na Área de Estudo Local do Estudo de Impacto Ambiental Projeto de Extensão da Mina do Sapo, desenvolvido pela consultora Ferreira Rocha para a Anglo American. Tais análises também se centram mais em dados quantitativos do que em detalhamentos de campo qualitativos. Aspectos como a mobilidade das práticas espaciais e dos usos no território; a auto-identificação racial e étnica; a questão de gênero; a cultura vivida e reproduzida; a relação entre sociedade e meio; ou mesmo os processos de formação históricos de cada comunidade, pouco ou nada são desenvolvidos nesses documentos.

No caso do estudo específico das comunidades atingidas em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas em particular, o processo histórico, as características socioculturais e, sobretudo, a auto-declaração de raça das comunidades e entrevistados, não foram questões trabalhadas com o devido cuidado no EIA. Isso acabou por ignorar um perfil também racial e formas de organização social existentes nas zonas rurais brasileiras, como são as comunidades negras rurais.

A instalação do empreendimento Minas-Rio em Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim afetou e seguirá afetando de maneira diferenciada os grupos e comunidades rurais negras da região. De acordo com dados levantados junto a Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do Censo de 2010, na base de dados por setor censitário, foi possível identificar o perfil étnico-racial da população que vive no entorno do empreendimento. Ressaltamos que este recorte é ainda abrangente do ponto de vista espacial, devendo haver maior aprofundamento por comunidade para compreender melhor o perfil populacional e as práticas espaciais das populações. Ainda que abrangentes, os dados ressaltam um perfil étnico-racial peculiar no entorno do empreendimento, que não foi alvo de destaque e análise no estudo de impacto ambiental

promovido pela consultora Ferreira Rocha no atual processo de licenciamento.

Do ponto de vista metodológico, optou-se por priorizar, no presente capítulo, num primeiro momento, as áreas mais vulneráveis aos impactos diretos do empreendimento e no caso de eventuais rompimentos da barragem de rejeito. Deste modo, selecionamos seis setores censitários no entorno do empreendimento, quatro no município de Conceição do Mato Dentro e dois no município de Alvorada de Minas, contemplando um total de 1.981 pessoas. Além disso, outros sete setores censitários foram considerados por situarem-se na rota hidrográfica de um eventual rompimento de barragem de mineração até o limite da cidade de Dom Joaquim, contemplando também os setores urbanos banhados pelo rio Santo Antônio, num total de 2.989 habitantes. Os dados gerais do perfil racial para o conjunto dos municípios são expressos na tabela como parâmetro de comparação.

As áreas mais próximas ao empreendimento da Anglo American se destacaram pelo alto grau de auto-identificação da população como não-branca, com índices superiores às médias municipais. Dentre a população situada no mesmo setor censitário (311750435000002) do empreendimento de mineração - que inclui principalmente as comunidades de Água Quente, Beco, Turco, Sapo e Cabeceira do Turco, na zona rural do distrito de São Sebastião do Bom Sucesso, em Conceição do Mato Dentro - 89,6% da população se auto-declara como não branca, sendo a ampla maioria como pardos e negros. No setor 310240710000002, que contempla parte da área da barragem de rejeitos e, sobretudo, onde estão as comunidades Taporoco e Serra de São José, em Alvorada de Minas, 94,2% se considera não branca.

Seguindo as áreas mais próximas ao empreendimento, destacamos que a população da vila de São Sebastião do Bom Sucesso (setor 311750435000001), em Conceição do Mato Dentro, se declarou em 85,6% dos casos como não branca; enquanto em Alvorada de Minas, no setor censitário 310240710000003, que contempla as comunidades de São José do Jassém, Jassém, Passa Sete, Teodoro e São José do Arruda, 96,5% se identificaram como não-branca.

Considerando também o reverso da montanha onde está o empreendimento, contemplando a vila de Córrego (311750415000001) e sua zona rural (311750415000002), no município de Conceição do Mato Dentro, onde estão localizadas as comunidades de Gondó e Córrego do Palmital, a proporção de não-brancos supera a média municipal, sendo respectivamente 77,2% e 76,1%.

Sendo assim, do total de 1.981 habitantes que residem próximos ao empreendimento, 89% se auto-definem como não-brancos. Para fins de comparação, no município de Conceição do Mato Dentro 76,6% se identificam como não brancos e em Alvorada de Minas 90%. Deste modo, identificamos que há uma predominância de população não-branca em todos os recortes apresentados, significando que são e serão as populações negras as mais impactadas pelo empreendimento. Todavia, nas pequenas vilas e nas zonas rurais dos municípios a proporção de negros é ainda maior que na sede municipal.

Na análise dos setores censitários ao longo dos cursos dos rios para onde o fluxo hídrico da barragem de rejeitos converge foi contemplado parte do município de Dom Joaquim, sem desconsiderar, obviamente, as primeiras comunidades atingidas no caso de rompimento: Passa

Sete, Água Quente e São José do Jassém, contidas nos primeiros setores analisados anteriormente. Nos distritos rurais de Dom Joaquim a população não branca se apresenta em percentuais mais elevados que o restante da população, sendo 88,1% e 85% nos diferentes setores censitários (312260305000004 e 312260305000007). Na área urbana de Dom Joaquim a média chega a 75,8% de população não branca, mas há variações entre os setores censitários. Dois setores ficaram abaixo da média municipal de 79,2%. O restante chegou a percentuais próximos e superiores a 80%. Ainda nesta condição, ressalta-se que no conjunto dos atingidos no urbano e no rural em Dom Joaquim 77,2% seriam não brancos, o que reforça mais uma vez a **característica racial predominantemente negra dos atingidos por este empreendimento**.

Com base em Herculano e Pacheco (2006) consideremos racismo ambiental as situações quando se constata uma carga desproporcional de riscos e efeitos socioambientais sobre os grupos étnicos em situação de maior vulnerabilidade, não configurados apenas por meio de ações com intenção, mas igualmente por meio de atos independente da intencionalidade. Igualmente nos apoiamos em Bullard (2005) que segue o mesmo argumento definidor da noção de racismo ambiental, ampliando-a a qualquer política, prática ou diretiva pública ou privada “que afete ou prejudique, de formas diferentes, voluntária ou involuntariamente, pessoas, grupos ou comunidades por motivos de raça ou cor” impondo altos custos a estes grupos específicos.

A partir do citado referencial teórico e tendo em vista os dados apresentados para cada setor censitário e constatando um perfil étnico-racial percentual total médio de 82% de população não branca no conjunto dos setores censitários atingidos pelo empreendimento, podemos afirmar que são e serão em maior parte as populações não brancas e, em especial, os grupos negros rurais que vêm sofrendo e sofrerão com os impactos do empreendimento e sua postergação.

São essas comunidades predominantemente negras e rurais que se encontram em condição de maior risco de sofrerem algum tipo de tragédia decorrente do rompimento da barragem de rejeitos, que pretende ser ampliada na atual fase de licenciamento ambiental do empreendimento mineral, elevando o grau de violência em um eventual desastre.

Os elementos dos impactos sociais e ambientais trazidos na PARTE I deste estudo preliminar, relacionados à predominância de comunidades quilombolas e tradicionais (negras rurais) na região, somados aos dados deste Capítulo - que constata a partir de dados censitários a predominância de população negra -, levam a concluir, ainda que em forma de indício, que a empresa Anglo American e o Estado, cometem prática de racismo ambiental decorrente de atos de omissão e ações intencionais ou casuais contra grupos excluídos, subvalorizados e silenciados no bojo da sociedade brasileira.

Tabela 02: População por Definição de Cor/Raça nos Setores Censitários no Entorno do Complexo Minerário Minas-Rio (2010)

Setor Censitário	Município	Distrito	Tipo de Ocupação	População	Branco Nº absoluto - %	Preto Nº absoluto - %	Amarelo Nº absoluto - %	Pardo Nº absoluto - %	Indígena Nº absoluto - %	Não Branca %
311750435000001	Conceição do Mato Dentro	São Sebastião do Bom Sucesso	Vila	97	14 - 14,4%	10 - 10,3%	0 - 0,0%	73 - 75,3%	0 - 0,0%	85,6%
311750435000002	Conceição do Mato Dentro	São Sebastião do Bom Sucesso	Zona Rural	614	64 - 10,4%	121 - 19,7%	3 - 0,5%	426 - 69,4%	0 - 0,0%	89,6%
311750415000001	Conceição do Mato Dentro	Córrego	Vila	294	67 - 22,8%	41 - 13,9%	0 - 0,0%	185 - 62,9%	1 - 0,3%	77,2%
311750415000002	Conceição do Mato Dentro	Córrego	Zona Rural	138	33 - 23,9%	4 - 2,9%	0 - 0,0%	101 - 73,2%	0 - 0,0%	76,1%
Total Populacional dos Setores Atingidos de Conceição do Mato Dentro				1.143	178 - 15,6%	176 - 15,4%	3 - 0,3%	785 - 68,7%	1 - 0,1%	84,5%
Município	Conceição do Mato Dentro	Total municipal	Urb e Rural	17.908	4169 - 23,3%	2363 - 13,2%	152 - 0,8%	11.184 - 62,5%	40 - 0,2%	76,6%
310240710000002	Alvorada de Minas	Itapinhoacanga	Zona Rural	442	26 - 5,9%	7 - 1,6%	0 - 0,0%	407 - 92,1%	2 - 0,5%	94,2%
310240710000003	Alvorada de Minas	Itapinhoacanga	Zona Rural	396	14 - 3,5%	45 - 11,4%	1 - 0,3%	336 - 84,8%	0 - 0,0%	96,5%
Total Populacional dos Setores Atingidos de Alvorada de Minas				838	40 - 4,8%	52 - 6,2%	1 - 0,1%	743 - 88,7%	2 - 0,2%	95,2%
Município	Alvorada de Minas	Total Municipal	Urb e Rural	3.546	308 - 8,7%	190 - 5,4%	43 - 1,2%	3.002 - 84,7%	3 - 0,1%	91,3%
Total Populacional dos Setores Atingidos Próximo a Empreendimento				1.981	218 - 11,0%	228 - 11,5%	4 - 0,2%	1.528 - 77,1%	3 - 0,2%	89,0%
312260305000007	Dom Joaquim		Zona Rural	100	15 - 15,0%	8 - 8,0%	0 - 0,0%	77 - 77,0%	0 - 0,0%	85,0
312260305000004	Dom Joaquim		Zona Rural	269	32 - 11,9%	24 - 8,9%	0 - 0,0%	213 - 79,2%	0 - 0,0%	88,1
312260305000001	Dom Joaquim		Urbana	539	145 - 26,9%	42 - 7,8%	4 - 0,7%	348 - 64,6%	0 - 0,0%	73,7
312260305000002	Dom Joaquim		Urbana	771	156 - 20,2%	85 - 11,0%	13 - 1,7%	517 - 67,1%	0 - 0,0%	79,8
312260305000003	Dom Joaquim		Urbana	378	69 - 18,3%	36 - 9,5%	6 - 1,6%	262 - 69,3%	5 - 1,3%	81,7
312260305000008	Dom Joaquim		Urbana	330	153 - 46,4%	2 - 0,6%	1 - 0,3%	174 - 52,7%	0 - 0,0%	53,6
312260305000009	Dom Joaquim		Urbana	602	111 - 18,4%	101 - 16,8%	0 - 0,0%	390 - 64,8%	0 - 0,0%	81,6
Total de Setores Atingidos em Dom Joaquim				2.989	681 - 22,8%	298 - 10,0%	24 - 0,8%	1.981 - 66,3%	5 - 0,2%	77,2
Município	Dom Joaquim	Total Municipal	Urb e Rural	4.535	942 - 20,8%	561 - 12,4%	33 - 0,7%	2.994 - 66,0%	5 - 0,1%	79,2
Total Populacional dos Setores Atingidos				4.970	899 - 18,1%	526 - 10,6%	28 - 0,6%	3.509 - 70,6%	8 - 0,2%	82,0

Fonte: IBGE (2010)

Parte III

Situações vivenciadas por algumas das comunidades atingidas pelo empreendimento Minas-Rio

A implantação de grandes projetos extrativistas resulta de ações políticas apoiadas na noção de desenvolvimento, o que gera um efeito de sentido que confere, a esses projetos, uma aura de inexorabilidade (SACHS, 2000, ZHOURI et al, 2013). Os grandes empreendimentos minerários causam uma transformação massiva e acelerada da paisagem, que priva as populações afetadas de intervirem em determinadas decisões (GELLERT e LYNCH, 2004). Consta-se o deslocamento forçado das pessoas que vivem no entorno desses empreendimentos. Compreendido, via de regra, apenas como um deslocamento físico - a expulsão de populações para outras áreas geográficas -, propomos, aqui, o entendimento desse fenômeno (o deslocamento) como um efeito social que pode assumir uma multiplicidade de configurações, perpassadas lógicas subjacentes de controle populacional e territorial (FELDMAN et al, 2004, ZHOURI et al, 2013).

Coletividades podem estar sujeitas a um deslocamento permanecendo no local (deslocamento *in situ*), ao vivenciarem transformações que lhes são impostas por intervenções exteriores, e que reconfiguram suas posições econômicas e sociais, implicando em novas condições de vulnerabilidade, insegurança e empobrecimento, tendo seus recursos e formas de reprodução social comprometidos (ZHOURI et al, 2013). Trata-se de efeitos da implantação e da operação de grandes projetos relacionados a processos de inclusão e exclusão, em que as pessoas perdem acesso a recursos naturais e materiais, à moradia, segurança, a redes de solidariedade, confiança e parentesco; ou seja, perdem o acesso e o controle sobre suas condições de existência e de reprodução material, social e cultural (FELDMAN, et al, 2004, ZHOURI et al, 2013). Assim, podemos pensar o deslocamento como inerente aos megaprojetos, e refletir sobre como ele se produz (GELLERT e LYNCH, 2014).

O caso do empreendimento Minas-Rio, cuja implantação deflagrou um dos maiores conflitos ambientais de Minas Gerais, redundou em efeitos sociais, culturais e ambientais irreversíveis, que ameaçam os modos de vida de diversas comunidades com profundo lastro histórico na região e

fortes elementos de tradicionalidade (GESTA/UFMG, 2016)⁶⁶.

A região das Serras do Sapo e Ferrugem, onde se localiza o complexo minerário do empreendimento, na porção meridional do Espinhaço é caracterizada historicamente pela conformação de um campesinato livre, com presença significativa de população negra, que se articulou à constituição de grandes propriedades rurais (SANTOS, FERREIRA & PENNA, 2017). Ressalta-se, nessas comunidades, a presença de regimes possessórios complexos, incluindo sistemas de posse ou uso comum da terra (ALMEIDA, 1989) e relações de parceria com fazendeiros locais; um cotidiano doméstico caracterizado pelas atividades de produção, como o cultivo de hortas e quintais, plantios de roças em regime de parceria, criação de animais, produção de queijos, doces e quitandas; acesso a recursos naturais regulado costumeiramente, em particular a água; relações marcadas por reciprocidade e laços de solidariedade, constituindo um modo de vida específico. Ressaltamos a importância de destacar como e onde vivem os moradores das comunidades que estão no entorno do empreendimento, como os comunitários estabelecem um universo de dons e obrigações recíprocas, de usos e direitos costumeiros, ou seja, a maneira pela qual eles estabelecem sentido, pensam, significam e produzem sua existência a partir de uma estrutura social (CARVALHOSA, 2016).

Consideram-se, neste trabalho, as concepções desenvolvidas por Carvalhosa (2016), que pensa a subsistência como dimensão para além de um sistema de produção, compreendendo obrigações recíprocas, lembranças e confraternizações vividas, além de uma resistência cotidiana no contexto da expropriação vivida pelos lavradores diante da mineração:

No caso dos lavradores de CMD, a resistência cotidiana se constrói por uma ética da subsistência através dos *movimentos* de roça que constituem as relações de obrigação entre vizinhos e amigos. Através de seus deslocamentos, se organizam sobre as terras locais para conciliar seus variados ciclos de produção de alimentos com as redes de obrigação estabelecidas com seus vizinhos e familiares. É na *luta*, na superação das adversidades que ocorre a obtenção da subsistência, que além das relações de obrigação, envolve as confraternizações, as lembranças dos sons da roça e do frio com as poucas roupas e calçados, que os lavradores constroem o que denominam como a *vida na roça* (CARVALHOSA, 2016, p. 36).

Durante o processo de licenciamento ambiental do empreendimento Minas-Rio, a definição de quem seriam os atingidos - definição de extrema importância, que desencadeou inúmeros desdobramentos no âmbito das decisões estatais – foi arbitrária e restritiva com a Área Diretamente Afetada (das Etapas 1, 2 e 3) sendo determinada por um forte viés territorial-patrimonialista, limitando-se apenas às exigências locacionais das estruturas do empreendimento. Disso decorreu a invisibilização e a desconsideração de grande parte do universo de comunidades atingidas na região⁶⁷. Durante o processo de licenciamento, estudos e vistorias citaram os impactos vivenciados por moradores de outras comunidades, como

66 Mapa dos Conflitos Ambientais em Minas Gerais, disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=549>

67 As comunidades Mumbuca/Água Santa e Ferrugem foram as únicas comunidades oficialmente reconhecidas como “diretamente afetadas”, pelo fato de se encontrarem situadas em áreas onde foram implantadas algumas das principais estruturas do complexo minerário, a barragem e a cava da mina, respectivamente.

Gondó, São Sebastião do Bom Sucesso (Sapo), Água Quente, Córrego Passa Sete, Cabeceira do Turco, Turco, São José da Ilha, São José do Jassém, Beco. Os danos e transtornos causados aos moradores dessas não foram, entretanto, considerados como “suficientes” para subsidiar o reconhecimento dos atingidos e seus direitos.



Figura 07: Camiseta utilizada por lideranças comunitárias e locais
Fonte: Acervo GESTA/UFMG

Pretendemos, nesta Parte III, apresentar a história, as relações sociais, de trabalho, relações com a terra, as condições de produção e reprodução de um modo de vida específico das comunidades dessa região (Capítulo 7); bem como os efeitos e transformações aos quais os moradores das comunidades do Turco, Cabeceira do Turco, Beco e Gondó (Capítulo 8); Água Quente, Passa Sete e São José do Jassém (Capítulo 9) estão sujeitos em consequência da instalação do empreendimento Minas-Rio na área rural de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas. Dado o caráter preliminar deste estudo, optou-se por se trabalhar, primordialmente, com dados disponíveis em um conjunto já significativo de estudos existentes sobre as comunidades rurais da região e a inserção do empreendimento Minas-Rio. Trata-se de estudos elaborados no âmbito do licenciamento (DIVERSUS, 2008 e 2011; MPF, 2009; GESTA/UFMG, 2014), além de monografias, dissertações e

artigos acadêmicos (TORRES, 2014; MOURA, 2014; FERREIRA, 2015; LEITE, 2017; CARVALHOSA, 2016; ANTONIETTI, 2017; PRATES, 2017; BITTENCOURT, 2017).

Observações produzidas em trabalhos de campo realizados por pesquisadores e bolsistas do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG), entre os anos de 2012 e 2017⁶⁸, também compõem uma importante fonte de dados. A existência de dados produzidos em relação primária de pesquisa norteou, metodologicamente, a composição das caracterizações inseridas neste capítulo. Não obstante, um único trabalho de campo, de amplitude restrita⁶⁹, foi realizado com a finalidade específica de levantar informações para este parecer.

Trabalhar com dados previamente delimitados implica em restrições espaço-temporais que devem ser consideradas. Em primeiro lugar, há que se lidar com conjuntos desiguais de informações, tanto em termos do acúmulo de conhecimento existente acerca de cada uma dessas comunidades, quanto em termos das cronologias das situações de pesquisa – elemento fundamental, tendo em vista a inescapável dimensão contextual do conhecimento produzido.

Nesse sentido, é preciso destacar que há um maior acúmulo de produções científicas acerca das três comunidades situadas a jusante da barragem de rejeitos, na área de autossalvamento – Passa Sete, Água Quente e Jassém (ZHOURI, 2014; TORRES, 2014; MARTINS, 2014; ANTONIETTI, 2017; PRATES, 2017). Em larga medida, esse acúmulo reflete uma trajetória mais longa de contato dessas comunidades com atividades de pesquisa/extensão desenvolvidas por pesquisadores associados ao GESTA/UFMG na região, que incluem recentes incursões a campo (janeiro/abril/julho/agosto/setembro 2017)⁷⁰. Isso contrasta com dados produzidos em trabalhos de campo mais pontuais e circunscritos, como os realizados nas comunidades de Turco e Cabeceira do Turco (2014, 2015 e 2016), Beco (2014 e 2016), e Gondó (2016).

Complexifica esse quadro geral o fato de que, em momentos distintos do processo de licenciamento, famílias e comunidades desenvolveram políticas, formas de ação e posições diferenciadas perante a empresa. Ao longo dos anos, moradores das comunidades do entorno têm alternado participações em movimentos de resistência à mineração de âmbito regional e nacional,

68 Trata-se de atividades desenvolvidas no âmbito do programa “Observatório dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais” e do projeto “Poder, Território e Conflito: processos de territorialização e mineração em Conceição do Mato Dentro (MG)”, que compreenderam: acompanhamento, observação e participação em reuniões e audiências públicas, incursões e trabalhos de campo em comunidades da região, com a realização de observação participante e entrevistas semi-estruturadas; realização de oficinas participativas; elaboração de pareceres técnicos-científicos; relatórios de pesquisa, monografias e artigos científicos. Nesse sentido, destacamos as seguintes incursões de campo realizadas através do projeto supramencionado: Turco e Cabeceira do Turco (março e abril de 2015; maio, julho, agosto, setembro e novembro de 2016; setembro de 2017); Jassém (julho, agosto e novembro de 2016; janeiro, maio, junho e setembro de 2017); São Sebastião do Bom Sucesso (abril de 2015 e novembro de 2016); Passa Sete e Água Quente (julho, agosto, setembro e novembro de 2016; janeiro, maio, junho, agosto e setembro de 2017); Gondó (novembro de 2016); Beco (novembro de 2016). Em relação à produção, destacamos: PRATES, 2014; ZHOURI, 2014; SANTOS, 2014; TORRES, 2014; MOURA, 2014; FERREIRA, 2015; ZUCARELLI & SANTOS, 2016; COSTA, 2016; ANTONIETTI, 2017; SANTOS, FERREIRA & PENA, 2017; SANTOS, FERREIRA & PENA, 2018.

69 Nas comunidades de Jassém, Água Quente e Passa Sete, no período de 29/08/2017 a 08/09/2017.

70 Voltadas para a construção de cartografias coletivas (oficina, rodas de conversa, coleta e checagem de pontos GPS); acompanhamento e participação em oficinas, reuniões, audiências públicas; realização de entrevistas.

com intensidade e frequência variáveis⁷¹. Por sua vez, o denominado “Comitê de Convivência”⁷², criado pela Anglo American em 2017, abrangendo as comunidades do Sapó, Turco, Cabeceira do Turco e Beco, implica em uma mudança recente no cenário local, cuja análise, necessária do ponto de vista de suas implicações para o processo de licenciamento em curso, não está contemplada neste parecer preliminar.

Tais considerações levam a enfatizar que as caracterizações apresentadas a seguir não se pretendem exaustivas. Elas não devem ser tomadas como enquadramentos definitivos, seja: a) para a área ou conjunto de comunidades afetadas pelo Minas-Rio; b) para as memórias e narrativas locais – cujas dinâmicas, vivas, se inscrevem em posicionamentos atuais e projetos de futuro; ou, c) para as reivindicações de famílias e comunidades no contexto das relações, diferenciadas, que elas mantêm com a Anglo American. Não obstante, compreendem dados substantivos que, tomados em conjunto, indicam processos objetivos de transformações territoriais, ambientais, econômicas e sociais por que passam as comunidades situadas no entorno do Minas-Rio, implicando em sofrimento social (FERREIRA, 2015), perdas diversas, vulnerabilização e comprometimento das condições de reprodução física e cultural.

CAPÍTULO 7

HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

As comunidades rurais que estão situadas no entorno do empreendimento Minas-Rio apresentam características marcantes quanto à sua constituição e formas de ocupação territorial. As comunidades aqui retratadas, situadas na região do Médio Espinhaço, nos municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, têm uma presença antiga na região.

71 Destacamos, a partir de Bebbington (2007), a complexidade das configurações que os movimentos ambientais contemporâneos têm assumido, conformando, por vezes, constelações de atores heterogêneas e fluidas, que ele propõe compreender como processos de ação coletiva que se apresentam de forma difusa ou mesmo intermitente no espaço e no tempo, mas que se sustentam temporalmente por conjuntos de ações e atores motivados por um sentido de justiça (p. 68). Junto com Santos, Ferreira e Penna (2018, p. 189), concordamos que esse entendimento “ilumina (...) a conformação de um movimento de resistência à mineração em Conceição do Mato Dentro, que, desde os anos iniciais do licenciamento, tem congregado, em momentos distintos, conjuntos heterogêneos de cidadãos deste e de municípios vizinhos, entre proprietários rurais, profissionais liberais, camponeses e trabalhadores rurais, além de ambientalistas, comunicadores, pesquisadores e estudantes de distintas universidades”.

72 A empresa afirma que o comitê foi criado para aprofundar o diálogo com as comunidades, tendo como objetivo a gestão participativa da convivência entre o empreendimento e as comunidades vizinhas (Relatório apresentado e protocolado pelo Ministério Público Estadual, em junho de 2017).

7.1. Histórico de ocupação

A região de Conceição do Mato Dentro e circunvizinhança foi ocupada, antes da colonização, por índios genericamente chamados Botocudos⁷³, os quais possuíam formas peculiares de se adaptarem às florestas densas tropicais (BECKER, 2009). O território desses povos se iniciava no alto da bacia do rio Santo Antônio, principal afluente do Rio Doce, e se estendia até o Espírito Santo.

Os bandeirantes, impulsionados pelas descobertas de metais preciosos em abundância nas margens dos rios, em 1701, partiram para o interior do *mato dentro*, saindo de Sabará em direção ao Serro Frio, e foi nesse percurso que os bandeirantes encontraram “pequenas jazidas de ouro no córrego Cuiabá, afluente do Rio Santo Antônio” (BECKER, 2009, p. 224). Próximo ao local foi erguida a igreja em homenagem a Nossa Senhora de Conceição, dando origem ao arraial da Conceição do Serro, posteriormente elavado à Vila. A exploração aurífera gerou um acelerado processo de conformação econômica e social, marcada pela presença de portugueses, africanos e brasileiros de diversas regiões, com um grande contingente populacional de negros e mestiços (SIMAN, 2015).

Cabe mencionar que em paralelo com a exploração mineral ocorriam outras atividades econômicas, como indústrias artesanais (ferro, tecidos, aguardente), produção agrícola para subsistência (milho, feijão e mandioca) e atividades pecuárias (SIMAN, 2015). Atividades agrícolas absorviam tanto os grandes proprietários e seus escravos, como também os forros e mestiços pobres (SIMAN, 2015).

No fim do século XVIII e no início do XIX, a decadência da exploração aurífera e diamantífera na região impôs às comarcas da Capitania de Minas Gerais transformações profundas nas dinâmicas econômicas e sociais. A mineração deixou de constituir a principal atividade econômica regional, e as atividades agrícolas, pecuárias e de comércio passaram a se destacar (SIMAN, 2015). Também no contexto de decadência da mineração, o Rio Doce voltou a interessar enquanto via de acesso ao litoral e potencial caminho para a expansão mercantil, tendo sido deflagrada, em 1808, a Guerra Justa contra os então chamados Botocudos (SIMAN, 2015).

Transformações continuaram ocorrendo na comarca de Serro Frio, a que pertencia a região, ao longo do século XIX. As migrações se intensificaram rumo aos sertões do rio Doce. A força do trabalho compulsório já não era dominante, o trabalho livre de negros e mestiços predominava (SIMAN, 2015). Assim, o município de Conceição volta-se para agricultura de subsistência e pecuária extensiva, porém isolada de mercados externos (BECKER, 2009).

No contexto da ocupação territorial da região, a partir da desintegração do sistema escravista, formou-se um *campesinato negro* composto por negros libertos ou fugitivos, que se constituíram como

73 O termo Botocudo constituiu uma designação genérica que se referia a vários grupos do tronco linguístico Macro-Gê, historicamente situados ao longo da Bacia do Rio Doce (como os Pojixá, Nakre-ehé, Miñajirum, Jiporók e Gutkrák, Krenak). Foram também conhecidos, historicamente, pelo nome Aimorés, dado pelos Tupis, e pelos etnônimos Grén ou Krén, que seriam termos autodesignativos, assim como o termo Borum - como se autodesignam os Krenak atuais, representantes dessa população, localizados em Minas Gerais (Instituto Socioambiental. Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil. Verbete Krenak. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Krenak>).

trabalhadores livres, como posseiros de glebas familiares ou “meeiros” de terras. Foi nesse período que os quilombos e as comunidades de trabalhadores livres se espalharam pelo espinhaço meridional (COSTA, 2017). Essas comunidades cultivavam milho, feijão, café, banana e cana-de-açúcar (com a qual produziam cachaça e rapadura), sistema produtivo que ainda pode ser encontrado.

7.2. Caracterização da região e comunidades rurais do entorno do empreendimento Minas-Rio

A região em tela é composta por fazendas destinadas à atividade agropecuária⁷⁴, que se entremeiam com terras tradicionalmente ocupadas por famílias de antiga presença local, que constituem comunidades diversas, algumas apresentando uma conformação mais rural, outras dispostas de uma estrutura um pouco mais urbanizada (algum comércio, escolas, posto de saúde), como as sedes dos distritos de São Sebastião do Bom Sucesso (Conceição do Mato Dentro), Itapanhoacanga, São José do Jassém (Alvorada de Minas) e São José da Ilha (Dom Joaquim).

Como demonstra Carvalhosa (2016), as terras ocupadas pelos agricultores da região se caracterizam por formas distintas de apropriação, que em geral não se excluem, podendo estar imbricadas nas atividades e movimentos de uma mesma família: terras de herança⁷⁵, cujo domínio é comum, oriundo de ocupações antigas, sendo seu uso compartilhado entre os membros de um grupo familiar estendido; terras compradas pelo agricultor após o casamento; e terras onde a posse decorre da concessão de um fazendeiro, podendo ser passadas de pai para filho ou adquiridas após o casamento. De acordo com a autora, as comunidades locais

São oriundas do arranjo de parentesco que herdaram entre grandes fazendeiros, africanos escravizados e trabalhadores livres que conseguiram a alforria e/ou uma porção de terra com o ouro encontrado nas minas. São, portanto, comunidades constituídas por um campesinato afrodescendente que se fixa relativamente a partir da agricultura de subsistência após as crises da mineração. Boa parte das famílias possui terras de herança, efeito da relativa ascendência social de seus ancestrais africanos pela exploração do ouro ou por alguma herança de terra de fazendeiros presentes em sua família. Outros moravam em fazendas a vida inteira, assim como seus pais e avós e poderiam ou não adquirir terras após o casamento. Em outras situações, quando era o caso, cresciam nas terras de herança familiar, que denominavam como terreno em comum e compravam um pequeno terreno ou sítio após o casamento, revezando seu cultivo entre ambas as terras (CARVALHOSA, 2016, p. 18/19).

74 De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, analisado pelo Núcleo Travessia e Cáritas Brasileira (2016), há, na região, uma presença significativa tanto da pecuária de corte, como da pecuária de leite. O gado de corte estaria presente, sobretudo, nos estabelecimentos agropecuários com agricultura não familiar, e o gado leiteiro estaria presente em ambos os tipos de estabelecimentos agropecuários (familiar e não familiar), desempenhando, segundo o estudo citado, um papel importante na agricultura familiar da região (NÚCLEO TRAVESSIA; CÁRITAS BRASILEIRA, 2016, p. 45 a 48).

75 Terras de herança, conforme define Almeida (2000, p. 147 e 154), abrangem domínios titulados, tornados espólios que permanecem indivisos, há várias gerações, sem que se proceda ao formal de partilha ou que seus títulos tenham sido revalidados através de inventários (que, consoantes disposições legais, teriam de ser realizados quando da morte do titular de direito, a fim de transmiti-los a seus herdeiros legítimos). Podem existir igualmente terras não tituladas, antigas posses familiares, com dinâmica semelhante.

Constituem, atualmente, comunidades formadas por um campesinato afrodescendente que se mantém a partir da agricultura em pequenas glebas, articulada a cultivos à “meia” ou à “terça” nas grandes fazendas (CARVALHOSA, 2016).

Bittencourt (2017), analisando os dados censitários do diagnóstico socioeconômico elaborado pela empresa de consultoria Diversus (2011), aponta que, das 418 residências⁷⁶ entrevistadas pela empresa de consultoria nas comunidades do entorno do empreendimento Minas-Rio, 230 desenvolviam, em 2011, algum tipo de produção agrícola - milho, feijão, arroz, mandioca, café, cana de açúcar e amendoim, sendo que esses dados não incluem a produção de hortas, pomares e quintais. Segundo o autor, apenas 10 dessas propriedades (5,65%) possuíam produção destinada exclusivamente para a venda. Em 145 residências (63,04%), a produção era destinada ao consumo doméstico, e em 63 (27,93%) comercializava-se o excedente. Em relação às hortaliças, 330 casas (78,95%) possuíam esse cultivo, sendo que em 322 destas (97,58%) a produção era destinada à subsistência. Para os pomares, os dados são semelhantes: em 320 residências (76,56%), os pomares eram desenvolvidos nos quintais dos produtores e as frutas eram utilizadas, em parte, para a produção de doces (58,44%) (DIVERSUS, 2011, apud BITTENCOURT, 2017).

O censo realizado pela Diversus entre 2010 e 2011 (DIVERSUS, 2011) abrange também dados sobre a pecuária e a criação de pequenos animais; por ora, queremos tão somente enfatizar o registro, então realizado, da forte presença, nas comunidades do entorno no empreendimento, de uma agricultura realizada em bases familiares, envolvendo formas diversificadas de acesso e uso da terra.

7.3. Movimentos de Roça e o sistema de produção

O sistema de produção das comunidades do entorno do complexo minerário é permeado pelo que Carvalhosa (2016, p. 15) define como “movimentos de roça”, categoria que, para além da atividade produtiva ‘per si’, representa uma rede moral de obrigações, e um saber fazer de técnicas de cultivo, da organização do tempo e dos espaços, expressivos da dignidade, do orgulho e da honra da vida na roça.

Como já dito, o plantio se alterna, muitas vezes, entre o cultivo nas terras de herança e arranjos complementares em regime de meia ou terça nas fazendas. Parte do sustento das famílias locais advém de cultivos que requerem preparos e manutenção singulares, e características específicas da terra. De acordo com a descrição de moradores da região, o preparo da terra, o ato de plantar, e a colheita, são regrados e definidos de acordo com períodos ao longo do ano, e também dependentes da disponibilidade de água.

76 Embora a Diversus (2011) tenha utilizado como unidade do censo a “residência” ou domicílio, é preciso ressaltar que o diagnóstico então elaborado não se valeu exclusivamente desse método de pesquisa, tendo sido associados, ao censo, métodos qualitativos como a realização de entrevistas em profundidade, a observação participante e grupos focais, além da pesquisa bibliográfica e documental (p. 15 a 36). Isso permitiu à equipe que elaborou o diagnóstico uma melhor aproximação à complexidade das relações sociais existentes e dos regimes territoriais vigentes na região, com o reconhecimento de tratar-se de uma região “predominantemente habitada por população tradicional ou famílias que ocupam a região a várias gerações” (p. 35), constituída por grupos camponeses majoritariamente negros (p. 49). Os próprios autores admitem que as categorias censitárias (como domicílio e propriedade) eram incapazes de captar toda a gama de relações territoriais existentes (DIVERSUS, 2011, p. 37; p. 49).

Carvalhosa (2016) apresenta um sistema que os moradores organizam sobre as terras locais para conciliar seus variados ciclos de produção de alimentos com as redes de obrigações. A partir das atividades de campo realizadas em 29 de agosto a 08 de setembro de 2017, uma moradora relatou ciclos de produção semelhantes aos descritos pela autora, principalmente os das roças. Segundo essa moradora, “cada mês tem a vida de uma coisa, a cultura da roça é todo dia”. Os ciclos estão descritos a seguir.

7.3.1. Ciclos da Roça

Os meses de abril, maio, junho, julho, agosto, são vistos como a “época mais parada”⁷⁷, quando a terra está “morta”, “parada” – pois não corresponde ao período de chuvas, mas sim a um tempo frio e seco. “Tempo de chuva é época boa”. A terra “viva” inicia-se em setembro, “é quando a terra começa a girar”, “começa a soltar o broto”, correspondente à chuva que começa a cair nesta época do ano - “são seis meses de terra girando e seis meses de terra parada” –, em maio a terra é considerada “madura”, sendo:

- ▶ Fevereiro: Início da colheita.
- ▶ Março: Bom para colheita
- ▶ Agosto (muito seco) e dezembro (muita chuva): meses pobres
- ▶ Setembro: mês rico (quando é bom para plantar)
- ▶ Novembro e dezembro: mês de capina
- ▶ Dezembro: menos variedade de alimento, maior dependência do arroz, macarrão e produtos do supermercado.

Nesse sentido, para a roça, a melhor época de plantar se inicia em setembro, com as águas, e vai até dezembro, “final do tempo das águas”. A “terra está viva, boa de plantar: milho, feijão, mandioca, arroz, cana”:

- ▶ Milho: planta-se em setembro/outubro, colhe-se após seis meses;
- ▶ Feijão: planta-se em março/abril, colhe-se em junho;

77 Os termos entre aspas correspondem a expressões utilizadas por moradores.

-
- ▶ Mandioca: planta-se em setembro e outubro, colhe-se após um a dois anos;
 - ▶ Arroz: planta-se em setembro e outubro, colhe-se em março e abril;
 - ▶ Café: planta-se no final de agosto;
 - ▶ Cana: planta-se em outubro/novembro/dezembro, pois tem que ser em terra mais molhada, colhe-se por volta de um ano.
 - ▶ Batata: planta-se em setembro, colhe-se em noventa dias;
 - ▶ Abóbora: planta-se em setembro/outubro, colhe-se em seis meses;
 - ▶ Batata doce: planta-se em setembro, colhe-se em março;
 - ▶ Inhamé: planta-se em agosto e setembro, colhe-se em março.

7.3.2. Ciclos da Horta

Para a horta, a melhor época de plantar corresponde aos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, até junho, quando a “terra [é] viva para horta”. Na época de junho a agosto, “a terra está morta” e “puxa os brotos”.

- ▶ Janeiro: inicia-se o cultivo de hortaliças; colhe-se após trinta dias (alface, couve e mostarda);
- ▶ Maio: início do cultivo de alho e cebola; colhe-se quatro meses depois, e são cultivos que necessitam de muita água para crescer;
- ▶ Março: planta-se repolho; colhe-se em junho, e também necessita de muita água;
- ▶ Setembro: as hortaliças produzem flores, “a terra devolve a semente para plantar de novo”.

Há, também, um ciclo dos quintais. Os meses de abril, maio e junho seriam os meses de colheita dos frutos das árvores frutíferas, a banana devendo ser colhida entre maio e julho, no tempo frio. Agosto/setembro conformaria o “tempo das flores”, com exceção das laranjeiras, cuja floração ocorre em abril, maio e junho.

CAPÍTULO 8

A SITUAÇÃO DAS COMUNIDADES NO ENTORNO DO EMPREENDIMENTO MINAS-RIO: TURCO E CABECEIRA DO TURCO, GONDÓ E BECO

Este Capítulo tem como principal objetivo caracterizar processos de mudança vivenciados por algumas das comunidades situadas no entorno do empreendimento Minas-Rio nos últimos anos, a saber: as Comunidades do Turco, Cabeceira do Turco e Beco, pertencentes ao Distrito de São João do Bom Sucesso; e Gondó, pertencente ao Distrito de Córregos, no município de Conceição do Mato Dentro.

8.1. Comunidades do Turco e Cabeceira do Turco

A região do Turco foi descrita, pelos moradores, como contendo três distintas localidades: a comunidade do Turco “propriamente dita”, situada à direita da MG-10 (sentido Conceição do Mato Dentro-Serro), a cerca de 20 quilômetros do núcleo urbano de Conceição, localidade com o principal e maior aglomerado de casas; a localidade chamada Cabeceira do Turco⁷⁸, com menor número de casas, situada em área contígua ao Turco; e a chamada “primeira Cabeceira do Turco” ou Cabeceira do Turco “propriamente dita”, situada no lado oposto da rodovia, em ponto mais próximo à cidade de Conceição, antes do entroncamento que vai para São Sebastião do Bom Sucesso, cujas terras, em 2014/2015, passavam por um processo de negociação que ocorria, segundo denúncia feita ao Ministério Público, ao largo do processo de licenciamento ambiental⁷⁹. Turco e Cabeceira do Turco⁸⁰ foram, por vezes, referidas como constituindo uma única comunidade; entretanto, a distinção entre ambas foi também, em outros contextos, enfatizada⁸¹. As duas comunidades somavam, em 2015, 77 casas, pouco mais de 20 localizadas

78 Essa localidade, contígua ao Turco, atualmente conhecida como Cabeceira do Turco, segundo informações dos moradores, era chamada de Córrego da Chácara até cerca de quinze anos atrás, quando o nome foi alterado em decorrência da instalação de luz elétrica.

79 Mapas contidos no Volume IV do EIA indicam ser esta a comunidade que o Estudo designa “Cabeceira do Turco”, sendo que as terras que então se encontravam em negociação, provavelmente incidiam na Área Diretamente Afetada do Projeto de Extensão da Mina do Sapo, tal como definida pelo EIA (FERREIRA ROCHA, 2015).

80 Aqui nos referimos à localidade contígua ao Turco.

81 A flutuação contextual quanto à afirmação de Turco e Cabeceira do Turco constituírem uma mesma comunidade, ou comunidades distintas, pode ter a ver com processos relacionados à própria mineração, como posicionamentos e estratégias distintas em relação a ações e propostas da Anglo American. Quanto à “Primeira” Cabeceira do Turco, não houve ênfase no que se refere à conformação de uma unidade política, sendo porém mencionada a existência de laços de parentesco entre moradores desta localidade, do Turco e de Cabeceira do Turco.

na Cabeceira do Turco⁸². A comunidade do Turco possui também uma igreja protestante da Congregação Cristã do Brasil, construída há aproximadamente 40 anos.

Segundo um dos residentes mais antigos do Turco, “no tempo do seu avô” (cerca de duas a três gerações) as terras eram livres, não possuíam donos⁸³, sendo habitadas por apenas três parentelas. Os descendentes desses grupos familiares, com o passar dos anos e vendo-se na necessidade eventual de apurarem renda, teriam vendido parte das terras.

Figura 08: Vista para a comunidade do Turco e Cabeceira do Turco – Março de 2015



Fonte: Acervo GESTA/UFMG

Ao relatarem suas memórias sobre as famílias e a comunidade, os moradores do Turco e Cabeceira do Turco revelam que era comum a prática de plantio em fazendas da região, além das pequenas plantações nas próprias terras. Os alimentos que não eram produzidos pelos próprios moradores eram comprados na cidade de Conceição. Em sistema de parceria, plantavam, principalmente, mandioca, milho, cana, café, feijão e arroz, e produziam rapadura, cachaça e polvilho. Segundo uma moradora antiga da comunidade, plantou-se por muito tempo “à terça” ou “à meia”⁸⁴, de acordo com as imposições dos grandes fazendeiros, de quem dependiam para o acesso à terra⁸⁵. Foram citadas as Fazendas ditas de Raimundo, de Lenilson, Fazenda Bom Sucesso, Fazenda Água Limpa, Fazenda do Dinarte, Fazenda de Bento Toti, Fazenda Jardim.

82 Dados que não incluem a “Primeira Cabeceira do Turco”.

83 Teriam constituído, ao que tudo indica, o que a literatura antropológica denomina de “terras de uso comum” (ALMEIDA, 2006).

84 “Naquela época, quando plantava, plantava meia, era metade para o dono e metade para o fazendeiro. E anos depois que o fazendeiro, entendeu de favorecer um pouco... porque, assim, já tava havendo... é ele é um fazendeiro, você também é, então você tava tomando eu dele... ‘Ah, não, (...) não planta com fulano não que ele vai te pegar metade, eu te pego só uma terça parte...’, aí ele assustava... sabia que eu tava lá na fazenda, pra ir pra sua... aí ele negociava, ‘eu também faço assim, fica aqui comigo, seu serviço dá certo aqui, eu também te faço a terça..’, nós tínhamos três partes” (Entrevista com morador do Turco, 09/05/2016).

85 “É, eu trabalhei na fazenda ***, trabalhei aqui na fazenda ***, que é onde meu pai trabalhava, fazia cachaça, queijo, tinha duzentas vacas paridas, você compreendeu? E lá, a gente ganhava muito pouquinho, mais pouco do que você imagina, porque, a gente não tinha preço naquela época, o trabalhador, não tinha valor, o valor era o proprietário que dava para a gente e tinha que aceitar, porque era a porta que tinha aberta” (Entrevista com morador do Turco, 09/05/2016).

A fabricação da grande quantidade de farinha e polvilho também foi lembrada pelos entrevistados. Era bastante comum vender farinha e polvilho para o mercado de Conceição do Mato Dentro. Ao longo do tempo, essa prática foi sendo reduzida.

Uma característica comum à região refere-se ao fato das fazendas, ao longo do tempo, desde a época em que trabalhavam mais de 50 trabalhadores, começarem a plantar capim tipo braquiária para criação de gado, o que implicou em uma diminuição das terras disponíveis para o plantio em parceria. Relatos apontam, porém, para um processo paralelo de fortalecimento de alguns moradores, que começaram a ter condições de estabelecer ou aumentar seus plantios em terras próprias.

8.1.1. Transformações locais após a chegada do empreendimento

Produção e Trabalho

Em anos mais recentes, os moradores referiram-se aos empregos surgidos já por ocasião da primeira fase de implantação das estruturas do Minas-Rio. Alguns moradores relativizaram, contudo, essa informação, dizendo já haver, nas comunidades, pessoas desempregadas após o “boom” dessa primeira fase de instalação.

Mas as mudanças recentes implicaram, sobretudo, em processos de perdas. A produção de polvilho se viu praticamente impossibilitada, devido à dificuldade de se fazer a secagem do polvilho - realizada ao ar livre -, decorrente da poeira produzida pelo maior trânsito nas estradas da região e pela operação da mina. Muitas das fazendas onde ainda se plantava e se produzia em regime de parceria foram, por seu turno, vendidas para a Anglo American, o que não só interrompeu relações que permaneciam vigentes, como passou a representar uma impossibilidade de renovarem o acesso a terras de trabalho, ainda quando considerassem necessário para o sustento familiar. Particularmente citada foi a diminuição do plantio de cana - e, conseqüentemente, da produção de rapadura e cachaça - devido à venda de fazendas que possuíam engenhos⁸⁶.

De acordo com os moradores entrevistados, podemos destacar várias formas tradicionais de lidar com a terra. Muitas famílias, no primeiro semestre de 2015⁸⁷, tiravam parte do seu sustento através da produção do próprio quintal; algumas famílias criavam gado e arrendavam terrenos para pastoreio⁸⁸. Os quintais dos sítios familiares possuíam diversas frutas, além de cana e milho. Muitos moradores também possuíam criação de galinhas. Sabe-se, entretanto, no que tange à produção, que a situação de algumas famílias visitadas em 2015, sobretudo na Cabeceira do Turco, agravou-se desde então.

86 Como a fazenda do Dinarte, em São Sebastião do Bom Sucesso, que produzia uma cachaça já tradicional na região.

87 Quando foram realizados os trabalhos de campo que deram base a esta breve descrição.

88 Apesar das dificuldades relatadas: os entrevistados contam que, muitas vezes, o gado passa para os terrenos das antigas fazendas, que hoje pertencem à mineradora, para pastar, e os moradores têm dificuldades de recuperá-lo, pois são proibidos de entrarem em terras de propriedade da empresa.

Sobre a Cabeceira do Turco se faz necessário, aqui, enfatizar a existência de estudo consistente e aprofundado, que descreve, de forma detida, os processos de perda vivenciados por famílias da comunidade desde a implantação de estruturas diversas do complexo Minas-Rio (POLOS DE CIDADANIA, 2016⁸⁹).

Esvaziamento do espaço social

A perda do contato com as famílias que residiam em outras comunidades ou no próprio Turco, e que saíram da região, também representou uma perda para os moradores do Turco e Cabeceira do Turco, pois havia uma rede de relações com outras comunidades, com trocas de mudas, de dias de trabalho, visitas de lazer. Desde que mudaram, muitos nunca mais se viram. Relatos deram conta de uma estreita relação com os moradores da comunidade Ferrugem, já retirada da região⁹⁰, e também com famílias da “Primeira Cabeceira do Turco”, lugar à época em processo de esvaziamento, devido a negociações fundiárias realizadas pela Anglo⁹¹.

Aliás, uma das preocupações de Turco e Cabeceira, em 2015, referia-se ao agravamento desse processo de esvaziamento do espaço social, relacionado, sobretudo, com uma possível retirada dos moradores de São Sebastião do Bom Sucesso (Sapo), decorrente da expansão da mina do Sapo. Como se menciona no EIA (Volume IV), as famílias no Turco e Cabeceira do Turco sofreriam os efeitos de uma futura realocação daquela comunidade, que centraliza vários serviços importantes para ambas as comunidades, como o posto de saúde, a escola e o cemitério. As dúvidas sobre o destino das comunidades e do distrito fizeram com que os comunitários tomassem decisões discrepantes no processo de negociação; alguns passaram a negociar “melhorias” individuais com a empresa, enquanto outros defendiam o reconhecimento de todos os impactos como coletivos, advogando o direito ao reassentamento.

Tremores e barulhos decorrentes da operação do empreendimento

Um dos principais problemas relatados no Turco e Cabeceira do Turco, em 2015, referia-se ao barulho e tremores advindos do funcionamento do mineroduto, iniciado em fins de 2014. Como consequência do funcionamento do mineroduto e da trepidação causada, várias casas passaram a ter trincas nas paredes. Os tremores e barulhos eram perceptíveis em várias partes da comunidade.

89 Ver, a respeito, os livros recém-lançados (2018), *Violações de Direitos e Danos ao Projeto de Vida no contexto da mineração e Violências de mercado e de Estado – no contexto do empreendimento minerário Minas-Rio Conceição do Mato Dentro – MG, 2015 e 2017*, ambos organizados por André Luiz Freitas Dias e Lucas Furiatti, e editados pela Editora Scienza.

90 “Essa turma da Ferrugem, que tava na serra ali, onde que tá hoje a mina lá, ali onde eles estão mexendo, e chegava até no comércio, pra lá do comércio. Aí a gente falava Serra da Ferrugem. Era uma comunidade também... que entrava muito em contato com o Turco porque trabalhava junto, entendeu? Um ajudava o outro também” (Morador do Turco, 09/05/2016).

91 Em setembro de 2017, segundo informações de moradores da Cabeceira do Turco, existiam três famílias residentes na Primeira Cabeceira. Faz-se necessário investigar como está/foi estabelecido o processo de negociação entre as famílias que saíram, e em quais condições elas estão vivendo.

Uma das moradoras do Turco relatou que já precisou se retirar de sua casa junto com a família por causa do incômodo causado pela operação do mineroduto: a trepidação era tanta, que ela pensou que a casa poderia desabar. A empresa instalou, em algumas residências, um aparelho para medir os tremores, porém alguns moradores acreditam que os aparelhos não foram colocados devidamente, pois foram instalados em bases de concreto, construídas especificamente para essa finalidade.

Figura 09: Aparelho colocado pela empresa para medir os tremores da trepidação causada pelo funcionamento do mineroduto.



Fonte: Acervo GESTA/UFMG

Figura 10: Caminho por onde passa o mineroduto na Comunidade do Turco



Fonte: Acervo GESTA/UFMG

Um perito contratado pela Anglo American em 2014 elaborou um laudo acerca das trincas geradas nas construções, mas os laudos atribuíram todas as trincas e rachaduras encontradas nas casas a problemas de construção das moradias, que não seguiriam os padrões estabelecidos pela engenharia civil. Os moradores revelaram que o perito não os consultou sobre quaisquer tipos de informação (quando as trincas apareceram, por exemplo), e que não tiveram explicações da equipe da empresa sobre as informações trazidas nos laudos e como eles foram elaborados⁹².

Água

Junto com os tremores, a escassez de água foi, em 2015, um dos principais problemas relatados pelos moradores. Indicavam a diminuição de vazão nos córregos e nascente

92 Em 2016, moradores relataram que a Anglo American providenciaria novos laudos, aos quais, entretanto, não tivemos acesso.

que abastece o Turco e Cabeceira do Turco, além da supressão de pelo menos uma nascente na Cabeceira do Turco, provocada pela construção do mineroduto. A principal nascente a abastecer essas comunidades se localiza na serra do Sapo, e deverá ser afetada pela expansão da mina⁹³.

Na Cabeceira do Turco existiam famílias que, em 2015, utilizavam poço artesiano, pois não era mais possível retirar a água diretamente da nascente; por isso, manter a produção de quitandas e hortas havia se tornado uma dificuldade. A água do poço artesiano era dividida entre quatro famílias. A instalação do poço artesiano foi feita pela própria empresa, os moradores relataram que nunca tinham ouvido explicação por parte dos funcionários sobre o funcionamento do poço, a manutenção era por conta dos próprios moradores. A água do poço vinha do córrego da Vítá (cuja cabeceira encontra-se em um terreno da Anglo). Há uma bomba nesse poço, o valor da conta de luz havia aumentado nas residências dessas famílias e a empresa não pagava por esse aumento, os próprios comunitários arcavam com o valor. A conta de luz da casa de uma moradora da Cabeceira do Turco havia aumentado de 30,00 para 50,00 reais, e a água era usada para o banho, lavar louças e roupas. Essa água não era utilizada para consumo desde pelo menos 2014, e a Anglo American abastecia as famílias com água mineral. Além disso, a moradora também contou que perdera o seu tanque de peixes, devido à falta de água. A venda de peixes era parte do sustento da família.

Em trabalho de campo realizado em agosto de 2016, bolsistas do GESTA/UFMG fizeram uma breve visita a uma pequena localidade situada na divisa entre Cabeceira do Turco e Água Quente. Nesse lugar, pelo menos quatro famílias residiam no entorno no mineroduto, em situação precária em relação à água. O córrego que passa pela área, conhecido como Cipó, está assoreado e contaminado, e a nascente que abastecia as famílias secou. As quatro famílias necessitavam da água do córrego para consumo e também para utilizar nas plantações. As casas possuíam rachaduras, atribuídas pelos moradores aos tremores do mineroduto.

Figura 11: Córrego contaminado na divisa da comunidade do Turco e Água Quente. Agosto de 2016.



Fonte: Acervo GESTA/UFMG

93 Segundo relatos de um morador da Cabeceira do Turco, a Estação de Tratamento de Água de São Sebastião do Bom Sucesso, que em 2015 estava passando por trabalhos de manutenção, deveria atender também às comunidades de Turco e Cabeceira do Turco, segundo acordo feito entre a Anglo American e Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro. Entretanto, naquele ano, de acordo com equipe da Secretaria de Estado e Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania - SEDPAC, o engenheiro responsável pela estação, funcionário de uma firma terceirizada contratada pela Anglo, teria informado in loco que já não havia “água suficiente para encher as duas caixas, uma de 10.000 (dez mil) e outra de 15.000 (quinze mil) litros (...) [tendo sido necessária a] estratégia de fechar o registro da caixa maior para que a outra [pudesse] encher”, estando em estudo a possibilidade de estabelecer outro local para captação da água (SEDPAC, Nota técnica nº175/2015, 2015, p.7). Além disso, a Nota Técnica nº 175/2015 também informava que “o serviço de tratamento de água estava desativado e por isso tanques utilizados apresentaram trincas e [estavam] sendo restaurados”. Ainda de acordo com o relatório da Secretaria, a estação teria “pretensões de atender somente a comunidade do Sapo”.

Figura 12: Segundo o morador, local onde está localizada a plantação era o local onde passava o Córrego Cipó. Agosto de 2016.



Fonte: Acervo GESTA/UFMG

Figura 13: Água contaminada do Córrego Cipó. Agosto de 2016



Fonte: Acervo GESTA/UFMG

Figura 14: Parte do córrego que secou, onde os animais utilizavam para beber água. Agosto de 2016.



Fonte: Acervo GESTA/UFMG

Figura 15: Parte do córrego que secou, onde os animais utilizavam para beber água. Agosto de 2016.



Fonte: Acervo GESTA/UFMG

Figura 16: Local onde se encontrava uma nascente. Agosto de 2016.



Fonte: Acervo GESTA/UFMG

8.2. Comunidade do Beco

No início do processo de licenciamento ambiental, informações de que havia comunidades tradicionais constituídas por famílias afrodescendentes, na região de inserção do Projeto Minas-Rio, ensejaram, ainda na fase da Licença Prévia, uma solicitação de estudos complementares, que deveriam abranger comunidades negras situadas na Área Diretamente Afetada- ADA e na Área de Influência Direta - AID, em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas (MPF, 2009). A solicitação deu origem ao estudo “Comunidades Negras Rurais em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas – Caracterização Preliminar”, elaborado pela empresa de consultoria DIVERSUS (2008).

A comunidade do Beco, localizada próximo ao Córrego Pereira, rio do Salvina (também conhecido como rio do Beco) e rio da Onça, foi apresentada nesse estudo como habitada por parentelas constituídas predominantemente por famílias negras, formando assim uma comunidade negra rural com características tradicionais (DIVERSUS, 2008). Os relatos referentes aos primeiros moradores remontam a ocupação a um período anterior à Abolição, havendo menções a antigas fazendas e a antepassados de famílias da comunidade que teriam vivido sob a condição de escravizados (DIVERSUS, 2008; MPF, 2009). Parte da família Rodrigues, que constitui uma parentela de ascendência afrobrasileira de presença antiga na região, reside no Beco. O primeiro cruzeiro do Beco teria sido construído por gerações antigas dessa família (MPF, 2009).

De acordo com o relatório de 2008, cada núcleo familiar se caracterizava, quanto à sua ocupação territorial, como detentor de posse e domínio de determinada área, e a maioria dos moradores possuía título da terra ⁹⁴(DIVERSUS, 2008, p. 24). Os registros disponíveis para o final da década de 2010 indicam que os moradores do Beco cultivavam, então, milho, mandioca, batata e feijão, no sistema de meia com fazendeiros da região. Alguns moradores também possuíam criações de gado, porcos e galinhas, além de fabricarem e comercializarem queijo. Nos quintais das casas, plantavam frutas, hortaliças, café e inhame. A produção era voltada tanto para o consumo das unidades domésticas como para a venda no mercado de Conceição do Mato Dentro, ao qual eram destinados sobretudo doces, quitandas (biscoitos, rosquinhas), farinha de mandioca, fubá, fubá de moinho d'água, mandioca, cachaça e queijo (MPF, 2009).

A fabricação de cachaça constituiu atividade importante e tradicional para um grupo familiar da comunidade. Em 2016, um representante desse grupo, de idade já madura, rememorou o auxílio prestado ao pai, desde os seus 15 anos, no cultivo da cana. “Tudo o que foi construído aqui”, afirmou, “foi com o dinheiro da cana”.

8.2.1. Transformações locais após chegada do empreendimento

Em 2016, moradores evidenciaram um profundo descontentamento com as atividades da empresa e com a negligência do Estado. Mencionaram um esvaziamento da região, principalmente após a saída dos moradores da Cachoeira⁹⁵.

Os dados populacionais produzidos pela Diversus em 2008 apontaram a existência de quarenta casas no principal núcleo da comunidade, além de sete residências no Buracão e quatro no Quatis, localidades inseridas no raio de abrangência da comunidade (DIVERSUS, 2008, p. 21). Em 2011, dados produzidos pela mesma empresa de consultoria indicaram vinte e oito residências no Beco e quatro no Quatis (DIVERSUS, 2011, p. 47/48). Torna-se difícil, entretanto, avaliar os fatores efetivos dessa variação, uma vez que as áreas de abrangência consideradas podem não ter sido as mesmas em ambos os estudos⁹⁶.

94 O que não elimina a possibilidade desses terrenos, ou parte deles, estarem imersos em regimes fundiários mais dinâmicos e complexos, como as “terras no bolo da família”.

95 Localidade situada entre as comunidades do Beco e da Água Quente. Em 2014, logo após a concessão da Licença de Operação da mina (Etapa1), algumas famílias da Cachoeira foram caracterizadas, em estudo elaborado pela empresa de consultoria Diversus (2014), como “famílias a serem reassentadas”, devido aos impactos decorrentes da mineração. Na sequência do licenciamento, foram incluídas no Programa de Negociação Fundiária. Devido a essa decisão, quatro famílias foram retiradas da Cachoeira, entre 2015 e 2017.

96 O mesmo pode ser dito quanto ao Estudo de Impacto Ambiental do Projeto de Extensão da Mina do Sapo, que indicou a existência de apenas dezesseis domicílios ocupados na comunidade do Beco, no momento de realização da pesquisa, 2014 (EIA, Vol. IV, p. 13). Embora o GESTA/UFMG não tenha produzido um censo específico dessa comunidade, esse número parece estar subavaliado. Como apontado no Capítulo 4, há uma imprecisão quanto às áreas territoriais efetivamente abarcadas pelos dados revelados no diagnóstico socioeconômico contido no EIA acerca das comunidades situadas no entorno do complexo minerário.

Água

A água – que antes corria em abundância e era utilizada para diversos fins, como lazer, uso doméstico, horta, moinho e dessedentação de animais – constituiu o foco de um dos principais problemas relatados por moradores do Beco nos últimos anos (2014, 2016): “onde acontece a mineração”, secundou um morador em novembro de 2016, “tudo vira deserto”.

No ano de 2014, em visita à comunidade, a equipe do GESTA/UFMG coletou relatos de nascentes e poços artesianos que haviam secado, ou cujo nível encontrava-se bastante rebaixado (GESTA/UFMG, 2014b, p. 33 a 36). A fotografia reproduzida na página seguinte, tirada em outubro daquele ano, tentou registrar, de forma aproximada, as informações repassadas por um antigo morador acerca do desaparecimento de uma das nascentes da comunidade. O processo de desaparecimento não ocorreu de uma hora para outra, e, portanto, dificilmente poderia ser atribuído de forma exclusiva à severa estiagem que caracterizara o ano de 2013, conforme argumentos acionados em 2014⁹⁷.

Figura 17: Área, seca, do remanso formado pela nascente retratada na sequência.



Fonte: GESTA/UFMG, 2014b, p. 34.

97 Durante o ano de 2014, o argumento da ocorrência de “severas estiagens” foi utilizado em diversos fóruns do licenciamento como uma explicação para a diminuição da vazão de córregos e nascentes no entorno do Minas-Rio, fenômeno que vinha sendo denunciado por moradores de várias comunidades. Exemplos desse argumento podem ser encontrados no estudo apresentado pela empresa Diversus naquele ano (DIVERSUS, 2014).

Figura 18: Vista panorâmica da área de uma nascente que secou na comunidade do Beco. Acervo GESTA/UFMG.



Fonte: GESTA/UFMG, 2014b, p. 35.

Segundo a descrição elaborada em 2014:

A primeira seta indica a localização ordinária da nascente, antes do empreendimento. Por volta de 2009, a nascente diminuiu drasticamente em um período de seca, e reapareceu já em outro local, abaixo do anterior (segunda seta); havia perdido cerca de 30% de sua vazão original. A terceira seta indica o remanso formado por parte das águas dessa nascente, que possuía múltiplos usos, sendo importante inclusive para a dessedentação de animais. O fluxo principal seguia a calha, passando pelo quintal de uma casa, à qual abastecia, se juntando, em um segundo quintal, a uma outra fonte, de onde seguia abastecendo outras famílias. Para o morador, desde a chegada da mineração muitos presentiram o problema da escassez hídrica: **“Nós sabemos que a serra é a mãe das nossas águas”** (GESTA/UFMG, 2014b, p. 35).

A falta generalizada de água também foi relatada por moradores da comunidade à equipe do GESTA/UFMG em trabalho de campo realizado em novembro de 2016. Na ocasião, todas as casas da comunidade já haviam instalado poços para captação de água. Antes da instalação dos poços, a diminuição das águas de córregos, lagoas e represas obrigava pelo menos uma família da comunidade a andar dois quilômetros para buscar a água necessária às atividades cotidianas. Os custos das instalações recaíram, segundo os relatos, sobre as famílias, que passaram também a arcar com elevadas contas mensais de energia. Não obstante, é preciso enfatizar que em 2014 já havia relatos do rebaixamento do nível de água de poços existentes na comunidade (GESTA/UFMG, 2014b), e que em 2016 permanecia, como já observado, um quadro de insuficiência quanto à disponibilidade de água.

Desse quadro decorrem sérios desdobramentos para as atividades produtivas, a falta de água tendo sido identificada pelos moradores como um problema para a manutenção da produção agrícola e da criação. Uma grande reclamação advinha da impossibilidade de produção de fubá, uma vez que já não existem mais cursos d'água para a movimentação de moinhos. Em relatório de campo de 2016, a equipe do GESTA/UFMG registrou a seguinte situação:

Eles possuíam uma bica, que não tem mais. Tinham também um moinho para a produção de fubá, que era a mesma água que abastecia todo o Beco, também não existe mais. Também havia muitos peixes na represa e hoje quase não se vê mais. Segundo [o entrevistado]: *“tinha água, mas depois que a empresa chegou secou tudo de vez. A gente sabe que a empresa contribui para acabar com as nascentes”*. Seu irmão, até 2005/2006, tinha água, mas, segundo ele, esta foi acabando com a chegada da empresa. Ele também tem um sobrinho que ainda vive lá, e nos contou que a água não é suficiente nem mesmo para lavar roupa. Há uma outra represa que não nasce mais água mas, para o gado, utiliza a água de um poço (GESTA/UFMG, 2016 e 2017)

Terras consideradas entre as mais produtivas da comunidade estavam, em 2016, sem nenhuma plantação. Na ocasião, uma moradora evidenciou seu desânimo para manter as atividades de cultivo na comunidade, já que nenhuma plantação dava mais boas colheitas, devido à seca: “não tenho ânimo nem mais para plantar uma flor”. Outra moradora afirmou que precisou mudar sua horta de lugar devido à falta de água, passou a plantar em área mais próxima ao córrego, medida que se mostrou, entretanto, insuficiente. Essa moradora estava, portanto, em 2016, impossibilitada de plantar horta. Outro morador usou de estratégia diferente para tentar manter sua plantação: o cultivo de bambu para preservar a água no solo, mas também não obteve resultado e o bambuzal atualmente não possui nenhuma água.

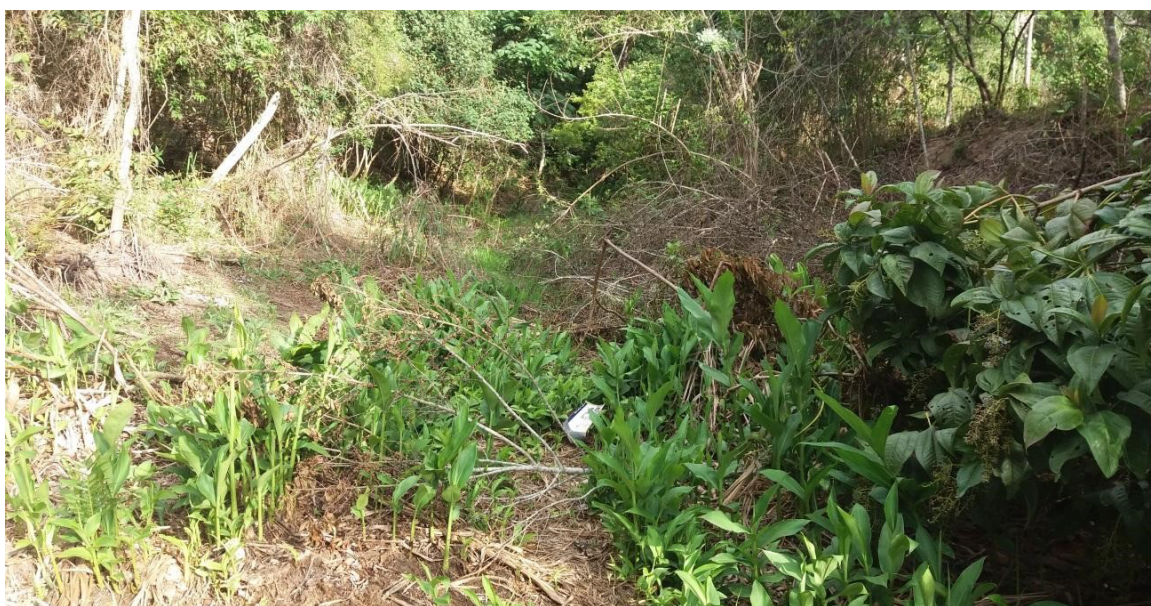
Figura 19: Bambuzal ao lado da plantação. Novembro de 2016.



Fonte: Acervo GESTA/UFMG.

A falta de água tem igualmente prejudicado o cultivo da cana e, conseqüentemente, a produção de cachaça, produto tradicional e importante no sustento de um dos grupos familiares da comunidade.

Figura 20: Canavial seco. Novembro de 2016.



Fonte: Acervo GESTA/UFMG.

Figura 21: A altura da pessoa que aparece na figura corresponde à altura que a água alcançava.



Fonte: Acervo GESTA/UFG.

Figura 22: Engenho inativo. Novembro de 2016.



Fonte: Acervo GESTA/UFG.

Figura 23: O tamanho diminuto das jabuticabas é atribuído pelos moradores à escassez de água.



Fonte: Acervo GESTA/UFMG.

A falta de água estabelece, também, novas condições para a prática da pecuária. Duas famílias da comunidade relataram, em outubro de 2014, perdas significativas de cabeças de gado, ocorridas nos quinze dias anteriores, durante a estiagem. Para os moradores, essas perdas refletiam menos as circunstâncias (uma seca mais prolongada), que o agravamento estrutural das condições de manutenção do rebanho nos períodos de estiagem, em razão da diminuição da vazão e/ou supressão de nascentes:

A associação da ausência de chuvas – que redundam em pastos secos –, com a escassez de água – o secamento ou a drástica redução de fontes que antes permaneciam com vazão mesmo na época de seca –, potencializa as perdas e os prejuízos com os animais. Sem pasto, o gado é obrigado a andar mais para encontrar comida; quando encontra, já exaurido, precisa andar ainda mais para encontrar água, e acaba por não resistir. Iniciativas mais drásticas no sentido de tentar proteger o rebanho, como a construção de pequenos barramentos, podem dar azo a conflitos internos (GESTA/UFMG, 2016b, p. 36).

Poeira

No trabalho de campo realizado em outubro de 2014 pela equipe do GESTA/UFMG, os moradores da comunidade do Beco mencionaram a poeira como um problema significativo, apontando a não umidificação de estradas muito utilizadas pela Anglo American e empresas terceirizadas, como a estrada do Beco, e até mesmo da própria MG-010, em um dos horários de pico (o final da tarde). Além de problemas respiratórios em crianças e adultos, os moradores entrevistados reiteraram o prejuízo às roças e plantações. Os mesmos problemas foram relatados em novembro de 2016, quando

moradores reclamaram do aumento da poeira e do ruído na comunidade, sinalizando, novamente, para a ocorrência de doenças respiratórias em alguns comunitários. Alguns moradores se manifestaram, então, favoráveis a um reassentamento, acreditando não ser possível viver nas condições dadas.

No ano de 2017, foi criado pela Anglo American o denominado “Comitê de Convivência”, nas comunidades do Sapo, Turco, Cabeceira do Turco e Beco. A empresa tem afirmado, em reuniões e audiências públicas, que o comitê foi criado para estabelecer um diálogo com as comunidades, tendo como objetivo uma ‘governança participativa’ e a construção de alternativas para a convivência do Minas-Rio com as comunidades vizinhas. Entre essas alternativas estaria a da realocação ‘opcional’ dos moradores dessas comunidades. O tema será retomado na Parte V deste Estudo.

8.3. Comunidade do Gondó

A comunidade do Gondó está situada no município de Conceição do Mato Dentro, na vertente oeste da Serra do Sapo/Ferrugem, em região próxima à comunidade de Córregos. Atualmente, existem vinte e três propriedades no local, sendo que três destas pertencem a famílias originárias da comunidade de Água Santa/Mumbuca que foram reassentadas pela Anglo American na localidade.

De acordo com um morador, o vilarejo do Gondó foi formado a partir da antiga Fazenda Portuguesa, uma fazenda que seria, segundo diz, “datada da época dos escravos”. A fazenda movimentava a economia da comunidade, por esse motivo, foram construídas casas próximas, por volta de cinquenta a sessenta residências, formando o vilarejo do Gondó. Com o passar dos anos, as atividades da fazenda foram diminuindo e, com isso, as pessoas foram se mudando. Segundo o entrevistado, somente oito famílias daquela época ainda residem no local. Entretanto, há vinte e um proprietários nascidos na região, mas que não moram na comunidade.

As famílias de uma forma geral são proprietárias da terra, possuem parentesco entre si e relações históricas com a região (DIVERSUS, 2011). Os sítios possuem criações de animais e quintais cultivados, mesmo os dos não-residentes na comunidade. As nascentes oriundas da serra da Ferrugem abasteciam as habitações dos comunitários via gravidade. Alguns moradores são pequenos produtores rurais e outros trabalham como terceirizados da Anglo American.

8.3.1. Transformações locais após a chegada do empreendimento

O diagnóstico socioeconômico elaborado pela empresa Diversus em 2011 já apontava os impactos do Minas-Rio sobre a comunidade e circunvizinhança:

Gondó fica próximo a Córregos, Buriti e Ferrugem. **As áreas desta região, próximas da Serra da Ferrugem/Serra do Sapo, serão diretamente impactadas pelo empreendimento**

minerário. Alguns dos impactos já sentidos, conforme informado pelas famílias da região, são: as explosões que além do barulho afetariam a estrutura das casas, a diminuição significativa do volume de água dos córregos inviabilizando a utilização de moinhos e inclusive ocasionando o ressecamento de nascentes – fato relacionado pelos atingidos ao processo de realização das pesquisas. Outro impacto seria o aparecimento, próximo às residências, de animais que antes não se aproximavam como jaguatirica, raposa e gato do mato, que segundo eles estaria relacionado ao desmatamento e às explosões. Na proximidade deste grupo existem cinco nascentes que eles acreditam que serão seriamente comprometidas com o processo de exploração da Serra. (DIVERSUS, 2011, p.293, grifo nosso).

Um parecer técnico da Prefeitura de Conceição do Mato Dentro, datado de maio de 2015, também aponta a comunidade entre aquelas mais impactadas pelas Etapas 1 e 2 (“Otimização da Mina do Sapo”) do empreendimento Minas-Rio, devido sobretudo a interferências no uso da água, a alterações das propriedades do solo, alteração de pressão sonora (barulho) e alteração da qualidade do ar (PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO, 2015, p. 12/13). Uma das questões levantadas pelos moradores e proprietários do Gondó é que as alterações na vida útil e no cronograma das atividades do complexo Minas-Rio aprofundará esse quadro. Observam que a implantação e operação da Etapa 3 serão concomitantes com a operação da Etapa 2 (licenciada em 2016), o que tende a intensificar os efeitos decorrentes dessas atividades.

Os impactos do empreendimento têm sido denunciados pelos comunitários nas diferentes instâncias, tanto por via de relatos nas reuniões e audiências públicas do licenciamento, quanto por via de documentos protocolados de forma individual ou coletiva (e-mails diversos, documento referente à venda de terrenos na região; documento referente a visita à serra/nascente, documento referente à incompletude dos estudos da Diversus, boletins de ocorrência⁹⁸, entre outros).

Nas seções que se seguem, os efeitos do empreendimento na comunidade do Gondó são apresentados de forma mais detalhada.

Poeira

O impacto relacionado à poeira na comunidade do Gondó tem sido denunciado frequentemente pelos atingidos. Segundo eles, a poeira é diária e a sua quantidade tem aumentado gradativamente, sendo perceptível a olhos vistos, devido ao acúmulo na vegetação, nas casas e nas roupas estendidas nos varais, e na pele das pessoas quando expostas por muitas horas, como no caso dos trabalhadores braçais, ao final do seu turno de trabalho. Em relato obtido durante o trabalho de campo realizado por bolsistas do GESTA/UFMG em novembro de 2016, um morador informou que não conseguia dormir

98 Documentos tais como: ata da reunião realizada no dia 04 de julho de 2016 na sede do NUCAM; documento assinado pelos atingidos e enviado à Anglo American em fevereiro de 2015, referente à venda do terreno da Fazenda Português; documento de 06 de setembro de 2016, endereçado à SUPRAM, referente à ausência da Comunidade do Gondó nos estudos da Diversus; petição datada de 08 de abril de 2013, referente à inclusão de uma atingida no Plano de Negociação Fundiária; documento endereçado à SUPRAM Jequitinhonha no dia 18 de abril de 2013, referente à inclusão de atingidos no Plano de Negociação Fundiária, nos termos do TAC de Irapé. Vale ressaltar que essa lista de documentos visa ilustrar as iniciativas dos atingidos em face dos problemas por eles vivenciados, e não pretende ser exaustiva ou abarcar todos os impactos, demandas ou violações de direitos denunciados pelos comunitários do Gondó.

devido à quantidade de poeira e suas roupas e casa encontravam-se sempre cheias de pó de minério.

Além da poeira constante, em períodos de explosões e detonações uma nuvem preta oriunda dessas atividades sobrevoa a comunidade, causando transtorno aos comunitários.

Figura 24: Nuvem de poeira após as detonações do empreendimento. Agosto de 2017.



Fonte: Acervo da comunidade.

Figura 25: Nuvem de poeira no Gondó. Agosto de 2017.



Fonte: Acervo da comunidade.

Nas duas Reuniões Públicas realizadas em Alvorada de Minas e Dom Joaquim, no âmbito do licenciamento do Projeto Extensão da Mina do Sapo, nos dias 03 e 04 de outubro de 2017, respectivamente, dois membros da comunidade do Gondó denunciaram impactos ocorridos na localidade. Na primeira reunião, em relação à poeira, uma atingida narrou o processo de inflamação de garganta dos seus filhos, provocado pela grande quantidade de poeira, que também fazia as roupas “brilharem de minério”, mesmo após a lavagem. Na reunião ocorrida em Dom Joaquim, um atingido expôs um vídeo retratando o acúmulo de poeira em sua casa após 30 dias. Abaixo seguem fotos da poeira na casa, e em objetos dos comunitários:

Figura 26: Poeira na cozinha de uma residência do Gondó. Acúmulo de 30 dias. 2017.



Figura 27: Poeira sobre a cadeira de uma casa do Gondó.



Fonte: Acervo da comunidade.

Fonte: Acervo da comunidade.

Além disso, a poeira afeta os cultivos das hortas e a produção do queijo. Segundo um morador, em relato recolhido em 2016, as suas hortaliças e verduras são prejudicadas pela poeira e por resquícios de pó de minério, que destroem as plantas. Outro produtor afirmou estar impossibilitado de fabricar queijo, devido tanto à escassez hídrica, quanto à poeira, que impregna na sua produção.

Barulhos e detonações

O barulho, gerado pela operação das máquinas e pelas detonações de bombas dentro da mina, tem afetado as famílias do Gondó. Devido à proximidade da cava, o barulho na comunidade é permanente – “24 horas por dia”, segundo os atingidos –, aumentando consideravelmente nos dias

de detonações. Em 2012, na reunião da REASA ocorrida em 17 de maio, um representante da comunidade fez o seguinte relato:

Relatou que há barulhos insuportáveis por causa das explosões e que a comunidade está sendo impactada. Disse que fica vendo as máquinas trabalhando e questionou se isso não é impacto. Gostaria que autoridades atentassem para isto (Ata da 2ª reunião da REASA, 2012, p.6)⁹⁹

Em 2013, outra atingida apontou que os barulhos haviam aumentado consideravelmente:

Na minha casa, não se dorme mais com silêncio. Na casa de (...), não se dorme mais com silêncio. Na casa (...) meu irmão, é um barulho e uma poeira que vocês não imaginam como está. Hoje foi o primeiro dia que eu vi isso. Eu fiquei chocada na hora que eu vi (Transcrição da 13ª reunião da REASA, 2013, p.32).

Durante trabalho de campo realizado por equipe do GESTA/UFMG em novembro de 2016, também houve relatos acerca do barulho, que impedia o sono de um dos moradores entrevistados. Aliado ao som das máquinas em atividade, o barulho das explosões, classificado como “ensurdecidor”, estava causando transtornos aos comunitários. As detonações também geraram rachaduras nas casas, deslocamentos de telhas, nuvens de poeira estagnadas no ar, tremores de terra e risco quanto à projeção de fragmentos (inclusive com alerta da própria empresa mineradora).

Figura 28: Rachadura surgida em uma casa do Gondó, após o início das detonações. Novembro de 2016.



Figura 29: Placa da mineradora alertando sobre o risco de projeção de fragmentos. Agosto de 2017.



Figura 30: Máquina do empreendimento na vertente oeste da Serra da Ferrugem, próximo a uma nascente que abastece a comunidade. Agosto de 2017.



99 Blog da CIMOS <http://cimos.blog.br/reasa/>

Água

Figura 31: Córrego em que o entrevistado buscava água está seco.



Fonte: Acervo GESTA/UFMG. 05/11/2016.

A comunidade do Gondó é abastecida pelas nascentes da Serra do Sapo/Ferrugem e as águas são canalizadas e depositadas nas caixas d'água das residências. A escassez de água, expressa tanto na redução da vazão, como na supressão de algumas nascentes, foi denunciada pelos comunitários em diversos órgãos.

Um morador da comunidade, que era pequeno agricultor e utilizava a água para sua produção, possuía, inclusive, um moinho d'água. Entretanto, o córrego que abastecia a sua residência e a de seu vizinho secou, sendo ele obrigado a encerrar as atividades do moinho e a carregar galões de água até a sua casa. A sua produção diminuiu devido a essa situação.

Segundo o entrevistado, esse processo de secamento estaria ocorrendo desde, aproximadamente, os anos de 2013 e 2014. Período a partir do qual ele passou a buscar galões de água duas vezes na semana – sete galões de 60 litros –, contando com a ajuda de um sobrinho para a tarefa.

Figura 32: Galões de água para coletar água até a casa do entrevistado.



Fonte: Acervo GESTA/UFMG 05/11/2016.

Tem causado insegurança e preocupação nas famílias proprietárias do Gondó a expectativa de que a Etapa 3 comprometa totalmente o abastecimento de água na comunidade. Um levantamento feito pelas famílias aponta que vinte e cinco residências são abastecidas por sete nascentes situadas nas propriedades da Anglo American, na serra do Sapo/Ferrugem. A supressão dessas nascentes afetará de forma drástica o abastecimento hídrico dos comunitários.

Em 2016, um morador avaliou que as águas do Gondó já haviam diminuído significativamente, ele chegou a mencionar o expressivo valor de 95% de perda. A tabela abaixo, elaborada pelos próprios comunitários, relaciona nascentes da comunidade que já se encontram com vazão reduzida e/ou já não são suficientes para o abastecimento completo das casas da localidade, incluindo as que se situam nos terrenos da empresa:

Tabela 03: Tabela elaborada pelos moradores do Gondó, informando as nascentes que se encontram nos terrenos adquiridos pela Anglo American, e as que já apresentam vazão reduzida

NASCENTES NA VERTENTE OESTE SERRA - GONDÓ	SERVIDÃO MORADORES / PROPRIETÁRIOS
<p>Nascente 1: Terrenos da Anglo American, adquiridos de Ernesto Saldanha e Dinarte.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Wallace • Espólio de João Basílio • Espólio de João Bento • Sinara • Vailton • Osmar • Manoel • João de Lia
<p>Nascente 2: Terreno da Anglo American, adquirido de Geraldo Horta.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Espólio de Zelita • Geraldo • Zico • Roberto Saldanha • Délio de Souza
<p>Nascente 3: Terreno da Anglo American, adquirido de Irineu Saldanha.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Elena Saldanha • Jardel de Souza • Silvestre Saldanha • Roberto Saldanha

<p>Nascentes 4, 5 e 6: Terrenos da Anglo American, adquiridos de José Teixeira (Tabuão), Mauro Lúcio (Goia), Alcendino.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Luíza Saldanha • José Bernardo • Aline e Melina Saldanha • Joana Dark T. Saldanha • Florisbela Teixeira • Paulo Saldanha • “Quinzé”
<p>Nascente 7: Terreno de Elena Saldanha, no pé da serra.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Marlene/José do Carmo • Florisbela Teixeira • Paulo Saldanha • “Quinzé”
<p>Nascente 8: Terrenos da Anglo American, adquiridos de André, Espólio de “Juca de Etelvina”.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estanislau Saldanha • Paulo Saldanha • “Quinzé”
<p>Nascente 9: Terreno de Estanislau Saldanha.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estanilau Saldanha
<p>OBS: Existem outras nascentes na região.</p>	<p>Foi citada apenas a servidão imediata das propriedades do Gondó.</p>

Além das nascentes mencionadas na Tabela 8, que abastecem imediatamente as propriedades do Gondó, existem outros cursos d’água, nascentes, córregos e lagoas na região que, segundo os comunitários, também foram afetados pelo empreendimento minerário.

Isolamento social

A Anglo American não reconhece a comunidade do Gondó como atingida, entretanto adquiriu cinco propriedades no local, sem apresentar aos outros proprietários os critérios definidos para a compra.

Após a compra desses terrenos, alguns moradores apontam o isolamento social em que vivem, pois se encontram sós e sem vizinhos para acudi-los em caso de necessidades urgentes. De acordo com um morador, até 2016 pelo menos 16 núcleos familiares teriam saído do Gondó com a instalação do empreendimento. Esse morador se sente “prisioneiro” de sua propriedade,

...vivendo depressivo e sem nenhum vizinho. Se eu precisar pra pedir um socorro é um [vizinho]. Ou [outro vizinho]. [um vizinho], 2.5 km e [outro vizinho], 3 km. E eu tinha no mínimo, só aqui no raio que cês tão enxergando, tinha 12 vizinhos. Vizinhos assim, constituídos de famílias. Não tem com quem trocar uma galinha, buscar um queijo emprestado, um sal emprestado, um cavalo, um arreio, e assim era o intercâmbio da comunidade do interior (Entrevista com morador do Gondó, 05/11/2016).

Outro efeito das práticas de negociação da empresa foi a fragmentação do maior grupo familiar da comunidade do Gondó. Esse grupo possui terrenos oriundos de doação do proprietário da fazenda Portuguesa, que a dividiu em doze partes e a escritura tem como termo determinante a condição de posterior venda somente entre os recebedores (irmãos), visando à segurança de todos, à preservação de boa vizinhança e à boa convivência familiar, evitando conflitos em caso de herança.

Nesse sentido, alegam os herdeiros, as vendas dos terrenos somente poderiam ser efetivadas de forma coletiva, abrangendo a área original total da fazenda, cabendo a cada indivíduo a sua parcela correspondente da área registrada. Entretanto, no momento da necessidade de compra de parte do terreno original, a Anglo American não considerou a dimensão coletiva da propriedade, e, através de constantes ameaças quanto à desapropriação via servidão minerária, realizou negociações individuais.

Essa situação foi questionada pelos demais familiares junto à empresa, em documento protocolado no mês de fevereiro de 2015. Entretanto, afirmam, não obtiveram retorno. O processo causou a fragmentação do grupo familiar, não tendo sido respeitado o que seus membros consideram ser o objetivo principal da doação¹⁰⁰.

Carreamento de sólidos

Na segunda reunião pública do Licenciamento (LP+LI) da Etapa 3, realizada em Dom Joaquim (04/10/2017), um membro da comunidade denunciou um carreamento de sólidos cometido pela Anglo American em uma propriedade do Gondó, que teria soterrado um tanque de peixe do dono da área e impactado o terreno.

100 As informações acerca da situação desse grupo familiar foram repassadas por representantes da família, em conversa com a Equipe do GESTA/UFMG, em novembro de 2017.

Figura 33: Carreamento de sólido oriundo da Anglo American soterrando o tanque de peixe da propriedade.



Fonte: Imagem cedida por morador, 04/10/2017.

Por fim, moradores e proprietários do Gondó reclamam que o não reconhecimento da comunidade como atingida, no âmbito do licenciamento, tem aprofundado as perdas da comunidade – que permanece, desde a Etapa 1 do empreendimento, sem soluções satisfatórias e definitivas para os problemas vivenciados.

CAPÍTULO 9

COMUNIDADES A JUSANTE DA BARRAGEM DE REJEITOS

As comunidades caracterizadas a seguir encontram-se situadas a jusante da barragem de rejeitos do empreendimento Minas-Rio, estrutura que passará por um processo de alteamento na etapa de expansão que se encontra em licenciamento. Conforme demonstrado em planta técnica elaborada por geógrafa do Programa Nova Cartografia Social da Amazônia, Mônica Cortez, essas comunidades se encontram situadas em zona ribeirinha que passou a constituir a área de drenagem da barragem¹⁰¹. De acordo com o mapa, dentre os pontos indicados pelos comunitários

101 Cumpre esclarecer que o GESTA/UFMG não teve acesso ao estudo de *dam break*. As comunidades descritas nesse capítulo não serão, muito provavelmente, as únicas afetadas pela lama em caso de uma ruptura da barragem. A instalação de uma sirene em Cachoeira sinaliza para a possibilidade de que essa comunidade venha a ser também afetada em um eventual rompimento, assim como a comunidade do Teodoro, próxima à Água Quente, segundo informações prestadas pela própria empresa em reuniões públicas.

como constitutivos de suas comunidades, os mais próximos da barragem se encontram a uma distância, em linha reta, de 0,79 e 1,9 km, para Passa Sete e Água Quente, respectivamente; e de 6,8 km, para a comunidade do Jassém.

9.1. Comunidade Passa Sete

A comunidade do Passa Sete está situada no município de Conceição do Mato Dentro, próximo à MG-10, a cerca de 1,5 km de distância da barragem de rejeitos do empreendimento Minas-Rio. A localidade, que é ribeirinha, é atualmente constituída por doze casas. Dessas casas, sete estão situadas às margens do córrego Passa Sete.

Os moradores da localidade são agricultores, nascidos e crescidos na região. Possesores em sua maioria, somente um morador possui o documento da terra. As famílias possuem laços de parentesco, sendo alguns desses laços mais estreitos que outros. Há um núcleo familiar que não possui essa característica, mas seus membros são considerados pelos vizinhos “como se fossem parentes”. Cabe mencionar, também, que, no ano de 2017, em cinco das doze casas residia ao menos um idoso.

A moradora mais antiga da comunidade reside no local há mais de 37 anos. Quando se casou, morou em uma casa próxima por três anos, depois se mudou para a casa onde reside até a presente data. A sua parentela é oriunda de Água Santa, comunidade que foi reassentada pelo empreendimento Minas-Rio na sua fase de instalação. Além dessa moradora, há outros moradores do Passa Sete que também pertencem a parentelas referidas a essa comunidade. Portanto, ao descrevermos a comunidade do Passa Sete, é preciso também mencionarmos alguns elementos de Água Santa/Mumbuca.

Água Santa/Mumbuca situava-se nas proximidades da comunidade do Passa Sete, sendo que as duas localidades eram separadas pela MG-010. Os moradores de Água Santa eram ocupantes tradicionais de presença antiga na região, sendo marcados pela ancestralidade negra, com destaque para as parentelas Rodrigues e Pimenta. “A característica de ser uma comunidade negra”, pontuou a equipe da Diversus em 2011, “é reforçada pelas várias histórias contadas pelo grupo que remontam a ascendentes que teriam sido escravos” (DIVERSUS, 2011, p. 250). As famílias possuíam, em média, poucas terras. Por esse motivo, vendiam sua força de trabalho (por empreitada ou diária) e utilizavam sistema de “meia” ou “terça” no cultivo de produtos da roça (mandioca, milho e feijão) (DIVERSUS, 2011, p. 250).

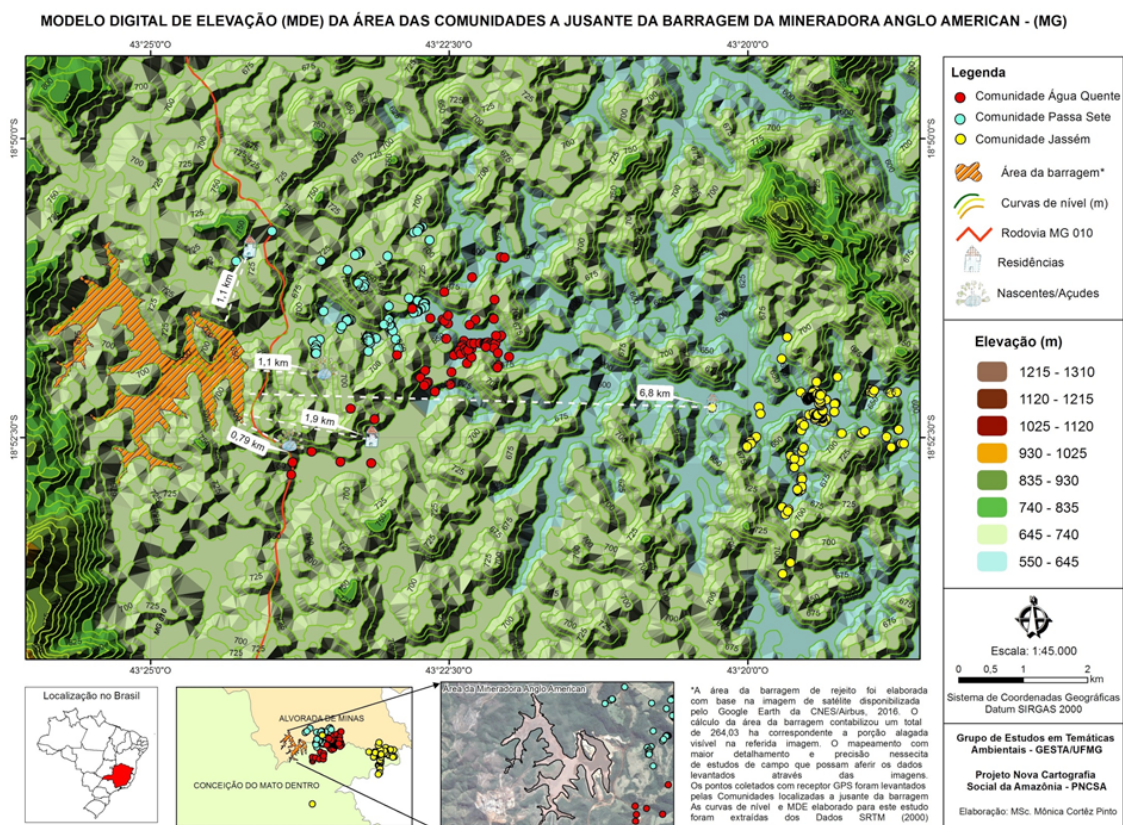
Nessa localidade eram realizadas as festas de São Sebastião (20 de janeiro) e a de Nossa Senhora Aparecida (datas próximas ao dia 12 de outubro). No caso da festa de Nossa Senhora Aparecida:

a comunidade e devotos de N. Sra. Aparecida moradores de comunidades vizinhas realizavam uma procissão que levava a imagem da santa, que pertence à comunidade, e fica guardada na casa de um dos moradores até o local onde pretendiam construir uma Capela em homenagem a Santa [...]. Neste local ocorria o levantamento do mastro e da bandeira da Santa, acompanhados de uma missa e outras festividades como a entrega de presentes (brinquedos) para as crianças e comes e bebes a todos os participantes. Também foram destacadas as participações nas festas tradicionais de Itaponhacanga [sic] e Córregos (DIVERSUS, 2011, p. 251)

A comunidade Água Santa/Mumbuca foi considerada atingida pelo empreendimento, de acordo com o estrito critério territorial-patrimonialista. Como em seu território iriam construir a barragem de rejeitos do Minas-Rio, fez-se necessário reassentar as famílias. Após o deslocamento involuntário da comunidade, a festa de Nossa Senhora Aparecida foi transferida para a Igreja da comunidade de São José do Arruda.

Tanto em Água Santa quanto em Passa Sete, as pessoas possuem um “vínculo entre terra, trabalho, moradia e vivência [que] se estende para além das relações terra-mercadoria. A terra aqui significa a própria existência do grupo” (DIVERSUS, 2011, p. 195). Não só a terra possui essa importância na vida das famílias dessas comunidades: podemos citar também a água como elemento fundamental para a manutenção das estratégias e modos de vida dessas famílias.

Mapa 4: Modelo Digital de Elevação (MDE) da área das comunidades a jusante da Barragem da mineradora Anglo American – (MG).



Fonte: Programa Nova Cartografia Social da Amazônia

Relações terra e trabalho

No caso da comunidade do Passa Sete, a casa constitui um dos elementos de um espaço mais amplo, que pode ser entendido como um “sítio camponês” (WOORTMANN, 1983), no qual o terreno possui espaços articulados e complementares, formando um sistema de produção fundamental para a reprodução social e econômica da família. Esse “modelo de organização

produtiva revela ainda a centralidade do trabalho familiar para a execução da diversidade das tarefas previstas e a produção das variedades esperadas” (ZHOURI et al, 2012, 164). Nesse sentido, o sítio se divide entre quintal, terreiro e horta, e unidade doméstica familiar.

No quintal, encontram-se as árvores frutíferas, as plantas ornamentais e algumas plantas medicinais. No terreiro encontram-se o galinheiro, o forno para assar a quitanda, o armazém para guardar equipamentos ou armazenar o excedente da produção e, em algumas casas, pode-se encontrar ainda os tanques de peixe. A horta é o espaço onde se encontra uma variedade de hortaliças, legumes e verduras. Algumas casas também contêm, nesses espaços, currais e chiqueiros. Como a maioria dos núcleos familiares do Passa Sete é posseira e o tamanho das terras não é suficiente para o sustento da família, faz-se necessário complementar a produção através do plantio nos sistemas de meia e terça nas terras dos fazendeiros da região. Além disso, os agricultores complementam a renda familiar trabalhando em empreitadas e, em alguns casos, nas casas das fazendas.

Anteriormente, algumas famílias do Passa Sete também utilizavam outro espaço produtivo, formado pelas terras de herança que possuíam na comunidade de Água Santa. Os deslocamentos realizados pelas famílias entre as terras de herança, a roça e a unidade doméstica foram denominados por Carvalhosa (2016) de “movimentos de roça”, e compõem, segundo essa autora, uma rede de obrigações, dons recíprocos e direitos costumeiros entre os lavradores. De acordo com as moradoras do Passa Sete, quando a localidade de Água Santa estava na região, elas costumavam trocar dias de trabalho com moradores da comunidade, principalmente com os parentes. A troca de dias era feita nas atividades para preparar a terra, no cultivo dos alimentos da roça ou na produção de algum alimento importante na economia doméstica (como farinha e fubá).

Segundo os relatos:

É, assim, uma comunidade unida com um com o outro, sabe? Assim se era tempo de plantar, e eu ia, as mulher de lá vinha pra mim (...) era um dia pra um, uma semana pro outro, quando o outro terminava, o outro ajudava, era assim que era o crescimento.(...) O voluntário mesmo era Água Santa. Era família, trabalhava um com o outro, um arrumava serviço pra o outro, vai pra fulano, eu vou chamar fulano pra ocê, aí seu serviço vai acabar, capina esse mandiocal ou planta esse mandiocal, aí eles faziam, uma comunidade ajuda a outra. E hoje a gente já não tem isso mais. (Atingida, entrevista realizada na comunidade do Passa Sete, 04/08/2016, apud PRATES, 2017, p. 70).

Plantava todo mundo nas roças de todo mundo (Atingida, entrevista realizada na comunidade do Passa Sete, 04/08/2016, apud PRATES, 2017, p. 70).

Esse sistema de troca entre as famílias se configura como elemento fundamental para a manutenção econômica e material dos grupos familiares, pois a quantidade de pessoas para trabalhar na roça está diretamente relacionada com a otimização do tempo e das tarefas nos processos produtivos. Além disso, também resulta na utilização de um espaço maior para a produção, no aumento da quantidade produzida, e em um tempo igual ou menor de trabalho.

A roça, além de ser um espaço de trabalho e produção, também era um ambiente propício para a manutenção da sociabilidade dos moradores, principalmente entre os membros da comunidade de Água Santa e do Passa Sete:

...uai, lá na roça a gente arrumava aquele tanto de risada, o povo brincava, o povo arrumava namorada. A moça arrumava namorado, daqui a pouco tava todo mundo casando. Quando era na época de plantar, as moças ficavam tudo trabalhando para poder arrumar namorado, porque era muito rapaz e muita moça. Naquela paz, naquela alegria, hoje a gente nem vê moça mais, não vê rapaz, estão crescendo lá pra longe para poder trabalhar, só os velhos da roça que tão aqui. (Atingida, entrevista realizada na comunidade do Passa Sete, 05/08/2016 apud PRATES, 2017, p. 69/70).

Na roça, como dito antes, o plantio era feito através do sistema da meia ou da terça. Os cultivos principais são milho, feijão e mandioca. Em algumas roças, havia outros tipos de produção, como cana, feijão andu, banana, algodão, dentre outros. Entretanto, esses cultivos existiam em menor quantidade, sendo utilizados para consumo doméstico. O arroz também era cultivado no brejo, mas em pequena quantidade, por ser considerado “difícil de mexer”, conforme relatou um morador da comunidade do Passa Sete em uma das visitas a campo.

Conforme os ciclos descritos no Capítulo 7, a terra é preparada para o plantio em setembro e/ou outubro, sendo estes os meses para plantar milho e mandioca. Em março se planta feijão e se colhe o milho. Após três meses do plantio do feijão, colhe-se o alimento, normalmente no mês de julho. A mandioca é colhida após um ano e seis meses, até dois anos de plantio. Em época de boa colheita, o alimento durava em estoque o ano todo e o excedente era vendido, doado ou trocado por outros produtos.

Nos terrenos das roças, as famílias têm uma estrutura pequena para o abrigo e o preparo do alimento, denominada de rancho. O rancho normalmente é equipado com um fogão a lenha, cama e equipamentos para o plantio, cultivo e colheita dos alimentos. As famílias relatam que quando a produção ou a colheita era em grande quantidade, era preciso dormir no local. O fogão a lenha também era utilizado para fazer café, comida ou esquentar marmitta.

A farinha e o fubá oriundos dos alimentos colhidos na roça eram fabricados na comunidade de Água Santa. Tanto os moradores da comunidade do Passa Sete quanto os moradores de Água Quente mencionaram que faziam fubá em um moinho d'água na casa de um morador em Água Santa. Após o reassentamento dessa família, não encontram outro local para fazer esse mantimento. Alguns moradores relatam que faziam farinha com os parentes em Água Santa, pois como residiam muitas pessoas nessa comunidade, a farinha era feita com mais agilidade. Como a produção era maior, levavam o excedente (farinha e fubá) para vender em Conceição do Mato Dentro, ou na venda de um morador de Água Santa.

No sítio camponês, os espaços, como dito anteriormente, são articulados entre si, para garantir a produção e a reprodução dos agricultores nas localidades. A horta, plantada em ambiente úmido, é o local onde se produz uma maior variedade alimentar para os núcleos familiares, contendo: hortaliças, legumes e verduras diversas. Os alimentos mais produzidos nesse espaço são: alface, couve, mostarda, tomate, rúcula, cenoura, beterraba, jiló, berinjela, quiabo, dentre outros. Alho, cebola e repolho também são cultivados nas hortas, entretanto, necessitam de uma quantidade maior de água para o seu desenvolvimento. Os moradores disseram que a melhor época para plantar hortaliças é em janeiro, e após trinta dias já se pode fazer a colheita. Alho e cebola são plantados em

maio e o repolho em março. Esses produtos são colhidos respectivamente em setembro e junho.

Os quintais compõem, junto com a roça e a horta, a pauta alimentar dos membros da comunidade do Passa Sete, pois é nos quintais que se encontram as árvores frutíferas, os tanques de peixe, o galinheiro e o curral. A quantidade e a variedade das árvores frutíferas variam de quintal para quintal, entretanto as espécies mais comuns são: manga, goiaba, laranja, limão, mamão, banana, além de café. A melhor temporada da colheita dessas frutíferas é de abril a junho.

Já os animais são utilizados de formas variadas. Todas as casas visitadas na comunidade do Passa Sete possuíam um galinheiro. Os ovos produzidos são para consumo interno e, em alguns casos, para venda, troca ou para presentear algum parente da cidade. Os frangos são consumidos em ocasiões especiais e vendidos quando existe procura para compra. Em relação aos bovinos e suínos, não são todas as casas que possuem esses animais. Os bovinos são utilizados para a retirada do leite, este último consumido *in natura* ou utilizado para a produção do queijo. Tanto o leite quanto o queijo são destinados ao consumo doméstico e à venda. Já os suínos são utilizados como uma espécie de poupança: os moradores “engordam” os porcos e caso ocorra alguma despesa eventual, os animais são vendidos. Além desses três tipos de criação, em algumas residências há também criação de peixe. Normalmente a espécie cultivada é a tilápia, utilizada também para consumo próprio e, em caso de alguma procura, para a venda.

Quintal, horta e roça são motivos de orgulho para os comunitários, imbuídos de um senso de honra camponês (WOORTMANN, 1990).

Sociabilidade e lazer

Como dito anteriormente, os núcleos familiares da comunidade do Passa Sete e da comunidade de Água Santa pertencem às mesmas parentelas e, por esse motivo, mantinham fortes níveis de sociabilidade. Durante as entrevistas em campo, os moradores lembravam a todo o momento como era a vida social na região antes da instalação do empreendimento:

(...) é família grande, era aquela festona. Quando eles passam lá [na cerca da casa da atingida], gritava, chegava aqui nós conversava, a família do Zé Rosa, mesma coisa de ser irmã.. nós fomos criado juntos., nós comia em um prato só. Todo mundo da família do Pedrinho, do Miro, coisa de irmão... (Entrevista moradora da comunidade do Passa Sete sobre Água Santa; Passa Sete, 05/08/2016, apud PRATES, 2017, p.69).

(...) se não era parente, era cumpadre, minha menina dava aula lá no grupo na Água Santa.. juntava aquela turma e ia pra lá... dia de Domingo juntava aquela turma e vinha pra cá.. nós fazia reza aqui, encontro da Igreja. Daqui a pouco a gente ia pra outro canto.. nó, cê tinha que vê que beleza. (Entrevista moradora da comunidade do Passa Sete sobre Água Santa; Passa Sete, 05/08/2016, apud PRATES, 2017, p.69).

(...) aqui era uma bença, minha fia. Eu subia aqui pra cima (Apontando na direção de um morro) e ia no culto lá no Oswaldo, passava ali naquela placa que entra na Mumbuca, né? Lá em cima, eu ia lá sempre ao culto na casa do Oswaldo. A gente ia lá direto. (Entrevista moradora da comunidade

do Passa Sete sobre Água Santa; Passa Sete, 06/08/2016, apud PRATES, 2017, p.69).

(...) a gente ia no culto na casa dele e era uma benção, minha filha. Cê precisava de ver como a gente ria, não tinha bagunça. Ia por aquela estrada a fora mais minhas netas aí, ia a pé. Passava aqui na casa do meu vizinho que morava lá em cima, eu passava ali mais meus netos, montado em um burrinho velho que eu tinha. (Entrevista, moradora da comunidade do Passa Sete, Passa Sete, 05/08/2016, apud PRATES, 2017, p.69).

Antes na roça todo mundo trabalhava, convivia, namorava, mãe fazia um panelão de comida, trazia pra cá e ficava todo mundo junto. Agora tá mudado, eles mudaram tudo, tá ruim, antes ficava todo mundo junto. (Entrevista, moradora da comunidade do Passa Sete; Passa Sete, 02/09/2017, apud PRATES, 2017, p.69).

Outra informante relatou que quando ainda existia a comunidade Água Santa, ela e sua família iam ao local para visitar seus parentes aos finais de semana. Normalmente iam aos sábados e voltavam às segundas-feiras, pela manhã.

Diante dos relatos acima apresentados, podemos observar a existência de uma forte interação entre as comunidades do Passa Sete e Água Santa, tanto em relação à produção, quanto ao que se refere às relações sociais.

Água

A água para a comunidade do Passa Sete configura-se como um dos recursos fundamentais para a manutenção do universo socioeconômico e sociocultural da comunidade, possuindo “usos múltiplos” (GALIZONI, 2000). Além da água do rio ser um recurso essencial para a produção, também era espaço de recreação, pesca, dessedentação animal e de atividades domésticas, como tomar banho e lavar louças e roupas. Os moradores narram como era a disponibilidade da água, antes do empreendimento Minas-Rio:

“É pesado boba, é um sofrimento. Antigamente não tinha isso aqui não, todo mundo tinha muita água, o rio passa mesmo aqui... Era um rião, nós tinha uma cachoeira bonita ali. Acabou a cachoeira. Aí quando vinha gente de BH pra cá, minha casa era muito cheia de gente. Agora que quase não tá vindo porque o pessoal mudou tudo. Nós ia pra lá, nós ia tomar banho, tirava foto...” (Entrevista com moradora da comunidade do Passa Sete; Passa Sete, 06/08/2016 apud PRATES, 2017, p.88)

“[a água era] bonita assim, a água cristalina nas pedras assim, que até brilhava.” (Entrevista com morador da comunidade de Passa Sete; Passa Sete, 07/08/2016 apud PRATES, 2017, p. 79)”

Os moradores possuíam duas fontes principais de água: as águas das nascentes, consideradas de melhor qualidade e utilizadas para beber, cozinhar e tomar banho; e as águas do córrego Passa Sete, utilizadas para recreação, pesca, dessedentação animal e lavagem das roupas. No período da seca, quando a vazão das nascentes reduzia, os moradores também utilizavam as águas do rio para os usos domésticos. A fala abaixo, de uma moradora, demonstra a importância da água do

rio para a comunidade:

...pra tudo!! Pra beber, a gente pegava com garrafinha de água, cê guardava ela, podia beber, molhar uma planta, as criações bebia, a gente levava esses meninos pra tomar banho, tinha uma lapa lá em cima. A gente levava os meninos pra tomar banho. Um tomava banho, descansava na lapa e falava “que era praia”. Hoje a gente nem tem essa praia mais, tudo é barro. Era o lazer de todo mundo. Inclusive, a minha casa é movimentada de pessoas, mas antes era mais ainda, porque todo mundo ficava doído com o rio pra nadar, trazer os meninos, pro lazer. Cê só via grito dos meninos, Clarissa, pra esse trem afora. Ficava na ponte ali, outra hora ia lá pra cima que é ali em cima onde é o começo da barragem igual eu tô te falando, tem uma pedra e a pedra dava pra pessoa deitar, sabe? a gente roçava, cortava os galhos pra o sol pegar, os meninos ficavam deitados de barriga pra cima, a gente lavava a lapa bem lavadinho. A meninada entrava e fazia a festa. (Entrevista moradora da comunidade do Passa Sete; Passa Sete, 06/07/2016 apud PRATES, 2017, p. 84-85).

Tinha tanto peixe esse rio. Tinha época de pesca que a gente não ligava pra isso não, a gente ia ali, pegava aqueles piazão e a gordura já tava no fogo esquentando, só limpava e punha na gordura e comia. (Entrevista moradora da comunidade do Passa Sete; Passa Sete, 04/08/2016, apud PRATES, 2017, p.78).

Como é possível observar nessas duas falas, a água configura um elemento central no modo de vida dessas famílias, sendo fundamental para a manutenção econômica e sociocultural da comunidade. Segundo os moradores do Passa Sete, ter água é sinônimo de riqueza. De acordo com uma moradora, em entrevista realizada em setembro de 2017, “a minha vizinha que é rica, ela tem água”. Para ela, sem água não é possível sobreviver na localidade.

Figura 34: Cachoeira antes do empreendimento



Fonte: Acervo GESTA/UFMG, 2017

Figura 35: Mesma Cachoeira Passa Sete, em 2017



Fonte: Acervo GESTA/UFMG, 2017

9.1.1. Transformações locais após chegada do empreendimento

Os impactos relacionados à escassez hídrica e à diminuição da produção agrícola se iniciaram durante o período de instalação do Projeto Minas-Rio na região. Impactos esses que se agravaram no decorrer dos anos e com o avanço das atividades do empreendimento.

Produção agrícola, terra e trabalho

A diminuição da produção constituiu-se como um dos elementos principais das privações que as famílias sofreram. Segundo os moradores, a escassez hídrica afetou tanto a horta, quanto os quintais e o cultivo da roça.

Em relação à horta, os moradores informaram que em toda casa havia uma, e produziam todo o tipo de alimento nesse ambiente: cebola, alho, salsinha, cebolinha, alface, couve, tomate, mostarda, cenoura, moranga, pepino, quiabo, chás, almeirão, beterraba, maxixe, repolho, sarraia, agrião, dentre outros. Atualmente, alguns comunitários não possuem esse espaço produtivo, ou diminuíram o cultivo de hortaliças e verduras, devido à reduzida disponibilidade de água na comunidade, ou até mesmo à sua falta. Segundo os comunitários, para manter a horta é necessário regá-la todos os dias: sem essa possibilidade, as plantas não se desenvolvem.

Durante o primeiro semestre de 2017, duas moradoras conseguiram prosperar em suas hortas, pois ainda possuem nascentes em seus terrenos e participaram de uma oficina realizada pela Cáritas em uma residência da comunidade, na qual foram ensinadas técnicas diferentes para o cultivo. Devido a esses dois fatos, as duas moradoras conseguiram aumentar a produção das suas

hortas. Após esse aumento, quando possuem condições, as comunitárias enviam seus produtos aos núcleos familiares que estão sem cultivo de horta devido à falta de água em seus sítios. As famílias que estão sem esse espaço produtivo necessitam comprar no mercado de Conceição do Mato Dentro os alimentos que não foram produzidos na horta, como: abóbora, pepino, quiabo, alho, cebola, cenoura, beterraba, dentre outros.

Em relação à produção das roças e dos quintais, foram identificados três elementos que reduziram a produção agrícola. A escassez hídrica, a diminuição da área disponível para plantio e o reassentamento da comunidade de Água Santa, que gerou a diminuição de trabalhadores locais.

Segundo os comunitários, a escassez hídrica deixou a terra seca. Uma moradora relatou: “depois da construção da barragem a terra ficou mais seca, porque secaram as nascentes” (moradora do Passa Sete, Passa Sete, 03/09/2017). Alguns brejos e vargens da localidade perderam a sua umidade, pois não têm as nascentes para umedecer esses locais. Os comunitários afirmam que a terra perdeu a sua força, por ela estar mais seca, conforme fala de outra moradora:

“(...) depois que a água diminuiu, a gente não está colhendo quase nada mais. A terra ficou seca, meu quintal tinha cana aqui. Cortava aquelas varonas de cana, tinha uma árvore de laranja, uma de goiaba... Morreu tudo. Acabou tudo. Ficaram esses pezinhos aí porque sempre tem umas plantas que é mais forte, né? Mas as outras plantas morreu tudo, colhia cada cachão de banana, acabou tudo. Acabou as minhas frutas tudo.” (Entrevista com moradora de Passa Sete, Passa Sete, 07/08/2016 apud PRATES, 2017, p. 88)

Durante uma visita na casa de uma comunitária do Passa Sete, ela nos mostrou em seu quintal as plantas que estavam morrendo devido à falta de água e também falou da dificuldade que tinha em cultivar as mudas sem a quantidade de água necessária. Segundo essa agricultora, se as águas do rio estivessem em boas condições, ela teria a possibilidade de regar suas plantas.

Figura 36: Moradora da comunidade Passa Sete regando plantas em seu quintal.



Fonte: Acervo GESTA/UFGM, 2017

Segundo os moradores da comunidade do Passa Sete, após a compra das fazendas pela Anglo American, houve uma redução significativa de locais de lavoura. Um exemplo: a fazenda do Passa Sete, local onde as famílias de Água Santa e do Passa Sete plantavam através dos sistemas de terça ou meia. Além disso, os núcleos familiares de Ferrugem e Água Santa também tinham suas lavouras, quintais e roças, que foram destituídos para a instalação do empreendimento Minas-Rio. Segundo relatos:

“(...) a produção pra nós era na Água Santa. Igual a mim, eu na minha roça a gente plantava mandiocal, tudo na Água Santa e perto do meu pai, no quintal do meu pai, beirando o quintal, sabe? A gente tinha outra produção lá. Então com essa baixa que deu aí eu fiquei só com a minha roça. A gente adquiria mandiocal em outras partes pra ajudar a gente a sobreviver mais, agora a gente não tem outras roças.” (Entrevista com moradora de Passa Sete; Passa Sete, 04/08/2016 apud PRATES, 2017, p. 70)

“Antigamente, a região toda tinha plantação: Água Santa, Passa Sete, Água Quente... Era tudo roça (mandiocal, milho, feijão, arrozal). Onde eu andava só via roça: de milho, mandiocal, arrozal...” (Entrevista com moradora de Passa Sete; Passa Sete, 04/09/2017)

A partir desses depoimentos é possível identificar como as áreas destinadas ao plantio foram reduzidas com a implantação do empreendimento. Nesse sentido, com a compra das fazendas e a impossibilidade de plantarem em seus quintais (devido ao tamanho dos sítios), os agricultores estão deixando de plantar. Como relatou uma moradora, “o quintal é pequeno, então atualmente compram quase todos os produtos no mercado” (Entrevista com moradora da comunidade do Passa Sete, Passa Sete, 03/09/2017)

O último elemento que afetou a produção agrícola está relacionado com o reassentamento da comunidade de Água Santa, que, como consequência, diminuiu a quantidade de pessoas para trabalhar no plantio através das trocas de dias. Como os moradores do Passa Sete são das mesmas parentelas que os moradores de Água Santa, a capina, o plantio e a colheita eram feitos em conjunto pela troca de dias. Assim, o reassentamento de Água Santa gerou um impacto irreversível na produção:

Os trabalhadores eram mais, sabe? Assim ó, o movimento do trabalho era mais porque se meu marido ia trabalhar mais, ele ia trabalhar lá, se outra pessoa chamava ele, ele tinha um dinheiro maiorzinho porque era muitas pessoas que plantavam que precisavam de capinar também.. ai ficava semana mais semana capinando.. Então com essa baixa da Água Santa as coisas, né? Não foi boa pra gente também, que a gente ficou quase trabalhando em bico só. (Entrevista moradora da comunidade do Passa Sete; Passa Sete, 05/08/2016, apud PRATES, 2017, p. 70).

É, porque antes, em Água Santa a gente tinha de tudo, né? O que a gente não tinha, outros amigos tinham, dava pra gente, se tinha um mandiocal a gente fazia uma farinha a meia, um povilho a meia, sabe? Dava pra gente a mandioca, a gente fazia... mas hoje a gente não tem escora mais de nada, né? Porque não planta. O plantio maior que existia entre nosso meio, que abastecia Conceição, todo mundo, era Água Santa. Depois que a Anglo comprou, o pessoal entrou e cortou os plantios, acabou o lucro todo. (Entrevista moradora da comunidade do Passa Sete; Passa Sete, 04/08/2016, apud PRATES, 2017, p. 70).

Nesse sentido, com o reassentamento da comunidade de Água Santa, tanto a quantidade de serviço como o tempo de trabalho na roça aumentaram para os moradores do Passa Sete.

Diante desses três elementos, verifica-se a redução da produção agrícola na comunidade. Segundo os relatos, em fase de boa colheita e anteriormente à instalação do empreendimento, moradores chegavam a colher uma média de seis alqueires¹⁰² de milho, quatro alqueires de feijão e doze alqueires de arroz. Ainda segundo alguns moradores, essa quantidade de colheita era o suficiente para abastecer o núcleo familiar durante todo o ano e vender ou trocar o excedente com vizinhos e parentes.

Durante o trabalho de campo realizado entre os dias 02 e 05 de Setembro de 2017 na comunidade do Passa Sete, os comunitários nos informaram que as colheitas diminuíram significativamente. Um casal nos disse que no ano havia colhido somente cinco quilos de feijão, e que haviam tentado plantar milho e não conseguiram. “Tem uns cinco anos”, afirmaram, “que não conseguimos colher milho. Nasce, não fica bom, e morre” (Entrevista com moradores da comunidade do Passa Sete; Passa Sete, 04/09/2017).

Portanto, com a escassez de água, a diminuição da área plantada e a ruptura dos circuitos de reciprocidade (e respectiva redução da mão de obra disponível), os moradores apontam que atualmente necessitam comprar quase todos os produtos agrícolas no mercado, como: feijão, milho, café, fubá, açúcar, arroz, legumes, verduras e hortaliças. Isso afeta o orçamento familiar dos moradores, que não tinham despesas com esses produtos anteriormente à mineração. Além dos gastos na compra desses alimentos, algumas famílias da comunidade que não possuem veículo próprio apontam o aumento do gasto com o transporte, já que necessitam ir com mais frequência à cidade de Conceição do Mato Dentro. Mesmo que algumas famílias continuem plantando, a colheita não é o suficiente para abastecer toda a comunidade.

Água

Os moradores da comunidade do Passa Sete relatam a escassez de água oriunda da redução da vazão, das secas das nascentes e do assoreamento do córrego Passa Sete. Esses impactos estão sendo denunciados desde o início das instalações do empreendimento. Segundo os comunitários, duas nascentes da localidade secaram. Uma que abastecia quatro casas e outra que abastecia uma casa. Outras nascentes da comunidade têm tido a sua vazão reduzida. O assoreamento do córrego Passa Sete também afetou os moradores, pois, além de ser uma das principais fontes de lazer (nadar e pescar), também era utilizado para regar as hortas, para a dessedentação animal e atividades domésticas (principalmente para lavar roupa e louça, tomar banho e cozinhar).

A escassez hídrica significou desestruturação do modo de vida da comunidade do Passa Sete. A privação a que essas famílias foram submetidas obrigaram-lhes a procurar novas estratégias de vida (Bebbington, 2011), o que resultou numa sobrecarga em algumas atividades cotidianas, principalmente as domésticas.

102 O termo alqueire, aqui, é adotado pelos comunitários como referência a uma quantidade da produção agrícola nas roças. Segundo explicações locais, um alqueire tem 80 kg, o que corresponderia a aproximadamente 40 pratos de 2 kg de comida (por unidade.) Enfatizamos que as quantias relatadas neste Estudo servem apenas de parâmetro geral, pois não são resultantes de metodologias específicas de avaliação de perdas.

Atividades domésticas

As atividades domésticas, de responsabilidade principalmente das mulheres, tornaram-se onerosas devido à escassez de água. O tempo, o esforço físico e a dificuldade dessas obrigações se elevaram, acarretando, assim, o aumento da sobrecarga em suas vidas cotidianas.

As atividades domésticas que estão relacionadas com a água são: lavar roupa e louça, cozinhar, regar as plantas ornamentais e a horta, todas realizadas pelas mulheres. Além do aumento das dificuldades para realizarem essas atividades, as mulheres também ficam responsáveis pela economia da água, ou seja, além de terem suas funções oneradas, também receberam uma nova tarefa diária: buscar estratégias de economia de água.

Em relação à limpeza das roupas, as mulheres entrevistadas disseram que lavar roupa no rio era mais rápido do que é, atualmente, o processo de lavagem. Elas iam à beira do rio, acomodavam-se em alguma lapa e iniciavam a atividade. Segundo uma agricultora, gastavam menos de duas horas para lavar, em média, 30 peças de roupa. As atividades de lavar louças e cozinhar eram executadas com a água das nascentes, que eram encanadas até as suas casas. No período da seca, as louças eram lavadas nas águas do rio. Já para o ato de regar a horta, eram utilizadas as nascentes e as águas do rio, estas últimas, sobretudo, em períodos de estiagem.

Atualmente, esses processos estão mais complexos. As famílias que ainda possuem uma fonte de água em seus terrenos, com uma vazão suficiente para abastecer seus sítios, somente se oneraram quanto à necessidade de utilizar o eletrodoméstico “tanquinho” para lavarem as roupas. Os tanquinhos facilitam o trabalho dessas agricultoras mas, por outro lado, aumentam o tempo da lavagem da roupa e também o gasto de energia elétrica. Por esse motivo, algumas mulheres relatam a preferência por lavarem as roupas no rio.

Entretanto, na comunidade do Passa Sete existem famílias que estão enfrentando situações críticas de escassez de água. Em algumas casas, as nascentes principais secaram e as fontes alternativas de água não são suficientes para abastecerem essas residências por completo.

Em uma casa, por exemplo, para lavar roupa a moradora necessita deslocar-se até o poço artesiano de sua propriedade (possui como medida: 1 metro de profundidade e 70 cm de diâmetro), que localiza-se a 200 metros de distância da estrutura da casa. Ao chegar ao local, ajoelha-se para pegar a água dentro do poço, correndo o risco de se desequilibrar e sofrer algum acidente grave. Ao finalizar a primeira coleta, repete a ação novamente, pois necessita transportar dois baldes de água em cada viagem.

Para retornar à sua residência carregando os dois baldes, a agricultora necessita andar os cerca de 240 metros novamente e subir um morro íngreme do seu quintal para voltar à sua casa. A entrevistada nos informa que, após esse processo, ela gasta 50 minutos, no mínimo, para lavar 10 peças de roupa. Ou seja, a atividade da lavagem em si se tornou mais trabalhosa, mas além disso a moradora ainda necessita transportar a água para iniciar a atividade, aumentando o desgaste e o tempo empregado nessa tarefa. A entrevistada menciona também as dores nas costas que tem

adquirido após ter iniciado a atividade de carregar baldes de água até a sua casa. Em relação à horta, para conseguir manter o pouco de cultivo que possui, ela vai ao poço novamente e busca outros dois baldes de água, utilizados para regar as plantas. Como em sua residência somente possui o poço artesiano como fonte de abastecimento de água, e a família não considera a água desse local de boa qualidade, o casal necessita ir até a casa da vizinha para coletar uma água que considera limpa.

Para essa atividade percorrem uma distância de 650 metros, transportando dois galões de água de 25 litros em terrenos irregulares, precisando, ainda, atravessar uma pinguela de espessura fina para retornarem às suas residências. Costumam fazer esse trajeto de 3 a 4 vezes por semana. Pelo fato do agricultor ser mais velho que a sua esposa, em alguns dias ela busca água sozinha para poupar a saúde do marido. Os galões sobrecarregam os corpos do casal. A agricultora já teve seu pescoço inchado por carregar muito peso nos ombros e o agricultor já foi encontrado desmaiado e em posse dos galões, no caminho de retorno para a sua casa. Esse ato de transportar água é considerado um sofrimento por outros moradores:

“Tô dando graças a Deus que eu tô tendo essa bica. Acho que a minha não vai continuar não. Vai secar, porque só tá diminuindo, diminuindo... Tem dia que ela tá pouquinho. Nem sei o que eu vou arrumar, porque eu nem guento buscar aqueles galões. Eu tenho problema nossos ossos. Eu não aguento buscar longe por causa da doença.” (Entrevista com moradora de Passa Sete; Passa Sete, 06/08/2018 apud PRATES, 2017, p. 88)

...é pesado boba, é um sofrimento [carregar os galões de água]. Antigamente não tinha isso aqui não, todo mundo tinha muita água, o rio passava mesmo aqui... (Entrevista moradora da comunidade do Passa Sete; Passa Sete, 05/08/2016, apud PRATES, 2017, p. 88)

Nesse sentido, o ato de transportar água configurou-se como mais um elemento de sobrecarga cotidiana dessas famílias, afetando os seus corpos.

Em outra residência, a moradora utiliza a escassa água que vem de uma represa para lavar roupa e tomar banho. Entretanto, para cozinhar e lavar a louça, seu marido se desloca de carro até a comunidade do Arruda e busca água em barris de 20 litros.

Entretanto, a atividade doméstica relacionada à água que tem sido mais onerosa é a função de lavar roupa. A agricultora bate as roupas no tanquinho e as enxágua no córrego Teodoro (curso d'água que ainda não foi afetado pelo empreendimento) que está a 10 minutos de distância, de carro, da sua casa. Para não onerar ainda mais a atividade doméstica, a agricultora deixa as roupas se acumularem e retira um dia para realizar essa tarefa. Seu marido a leva no córrego e ela, juntamente com a sua nora, passa o dia no local lavando as roupas. Segundo essa moradora, as suas costas têm doído de tanto transportar os baldes de roupas de um local para o outro.

Na sua residência não tem mais horta ou plantas no quintal, devido à escassez de água. Essa condição de privação afeta a família em todos os níveis: produção, lazer e até em necessidades básicas (água para beber, escovar os dentes, tomar banho...).

Em outro núcleo familiar, as condições de privação em relação à água também se fazem

presentes. A dificuldade em lavar roupa multiplicou-se. A fonte de água utilizada está em sua vazão mínima e abastece três casas, não sendo o suficiente para atender a todas as demandas domésticas dessas famílias. Por esse motivo, uma senhora idosa anda em média 200 metros para encher um balde para lavar roupas e economizar a água de sua caixa d'água. Para lavar 30 peças de roupa, a moradora necessita colocar o tanquinho para funcionar cinco vezes, já que a máquina não sustentava as 30 peças de uma vez. Somente nesse processo ela gasta duas horas e cinquenta minutos. Após bater todas as roupas, a agricultora divide as roupas em dois baldes e anda mais 200 metros, carregando-os até o alambique onde costuma buscar água.

Ao chegar no local, a agricultora lava as roupas no tanque do estabelecimento, com a água que é utilizada pelo mesmo. Quando o alambique está produzindo a cachaça, a moradora utiliza o rego da água que é descartada no processo de produção. A utilização desse rego torna-se desconfortável para a entrevistada, pois ela senta-se em um banquinho baixo, sendo necessário ficar curvada para enxaguar as roupas, prejudicando a sua coluna. Após o término dessa atividade, a moradora retorna para a sua casa andando novamente 200 metros para estender as suas roupas, gastando em todo processo três horas e cinquenta minutos. A entrevistada ainda relata que possui dores na coluna em seu cotidiano e com o aumento da sobrecarga em seu corpo, ao final do dia, sente-se mais cansada e com mais dores.

Figura 37: Moradora da comunidade Passa Sete lavando roupa.



Fonte: Acervo GESTA/UFMG, 2017

Em relação à louça e ao ato de regar a horta, a agricultora utiliza-se da seguinte estratégia: posiciona uma bacia debaixo da pia para lavar a louça e, após finalizar, recolhe a água armazenada na bacia para regar as plantas.

Lazer

Uma das principais fontes de lazer da comunidade do Passa Sete era a utilização do córrego para nadar e pescar. Em uma casa da comunidade havia uma cachoeira que atualmente está inviável para uso. A pesca também era uma atividade frequente dos moradores e segundo uma comunitária “era a garantia de carne na mesa” (Entrevista com moradora da comunidade do Passa Sete, Passa Sete, 03/09/2017).

Após o início das obras do empreendimento, as águas do rio ficaram inutilizáveis, devido ao assoreamento e à sua contaminação. São inúmeros relatos de pessoas que tiveram doenças de pele ao utilizar a água do córrego, como pode ser visto nesse relato:

Hoje, como disse os meus meninos, “eles nem conhecem a água do rio”. Nem conhece a cor e nem conhece o rio assim pra tomar banho, como que é o banho do rio, né? Não tem como entrar no rio, o rio empola a pessoa. Empola porque quando eles começou a prender a água da barragem, que eu acho que eles começou a por brita e por remédio, sei lá... Eu lembro do meu filho lá na cachoeira da vizinha, lá ele encostou, sabe? Deixando a água cair na lapa, a água caiu e ele empolou as costas todas.. Deu cada borbulhão de água assim. Isso onde a água ficou caindo, as costas dele ficou toda emborbulhada. O filho de outro vizinho, coçou todo nessa época que começou que levantou a barragem e soltou a água nela na brita, sabe? Pra ela ir subindo pra eles verem o nível dela enchendo aos poucos e ela caía suja... e eu acho que já com químico... né? Que eles põem na brita pra poder matar o micróbio e eu acho que ela já chegava suja aqui, aí dessa época pra cá a gente já ficou com medo, aí nós não deixou os meninos mais tomar banho, eu levei meu filho para consultar. O médico falou que ele pegou uma micose muito perigosa de uma água. Aí eu disse: “Aí doutor, deve ser da barragem, porque a barragem, eles tão fazendo uma barragem no Passa Sete”, ele falou: “Ih, então a água deve tá contaminada. E isso pode chegar o tempo de pintar o seu filho todo. Assim como ele amanheceu com a micose, ele pode apanhar micose mais perigosa. Isso aí é só o começo. Se for mais na frente, eles não vão resistir, vai irritar a pele toda”. E esse menino custou a sarar, coitado. Comprei um tanto de pomada pra ele passar. Aí depois Deus ajudou que foi secando, secando... Até melava, onde assim, onde ele deixou a água ficar caindo... sabe? (Entrevista com moradora da comunidade do Passa; Passa Sete, 06/08/2016)

Após esses episódios, como dito no depoimento anterior, as pessoas pararam de utilizar as águas do rio para lazer, privação considerada uma tristeza para os moradores, pois tinham essa possibilidade próxima de suas casas. Atualmente, para poderem nadar em um rio, necessitam percorrer um trajeto de meia hora a pé. Somente os jovens têm ido ao córrego Teodoro para se refrescar. Os mais velhos dizem preferir ficar em casa fazendo suas atividades domésticas.

Meu filho gostava tanto de nadar ali... ele pulava lá naquele poço lá... mergulhava, agora... não tem nada... é triste... é triste de vera... A gente fica pensando assim.. por nas mãos do senhor... e ninguém esperava isso. Nós jamais um dia, nós pensou que nós ia ter um uma tribulação dessa na nossa vida... aqui no nosso meio... quem que podia pensar que ia ter uma mineradora tão grande em cima de nossa casa. Ninguém pensava isso nunca... Isso veio assim ó.. zump! do nada! Ela chegou... (Entrevista moradora da comunidade do Passa, Passa Sete, 06/08/2016).

Os filhos da gente não tem um lazer, não tem uma água para tomar banho, não tem nada. Cresceram tudo sem ter futuro para vida deles, tá bem difícil. Isto me dói muito, tanta gente fica doente, porque não tem prazer de ver os outros dias. (Fala de uma moradora do Passa Sete na oficina de Cartografia Social, realizada em São José do Jassém, entre os dias 28 e 31 de janeiro de 2017).

A perda do lazer significou mais uma fonte de privação dessas famílias.

Dessedentação animal

Após o assoreamento e a contaminação do córrego Passa Sete, os moradores denunciaram que, em alguns períodos, as criações adoeceram quando beberam a água do rio. Inclusive, alguns moradores relataram a morte dos seus animais após a utilização da água do Passa Sete. Durante as atividades de campo realizadas em setembro de 2017, uma moradora relatou à equipe do GESTA/UFMG que duas vacas haviam ficado doentes após utilizarem a água do rio, sendo que a família havia perdido cinco cabeças de gado, pertencentes a ela e a seus filhos. Ela já havia perdido um de seus animais em período anterior; um burro de carga utilizado para transportar lenha, compras e produção, atolou na lama após o assoreamento do rio durante a instalação do empreendimento, conforme ela narrou em 2016:

...que morreu meu burro que foi enterrado pela lama, morreu na lama ali. Que aqui era uma lama. Nessas beiradas aqui até as galinhas não podiam chegar que atolavam. E era uma lama brilhosa, escorregadia assim, aqui assim, que faltava a gente quebrar a perna. Não podia passar nem na ponta ali em baixo. (Entrevista com moradora da comunidade do Passa, Passa Sete, 06/08/2016).

Outra moradora relatou à equipe, na mesma ocasião (setembro de 2017), que em período recente as suas vacas haviam adoecido após beberem a água do córrego. A equipe ouviu relatos similares de outros moradores também na comunidade de Água Quente.

Animais silvestres

Os relatos em relação aos animais silvestres foram constantes. Apontaram principalmente o aumento do aparecimento de cobras nas trilhas utilizadas pelos moradores, e de animais silvestres invadindo as plantações. Dentre os animais citados, estão: rato, porco do mato e cutia. Ouvimos também relatos sobre o aparecimento de onças próximo às casas, o que não era comum antes da instalação do empreendimento.

Forte odor da barragem de rejeitos

Após o início da operação do empreendimento, os moradores têm denunciado o forte odor exalado pela barragem de rejeitos. Os principais horários em que o mau cheiro ocorre é entre 6 e 9 horas da manhã, e ao entardecer, entre 18 e 20 horas. (PRATES, 2017). Segundo os comunitários, esse odor causa incômodos ao organismo:

Eu sinto é coceira no nariz e tosse. Esses dias tá meio parado. Nariz coça direto e tosse. Quando eu tô dormindo aparece aquela tosse. Eu não tinha tosse, coceira no nariz. Se tiver com prato de comida na mão comendo eu não aguento comer, não dá, é de fazer vômito. (Entrevista com moradora do Passa Sete, Passa Sete, 06/08/2016 apud PRATES, 2017, p. 90).

...eu sinto é fadigado, a catinga vem e a gente fica ruim, né? Mal, fica achando tudo ruim. (Entrevista, Passa Sete, 06/08/2016 apud PRATES, 2017, p. 90).

Minha fia, é catinga com lama de porco, com chifre queimado, parecendo que queimou o chifre... Sabe? Aquela lama fedendo. Mas fedendo, fedendo MESMO, igual chiqueiro de porco que dá aquela lama preta. (Entrevista com moradora do Passa Sete, Passa Sete, 04/08/2016 apud PRATES, 2017, p. 90).

Uai, minha filha, eu sinto que a cabeça até dói, mas dói mesmo. Mas fede mesmo, porque entra dentro do nariz assim ó (Entrevista com moradora do Passa Sete, Passa Sete, 05/08/2016 apud PRATES, 2017, p. 90).

Eu tenho certeza, Clarissa, que se você sentir o mau cheiro aqui, ocê vai ver como as coisas é triste. E quando é mais ventoso, mais fede. Nossa senhora, mais fede. Assim como cê tá dentro, é como se tivesse queimado couro de boi podre, assim, sabe? Ou queimou bastante óleo e você ficou dentro da fumaça. Sabe aquele gás assim que ataca até o pé do ouvido da gente, a garganta assim? Nossa senhora! Você vai perceber, muito pior do que Barra longa. (Entrevista com moradora do Passa Sete, Passa Sete, 04/08/2016 apud PRATES, 2017, p. 90/91).

O odor é tão forte que chega a causar dores de cabeça, problemas respiratórios e náuseas. Esses sintomas passaram a fazer parte da vida cotidiana dos comunitários. A localidade, que era um ambiente tranquilo, saudável e “bom de se viver”, transformou-se em um ambiente contaminado, onde não se tem como “fugir dessa catinga”. Outro morador relatou que precisa tomar remédios constantemente para conseguir conviver com o mau cheiro. Sua namorada não dorme mais em sua casa devido ao “fedô” (PRATES, 2017, p. 91).

Diante da exposição à insalubridade do ar e da deterioração hídrica da localidade, os atingidos têm enfrentado doenças que anteriormente não faziam parte da sua rotina. Os enjoos, as dores de cabeça, as irritações da garganta e tosses, advindos da insalubridade do ar, não eram sentidos antes da mineração (PRATES, 2017, p. 91).

Insegurança em relação ao rompimento da Barragem

A insegurança quanto ao rompimento da barragem de rejeitos é denunciada pelos moradores desde 2010, quando souberam da construção da estrutura na cabeceira do Córrego Passa Sete (PRATES, 2017). Nas atas das audiências públicas é possível observar as seguintes falas:

Reclama quanto à poluição e escassez da água atualmente na região e relata preocupação com a construção da barragem do empreendimento. (Atingida do Passa Sete, Ata 44ª Reunião URC JEQUITINHONHA, 2010, p. 6 linha 269-270).

E a preocupação maior que está sendo construída uma barragem muito grande de rejeitos. E a

cada dia que passa, a água vai piorando, e algum dia ela vai virar barro, e nada está sendo feito. Nunca aconteceu de uma reunião na comunidade do São José do Jassém para dar uma satisfação à população do São José do Jassém e de todos esses lugares aqui. (Atingido do São José do Jassém, Transcrição da Audiência Pública em São Sebastião do Bom Sucesso, 2012, p. 12).

Boa tarde a todos. Eu tinha herança no Passa-Sete. Hoje lá existe uma barragem, que fizeram onde nasci, cresci e me casei. (...) Hoje moro para baixo de um empreendimento, e eles não olham o direito da gente. (...) A gente vai falar na reunião, eles dizem que não precisa se preocupar porque barragem não vai arrebentar. Estou cansada de ouvir notícias. No Amazonas, barragem rebentou. Em Goiânia, barragem rebentou. (Atingida, Notas Taquigráficas da 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos..., Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 06/05/2013, p. 103/104)

Boa noite a todos. (...). Moro para baixo de Passa Sete. E o que eu quero falar é isso, que eu moro para baixo do Passa Sete, para baixo da barragem, né? E agora eles fecharam a barragem já. A barragem tem cheiro. (...) “Ah, não vamos reassentar ninguém. Aqui, todo mundo vai ficar aqui nos lugares que estão”. Não é possível que eles vão deixar nós debaixo da barragem, debaixo do perigo. Não só eu, minha família, meus... Que tem mais três casas para baixo da minha ainda, que é dos meus filhos. E para cima também têm os outros morador e tudo debaixo da barragem. (Atingida, Ata da 11ª Reunião da REASA em São Sebastião do Bom Sucesso, 2013, p. 31).

Portanto, o medo e a insegurança quanto ao rompimento da barragem permeiam o cotidiano dessas famílias desde 2010. Após o rompimento da barragem de Fundão, no município de Mariana, Minas Gerais, esses sentimentos se intensificaram:

(...) Depois de Mariana eu fiquei mais preocupada ainda, porque o risco para nós vai ser pior ainda. Se lá em Mariana teve esse risco infinito, para nós aqui vai morrer muito mais gente. Lá morreu 24 ou 17, aqui vai morrer todo mundo que mora beira rio. Vai morrer no Passa Sete a Dom Joaquim, porque tudo é baixo. Muita gente. E tudo tem casa é nas beiras dos rios porque o rio fornecia água, né? (...) então o risco aqui pra nós, a minha preocupação é com o risco aqui. Acho que vai ser mais pior que Mariana aqui, quando a gente assustar, só nós aqui do Passa Sete e Dom Joaquim já foi mais de 200 pessoas porque tem um pedaço de Dom Joaquim que é baixo e tem morador abaixo também. Pode ficar a cidade alta de Dom Joaquim, mas beira rio, tudo vai embora. A minha preocupação é que vai ser muito pior. (Entrevista com moradora do Passa Sete; Passa Sete, 04/08/2016, apud PRATES, 2017, p. 71).

Essa sensação de que um rompimento da estrutura da barragem de rejeitos em Conceição do Mato Dentro acarretaria uma tragédia maior do que a de Mariana justifica-se pelo fato de que a barragem do empreendimento Minas-Rio corresponde a 370 milhões de m³ de rejeitos, ou seja, é seis vezes maior do que a barragem da Samarco que se rompeu em novembro de 2015. A sensação também se justifica pelo fato de duas das três comunidades mais próximas, situadas a jusante da estrutura, estarem localizadas a menos de 5 km de distância da barragem. A casa da moradora citada no relato acima se encontra a cerca de 2 km da barragem, e a da sua vizinha, a 1,5 km. Distâncias menores do que as da comunidade de Bento Rodrigues (cerca de 5 km), dizimada pela lama de rejeitos.

Portanto, após o desastre da barragem de Fundão, em Mariana, a comparação entre esses dois contextos tornou-se inevitável nos diálogos com os atingidos. A todo momento, a tragédia era mencionada e comparada com a experiência vivida pela comunidade. Essa comparação é mais uma forma dos atingidos evidenciarem que o sofrimento cotidiano que vivenciam não é

um “impacto simbólico”, como foi apontado pelos órgãos ambientais e pela mineradora. É um sofrimento sentido e elaborado diariamente (PRATES, 2017, p. 71).

Para os moradores da comunidade do Passa Sete, o medo tornou-se rotineiro e constante: “é uma preocupação que não sai da minha cabeça”, explicou um morador (PRATES, 2017, p. 72). Outra moradora também narrou esse cotidiano de insegurança:

A gente ficou com medo demais, minha filha. Nossa Senhora, minha filha! Nem dá pra dormir. Cê tem que vê quando venta, quando faz barulho lá fora, a gente já tá achando que é a barragem já tá descendo e o barulho já e vem atrás de nós. Jesus amado, nossa senhora, meu Deus! Igual quando eu saio assim, Clarissa, pra fora, fazer alguma reunião fora, eu não fico tranquila. Eu fico com medo de de repente ela estourar e a gente chegar aqui e não achar nem ninguém. Fica aquele pensamento que só fica na cabeça da gente, de que não dá tempo de correr. Até pra gente sair, a gente fica preocupado com as coisas que a gente tem. Com os filhos, de ficar em casa ou com marido mesmo. A gente sai e não sabe nem a hora que ela pode estourar, porque ela não vai marcar hora nem nada, não é? E feito por um monte de homem, nunca, nunca. (Entrevista com moradora do Passa Sete; Passa Sete, 23/05/2016, apud PRATES, 2017, p. 72).

Valencio (2010, p. 34), ao discutir os processos desencadeados pelos desastres relacionados às chuvas no Brasil, afirma que o medo e a desesperança são:

(...) algumas das expressões subjetivas da vulnerabilidade de determinados sujeitos. Decorrem, amiúde, da vivência cotidiana de interações sociais verticalizadas que insinuam, frequentemente, a legitimidade de práticas sociopolíticas supressoras e opressoras de modos de pensamento, hábitos, preferências, lugares, vozes e identidades que não estejam em conformidade com aquilo que é convencionalizado, por poucos, como sendo “adequado”, “de bom gosto” e “belo”. Significa dizer nesse aspecto, que são estados emocionais suscetíveis de serem deflagrados em um sistema concreto e especializado de trocas desiguais, cuja lógica organizativa não aceite refutação.

Segundo a autora, o medo ocorre na interação entre os indivíduos, cultura e sociedade. Nesse sentido, o medo é uma emoção que não está relacionada somente às experiências universais ou individuais, também é fruto dos fatores de ordem social e cultural. Diante do que foi exposto, pode-se dizer que o medo narrado pelas comunidades residentes a jusante da barragem de rejeitos do empreendimento Minas-Rio estabeleceu-se a partir da produção do risco na localidade, e na interação entre os moradores, a mineradora e os órgãos públicos, configurando-se em um medo coletivo, compartilhado nas experiências cotidianas e na relação com esses atores (PRATES, 2017).

Portanto, no contexto dessas comunidades atingidas, sobretudo Passa Sete, Água Quente e Jassém,

os medos permeiam a vida cotidiana e, na insistência dos riscos, se acumulam ao ponto dos (...) moradores se sentirem emocional e moralmente exaustos e progressivamente levados a se desenraizar do lugar tido como seu (VALENCIO et al, 2011, p. 56, grifo nosso).

Em depoimentos, os moradores do Passa Sete narram como o medo está intrínseco ao seu cotidiano:

Uai, minha fia, como que convive? A gente não tem paz... Eu não tenho não. Aquilo não sai da minha mente... eu fico “Meu Deus, o que nós vamos arrumar?”. Eu já penso, Clarissa, quando

começa a chuva... ele tem mais possibilidade de acontecer... porque amolece a terra... se aquilo ali é só terra, ai fica mole... Cê vê que um barranco ‘desse ai ó... Ce vê que o barranco é bem firme, né? (Entrevista com moradora do Passa Sete; Passa Sete, 05/08/2016, apud PRATES, 2017, p. 73).

Agora muito mais com esse negócio lá de Mariana, nós já tava com medo agora que nós ficamos com mais preocupação ainda. Enquanto começa a chover aqui minha filha, ninguém dorme não. A gente... ninguém dorme. Meu filho, tem problema de cabeça, coitado dele, ele fica preocupado. Ele fica: “É a barragem tá enchendo, a barragem tá enchendo... o meu Deus do céu...” Me preocupa, ainda mais com isso... ne? Que fica na cabeça dele... A gente fica aí nessa preocupação, porque quando tá chovendo, é pior, porque já pensou aquela terra amolecer lá, a barragem foi construída com terra... aí a gente não tem sossego nem de dormir. (Entrevista com moradora do Passa Sete; Passa Sete, 23/05/2016, apud PRATES, 2017, p. 73).

A preocupação da gente aqui é muito grande. É muito grande mesmo. E a vizinhança aqui pra mim também, é a mesma coisa que eu penso pra mim, eu penso pra eles também. Tem muita família com menino pequeno vai perder a vida, fica tudo pensando na cabeça, tem criança que nem conhece como é o mundo, vai morrer, a gente fica só pensando nisso. (Entrevista com moradora do Passa Sete, Passa Sete, 04/08/2016 apud PRATES, 2017, p. 73).

...aí quando arruma a chuva, é uma zueira, menina. A gente acha que a barragem tá arrombando. Pouco tempo mesmo, arrumou uma zueira, acordei com aquela zoeira e pensei, “O meu deus a barragem deve está desmanchando...” e fui lá na porta da sala e fiquei escutando... pensei “qualquer coisa eu acordo o Binho porque ele tem um sono muito forte.” e nós passa a mão ao menos nos documentos e pega as coisas mais fácil e vamos correr” mas correr pra onde? correr para o morro acima? nós não aguenta... pra lá é morro, cá é morro... nós vivemos no pé do morro, a água só vai descer...(Entrevista com moradora do Passa Sete, Passa Sete, 06/08/2016, apud PRATES, 2017, p. 73).

Portanto, a violência das afetações, nesse contexto, configura-se igualmente no medo coletivo e no sofrimento social, constituídos pelos atingidos através da produção do risco na sua localidade, formando “(...) **experiências corrosivas que mobilizam todos os recursos, pessoais, familiares e comunitários** (...)” (VALENCIO, 2014, p.41, grifo nosso). Em vista disso, as comunidades estão vivendo em um contexto de incertezas que circunscrevem um cenário em que o presente e o futuro são nebulosos e angustiantes diante do risco a que estão expostos. Existe em seus cotidianos “**um medo persistente, que dilacera o corpo, a mente, as emoções, as relações sociais do presente e a visão de futuro.**” (VALENCIO, 2014, p.41 apud PRATES, 2017, p. 75, grifo nosso).

9.2. Comunidade Água Quente

A comunidade de Água Quente está localizada a cerca de 4 km da barragem de rejeitos, às margens do córrego Passa Sete, em Conceição do Mato Dentro, divisa com o município de Alvorada de Minas. Compõem a comunidade vinte e nove casas situadas no arruado principal, seis casas do núcleo conhecido como Família Faustino e cinco casas espaçadas¹⁰³. A comunidade ribeirinha está cercada por propriedades rurais de grande e médio porte. Seus membros são, em

103 Dados levantados através de atividades de campo, e do trabalho de Cartografia Social, realizado pelo GESTA/UFMG ao longo de 2017 e 2018, em parceria com a Rede de Articulação e Justiça Ambiental dos Atingidos pelo Projeto Minas-Rio – REAJA, com as comunidades situadas a jusante da barragem de rejeitos e com o Programa Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA. Consideramos, não obstante, que esse quadro, mesmo atual, não deve ser considerado exaustivo, uma vez que as áreas de abrangência das comunidades podem se alterar, de acordo com contextos concretos e específicos.

sua maioria, agricultores, e possuem laços de parentesco e/ou casamentos entre si.

Os primeiros moradores da comunidade de Água Quente foram Maria Rosa, conhecida como Sá Branquinha, e José dos Reis, conhecido como Zé Ernesto. O casal mudou-se para a área após trocarem as suas terras na região do Porto por terras situadas no local. Na localidade, criaram seus dois filhos: Ana Rosa de Jesus, a Sá Aninha (ainda viva) e José Reis dos Santos, o Seu Juca (falecido). O arraial, então, se divide em dois troncos familiares: os filhos de Saninha, que residem na parte alta da comunidade; e os filhos de Seu Juca, que moram na parte baixa do arraial, a chamada “Grotá Funda”, às margens do córrego Passa Sete. Além desses dois troncos familiares, um pouco mais afastado do arraial reside a Família Faustino, cujos vínculos de parentesco passam por Geralda, esposa de José Reis e mãe dos moradores da Grotá Funda (TÔRRES, 2014).

Terra e Trabalho

A organização produtiva dos terrenos familiares se define por espaços distintos e articulados: as casas, as roças, os quintais e as hortas. Segundo Tôrres (2014), cada casa possui um quintal, com árvores frutíferas de diferentes espécies, como laranjas, jabuticabas, mexericas, limões, abacates, carambolas, acerolas, bananas, mamões, mangas, dentre outras variedades. As frutas são de uso comum, não sendo exclusivo de cada casa. As pessoas passam pelos quintais e colhem os frutos para suas residências sem causar qualquer tipo de constrangimento. Entretanto, por mais que os quintais sejam abertos aos indivíduos, cada família é responsável pelos cuidados de seu terreno.

Além das plantas frutíferas, é possível encontrar nos quintais a criação de animais. Quase todas as famílias possuem galinhas em seus terrenos e algumas possuem suínos e/ou bovinos.

O cultivo de hortaliças também é comum nas casas da comunidade de Água Quente. Esses alimentos compõem a pauta alimentar das famílias. Normalmente é feito o cultivo de alface, couve, repolho, quiabo, cenoura, alho, tomate, beterraba, abóbora, inhame, salsa, cebola de folha e plantas medicinais. No período de chuva forte, as hortas diminuem e, no período de seca, esses alimentos necessitam ser regados todos os dias. A responsabilidade pelos cuidados dos quintais e das hortas é geralmente destinada às mulheres, que contam com ajuda dos seus filhos. Cabe mencionar que as verduras e os legumes também são utilizados no trato das criações (TÔRRES, 2014).

O último plano que compõe a produção agrícola da comunidade é a roça. Local em que predominam os cultivos de milho, feijão e mandioca. Essas culturas são plantadas nos terrenos das fazendas, nos sistemas de meia ou terça. A produção é destinada ao consumo doméstico, desde a alimentação ao trato dos animais, e também para a produção de farinhas. O plantio é feito anualmente e são necessárias trocas de dias com outros moradores ou pagar trabalhadores a partir do sistema de diárias.

A atividade pecuária complementa o ciclo produtivo dessa comunidade, envolvendo os cuidados com gado, porcos e galinhas. Devido ao tamanho do território de Água Quente, em períodos de seca é necessário levar o gado ao pasto dos fazendeiros confinantes. Quando ocorre essa

situação, os moradores pagam monetariamente os dias utilizados ou fornecem alguns produtos ao fazendeiro. Em relação aos bovinos, alguns moradores vendem queijo e leite aos seus vizinhos ou em comunidades próximas. O animal compõe o ciclo produtivo dos sítios camponeses.

Os porcos funcionam como uma “salvaguarda” das famílias: caso ocorra uma baixa na renda familiar, a venda ou a troca desses animais pode resultar na quitação de dívidas. Os cuidados com as “criações” necessitam de abundância de água, tanto para os animais beberem, quanto para a limpeza dos chiqueiros dos porcos, por exemplo. Algumas tarefas diárias são de difícil execução, sendo realizadas somente com o apoio familiar. Além do núcleo familiar, os parentes e vizinhos também se apoiam mutuamente nas tarefas diárias ou em caso de necessidade (TORRES, 2014). Alguns moradores narram que também possuíam criação de peixe em seus quintais, principalmente tilápia.

Complementam a alimentação dos comunitários produções domésticas, como queijos, doces, quitandas, rapaduras, farinhas e corantes. Essa produção pode ser utilizada para consumo interno e também pode ser vendida para complementar a renda familiar. São “produtos (...) encomendados boca a boca”, com um “circuito interno de compra e venda, dinâmico e dependente dos laços sociais que unem, não só os moradores da comunidade, mas aqueles que moram nas localidades ao redor” (TÔRRES, 2014, p. 81).

Portanto, existe um sistema interno de produção, renda e trabalho que está ancorado no modo tradicional de vida dos moradores de Água Quente, e interconectado com as comunidades vizinhas. Os moradores de São José do Jassém e Passa Sete compram produtos dos comunitários de Água Quente, e o contrário também ocorre. Esse circuito interno sinaliza uma ampla rede de comércio e de trocas entre os moradores da região.

É necessário enfatizar que esse sistema de produção quintal-horta-roça-criação, articulado a uma rede de comercialização e troca de produtos, constitui atividades realizadas de forma complementar, variando conforme a disponibilidade de pessoas para desempenhar as tarefas, além de recursos e demandas. Configuram dinâmicas de produção fluidas, sendo o fluxo de pessoas essencial para a reprodução do modo de vida das comunidades (TÔRRES, 2014). Nesse sentido, são os “conhecimentos tradicionais, passados a cada geração, que regem as atividades agropecuárias, centrais para a alimentação das famílias, para os significados de trabalho e para complementar uma renda incerta.” (TÔRRES, 2014, p. 84).

Além do sistema de produção agrícola da comunidade, alguns moradores se inseriram no mercado formal de trabalho, trabalhando com carteira assinada em algumas fazendas, o que lhes garante uma renda maior no final do mês. De acordo com avaliações dos próprios moradores, aposentadorias e o Programa Bolsa Família teriam também contribuído na conformação de uma “condição de vida melhor” na comunidade, pois a garantia de renda fixa mensal possibilitaria às famílias fazer planejamentos financeiros, garantindo o mínimo do sustento¹⁰⁴.

104 Tôrres (2014, p. 101/102) menciona o impacto positivo das aposentadorias e do Programa Bolsa Família na economia familiar. De acordo com o Núcleo Travessia e Cáritas Brasileira (2016, p. 73), tanto o trabalho assalariado como o Programa Bolsa Família foram encontrados, no universo de famílias pesquisadas nas comunidades rurais afetadas pela mineração na região, como fontes relevantes de complementação da renda familiar, muito embora ressaltem a existência de famílias que dependem exclusivamente de sua produção.

Sociabilidade, água e lazer

Antes do empreendimento os moradores da comunidade de Água Quente possuíam água em abundância, utilizando-se de duas fontes de abastecimento. As nascentes eram a principal fonte, e a segunda forma de abastecimento era o rio. No tempo de redução da vazão das nascentes, as famílias utilizavam o rio para as atividades domésticas e de higiene pessoal.

Os moradores contam que as águas eram abundantes, tanto as do rio, quanto as das nascentes. O vilarejo possuía cinco nascentes, que abasteciam as casas das famílias, e o grupo familiar dos Faustino possuía um. Segundo informações coletadas em campo, essa nascente dos Faustino possuía uma alta vazão, ela fluía pelos quintais das casas da localidade. Em relação às águas do rio, os comunitários relatam que eram claras e limpas, dando para “ver o fundo”.

De acordo com os relatos, o córrego Passa Sete possuía águas cristalinas que podiam ser consumidas diretamente da fonte. Em entrevista realizada por Tôrres (2014), duas moradoras apontaram como era a relação das pessoas de Água Quente com o rio:

Moradora 1: Ali, minha filha! Ali embaixo ali ficava tudo cheio, né Ciana? Domingo, dia de semana... dia de semana era nós – ia tudo pro rio. Eu, a mamãe, Ciana, aquela meninada tudo pro rio tomar banho porque não tinha água na época. A gente tomava banho no rio porque usava a água do rio.

Moradora 2: Mas era bem melhor do que hoje.

Moradora 1: Era dez vezes melhor! Porque chegava lá e nós brincava todo mundo. Os grandes viravam criança. Os grandes viravam criança, minha filha! Brincavam de pega-pega. Nó, era bom demais! (Entrevista com moradoras de Água Quente, apud TÔRRES, 2014, p. 107)

Durante as atividades de campo realizadas em setembro de 2017, um morador relatou que antes do empreendimento Minas-Rio as pessoas podiam nadar em qualquer córrego, e que as águas eram limpas e claras. Em Água Quente as pessoas nadavam, havendo lapas para deitar no rio, lugares para pular, pescar, para fazer todas as atividades de lazer, e ainda para tomar banho e lavar roupa.

Antes do empreendimento a distração maior das pessoas era o rio, as crianças brincavam e os adultos nadavam e pescavam. Hoje não tem muita diversão para os jovens, só acontecem algumas festas na região (Entrevista com morador de Água Quente, Água Quente, 06/09/2017).

Outra moradora observou que o córrego possuía muitos peixes: enquanto sua mãe pescava no rio, ela ia nadar na cachoeira conhecida pelos comunitários como Lapa, próxima à casa de um fazendeiro da comunidade.

De acordo com a descrição de Tôrres (2014), a Lapa era o local onde as crianças e os adultos iam nadar nos momentos de lazer. O lugar continha uma pequena queda d'água e um grande poço, cuja mata, ao redor, era cuidada pelas crianças e pelos adultos, para poderem repousar após se refrescarem na água. O local era muito frequentado pelas crianças. Uma moradora lembrou, em conversa com essa autora, a sua infância:

Nós estudava e despistava um tiquinho e tava no rio! Aí elas via e saía gritando e xingando nós. Pra nós sair de lá. Sábado e domingo elas deixava. Aí nós ficava o dia inteiro.

Entrevistadora: Aí que que cês fazia lá?

Nós ficava nadando, brincando de pega dentro d'água. Depois saía de novo, secava, depois voltava de novo. Só vinha pra casa pra comer, voltava pro rio de novo. (Entrevista com moradoras de Água Quente, apud TÔRRES, 2014, p. 111)

Uma agricultora idosa da região assim resumiu, para a equipe do GESTA/UFMG que esteve em campo em setembro de 2017, o sentimento de nostalgia expresso na fala acima transcrita: “Os meninos eram igual peixe na água desse rio” (moradora da comunidade de Água Quente, Água Quente, 06/09/2017).

A lavagem de roupa no rio fazia parte da rotina das mulheres. Segundo falas registradas por Tôrres (2014), lavar roupa rio era melhor e mais rápido, a abundância de água fazia com que as roupas fossem lavadas com agilidade. Além disso, ao deixarem as roupas secando nas pedras, o processo era finalizado com maior rapidez. Constituía, igualmente, uma forma de sociabilidade entre as mulheres. Segundo elas, lavar as roupas no rio possibilitava que se encontrassem umas com as outras para conversarem assuntos rotineiros. As mulheres da parte “de cima” do arruado se reuniam em um local nas margens do córrego perto de suas casas, e as mulheres da Grota Funda se reuniam próximo à ponte localizada perto de suas residências. As mulheres da Família Faustino lavavam roupas no Córrego Pereira e também na bica cuja água corria por seus quintais.

Os momentos de lavar roupa eram, enfim, momentos de trocas entre as mulheres, de alegria, risadas e até de muitos cafés - conforme confidenciou a Tôrres (2014) uma moradora da Água Quente que tinha por costume fazer um café para acompanhar a prosa durante as lavagens.

Moradora 2: Nós lavava roupa no rio vazio era muito melhor!

Moradora 1: Fazia tudo no rio, minha filha.

Moradora 2: Hoje não tem nem mais rio.

Moradora 1: Cada lavada era uma mergulhada no rio. Cada lavada uma mergulhada, mais ficava no rio do que dentro de casa mesmo (Entrevista com moradoras de Água Quente, apud TÔRRES, 2014, p. 107).

9.2.1. Transformações locais após chegada do empreendimento

Água, sociabilidade e lazer

A instalação do projeto Minas-Rio significou transformações no modo de vida da comunidade de Água Quente. O rio, que era central para a sociabilidade, para o lazer e para a identidade

dos moradores, tornou-se inviável para os usos múltiplos de suas águas, para o consumo, o uso doméstico, as atividades de lazer e a dessedentação dos animais. Nesse sentido, a perda do rio se materializou, no cotidiano das famílias, em inúmeras formas de perdas. As transformações ocasionadas pela mineração configuraram uma desestruturação do modo de vida tradicional das famílias de Água Quente.

Abastecimento de água

Em 2010, a Anglo American reconheceu Água Quente como comunidade “atingida emergencial”. Até então, somente Água Santa/Mumbuca e Ferrugem haviam sido reconhecidas como afetadas. Entretanto, a empresa enfatizou que a comunidade era “afetada por impactos locais mitigáveis e temporários”, também considerados “ocasionais e reversíveis” (ANGLO AMERICAN, 2010). Nesse sentido, após um acordo entre empreendedor e Ministério Público Estadual, em julho de 2010 foi definido que a comunidade de Água Quente seria reconhecida como “atingida emergencialmente pela água” (FERREIRA, 2015; LEITE, 2016). Em dezembro do mesmo ano, a Unidade Regional Colegiada do COPAM – Jequitinhonha aprovou a condicionante 87, que mandava

apresentar complementação do cadastro socioeconômico da comunidade de Água Quente, contendo diagnóstico de usos d'água prejudicados ou potencialmente prejudicados pelo empreendimento, bem como propostas para solução efetiva de abastecimento regular e retomada dos usos tradicionalmente desenvolvidos (SEMAD, 2010, apud Torres, 2014, p.121).

Em 2011, a Anglo American construiu um poço artesiano e instalou quatro caixas d'água junto ao principal núcleo residencial, além de fossas sépticas e banheiros externos em quase todas as casas do arruado¹⁰⁵. O sistema de abastecimento de água apresentou falhas desde o início de sua operação. São diversos os relatos de moradores ao longo do licenciamento, em reuniões e audiências, denunciando que a comunidade já ficou quatro, cinco dias consecutivos sem água. São situações que não ocorriam antes do empreendimento, pois quando a estiagem provocava a redução da vazão nas nascentes, as famílias recorriam às águas do rio. Seguem abaixo falas dos moradores, registradas em 2013, quanto à falta de água oriunda da ineficiência do sistema de abastecimento instalado pela Anglo American:

...quando falta água todos tomam água do rio, disse que as pessoas da empresa tomam água mineral e não teriam coragem de beber a água do rio, mas a comunidade não tem alternativa; perguntou se as pessoas terão futuro vivendo abaixo de uma represa com água que é uma lama, disse que o Sr. Maurício e outras pessoas responsáveis pela questão da água prometeram várias coisas, que a situação iria melhorar, ficaram mais de seis meses sem aparecer, voltando na semana anterior porque haveria reunião da REASA; que os representantes da empresa disseram que os moradores são culpados pela falta de água porque desperdiçam deixando torneiras abertas; disse

105 Há que se observar o caráter parcial e insuficiente da medida para o cumprimento do estabelecido na condicionante 87. Conforme demonstrado adiante, os usos múltiplos e tradicionais das águas jamais foram restabelecidos.

que isso não ocorre, que as torneiras não ficam abertas e que a água deles não dá pra nada porque num dia tem no outro dia falta, quando acaba eles ligam e que o pessoal da empresa nem sabe quando a água acaba, não sabe ou finge que não sabe e que as pessoas estão abandonadas e sem esperança; disse que em cerca de 15 dias faltou água umas 4 vezes; e apresentou fotos que mostram a caixa de água, sem tampa, pois o vento a tirou, com um ninho de passarinho que caiu dentro dela, dizendo que a empresa acusa os moradores de abrir a caixa e jogar os objetos lá dentro, mostrou também fotos (...) lavando objetos no rio; concluiu dizendo que as autoridades devem olhar pelas pessoas porque a empresa não olha e na hora que eles dão as costas todos são esquecidos (Ata da 9ª reunião da REASA, Água Quente, 11/03/2013, p. 5-6)¹⁰⁶.

A falta de água tem causado indignação em todos. A última falta de água durou oito dias. Nossos filhos recém-nascidos e os idosos ficaram sem água para beber, tomar banho e até mesmo para cozinhar (Fala de moradora da comunidade de Água Quente, Notas Taquigráficas da 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos..., Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 06/05/2013, p. 97).

Em 2014, aponta Tôres (2014, p. 121), os moradores reclamavam do mau cheiro e da grande quantidade de insetos nas fossas sépticas. A própria autora registrou, em seu trabalho de campo na Água Quente, episódios de falta de água¹⁰⁷. Em setembro do mesmo ano, durante a 86ª Reunião URC Jequitinhonha, quando foi concedida a licença de operação do empreendimento, uma moradora da comunidade relatou os problemas decorrentes da ineficiência do sistema de abastecimento, então já dependente da entrega de água por caminhões-pipa¹⁰⁸:

Boa noite a todos (...), sou moradora de Água Quente, eu trabalho de segunda a domingo, quando eu chego em casa não tem água, hoje eu levantei de manhã cedo, não tinha água na torneira, aí eu saí sem tomar café para vir para cá. Eles colocam um caminhão de água e quer que dure um mês, como lá mora muita gente, a água não dá. Eu tenho quatro meninos, tem dia que não toma banho, porque a água não dá para todo mundo que mora na Água Quente. Eu moro na beira do rio lá na Água Quente, 4 Km do rio lá onde eu moro, está sem jeito de morar lá (Ata da 86ª Reunião – URC Jequitinhonha, 2014, p. 46).

Também o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Melhoria do Ambiente de Alvorada de Minas – CODEMA registrou, em 2014:

...é notória a complicada a situação pela qual os habitantes vêm passando com a recorrente falta de água. Com o início do trabalho extrativista na região, o córrego Passa Sete existente na localidade tornou-se inviável ao uso, pois o mesmo encontra-se com alta turbidez inviabilizando a utilização da água pelos moradores do núcleo de Água Quente e pelos moradores ao redor (CODEMA – Alvorada de Minas, Relatório de Vistoria 006/2014, p.3)

Outro problema enfrentado pelas famílias da comunidade quanto ao sistema de abastecimento de água está relacionado ao fato de que as novas casas construídas após a instalação dos banheiros

106 Blog da CIMOS, <http://cimos.blog.br/reasa/>

107 “No final de semana anterior à minha última visita à comunidade os moradores haviam ficado novamente sem água. Sem água. Três anos após a instalação do sistema” (TORRES, 2014, p. 121/122).

108 Com a redução da vazão de água no poço, os reservatórios instalados em Água Quente passaram a ser abastecidos com caminhões-pipa. Até o final do ano de 2017 o sistema permanecia sendo abastecido com caminhões-pipa, conforme atesta o Parecer Único 1375747/2017, do SISEMA, que descreve o sistema de abastecimento de água da comunidade à página 108.

e das caixas d'água não foram contempladas com o sistema. Os próprios moradores construíram os seus banheiros e a interligação com o sistema de abastecimento de água implantado pela Anglo American. Durante as atividades de campo realizadas em 2017, uma moradora relatou que a mineradora foi informada acerca dessas ações, mas não se manifestou sobre nenhuma delas. Com a construção das novas casas, o abastecimento de água, que já era insuficiente, teria se saturado, aumentando, com o tempo, a frequência dos episódios de falta d'água. Em maio de 2016, em manifestação na MG-010, moradores da comunidade de Água Quente protestaram denunciando a situação de risco a que se encontram submetidos, devido à proximidade da barragem de rejeitos, e a falta de água, decorrente de mais uma falha no sistema de abastecimento (OBSERVATÓRIO DOS CONFLITOS AMBIENTAIS EM MINAS GERAIS, 2016). A incerteza quanto à eficácia do sistema diante da dinâmica de crescimento da comunidade – a constituição de novos núcleos familiares e novas casas – segue gerando insegurança.

Não obstante, durante as atividades de campo realizadas em setembro de 2017, algumas das famílias entrevistadas no povoado relataram que, naquele ano, já não estavam mais ocorrendo episódios de falta de água por falhas no sistema de abastecimento, que o mau cheiro das fossas desaparecera, e a quantidade de pernilongos diminuía. A melhora no abastecimento foi atribuída a uma troca de caixas d'água realizada pela Anglo American, e a redução do odor e dos mosquitos, ao plantio de citronela junto às fossas¹⁰⁹.

Entretanto, os moradores ainda enfrentam outros tipos de problemas oriundos do sistema de abastecimento de água instalado pela Anglo American. O primeiro relaciona-se à incerteza da permanência do sistema. A autonomia dos moradores transformou-se em uma situação de dependência: após as finalizações das atividades do empreendimento, como será feito esse abastecimento? Se a gestão for transferida para a prefeitura local, é possível que os moradores tenham que arcar com os custos do fornecimento de um recurso que antes possuíam em abundância, aumentando as suas despesas. Nessa perspectiva, a água, que era tida como um direito natural, uma dádiva, um bem comum da comunidade, passa a ser recurso escasso e mercantilizado, contrariando a própria lógica das concepções e práticas da comunidade (DUARTE, 2017).

Durante o trabalho de campo realizado no mês de setembro de 2017, os moradores relataram que necessitam economizar água para que os outros vizinhos também possam utilizar. Um morador, ao ser perguntado sobre a sua horta, afirmou: “Está pequena, se todo mundo tiver horta aqui, não sobra água para as pessoas”. O sistema de abastecimento, portanto, é insuficiente – ou melhor, ineficaz – para recuperar os usos múltiplos e tradicionais da água na comunidade. Já em 2014 a empresa de consultoria Diversus, reconhecendo que a relação de Água Quente com os córregos afetados pelo empreendimento Minas-Rio ia além do consumo humano, pontuava que “a simples substituição desse recurso por abastecimento de água encanada não compensa e/ou

109 Tais melhorias foram interpretadas por alguns atingidos como uma reação da empresa às manifestações de 2016. Por outro lado, é sabido que também os comunitários, por conta própria, tomaram providências para diminuir os incômodos gerados pelo funcionamento ineficiente do sistema, desde a realização de obras nas fossas até o uso de cortinados e inseticidas para o afastamento de pernilongos.

minimiza todos os impactos causados pelo empreendimento”¹¹⁰ (DIVERSUS, 2014, p. 161).

Nas seções seguintes, detalhamos uma série de privações pelas quais a comunidade de Água Quente tem passado, em virtude do assoreamento e contaminação do córrego Passa Sete, como a impossibilidade de lavar roupas no rio, de pescar, de nadar e tomar banho, de utilizar as suas águas para a dessedentação animal e para a regadura das hortas.

Privação quanto a lavar roupa no rio

Como dito anteriormente, para as mulheres de Água Quente o processo de lavar as roupas no rio era rápido e eficiente, além de possibilitar encontros entre elas para conversarem assuntos rotineiros. Com a impossibilidade de utilizarem o rio, essa atividade doméstica passou a ser realizada nas próprias casas, em um processo que aumentou o tempo gasto na atividade, pois a vazão da água nas mangueiras que chegam às casas é considerada pequena. As mulheres perderam, também, o momento de sociabilidade entre elas.

Figura 38: Local em que as mulheres da parte de cima de Água Quente lavavam as suas roupas no córrego Passa Sete. Na imagem é possível observar as margens do rio assoreado após a instalação do empreendimento.



Fonte: Törres, 2014

110 Ao final de 2017, essa impossibilidade foi atestada pelo próprio SISEMA, cuja equipe técnica, no contexto do licenciamento (LP+LI) do Projeto de Extensão da Mina do Sapo, reconheceu que a profunda alteração da qualidade da água do Passa Sete implica, inclusive, em riscos à saúde da população: “Diante das constatações do presente parecer, **não poderia deixar de observar a profunda alteração da qualidade das águas identificadas à jusante da barragem de rejeitos, no curso d’água denominado “Córrego Passa Sete”, que compromete os usos múltiplos do recurso hídrico de comunidades abaixo do barramento.** Não se pode tolerar a extrapolação frequente dos limites legais estabelecidos na legislação vigente, que podem resultar **em danos à saúde humana e à biota local.** Tal situação tem repercussão na tutela ambiental administrativa, e até mesmo na civil e penal. Há que se exigir medidas e ações concretas e efetivas para a mitigação dos impactos identificados quanto aos recursos hídricos, principalmente, no Córrego Passa Sete, com a finalidade de garantir quantidade e qualidade de água para as comunidades à jusante da barragem de rejeitos e a preservação da biota local” (SISEMA, PU N° 1375747/2017, p. 282).

Figura 39: Local onde as mulheres da parte de baixo da comunidade de Água Quente lavavam as roupas no córrego Passa Sete. Na imagem é possível observar as margens do rio assoreadas. Setembro de 2017.



Fonte: Acervo GESTA/UFMG.

Privação do lazer

Outra privação está na impossibilidade de utilização do córrego Passa Sete para o lazer. A Lapa, local onde os comunitários iam nadar, passar o dia, encontrar com os amigos e familiares, tornou-se um local impróprio para banho, no qual as águas estão turvas, com excesso de lama e mato.

Figura 40: A Lapa, local onde os moradores de Água Quente iam nadar. Na foto, é possível observar que as margens estão assoreadas.



Fonte: Acervo GESTA/UFMG.

A perda da Lapa foi registrada por Tôres também em entrevistas:

De primeira, lá era lugar bom. Na lapa ali na cachoeira era lugar que nós mais divertia, lugar de divertir era ali! Hoje acabou tudo. Hoje não tem nada de divertir ali. Depois que acabou. Cê vê, hoje ela virou até mato, porque ninguém... Porque quando cê mexe no lugar, o lugar fica vivo. Cê despreza o lugar que não... nem jeito do cê ficar mais, finda tudo né? O lugar onde nós pode brincar hoje, aproveitar a vida e distrair é no córrego dos Teodoro. Cabou pra nós, lugar pra nós. Brincar aqui mais não (Entrevista com morador da comunidade de Água Quente, em entrevista para Tôres, 2014, p.108).

Os comunitários relatam que, após a instalação do empreendimento, as pessoas que entravam no rio corriam risco de sair com a pele irritada. Em setembro de 2017, um morador chegou a relatar à equipe GESTA/UFMG: “Nós da comunidade gostamos de água, entretanto, somente a gente entrar no rio que ficamos com o corpo coçando” (Entrevista com morador de Água Quente; Água Quente, 06/09/2017). Por esse motivo, os jogos no campo de futebol, que constituíam um lazer para os homens da comunidade, também se encerraram: quando estavam jogando futebol e a bola caía no rio, ninguém se dispunha mais a entrar nas águas para buscá-la, pois tinham receio de se contaminarem com as mesmas. Por conta desse fato, a prática foi se tornando mais complicada. Além disso, após os jogos no campinho, os homens tinham o hábito de entrar nas águas para se refrescarem, mas, com o assoreamento e poluição do córrego, se viram impedidos de continuarem com essa prática.

Um morador, já idoso, tinha o hábito de se refrescar todos os dias nas águas do rio, ao lado de sua casa. Em 2017, diferentes pessoas narraram o hábito desse comunitário, inclusive ele próprio. Após a instalação do empreendimento, ele já não entra nas águas do rio e, devido à sua idade, não consegue se deslocar até o Teodoro para nadar.

O córrego do Teodoro passou a ser o único local disponível para o lazer de rio dos moradores de Água Quente. O local situa-se a 40 minutos a pé da comunidade, o que os impede de frequentá-lo diariamente. Além disso, as pessoas com dificuldades de deslocamento não conseguem acessá-lo, mesmo quando necessitam. Segundo um entrevistado, “as pessoas tão indo nadar no Teodoro, mas não vão sempre, agora o pessoal vai mais no domingo” (Entrevista com morador de Água Quente; Água Quente, 06/09/2017).

Privação da pesca

A pesca foi outra atividade prejudicada pela mineração. Além de ser um lazer, a atividade também produzia alimentos que compunham e enriqueciam o cardápio dos moradores, conforme já demonstrado na caracterização da comunidade do Passa Sete. Uma entrevistada, moradora de Água Quente, informou que a sua família tinha como tradição a pesca no rio Passa Sete para o almoço da Semana Santa, mas teve que abandonar esse costume devido a frequentes episódios de mortandade de peixes neste curso d'água¹¹¹. A falta de informações em relação a esses episódios é constante na atuação da empresa e dos órgãos ambientais. Um morador declarou ter visto

111 Episódios de mortandade de peixes no córrego Passa Sete foram registrados em agosto de 2014; e junho, agosto e novembro de 2017. Em outubro de 2015 foi registrado um episódio na barragem de rejeitos.

...os peixes mortos várias vezes. Nunca soube qual o resultado da coleta de água que a empresa faz. Não teve informação nem da Anglo ou da polícia ambiental. (Entrevista com morador de Água Quente; Água Quente, 06/09/2017).

Cabe mencionar que, em junho, agosto e novembro de 2017, ocorreram novos episódios de mortandade de peixes no Passa Sete. Segundo os moradores, no córrego já quase não havia peixes, e as últimas ocorrências teriam eliminado os que ainda existiam.

Figura 41: Imagem da mortandade de peixes ocorrida em 25/08/2017 no córrego Passa Sete.



Fonte: Acervo da comunidade

Dessedentação animal

Outra privação a que se encontra submetida a comunidade de Água Quente desde o assoreamento e contaminação do córrego Passa Sete refere-se à impossibilidade de utilizar o rio para a dessedentação dos animais. As denúncias em relação a esse impacto têm ocorrido desde 2010¹¹². No trabalho de campo realizado em setembro de 2017, uma moradora da comunidade do Passa Sete relatou a morte de suas criações após beberem a água do córrego. Outros dois moradores de Água Quente enfatizaram a má qualidade das águas do córrego: desde a mortandade de peixes ocorrida em agosto (2017), as criações não estavam bebendo mais água no córrego, afirmaram. Eles se viram obrigados a fazer um bebedouro para o gado, utilizando inclusive a água das caixas fornecidas pela Anglo American:

112 Ver, por exemplo: DIVERSUS, 2011, p. 117; 162; 187; 302; 316 e 322.

[Há cerca de quarenta dias] A água do rio descontrolou a criação, está poluída e ficou ruim para o boi beber. Teve que fazer um bebedouro para o boi, da mesma água que a empresa dá (Morador de Água Quente, Água Quente, 06/09/2017).

Na audiência pública realizada pelo Ministério Público Estadual (MPMG) e pelo Ministério Público Federal (MPF) no dia 29 de agosto de 2017, acerca das “Condições de vida das comunidades residentes abaixo da barragem de rejeitos da Anglo American”, uma moradora de Água Quente expôs o adoecimento dos seus animais após beberem água do córrego:

Boa noite a todos. (...) sou moradora de Água Quente, isso é que a água que está causando a morte dos peixes. Aí então eu fui e perguntei para eles: Se a água está matando os peixes, e as minhas vacas vai beber o quê? Se os peixes ‘está’ morrendo, minha vaca também vai morrer. Minhas galinha bebe no rio, os meus cachorros bebe água também no rio. Aí minha vaca adoeceu (Transcrição da Audiência Pública “Condições de vida das comunidades residentes abaixo da barragem de rejeitos da Anglo American”, São José do Jassém, 29/08/2017, p. 11).

Figura 42: Bebedouro de boi construído por um morador após as suas criações adoecerem ao beberem da água do rio. Setembro de 2017.



Fonte: Acervo GESTA/UFMG.

Produção agrícola, terra e trabalho

A redução da produção agrícola da comunidade de Água Quente ocorreu devido a dois fatores principais: escassez hídrica e a diminuição das pessoas no trabalho agrícola. Esses dois elementos são fundamentais para a manutenção dos meios materiais e econômicos necessários à sobrevivência e à reprodução social dessas famílias.

Os impactos sobre a água afetam diretamente o sistema produtivo dessas famílias. A impossibilidade de utilização do córrego impede que as hortas sejam regadas durante a estiagem.

No que tange à criação de animais, as dificuldades com a dessedentação vêm prejudicando, como dito anteriormente, o gado, alguns moradores tendo relatado a perda de bovinos que consumiram a água do córrego. Outros moradores deixaram de criar porcos, pois os cuidados com esse tipo de criação exigem abundância de água.

Assim como na comunidade do Passa Sete, os moradores de Água Quente alegam que as terras estão secas, já perderam a sua força. A comunidade perdeu espaços produtivos importantes, como o brejo e as vargens do rio. De acordo com eles, “o brejo está seco, não tem água para deixá-lo úmido”. Mencionam também que após o assoreamento do córrego Passa Sete, as vargens foram enlameadas, impossibilitando-os de plantar. Outro fator que também culminou na perda desses espaços é a água suja, pois, como o brejo e a vargem estão nas margens do rio, a água está em contato direto com esses locais. Segundo uma entrevistada de Água Quente:

Antigamente a vargem era toda plantada: plantava batata e arroz. Depois a gente foi largando pra lá, com a água suja não dava pra plantar lá (Entrevista com moradora de Água Quente, Água Quente, 07/09/2017).

Os principais alimentos plantados nesses locais eram inhame, arroz, abóbora e batata. Atualmente as famílias necessitam comprar esses alimentos. Um entrevistado disse que estava tentando cultivar abóbora, mas está inseguro quanto ao resultado. Segundo ele, a abóbora necessita de um terreno úmido e, como o brejo está seco, ele está utilizando outros artifícios, como cortar uma parte do tronco de bananeira e posicioná-la ao lado da abóbora, para manter a água por mais tempo e conseguir cultivar o alimento com a umidade necessária.

Os entrevistados apontaram que, na época boa de colheita, antes da instalação do Minas-Rio, colhiam pelo menos dezoito alqueires de milho e cinco alqueires de feijão. Informaram que as quantidades colhidas de milho davam para a despesa, fazer fubá e ainda alimentar os animais. O fubá era feito no moinho d'água de um morador em Água Santa, mas após o córrego ser assoreado, antes mesmo da realocação daquela comunidade, o moinho ficou inutilizado. A quantidade de milho colhida atualmente é insuficiente para todas essas finalidades: ele tem sido utilizado somente para alimentar os animais, não sendo suficiente para fazer o fubá. Portanto esse produto tem sido comprado nas vendas do Jassém ou em Conceição do Mato Dentro.

O feijão também teve queda na produção, segundo os entrevistados. A quantidade colhida antes do empreendimento era o suficiente para o consumo doméstico durante o ano, gerando também um excedente para a venda. Nos últimos anos, a colheita não foi suficiente nem para o consumo doméstico: os comunitários necessitaram comprar. Somente uma entrevistada relatou ter colhido em 2017 três alqueires de feijão, quantidade que há tempos, afirma, não conseguia colher.

Os relatos de perda na produção convergem com os dados do IBGE analisados na Capítulo 5 (Parte II) deste Estudo.

Além da redução na produção do feijão e do milho, e a necessidade de aquisição desses produtos para a composição da dieta alimentar das famílias, os entrevistados relataram que hoje necessitam comprar arroz e café, além de quiabo, abóbora, inhame, pepino e outros alimentos, antes oriundos das hortas.

Há relatos também sobre a invasão de animais nos espaços plantados. Eles têm consumido as roças dos moradores. Os animais mais citados foram: passarinhos, porcos do mato, tatus, e grilos (inseto). Uma entrevistada informou:

Ano passado os passarinhos não deixaram colher roça. Outros animais que começaram aparecer nas roças: porco do mato, tatu e grilo. A natureza lá em cima acabou, está tudo descendo. Nem fruta está sobrando, comem as roças e os frutos das pessoas (Moradora de Água Quente, Água Quente, 07/09/2017).

Relações de trabalho

A falta de mão de obra também é mencionada quando se fala da diminuição da produção. Os entrevistados relatam que, antes da mineração, a troca de dias era comum. Segundo uma comunitária, em época de colheita e plantio juntavam doze homens em uma terra para terminarem o trabalho mais rápido e seguirem para a roça de outro. Em setembro de 2017, ela afirmou ainda existir a troca de dias, mas a quantidade seria menor. Outra informante aponta que a Anglo American modificou o tipo de trabalho da região. No tempo “dos antigos” as pessoas trabalhavam nas fazendas, e atualmente trabalham na mineradora, quando há emprego. Para ela, os jovens já não gostam de plantar, porque a renda é incerta e correm o risco de não conseguirem colher.

Durante as atividades de campo (2017), foram identificadas cinco pessoas trabalhando para a Anglo American, ou firmas terceirizadas. No entanto, o tema do desemprego foi recorrente entre as falas dos comunitários. Jovens já haviam deixado o currículo na empresa, mas até o momento não haviam sido contratados. Segundo eles, em 2015 quatorze pessoas da comunidade trabalhavam no empreendimento mas, em 2016, nove haviam sido despedidos. Essa redução no número de empregos foi sentida pela comunidade, e os moradores apontavam para a diminuição da venda de produtos locais como um de seus efeitos.

Os empregos destinados à comunidade, associados sobretudo às fases de instalação de estruturas relacionadas ao empreendimento, são, portanto, temporários. Paralelamente, conforme já demonstrado nas descrições anteriores acerca das comunidades do entorno do Minas-Rio, compromete-se de forma crescente os recursos e as condições que suportavam os modos tradicionais e as estratégias de vida antes acionadas pelas famílias da comunidade.

Insegurança quanto ao rompimento da barragem de rejeitos

Como discutido na descrição da comunidade do Passa Sete, a insegurança e a preocupação quanto ao rompimento da barragem de rejeitos já haviam sido expostas pelos moradores das três comunidades mais próximas situadas a jusante desde a fase de instalação da Etapa 1 do empreendimento. Devido à distância entre a estrutura da barragem e Água Quente, aproximadamente 4 km, em caso de rompimento as consequências serão drásticas e imediatas.

Esse medo do rompimento foi denunciado nas diversas instâncias públicas de participação, como em audiências públicas dos órgãos ambientais, nas reuniões da Rede de Acompanhamento Socioambiental (REASA) e em reuniões da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana-MG, em novembro de 2015, esse medo se intensificou. As consequências do desastre foram tamanhas, que as famílias de Água Quente e região não se sentem seguras em residirem abaixo da estrutura. Durante a audiência Pública realizada em São José do Jassém, no dia 29 de Agosto de 2017, uma moradora da comunidade Passa Sete relatou:

Falo também do medo da represa, né, da barragem, porque a falta de água é fato, mas e o medo da gente viver debaixo da represa? A gente se tornar pessoas... nós somos atingidos, então o medo da gente viver abaixo do empreendimento e, **de uma hora para outra, acontecer igual aconteceu em Mariana, a barragem de Fundão estourar, é enorme, porque está chegando no período de chuva**, agora em outubro começa o período de chuva na nossa região. Então, a gente vê que os volumes dos rios aumentam, então gera, com certeza, o aumento da água deles lá também é em grande quantidade. Então, para a gente que está abaixo do empreendimento, isso é um pesadelo, porque a gente não consegue dormir, a gente fica apavorado. O meu sogro tem uma mãe com 96 anos, completou agora em agosto, se, Deus nem deixa, essa represa, essa barragem estoura, como a gente vai tirar uma senhora acamada de 96 anos e conseguir correr com ela, gente? A gente, pode ser que a gente tenha perna, porque pode ser que a gente também não tenha perna para a gente correr, mas e ela, que, de fato, já está acamada, como a gente vai conseguir salvar uma senhora assim? Crianças, como a gente vai conseguir, se a gente estiver longe de nossas crianças? Como que a gente vai conseguir socorrê-las? Então, é muito triste o que está acontecendo (Transcrição da Audiência Pública “Condições de vida das comunidades residentes abaixo da barragem de rejeitos da Anglo American”, São José do Jassém, 29/08/2017, p. 9, grifos nossos).

Na audiência foram diversas as falas dos moradores da região reiterando a preocupação e o medo quanto ao rompimento da barragem, fazendo, a todo o momento, paralelo com o desastre de Mariana. Durante o trabalho de campo, em setembro de 2017, o temor do rompimento também apareceu nas conversas e depoimentos:

Sinto medo, principalmente no tempo da chuva. Esse ano a previsão de chuva é mais forte do que ano passado. Eu tenho medo do que pode acontecer, principalmente com o aumento da barragem (Moradora de Água Quente; Água Quente, 06/09/2017).

A barragem está um perigo, dizem que ela está trincada. Não queria sair daqui, mas não dá pra viver assim (Morador de Água Quente; Água Quente, 07/09/2017).

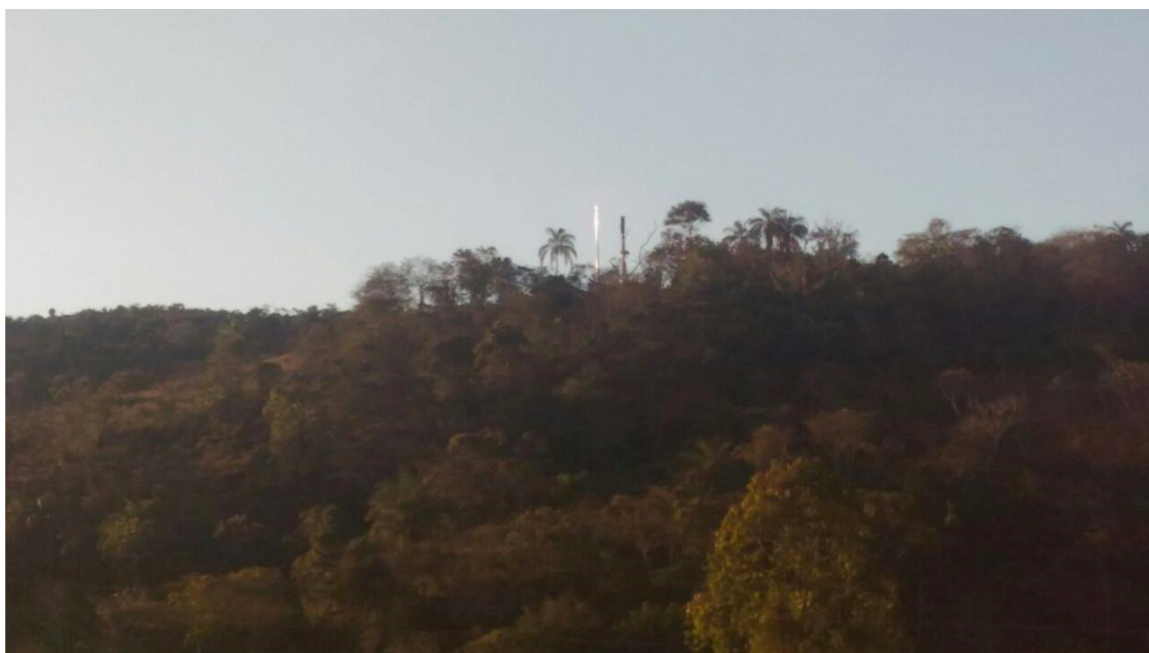
Quem está no perigo somos nós. Estamos vivendo um risco muito grande (Morador de Água Quente; Água Quente, 07/09/2017).

Após o rompimento da barragem de Fundão, a Anglo American instalou sirenes nas comunidades situadas a jusante da estrutura do Minas-Rio, alegando constituir uma medida de segurança. Essa instalação ocorreu a contragosto das comunidades, sendo que a comunidade de São José do Jassém realizou manifestações para impedir que a sirene fosse instalada. Entretanto, mesmo com as manifestações e a recusa dos moradores dessas comunidades, a Anglo American instalou

sirenes em Água Quente, São José do Jassém e na Cachoeira¹¹³.

A sirene na comunidade de Água Quente foi instalada na propriedade de um fazendeiro local, com a permissão deste. A estrutura está situada no topo de um morro, à vista de todos os moradores. Ela se destaca na paisagem de forma que os comunitários são lembrados a todo o momento que estão residindo em uma área de risco. Para os moradores, a sirene é o símbolo do risco que eles estão vivendo.

Figura 43: Sirene instalada pela Anglo American na comunidade de Água Quente. Foto retirada da janela da casa de um morador da comunidade.



Fonte: Acervo GESTA/UFMG, 06/09/2017

Após a instalação da sirene, os moradores de Água Quente questionaram a falta de informação relacionada à mesma e a insuficiência de informações sobre projetos de treinamento e rotas de fuga. De acordo com suas falas: “dúvida sobre a barragem, a gente tem muita”; “não tem segurança ou informação alguma”; “o povo da firma não fala nada, não fala onde a lama vai passar. Uma coisa sem explicação”.

Além de instalarem na paisagem um instrumento que representa o risco a que as comunidades estão submetidas, a empresa não esclarece, minimamente, perguntas consideradas cruciais pelos moradores, tais como: Quais são as rotas de fuga? Como é o funcionamento da sirene? Ela acende a luz, ou somente faz algum barulho? Qual a cor da luz? Qual som significará um rompimento? Dentre outras questões. Nenhum desses itens havia sido esclarecido para a comunidade de Água Quente até setembro de 2017.

113 Como já mencionado no Capítulo 8, Cachoeira é uma comunidade situada entre as comunidades do Beco e da Água Quente, às margens do Córrego Pereira (ou Vargem Grande), próximo ao ponto de encontro deste com o Passa Sete. A colocação de uma sirene no local sinaliza para a existência de risco, com a possibilidade da área estar incluída no chamado *dam break*. Não obstante, são escassas as referências à comunidade no EIA/RIMA, onde é apresentada como uma “localidade” do entorno, e da AEL definida para os estudos de patrimônio (EIA, Vol. IV, p. 186, 336/337).

Durante audiência pública realizada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais e Ministério Público Federal na comunidade do Jassém, em agosto de 2017, as falas desses moradores de Água Quente expressaram a preocupação e a angústia que estão vivenciando em seus locais de morada:

A minha mãe está lá, a minha mãe tem 106 anos que ela fez agora, dia 25 de julho, que ela fez 106 anos. Agora, eles ‘disse’ que vai pôr esse negócio lá, essa sirene para a comunidade. O que é que vai valer isso? Eu e a minha irmã aqui, que toma até conta dela, eu e a minha irmã e o meu irmão é que estamos lá tomando conta dela. Agora, nós vamos aguentar, coitado do meu irmão também, que é aleijado, eu também velha, ele velho, minha irmã velha e a minha mãe na cadeira de roda, né? Como que nós vamos levar ela para o Arco da Manga? Será que tem capacidade para isso? Nós não estamos aguentando nem andar, nós vamos subir para o Arco da Manga? Não tem jeito, né? É difícil. É difícil. Ah, então, tem que olhar para a comunidade. Meu pessoal todo, que nós somos uma turma de gente lá, todos são parentes, graças a Deus, não tem inversão, graças a Deus, todo mundo é amigo, né? Graças a Deus, somos uma parentada lá, foi nascido e criado lá, meus primos tudo lá, né? Debaixo do perigo, ainda está mais debaixo do perigo o que eu, porque eu ainda estou mais para cima, assim, mais no alto. Mas quando a barragem arrebentar lá, eu sei que é no reboliço dela vai lá em casa e de lá, os meus ‘povo’ já está tudo entupido, né? Ô, meu pai, é só Deus para ter misericórdia de nós (Transcrição da Audiência Pública “Condições de vida das comunidades residentes abaixo da barragem de rejeitos da Anglo American”, São José do Jassém, 29/08/2017, p. 39).

A minha palavra também que eu deixo aqui nessa noite é sobre a minha irmã aqui, as duas irmãs aqui e minha mãe, minha mãe que estão lá com 106 anos, 106 anos. Aí eu, bom, escutei um boato, não chegaram em mim, não, até a mim para falar comigo, que disse que eu falei ia ter um treinamento lá para nós correr. Agora, isso também para vocês entenderem bem, um homem com 66 anos, fiz uma cirurgia fez dia 1 de julho, fiz uma cirurgia em Belo Horizonte, no Hospital São Francisco. Bom, além disso, sofri uma paralisia, me deu de novo, não tem [ininteligível] na perna, minha mãe, como eu estou falando com vocês, minha irmã, minha esposa, vieram doente com um monte de remédio, quem é que vai aguentar correr para o morro acima. É a água entupir todo mundo, é a barragem entupir todo mundo, não estou falando não é só para mim, não, não é Água Quente, não. A comunidade do Jassém, tudo, até Dom Joaquim e daí vai para aí baixo, mais um lugar que eu não conheço. [aplausos]. (...) Então, eu estou falando porque nós da ‘parentagem’, nós lá, somos uma família só. A Água Quente do pé à cabeceira. Bom, então, nós todos estamos unidos e todo mundo está sofrendo. (Transcrição da Audiência Pública “Condições de vida das comunidades residentes abaixo da barragem de rejeitos da Anglo American”, São José do Jassém, 29/08/2017, p.56).

Boa noite a todos, né? Eu também falo o mesmo, né, porque nós estamos vivendo lá, né, oprimido ali, igual meu irmão falou aqui, minha irmã. Porque disse que vai treinamento para poder nós correr. Eu tomo conta da minha mãe que está com 105 anos, 106, né? E eu estou com 76, né? Então, como que nós vamos aguentar puxar a minha mãe de noite, ou qualquer hora para o morro acima, né? Que treinamento é esse que vai fazer? Agradeço a minha oportunidade, viu? (Transcrição da Audiência Pública “Condições de vida das comunidades residentes abaixo da barragem de rejeitos da Anglo American”, São José do Jassém, 29/08/2017, p. 62).

Mau cheiro oriundo da barragem

O forte odor oriundo da barragem de rejeitos também é sentido e percebido pelos moradores de Água Quente. Eles relatam que o mau cheiro ocorre no final da tarde e à noite. Segundo os comunitários:

A gente sente o fedô da barragem, o cheiro parece com o cheiro de alisante de cabelo bem fedorento (produto químico) (Moradora de Água Quente, 08/09/2017).

...tem dia que desce um fedô da barragem, catinga vai lá pra baixo, um cheiro ruim, parece cheiro de cocô (Moradora de Água Quente, 07/09/2017).

É um fedô insuportável (Morador de Água Quente, 06/09/2017).

Os comunitários relatam que esse odor, quando surge, atrapalha suas atividades diárias, causando fortes incômodos no corpo, como estômago ruim e enjoos.

Insegurança e violência

Após a instalação do empreendimento, as famílias relatam que pessoas de fora da região passaram a frequentar a localidade. Os moradores não possuem mais liberdade para andar pelos caminhos, principalmente as mulheres. Segundo uma entrevistada, havia um trabalhador da empresa andando nu pela região, disse também que os trabalhadores usavam drogas e tumultuavam a comunidade. Outra moradora, em sua fala na audiência pública de 29 de agosto de 2017, apontou:

Eu sou da comunidade lá da Água Quente,(..). A nossa vida é só Deus mesmo, né? A nossa vida está na mão de Deus. Quantos [ininteligível] teve aí agora, né? Entrar para o nosso lugar, quando eles 'veio', eles vêm com muita boa proposta, né? Não achava que nós ia ficar atingido não. E eu ainda falei com muitos que foi lá em casa, né? Eu falei muitas vezes: "Oi, gente, até agora nós estamos 'sossegado' nesse lugarzinho. Até agora, graças a Deus". Nós 'pode' dormir com a porta aberta, né? Graças a Deus que nada atinge nós. Mas agora não. Agora entrou um desassossego. Nós 'ia' para o ponto lá, com muita... hoje, eu não aguento ir, mas já fui muito a pé para a cidade, as madrugada levando até meus meninos, porque eu tenho cinco filho, né? Levando meus meninos para ter o ônibus passava lá na estrada, não tinha esse negócio de carro na porta, nós 'ia'. Hoje, nada, ninguém tem tranquilidade mais de andar mais, né? Tem muito medo, né? Faz medo mesmo, porque a violência é muita, né? É bicho por todo lado, né? A gente está com medo até dos bichinhos dentro de casa pegar a gente. É mesmo, todo mundo está aqui reclama e eu também reclamo (Transcrição da Audiência Pública "Condições de vida das comunidades residentes abaixo da barragem de rejeitos da Anglo American", São José do Jassém, 29/08/2017, p. 38).

Essa fala expressa a transformação que a comunidade vivencia após a instalação do empreendimento, em relação à presença de pessoas estranhas na região. Segundo esse relato, o local era tranquilo e sossegado, e atualmente paira na comunidade sentimentos de insegurança quanto à violência dos assaltos e roubos. Durante a atividade de campo, em setembro de 2017, uma entrevistada relatou o assalto que ocorreu na casa de um fazendeiro próximo, após a instalação

da Anglo American. O fazendeiro foi amarrado e teve alguns de seus pertences roubados. Esse episódio não é recente, mas alarmou a comunidade.

9.2.2. A Família Faustino

A Família Faustino pertence à comunidade de Água Quente, entretanto esse grupo familiar está inserido às margens do córrego Pereira, na fazenda Coração de Jesus, em local cedido pelo fazendeiro conhecido como Zé Tiburço. No local, há seis casas da mesma parentela. Os laços em relação aos moradores do vilarejo estão relacionados ao parentesco com a família de Seu Juca e Geralda dos Reis. Geralda dos Reis seria filha ilegítima do fazendeiro Domingo Simões com a Maria de Zé Pequeno. Maria do Zé Pequeno era casada com o Zé Pequeno, que foi escravo do Domingo Simões (TÔRRES, 2014). Os Faustinos, considerados descendentes da Maria do Zé Pequeno e do Zé Pequeno, seriam, então, “primos” dos atuais moradores da Grota Funda de Água Quente.

As casas, como em Água Quente, são compostas por: casa, horta, quintal e terreiro. Compõem o sistema produtivo das famílias os espaços denominados de roça. Cada casa possui sua própria horta e roça. O terreno, por ser pequeno, faz com que os moradores necessitem cultivar as suas roças nas terras dos fazendeiros, no sistema da terça. Pelo mesmo motivo, os bovinos precisam pastar nas terras das fazendas.

Produção e trabalho

Os homens da localidade trabalham nas propriedades do entorno, os acordos entre os moradores e os fazendeiros variam de fazendeiro para fazendeiro. Alguns trabalham com carteira assinada, outros são diaristas e há casos específicos, como ocorre com um membro da Família que, por exemplo, possui um espaço de pasto, cedido pelo dono da Fazenda, para criar suas quatro vacas e dez bezerros. No local, ele retira o leite e produz os queijos. O fazendeiro compra os seus produtos e revende em Belo Horizonte, onde mora. O agricultor não vende para mercados, cooperativas ou feiras semanais, mas faz algumas vendas pontuais, quando há demanda.

As famílias plantam a roça no sistema de terça, cultivam milho, feijão e mandioca. O fazendeiro fornece somente o espaço para o plantio. Capinar, arar, comprar adubo e sementes, e plantar, são atividades de responsabilidade das próprias famílias. O trabalho na lavoura é praticado na troca de dias ou troca de serviço, sobretudo com o pessoal de Água Quente, pois “lá eles são conhecidos”. Essa ação é baseada nos laços de parentesco. Os alimentos colhidos na roça são destinados ao consumo interno.

As atividades domésticas são de responsabilidade das mulheres: cozinhar, lavar louça e roupa, trabalhar na horta e todas as outras atividades relacionadas a casa. Há divisão de gênero no trabalho: mulheres cuidam da casa; homens cuidam da roça. O homem é, portanto, *o chefe da casa*, aquele que provê as despesas e a sobrevivência da família.

No tempo em que havia abundância de água, as famílias colhiam em seus quintais: “verdura, alho, nós vendia alho, fazia aquelas trancinha, era bonito demais [...] A gente colhia chuchu, mamão, tudo na horta, era tempo bom mesmo” (Moradora do núcleo Faustino, Água Quente, 19/08/2017). Além desses alimentos, eram cultivados inhame e abóbora. Segundo as moradoras do local, antes da escassez hídrica “a gente vivia na fartura”.

Além dos alimentos colhidos, as moradores produziam doces de mamão, manga e leite, tanto para o consumo quanto para venda. A entrevistada informou que não produz mais os doces, pelo motivo da falta de água:

Tem hora que a gente esmorece de fazer doce, suja muita vasilha, e se não tiver água pra lavar? [...] tinha hora que a gente vendia também, pra salvar umas continhas da gente (Entrevista com moradora do núcleo Faustino, Água Quente, 19/08/2017).

Água, Lazer e Sociabilidade

Antes do empreendimento Minas-Rio, esse grupo familiar era abastecido por uma bica através da qual as águas de uma nascente, localizada no próprio terreno, fluíam pelos quintais das casas da localidade. Segundo os moradores, era uma nascente abundante, “dava para umas dez famílias”. Os agricultores relataram como era a bica:

Era uma bica só. Todo mundo usava ela. Tinha duas pedras, uma de um lado, outra de outro, lavava roupa junto, uma surrava de um lado, e a outra de outro, e a gente fica conversando (Moradora do núcleo Faustino, Água Quente, 19/08/2017).

Ah, nós fazia trem demais. Nós mexia com horta, menino brincava nela, tomava banho nas bica d’água. Hoje ninguém conhece mais bica de pau, nos tempos antigos era bica de pau. Essa água era bonita demais menina, cê precisava de ver, ela vinha até aqui, oh [mostrando a quantidade] a gente podia nadar, era tempo bom, a água corria demais (Morador do núcleo Faustino, Água Quente, 19/08/2017).

A disponibilidade de água era tanta que alguns moradores possuíam criação de peixe em seus quintais, a espécie cultivada era a tilápia. De acordo com o entrevistado, as crianças pescavam e fritavam o alimento em casa. Era, segundo ele, uma diversão garantida.

Além da bica, os moradores também utilizavam as águas do córrego Pereira. Segundo eles, a água era clara, e era possível ver o fundo. Tanto as águas da nascente quanto as águas córrego eram utilizadas para beber, fazer comida, dessedentação dos animais, para horta e quintal.

Além das atividades citadas, as águas do córrego Pereira, especificamente, serviam para nadar e para pescar.

(...) para nadar e pescar, lá tinha muita tilapinha [...] sempre que a gente acabava as obrigações da gente a gente ia, era bom demais! (Morador do núcleo Faustino, Água Quente, 20/08/2017)

Antigamente isso aqui era cheio de jabuticaba. A gente ia pro rio nadar, levava um saco de jabuticaba

e passava o dia lá, nadando e comendo (Moradora do núcleo Faustino, Água Quente, 20/08/2017).

Tanto os adultos quanto as crianças tinham como atividade principal de lazer “nadar no rio”. Os mais novos iam ao córrego, sobretudo para nadar, brincar e pescar. Antigamente, o tempo livre era gasto nas águas.

Transformações locais após chegada do empreendimento

Produção e Trabalho

Após se configurar um quadro de escassez de água na localidade, uma das principais mudanças em relação à produção foi a perda da diversidade alimentar e o aumento dos gastos em relação aos alimentos.

A horta foi um dos espaços mais afetados. As hortas das famílias, antes, se situavam perto da entrada das suas casas. Entretanto, devido à escassez hídrica, foi necessário mudar os cultivos para um local mais úmido e fresco, o brejo. Esse era o local onde a nascente escorria. Ainda assim, as hortas não estão sendo produtivas, em sua maioria possuem pouca diversidade de alimentos, como couve, alface, mostarda, maçilica, poejo e hortelã. Alimentos como abóbora, inhame, cenoura, tomate, chuchu, alho, não estão sendo mais produzidos.

Outro efeito relacionado às hortas, conectado à escassez hídrica, envolve o regadio em águas que os moradores dizem ser sujas. Eles questionam se essa água suja afetaria o alimento ou não. Alguns dizem que se regar a horta com água suja, o alimento não se desenvolve. Outros têm medo de contaminarem as plantas ao regá-las com a água não considerada de boa qualidade. Em relação aos quintais, as plantas estão secas devido à falta de água. Atualmente, os quintais contêm somente dois tipos de árvores frutíferas: bananeiras e jabuticabeiras.

Em relação ao aumento dos gastos com alimentação, os agricultores mencionaram a necessidade de compra de verduras que anteriormente cultivavam, originando, então, uma dependência de mercados e dos fazendeiros, já que necessitam ou adquirir os alimentos na sede municipal, ou recebê-los sob a forma de doações eventuais de produtos das hortas das fazendas.

Antes a gente plantava, agora a gente tem que depender dos outros. De vez em quando, (...) dá uns pés de alface pra nós. [...] tem gente que fala que a gente tem condição de plantar, que num planta porque não quer, mais num tem água, uai. Que que adianta molhar as folhas com água suja? (Entrevista com morador do núcleo Faustino, Água Quente, 20/08/2017).

Hoje se a gente quiser comer verdura tem que comprar, antigamente a gente vivia na fartura, hoje tem hora que tem que comprar. [...] se eu for lembrar tudo o que a gente colhia, dava um caderno. A gente acaba ficando triste também (Entrevista com moradora do núcleo Faustino, Água Quente, 20/08/2017).

A diminuição na colheita da roça foi perceptível, sobretudo do milho, que necessita de mais águas das chuvas:

...uma vez eu voltei pra casa com o milho enrolado na camisa, de tão pouco que era. Deu só pra dar pras galinhas. Antes dava pra plantar mais, mas tá tudo seco, num chove, depois da chegada da mineração, acabou tudo. Eu só continuo plantando porque eu gosto é muito mesmo (Entrevista com moradora do núcleo Faustino, Água Quente, 20/08/2017).

A colheita de feijão ainda tem sido o suficiente para abastecer as famílias. Segundo uma moradora, ano passado ela colheu cinco sacas desse grão. Contudo, como as nascentes das fazendas em que as famílias plantam também secaram, o trabalho na roça foi prejudicado, pois foi necessário levar alguns galões de água para beber durante o serviço e, quando a água acabava, era preciso retornar às suas casas, o que redobrou o trabalho e o cansaço dos lavradores.

As mulheres informaram que criavam porcos, tanto para o consumo, quanto para a venda. O porco, para as famílias agricultoras, configura uma espécie de salvaguarda para a renda familiar, uma vez que o animal pode ser vendido em casos de necessidade. Atualmente, nenhuma casa da Família Faustino cria porcos. Alguns associam o fim da criação ao trabalho que se tem para o cuidado, outros associam à falta de água:

Precisa de água para eles beber, pra fazer comida pra eles. (...) [Eles comem] banana, inhame, milho. Tudo cozido. Aí precisa de muita água. (Entrevista com moradora do núcleo Faustino, Água Quente, 20/08/2017).

Secamento da nascente e o abastecimento de água no Buracão

Em 2017, a família Faustino ia buscar água para consumo e uso doméstico na nascente conhecida como Buracão. A distância entre o Buracão e a localidade é de aproximadamente dois quilômetros. O caminho é composto por algumas declividades, pequenos “morrinhos” que tornam o caminho cansativo. Com chuva ou sol, as famílias faziam esse caminho, pois era a única água limpa a que os moradores tinham acesso. Eram transportados, em cada viagem, cerca de 35 litros de água. As agricultoras percorriam essa distância de três a quatro vezes por semana e duas vezes ao dia: uma pela manhã e outra pela tarde. A água coletada nessa nascente era utilizada para beber e fazer comida.

Vale ressaltar que geralmente são as mulheres que vão buscar a água no local. Como o ato de pegar a água é uma tarefa considerada doméstica, portanto feminina, são elas as responsáveis pelo processo. As mulheres afirmam que a tarefa de buscar água no Buracão as sobrecarrega, pois, além de andarem dois quilômetros de distância carregando o peso correspondente aos 35 litros nas costas, afetando o corpo, o tempo gasto atrasa as outras atividades diárias:

Moradora: Isso aqui atrasa a gente demais, minha filha. Olha só, a gente deve ter demorado 1 hora aqui.

Entrevistadora: E a senhora ia tá fazendo o quê agora, se não tivesse de vir buscar água?

Moradora: Ah, eu ia tá lavando roupa, fazendo comida pra quando os meninos chegar [...] a gente pena demais, viu! (Moradora do núcleo Faustino, Água Quente, 20/08/2017).

Abastecimento de água fornecido pela prefeitura

Antes de serem instaladas as caixas d'água pela Prefeitura, os Faustino ficaram um período sem água, pois a nascente que tinham já havia secado por completo. Os familiares de outras comunidades levavam água para o grupo, um galão de 50 litros, que era suficiente somente para beber e fazer comida, não sendo possível fazer outros usos domésticos, como tomar banho.

A comunidade era abastecida, em 2017, por duas caixas d'água instaladas pela Prefeitura de Conceição do Mato Dentro, uma em 2011 e outra em julho de 2017, devido às denúncias dos moradores em relação à baixa quantidade de água. As caixas d'água são abastecidas por um caminhão pipa programado para ir ao local às terças e quintas-feiras. No entanto, a água da caixa e a caixas em si são sujas, o que também é motivo de denúncia dos moradores:

A água tava amarela, mas nós usava dela mesmo assim. Aí depois eles falaram com nós que não podia usar, num podia nem por na boca (Entrevista com moradora do núcleo Faustino, Água Quente, 23/08/2017).

A empresa fala que nós tem que limpar, mas como que nós vamos entrar lá dentro pra limpar? Por escada lá? Vai rachar e nós vai fazer como, pra sair de lá depois? (Entrevista com moradora do núcleo Faustino, Água Quente, 23/08/2017).

Eles trazem a água de caminhão pipa, mas é muito suja. Ela tem umas buchas de cabelo, a caixa fica toda suja. A sujeira gruda do lado na parede e embaixo, depois que coloca a água, uma ou duas horas depois fica cheio de sujeira embaixo (Entrevista com moradora do núcleo Faustino, Água Quente, 24/08/2017).

Os moradores relataram que, quando chove, o caminhão pipa não vai à localidade entregar a água para o abastecimento, pois corre o risco de atolar. Segundo uma moradora, já chegaram a ficar três meses sem água e que esse fato prejudicou a ida de seus filhos à escola: “tem jeito não, uai, num dá pra deixar os meninos irem pra escola sem banho não” (Entrevista com moradora do núcleo Faustino, Água Quente, 22/08/2017).

Devido à má qualidade da água, as mulheres relataram a necessidade de lavarem a louça mais de uma vez. Segundo elas, é necessário primeiro lavar a louça com a água da caixa d'água “para tirar o grosso da sujeira” e, no ato de cozinhar, lavam a louça novamente com a água do Buracão, para retirar as impurezas da água da caixa.

O abastecimento de água, devido à sua má qualidade, trouxe doenças para os moradores. Segundo eles, ao utilizarem-na para consumo, apareceram problemas de pele em algumas pessoas. Uma moradora informou que seu filho “ficou todo empolado”. Segundo um membro da comunidade, foi uma doença difícil de tratar.

...nó, eu fiz de tudo pra esse menino, levava ele no médico, mas a médica mandava eu passar casca de goiaba e num sei o quê, eu queria era um trem que solucionasse ele Morador do núcleo Faustino, Água Quente, 22/08/2017).

Figura 44: Doença de pele após o consumo da água da caixa d'água. Junho de 2017.



Fonte: Acervo GESTA/UFMG.

Lavar roupa

As mulheres lavavam roupa na bica da nascente ou no córrego Pereira. Segundo uma moradora, o ato de lavar roupa no rio era uma forma de sociabilidade, como foi mencionado pelas mulheres no vilarejo: “a gente ia, lavava lençol, cobertor, vasilha, nós juntava e ficava lá proseando, rindo demais. Era bom demais” (Moradora do núcleo Faustino, Água Quente, 24/08/2017). Segundo uma agricultora, lavar roupa no rio “era uma alegria só”.

Atualmente, as mulheres criaram uma forma de gestão para poderem lavar roupas. Elas se revezam no dia de lavá-las: num dia uma mulher lava, no dia seguinte outra o faz, e assim por diante. Segundo elas, é necessário fazer esse revezamento para que não falte água.

Hoje a gente tem que revezar o dia de lavar roupa, um dia uma usa o tanquinho, no outro a outra usa, se não a água não dá pra todo mundo. Era o tempo da riqueza da água, mas eles [empresa] destruíram com a natureza nossa (Moradora do núcleo Faustino, Água Quente, 24/08/2017).

As agricultoras também apontam estrago nas roupas e nas vasilhas devido à má qualidade da água do caminhão pipa: “a roupa fica toda amarela. Se tem uma blusa igual essa sua aí, branquinha, já era, estraga toda” (Moradora do núcleo Faustino, Água Quente, 24/08/2017).

Aparecimento de animais

Os moradores relatam o aparecimento de onças na localidade, situação essa que não ocorria anteriormente à mineração. Segundo eles, qualquer movimentação nas matas já provoca medo. Os moradores relatam já ter avistado onças, tendo ocorrido um ataque a um bezerro de um membro da família.

De madrugada cê escuta ela urrando. Ela num mia não, ela urra. Não faz muito tempo ela pegou galinha no meu galinheiro. Eu tive um sobrinho que viu ela no ponto indo pra Conceição. Aí ele falou: “oh tio, eu vi ela lá” (Morador do núcleo Faustino, Água Quente, 21/08/2017).

O marido de uma comunitária trabalha à noite para a Anglo American como vigilante. A entrevistada narrou que quando ele está no trabalho, ela chama sua irmã para dormir em sua casa, para lhe fazer companhia, pois fica insegura de dormir sozinha, com medo da onça aparecer.

Insegurança quanto ao rompimento da barragem

Como no vilarejo de Água Quente, a Família Faustino também apresenta inseguranças quanto ao rompimento da barragem de rejeitos:

Quando chove aquilo lá [barragem] enche, né?! Aí a gente num sabe o que pode acontecer, e a gente tem medo, tem nossas coisas aí, nossos filhos, depois acontece que nem lá em Mariana (Moradora do núcleo Faustino, Água Quente, 21/08/2017).

As águas, em tempos antigos, eram vistas como bênçãos, motivo de felicidade, pois traziam a fertilidade da terra e o sucesso para as plantações. Chuva significava dádiva. Hoje, depois da tragédia de Mariana, chuva significa risco. Simboliza a agonia, o medo, concretizado nas noites sem dormir. “A gente não dorme mais”, um agricultor comentou em uma conversa. “Pessoal tem medo de morrer por causa desse trem aí, a gente não dorme mais não”, afirmou outro. A mineração, portanto, transformou também o significado e o sentido simbólico das chuvas: chuva dádiva *versus* chuva risco, como falado por uma entrevistada e destacado acima: “hoje em dia qualquer pessoa fica com medo da chuva”. Portanto, as chuvas, que além de trazerem o medo da barragem se romper, trazem também outras ansiedades: o assoreamento dos rios e a não entrega da água pela Prefeitura, na justificativa de o caminhão atolar.

Quando chove a água fica cheia de barro, fica cor de terra. A água que eles [prefeitura] traz vem com cor de barro. Eu falei com meus filhos, “gente, quando chover aqui, como que nós vamos tomar água? [...] o caminhão não vem aqui em tempo de chuva, eles fala que o caminhão vai atolar” (Morador do núcleo Faustino, Água Quente, 24/08/2017).

Em relação à sirene instalada pela Anglo American, os moradores apresentam sentimentos de incredulidade quanto à eficácia do equipamento, principalmente devido à distância em que se encontram da barragem de rejeitos.

Eles colocaram aquele trem lá [sirene] para avisar, mas até que toca já correu a água, a gente num guenta correr, né, a gente já tá de idade, tem criança também, né, gente velha, a gente tem que pegar eles, até aí já pegou [a lama] nós tudo. [...] hoje em dia qualquer pessoa já fica com medo da chuva e a gente tá embaixo aqui, né [...] a gente quer a vida da gente e a água também a gente quer (moradora do núcleo Faustino, Água Quente, 23/08/2017).

Segundo um morador, a sirene de Água Quente ainda não foi ligada, e tampouco adiantaria - “não adianta eles por lá não, em Água Quente, não vai servir, no Jassém também não” - ,

pois a lama correria rápido, e não daria tempo de todos escaparem. “Correr pra onde?”, eles questionam, apresentando mais uma vez insegurança quanto à eficácia da sirene.

Poeira

O impacto da poeira, ainda que pouco mencionado (pois, quando se fala de impacto na localidade, as famílias remetem sobretudo à água), também causa danos aos agricultores. Segundo eles, a poeira traz problemas de saúde, pois possuem dificuldade para respirar, afetando também a produção da horta:

Tudo que plantava na roça cê colhia. Hoje a poeira mata tudo o que cê tem. Eles [empresa] colocaram um motorzinho para pegar a poeira, mas não pega nada não. Mas a poeira a gente ainda passa por cima. Mas não dá pra ficar com sede não (Moradora do núcleo Faustino, Água Quente, 23/08/2017).

Sociabilidade e Parentesco

Em relação à sociabilidade, algumas mulheres da Família Faustino afirmaram que possuíam parentes em Água Santa. Elas relatam que em época anterior ao empreendimento iam visitar seus parentes na antiga comunidade, passavam o final de semana e retornavam no domingo. Entretanto, após o reassentamento daquela comunidade, os moradores perderam os vínculos. Uma jovem relata que faz tempo que não vê a sua avó - mais de um ano -, e que, antes da mineração, ela a via todos os finais de semana:

Antes a gente ia todo final de semana pra lá [Água Santa], ia sábado e voltava só no domingo, saía cedo e chegava lá umas 11 horas da manhã, a gente pegava e ia de bicicleta. Juntava nós tudo lá na casa da minha avó. (...). Já faz mais de um ano que eu não vejo ela, a última vez que eu vi ela foi no seu aniversário no ano passado, em agosto. A gente custa a ir lá ver ela (Moradora do núcleo Faustino, Água Quente, 24/08/2017).

9.3. São José do Jassém

Nesta parte do trabalho apresentamos uma caracterização da comunidade São José do Jassém. As informações contidas neste tópico foram retiradas de trabalhos de campo desenvolvidos pelo GESTA/UFMG em 2016 e 2017, da Oficina de Cartografia Social realizada na comunidade em janeiro de 2017, e de produções acadêmicas, como as de Moura (2014) e Antonietti (2017).

A comunidade de São José do Jassém – ou apenas Jassém – é a sede de um distrito homônimo, com aproximadamente 60 casas¹¹⁴, que divide sua administração entre as prefeituras de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas. Após encontrar com o rio Passa Sete, o rio São José atravessa a comunidade, ocasionando uma divisão física que marca, também, a distinção entre as duas zonas: o Jassém e o Alto do Pompéu¹¹⁵. A parte baixa, ao norte do rio São José, é composta por duas ruas perpendiculares, e é onde se encontram a escola¹¹⁶, o posto telefônico, o posto de saúde¹¹⁷, as duas vendas, os dois bares; em área mais alta, contígua, encontramos a casa paroquial, a Igreja e o Cemitério.

Além destas duas zonas da comunidade, que comportam aglomerados mais densos de casas, próximas à comunidade situam-se as localidades de Córrego José e Vargem do Saraiva. A Vargem do Saraiva – ou apenas Saraiva, como é identificada na região – é uma comunidade pertencente à Alvorada de Minas e caracteriza-se pela população predominantemente negra, distribuída em cerca de quinze residências, espacialmente dispersas¹¹⁸. A localidade Córrego José, situada a poucos quilômetros do Pompéu e pertencente ao município de Conceição do Mato Dentro, é caracterizada pela presença de casas ou ranchos¹¹⁹ mais afastados, que possuem terrenos maiores do que os pequenos quintais das casas do Jassém.

114 De acordo com os dados produzidos ao longo de 2017, no trabalho de cartografia social, para os bairros centrais de São José do Jassém, isto é, o Jassém e o Pompéu. Esse número chega a cerca de setenta casas, se forem considerados as residências e ranchos em áreas contíguas, como o Córrego José. Não inclui, de todo modo, a Vargem do Saraiva, nem sedes de fazendas que circundam a comunidade.

115 Apesar da distinção feita pelos moradores quanto às duas áreas, é sempre ressaltado que ambas fazem parte da mesma comunidade: São José do Jassém.

116 A Escola Estadual São José do Jassém, apesar de já ter oferecido o ensino médio, atualmente conta somente com o ensino fundamental. De acordo com dados coletados em julho de 2016, a escola possuía, naquele ano, trinta e três alunos matriculados no ensino integral e vinte alunos no ensino regular.

117 Em julho de 2016, o posto de saúde contava com a presença de uma médica e um auxiliar de saúde, uma vez a cada 15 dias.

118 Dados coletados em julho/agosto de 2016.

119 Segundo relato de uma moradora, um rancho se caracteriza por ser “um lugar menor que uma fazenda, tem pouca coisa, mas possui principalmente uma roça para plantar”. Fazendas indicam terras mais extensas, onde geralmente há moedor de cana e engenho para fazer cachaça, ou rebanhos de gado. De acordo com relatos locais, em 2017 as fazendas da região destinavam suas terras predominantemente para a criação de gado (Entrevista com moradora do Jassém, 01/09/2017).

Mapa 05: Divisões administrativas do Jassém

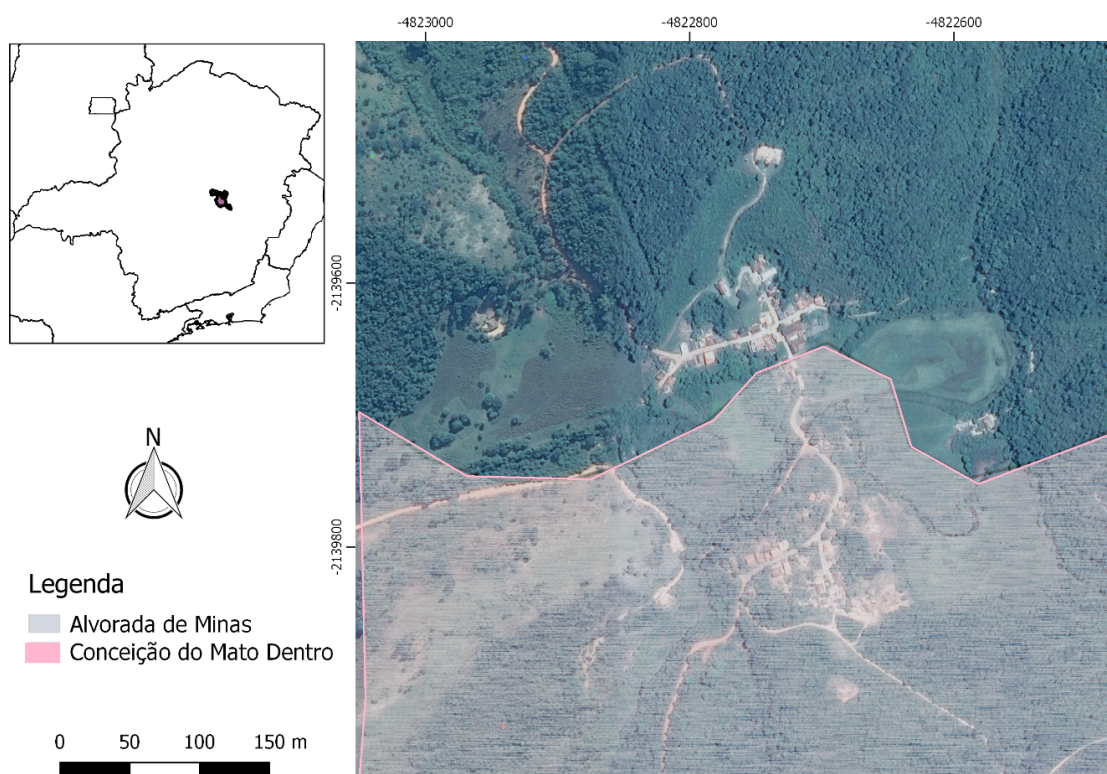


Figura 45: Vista do alto da Igreja – Jassém e Pompéu



A história da comunidade, segundo relatos dos moradores, se inicia com a doação de terras de fazendeiros locais para Nossa Senhora da Conceição (MOURA, 2014). Os nomes de Bento José Simões e Nhô Juca, fazendeiros da região, são recorrentes referências quando se fala nas terras doadas. A comunidade é circundada por grandes fazendas; os moradores, que muitas vezes eram “arranchados” nessas mesmas fazendas, foram morar na terra de Nossa Senhora da Conceição (MOURA, 2014).

Todas as famílias têm raízes dos antigos, são descendentes das famílias antigas (Relato de moradora do Jassém, 29/07/2016).

Minha casa é na “terra da santa” os mais antigos tinham posse e novos moradores foram comprando estes terrenos dos antigos moradores, como eu fiz (Relato de moradora do Jassém, 29/07/2016).

Parte das terras da comunidade se enquadra na definição de “terra de santo”¹²⁰, um tipo de terra de uso comum presente na formação agrária brasileira, que, historicamente, tem por origem a desagregação de domínios territoriais da Igreja Católica, ou a constituição de patrimônios territoriais em nome de santos padroeiros locais (fazendas, comunidades, bairros), conforme relato acima¹²¹.

Segundo relatos dos moradores, o Jassém possui, pelo menos, 155 anos. O nome da comunidade remete à história daquele que teria sido o seu primeiro morador: Pedro Sem.

A Cruz de Pedro Sem, que tá ali danificada, antes era feita daquela madeira escura, braúna, e rezam os mais antigos que ali morou o primeiro habitante da comunidade. Ele era chamado Pedro Sem. Ele morou ali, morreu ali e foi enterrado ali. E ali naquela parte de cimento estava escrito: “Aqui jaz Pedro Sem”, eles falaram que dali que surgiu o nome da comunidade. Juntou o Jaz do falecimento do Pedro e o Sem, que era o sobrenome dele. Juntou e forma o Jassém (Trecho de exposição realizada pelos moradores do Jassém na Oficina de Cartografia Social – 29/01/2017).

Figura 46: Cruz de Pedro Sem na comunidade do Jassém. Janeiro de 2017.



Fonte: Acervo GESTA/UFMG.

120 No Jassém, a “terra da Santa” parece conformar, sobretudo, a gleba sobre a qual se constituiu a área central da comunidade. A comunidade também compreende posses e terras de herança familiar que não fazem parte das terras doadas à Santa, como, por exemplo, as casas e ranchos do Córrego José. Geralmente, terras compradas ou apossadas por algum membro de gerações anteriores de um determinado grupo familiar.

121 Ver, a respeito das “terras de santo”, Almeida (1989; 2008).

As terras doadas pelos “Simões” passaram a ser administradas por Amélia Augusta Pimenta, a “D. Milinha”. Nessa época, o povoado do Jassém só possuía cerca de sete casinhas de sapé e a pequena capela. Dona Amélia era esposa de um grande fazendeiro da região, José Daniel Utsch, que se tornou prefeito do recém-constituído município de Alvorada de Minas¹²², lembrado como o responsável pela reforma da capela (ANTONIETTI, 2017).

Figura 47: Igreja Imaculada Conceição. Janeiro de 2017.



Fonte: Acervo GESTA/UFMG.

122 Em 1962, o Distrito de Santo Antônio do Rio do Peixe, até então pertencente ao município do Serro, foi elevado a sede do município, que recebeu a denominação de Alvorada de Minas (BARBOSA, 1995). João Daniel Utsch ainda foi prefeito de Alvorada de Minas entre os anos de 1967 e 1970.

Festas e celebrações

A celebração do Jubileu de São Sebastião, realizado no dia 20 de janeiro, é um evento importante para os moradores. Sua organização, relacionada às atividades da Igreja, é uma tradição mantida desde os moradores mais antigos. Nesse período, toda a comunidade trabalha junto em prol da realização do Jubileu, incluindo os fazendeiros próximos, fazendo doações ou construindo barraquinhas para venda da produção, alimentos, artesanato ou mesmo para jogos infantis. A organização parte da escolha de um “festeiro”, que é quem conduz a imagem de São Sebastião no dia do louvor e segue na escolha de um responsável “pela reza” nos dias que antecedem a comemoração. Nos dias de festa, a comunidade é anfitriã de membros das comunidades vizinhas e até mesmo de residentes de Conceição do Mato Dentro, Alvorada, Serro, Belo Horizonte e outras regiões. O último dia de celebração é marcado pela cavalgada e pela procissão de São Sebastião.

Relações com o poder público

Como já descrito anteriormente, o distrito de São José do Jassém divide sua administração entre duas prefeituras: a prefeitura de Alvorada de Minas e a prefeitura de Conceição do Mato Dentro. Na prática, todas as menções a atividades do poder municipal incidem sobre Alvorada de Minas. Essa responsabilização parece estar ligada ao período em que José Daniel foi prefeito do município e, segundo relatos de moradores, às melhorias realizadas na comunidade: o calçamento, a ponte, a instalação de postes de luz elétrica, a reforma da igreja, a escola e o posto telefônico.

Em tempos recentes, é ainda a prefeitura de Alvorada de Minas quem mais se faz presente, seja na concessão de postos de trabalho¹²³ ou na realização de obras, como a instalação do sistema de esgotamento sanitário, no ano de 2016. Porém, de acordo com os relatos, as atividades se concentram no período eleitoral e as melhorias ainda são incipientes frente às necessidades dos moradores, principalmente no que tange ao transporte público. Quase todos os entrevistados pontuaram uma negligência da prefeitura de Conceição do Mato Dentro quanto à presença na região, e uma desorientação quanto às obrigações de cada administração (ANTONIETTI, 2017).

Relações com a terra e trabalho

Como mencionado, a comunidade do Jassém, incluindo suas áreas contíguas, Córrego José e Saraiva, é cercada por grandes fazendas, o que influenciou nas formas de produção e relações estabelecidas entre os comunitários e fazendeiros da região. As relações de antigos agregados se

123 Existiam, no ano de 2017, cerca de 10 moradores contratados (em maioria, mulheres, de diferentes famílias), exercendo funções na escola, no posto de saúde, no posto telefônico e no transporte escolar.

perpetuaram sob a forma do trabalho como diaristas ou meeiros, e muitos moradores trabalhavam nas roças, cultivando principalmente milho e feijão, e em alguns casos, arroz, inhame e cana. Muitas vezes uma mesma família plantava roças com mais de um fazendeiro (MOURA, 2014). O trabalho nas fazendas era exercido por grande parte dos moradores, configurando-se, na comunidade, os “movimentos de roça”, mobilidade efetuada pelos lavradores na produção de sua subsistência, entre as fazendas e as terras de herança (CARVALHOSA, 2016).

A maioria dos moradores do Jassém se dividia, no dia-a-dia, entre o trabalho na roça, nas fazendas, e o cuidado com seu quintal e horta, nos terrenos onde vivem ou em ranchos familiares¹²⁴. Os quintais, apesar do zelo e do orgulho demonstrado pelos moradores, são pequenos e suficientes apenas para pequena produção e consumo próprio. Alguns moradores, além do trabalho nas fazendas, também possuíam seu próprio rancho onde cultivavam sua própria roça. Era comum a troca de dias de trabalho entre os moradores, nas roças das fazendas ou dos ranchos. O cultivo nas roças das fazendas era feito à “meia”.

A vida toda era batendo enxada (Relato de moradora do Jassém, 29/07/2017).

Na região era tudo braçal (Relato de morador do Jassém, 30/07/2017).

Os relatos dos moradores do Jassém apontam para uma redução do cultivo nas fazendas. Antes mesmo da chegada da empresa, a comunidade enfrentava um declínio das atividades, pela crescente transição da produção de bens alimentícios para a criação de gado. O declínio do sistema de parceria comprometeu as produções, como a produção de farinha, milho, rapadura e cachaça. A venda de fazendas do entorno para a empresa Anglo American, mais recentemente, também contribuiu para esse quadro.

Os relatos indicam também uma diferença geracional no que tange às atividades agrícolas, sobretudo àquelas praticadas pelos moradores nas fazendas: os mais jovens não se interessariam pelo plantio, sendo a atividade desenvolvida principalmente pelos mais velhos, que ainda plantam à meia, nos ranchos de algum outro morador, em posses ou no seu próprio quintal. Os mais jovens, segundo parte dos relatos, preferem os empregos, como os oferecidos pelas terceirizadas da Anglo American. Em contrapartida, os mais velhos afirmam que também diminuíram seu tempo de trabalho com plantio, por estarem “velhos e cansados”, em vários casos foram citados relatos de dores específicas ou doenças.

124 Há casos de moradores que dispõem de uma casa no arruado do Jassém, e de um rancho em área próxima, onde desenvolvem cultivos e/ou criações.

Figura 48: Fazenda com criação de gado próxima a comunidade do Jassém. Janeiro de 2017.



Fonte: Acervo GESTA/UFMG.

De acordo com dados levantados em setembro de 2017 junto aos próprios moradores, a empresa terceirizada Nova Luz contratou trinta e cinco homens do Jassém – entre os anos de 2009-2016. A maior concentração de moradores contratados parece ter sido no ano de 2015. Os últimos quinze funcionários teriam sido demitidos após manifestação organizada pela comunidade na MG-010, em agosto de 2016. Segundo relatos, o regime de trabalho, na Nova Luz, era de seis dias de trabalho e folga no domingo. Quando os chefes do setor “emendavam” algum feriado, a equipe também era obrigada a tirar folga, e quando os chefes voltavam do feriado, a equipe era obrigada a trabalhar por 15 dias, sem folga alguma¹²⁵. Outras empresas que já contrataram moradores do Jassém e Saraiva, foram: Tamázio (entre 2015-2016), Norcon (2015), H3M (contratou somente uma pessoa, 2015), Parex (somente uma pessoa, 2015-2017), Brazanita (tem uma pessoa empregada), Agroflor (2015). No total, chegaram a trabalhar para essas empresas cerca de quarenta moradores, em sua grande maioria, homens. Os trabalhos destinados pelas terceirizadas à comunidade do Jassém estão relacionados, sobretudo, a funções que não exigem especialização, o chamado “serviço braçal”.

125 As informações acerca do regime de trabalho são referidas aos primeiros anos de contratação, entre 2008 e 2010. No período, o salário pago pela Nova Luz aos contratados seria de R\$570,00 (quinhentos e setenta reais), o que equivalia, em 2009, a pouco mais de um salário mínimo.

Vargem do Saraiva

O Saraiva, como é identificado na região, pertence à administração de Alvorada de Minas e localiza-se a poucos quilômetros da sede do Jassém. Em diversos contextos, devido à forte ligação entre as duas comunidades, se diz que o Jassém e o Saraiva “são uma coisa só”. A comunidade se caracteriza pela população predominantemente negra, distribuída em cerca de quinze residências, espacialmente dispersas. Grande parte das residências é ocupada por membros de duas famílias principais.

Segundo relatos dos moradores, a ocupação do Saraiva remete aos tempos da escravidão, quando os primeiros moradores ainda trabalhavam nesse regime para os grandes fazendeiros da região. Diferente do Jassém, parece ser ainda estreita a relação entre os moradores do Saraiva e as fazendas próximas à comunidade, muitos dos moradores continuam trabalhando para fazendeiros através do recebimento de “diárias”. No ano de 2016 havia muitos homens trabalhando para a empresa terceirizada da Anglo American, “Nova Luz”.

Os quintais das casas revelam-se relativamente maiores que os encontrados no Jassém, ali são encontradas hortaliças, pomares e pequenas roças de milho e feijão, todos para subsistência das próprias famílias. Algumas famílias produzem quitandas destinadas à venda na própria região.

A relação de proximidade com o Jassém se dá pela utilização de serviços essenciais, como o uso do posto de saúde, da escola, das vendas, do posto telefônico, e se consolida nas relações de trabalho, cerimônias religiosas, festas e relações de parentesco e amizade.

De uma maneira geral, apesar da redução da disponibilidade de água, até o ano de 2016 ainda se encontravam nascentes na região, bem como cursos d’água relativamente preservados. Diferentemente da comunidade vizinha, não existe nenhuma área de compensação ambiental nos limites do Saraiva, não existindo, dessa forma, conflito quanto ao uso da lenha ou proibição de acesso a áreas da empresa. A reclamação recorrente, entre os moradores, é o aumento percebido, nos últimos anos, do aparecimento de animais peçonhentos, principalmente cobras. Há também relatos acerca de rastros de predadores, como as onças.

Os moradores temem o reassentamento do Jassém, pois, caso isso ocorra, a comunidade encontrar-se-ia isolada e cerceada dos serviços essenciais de que hoje fazem uso na localidade. Para além disso, também se encontram receosos pela perda de vínculos de amizade e parentesco, já que possuem laços muito estreitos com os moradores da comunidade vizinha.

Transformações locais após chegada do empreendimento

Moradores da comunidade do Jassém já denunciavam os impactos aos quais vinham sendo submetidos em decorrência do Minas-Rio desde pelo menos 2012, nas reuniões promovidas

pelo Ministério Público de Minas Gerais através da Rede de Acompanhamento Socioambiental - REASA (ANTONIETTI, 2017).

Alguns dos temas muito presentes nas falas dos moradores estão intimamente ligados ao fato de o Jassém estar localizado em uma zona de Compensação Florestal do empreendimento Minas-Rio. Além de estarem “ilhados” em meio a terras da empresa, os moradores são obrigados a conviver com os efeitos diretos dessa relação.

Área de Compensação Florestal

O Jassém, localizado na Área de Compensação Florestal do empreendimento, foi uma das primeiras localidades a sofrer com a aquisição de terras, ainda através da empresa laranja “Borba Gato”. A história de um helicóptero rondando a comunidade, antes mesmo que se soubesse da implementação de um grande complexo minerário, é presente em diversas conversas. Segundo um morador, a firma foi chegando aos poucos, “a gente viu um avião e depois vieram as reuniões” (ANTONIETTI, 2017).

A Fazenda Estiva, citada como a primeira grande aquisição realizada em função do empreendimento, era, também, a fazenda mais próxima à comunidade. Em seguida, outras fazendas foram sendo adquiridas e, hoje, parte do Jassém encontra-se sitiado em meio a áreas pertencentes à Anglo American. Essas áreas, antes de livre acesso, foram cercadas, e placas proibitivas afixadas, de modo que os comunitários não podem mais adentrar nos terrenos.

Há uma série de problemas decorrentes desse cercamento. Um deles se relaciona à interrupção de caminhos costumeiros, antes utilizados para a visita a uma comunidade próxima, com as quais famílias do Jassém mantêm laços de parentesco e amizade. Por outro lado, a interdição contraria lógicas e práticas relacionadas a dimensões diversas do *uso comum*. De acordo com os relatos, a Anglo American teria, por exemplo, “fechado” alguns espaços incidentes na “terra da Santa”, como o terreno em que se encontra a caixa d’água instalada pela prefeitura de Alvorada de Minas há cerca de 20 anos.

Mas, sobretudo, o cercamento de grandes extensões de terra vedou o acesso, pela comunidade, a uma série de recursos antes utilizados pelos moradores (MOURA, 2014; ANTONIETTI, 2017). Recursos cujo uso, costumeiramente regulado, não se opunha ao domínio privado da terra – caso, por exemplo, do acesso a fontes de água ¹²⁶, como a “biquinha”, muito lembrada pelos moradores¹²⁷, ou de produtos extrativos, como a lenha.

126 O que tem sido um problema, por exemplo, para o manejo do gado. A estratégia utilizada por um morador foi cavar um pequeno poço ao lado da estrada que margeia o terreno da Anglo, em um ponto aonde a água costuma fluir, porém fora das terras da empresa. Era uma tentativa de criar um acesso à água para o seu rebanho, em um período de estiagem.

127 A nascente conhecida como “biquinha” estaria seca desde 2013, mas foi uma referência mencionada por diversos moradores nos trabalhos de campo realizados em 2017.

...entrando nesse bequinho vai pra caixa d'água, e **logo lá atrás, isso tudo que a gente tá vendo, ali na frente, é isso aqui tudo, tudo, tudo, tudo, onde que estão nossas nascentes.. estavam, né, porque não existe mais. Estavam nossas nascentes, isso aqui era o lugar onde a gente buscava lenha, cortava vassoura pra varrer terreiro tudo, tinha água da biquinha lá também, né, e isso aqui tudo hoje pertence a Anglo American, onde que tá cercado aqui ó, seria área da Anglo hoje** (Trecho de exposição realizada pelos moradores do Jassém na Oficina de Cartografia Social – 29/01/2017. Ênfase nossa).

E a gente que morava na roça né, que mora na roça, tem o costume de... que a gente gosta de comida no fogão a lenha, **antes tinha liberdade pra ir no mato e tirar o tanto de lenha que quisesse, hoje em dia não pode entrar mais, porque se cê entra tá entrando em território dos outros, é ilegal, não pode, não pode ir ali cortar uma árvore pro cê...** As vez é uma coisa que eles nem precisa, **uma coisa que a gente acostumou a fazer, entra ali e pega lenha, que a comida na lenha é uma comida muito gostosa que todo mundo sabe que é e o gás, tudo tem que ser a base do dinheiro, e não, a lenha a gente pode ir no mato ali, com a família, pegar a lenha e abastecer o fogão** e hoje nem isso a gente pode mais, é uma coisa que acabou... (Trecho de exposição realizada pelos moradores do Jassém na Oficina de Cartografia Social – 29/01/2017. Ênfases nossas).

A interdição do acesso à madeira é mencionada com frequência pelos moradores, pois, como afirma Antonietti (2017), além de constituir o principal combustível para os fogões, o recurso também era utilizado para o cercamento de terrenos e construção de casas. A autora registrou a existência de fogões a lenha nas casas do Jassém, então já parcialmente substituídos pelos fogões a gás. Tanto Moura (2014) como Antonietti (2017) registraram o aumento das despesas das famílias, decorrente do acréscimo de gastos com gás (fogão) e energia, devido à instalação de chuveiros elétricos (pois o método antes utilizado para o aquecimento da água para banho era a serpentina).

Figura 49: Placas da Anglo American nos terrenos antes utilizados pelos moradores



Fonte: Acervo GESTA/UFMG.

O processo de aquisição de fazendas no entorno da comunidade significou também uma limitação das possibilidades de plantio - reduzindo-as, em larga medida, aos ranchos e espaços exíguos dos quintais -, o que alterou as condições de reprodução social das famílias. Embora já houvesse, no Jassém, um declínio das atividades desenvolvidas através do sistema de parceria, a chegada da empresa Anglo American não deixou de constituir um evento significativo no processo de mudança no sistema de produção, pois havia terrenos, no interior das antigas fazendas, que permaneciam sendo cultivados em moldes familiares, e sua produção destinada ao consumo das famílias e das criações, e mesmo à geração de alguma renda nos mercados regionais.

Entrevistadora 1: Vocês produzem alguma coisa aqui?

Entrevistado 1: **Ah, menina, nós temos uns pezinhos de banana aí, umas caninha, umas mandioquinha. Só pras despesas mesmo.**

Entrevistadora 1: Sempre foi assim ou em algum momento vocês plantavam para vender?

Entrevistado 2: Nós plantamos demais, Nossa Senhora!

Entrevistado 3: Nós colhia aqui era 4, 5 alqueires de feijão no terreno dos outros. **Agora não tem nem como plantar mais, hoje não.**

Entrevistadora 1: Vocês trabalhavam na meia?

Entrevistado 3: Na meia. Isso mesmo.

(...)

Entrevistado 1: É porque assim... não é porque foi embora. Deu uns bicho aqui, atacava muito, os porcos do mato. **Já tem porco do mato nessas capoeiras aqui, ai trouxe mais lá da serra, que eles retiraram de lá e trouxe pra cá. Então, fechou na roça aí, acabou tudo.** Nós punha cachorro lá de dia, quando ia dormir, no outro dia quando nós voltava já tinha comido tudo, lá praquela casa afora, assim. Comia feijão, comia o negócio todo. Nós fomos e desistimos.

Entrevistadora 1: E isso foi depois da chegada da empresa?

Entrevistado 1: Não, foi antes. **Aí depois que a empresa chegou, eles compraram os terrenos tudo praí afora. É tudo deles. Nós tamo aqui no meio deles.** (Entrevista com moradores do Jassém, 28/07/2016).

Como já indicado na entrevista acima, outro problema relatado pelos moradores do Jassém é o aumento da presença de animais selvagens e peçonhentos, e sua maior aproximação das áreas habitadas. Aspecto já destacado por Moura (2014), quem observou que o *mato* – “área não domesticada pelo trabalho humano”, “selvagem, imprevisível e perigoso” (WOORTMANN, 1981, apud MOURA, 2014, p. 67) – se aproximava cada vez mais das casas,

já que áreas que agora são de “conservação”, antes eram manejadas – seja pelo plantio das roças ou pela simples atividade extrativa tradicional. Na situação que se configura atualmente, os animais se aproximam mais: o mato abriga os animais que comem as criações e destroem as roças (MOURA, 2014, p. 67).

Em suma, a presença desses animais teria também influenciado no “desânimo para plantar”, anunciado por diversos moradores. O comprometimento das criações – sobretudo as de pequeno porte, como as galinhas – possui outros desdobramentos, pois, como indicou Antonietti (2017), muitos moradores decidiram cercar os terrenos. Para tal, tiveram que desembolsar quantias significativas, já que desde a criação da área de compensação ambiental são obrigados a adquirir a madeira para a instalação e manutenção das cercas. A autora registrou, igualmente, a exposição dos moradores ao contato com animais peçonhentos, como as cobras:

Inúmeros são os relatos de aparecimento de cobras dentro das residências, expondo os moradores, inclusive crianças e idosos, ao risco de serem picados. A orientação da empresa é que não se mate os animais, já que isso configuraria um crime ambiental (ANTONIETTI, 2017, p. 50).

Por fim, o convívio com a área de compensação ambiental da Anglo American compreende o convívio com uma permanente vigilância por parte da empresa para com a comunidade, implicando em uma violência difusa que Moura designou de “dinâmica de cercamento” (2014, p. 69 e ss). Em atividades de campo em 2017, a equipe GESTA/UFMG também detectou o problema, expresso nos relatos acerca da proibição do trânsito pelas áreas cercadas; da destruição de obras de iniciativa de comunitários em terrenos inseridos na “terra da Santa” (terrenos, ao que indicam esses mesmos relatos, privatizados pela empresa); ou acerca da conduta de seguranças, como a de fotografarem moradores em suposto “flagrante”¹²⁸, junto a feixes de lenha, por exemplo.

Não por acaso um morador do Jassém declarou, em uma oficina de direitos humanos acompanhada pela equipe GESTA/UFMG, realizada em julho de 2017 na comunidade¹²⁹:

Antigamente não era assim, né?! Era tudo liberado, as pessoas tinham o direito de ir e vir, fazer o que quiser, hoje em dia não. Uma vez eu passei em frente a uma fazenda de proteção de animais, achei engraçado, o ser humano não tem isso, o ser humano parece é bicho do mato. Eles estão trocando as coisas, colocando o animal na frente do ser humano. Tem que ter cuidado, tem, lógico, mas o ser humano em primeiro lugar, ora! Ou você vai virar o que? Bicho do mato?! (Morador do Jassém, 15/07/2017).

Água

A principal reclamação quanto à água, presente em todos os relatos, é a diminuição da vazão de córregos, lagoas e nascentes, e a contaminação do rio São José. O São José era utilizado pela comunidade para diversos fins, tais como a dessedentação de animais, lavagem de roupas, consumo e uso doméstico, banho, pesca e lazer. As memórias, quando tratam do rio, são contadas com muito saudosismo, ao mesmo tempo em que trazem muita tristeza pelo comprometimento das atividades devido à contaminação da água pelo empreendimento.

“Esse rio era maravilhoso. Lindo, maravilhoso! Ô minha filha, tinha água, mas muita água mesmo! Nós buscava água no rio pra fazer comida, pra lavar roupa, pra tudo! Tudo nós buscava no rio. **Agora tá tudo poluído.** Nós vamos buscar onde, água, agora, me explica? (...) **Tinha água demais. Tinha um rio de água.** (...) **Essa menina minha aqui, tomou banho no rio, ficou manchada de um jeito.** (...) nós gastamos quase 300 reais com remédio! Nô, ela ficou horrorosa! (...) **Peixe morre. Dá até tristeza de ver os peixes morrendo...** (Trecho de entrevista com moradores do Jassém, 28/07/2016. Grifos nossos).

128 O caso relatado fazia menção à lenha presenteada por um fazendeiro de outra localidade a uma família do Jassém.

129 Oficina realizada pelo Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, na comunidade do Jassém.

O rio está contaminado, o que interrompeu a multiplicidade de usos acima mencionada. Muitas moradoras relatam que gastam mais tempo para lavar a roupa em casa, e gastam mais sabão. Uma das principais formas de lazer da comunidade ficou comprometida, já que o rio era utilizado para nadar e pescar (foi citada a presença de pias, lambaris e traíras). Crianças que nadaram no rio no ano de 2016 tiveram manchas na pele, tema que também apareceu nas discussões dos moradores da comunidade presentes na oficina de cartografia social realizada em janeiro de 2017:

Moradora 1: Aqui vinha gente de fora que ficava na casa de parente, **aquele rio enchia de gente**, era muito cheio, em férias mesmo, **era um rio que dava medo de entrar, de fundo**, hoje você entra... Ali tá mais ou menos por que os meninos represou o rio, pra o rio ficar um poquinho mais fundo, por que hoje em dia não dá pra entrar ali mais não!

Moradora 2: **Mesmo assim estão entrando e saindo de lá contaminados, um monte de menino entra e sai coçando, por que a água esta imunda, e essa era a única fonte que a gente tinha de água. Por que aqui é assim, se a luz acabar estamos sem água, por que nós somos abastecidos por poço artesiano que depende de uma bomba pra jogar água na caixa, e por isso depende da luz elétrica.** Então, se porventura ela acabar, se queimar... Que nem queimou semana passada, ficamos aqui final de semana inteiro, né, movimento de festa, a casa de todo mundo cheia, tivemos que ir lá no SAAE, pra buscar água, por que não tinha água, e **sendo que tem um rio aqui, pouca água né, mas tá passando aí. E a gente não pode usar.** Mesmo assim, eu vejo, muita gente tomando banho, lavando roupa e **correndo o risco de pegar uma doença.** Mas, infelizmente... Depois de não ter outro recurso! **As nascentes que tinham próximo aqui, que a gente podia recorrer, que era a biquinha, né? Mesmo ali na rua tinha uma, ali em frente o Zinho, tem um chafariz lá, mas hoje nem tem mais água, por que a água vinha também de uma nascente aqui próximo, secou, não tem mais.** Então o que a gente tem é isso aí, **tá contaminada.** (Trecho de discussão entre moradores do Jassém na Oficina de Cartografia Social – 29/01/2017)

Há que se chamar a atenção, entre os diversos aspectos abordados nas falas acima transcritas, para a importância do rio São José enquanto fonte alternativa de abastecimento de água para a comunidade. Essa função do rio foi anteriormente registrada em estudo elaborado pela empresa Diversus, que já em 2011 sinalizava para o comprometimento do rio, cujo curso está em continuidade com o do córrego Passa Sete:

Ressalta-se que dos três casos que mencionam o rio como forma de abastecimento, dois são da Comunidade de Água Quente e o outro de São José do Jassém, localidades banhadas pelo córrego Passa Sete. Quando da realização deste diagnóstico, muitos moradores dos dois lugares disseram nas entrevistas em profundidade e em contatos informais com os técnicos da Diversus que não estavam utilizando mais a água do córrego em função da intervenção provocada pela mineração em sua cabeceira. Declararam que nem os animais bebiam-na. Isso, provavelmente, favoreceu o baixo resultado do item aqui apresentado, tendo em vista a data de ocorrência deste trabalho. (DIVERSUS, 2011, p. 50)

Figura 50: Aspecto da água do córrego São José. Julho de 2017.



Fonte: Acervo GESTA/UFGM.

A “contaminação, a falta ou a diminuição dos cursos d’água e nascentes”, foi, à época, indicada pelos moradores do Jassém (e também do Pompéu)¹³⁰ como o principal problema a ser enfrentado pelas comunidades da região em decorrência da atividade minerária (DIVERSUS, 2011, p. 111). Em 2014, novo estudo realizado pela empresa de consultoria voltou a registrar a ausência de alternativas da comunidade diante das falhas do sistema de abastecimento por meio de poço tubular, e indicou, como medida mitigadora, a realização de obras de recuperação do córrego Passa Sete, associada à “adoção prévia de procedimentos para tratamento da água”, e de medidas de controle destinadas a evitar “o aumento da degradação ambiental nestes cursos d’água” (DIVERSUS, 2014, p. 112)¹³¹.

Outro grave problema relacionado às águas refere-se ao processo de diminuição de vazão e supressão de nascentes. A “biquinha”, assim denominada uma das nascentes que abastecia a comunidade, secou. O chafariz localizado em área central da comunidade também secou. Um moinho na comunidade, que esteve ativo no passado recente, encontra-se parado porque as águas que o moviam diminuíram, e já não possuem a força suficiente. Segundo dados coletados para a elaboração de um mapa da comunidade (no prelo), foram levantados, no Jassém, incluindo o

130 No censo elaborado em 2011, a equipe da Diversus categorizou em separado as respostas dos moradores de ambas as áreas.

131 Cumpre salientar, entretanto, que, desde então, os desdobramentos, incluindo os episódios de mortandades de peixes em 2015 e 2017, indicam a perpetuação de sérios comprometimentos da qualidade das águas a jusante da barragem de rejeitos. No Parecer Único1375747/2017, a equipe técnica do SISEMA enfatizou a necessidade de considerar os rejeitos não apenas como “sedimentos oriundos de uma composição natural do solo”, mas como produto de um processo industrial, compondo, a barragem, um “conjunto” com “uma série de finalidades como lançamentos industriais e sanitários, regularização de vazão e captação de água”, que tem se mostrado incapaz de “garantir a qualidade da água a jusante” (SISEMA, PU N° 1375747/2017, p. 102).

Córrego José¹³², doze pontos representando fontes de água que secaram ou tiveram a sua vazão reduzida: nascentes, pequenos córregos, pequenas lagoas, olhos d'água que não brotam mais. Uma lagoa, que garantiu o abastecimento de água a uma família por cerca de 80 anos, teve o seu nível drasticamente reduzido. Os efeitos desse processo são sentidos também na produção, como se detalhará a seguir.

Produção e água

O sistema de produção das famílias do Jassém era definido pelo cultivo de roças nas fazendas (atualmente diminuído), e pequenas plantações de milho, cana, feijão – e, em alguns casos, arroz, inhame e café -, nos ranchos ou nos pequenos quintais, sobretudo para a “despesa” da família. As duas vendas da comunidade são, em grande parte, abastecidas por produtos vindos da CEASA, mas alguns moradores ali comercializam ovos, doces, queijos. Os queijos também são revendidos em Belo Horizonte, por um morador local que repassa o produto de fazendeiros e de outros moradores da região.

Podemos destacar uma rede de produção estabelecida entre os moradores da comunidade e de comunidades vizinhas, principalmente Água Quente e Passa Sete. Tais relações se revelam na produção de farinha, realizada à meia com um morador do Saraiva e com moradora da Fazenda Retiro; de cachaça, com morador da comunidade Passa Sete e com um fazendeiro de Água Quente; na compra de queijos produzidos por moradores de Água Quente; na produção de fubá de moradores de outras comunidades, que fazem uso do moinho elétrico disponibilizado na venda do Jassém. Vale destacar que, para essa produção, muitos moradores utilizavam o moinho de uma vizinha, antiga moradora do Jassém que possui um rancho em Córrego José, mas a atividade foi interrompida porque “o moinho não roda mais”, devido à falta de água na região.

Os entrevistados evidenciam, como já mencionado, que a produção agrícola diminuiu consideravelmente na região, atualmente não se colhe mais o que se colhia à época em que se tinha “boas colheitas”¹³³.

Os alimentos fornecidos nos quintais e hortas também diminuíram com o passar do tempo. A menor quantidade de alimentos produzida nas hortas está associada à falta de água, e este fato é diretamente relacionado, nas entrevistas, com a chegada da mineradora. “Horta deve ser regada todo dia, mas não tem mais água, secou tudo”. Destacam a impossibilidade atual do cultivo de arroz - em alguns casos, inhame - no brejo, pois não existe mais água suficiente nas vargens e brejos para manter as plantações:

132 Os dados não incluem o Saraiva.

133 Os exemplos citados foram: um alqueire para uma boa colheita de feijão; sete alqueires de arroz plantado no brejo e limpado no pilão; um alqueire de milho. Correspondendo o alqueire a uma medida de 80 quilos, ou quarenta pratos de 2 quilos. Enfatizamos, mais uma vez, que as quantias relatadas neste Estudo servem apenas de parâmetro geral, pois não são resultantes de metodologias específicas de avaliação de perdas.

Não tem lugar preparado mais para plantar, não tem mais brejo, não tem como capinar mais, pois a terra está rachando e o brejo tá seco. A terra do brejo é mais úmida, mas hoje não tem mais água. Nos últimos tempos comecei a plantar milho no brejo por causa da terra mais úmida, pra vê se pegava, já que não havia água suficiente (Relato de moradora do Jassém, 01/09/2017).

Dessa maneira, muitos moradores passaram a comprar alimentos que antes não precisavam, pois cultivavam em seus próprios ranchos e quintais.

Antes, aqui em casa a gente só comprava macarrão, sal e açúcar. Hoje tem que comprar de tudo. Feijão, arroz, fubá, café, alho, verduras. Minha mãe nunca tinha precisado comprar alho ou verduras, até hoje! (Relato de moradora do Jassém, 01/09/2017).

De acordo com o relato de uma família, há cerca de cinco anos atrás eles passaram a comprar arroz, feijão, verduras e legumes, como: batata, cenoura, pepino, pimentão, alface, repolho, tomate, abóbora, alho, além de fubá, ovos e café. Este último, por mais que ainda colham, precisa ser comprado, porque não dura o ano todo.

O gado de alguns moradores ainda bebe água do rio, mas há uma maior dificuldade para oferecer água às criações, seja devido ao secamento de nascentes, pequenos córregos e lagoas, seja devido ao fechamento de grandes extensões territoriais (e respectivas fontes de água) pela Anglo American. Em 2017, uma moradora relatou, por seu turno, que seu tanque de peixes havia secado.

Figura 51: Área de plantação de uma moradora do Jassém, onde o brejo secou.



Fonte: Acervo GESTA/UFGM.

Figura 52: Rego onde passava água próximo a um brejo em rancho de morador do Jassém. Setembro de 2017.



Fonte: Acervo GESTA/UFMG.

A falta de condições para a continuidade dos plantios agrícolas na região tem feito com que os lavradores locais busquem apoio em projetos de incentivo ao produtor da entidade Cáritas, que atua na região desde 2015, através de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) feito pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais com a Anglo American. Oito pessoas da comunidade aderiram aos projetos, de construção de galinheiros e hortas, e de apoio às quitandeiras da comunidade, que têm por propósito criar ou fortalecer fontes de sustento familiar.

Insegurança e Violência

São também presentes, nos relatos dos moradores, referências à insegurança e ao aumento da violência na região. Uma moradora relatou que foi feita refém dentro de sua própria casa, por assaltantes que tinham como objetivo roubar a moto de seu filho. Os roubos e a violência podem estar associados ao aumento do trânsito de pessoas desconhecidas na região, atraídas pela implantação da mineradora.

Barragem de Rejeitos

Conforme descrito nos tópicos anteriores, são muitos e diversos os impactos aos quais os moradores do Jassém vêm sendo expostos, porém, as reivindicações da comunidade quanto a um reassentamento ganharam força devido à mudança de contexto desencadeada pelo rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, na cidade de Mariana, em novembro de 2015. O desastre sociotécnico, considerado o maior desastre ambiental da história do país, foi responsável por mortes, contaminação de recursos hídricos, extinção de espécies, comprometimento dos modos de vida e reprodução social de diversas comunidades localizadas ao longo de todo o Vale do Rio Doce. O caso de Mariana foi definitivo para presentificar, para os moradores, o risco real a que estão submetidas as comunidades localizadas a jusante da barragem de rejeitos do empreendimento Minas-Rio.

A comunidade do Jassém localiza-se a cerca de 8 km da barragem de rejeitos da mineradora Anglo American, distância essa enquadrada na chamada de zona de autossalvamento, segundo o projeto de lei de iniciativa popular que resultou da campanha “Mar de Lama Nunca Mais”, encabeçada pelo Ministério Público de Minas Gerais. O projeto foi elaborado com o objetivo aumentar a segurança dessas estruturas, tendo como um dos princípios a proibição de que sejam instaladas próximas a núcleos populacionais. Como consta no Art. 5º do projeto original:

Não será autorizada a instalação de barragem que identifique comunidade na zona de autossalvamento nos estudos de cenários de rupturas. Parágrafo único. Considera-se zona de autossalvamento, para os fins deste dispositivo, a região a jusante da barragem em que se verifica não haver tempo suficiente para uma intervenção concreta das autoridades competentes em caso de acidente, **tendo como área mínima o raio de 10 km a partir da estrutura principal do empreendimento** (Projeto de Lei Mar de Lama Nunca Mais, art. 5º, grifo nosso)

Durante todo o processo de licenciamento, os moradores do Jassém já denunciavam o risco com o qual haviam sido forçados a conviver, tendo em vista a proximidade com a barragem, como foi relatado em uma reunião da REASA, em 17 de abril de 2012, pelo então diretor da Escola Estadual São José do Jassém:

Alunos chegam na escola, muitas vezes: “Oi, diretor”. Criança chega e fala assim: “Olha, é verdade que nós vamos morrer todo mundo? Estão construindo uma barragem toda grande lá em cima, a água vai passar aqui, vai matar todo mundo”. Eu fico sem saber o que eu respondo para uma criança daquelas. Ouvem em casa, ouvem na rua, e as coisas vão todas para dentro da sala de aula, vai tudo para dentro da escola. Existe um medo enorme, um drama enorme, e o que eu disse, que às vezes o silêncio dessas pessoas não faz com que cheguem aonde deve se chegar. Está tendo um descaso muito grande” (Transcrição Audiência Pública em São Sebastião do Bom Sucesso, em 17/04/2012, p.13).

Porém, a insegurança, e as conseqüentes reivindicações pelo reassentamento, foram avaliadas como um “impacto suposto”, uma “percepção” (FERREIRA ROCHA, 2013), ou, conforme relatório da empresa Diversus (2014), entendidas como a expressão de um mero “temor”. Temor decorrente

da falta de uma adequada compreensão da população sobre o assunto, mitigável pela intensificação e qualificação das ações de comunicação social sobre esse tema (ANTONIETTI, 2017).

Entretanto, o rompimento da barragem de Fundão em Mariana aprofundou a consciência dos moradores acerca do **risco** a que estão, concreta e efetivamente, submetidos, e estes relatam que, após o evento, não conseguem mais “ter paz”.

O fato de moradores do Jassém terem participado da construção da barragem, testemunhando o surgimento de erosões e trincas, e o que consideram como uma falta de cuidados e de manutenção por parte da empresa, acaba por deixar toda a comunidade mais receosa quanto à segurança da estrutura (ANTONIETTI, 2017).

Outro fator que exacerba o medo frente ao rompimento da barragem são os episódios de cheia que os moradores do Jassém costumam presenciar. A parte baixa do Jassém, principalmente as áreas atrás da escola e a rua principal, costumam ficar rapidamente alagadas nas épocas de chuva. Esses episódios, por si só, já conformavam um contexto de medo e preocupação no cotidiano dos moradores. Agora, o medo da chuva soma-se ao novo risco associado a ela: o do rompimento da barragem¹³⁴ (ANTONIETTI, 2017).

Em reunião realizada pela Rede de Articulação e Justiça Ambiental dos Atingidos pelo Projeto Minas-Rio - REAJA no Jassém, em julho de 2016, a barragem de rejeitos foi central nas discussões, assim como a pauta do reassentamento. Os moradores se mostraram muito receosos quanto aos riscos aos quais estão expostos e ressaltaram a necessidade de medidas imediatas, por parte da empresa, quanto à sua situação.

Eu tava pensando, eu pensei muito bem, a minha visão é que essas reuniões feita aqui e acolá, em vários lugares, é muito importante, mas até hoje eu percebi que nós deveríamos, através dessas reuniões, levar para a Anglo American um objetivo. Porque se nós não levarmos para a Anglo American um objetivo, as reuniões nossas não vai dar em nada. Porque problemas nós temos, problemas e mais problemas. **Então, na minha visão, respeitando a opinião de cada um, eu acho que nós deveríamos pensar no reassentamento. Porque nós estamos na área de risco. Ele pode acontecer daqui a, 5, 10,15 anos, então, vai esperar acontecer aquela tragédia lá de Mariana aqui no Jassém para nós sair daqui?** Essa é opinião particular, opinião minha: se nós não levarmos pra Anglo American um objetivo – **O pessoal quer sair, não quer ficar** – E, aliás, parece que tem uma lei que não se pode morar menos de 10 km, né, próximo a empresa. Então, nós estamos nessa reta, né? 10 km, 11km próximo dessa empresa. Então, pelo direito da razão, então, eles são obrigados a nos reassentar, nos tirar desse lugar. Não só nós, Água Quente, o pessoal que mora mais próximo lá, o pessoal do Sapo. Porque fica essa lenga-lenga que não vai chegar em lugar nenhum. A gente sabe que os esforços de cada um têm valor. Tem. **Mas o risco é iminente. Ele tá aí.** (...) Nós estamos vendo o perigo batendo em nossas portas. O pessoal pode morrer com o risco de estouro da barragem, pessoas podem morrer daqui a 10, 15 anos inalando pó de minério, né, quem mora mais próximo”. (Trecho da fala de morador do Jassém em reunião da REAJA, em 16/07/2016. Ênfases nossas)

Apenas quatro dias após a reunião, no dia 20 de julho de 2016, os moradores do Jassém

134 De fato, conforme planta técnica disponibilizada no início deste capítulo, a comunidade do Jassém, embora esteja a uma maior distância do eixo da barragem, em comparação a Passa Sete e Água Quente, encontra-se situada em uma zona da área de drenagem que possui baixas altitudes.

impediram que funcionários e veículos da empresa entrassem na comunidade para a instalação de sirenes de alerta em caso do rompimento da barragem de rejeitos. A adoção da medida, como já mencionado, é resultado direto da tragédia da barragem de Fundão, em Mariana. Apesar disso, os moradores desconheciam a proposta de instalação do equipamento sonoro no distrito, bem como outras informações igualmente relevantes, como o estabelecimento de rotas de fuga, tempo de escoamento da lama da barragem até a comunidade, zona de inundação, entre outros. Os habitantes da comunidade entendiam que permitir a instalação da sirene desobrigaria a empresa de considerar a hipótese do reassentamento. Além disso, consideram que a sirene não garante nenhuma segurança aos moradores e que, em caso de rompimento, toda a comunidade será devastada, da mesma forma.

Figura 53: Reunião entre moradores do Jassém e Anglo American para discussão sobre a barragem de rejeitos. Julho de 2016.



Fonte: Acervo GESTA/UFGM.

A relação da população do Jassém com a empresa sofreu grandes mudanças após o rompimento da barragem Fundão, em Mariana, e as recentes demissões de moradores pelas empresas terceirizadas. O vínculo entre morador-empresa esteve, na maioria das vezes, atrelado às oportunidades de emprego e às promessas feitas pelos técnicos à população. Uma entrevistada do Pompéu, no ano de 2016, destacou que “a empresa enrola[va] e enganava, vinha pra cima de nós com aquelas palavras difíceis”.

9. 4. Conclusões preliminares da Parte III

Verificando as transformações vivenciadas pelas comunidades após a chegada da atividade minerária na região, destacam-se algumas privações às quais os moradores foram submetidos, de forma cumulativa, desde as primeiras ações do empreendedor na região até os dias atuais. Tais privações têm se configurado como um **deslocamento in situ**¹³⁵, **impondo às famílias situações de vulnerabilidade, insegurança e empobrecimento**. Em outras palavras, reconfigurando suas vidas, originando uma perda gradual do acesso aos recursos naturais, às redes de solidariedade e parentesco, e ameaçando a sua segurança ontológica¹³⁶. A presença da mineração em larga escala na região ocasionou um rápido processo de transformação da paisagem e de dimensões importantes da vida social, material e cultural das famílias. As privações e mudanças abaixo relacionadas não constituem um quadro exaustivo, mas indicam a gravidade dos processos que se fazem sentir em uma ou mais comunidades:

Diminuição e contaminação de córregos, redução da vazão e secamento das nascentes

As perdas e as privações oriundas da escassez hídrica ocorreram em razão do secamento ou diminuição da vazão de nascentes (principal fonte de abastecimento de água nas comunidades), assoreamento e contaminação dos cursos d'água. **A redução da quantidade e da qualidade de água tem afetado todas as comunidades mencionadas neste estudo, seja pelo mau cheiro ou pela inviabilização dos usos tradicionais e cotidianos, fundamentais para a reprodução material e cultural das famílias, como: consumo humano, dessedentação de animais, irrigação de hortas e plantios, banhos, lavagem de roupas e outros usos domésticos, pesca e lazer**. Relatos recorrentes referem-se igualmente ao **ressecamento da terra, dos brejos e das vargens, o que interfere de forma direta no cultivo das roças e hortas**. Devido às perdas na produção agrícola, os atingidos passaram a **comprar determinados alimentos** (como arroz, hortaliças, legumes, milho, fubá, dentre outros) em mercado de produção industrializada, ações essas que não ocorriam no período anterior à instalação do empreendimento Minas-Rio. Produções antes destinadas ao mercado **diminuíram ou se inviabilizaram** (farinha, cachaça, doces). O secamento das fontes, o assoreamento e contaminação dos córregos também acarretaram **dificuldades para o manejo dos rebanhos de gado e a manutenção de outras criações, como a de porcos**. Esse contexto gera, ainda, uma sobrecarga de trabalho

135 São “processos em que as pessoas permanecem no lugar, mas têm suas condições de existência significativamente alteradas, modificando sua posição social, em especial suas condições de vulnerabilidade e risco.” (ZHOURI et al, 2013, p. 7).

136 “Crença que a maioria dos seres humanos têm na continuidade de sua auto-identidade e na constância dos ambientes de ação social e material circundantes. Uma sensação da fidedignidade de pessoas e coisas” (GIDDENS, 1991, p. 84).

sobretudo para as mulheres, principais encarregadas das tarefas domésticas (lavagem de roupas, de utensílios, cuidados com as hortas e as pequenas criações) .

Perda da sociabilidade das comunidades do entorno em relação às famílias reassentadas

O reassentamento das comunidades de Água Santa/Mumbuca e de alguns núcleos familiares do Gondó ocasionou a desestruturação da sociabilidade das famílias. Os atingidos relatam que após o deslocamento dessas famílias, eles perderam o contato com os parentes e amigos, passaram a se sentir isolados em caso de necessidade de ajuda, e de eventos sociais significativos, como festas, missas e cultos, que deixaram de ocorrer. Relataram também **escassez da mão de obra agrícola, e o enfraquecimento das redes de troca de serviços, de comércio e de solidariedade.**

Aumento da violência e perda da “liberdade”

Durante as atividades de campo, os moradores ressaltaram que, após a instalação da mineração, perderam o “sossego”, devido ao aumento do número de pessoas desconhecidas circulando pelas redondezas, principalmente, os trabalhadores da empresa. Foram relatados casos de assaltos e roubos, ocorridos nas comunidades e/ou vizinhança. As mulheres são as mais afetadas, pois se encontram, na prática, cerceadas em sua capacidade de circularem pela região, tendo perdido a liberdade de movimento.

Expectativas em relação às novas oportunidades de emprego oriundas da instalação do empreendimento. No início das obras as expectativas foram cumpridas, mas os empregos não se mantiveram ao longo dos anos de instalação e operação do projeto

Os empregos disponibilizados para os moradores das comunidades locais, em sua maioria, são oferecidos pelas empresas terceirizadas, que contratam no ramo do trabalho braçal. Até 2017, destacou-se como empregadora de moradores das comunidades a empresa Nova Luz, em que aqueles vinham desempenhando funções como a roçagem e limpeza de áreas na região. As oportunidades de empregos alimentam a expectativa da população quanto a um aumento de renda, de forma consolidada. Entretanto, o que se pode perceber foi que houve um grande número de demissões após o fim das obras de instalação das estruturas do empreendimento.

Insegurança quanto ao rompimento da barragem de rejeitos

As denúncias das comunidades a jusante da barragem de rejeitos, quanto ao risco a que passariam a estar submetidas com a construção da estrutura, sempre ocorreram. Entretanto, após o desastre sociotécnico ocorrido em novembro de 2015, na cidade de Mariana - o rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco -, as denúncias e reivindicações, sobretudo por um reassentamento das comunidades, se fortaleceram. O desastre presentificou a ameaça, aumentando a preocupação nos moradores dessas comunidades acerca do risco a que estão submetidos. Temem que um fato similar ocorra na região. Esse contexto gerou medo e preocupação nas famílias atingidas, potencializando os efeitos do sofrimento social, de vulnerabilidade e de risco.

Cercamento das famílias pelas propriedades adquiridas pela Anglo American

O cercamento das famílias pelas propriedades adquiridas pela Anglo American gerou um esvaziamento social que resulta em incertezas, por parte dos moradores, em continuar reproduzindo seu modo de vida, já que acarretou a ruptura de redes de vizinhança, afetando ajustes como a troca de dias, com a consequente diminuição da mão de obra utilizada pelas famílias; bem como a diminuição de áreas para a produção, ou o cerceamento de acesso a recursos naturais. As negociações individuais, como as realizadas ao largo do licenciamento, por exemplo, contribuem para um esvaziamento social progressivo que afeta, principalmente, os moradores que permanecem no local. No caso da comunidade de São José do Jassém, onde as propriedades foram adquiridas pela Anglo American para a formação de uma área de compensação florestal, os comunitários relatam, igualmente, a aproximação de animais selvagens e peçonhentos.

Perda da boa qualidade do ar (aumento da poeira)

Atingidos relatam que, após a instalação do empreendimento, ocorreu um aumento significativo da poeira, oriunda do aumento na circulação de veículos e caminhões, da operação das máquinas e das denotações. Houve relatos de problemas de saúde decorrentes dessa situação (como problemas de garganta, ou respiratórios), além de prejuízos à produção de polvilho, queijo (devido a alterações na cor e qualidade dos produtos), e interferência em cultivos, devido ao acúmulo de poeira nas plantas. A poeira e o pó de minério também se acumulam, segundo os atingidos, nas roupas, nas casas e nos objetos.

Perda da qualidade sonora (aumento da poluição sonora)

A instalação da mineração na região originou o aumento da poluição sonora, devido ao trânsito das máquinas e das detonações. Alguns moradores relatam que não conseguem descansar em seus domicílios, devido ao barulho constante. A operação das máquinas no empreendimento ocorre 24 horas por dia, retirando o sossego dos atingidos.

Em suma, o contexto que as comunidades atingidas situadas no entorno do empreendimento estão vivenciando revela **um cenário de perdas, violências e privações que têm se intensificado e se acumulado ao longo dos anos, resultando em uma condição compulsória que modificou as formas de viver e as rotinas de subsistência em algumas comunidades, impondo-lhes situações de risco, vulnerabilidade e sofrimento social, e afetando suas condições de reprodução física e cultural.**

Parte IV

Violações de Direitos Humanos pelo Estado e pela Mineradora Anglo American no contexto do empreendimento Minas-Rio em Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim

CAPÍTULO 10

ROL PRELIMINAR DE ALGUNS DOS DIREITOS HUMANOS VIOLADOS

O presente capítulo tem por objetivo realizar um levantamento preliminar dos direitos humanos violados no âmbito do empreendimento Minas-Rio. Não se trata de um rol exaustivo e, sendo este um estudo preliminar, será preciso aprofundar esta análise para posterior busca da consequente reparação.

A abordagem não será feita de maneira hierárquica e a divisão realizada observa critérios metodológicos. De toda maneira, é importante frisar que a análise da violação de direitos nesse contexto deve contemplar a complexidade dos processos, compreendendo que a violação de um direito pode desencadear um processo de violação de outros direitos.

Para fins desse levantamento, deve-se considerar ainda o elemento étnico-racial, já que, como bem tratado nas PARTES I e II deste trabalho, os sujeitos que têm seus direitos violados são específicos, e que trata-se de uma população que é historicamente excluída da nossa sociedade: a população negra. Imperioso reforçar, ainda, que dentre essa população deve ser considerada a dimensão de gênero e também geracional.

10.1. Direito ao acesso à água potável e de qualidade

A iniciativa de começar essa descrição de violações de direitos pelo direito humano à água não é por o considerarmos mais importante. Muito embora se reconheça que, sem água, não há vida, não se pretende aqui fazer uma hierarquização, menos ainda confrontar direitos humanos. **Iniciar essa análise preliminar pelo direito humano à água nos permitirá apenas visualizar como as violações de direitos ocorridas nesse contexto são sistemáticas, e como a violação de um direito ocasiona a violação de muitos outros. Isso fica bastante visível quando tratamos do direito humano à água. Nesse sentido, violar o direito humano à água significa violar o direito à educação, ao trabalho, à alimentação, à saúde, ao lazer, ao meio ambiente sustentável, dentre outros.**

A Organização das Nações Unidas (ONU) declarou a água limpa e segura e o saneamento um direito humano essencial para o gozo pleno da vida e de todos os outros direitos humanos. O referido direito deve garantir a todos/as água suficiente, segura, aceitável, fisicamente acessível e a preços razoáveis, para usos pessoais e domésticos das presentes e futuras gerações. (COLETIVO MARGARIDA ALVES, 2017)

O documento intitulado *O Direito Humano à Água e ao Esgotamento Sanitário – Comunicado aos Média*, da ONU (2010), destaca que um abastecimento de água suficiente é aquele que garante as necessidades básicas de cada pessoa “para usos pessoais e domésticos. Estes usos incluem, habitualmente, beber, saneamento pessoal, lavagem de roupa, preparação de refeições e higiene pessoal e do lar¹³⁷.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, cada pessoa deve ter acesso entre 50 a 100 litros de água por dia para atender às suas demandas e minimizar problemas de saúde (ONU, 2010). De acordo com o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2006:

Em qualquer altura, perto de metade de todas as pessoas nos países em desenvolvimento sofrem de problemas de saúde devidos a más condições de água e saneamento. [...] **Juntos, a água não limpa e as más condições de saneamento, constituem a segunda maior causa de mortalidade infantil no mundo.** [...] Foi calculado que **443 milhões de dias de aulas são perdidos todos os anos devido a doenças relacionadas com a água** (PNUD, 2006, p.3).

Em recente pesquisa, o Coletivo Margarida Alves (2017), com apoio de organizações locais, apontou violações do direito humano à água em comunidades afetadas pelo empreendimento Minas-Rio no período de dezembro/2015 a maio/2017, especialmente em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas. As referidas violações se dão não só por parte da empresa mineradora como também por parte do Poder Público, segundo apontou o estudo. Na ocasião, foram identificados inquéritos civis em andamento no Ministério Público Estadual da comarca, sendo que, dos vinte e quatro inquéritos mapeados, sete tinham relação direta ou indireta com o direito humano à água.

137 http://www.un.org/waterforlifedecade/pdf/human_right_to_water_and_sanitation_media_brief_por.pdf

Muito embora tal estudo tenha sido importante para dar visibilidade à temática da água e às violações perpetuadas no período mencionado (dez/2015-maio/2017), é preciso lembrar que o direito humano à água vem sendo violado desde o início do empreendimento Minas-Rio.

Mesmo antes da obtenção da Licença Prévia, concedida pelo COPAM em dezembro de 2008, a privação do acesso à água potável e de qualidade já era alvo de contestações e denúncias por parte de atingidos, movimentos sociais e academia. **Uma das transformações mais graves identificadas naquela ocasião foi o secamento e destruição de nascentes, assoreamento e poluição dos recursos hídricos, outrora fundamentais ao modo de vida tradicional das famílias atingidas, afetando o abastecimento, lazer, pesca, consumo doméstico e dessedentação de animais, dieta alimentar e gastos familiares.**

Em 2007, o EIA/RIMA do empreendimento foi objeto de análise no *Laudo sobre o Relatório de Impacto Ambiental referente ao empreendimento de extração de minério de ferro nos Municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim pela empresa MMX*, elaborado pelo biólogo e consultor Fernando Goulart, que já criticava o subdimensionamento dos efeitos do empreendimento nos recursos hídricos da região. Conforme o laudo, o EIA/RIMA de 2007 considerou o impacto da alteração da qualidade da água na fase de instalação como sendo negativo, de baixa intensidade, abrangência local, significância desprezível e de caráter reversível. No entanto, “os moradores da região já se queixa[va]m do aumento da turbidez referente aos processos de sondagem na área” (GOULART, 2007, p.8). O laudo também aborda a subestimação do impacto para as comunidades biológicas a jusante do empreendimento, pois o EIA considerava que haveria um efeito positivo relacionado à alteração da cobertura vegetal marginal à barragem de rejeitos, havendo um “aumento da umidade no solo marginal ao corpo d’água, beneficiando a vegetação sobre ele” (EIA/RIMA, 2007, p. 878 apud GOULART, 2007, p. 8-9).

Em julho e agosto de 2008, antes da concessão da Licença de Instalação do empreendimento, já constavam boletins de ocorrências denunciando a contaminação e turbidez da água do córrego Pereira, conforme consta no documento elaborado a partir das declarações de um morador da comunidade do Beco:

...o declarante comparece nesta Promotoria de Justiça para solicitar **providência em face da Mineradora MMX, tendo em vista que a mesma, constantemente, vem sujando a água de um córrego que corre em sua propriedade, que a água sempre foi cristalina, que a partir de outubro de 2007, a água vem apresentando uma coloração verde e cinzenta, ficando imprópria para o consumo humano; que desde então não utiliza mais da água, que a referida água causou coceira no declarante e sua família, tendo, inclusive, causado peribas na sua esposa e filhos** (...) já procurou a direção da MMX solicitando providências, mas eles só prometeram e nada fizeram para despoluir a água” (MPMG, 2008, p. 3).

O parecer do SISEMA de 2008 destacou alguns impactos socioeconômicos significativos, incluindo, também, o comprometimento das nascentes ainda na fase de pesquisa minerária:

Os rebatimentos negativos dessa fase sobre as comunidades residentes na ADA deixaram, certamente, um significativo saldo de transtornos, prejuízos e conflitos que indubitavelmente exige

tratamento compensatório: cita-se, entre outros: incremento de trânsito em estradas de acesso restrito e particular e em áreas urbanas vulneráveis e com baixa capacidade de resposta; açodamento junto a moradores locais para realização das pesquisas; **comprometimento de nascentes** e de benfeitorias em áreas rurais pesquisadas; aumento de circulação de pessoal exógeno, causando constrangimento em costumes sociais do cotidiano local (como, por exemplo, realização de encontros vespertinos informais de donas de casa em logradouros públicos urbanos para conversas e bate-papos); instalação de sentimento de ansiedade e insegurança social por falta de informação acerca dos trabalhos em realização; alteração do cotidiano (Parecer Único SISEMA No 001/2008, P.A COPAM No 472/2007/001/2007, p. 71/72, apud GESTA/UFMG, 2014b, p.15. Grifo nosso).

No ano seguinte, o Ministério Público Federal elaborou um relatório técnico (Informação Técnica nº 03/2009) relatando a situação observada nas comunidades rurais de Conceição do Mato Dentro, chamando a atenção para a possibilidade de que famílias diretamente afetadas pelo empreendimento Minas-Rio, localizadas nas comunidades de Ferrugem e Água Santa/Mumbuca fossem remanescentes de quilombos. O trabalho foi direcionado principalmente para a história e organização social das famílias dessas localidades, mas também se estendeu para outras comunidades atingidas, sobretudo as situadas ao longo da Serra da Ferrugem. **Conforme o documento, durante as viagens de campo do MPF foram registradas inúmeras denúncias de poluição das águas e da diminuição da vazão de nascentes, causada por furos de sondagens não tamponados, feitos pela empresa:**

- Ferrugem: **diminuição no nível da água, restringindo o uso doméstico e impedindo a movimentação de um moinho d'água; a água sai vermelha quando chove, como se fosse um "mingau", não sendo possível sequer molhar plantas ou dar aos animais;**

- Mumbuca/Água Santa: sujeira/poluição na água, água com gosto de borracha.

- Beco: **contaminação do Ribeirão Vargem Grande, vindo do Córrego Pereira acima da Ferrugem, única água disponível na propriedade de Adilson Miranda Gonçalves, de 47 anos. Segundo seu Adilson, em época de chuva a água fica ainda mais suja, "igual pano, vermelha". A sujeira, que adquiriu uma cor esverdeada e acinzentada, já causou a mortandade de peixes; já causou coceiras no corpo de seus familiares e imped[iu] que a família fizesse uso da única fonte de água de que dispunha, o ribeirão.** Reclamações junto à empresa e denúncias junto às autoridades não resolveram o problema; **a empresa chegou a alegar que eram os porcos de Seu Adilson que sujavam a água,** fazendo com que, ao final, ele vendesse seus porcos, para evitar a alegação.

-Cabeceira do Turco: **As águas da Cabeceira do Turco abastecem várias comunidades; só o cano de captação do povoado do Turco abastece aproximadamente trinta casas. O problema se iniciou em setembro de 2007, tempo das águas, quando ela passou a descer suja e grossa, com a cor avermelhada.** Representantes da comunidade do Turco procuraram a empresa e também autoridades municipais, a fim de que estas intermediassem, junto à empresa, a solução do problema. No tempo das águas de 2008, o problema retornou; a comunidade voltou a solicitar, a uma autoridade local, a resolução do problema, que, entretanto, permanecia em maio de 2009, apesar da construção de uma bacia de contenção (MPF, 2009, p.39 a 41, grifos nossos).

Em 2010, algumas denúncias em relação à má qualidade e pouca disponibilidade de água foram levadas para as reuniões da Unidade Regional Colegiada (URC Jequitinhonha), principalmente na comunidade de Água Quente, cujos usos tradicionais da água e abastecimento ficaram

comprometidos. Conforme relato de representante dos atingido/as na 48ª reunião URC, em novembro do mesmo ano, as águas da comunidade estavam contaminadas por chumbo, tendo sido solicitado pela empresa que os moradores não utilizassem a água do rio, mesmo sendo esta uma fonte importante de abastecimento. Foi realizada, então, uma análise de qualidade da água pelo Instituto de Gestão das Águas (IGAM), que detectou ocorrências pontuais de chumbo, estando este relacionado ao uso de agroquímicos ou fertilizantes, e presença de coliformes fecais associados à presença de esgoto doméstico e de gado. Contudo, as campanhas de monitoramento utilizaram como uma das metodologias a comparação de parâmetros dos córregos analisados com a série histórica do Rio Doce e do Santo Antônio¹³⁸, o que gerou alguns questionamentos durante a reunião, pois o Rio Doce é um dos mais contaminados do Estado e não deveria servir de parâmetro de comparação. Em fevereiro do mesmo ano, em reunião na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte, os/as atingidos/as das comunidades de Mumbuca e Água Quente apresentaram diversas denúncias a respeito dos impactos, destacando a disponibilidade e contaminação hídrica, conforme ata da reunião:

a contaminação, degradação e assoreamento dos cursos de águas superficiais dos córregos Passa 7 ou Água Quente, Pereira e o soterramento da fonte Água Santa, patrimônio natural e imaterial da comunidade, considerado seu uso tradicional para fins medicinais – a transformação destes cursos de água como impróprios para o consumo humano, animal, a higiene pessoal e recreação (algumas cachoeiras tendo se tornado incompatíveis como locais de banho e diversão das comunidades, respectivas famílias, visitantes e convidados). Segundo vários depoimentos a água que antes era cristalina transformou-se em um “mingau” barrento, às vezes brilhante e oleoso na superfície e pessoas que nelas se banharam viram aparecer manchas e coceiras em seus corpos (Ata reunião SEMAD e comunidades Mumbuca e Água Quente de Conceição do Mato Dentro, 2010, p.1).

Muito embora o abastecimento de água das famílias se encontrasse gravemente comprometido, a empresa não adotou medidas mitigadoras satisfatórias, a exemplo da instalação de uma caixa d'água na comunidade Água Quente em 2011, conforme condicionante 87 aprovada na 49ª reunião URC¹³⁹. Nessa ocasião, a empresa deveria, de acordo com a condicionante, prover “soluções efetivas de abastecimento regular”. Entretanto, conforme aponta Torres (2014, p.121), esse sistema se mostrou ineficiente, haja vista os episódios de falta de água durante vários dias consecutivos. Banheiros e fossas sépticas foram instalados; contudo, moradores afirmavam que, além de atrair insetos, elas exalavam mau cheiro¹⁴⁰.

Em agosto de 2011, a empresa Diversus apresentou o *Diagnóstico Socioeconômico da Área Diretamente Afetada e da Área de Influência Direta do empreendimento Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A (Ex MMX Minas-Rio Mineração S/A)*, que identificou 22 comunidades atingidas, até hoje não reconhecidas pela empresa. Conforme Ferreira (2015, p. 24), o Diagnóstico

138 Ata da 49ª Reunião URC Jequitinhonha, ocorrida em 09/12/2010, p. 2.

139 Condicionante 87: “Apresentar complementação do cadastro sócio-econômico da comunidade de Água Quente, contendo diagnóstico de usos d'água prejudicados ou potencialmente prejudicados pelo empreendimento, bem como propostas para solução efetiva de abastecimento regular e retomada dos usos tradicionalmente desenvolvidos” (SEMAD, 2010, apud Torres, 2014, p.121).

140 Ver, a respeito, o item 9.2, Capítulo 9, neste Estudo.

apresentou as especificidades locais das relações entre ambiente, território e comunidades, estas “predominantemente negras e com ocupação tradicional do território”. No relatório Diversus, são colocados em tela os impactos nas águas – alteração da qualidade da água e diminuição da vazão de cursos e fontes d’água – e as transformações sociais daí decorrentes:

Uma das grandes preocupações e reclamações observadas era com as alterações que a empresa estava realizando nos córregos, e nas cabeceiras das águas que lhes abastecem, o que os estavam afetando significativamente. **A utilização das águas pelas pessoas destas comunidades vai muito além do simples abastecimento residencial, pois perpassa todo um modo próprio de utilização das mesmas que se relaciona ao modo de ser destes grupos como pesca, lazer, banhos, lavagens de roupas.** A desconsideração de tais usos faz com que as medidas propostas para a solução deste problema possam ser sub-avaliadas (DIVERSUS, 2011, p. 317, grifo nosso).

O Diagnóstico também aponta que a contaminação e diminuição das nascentes foi o problema destacado entre os/as entrevistados/as das comunidades abastecidas ou próximas ao córrego Passa Sete. De acordo com o documento, em Córregos foram 18 citações, seguido por Beco, com 15 respostas, Água Quente e Cabeceira do Turco, com 10 menções cada uma. Nas proximidades da comunidade de Água Quente, aparecem também as localidades de São José do Jassém, com 9 citações, Passa Sete com 5, Quatis com 4, Estrada do Sapo-Jassém com 3, e Teodoro com 2 indicações. Ainda, Pompéu, Córrego do Palmital e Gramichá, com uma resposta cada (DIVERSUS, 2011, p.111).

A pauta da água seguiu constituindo uma importante questão em diversas reuniões da REASA, conforme trechos retirados de algumas atas:

A [moradora da comunidade de Água Quente] (...) Falou que **o maior problema da comunidade é a água. Afirmou que a Anglo fez ligação de água insuficiente, e que a fossa e esgoto construídos pela empresa deixam muito a desejar** (Ata da 1ª reunião REASA, 11/06/2012, p. 4 e 5).

O [morador da comunidade de Água Quente] **falou sobre a poluição das águas causada pela empresa, reclamando que a poluição inviabiliza o cultivo das hortas e a criação de animais.** Disse que a água não era poluída antes da chegada da Anglo. Asseverou que continuam cristalinos outros córregos da região em que a empresa não atua nas cabeceiras (Ata da 1ª reunião REASA, 11/06/2012, p. 3).

Em sua fala, **denunciou que a qualidade da água está péssima, não serve nem mesmo para consumo de animais, embora tal reclamação tenha sido levada a conhecimento da empresa; mencionou também a passagem de lama na fazenda do Romero; a doença que acomete a sua criação, assim como as dos demais vizinhos.** Em razão disso, pediu para que seja verificado o que está descendo junto às águas dos rios. (Morador da Comunidade de Ferrugem, Ata da 3ª reunião pública da REASA, 13/08/2012, p. 1).

O representante da comunidade de Itapanhoacanga, **disse que a comunidade tem lhe cobrado soluções para os problemas locais e reiterou os transtornos que vêm enfrentando com o rio** (Morador da Comunidade de Itaponhacanga, Ata da 4ª reunião pública da REASA, 10/09/2012, p. 2).

Por ocasião da 9ª reunião da REASA, ocorrida na comunidade de Água Quente, os/as

moradores/as denunciaram novamente os impactos nas águas e a invisibilização dos efeitos do empreendimento pela empresa:

Sou aqui da comunidade de Água Quente, moro aqui; vem vindo, ficando sem água, não é uma nem duas vezes; são várias vezes; o promotor veio e viu. [...] E aqui, quando falta água, a solução dos meninos e nossa é tomar água do rio, então, não tem jeito, morrer de sede nós não podemos. [...] E agora, eu pergunto: será que nós vamos ter futuro aqui? Vivendo com uma água que é uma lama? Debaixo de uma represa [de rejeitos]? [...] Nós ficamos mais de seis meses sem ver eles [funcionários da empresa] e, quando vieram, vieram falando que o culpado somos nós que estamos desperdiçando água, que nós temos que economizar, que tem torneira aberta. Se eles não aparecem aqui, como é que sabem que tem torneira aberta? (Morador da comunidade, 9a reunião da REASA, *apud* FERREIRA, 2015, p. 120).

Em audiência pública ocorrida em 07 de abril de 2012, foi apresentada denúncia assinada por diversas entidades, destacando violações de direitos humanos, e, em relação à água, o documento denunciava a perda de água potável e o efeito dessa perda nas comunidades rurais, “que fez com que alguns abandonassem suas moradias, perdessem plantações e criações” (Violação de Direitos Humanos na ADA e AID – Projeto Minas-Rio, 2012, p. 34). Além disso, através de depoimento de atingidos/as, apontava a ineficácia do sistema de abastecimento implantado pela empresa (fornecimento por meio de caminhão pipa, ao invés de programas de tratamento), que não cumpria o que fora estabelecido em determinação do SISEMA de 2010¹⁴¹:

A moça aí falou sobre o estudo das águas, mas acontece que eu moro lá [Água Quente] há 42 anos e eu sei o que é água limpa e o que é água suja! [...] a água tá sem condições de usar. Foram na minha casa me oferecer banheiro, [...] mas eu aguento fazer o banheiro, aguento fazer, colocar mangueira, fazer um poço pra eu ter água pra beber, mas não posso fazer uma água para minhas criações beber. Mas eles exigem uma assinatura, mas não pediu pra nós uma assinatura pra colocar a empresa lá em cima não, e não somos nós que estamos pra baixo que estamos sujando a água não, quem tá sujando é quem tá lá pra cima (Atingida da Comunidade Água Quente, exposição realizada na reunião da URC que concedeu a LI fase II, 2010, *apud* Violação de Direitos Humanos na ADA e AID – Projeto Minas-Rio, 2012, p. 35).

Após denúncias dos/as atingidos/as nessa audiência, em maio do mesmo ano, o Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal elaboraram a Recomendação nº 06/2012, recomendando que fossem adotadas providências urgentes pela Anglo American, a fim de solucionar questões referentes à poluição e assoreamento dos recursos hídricos da região do empreendimento e adjacências, que restabelecessem

os cursos d'água e o abastecimento de água às famílias à situação anterior ao início da implantação do empreendimento, a fim de que sejam restabelecidos todos os usos tradicionais das águas dos córregos pelas comunidades locais, como consumo humano, dessedentação de animais, irrigação de plantas, recreação, entre outros” (MPMG, Recomendação nº 06/2012 2012, p.4)

141 “Quantificar o total de moradores rurais residentes ao longo dos rios Santo Antônio e Peixe, que terão seus sistemas de abastecimento de água comprometidos pela atividade minerária, apresentando alternativas mitigadoras para garantir o fornecimento de água em qualidade e quantidade suficientes” (SISEMA, 2010, p. 73 *apud* Documento Violação de Direitos Humanos na ADA e AID – Projeto Minas-Rio, 2012, p.34).

Não obstante, os problemas relacionados à água não foram solucionados, e continuaram sendo debatidos e denunciados até o presente ano, sobretudo no que diz respeito ao assoreamento e dos córregos Passa Sete e Pereira, mortandades de peixes no córrego Passa Sete, diminuição da vazão/secamento de nascentes.

Em julho de 2013, na 75ª reunião URC Jequitinhonha, foi apresentado o Relatório Ferreira Rocha Estudo de Atualização das Áreas de Influência (AI), que destacava, em relação à comunidade de Água Quente, que, durante o início das obras de instalação do complexo minerário, **houve uma ocorrência pontual de carregamento de sedimentos no córrego Passa Sete.**

O Relatório também aponta que:

Como a bacia do rio Santo Antônio não possui enquadramento legal de seus cursos de água, a Resolução CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente) nº 357/2005, a Resolução nº 91/2008 do CNRH (Conselho Nacional de Recursos Hídricos), bem como a resolução conjunta COPAM/CERH (Conselho Estadual de Política Ambiental/Conselho Estadual de Recursos Hídricos) nº 01/2008, definem que os corpos de água não enquadrados devem ser considerados como de classe 2 (FERREIRA ROCHA, 2013, p.95).

A classe 2 para o enquadramento dos rios refere-se a todos os rios do Brasil em condições normais e dentro das suas condições ecológicas. No entanto, esses parâmetros ignoram as especificidades ecológicas desses rios e, com isso, enquadram uma realidade concreta e específica em uma realidade abstrata, estática e homogênea (GESTA/UFMG, 2014, p. 80). **Essa classificação da água é, portanto, tecnicista, não considera as realidades tradicionais locais e, conseqüentemente, as reais transformações no modo de vida rural das comunidades afetadas.** Os usos da água envolvem as relações sociais em torno das formas de apropriação dos recursos hídricos: a água é uma dádiva para as comunidades rurais; e um bem econômico que se torna mercadoria, para a empresa minerária. Na visão desenvolvimentista, como afirma Diegues (2009, p.16 *apud* Zhouri *et al* 2012, p. 151), a água é tratada como um bem controlado pela tecnologia, apropriado de forma privada ou corporativista, tornando-se, assim, uma mercadoria. O Relatório, então, limita sua análise à aplicação das normas, desconsiderando a gravidade dos impactos nas águas das comunidades rurais afetadas.

Na 77ª Reunião URC Jequitinhonha, foi deliberada a produção de um novo estudo, também realizado pela empresa Diversus e apresentado em 2014, a fim de esclarecer o universo compreendido na ADA e AID e a definição de moradores/as a serem incluídos no Plano de Negociação Fundiária (DIVERSUS, 2014).

Nesse estudo, conforme Antonietti (2017, p. 49), a questão do comprometimento do abastecimento de água volta a ser ressaltada. Algumas falhas podem ser apontadas no estudo. No tópico de análise das condições ambientais atuais do empreendimento, conforme a Diversus (2014, p.36), é apresentado um resumo dos resultados do monitoramento hídrico e efluentes líquidos lançados nesses córregos. Contudo, a base de dados apresentada foi extraída do “Relatório de Consolidação dos Resultados do Programa de Gestão de Recursos Hídricos”, elaborado pela própria Anglo American, o que torna a análise do impacto menos independente,

e, por consequência, menos crítica do que deveria ser. Apesar das falhas, o estudo associa alguns efeitos da alteração da qualidade hídrica ao empreendimento, como assoreamento, mortandade de peixes e temor quanto ao abastecimento.

Desde o início do processo de instalação do empreendimento, os córregos Pereira e Passa Sete foram bastante assoreados, conforme demonstra seção 4.1 deste trabalho. O principal causador do assoreamento é a intensificação de processos erosivos. Atualmente o monitoramento de processos erosivos indicou 18 focos de erosão, na área da pilha de estéril, sendo que sete focos estão em processos de estabilização. O assoreamento causa impactos sobre a população de peixes, porque soterra locais de desovas, fontes de alimentos e abrigo. (DIVERSUS, 2014, p.139).

Foram analisadas, também, os efeitos da mortandade de peixes, causada, sobretudo, pelo assoreamento das águas, na vida das famílias, considerando a possível gravidade do impacto ao longo do processo de expansão da cava e a ineficiência dos programas de medidas ambientais:

Neste contexto, procurou-se analisar os impactos do empreendimento sobre a pesca, consideramos apenas os córregos, onde houve relatos de pesca frequente de populações locais e são diretamente afetadas pelo empreendimento. **Ressalta-se que é esperado que este impacto também afete outros córregos ao longo da área da cava, conforme o avanço da operação do empreendimento [...]** Por outro lado, embora tenham sido amostradas várias espécies de interesse de pesca, o “Programa de monitoramento da ictiofauna” **não apresenta qualquer informação relacionada a impactos sobre a pesca.** Portanto, conclui-se que este impacto tem intensidade média porque degrada o recurso, prejudicando a pesca, porém as populações afetadas têm outras opções de obtenção de alimentos. Por outro lado o impacto incide sobre formas de obtenção de alimentos de comunidades de agricultores de subsistência, portanto em vulnerabilidade social. A duração do impacto é permanente, quando se trata dos córregos Pereira e Passa Sete, porém pode ser revertido em longo prazo por meio de programa de restauração do ecossistema aquático (Idem, ibdem, p. 142, grifos nossos).

O empreendimento Minas-Rio não somente tem afetado os cursos d’água afluentes da bacia do Rio Santo Antônio nas localidades de Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim e Alvorada de Minas, onde está implantado o complexo minerário, mas também em outras regiões do Médio Espinhaço, como o município de Ferros. Como afirmou moradora de Ferros durante a 86ª reunião URC Jequitinhonha, em 2014, que, em suas palavras, é uma “atingida pela Anglo American”:

Eu sou do Município de Ferros, sou também atingida pela Anglo American, porque a água lá no Rio Santo Antônio está secando, o que está acontecendo aqui em cima na Bacia do Santo Antônio nós estamos sofrendo lá embaixo. Ferros é o último Município do médio Santo Antônio e lá eu moro às margens do Rio Santo Antônio, a água não está chegando mais como chegava e não é por causa da seca não, eu moro lá, vivi lá a minha vida inteira, nunca estive do jeito que está **e nós já estamos sentindo as consequências do projeto da Anglo American.** Eu sou Conselheira também da Bacia do Santo Antônio, acompanho desde o princípio esse processo, lembro do dia que a Patrícia e o Júlio foram lá pedir socorro, denunciando as coisas que estavam acontecendo no processo de licenciamento. Isso no princípio e hoje vocês estão aqui para analisar a LO, então, desde o princípio está tendo denúncia nesse processo. Me lembro, na reunião passada eu estive aqui, eu vi quando o morador lá da Água Quente pegou o peixe e falou: está vendo esse peixe morto, um voto de vocês que matou esse peixe e é assim gente, o voto de vocês tem grandes consequências, não só aqui em Conceição que é o empreendimento no momento, mas na Bacia do Santo Antônio como um todo. **As atitudes de vocês estão comprometendo a nossa vida, não é a vida daqui do alto Santo Antônio não, é do médio, é do baixo, é da Bacia do Santo Antônio, como um todo.** (Moradora de Ferros, 86ª Reunião URC, 2014, p.37, grifo nosso).

Essa reunião, ocorrida em setembro de 2014, em que foi concedida a Licença de Operação da mina, foi marcada pela deslegitimação dos/as atingidos/as, desconsideração de denúncias e forte repressão policial, inclusive com a prisão de integrantes do movimento social (Penna, 2017, *apud* Antonietti, 2017, p.37).

Conforme parecer elaborado pelo GESTA/UFMG (2014b, p.19/20), laudo datado de 20/09/2014, portanto anterior à concessão da Licença de Operação, confirmou a contaminação das águas do Passa Sete por amônia (CETEC SENAI, Laudo Técnico nº 01/2014) e, até aquele ano, não haviam sido prestados à população os devidos esclarecimentos, ou a garantia de que o evento não se repetirá. Em visita realizada às comunidades de São Sebastião do Bom Sucesso, Turco e Beco, em outubro de 2014, pesquisadora do GESTA/UFMG verificou que a situação havia se agravado sobremaneira, devido ao secamento de nascentes e poços artesianos. Além da morte de um número expressivo de cabeças de gado – cujo manejo se complicou com a falta da água, associada à seca dos pastos –, algumas famílias ficaram em situação crítica, devido ao risco de se valerem das águas do Passa Sete, após o episódio da contaminação (GESTA/UFMG, 2014b).

O assoreamento já foi objeto de discussões em reuniões na URC Jequitinhonha e também de Parecer Técnico do Ministério Público, que confirmou o processo de assoreamento nos córregos Pereira e Passa Sete e os impactos nas comunidades atingidas. Além disso, conforme consta nesse Parecer Técnico do MP, houve o rompimento da bacia de contenção número 19, localizada no Platô 18, em dezembro de 2011. Esse rompimento provocou uma erosão com aproximadamente 300 metros de comprimento e 50 a 80 metros de largura, e área estimada em 2,1 hectares (MPMG, Parecer Técnico, 2014, p.44).

A empresa não executou nenhuma medida estrutural para estabilizar o processo erosivo, limitando-se a instalar dispositivos paliativos, tais como barricadas de sacos de areia e paliçadas com geotêxtil, para diminuir a velocidade e direcionar a água para fora da erosão (*idem, ibidem*)

Na 86ª reunião URC (setembro de 2014), o representante do Ministério Público voltou a questionar sobre o assoreamento e a apontar a urgência de adoção de medidas e melhores estudos sobre os efeitos desse impacto nas comunidades rurais:

A própria empresa reconhece que existe um passivo de assoreamento que tem que ser recuperado, é uma questão muito nítida. Esse passivo é decorrente de algum dano que ocorreu há alguns anos e até hoje existe um resquício significativo de assoreamento em algumas áreas; 1,30m de lama em local que não havia área assoreada, se isso é 2 anos após, imaginem o dano que as pessoas vivenciaram na época em que ocorreu o assoreamento, o carreamento de solo. Pelo que parece a própria empresa tem intenção de recuperar, ela não nega, mas não é só mera recuperação. Quais foram os impactos que foram sofridos à época? Se hoje tem 1,30m de lama lá, o que a Comunidade que vivia na época vivenciou para captação de água ou para dessedentação de animais? Tem as fotos que juntei ao parecer de vista, animal morrendo atolado porque não conseguia se locomover. [...] Qual a análise crítica que as comunidades sofreram à época em razão desses assoreamentos? Tudo isso vai repercutir na questão da sócio economia, um dos grandes impactos às Comunidades a jusante do empreendimento e que eu

acredito que tenham levado a uma necessidade de reassentamento é o fato da indisponibilidade de água. (Represente do MPMG, Ata 86ª Reunião URC, 2014, p.12).

Em outubro de 2015, foi concedida a Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação, da segunda etapa do empreendimento, chamada *Otimização da Mina*, ainda que com diversas condicionantes não cumpridas durante todo o processo de licenciamento ambiental. Para tanto, posteriormente, o empreendedor elaborou o EIA/RIMA Projeto de Extensão da Mina do Sapo (Etapa 3), que pode ser objeto de várias análises críticas, desde o campo dos impactos socioeconômicos, culturais e ambientais. No tocante aos impactos sobre os recursos hídricos, diversas contradições são encontradas. Ainda que o assoreamento nos córregos Pereira e Passa Sete tenha sido comprovado pelo MPMG, a empresa afirma que

É possível verificar que as condições de turbidez dos cursos de água que abastecem as comunidades localizadas no âmbito do Projeto Extensão da Mina do Sapo **não sofreram alterações de suas águas decorrentes do aporte de sedimentos gerados na implantação do Projeto Minas-Rio Mineração, durante o período monitorado. Além disso, não foram registrados pela MDGEO (2014), em nenhum dos relatórios disponibilizados, outros problemas nos mananciais que servem como fonte de abastecimento para essas comunidades**, quer seja de ordem qualitativa quer seja de ordem quantitativa dos recursos hídricos (FERREIRA ROCHA, 2014, *apud*, EIA/RIMA, 2015, Vol. II, p.224, grifo nosso).

Nos últimos anos, quatro denúncias foram feitas em relação a mortandades de peixes, a primeira em 2014, a segunda em 2015, a terceira e a quarta em junho e agosto de 2017, tendo sido feito Boletim de Ocorrência na Polícia do Serro pelos/as atingidos/as para reclamar da mortandade no córrego Passa Sete. Esse córrego corta várias comunidades e, embora o uso da água esteja prejudicado, ainda é uma referência importante para a manutenção do seu modo de vida tradicional. O EIA/RIMA da Expansão da Mina do Sapo considera que a mortandade terá um impacto nos tributários a leste que compõem a microbacia do Rio do Peixe, entretanto, o classifica como de baixa relevância e baixa magnitude:

Durante a implantação dos quatro diques previstos no Projeto de Extensão da Mina do Sapo, o fluxo dos tributários será direcionado para galerias de desvio, através do bloqueio do leito principal, por meio de ensecadeiras a montante e a jusante ao eixo do barramento. Na área ensecada, é comum o aprisionamento de peixes, os quais estarão sujeitos a hipóxia e conseqüente mortandade, representando um impacto que demanda ações específicas de resgate. (EIA, Vol. V, 2015, p. 72)

Contraditoriamente à classificação do impacto como de baixa magnitude e baixa relevância, o empreendedor admite no EIA/RIMA que o impacto será irreversível e algumas espécies não poderão ser recuperadas:

Com o fechamento dos tributários e com a vazão mínima a jusante dos barramentos, os ambientes anteriormente estabelecidos não voltarão ao estado natural, mesmo depois de cessada a ação que gerou este impacto, não favorecendo o restabelecimento das comunidades (EIA, Vol. V, 2015, p. 73)

A medida ambiental para mitigar o impacto é o Programa de Monitoramento da Ictiofauna e o Programa de Resgate de Ictiofauna. No entanto, em Estudo da Diversus de 2014, afirma-se que “embora tenham sido amostradas várias espécies de interesse de pesca, o ‘programa de monitoramento da ictiofauna’ não apresenta qualquer informação relacionada a impactos sobre a pesca” (DIVERSUS, 2014, p.142). Ademais, o Estudo de Impacto Ambiental ressalta que “é esperado que este impacto também afete outros córregos ao longo da área da cava, conforme o avanço da operação do empreendimento” (EIA, Vol. V, p.142). Sendo assim, este Programa parece insuficiente, sobretudo quando se analisa o histórico da mortandade de peixes e como isso se reflete na sobrevivência dos/as moradores/as.

Sobre o abastecimento das comunidades, a única menção ao tema feita no EIA/RIMA (2015) é a seguinte:

Embora o ideal seja que o abastecimento se dê por meio de rede pública, com água tratada, uma vez mais, essa não é a realidade para a maioria absoluta dos domicílios pesquisados em todas as comunidades, já que este tipo de serviço nem sequer está disponível para a maior parte deles. As maiores recorrências de abastecimento por meio da rede geral de distribuição foram encontradas, respectivamente, em Cabeceira do Turco, Itapanhoacanga, Córregos e Água Quente. Em São Sebastião do Bom Sucesso, São José da Ilha e, novamente, em Itapanhoacanga, embora haja quantidades consideráveis de abastecimento por meio da rede municipal, esta refere-se à distribuição de água não tratada, portanto, sem diferenças em relação aos domicílios abastecidos por outras fontes, no que concerne à qualidade da água. Isto pôde ser corroborado por entrevistas realizadas com profissionais que atuam na área de São Sebastião do Bom Sucesso. Segundo eles, embora uma Estação de Tratamento de Água (ETA) em São Sebastião do Bom Sucesso tenha sido construída pela Anglo American e entregue à administração da Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro, com posterior treinamento de um funcionário público para operá-la, até o momento da pesquisa esta não encontrava-se em funcionamento. Ainda, foram relatados casos de ligações clandestinas na rede de distribuição de água, o que a tem sobrecarregado e, não raras vezes, comprometido a quantidade de água disponível para distribuição. Outro ponto a destacar foi a existência de sete domicílios em Água Quente que vêm recebendo água por meio de caminhão pipa. Segundo informações obtidas durante entrevista com profissionais da Anglo American, atualmente essa comunidade é abastecida por meio de um sistema implantado pelo empreendedor como medida mitigadora de impactos associados à implantação do Projeto Minas-Rio. Pelo sistema implantado, a água é captada em um poço artesiano e armazenada em duas caixas de água para posterior distribuição aos domicílios. No entanto, como o poço perfurado tem sido insuficiente para atender toda a demanda, desde o segundo semestre de 2013 alguns domicílios têm sido abastecidos por um caminhão pipa duas vezes por semana, dado este que transparece nos resultados da pesquisa. Ressalta-se, no entanto, que a Anglo American vem realizando estudos complementares com o objetivo de prover uma solução definitiva para a questão do abastecimento de água na comunidade. Quanto ao Turco - não contemplado na figura a seguir - a água que abastece os domicílios é captada em uma nascente localizada na Serra do Sapo e armazenada em uma caixa d'água com capacidade de 15.000 litros, sendo, em seguida, direcionada aos imóveis (EIA, Vol. IV, p.178/179).

Essas são as únicas informações dispostas no EIA/RIMA da Etapa 3 (2015) acerca do abastecimento das comunidades. No entanto, apenas três comunidades são abordadas: Água Quente, São Sebastião do Bom Sucesso e Turco. As demais comunidades, tão afetadas pelo empreendimento quanto essas, como Cabeceira do Turco, Córregos, Itapanhoacanga e São José da Ilha, além da comunidade do Gondó e as localizadas a jusante da barragem de rejeitos - São José do Jassém e Passa Sete -, são citadas nos parágrafos anteriores ao acima destacado, mas não

são apontadas como afetadas em seu abastecimento.

Outra crítica também que pode ser feita a partir da leitura do EIA é a justificativa para a falta de água nos domicílios, sendo esta atribuída a “ligações clandestinas que comprometem a quantidade de águas disponíveis”, conforme destacado acima. Não é mencionado, em nenhum momento, o processo de secamento das nascentes, e, como relatado em diversas entrevistas em campo, em todas as comunidades - Cabeceira, Turco, Sapo, Jassém, Passa Sete, Beco, Gondó e Água Quente - houve nascentes que secaram, sobretudo após a instalação da atividade mineradora, como afirmou um morador de Água Quente durante a 99ª Reunião URC Jequitinhonha, ocorrida em setembro de 2016:

E nunca vai ter água para manter. Nós não queremos água do rio para nós usarmos, que é do minério que vem lá de cima. A água fede, tem mau cheiro. Como nós vamos manter essa água para nós usarmos? As nascentes acabaram todas. Nós não temos uma nascente na nossa comunidade, e antes da empresa nós tínhamos todas as nascentes. Nossa nascente secou. (Morador de Água Quente, Ata da 99ª Reunião URC Jequitinhonha, 2016, p. 34).

Dados do GESTA/UFMG foram analisados na Parte III deste Estudo, e mostram a realidade sobre o abastecimento em algumas comunidades dos municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas. Se, como mencionado, os efeitos socioeconômicos decorrentes de diversas restrições ao direito humano universal à água foram alvo de intensas discussões no contexto do licenciamento do projeto Minas-Rio, acarretando o planejamento de uma série de medidas ditas “mitigadoras”, os dados analisados na Parte III deste Estudo demonstram que a situação da população afetada se agravou ao longo de todo o processo de implantação e operação do empreendimento, e atestam a ineficácia das medidas praticadas. As comunidades do entorno do empreendimento se encontram impossibilitadas de manter suas estratégias e modos de vida. Sem a pretensão de exaurirmos a miríade de efeitos recorrentes e cumulativos, destacamos, dentre as mudanças ocasionadas pelo secamento de nascentes, assoreamento e contaminação de córregos e mananciais, e desabastecimento das comunidades, algumas das conclusões já aprofundadas em outras sessões deste Estudo:

1. Redução ou impossibilidade do plantio de hortas e outros cultivos, devido à escassez hídrica;
2. Redução ou impossibilidade de produção de insumos e quitandas;
3. Obstáculos para ou impossibilidade de manutenção da criação de pequenos animais;
4. Problemas para a dessedentação e manejo do gado, sobretudo no período de estiagem;
5. Falta de acesso à água para consumo humano e atividades domésticas;
6. Impossibilidade de acesso à pesca;
7. Perda de formas importantes de sociabilidade e de lazer;
8. Impossibilidade do uso de moinhos;
9. Aumento dos custos com energia elétrica, ocasionado pela necessidade de bombeamento de água.

Tais alterações, como já observado, não apenas ocasionam a drástica diminuição da produção agrícola local (BITTENCOURT, 2017), mas também impossibilitam ou dificultam a manutenção de práticas tradicionais associadas à reprodução das condições de existência, à religiosidade, ao lazer e à sociabilidade, além de ocasionar danos à saúde, atraso e sobrecarga de trabalho relacionada às tarefas domésticas, penalizando em especial as mulheres.

A situação da localidade dos Faustino, na comunidade de Água Quente, motivou o jornal *O Tempo* a fazer reportagem especial em julho de 2017, relatando a situação das mulheres, que demoram em média 29 minutos para se deslocarem e pegarem água para beber. Esse tempo é equivalente ao registrado nas regiões mais pobres do planeta. Na África Subsaariana, uma caminhada para coletar água dura, em média, 33 minutos, nas áreas rurais.

Destacam-se ainda, nas disputas políticas e simbólicas sobre os efeitos do empreendimento nos cursos de água da região ao longo do processo de licenciamento, fortes indícios de violência epistêmica (TIRADO, 2009), deslegitimando os conhecimentos locais sobre as dinâmicas pluviais da região e silenciando suas demandas aos órgãos institucionais, por meio de um discurso cientificamente legitimado. Segundo moradora da comunidade de Passa Sete:

Eles falam que a água tá acabando é por causa de chuva, não é por causa de chuva não, porque eles prenderam a cabeceira da água, eu conheço toda a cabeceira daquela água que tá presa... Eu comecei a trabalhar ali eu tava com sete anos, com meus pais. Aí então, depois da água tá presa, é claro ela seca, se ela tivesse derramando, pelo menos descia, né? Saía nascente de água pra todo lado, mas ela tá presa [...] Lá nessa barragem, é água unvida, água de curar. [...] É, água benta [...]. Pra curar ferida, toma pra curar doença [...]. E hoje ela tá presa lá, [...] lá nessa represa lá, que eles fizeram. Toda a nascente da água ia pra casa da minha filha, começava no Passa Sete e ia até lá na porta, lá perto lá...
[...] A gente sentava lá pra lavar os pés, pra descansar... (moradora Passa Sete, Janeiro de 2017).

Assim, tal como destacado preliminarmente neste estudo, além de não reconhecer os impactos em relação à água nas comunidades atingidas pelo empreendimento Minas-Rio, o EIA da empresa Anglo American segue considerando o impacto nos recursos hídricos como de média magnitude e média relevância. Desconsidera, assim, as narrativas e vivências dos moradores e das moradoras locais, além dos estudos, laudos e relatórios produzidos pela academia, movimentos sociais e pelo Ministério Público. A empresa, com anuência do Poder Público, segue violando o direito humano à água dessas comunidades, direito este que é de grande relevância, essencial à própria sobrevivência e permanência no território.

10.2. Direito à educação, saúde, alimentação, trabalho e lazer

Dispõe o art. 6º da Constituição de 1988, que:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia,

o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Tratam-se de direitos constitucionalmente garantidos e que encontram assento também na esfera internacional. No contexto do empreendimento Minas-Rio, verifica-se a violação de diversos desses direitos, cabendo neste estudo preliminar mencionar especialmente a violação aos direitos à **educação, alimentação, trabalho, lazer**, todos positivados no art. 6º da Constituição de 1988. É o que se pode extrair dos relatos a seguir:

Sra [...], da comunidade de Arruda, falou que foram feitos os quebra molas, porém a poluição causada pela poeira é intensa e a umectação das estradas não é suficiente. Denunciou também a péssima qualidade da água fornecida para consumo dos alunos e que a escola está toda trincada, em virtude das explosões, o Sr. [...] da Serra de São José denunciou a precariedade das estradas, a falta de educação dos motoristas na condução; a falta da água; a falta de cultivo da lavoura e o abandono das criações, situação que demonstra o desestímulo de muitos moradores. (Moradora da comunidade do Arruda. Ata da 3ª Reunião Pública da REASA, 13/08/2012, p.3)

Boa noite. Meu nome é [...], moro abaixo da barragem de rejeito e **nós estamos sofrendo, gente, lá, com perda de peixe, a minha criação está tudo adoecendo, está intoxicando, nós estamos sofrendo ali naquele lugar** (Ata de Audiência Pública realizada em 29/08/2017, p. 2/3)

Eu queria declarar aqui, é com muita tristeza para dizer para a Anglo American, que o meu coração está doendo, por mais uma vez, os nossos peixes mortos. **Para mim, é um grande luto da minha vida que eu nunca esperava dos meus filhos rever os peixes que eles poderiam estar alimentando, morto por uma empresa, gente.** Por uma falta de responsabilidade, por uma falta de respeito as comunidades. (Moradora do Passa Sete. Ata de Audiência Pública realizada em 29/08/2017, p. 5)

Meu nome é [...], moradora de Água Quente, isso é que **a água que está causando a morte dos peixes. Aí então eu fui e perguntei para eles: Se a água está matando os peixes, e as minhas vacas vai beber o quê? Se os peixes 'está' morrendo, minha vaca também vai morrer. Minhas galinha bebe no rio, os meus cachorros bebe água também no rio. Aí minha vaca adoeceu.** (...). Porque a minha vaca uma vez adoeceu, aí fui lá em Junho, comprei remédio que deu, que tudo que ela comia passava direto. Aí eu fui lá na cidade, sem poder gastar, quando a gente não tem condição de gastar. Aí eu fui lá, busquei remédio, apliquei nelas duas vezes para poder a minha vaca não morrer, até o leite delas acabou. Aí ela já foi secando, foi secando e eu falei assim: Por que a minha vaca está secando? Aí quando vai ver é a água do rio (Moradora de Água Quente. Ata de Audiência Pública realizada em 29/08/2017, p. 11-12).

Não tem água para você molhar uma horta, você planta a horta, a horta morre, né? Se abastece aqui a escola, lá em cima fica sem água, e aí vira o transtorno dos moradores querendo água, querendo água o tempo todo, não tem água (Moradora do Jassém. Ata de Audiência Pública realizada em 29/08/2017, p. 14)

Não tem aonde plantar mais, não tem uma água direito para a gente fornecer as nossas casas, como que vai ser a nossa vida aqui de agora para frente? Nós somos obrigados a continuar vivendo assim por causa de uma irresponsabilidade essa mineradora que veio para aqui? (Moradora do Jassém. Ata de Audiência Pública realizada em 29/08/2017, p. 15)

Nós não temos aqui um lugar, antes a gente plantava feijão, nós 'plantava' milho, nós 'plantava' mandioca. O nosso cultivo, a nossa alimentação era daqui da roça. Hoje, quem não tem dinheiro para ir comprar fora, porque nem emprego tem, onde que nós vamos tirar dinheiro, se não tem emprego? Nem serviço tem, e com a crise que está, pior ainda. Se nós não temos emprego, se nós não temos onde plantar, nós vamos ficar aqui fazendo o quê? (Moradora do Jassém, Ata de Audiência Pública realizada em 29/08/2017, p. 20)

Fica explicitado, nos relatos, que a impossibilidade de produzir e alimentar-se (trabalho e subsistência) tem relação direta com a escassez e/ou a má qualidade da água. Da mesma forma, o acesso à educação fica prejudicado quando há escassez de água. O lazer, que para muitas dessas comunidades advinha especificamente do rio, também resta impossibilitado, devido à condição da água.

Segundo Galizoni:

A água, além de sua importância doméstica, associa-se fortemente às possibilidades produtivas, à renda e à diversidade de pauta alimentar. É necessário ter disponibilidade de água para beber, mas também para produzir e para criações. A escassez de água para produção e criação é um fator de empobrecimento para famílias (GALIZONI, 2008, p.148).

Importante destacar que muitas dessas violações têm relação direta com a **violação do direito humano à água**, posto tratar-se a água não apenas de um recurso ambiental *stricto sensu*. É a relação com a natureza, o modo de vida tradicional, que se veem afetados pela perda de acesso à água.

Há de se destacar também que violações ao **direito à saúde**, também positivado pelo art. 6º da Constituição de 1988, são verificadas nesse contexto, como se extrai dos trechos abaixo:

Na fala a seguir, o morador relatou o **“sentimento de direitos violados” que é uma questão de direito subjetivo e que deve ser discutida na tabela que está sendo montada coletivamente; disse que a empresa viola o direito à paz, pois as pessoas da comunidade não têm expectativas de futuro, muitas estão com depressão, já que suas vidas estão paralisadas por não saberem o que fazer.**”(Morador da Serra da Ferrugem, Ata da 2ª reunião da REASA, 09/07/2012, p. 4)

Em seguida, a filha da Sra. Natalina leu uma carta de sua autoria, na qual descreveu **a opressão que sua família vem sofrendo e os problemas de saúde (danos psicológicos e físicos) que enfrenta, em virtude da ação de despejo contra sua família, que reside há mais de 100 anos no local.** Ela relatou que, no dia 12 de junho de 2012, sua mãe idosa recebeu o mandado de despejo, quando chegaram em sua casa além de policiais, 3 advogados da empresa, oficiais de justiça e caminhões. Muito emocionada, falou da falta de respeito e humanidade; disse que se sente desprotegida e pediu ajuda (Ata da 2ª reunião da REASA, 09/07/2012, p.4)

Nós somos uma comunidade também muito atingida pela Anglo American, começando pela preocupação da barragem, tem a água, a poluição da água, tem os 'bicho', que aqui se tornou um corredor ecológico. **Tem a poeira, que vocês vieram pelas 'estrada' e viu, os alunos que vêm da Água Quente, do Saraiva para estudar aqui no Jassém 'chega' aqui imundos, porque o transporte é imundo, devido as 'poeira'. As 'poluição', eles não pensam, gente, na saúde das 'criança', das pessoas que moram aqui no Jassém, né?** (Ata de Audiência Pública realizada em 29/08/2017, p. 13)

...moro na comunidade do Passa Sete, o meu reclame é da barragem de rejeitos, que está um fedor lá no meu nariz, que eu não estou aguentando. **Meu esposo perdeu a saúde, eu também já estou sem saúde, por causa do fedor. E a preocupação, gente, não está aguentando dormir, com medo da barragem romper e levar nós embora.** Eu falo com vocês, gente, tem dó de nós, tira nós dali, faz um novo 'ressentamento', pelo amor de Deus! (Ata de Audiência Pública realizada em 29/08/2017, p. 31)

A violação ao direito à saúde, como se constata nos relatos anteriores, perpassam diversas questões do empreendimento: falta de informação, poluição das águas, poeira, barragem de

rejeitos e a própria violação sistemática de outros direitos, que gera um processo de adoecimento de homens e mulheres nas comunidades atingidas pelo empreendimento.

10.3. Direitos das mulheres

Como já foi mencionado no presente estudo, ao fazer a abordagem de violações de direitos deve-se considerar a dimensão étnico-racial, mas também a de gênero e a geracional.

Em relação aos impactos sofridos pelas mulheres, é importante termos o quadro geral de que o Brasil é o quinto país mais violento do mundo para as mulheres viverem, segundo dados da Organização das Nações Unidas de 2016. Estima-se que os 7 (sete) principais estados mineiros do Brasil (PA, MG, BA, GO, PI e SP) concentrem 31% dos casos de violência contra as mulheres (ZONTA, 2016). Destaca-se ainda que, em se tratando de violência contra as mulheres, as maiores vítimas são as mulheres negras. Segundo dados do Mapa da Violência de 2015, enquanto a violência contra as mulheres brancas reduziu 10%, a violência contra as mulheres negras aumentou cerca de 50%, no período entre 2003-2013 (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2015). As mulheres que trabalham na atividade mineradora também são submetidas a violências de gênero, tais como violências físicas, psicológicas e assédio, além de estarem sujeitas a condições precárias de trabalho, e marcadamente à informalidade.

Os impactos da mineração aqui relatados afetam mais fortemente a vida das mulheres. A falta de água para produzir e alimentar-se, a poeira e contaminação do ar e os impactos daí decorrentes são apenas alguns dos exemplos de como a mineração impacta ainda mais fortemente a vida das mulheres, já que são a elas historicamente atribuídos os cuidados com a casa, com os filhos, com os mais velhos, com as pessoas doentes, a educação e a produção familiar.

O Relator Especial sobre o direito humano à água potável segura e ao esgotamento sanitário produziu, no ano de 2016, relatório destacando **a igualdade de gênero como um princípio fundamental de direitos humanos, e a importância de atingir essa igualdade na fruição dos direitos humanos à água e ao esgotamento sanitário**. (HELLER, 2016, p.1)

No referido relatório, destacou-se a violência de gênero¹⁴² e o stress psicossocial relacionado ao esgotamento sanitário e à água:

4) As mulheres temem pela violência masculina em banheiros públicos e em locais de defecação a seu aberto, bem como nas rotas para acessar estes lugares. [...] A violência de gênero também ocorre em locais de coleta de água, banho e lavagem de roupas. Abuso de meninos também é relatado como fenômeno comum e sub-reconhecido, [...]

5) Além do risco de violência física, mulheres e meninas também experimentam stress psicossocial relacionados ao esgotamento sanitário, inclusive o medo de violência sexual.

142 Foi definida no relatório como atos que infligem dano ou sofrimento físico, mental ou sexual ou que geram coação ou privação de liberdade.

Mulheres e meninas que têm acesso limitado a instalações sanitárias experimentam barreiras ambientais quando se envolvem em práticas relacionadas à higiene, ao esgotamento sanitário e à água, inclusive o transporte de água, o cuidado com a menstruação, defecação e banho, o que contribui para este tipo de stress. (HELLER, 2016, p.9)

O projeto Minas-Rio em Conceição do Mato Dentro e áreas limítrofes, como Alvorada de Minas e Dom Joaquim, não foge à regra em termos de violação aos direitos das mulheres. Em se tratando de direito humano à água, como bem relatou a reportagem do Jornal *O Tempo*, no especial *Mina de Conflito*, de Julho de 2017, há famílias em Conceição do Mato Dentro que precisam buscar água para beber em nascentes mais distantes, pois já não possuem esse acesso próximo às suas casas e a água fornecida pela Prefeitura Municipal no caminhão pipa não é própria para o consumo humano. O trabalho de buscar água, embora não seja exclusivo das mulheres, é mais desempenhado por essas, que, evidentemente, estão mais sujeitas a sofrer violências de gênero.

Outros tipos de impactos e violações aos direitos das mulheres são frequentemente verificados no contexto do empreendimento Minas-Rio, como exemplifica o trecho abaixo do relato de uma moradora na 2ª reunião pública da REASA, ocorrida em julho de 2012:

A Sra. (...) lembrou da questão da segurança como um problema seríssimo. Falou de empregados da empresa bêbados transitando a pé nas estradas vicinais. Relatou que um grupo de homens cercou um grupo de moças em uma estrada vicinal, sendo que elas posteriormente foram até a direção da empresa e fizeram uma denúncia. Outros moradores enfatizaram que não há segurança para as crianças pegarem ônibus e que as pessoas não andam mais à noite nos povoados, temendo forasteiros. Disseram também que o número de bares aumentou e não há policiamento. (Moradora da Comunidade de Água Quente, Ata da 2ª reunião da REASA, 09/07/2012, p.4)

Entre os anos de 2011 a 2014, que coincidiram com fases de implementação do empreendimento, o número de notificações de violência contra mulheres feitas no sistema de saúde só em Conceição do Mato Dentro aumentou cerca de 270%. (Datusus, 2015).

Em 2013, uma reportagem veiculada no Jornal *O Tempo* trouxe a realidade das jovens mães que engravidaram de trabalhadores da Anglo American ou de empresas terceirizadas, que sumiram logo após o período de instalação do empreendimento. A matéria intitulada *Os “órfãos” do progresso* alertou também para o fato de serem mulheres jovens, muitas adolescentes, e o crescimento da gravidez nessa faixa etária.

Em reunião da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, realizada no dia 09 de agosto de 2014, em Conceição do Mato Dentro, o promotor de justiça da comarca, Marcelo Matta Machado, criticou o modelo adotado por esse e outros megaprojetos econômicos. Na ocasião, ele alertou para projetos semelhantes que, segundo ele, “seguem a mesma cartilha”, como o da mineradora Manabi, distante cerca de 30 km da área do projeto da Anglo American:

Os moradores das comunidades atingidas não são consultados nem beneficiados. Os impactos são enormes, nada é feito para prevenir ou remediar os impactos. Em Conceição do Mato Dentro, foram 11 homicídios em 2014. É generalizado o medo da violência, aumentou a violência doméstica contra a mulher e a gravidez na adolescência, entre outros problemas sociais (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014).

A chegada do grande contingente de trabalhadores em Conceição do Mato Dentro na fase de instalação do empreendimento¹⁴³ trouxe também o aumento da violência sexual contra as mulheres. Em reportagem datada de 17 de junho de 2015, do jornal *Estado de Minas*, intitulada *As cidades crescem, a segurança diminui*, a delegada da cidade à época demonstrou preocupação com relação a um dos crimes mais recorrentes naquele contexto:

Um dos crimes mais preocupantes na cidade é o estupro, afirma a delegada. 'Pela quantidade de homens na cidade, e a dificuldade de retorno deles às famílias, isso gera uma crise social. Há relatos de que Conceição do Mato Dentro chegou a receber 8 mil operários em apenas um ano', conta a delegada... (As cidades crescem, a segurança diminui, 2015).

O medo das mulheres segue sendo atual, o que se constata a partir da fala de uma moradora do Jassém, na audiência pública ocorrida dia 29 de agosto de 2017:

Antes, a gente saía daqui a pé, ia pegar o transporte, o ônibus que vem viação [ininteligível], lá no Murici resolver, ia em uma consulta em Conceição, resolver alguma coisa na cidade. Hoje a gente não tem, nós, mulheres, não temos coragem de pegar um ônibus lá, pega um carro aqui, deixa a gente lá no ponto, a gente não tem coragem de ficar, devido esse transtorno de veículos deles aí para baixo e para cima. (Moradora da Comunidade de São José do Jassém, Ata de Audiência Pública realizada em 29/08/2017, p. 13 e 14)

Ainda sobre as violações de gênero podemos observar um efeito perverso em algumas comunidades atingidas pelos empreendimentos minerários, no que se refere ao aumento da prostituição local e os efeitos trazidos por essa atividade. Na etapa 3 do empreendimento Minas-Rio, está prevista a contratação de mão de obra para realização para a construção de novas estruturas. Essa população flutuante, composta predominantemente por homens, causa, como já dito, uma séria de violações aos direitos das mulheres, em especial aquelas que vivem em comunidades no entorno dos alojamentos destinados ao acolhimento da mão de obra deslocada para região.

Em que pese os evidentes impactos da mineração na vida das mulheres, tal como demonstrado preliminarmente neste trabalho, nada foi mencionado sobre o tema no Estudo de Impacto Ambiental referente a Etapa 3 do empreendimento, omissão que vem se arrastando, aliás, desde as primeiras fases do licenciamento.

A violência de gênero no contexto da mineração deve ser reconhecida não só por parte dos poderes constituídos, como também por parte da mineradora Anglo American, pois só com o reconhecimento poderemos falar em prevenção e combate.

Os referidos impactos e violações, ligados à atividade minerária e articulados à atuação de um Estado negligente em relação às questões de gênero, possuem efeitos que ainda não são conhecidos e, em razão disso, recomendamos que os estudos acerca dos mesmos sejam aprofundados. A produção e o levantamento de dados são necessários para que se possa impedir a perpetuação das desigualdades e violências de gênero, que necessitam ser devidamente reparadas.

143 Estima-se que esse número tenha chegado a 8.000 trabalhadores.

10.4. Direito ao acesso à informação e à participação popular

O acesso à informação é elencado como um dos direitos e garantias fundamentais, previsto na Constituição da República de 1988. O *Capítulo I – Dos direitos e garantias individuais e coletivos*, do *Título II – Dos direitos e garantias fundamentais*, em seu art. 5º, XIV, diz que, “art. 5º [...] XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional” (BRASIL, 1989).

Trata-se de um direito essencial, inclusive para a participação popular. Não por acaso, talvez um dos grandes direitos violados no contexto de grandes empreendimentos é o direito à informação.

Impedir o acesso a informação é uma forma que as empresas mineradoras possuem de fazerem, por assim dizer, o que “bem entendem”, sem encontrarem para isso resistência, já que, sem informação, não se pode participar de forma efetiva. Vieira destaca que:

[...]o acesso à informação e à participação popular efetiva no que tange ao empreendimento Minas-Rio foi limitado ou mesmo inexistente, principalmente entre os maiores interessados: os povos e as comunidades tradicionais diretamente afetados pelo empreendimento (VIEIRA, 2015, p. 64).

A autora destacou, em sua dissertação de mestrado, ocasião em que realizou vasto trabalho de campo com diversos/as atingidos/as, moradores/as da zona rural, que, **embora o empreendimento em Conceição do Mato Dentro tenha se iniciado formalmente em 2008, após a concessão da licença prévia da mineroduto, o empreendedor - à época, a MMX -, por meio de empresa interposta, a Borba Gato, iniciou, nos idos de 2006, 2007, um processo de aquisição de terras na região** (VIEIRA, 2015, p.64).

A maioria dos/as moradores/as pensava que a aquisição de terras pela Borba Gato era para a criação de cavalos, justificativa que era até então utilizada pela empresa. As reais intenções da empresa interposta somente foram desveladas para muitos quando do início do empreendimento Minas-Rio. Com a ocultação total por parte da Borba Gato das reais intenções sobre o projeto de mineração, muitos/as moradores/as foram lesados/as economicamente.

Além disso, a desinformação com relação ao projeto de mineração dificultou sua organização e resistência, que só se deu efetivamente quando a população já se encontrava com muitos de seus direitos violados.

O acesso à informação e à participação popular, direito violado já nas primeiras fases do empreendimento, seguiu sendo ignorado em muitas outras fases do Projeto Minas-Rio.

Ressaltamos também a Ação Popular ingressada por atingidos que questionava justamente a falta de acesso à informação e participação por ocasião do licenciamento da LP+LI da Etapa 3 do empreendimento Minas-Rio. No bojo da Ação Popular, foi concedida liminar favorável à suspensão de uma audiência pública que ocorreria sem que os/as principais interessados/as tivessem qualquer acesso à informação e pudessem participar efetivamente do processo:

No entender dessa magistrada **a realização de audiência pública nestes moldes pode resultar significativa lesão do patrimônio ambiental, pois alija da participação a população interessada que pertence a área de expansão do empreendimento, não atingindo os fins a que se destina a audiência pública, elencados no art. 1º da Deliberação Normativa 12, que estabelece:**

Art. 1º. Audiência Pública é a reunião destinada a expor à comunidade as informações sobre obra ou atividade potencialmente causadora de significativo impacto ambiental e o respectivo Estudo de Impacto Ambiental - EIA, dirimindo dúvidas e recolhendo as críticas e sugestões a respeito para subsidiar a decisão quanto ao seu licenciamento". Assim, de rigor acolher o pedido liminar determinando a suspensão da audiência pública agendada para amanhã.

Ante o exposto, DEFIRO o pedido determinando a suspensão da audiência pública designada 11/04/17, às 18:00hs., devendo a nova data ser designada após a expedição de edital a ser publicado no Diário Oficial e imprensa que mencione todos os Municípios objetos de expansão do empreendimento, realizando-se a divulgação do RIMA de maneira ampla e acessível a toda a população abrangida pela expansão do empreendimento. (TJMG, Sentença proferida nos autos da Ação Popular, processo nº. 0005555-92.2017.8.13.0671¹⁴⁴).

A iniciativa de acessar o judiciário em busca de tal direito gerou, contudo, uma série de efeitos, como a criminalização dos/as atingidos/as, ocasionando assim a violação de outros direitos, como o de liberdade de expressão e de manifestação do pensamento, bem como de associação.

A audiência ocorreu posteriormente, no dia 20 de julho de 2017, seguindo os mesmos moldes de falta de informação e de participação popular. Conforme narrado por uma atingida do Jassém, na audiência ocorrida dia 29 de agosto daquele mesmo ano:

...gente, já que o vereador tomou liberdade de falar, né, citar, infelizmente, o Japão, um país de primeiro mundo, nós também, em termos de primeiro mundo, no Canadá, uma audiência pública, ela dura quantos dias [forem] necessários para se esclarecer todas as dúvidas. E é uma obrigação dos órgãos públicos. E além de tudo, bancam a despesa. Então, se é para comparar, vamos comparar do nosso lado também, né? Agora, **a audiência nossa de Conceição durou dois minutos a fala de cada pessoa. Quem consegue esclarecer dúvidas de um documento de três mil páginas, em dois minutos fazer a pergunta? Quantos minutos a Anglo se dedicou para responder cada pergunta? Então, eu estou sentindo aqui que os problemas que nós vivemos no Gondó, que são poluição sonora, poluição, poeira, né, sem medida, falta de água, nascentes serem soterradas, esses moradores aqui da ajudante da barragem, estão vivendo, além de todos os que nós vivemos, estão vivendo o medo, e o medo é paralisante no ser humano quando ele não leva para frente. É medo de viver, porque fica parecendo que é medo de morrer, depois de morrer não adianta não. É medo de viver, sabe?** (Helena, Ata de Audiência Pública realizada em 29 de agosto de 2017, p.52).

144 Disponível em:

http://www4.tjmg.jus.br/juridico/sf/proc_peca_movimentacao.jsp?id=13247644&hash=3d35245b38002618322ccac268ca8418

10.5. Direito à reunião, à liberdade de manifestação, expressão e organização

Tal como muitos dos direitos aqui mencionados, o direito à reunião, à liberdade de manifestação, expressão e organização também está positivado na Constituição da República de 1988. Em seu art. 5º incisos IV e XVI, está expressamente garantido:

Art. 5º

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; [...]

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente (BRASIL, 1989).

Tratam-se de direitos fundamentais que vêm sendo constantemente violados no contexto do Projeto Minas-Rio. Atingidos e atingidas e até mesmo apoiadores e apoiadoras vêm tendo esses direitos constantemente violados. Em Audiência Pública ocorrida em 24 de maio de 2017, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, foi relatado que:

Já estivemos aqui, numa reunião com o Sr. Durval, quando fizemos a denúncia da perseguição que sofremos lá. Essa é uma caminhonete segurança da empresa, 007. Existe um processo, a nível federal, apurando essa perseguição contra a comunidade e contra os servidores da UFMG para mostrar essa ameaça que continuamos sofrendo. (Morador de comunidade atingida, Audiência Pública realizada em 24/05/2017, na ALMG)

Nota-se ainda que a empresa Anglo American se utiliza de instrumentos processuais para impedir que atingidos e atingidas exerçam esses direitos. É o que se verificou em 2015, quando a empresa ingressou, sem comprovar quaisquer dos requisitos processuais para tanto, com uma ação de interdito proibitório contra a manifestação dos/as atingidos/as que buscavam reivindicar direitos. Em 2016, novo pedido nessa mesma ação, contra outra manifestação, ocasionou uma audiência de conciliação no Fórum da Comarca de Conceição do Mato Dentro, em que o magistrado competente entendeu por extinguir o pleito da empresa, por falta de interesse processual de agir. O intuito da empresa restou demonstrado ser tentativa de criminalizar a luta e a resistência popular (COLETIVO MARGARIDA ALVES, 2016).

Também na ocasião da Audiência Pública realizada em 24 de maio de 2017, pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, foram relatadas várias ameaças da mineradora Anglo American contra moradores/as locais, sendo que em todas as situações, a violação dos direitos à reunião, à liberdade de manifestação, expressão e organização, bem como ao direito de petição, que garante a todo cidadão acionar os poderes públicos frente a ilegalidades ou abuso de poder (art. 5º - XXXIV, "a", Constituição da República de 1988¹⁴⁵) resta evidente.

145 Art. 5º, inciso, XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

No caso, o simples ato de acessar o Poder Judiciário e obter uma decisão liminar favorável gerou as ameaças. Segundo relato em audiência:

Essas violações contra nós cinco, como já foi dito, começaram quando apresentamos uma ação popular contra o cancelamento de uma audiência pública sobre um processo do Step 3, que não estava totalmente claro para a comunidade. Tivemos êxito no entendimento da obscuridade em relação ao fato de que esse Step 3 seria implantado para a comunidade como um todo. A partir do meu caso, a partir do cancelamento, fui incluído em vários grupos de WhatsApp, nos quais fui ameaçado com vídeos, falas e *sites*, além de telefonemas. Ali atrás do poste está um outro integrante da Anglo, que fica nos ameaçando, fica nos vigiando 24 horas por dia (Morador de Conceição do Mato Dentro, Audiência Pública realizada em 24/05/2017, p. 18).

Da mesma forma, em Audiência Pública Conjunta realizada no dia 29 de agosto de 2017, pelos Ministérios Públicos Federal e Estadual sobre as *Condições de vida das comunidades residentes abaixo da barragem de rejeitos da Anglo American*, houve manifestações no sentido de denunciar intimidações por parte da empresa, toda vez que os/as atingidos/as reivindicam seus direitos:

A gente não pode confiar, porque quando a gente reivindica os nossos 'direito', logo após a gente reivindicar, igual a gente já fez protesto, a gente já fez reunião, igual fomos na Audiência Pública em Conceição, fizemos reunião. **No outro dia tem a ronda deles que passam várias vezes perto da nossa casa, né?** A gente não tem a liberdade mais de tirar uma lenha, a gente não tem uma liberdade de cortar uma vassoura, porque eles estão sempre vindo, **tem o ronda que vem de moto, tira foto das casas, tira foto das pessoas que estão pelas 'estrada'**, e a gente não sabe qual é a intenção dessas pessoas, né? (Moradora da Comunidade de São José do Jassém, Ata de Audiência Pública realizada em 29/08/2017, p. 13)

As intimidações feitas pela empresa, por intermédio de seus funcionários, impedem inclusive que diversas pessoas da comunidade manifestem suas opiniões, tal como relatado:

E eu sei que é pouco tempo de fala para todo mundo, mas como aqui no morador tem muita gente que repreende a sua fala, com medo da Anglo American, porque ela tornou para nós um bicho de sete cabeças. (...) Pois é, um bicho de sete cabeça, né? "Ah, eu não vou falar, porque eu vou em Conceição, tem gente me seguindo. Ah, eu não vou falar, porque eu vou no ponto tem gente me seguindo." **Antigamente não era assim, nós 'tinha' a nossa liberdade de falar, de brincar, de divertir com todo mundo, por que hoje nós vamos viver assim com medo da Anglo? É elas que devia ter vergonha de nós.** (Moradora da Comunidade de São José do Jassém, Ata de Audiência Pública realizada em 29/08/2017, p.17)

Para de ameaçar as pessoas, para de ameaçar as pessoas. O sangue de vocês é o mesmo... se o sangue dos ricos é igual o sangue do pobre, igual ao sangue do pobre, não tem diferença não (Morador da Comunidade de São José do Jassém, Ata de Audiência Pública realizada em 29/08/2017, p.37)

E eu não medo de declarar que amanhã eles podem até me perseguir, igual tem muita gente perseguida pelo Anglo American por causa dos direitos. Eu não me importo não, porque o cemitério espera gente morto mesmo. O cemitério espera a gente que morre, porque o vivo, ele não vai dentro do cemitério, quem vão são os mortos. Eu não me importo de morrer por todos atingidos que estão aqui, diante desse microfone aqui. Eu não me importo de morrer, eu posso sair daqui, e morrer até ali, mas eu estou feliz, porque eu disse tudo que eu quis dizer (Morador da Comunidade de São José do Jassém, Ata de Audiência Pública realizada em 29/08/2017, p.6-7)

Reivindicar direitos, seja pela via da organização política dos atingidos/as ou pela via de manifestações, é a mais clara expressão do direito de resistência e um instrumento que a população tem para fazer pressão social a fim de garantir seus direitos ou mesmo insurgir-se contra a violação destes. Quando já se tentou de diversas maneiras e sem sucesso a resolução dos conflitos, nada mais legítimo que reivindicar a garantia dos direitos via luta popular.

Nada obstante, os relatos indicam para uma constante violação a direitos fundamentais como os direitos de reunião, à liberdade de manifestação, expressão e organização. A violação desses direitos produz também, por sua vez, um efeito perverso sobre muitas lideranças dessas comunidades, que é a criminalização. A privação do acesso a esses direitos, que faz com que os/as atingidos/as sejam tratados como clandestinos, conduz a que essas pessoas se vejam ameaçadas, muitas vezes por membros da própria comunidade.

A iniciativa de expressar judicialmente o descontentamento com a falta de informação e com a impossibilidade de participação por ocasião da Etapa 3 do empreendimento, bem como a legitimação do Poder Judiciário – a partir da suspensão da audiência em caráter liminar -, acabou por gerar uma série de ameaças e criminalizações em relação aos atingido/as que, como medida protetiva, foram inseridos no Programa de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos (PPDDH) do Estado de Minas Gerais¹⁴⁶.

Considerando que os estudos para a expansão do empreendimento não consideram essa dimensão, aponta-se para a necessidade de aprofundamento acerca das violações desses direitos.

10.6. Outros direitos violados e necessidade de reparação

Tal como exposto inicialmente, os direitos aqui tratados não compõem um rol exaustivo. É preciso lembrar que, em outras oportunidades, já houve denúncias de violações de direitos igualmente essenciais à sobrevivência humana, como por exemplo: direito a um padrão digno de vida; direito à moradia adequada; direito à terra e ao território; direito a um ambiente saudável, direito à justa negociação, tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados; direito de ir e vir; direito às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e à preservação de bens culturais, materiais e imateriais; direito das comunidades quilombolas e tradicionais; direito de grupos vulneráveis à proteção especial (como idosos, crianças e deficientes); direito de acesso à justiça e à razoável duração do processo judicial; direito de proteção à família e a laços de solidariedade social ou comunitária; e o direito à melhoria contínua das condições de vida.

Muito embora tais direitos não tenham sido explicitamente abordados nessa oportunidade, merecem atenção especial em estudo subsequente, assim como merecem aprofundamento o estudo das violações dos direitos que foram aqui mencionados explicitamente, a saber o direito

146 Ver mais em: < <https://www.brasilefato.com.br/2017/05/22/atingidos-pelo-projeto-minas-rio-sao-perseguidos-apos-abrirem-acao-popular/> > ; < <http://www.otempo.com.br/capa/economia/conflitos-de-minera%C3%A7%C3%A3o-levam-11-a-programas-de-prote%C3%A7%C3%A3o-1.1495202> >

ao acesso à água potável e de qualidade; direito à educação, saúde, alimentação, trabalho e lazer; direito ao acesso à informação e à participação popular; direito à reunião, à liberdade de manifestação e expressão e os direitos das mulheres.

Como também já apontado acima, importante lembrar que a sistemática violação de direitos no contexto do empreendimento Minas-Rio se dá, em larga medida, contra comunidades rurais tradicionais, algumas delas caracterizadas por uma presença significativa de famílias afrodescendentes, com trajetórias históricas próprias, dotadas de um sentido de resistência à escravidão¹⁴⁷. Em suma, tais violações se dão contra uma população negra, podendo também ser caracterizadas como uma forma de racismo institucional.

Posto isso, e, considerando todos os preceitos constitucionais pós 1988, especialmente o art. 68, ADCT, que reconhece o direito das comunidades quilombolas, e legislações posteriores como o Estatuto da Igualdade Racial e aquelas que implementam as políticas de ações afirmativas, **considera-se imprescindível o reconhecimento de todas as violações de direitos humanos contra as comunidades atingidas pelo empreendimento Minas-Rio, bem como a imediata necessidade de reparação.**

147 Algumas delas passíveis de serem reconhecidas como comunidades remanescentes de quilombo, lembrando que, neste caso, a não objetivação de uma autoatribuição, ou a ausência de uma reivindicação pública pelo reconhecimento, não deve ser tomada em termos absolutos, devendo ser lida a partir do contexto conflituoso instaurado pela implantação de um megaempreendimento minerário na região (SANTOS, 2008, apud SANTOS, 2009, p.26).

Parte V

Síntese conclusiva

Introdução

O conteúdo desta Parte V compreende o inteiro teor do documento intitulado *Síntese Conclusiva*, elaborado em dezembro de 2017 pela equipe do GESTA/UFMG, sob a coordenação dos Profs. Drs. Ana Flávia Santos (GESTA/UFMG) e Bruno Milanez (PoEMAS/UFJF), com o intuito de apresentar algumas considerações conclusivas a partir da análise consubstanciada no Estudo Preliminar *Transformações socioambientais e violações de direitos humanos no contexto do Empreendimento Minas-Rio em Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim, Minas Gerais*. A *Síntese* procurou sanar a ausência de conclusões mais gerais na versão do Estudo Preliminar protocolada em outubro de 2017, ausência esta decorrente do caráter emergencial que revestiu a entrega de uma primeira versão do estudo realizado, diante da urgência dos prazos estabelecidos para o licenciamento da Etapa 3 do empreendimento Minas-Rio.

Uma vez elaborado, o documento intitulado *Síntese Conclusiva* foi imediatamente encaminhado à Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social – CIMOS, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, e ao Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas – FONASC.CBH, tendo sido incorporado, na íntegra, ao parecer de vista da Conselheira Maria Teresa Corujo, representante do FONASC.CBH na Câmara de Atividades Minerárias – CMI¹⁴⁸. Optamos por manter, nesta Parte V, a organização original do texto então apresentado. A versão atual compreende apenas uma revisão do texto original, com pequenas correções e adequações, e reflete o inteiro teor do documento então apresentado.

148 O parecer de vista da representante do FONASC.CBH encontra-se disponível no site do SISEMA, constando como documento relacionado às pautas da 18a Reunião Ordinária e da 20a Reunião Extraordinária da Câmara de Atividades Minerárias – CMI, realizadas, respectivamente, em 22/12/2017 e 26/01/2018. O documento, bem como seus anexos, podem ser localizados nos links relativos a essas reuniões, disponíveis em: <http://www.meioambiente.mg.gov.br/copam/camaras-tematicas-do-copam>

1. Aspectos gerais

Como apontado em sua introdução, o Estudo protocolado na Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD em 16 de outubro de 2017 tem um caráter preliminar, sendo um de seus objetivos indicar temas e direções de pesquisas futuras, necessárias ao esclarecimento de dimensões cruciais dos impactos socioambientais, econômicos e culturais que vêm afetando as comunidades da região, inclusive no que tange a violações de direitos. Entende-se que a ampliação do escopo e o aprofundamento dos estudos, a serem desenvolvidos em uma temporalidade mais longa – que permita, inclusive, estabelecer novos patamares para a participação dos próprios sujeitos atingidos pelo Minas-Rio –, são fundamentais para que se alcance, primeiro, uma compreensão mais abrangente acerca dos processos de perda, deslocamento, vulnerabilização, riscos, a que as comunidades da região vêm sendo submetidas; segundo, um dimensionamento mais real do espaço geográfico e social que será afetado nessa e em outras expansões do empreendimento. Aspectos esses considerados como condição para o Licenciamento da Terceira Etapa do Projeto Minas-Rio.

Não obstante, a análise detalhada e rigorosa do conteúdo de partes substantivas do *Estudo de Impacto Ambiental do Projeto de Extensão da Mina do Sapo* (FERREIRA ROCHA, 2015), realizada à luz do conhecimento científico produzido acerca dos processos de mudança em curso no território e das comunidades da região (sobretudo as que hoje se situam no entorno do empreendimento), enseja, desde já, considerações conclusivas, que passamos a expor.

2. Inconsistências na informação relativa ao alteamento e à estrutura da barragem de rejeitos

As informações apresentadas no Volume I do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Projeto de Extensão da Mina do Sapo a respeito da barragem de rejeitos são imprecisas e inconsistentes. Há contradições quanto ao seu real dimensionamento. A estimativa de vida útil do empreendimento Minas-Rio é ora avaliada em 28 anos, ora em 18 a 20 anos. Contudo, a previsão de vida útil da barragem de rejeitos é estabelecida como sendo de 18 anos (EIA, Vol. I, 2015, p.17), e não se diz com precisão se essa estimativa considera uma produção de 26,5 MTPA ou 29,1 MTPA.

Outra inconsistência está relacionada à altura da barragem. Conforme aponta o Capítulo I (Parte I) do Estudo Preliminar, o EIA prevê outros dois alteamentos, além do atual, não havendo, contudo, uma precisão quanto à sua altura final, uma vez que são apresentados números divergentes, como 725 m (EIA, Vol. 1, 2015, p. 11) e 715m (EIA, Vol. 1, 2015, p. 11).

Além disso, **o excessivo fracionamento do processo de licenciamento do Projeto Minas-Rio, quanto aos alteamentos previstos para a barragem de rejeitos, parece ter gerado**

erros de planejamento. Análises datadas de 2013 acreditavam haver material argiloso suficiente para o alteamento da barragem, todavia o **EIA admite não haver material adequado suficiente para realizar os alteamentos previstos para a Etapa 3.** Embora reconheça que **poderá utilizar material de qualidade inferior** misturado ao material argiloso, **os estudos sobre a segurança da barragem não foram atualizados para essa nova condição de operação.**

Em relação à segurança, ao apresentar uma discussão a respeito de alternativas locacionais da barragem de rejeitos e justificar a escolha atual, **o EIA ignora a segurança dos elementos sociais,** sequer indicando, no item 3.2.5 - Alteamento da Barragem de Rejeitos (EIA, Vol. I, 2015, p. 16-17), a existência das comunidades do Passa Sete, Água Quente e São José do Jassém, que estão, respectivamente, a cerca de 1,5 km, 4 km e 8,5 km de distância, a jusante da barragem.

Outra insuficiência do estudo é a **não apresentação de nenhum dado sobre os impactos a serem ocasionados em uma eventual ruptura da barragem de rejeitos.** Mesmo havendo um Estudo de Cenários para o Plano de Ações Emergenciais, realizado pela Pimenta de Ávila Consultoria Ltda. (2016), este não foi publicamente apresentado ou debatido junto às comunidades a jusante da barragem. De acordo com referido estudo, **em caso de rompimento, não somente os municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim serão afetados, mas também Carmésia (onde há a Terra Indígena Fazenda Guarani), Ferros e Santa Rita do Rio do Peixe. Tais municípios não são sequer considerados nas áreas de estudo do Projeto de Extensão da Mina do Sapo,** o que evidencia a **arbitrariedade e a insuficiência dos conceitos e delimitações espaciais** apresentados no EIA diante do potencial impacto socioambiental do empreendimento.

Conforme apontado no Capítulo I (Parte I), falhas similares a essas que ora identificamos no Projeto de Extensão da Mina do Sapo - a omissão quanto à existência de comunidades situadas a jusante da barragem de rejeitos, e a não consideração dos impactos sobre a bacia hidrográfica como um todo - foram também detectadas no licenciamento da barragem de Fundão, no município de Mariana-MG (ZONTA e TROCATE, 2016), o que evidencia a **urgente necessidade de revisão dos estudos elaborados pela empresa Ferreira Rocha.**

3. Inconsistências conceituais, metodológicas e analíticas do Diagnóstico Socioeconômico

3.1. O Diagnóstico Socioeconômico não considera a realidade local

A análise dos critérios a partir dos quais a Ferreira Rocha definiu o escopo das áreas de estudo para o meio socioeconômico e cultural, bem como a metodologia, os instrumentos da pesquisa, e as bases de dados utilizadas para a realização do diagnóstico correspondente (EIA, Vol. IV, 2015),

evidenciou **deficiências e lacunas graves e importantes, que desautorizam o uso de seus resultados em quaisquer avaliações que se pretendam minimamente responsáveis, acerca dos impactos socioambientais que serão decorrentes do empreendimento e, por suposto, acerca de sua viabilidade socioambiental.** Os principais problemas detectados serão expostos a seguir.

Cumpra observar, inicialmente, que o Estudo protocolado em caráter preliminar na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), tendo se centrado, sobretudo, na leitura do *Diagnóstico do Meio Socioeconômico* (Volume IV), não abordou, devido ao exíguo prazo, as áreas de influência definidas para esse componente. Procuramos incorporar tal análise a estas considerações finais, complementação que, propiciando um olhar mais acurado sobre informações constantes nos Volumes I e V, permite **um entendimento mais exato acerca das consequências decorrentes, para as comunidades afetadas pelo empreendimento Minas-Rio, de conceitos e premissas equivocadas; das imprecisões e omissões implicadas nos recortes espaciais que orientam o Estudo de Impacto Ambiental, em particular o diagnóstico socioeconômico; das lacunas e inadequação do desenho da pesquisa, decorrentes, sobretudo, de bases de dados e instrumentos metodológicos falhos e insuficientes,** utilizados para embasar o diagnóstico referente à Área Diretamente Afetada e às ditas “comunidades focais”.

De fato, a principal conclusão a ser extraída da análise do diagnóstico socioeconômico é a de que **tais equívocos, falhas e lacunas não apenas desacreditam o diagnóstico enquanto documento técnico, como participam da construção concatenada de um dispositivo destinado a omitir ou subdimensionar impactos, desresponsabilizar o empreendimento, desconstruir parâmetros de reconhecimento e recomposição de danos. Uma engenharia conceitual destinada, em suma, a violar os direitos da população afetada.**

Para compreender a amplitude desse dispositivo, é preciso partir de algumas das premissas estabelecidas no Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Argumentando estar seguindo orientações do Ministério Público Federal (2007), e do Ministério Público de Minas Gerais (2012), a Ferreira Rocha diferencia áreas de estudo e áreas de influência, as primeiras constituindo propostas iniciais de áreas geográficas potencialmente afetadas pelos impactos previstos para o empreendimento, cuja delimitação deverá ser alterada ou confirmada a partir das avaliações procedidas no decorrer mesmo das pesquisas consubstanciadas no Estudo de Impacto Ambiental (EIA, Vol. I, 2015, p. 226).

A Nota Técnica da 4ª CCR - MPF 039/2007, documento citado pelo EIA, considera a delimitação das áreas de influência dos projetos potencialmente degradadores uma das tarefas mais complexas e importantes da elaboração de um EIA, com sérios reflexos sobre dimensões cruciais do licenciamento, como a competência administrativa, o dimensionamento e participação da população afetada, a identificação e avaliação dos impactos, as medidas e programas de controle ambiental (MPF, 2007, p. 4, 5 e 29). Para os autores da Nota Técnica, **a delimitação dessas áreas deve ser não só justificada do ponto de vista metodológico, como fundamentada no conhecimento efetivo dos processos em curso nos territórios em que as atividades serão desenvolvidas.** Daí proporem orientações diversas, para além de estabelecerem o princípio

de que as áreas de influência devam ser não “o início”, mas um dos resultados do EIA:

- a) definir uma área de estudo a partir da **consideração prévia das atividades impactantes do empreendimento, das características locais e do conhecimento da população local**, com o objetivo de identificar impactos potenciais relevantes e perceptíveis em escala de reconhecimento;
- b) realizar o EIA em **escala compatível com os fenômenos e processos sob intervenção**, identificando e avaliando os potenciais impactos e definindo, para cada um deles, o alcance espacial correspondente;
- c) identificar a área de influência do empreendimento, ou seja, o espaço físico onde se estima que haverá alterações socioambientais significativas, em função das quais serão aplicadas as medidas de mitigação/compensação e os programas de monitoramento dos impactos; e
- d) alterar os limites da área de influência, caso seja detectada essa necessidade por ocasião do monitoramento dos impactos (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2007, p. 31; grifos nossos).

A equipe responsável pelo Estudo de Impacto Ambiental do Projeto de Extensão da Mina do Sapo reconhece expressamente tais orientações (EIA, Vol. V, 2015, p. 226), e afirma tê-las incorporado aos procedimentos de pesquisa e análise, de forma tal que, no EIA, as áreas de influência não apenas são apresentadas somente após a avaliação dos impactos (EIA, Vol. I, 2015, p. 226; idem, Vol. V), como a elas é atribuído um caráter dinâmico, condizente com a capacidade de refletirem os processos que estarão em curso, seus limites devendo ser ajustados ao longo da implantação e operação do projeto, em função dos “impactos reais verificados” (EIA, Vol. V, 2015, p. 205, grifo nosso).

Esta não é, entretanto, a conclusão que autoriza a análise do diagnóstico socioeconômico, consubstanciada no Capítulo 2 da Parte I deste Estudo Preliminar. Destacamos, por ora, a recomendação contida na letra A, qual seja, a de que a proposição das áreas de estudo expresse “consideração prévia das atividades impactantes do empreendimento, das características locais e do conhecimento da população local” (MPF, 2007, p. 31).

Não é o que parece ocorrer com as duas mais importantes áreas de estudo propostas em escala local - a “Área Diretamente Afetada” e as “Comunidades Focais” -, que carregam, em sua definição, um forte viés **territorial-patrimonialista** (VAINER, 2008), sendo descritas, respectivamente, como as “propriedades” onde “haverá estruturas do empreendimento instaladas”¹⁴⁹, ou que deverão experimentar “impactos mais intensos e duradouros” devido à proximidade com as estruturas do empreendimento (EIA, Vol. IV, 2015, p. 2/3).

O recorte territorial-patrimonialista não dá conta da complexidade do contexto sociocultural da região. O uso da categoria “propriedade” como unidade básica de análise **desconsidera ou subavalia**, na delimitação dessas importantes áreas de estudo, **sentimentos de pertença, relações de vizinhança e parentesco, circuitos de reciprocidade intra e intercomunitários**, existentes entre os moradores das diversas comunidades e entre estes e

149 Mais precisamente, o conjunto de 43 propriedades que, segundo o diagnóstico, “já pertencem à Anglo American ou encontram-se inseridas no contexto do polígono de Direito Minerário ou dentro da faixa de Servidão Minerária” (Id. Ibid., p. 199).

a ADA; e também uma série de práticas relacionadas aos territórios e seus recursos, invisibilizando toda uma gama de regimes de posse e uso da terra, vigentes na região (terras “no bolo”, terras de santo, agregados, parcerias, entre outras relações costumeiras e/ou contratuais). Ademais, como discutido no Capítulo 2 (Parte I), **o critério territorial-patrimonialista foi superado pela Condicionante 91 da Licença de Instalação - Fase 1 (Etapa 1), que, ao incorporar os parâmetros definidos pelo Termo de Acordo de Irapé para a recomposição dos direitos dos atingidos, estabeleceu novos critérios para o reconhecimento da população diretamente afetada**, capazes de melhor receptionar a complexidade das relações socioculturais, ambientais e territoriais identificadas na região de inserção do empreendimento Minas-Rio (GESTA/UFMG, 2014, p. 13). **O EIA recupera, assim, categorias superadas pelo próprio órgão licenciador, repetindo procedimentos que contribuíram, nos licenciamentos das etapas anteriores, para mascarar danos e impactos e subdimensionar a própria população afetada.**

Essa **operação de apagamento** é particularmente visível no diagnóstico das “comunidades focais”. **O tratamento dado a essa área de estudo - construída, em tese, para considerar “relações de vizinhança, amizade e parentesco”¹⁵⁰ (EIA, Vol. IV, p. 3 e 4) - a esvazia, nitidamente, de uma dimensão territorial.** Conforme demonstrado no Capítulo 2 (Parte I), as categorias de análise organizadoras dos instrumentos de pesquisa utilizados¹⁵¹ - domicílio, contrato, renda, escolaridade, entre outros - **aprofundam o descolamento do contexto local**, sendo mais apropriadas ao estudo de áreas urbanas¹⁵².

Assim, a categoria de “domicílio” não permite pensar a relação da casa com os quintais, as roças e outras áreas de uso familiar, ou as complexas relações costumeiras que se expressam na situação de moradia em contextos agrários; a categoria “renda” não apreende a organização familiar e a internalização das condições de produção no sítio camponês, ou as relações de reciprocidade entre famílias e vizinhos, inclusive de diferentes comunidades¹⁵³; a categoria de “migração” tampouco contempla a efetiva circulação de pessoas entre as comunidades da região, fenômeno associado aos distintos regimes de posse e uso da terra existentes (CARVALHOSA, 2016). O que se nota é **a total ausência de elementos metodológicos que permitam identificar as “comunidades focais” como comunidades rurais, historicamente lastreadas na região, dotadas de uma organização socioespacial e de territorialidades específicas.**

Em suma, **o desenho da pesquisa atomiza e distancia artificialmente as comunidades umas das outras, e da própria ADA, ensejando o tratamento dessa área de estudos - isto**

150 O EIA utiliza o termo “comunidade” a partir de Tönnies, como unidade constituída através das relações de parentesco, amizade e vizinhança (EIA, Vol. IV, 2015, p. 3 e 4). Conforme discutido no Capítulo 2 (Parte I) do Estudo Preliminar, esses três eixos não conseguem dar conta das relações territoriais de populações com modos de vida tradicionalmente estabelecidos.

151 Questionários do Monitoramento Socioeconômico, aplicados no ano de 2014, devidamente discutidos no Capítulo 2 (Parte I), deste Estudo Preliminar.

152 Conforme se demonstra no Capítulo 2 (Parte I), mesmo as sedes distritais classificadas pelo IBGE como “urbanas” possuem, no caso em tela, um modo de vida notadamente rural, permeado por ruralidades e por uma forte relação com a “terra” enquanto “território” (HAESBAERT, 2007).

153 Ver Parte III deste Estudo Preliminar.

é, as “comunidades”- como “focos” dispersos no espaço, e não como a contrapartida territorial da injunção entre fluxos materiais, redes sociais, práticas produtivas e estruturas de pertencimento¹⁵⁴. Ignora-se o caráter prático, político e simbólico dos territórios e as complexas relações dos indivíduos com o meio, relações constitutivas de seus modos de vida. A ausência de indicadores espaciais claros que permitam a identificação dos territórios em questão, muitos dos quais atravessados por relações identitárias complexas e por vezes fluidas, atrelada à indicação de apenas 11 comunidades “focais”, leva a uma nova **indeterminação das reais dimensões dos efeitos do empreendimento, bem como a uma possível invisibilização de diversas comunidades**, dentre as quais destacam-se, desde já, Arruda, Taporôco, Teodoro, Córrego Palmital e Serra de São José, mencionadas em estudo anterior como afetadas pela implantação do complexo minerário (DIVERSUS, 2011). A supressão da dimensão territorial pode também escamotear subdimensionamentos que estejam ocorrendo internamente às próprias comunidades, havendo, em alguns casos, discrepâncias significativas entre o número de residências registrado no EIA e o levantado em trabalhos de campo recentemente realizados pela equipe do GESTA/UFMG (ver Capítulo 2, Parte I).

Um elemento importante nas orientações do Ministério Público Federal diz respeito ao correto uso das escalas espaciais e temporais para a construção do EIA. As escalas devem ser compatíveis com os fenômenos e processos sob intervenção, a fim de permitirem a identificação e avaliação dos potenciais impactos e a definição do alcance espacial correspondente para cada um deles (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2007, p. 31). Todavia, os dados utilizados para a construção do diagnóstico socioeconômico das “comunidades focais” do Projeto de Extensão da Mina do Sapo resultaram, sobretudo, de questionários aplicados no ano de 2014, fixando uma unidade temporal de análise de 6 meses para identificar possíveis mudanças e transformações vivenciadas pelas comunidades. **Em direção contrária às orientações do MPF, a construção do EIA não lança mão de uma análise longitudinal que pudesse apreender a real escala e a dimensão cumulativa de impactos que vêm ocorrendo desde a instalação do empreendimento até os dias atuais.**

Portanto, além dos dados estarem desatualizados e não apresentarem informações sobre os efeitos da operação do empreendimento entre 2014 e 2017, a ausência de uma perspectiva histórica/longitudinal na pesquisa impede que o Estudo cumpra a função que se propõe, de identificação e “avaliação de impactos”. Ao evitar a análise da mudança de contextos e percepções ao longo do tempo, **o EIA não dimensiona efetivamente a real magnitude dos efeitos, progressivos e cumulativos, do empreendimento nas comunidades, criando apenas uma imagem artificial e estagnada do momento específico em que foram aplicados os questionários.**

A **ausência de contextualização histórica** também se reflete nos próprios questionários, que, ainda quando buscam elementos importantes para a pesquisa, não os contextualizam

154 Aliás, conforme já apontado no Capítulo 2 (Parte I), apenas o questionário aplicado na comunidade do Turco, pela empresa ERM, contempla perguntas a respeito das relações de parentesco e vizinhança entre as comunidades, não se encontrando, nos questionários aplicados nas demais comunidades, quaisquer questões voltadas a esse tema.

historicamente de maneira apropriada, evitando a investigação de possíveis mudanças geradas pelo empreendimento. Conforme mencionado (Cap. 2, Parte I), **a unidade temporal de 6 meses fixada nos dados das pesquisas apenas faz sentido em um monitoramento**, dado que as mudanças nas condições de vida abarcam espaços de tempo muito mais amplos e que nenhuma grande alteração nas estruturas ou na operação do empreendimento, que motivasse a utilização desse marco temporal, ocorreu até 6 meses antes da realização da aplicação dos questionários. Embora boa parte dos dados utilizados pela Ferreira Rocha tenha sido produzido na 9ª *Campanha de pesquisa para o Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos*, realizada pela empresa Synergia, o EIA não utiliza dados das campanhas realizadas nos anos anteriores, argumentando inconsistências metodológicas (EIA, Vol. IV, 2015, p.5).

A ausência de uma contextualização histórica dos fenômenos pesquisados pode ser exemplificada através das perguntas que compõem os questionários aplicados. Perguntas como 105. *Principal fonte de renda* não trazem dados sobre possíveis mudanças no perfil econômico e produtivo do entrevistado ou sobre os motivos dessas mudanças, prováveis impactos da operação do empreendimento na região. Da mesma maneira, a ausência de uma abordagem longitudinal no bloco 10. *Problemas de saúde* torna impossível o acompanhamento das doenças relatadas a partir da operação da mina, impedindo a atribuição de qualquer possível relação causal. As questões sobre atividades produtivas dos questionários da 9ª Campanha de Monitoramento, além de incidirem no mesmo problema, trazem informações muito parciais, dificultando que se estabeleçam correlações, mesmo futuramente, entre o empreendimento e mudanças no perfil produtivo da região. Por exemplo, as perguntas do questionário identificam, em relação à produção agropecuária, a existência ou não de cultivo/criação na “propriedade” e sua destinação (consumo e/ou venda), mas não apontam os tipos de produção, a área utilizada, as quantidades produzidas, os tipos e o tamanho das criações. O questionário aplicado pela empresa ERM na comunidade do Turco, por sua vez, apesar de trazer alguns dados adicionais referentes ao tipo e ao destino da produção, possui o limitador de ter sido aplicado somente em uma comunidade, e seus dados, assim, não servem como elementos comparativos para a abordagem da realidade local. Impossibilita-se, desse modo, um comparativo entre situações anteriores e posteriores ao empreendimento, que pudesse refletir as transformações engendradas na produção agropecuária dessas comunidades.

A ausência de pesquisa longitudinal e os critérios restritivos da pesquisa realizada junto ao universo sociocultural local invisibilizam, ainda, o processo de esvaziamento pelo qual já passam as comunidades da região. As propostas de negociação “voluntária” e individual via Comitê de Convivência tendem a aprofundar esse quadro, contribuindo também para mascarar o fato de que o fenômeno constitui um impacto do empreendimento, ao apresentá-lo como o resultado do livre exercício da vontade individual dos moradores da região.

3.2. Inconsistências metodológicas

Uma vez que adentramos nos problemas da própria pesquisa realizada, faz-se necessário, aqui, retomar algumas considerações gerais sobre a metodologia e os dados utilizados para a elaboração do diagnóstico socioeconômico da ADA e “comunidades focais”. Um dos mais sérios indicativos das graves lacunas geradas pela insuficiência dos instrumentos utilizados refere-se ao fato de que **o diagnóstico em tela não configura, afinal, o produto de uma pesquisa específica, desenhada e realizada para alcançar as finalidades próprias de um Estudo de Impacto Ambiental**. O diagnóstico encontra-se, ao contrário, amplamente apoiado em dados secundários, produzidos por empresas terceirizadas pela Anglo American em pesquisas realizadas para o Monitoramento de Aspectos Socioeconômicos no ano de 2014¹⁵⁵, além de informações e dados técnicos gerados pela própria Anglo American. Essa abordagem **limita as possíveis conclusões dos consultores a informações preexistentes que não necessariamente respondem às perguntas da pesquisa, impossibilitando a construção de um quadro claro e fiel dos impactos atuais, e dos impactos potenciais da Etapa 3 do empreendimento**. A restrição da análise a bases de dados preexistentes acaba igualmente por constituir **um delimitador não declarado da área de estudo das “Comunidades Focais”, restringida de modo apriorístico às comunidades que integram o programa de monitoramento** (ou seja, comunidades que já se encontram afetadas pelo empreendimento Minas-Rio, antes mesmo da expansão ser implementada).

Esse problema é agravado pelo fato de, **em nenhum momento, se ter buscado articular os resultados disponíveis a novos dados produzidos por metodologias de pesquisa qualitativas** (entrevistas semi-estruturadas, trabalhos de campo de cunho etnográfico, grupos focais). Conforme já apontado (Cap. 2, Parte I), essa lacuna priva o EIA de informações essenciais a respeito dos **códigos culturais envolvidos**, criando obstáculos à real compreensão das relações socioambientais em jogo, das estratégias, valores e sentidos produzidos e mobilizados pelos sujeitos atingidos. Impede, ainda, **a apreensão dos efeitos multifacetados e pouco definidos espacialmente, muitas vezes imperceptíveis sem uma compreensão aprofundada da realidade social local**.

Ora, a opção feita, pela Ferreira Rocha, de **fundamentar o diagnóstico socioeconômico exclusivamente em dados censitários, oriundos de questionários diferentes, aplicados em condições específicas e com objetivos diversos, causa graves problemas à avaliação de impactos ambientais (AIA)**, tal como preconizada, inclusive, pelos autores da Nota Técnica 039/2007. A ausência de quaisquer esforços metodológicos destinados a evidenciar “os fenômenos e processos sob intervenção” (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2007, p. 31) representa, de fato, uma **renúncia cabal ao conjunto das orientações expressas no documento**.

Há ainda, porém, um aspecto importante a enfatizar, no que tange às consequências para a

155 Tais questionários e as demais bases de dados são discutidos em detalhe no Capítulo 2 (Parte I).

população afetada. Trata-se do papel atribuído a esta no **próprio processo de produção da pesquisa, que deve se apoiar no “conhecimento da população local”**. Ora, para os autores da Nota Técnica, esse conhecimento também se traduz em **participação**. Reconhecendo a importância desse elemento, os técnicos do MPF chegam a recomendar a regulamentação da **participação pública nos processos de construção dos termos de referência** (MPF, 2007). No processo de elaboração do EIA Projeto de Extensão da Mina do Sapo, ocorreu, ao contrário, **a eliminação, na pesquisa, de toda dimensão participativa**, posto que **nenhum dos questionários aplicados no monitoramento faz alusão à Etapa 3** do empreendimento, tendo sido as pesquisas realizadas **sem que as comunidades sequer tivessem ciência do quanto estavam implicadas no Projeto em questão**. Isso impossibilitou que a manifestação das comunidades acerca do projeto se incorporasse ao processo mesmo de pesquisa, o que **fere um dos principais objetivos de um estudo de impacto ambiental**.

De fato, no que tange ao Minas-Rio (do qual o projeto em licenciamento é, como indica o nome, uma *extensão*), **a afirmação retórica da capacidade de incorporar os processos ou impactos efetivamente verificados** deveria ser demonstrada já no desenho da pesquisa do diagnóstico socioeconômico, uma vez que se está lidando com um **cenário atual de graves impactos** sobre o território, o ambiente e a população. Contudo, tanto **as características sociais, históricas e culturais das comunidades locais, em suas relações com o território, como as transformações que as atravessam, decorrentes dos impactos sofridos desde a implantação e operação do complexo Minas-Rio**, descritos na Parte III deste Estudo Preliminar, **estiveram à margem dos procedimentos metodológicos e analíticos adotados**.

3.3. Inconsistências analíticas

Neste tópico, procuraremos expor as considerações que a análise do diagnóstico socioeconômico - cujas principais conclusões foram acima expostas - nos autoriza a fazer acerca do delineamento das respectivas áreas de influência.

Em primeiro lugar, cabe rememorar uma das premissas assumidas pelo EIA: a de que a complexidade e a importância da definição das áreas de influência, dentro da metodologia de avaliação de impacto ambiental, exigem que ela se pautem em um profundo conhecimento da população local, de características da região e do tipo de atividade; e em uma exaustiva e rigorosa análise dos impactos previstos, segundo o tipo de atividade a ser licenciada e os processos e fenômenos sob intervenção (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2007; EIA, Volumes I e V, 2015). Pode-se dizer, nesse sentido, que **as áreas de influência constituem um dos principais resultados de um estudo de impacto ambiental**, consistindo na **expressão espaço-temporal de todas as suas conclusões e projeções**, centrais que são também para o **planejamento, implementação e gestão de medidas de controle ambiental**.

Tal entendimento é corroborado pela empresa de consultoria Ferreira Rocha, para quem essa “sequência metodológica” não só responde a posicionamentos dos Ministérios Públicos Federal e Estadual, como permitirá o monitoramento permanente e eficaz dos impactos e a consequente adoção, por parte do empreendimento, de “uma postura proativa de gestão ambiental, antecipatória e preventiva de conflitos, com benefícios tanto à comunidade como ao próprio empreendedor” (EIA, Vol. V, 2015, p. 205).

Há que se ter em mente, também, para o entendimento das considerações que se seguem, a terminologia e conceituação adotadas pelo EIA para as áreas de influência do Projeto Extensão da Mina do Sapo:

Área Diretamente Afetada (ADA):

Porção do terreno que será utilizada pelo empreendimento sofrendo impactos diretos e efetivos decorrentes de sua implantação e operação e que, portanto, terá suas funções originais, territorial e ambiental, alteradas em definitivo pelo projeto.

Área de Influência Direta (AID):

Área que não se limita à ADA e que abrange áreas circunvizinhas que poderão ser atingidas pelos impactos diretos da implantação e operação do empreendimento, em vista da rede de relações físicas, bióticas, socioeconômicas e culturais estabelecidas com a ADA.

Área de Influência Indireta (AII)

É a área na qual incidem impactos de enésima ordem derivados do empreendimento, podendo guardar efeitos cumulativos e sinérgicos com outros gerados por outros projetos, abrangendo os ecossistemas e o meio socioeconômico.

Comunidades Associadas / Área de Entorno (AE)

São as comunidades que, por se apresentarem em áreas mais próximas ou até mesmo limítrofes à ADA, merecem tratamento diferenciado das localidades situadas na AID (EIA, Vol. V, 2015, p. 206).

Assim, a “Área de Influência Indireta” (AII) abrange o município do Serro tanto para o “Meio Socioeconômico”¹⁵⁶ quanto para o “componente Comunidades Tradicionais”. Essa conformação é justificada pela maior distância do Serro das estruturas do empreendimento. O município, entretanto, teria importância regional e conta com acessos viários utilizados pelo empreendimento (EIA, Vol. V, 2015, p. 213/214). Não há referências à recente tentativa da Anglo American de licenciar a extração de minério de ferro em mina localizada naquele município¹⁵⁷. No que tange ao “Meio Cultural”, especificamente no que se refere ao patrimônio cultural de natureza material e imaterial, a AII também se compõe dos municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim. A justificativa é a de que os impactos previstos sobre o patrimônio cultural identificado nesses municípios seriam indiretos - “secundários” ou “terciários” ou, ainda, de “enésima ordem”¹⁵⁸ (EIA, Vol V, p. 213/214).

156 Tendo em vista o caráter preliminar do estudo, não foram analisadas as áreas definidas para os meios físicos e biótico.

157 Município do Serro diz não a mais uma mina da Anglo. Projeto produzirá 500 mil toneladas de minério de ferro por ano. Jornal O Tempo, em 15/11/2015. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/capa/economia/munic%C3%ADpio-do-serro-diz-n%C3%A3o-a-mais-uma-mina-da-anglo-1.1158931>, consulta em 09/12/2017.

158 Segundo o EIA, em relação à classificação dos impactos em termos de sua incidência ou ordem, o impacto pode ser “direto” - ou “primário”, ou “de primeira ordem” -, a primeira alteração que decorre de um aspecto ambiental do empreendimento; ou “indireto”, “alteração que decorre de um impacto direto, sendo também chamada de ‘impacto secundário’, “terciário” etc., ou “de segunda ordem”, de “terceira ordem” etc., de acordo com sua situação na cadeia de reações à ação geradora do impacto direto ou primário (EIA, Vol. V, 2015, p. 12).

Já a “Área de Influência Direta” (AID) compreende, para o “Meio Socioeconômico” e o “componente Comunidades Tradicionais”, os territórios político-administrativos dos municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim, abrangendo todas as “Comunidades Associadas” da “Área de Entorno”. De acordo com o EIA (Vol. V, 2015), trata-se, principalmente, do reconhecimento de que tais municípios ou recebem, ou possuem áreas muito próximas às estruturas do empreendimento, constituindo, ademais, as unidades político-administrativas que auferirão a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), após a operação (p. 214). Já para o “Meio Cultural”, a AID se estende de Córregos, a noroeste, até a Cabeceira do Turco, a sudeste, delimitação justificada no EIA sobretudo pelo elemento paisagístico, em transformação devido ao empreendimento. O EIA assume que manifestações do patrimônio imaterial escapam a essa chamada “espacialidade” (EIA, Vol. V, 2015, p. 216/217).

Por fim, dentro da AID, as “comunidades focais de São Sebastião do Bom Sucesso, Cabeceira do Turco, Turco, Gondó, Beco, São José da Ilha, Passa Sete, Água Quente, Córregos, São José do Jassém e Itapanhoacanga” constituem a “Área de Entorno”, que “representa as principais comunidades situadas no entorno do empreendimento, [...] passíveis de serem mais impactadas em relação a outras” (EIA, Vol. V, 2015, p. 214).

Uma primeira observação a ser feita é a de que, em face das premissas metodológicas apresentadas, que afirmam a complexidade e a importância da tarefa de delimitar as áreas de influência de um grande projeto, os limites e justificativas dos recortes espaciais propostos permanecem marcados por um alto grau de generalidade, expressando, aqui e ali, elementos claramente arbitrários em face “dos processos e fenômenos sob intervenção”.

Alguns desses elementos acabam sendo explicitados quando o EIA (Vol. V, 2015) recorre a normas administrativas em suporte às conceituações e delimitações apresentadas, como na nota número 4 da página 206 (conceito de ADA), em cujo texto se afirma: “A Instrução Normativa IBAMA 125/2006 define ainda que, para os estudos socioeconômicos, deve ser considerada como AID a extensão territorial do município em que se desenvolve o projeto”. No caso, trata-se de um excerto extraído, de forma descontextualizada, do anexo da instrução normativa - que visa, por sinal, “estabelecer os procedimentos para implantação de recifes artificiais no âmbito da gestão pesqueira” (IBAMA, IN 125/2006, Art. 1o). O texto original não deixa de indicar que a delimitação da AID deverá observar as “características sociais, econômicas, físicas e biológicas dos sistemas a serem estudados e [as] particularidades do empreendimento”, estabelecendo orientações para aquele tipo específico de atividade (IBAMA, IN 125/2006, Anexo).

O recurso à instrução normativa não deixa, assim, de evidenciar o **caráter arbitrário dos recortes espaciais baseados em unidades político-administrativas**. Nesse sentido, o EIA reproduz, ao delimitar as áreas de influência, lacuna já identificada para a Área de Estudo Regional, ignorando o eventual risco de rompimento da barragem de rejeitos, que, caso ocorra, atingirá não só Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim, mas também Carmésia, Ferros e Santa Rita do Rio do Peixe. O risco de um evento catastrófico, não incorporado aos estudos ambientais nos licenciamentos das etapas anteriores, permanece ao largo dos estudos

e proposições apresentadas na atual fase do licenciamento, posto que o EIA evita trabalhar com escalas capazes de evidenciar os seus efeitos - como, por exemplo, os recortes orientados por bacias hidrográficas, recomendados pela Nota Técnica 039/2007.

Outros elementos de arbitrariedade emergem da fragmentação do “meio socioeconômico” em componentes diversos. A dissociação das áreas de estudo do “meio socioeconômico” vis-a-vis ao “meio cultural” já havia sido objeto de crítica, pois limitou, injustificadamente, o alcance das pesquisas referentes a alguns temas, notadamente o patrimônio cultural imaterial. Reeditada, em larga medida, para as áreas de influência, essa dissociação continua a produzir efeitos, tendendo a limitar, por exemplo, de modo apriorístico, a avaliação dos impactos (como indiretos, de “enésima ordem”), e o alcance de medidas de controle ambiental. A diferenciação nas definições desses recortes espaciais é inconsistente, uma vez que as questões relativas ao patrimônio cultural estão imbricadas às dinâmicas sociais, econômicas, culturais e ambientais da região, estando sujeitas às transformações mais amplas engendradas pelas atividades da Anglo American, e não deveriam ser analisadas como algo isolado.

A delimitação da “Área de Entorno”/“Comunidades Focais (ou Associadas)” também reproduz falhas anteriores na definição das áreas de estudo e na metodologia de pesquisa, que resultaram em um diagnóstico socioeconômico distanciado da realidade local, e omissos no que se refere aos processos socioambientais que atualmente afetam o território de inserção do empreendimento Minas-Rio. A supressão da dimensão propriamente territorial dessa área de influência não só distanciou artificialmente as comunidades umas das outras, e da ADA, como estendeu um **manto de invisibilidade sobre os fenômenos territoriais, sociais e ambientais que, decorrentes da implantação e operação do Minas-Rio, interagem para ameaçar as próprias condições de reprodução física e cultural de parte das comunidades apontadas** (ver Parte III). Trata-se, em suma, de outro grave problema de escala. Como já dito, **o modelo em “ilhas” recria a indeterminação territorial dos impactos**, tanto em termos da abrangência da área de influência como um todo, quanto em termos dos desenhos territoriais das comunidades e localidades. Neste momento, contudo, cabe enfatizar dois outros aspectos: **os impactos também são descritos de modo atomizado - e, portanto, são subdimensionados -**, e em larga medida atribuídos a uma razão simples da distância de cada comunidade das estruturas do empreendimento¹⁵⁹ (EIA, Vol. V, p. 215/216). Como consequência, **superestima-se, de modo inverso, a eficácia das medidas mitigadoras** pontualmente direcionadas a cada impacto.

É, entretanto, ao tomarmos a Área Diretamente Afetada que o grau de arbitrariedade envolvido na delimitação das áreas de influência se revela de modo pleno. Remetemos ao leitor o “conceito” de ADA reproduzido acima, observando que, de modo a princípio ambíguo, esse recorte espacial não compõe, propriamente, nem as “áreas de estudo”, subdivididas em “área de estudo local” e “área de estudo regional”, descritas em composições variáveis para cada um dos “meios”, físico, biótico e socioeconômico; nem as “áreas de influência”, igualmente subdivididas em “área de

159 O que transparece já na definição de “comunidades focais/associadas”, como sendo aquelas que, **“por se apresentarem em áreas mais próximas ou até mesmo limítrofes à ADA, merecem tratamento diferenciado das localidades situadas na AID”** (EIA, Vol. V, p. 206, grifo nosso).

influência direta” e “área de influência indireta”, que também assumem conformações variáveis.

Não há, entretanto, ambiguidade, mas, ao contrário, uma absolutização desse recorte espacial. De fato, a leitura dos mapas do volume V, onde são representadas as áreas de influência, indica que a contraparte geográfica do conceito ADA permanece estável ao longo do EIA: um mesmo recorte espacial para os meios físico, biótico e socioeconômico, o que lhe confere um valor absoluto. Como se demonstrará de modo mais detalhado na seção seguinte, o valor absoluto desse recorte espacial contraria princípios fundamentais da avaliação de impactos ambientais - que, em tese, não pode prescindir, tanto na previsão, quanto na avaliação dos impactos, do conhecimento profundo da realidade local, das especificidades do empreendimento, etc., uma vez que a significância de um impacto será, sempre, relacional (BRANDT, 2012; BARREIRO, 2012).

Poder-se-ia supor que o valor absoluto da ADA advém de uma normativa com força de lei. Não é, contudo, o que diz a Resolução CONAMA 01/86, ou mesmo a Instrução Normativa 125/2006 do IBAMA, mencionada no EIA, que define a Área Diretamente Afetada (ADA) como aquela que “sofre diretamente as intervenções de implantação e operação da atividade, **considerando alterações físicas, biológicas, socioeconômicas e das particularidades da atividade**” (IBAMA, IN 125/2006).

Depreende-se que a delimitação apresentada para a ADA no diagnóstico socioambiental - a partir de um certo número de “propriedades” - constitui a única possível, posto que **o recorte se baseia exclusivamente nos interesses locacionais e indenizatórios do empreendimento. A patente arbitrariedade dessa área de influência - conceitualmente ela está definida em razão de impactos “diretos e efetivos”** - se expressa em grau máximo quando se observa a não incorporação de algumas comunidades, em especial a sede do Distrito de São Sebastião do Bom Sucesso, o “Sapo”. A comunidade está situada a uma curta distância da área de expansão e sofrerá inevitavelmente com a instalação de ao menos dois diques de contenção de sedimentos na região, além dos efeitos da própria operação da mina. O próprio EIA aponta o Sapo como uma das comunidades mais impactadas pela expansão, prevendo que seus moradores irão enfrentar a diminuição da vazão da água nas sub-bacias dos córregos Bom Sucesso e Vargem Grande; a alteração na qualidade da água nas mesmas sub-bacias, devido à grande movimentação de terras; a proximidade de canteiros de obras para instalação dos diques; o aumento da poeira, devido à proximidade da pilha de estéril; além de efeitos de ações como o desmonte de rochas, movimentação de veículos e máquinas, e danos ao patrimônio cultural (EIA, Vol. V, 2015, p. 215/216).

Cumprindo observar que **no Parecer Único de 2008 (Licença Prévia - Etapa 1), a equipe técnica do SISEMA recomendou expressamente a inclusão da localidade de São Sebastião do Bom Sucesso (Sapo) na Área Diretamente Afetada, acompanhada da adoção de medidas mitigatórias e compensatórias correspondentes com essa condição:**

Isto posto, e após análise dos estudos de diagnóstico sócio ambiental da Área de Influência Direta – AID do Projeto Minas-Rio, a equipe do SISEMA tem a considerar que:
- as localidades de São Sebastião do Bom Sucesso (Sapo) e Itapanhoacanga irão ficar direta e constantemente expostas a impacto negativo e mais intenso decorrente da atividade minerária devido à sua localização geográfica, seja na etapa de implantação, como também, na etapa de operação do empreendimento. Portanto, devem ser

devidamente reconhecidas pela empresa como Área Diretamente Afetada - ADA, merecendo tratamento mitigatório e compensatório compatível com essa condição. Destaca-se, no entanto, que como no presente licenciamento não está sendo considerado o bloco Itapanhoacanga, **tal revisão**, a princípio, **deve ser aplicada apenas à comunidade e à sede de São Sebastião do Bom Sucesso**, mantendo-se para o distrito de Itapanhoacanga o entendimento de que sua inserção frente à mineração das serras do Sapo / Ferrugem deverá se dar como Área de Influência Direta – AID, principalmente, na etapa de implantação do projeto, em vista de sua localização relativamente próxima ao canteiro de obras; - **os estudos analisados ressentem-se de informações cartográficas precisas da localização dos núcleos populacionais da AID em relação às estruturas previstas para a mineração das serras do Sapo / Ferrugem. Esse mapeamento mostra-se importante e necessário para uma avaliação mais consistente do raio de influência dos impactos das diversas etapas do empreendimento sobre cada uma das localidades situadas na AID.** (Parecer Único SISEMA N.º 001/2008, p. 43. Grifos nossos. Processo COPAM N.º 00472/2007/001/2007, disponível na reunião de 11/12/2008).

A arbitrariedade das dimensões e/ou feições dos recortes espaciais não constituem, entretanto, o único equívoco do EIA atinente à avaliação dos impactos e delimitação das áreas de influência. **A hierarquização das áreas de influência e dos impactos a elas associados, sobretudo quando relacionados ao “Meio Socioeconômico”, não apenas aprofunda as falhas e omissões decorrentes dos problemas anteriores, como passa a constituir, articulada a essas mesmas falhas, um dispositivo conceitual destinado a desconhecer direitos e deslegitimar reivindicações das comunidades atingidas; desresponsabilizar o empreendedor por danos já ocorridos e a ocorrer; esvaziar parâmetros de recomposição de direitos já estabelecidos no âmbito do licenciamento do Projeto Minas-Rio.**

Juntamente com outros pesquisadores da Antropologia e Sociologia brasileiras, autores reconhecidos em suas respectivas áreas de conhecimento científico, o GESTA/UFMG vem discutindo criticamente o uso de categorias espaciais como as acima apontadas, que embora possuam um caráter eminentemente administrativo, são frequentemente tomadas como “instrumentos técnicos” (GESTA/UFMG, 2014). Desde pelo menos a década de 1980 que a literatura científica no campo das Ciências Sociais (SIGAUD, 1986; SIGAUD, 1987; SIGAUD, 1995; VAINER, 2008) aponta a inadequação de recortes espaciais arbitrários como “área diretamente afetada”, ou “de influência indireta”, enquanto instrumentos capazes de dimensionar e avaliar tecnicamente a complexa realidade que envolve os grandes empreendimentos e suas consequências. Um dos problemas frequentes apontados pela literatura acadêmica é a dimensão classificatória, a um tempo homogeneizadora e hierarquizante, que acompanha a aplicação dessas categorias (GESTA, 2014, p. 20).

Não obstante, essa não é uma crítica que se faz exclusivamente de uma perspectiva externa ao campo técnico da chamada Avaliação de Impactos Ambientais (AIA). A Nota Técnica 039/2007, aqui já extensamente mencionada, também aponta a hierarquização de impactos como algo incongruente desde a perspectiva dos fenômenos socioambientais, indicando-a como uma operação que, embora frequente nos estudos de impacto ambiental, possui graves consequências. Reproduzimos abaixo as conclusões dos autores quanto a essa questão, solicitando atenção especial do leitor para a letra “e”:

A partir das críticas feitas pelos analistas do MPF, quando da análise dos EIAs, é possível inferir que:

a) **alguns EIAs revelam diferentes formas para reduzir a extensão da área de influência, quer por meio da omissão de impactos potenciais, quer pela simples desconsideração de fatores socioambientais relevantes** ou, ainda, por possível incapacidade técnica. Isso remete à idéia de que **a escala de análise pode ser utilizada como uma “estratégia de esquecimento incoerente”, ou seja, para impedir a visibilidade de certos fenômenos ou processos;**

b) **a delimitação de uma área de influência reduzida restringe o diagnóstico e, conseqüentemente, a identificação e avaliação dos impactos, bem como a proposição de medidas de mitigação/compensação e de programas de monitoramento dos impactos.** É sabido que ao proceder assim, os EIAs podem reduzir os custos do diagnóstico e, principalmente, os custos das fases posteriores à implantação do projeto, que visam à execução das medidas e programas propostos;

c) considerando, ainda, as implicações da delimitação da área de influência sobre a competência administrativa para o licenciamento ambiental, é possível avaliar que a adoção de uma reduzida área de influência direta (AID) também pode afastar a competência federal em alguns casos, com prejuízo de uma análise regional dos impactos;

d) **a classificação dos impactos em diretos e indiretos não tem sido respaldada por análises satisfatórias quanto ao alcance espacial e significância dos efeitos ambientais dos projetos.** A ausência de justificativas técnicas para a delimitação da área de influência pode ser explicada pela insuficiência do conhecimento técnico sobre o tema, desconhecimento da realidade investigada, amostragens insuficientes, seleção indevida de dados, período de coleta em campo insuficiente, recursos escassos e pressões orçamentárias ou por omissão deliberada;

e) **os impactos diretos têm sido vistos pelos EIAs como mais importantes que os indiretos,** sendo perfeitamente possível supor que **muitas áreas de influência direta foram subestimadas, com prejuízos à mitigação e à compensação de impactos.** É importante lembrar que **não há uma correlação linear entre a significância do impacto e a sua natureza direta ou indireta.** Segundo a literatura consultada, em princípio, **não existiria uma hierarquia de significância entre impactos diretos e indiretos e, conseqüentemente, entre a AID e AII.** Todavia, a AID tem sido vista como merecedora de maior detalhamento, tanto na avaliação dos impactos quanto no estabelecimento de medidas mitigadoras e de compensação. É importante esclarecer que **a questão não é simplesmente de ampliação da AID, mas de tratamento da AII com igual importância, quando da avaliação dos impactos;**

f) alguns EIAs subdividem as áreas de influência em meios físico, biótico e socioeconômico. Mesmo considerando que há justificativas de ordem prática e disciplinar para essa subdivisão, a fim de possibilitar o diagnóstico e a identificação de impactos pelas equipes de especialistas em cada área do conhecimento, vale ressaltar que a freqüente ausência de integração entre os meios tem prejudicado a abordagem interdisciplinar do Estudo. Por tal razão, é indispensável que o EIA sempre apresente um tópico de análise integrada (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2007, p. 29/30. Grifos nossos).

O Estudo de Impacto Ambiental do Projeto Extensão da Mina do Sapo não só adota a distinção entre impacto direto e indireto (EIA, Vol. V, 2015, p. 12), como aprofunda a hierarquia entre as áreas de influência, associando-as ao reconhecimento de direitos e compensação de danos sofridos pela população afetada.

Senão, vejamos. De acordo com os conceitos que antecedem a apresentação das áreas de influência

de cada “meio”, sobre a ADA incidem **“impactos diretos e efetivos”**; sobre a AID, **“impactos diretos da implantação e operação do empreendimento, em vista da rede de relações físicas, bióticas, socioeconômicas e culturais estabelecidas com a ADA”**; sobre a AII, **“impactos de enésima ordem derivados do empreendimento, podendo guardar efeitos cumulativos e sinérgicos com outros gerados por outros projetos”**; já as Comunidades Associadas/Área de Entorno estariam em condição especial por guardarem uma relação de proximidade com a ADA e as estruturas do empreendimento (EIA, Vol. V, 2015, p. 206).

Tais definições são antecedidas de algumas premissas, importantes para que se alcance o sentido da hierarquização das áreas de influência:

Uma segunda premissa reconhece a importância dos **impactos supostos levantados pelas comunidades locais**, entretanto, atribui a cada um deles, bem como a cada **impacto real (direto ou indireto)** identificado no presente estudo, as medidas que lhes são cabíveis.

Nesse sentido, é mister mencionar que **os impactos diretos devem ser objeto de mitigação ou compensação por parte do empreendedor**. Por outro lado, **os impactos indiretos podem ser objeto de mitigação ou compensação por parte do empreendedor, desde que não seja comprovada a sinergia com impactos derivados de outros empreendimentos**. Em qualquer uma dessas situações, os impactos devem ser objeto de monitoramento por parte do empreendedor.

Já **os impactos supostos, se não forem reais, não devem ser objeto de mitigação ou compensação que envolva reparação financeira**. Sua mitigação deve estar sempre baseada em comunicação transparente e efetiva sobre a real abrangência e magnitude (EIA, Vol. V, 2015, p. 206).

Lida à luz dessas premissas, a hierarquia conceitual de áreas de influência e impactos ganha novos significados: compensações ‘líquidas e certas’ serão devidas apenas àqueles que estiverem situados na ADA, onde se reconhece a incidência de “impactos diretos e efetivos”; entretanto, informa o próprio EIA, já não há mais moradores na ADA. Os impactos indiretos até poderão vir a ser objeto de mitigação e compensação; não obstante, aos atingidos caberá o **ônus de provar** que tais impactos **não decorrem de efeitos sinérgicos com outros empreendimentos ou fenômenos**, nexos causal a priori de difícil aferição, considerando-se que nenhuma comunidade ou família encontra-se em ‘situação de laboratório’.

De fato, como discute Oliveira (2014) a partir de Beck (2010), no campo dos riscos ambientais o estabelecimento de nexos causais exclusivos constitui, com frequência, uma “tarefa impossível”, pois as condições via de regra não permitem a individuação de causas únicas e a consequente atribuição de responsabilidades exclusivas. Conforme assinala a autora, Beck chega a falar de uma “cumplicidade geral” e uma ‘irresponsabilidade generalizada’, pois ‘todos são causa e efeito e, portanto, não uma causa’ (BECK, 210, p. 39, apud OLIVEIRA, 2014, p. 188). Oliveira ainda vai além, apontando “regimes de verdade” que implicam no “cultivo da incerteza” como forma de esvaziar processos de responsabilização. Trata-se da “produção social da invisibilidade” dos danos e sofrimentos infligidos aos sujeitos atingidos ou em situação de risco, sujeitos que se vêem diante de meios de prova “invariavelmente inatingíveis ou inapropriados” (OLIVEIRA, 2014, p. 233), “tendo em vista a impossibilidade de operar com as condições [...] que não correspondem ao

domínio imediatamente manejável e controlável do laboratório” (OLIVEIRA, 2014, p. 234/235).

No que tange ao EIA aqui analisado, **a exigência de uma causalidade exclusiva, associada ao falso conceito de “impacto suposto”, busca, exatamente, construir um regime de verdade que, por meio da “desqualificação das experiências de envolvimento de moradores leigos”** (OLIVEIRA, 2014, p. 234), **esvazie as possibilidades de responsabilização do empreendedor pelos danos passados e futuros causados à população afetada pelo empreendimento Minas-Rio.**

Nada assegura, pois, que o empreendedor venha a se responsabilizar efetivamente pelos “impactos diretos da implantação e operação do empreendimento, em vista da rede de relações físicas, bióticas, socioeconômicas e culturais estabelecidas com a ADA”. De fato, ele poderá sempre alegar, nesses casos, tratar-se de “impactos supostos”, recaindo novamente sobre a população o ônus da prova. A extensão da Área de Influência Direta não corresponde, assim, a uma segurança quanto à responsabilização do empreendedor acerca dos impactos ou danos, ainda que eles sejam “diretos”. Mesmo dentro da Área de Entorno, o EIA enfatiza sete comunidades, colocadas em ordem de relevância: São Sebastião do Bom Sucesso, Cabeceira do Turco, Turco, Passa Sete, Água Quente, Beco e Gondó¹⁶⁰. Ao assim proceder, reforça a hierarquização excludente, marginalizando e invisibilizando todas as outras “comunidades focais” e demais localidades da AID. Nesse quadro, a necessária avaliação “dos impactos diretos da implantação do empreendimento”, tendo em vista “a rede de relações físicas, bióticas, socioeconômicas e culturais estabelecidas com a ADA” (EIA, Vol. V, 2015, p. 206), longe de abranger toda a AID, é somente indicada, de modo *en passant* e como relação linear simples, para as sete comunidades prioritárias da AE.

Um pequeno vislumbre de como esse aparato conceitual tem, já, claras repercussões geopolíticas no território, nos é fornecido pela leitura de algumas atas do Comitê de Convivência, programa de relacionamento que a Anglo American estabeleceu, desde o início do ano de 2017, com algumas comunidades da chamada Área de Entorno, a saber: Sapo, Turco, Cabeceira do Turco e Beco. Trata-se, segundo informações da consultora Ferreira Rocha, de um dos programas que compõem o Programa de Controle Ambiental - PCA da Etapa 3, considerado uma “ferramenta importante para promover a gestão do relacionamento e prevenir conflitos com as comunidades vizinhas à área de operação do projeto” (FERREIRA ROCHA, 2017, p. 01). Comentários correntes traduzem a política do Comitê através das propostas de “reassentamento voluntário”, para os que desejarem sair; e de “melhorias locais”, para os que desejarem permanecer em suas comunidades.

A argumentação acerca do reassentamento voluntário ficou assim registrada em algumas das atas:

160 Na descrição dessa área de influência, alerta o EIA, a ordem de apresentação das comunidades corresponde a uma hierarquia das afetações - que se estabelece, evidentemente, desde uma perspectiva do empreendedor: **“A proximidade das comunidades focais de São Sebastião do Bom Sucesso, Cabeceira do Turco, Turco, Gondó, Beco, São José da Ilha, Passa Sete, Água Quente, Córregos, São José do Jassém e Itapanhoacanga com a área do empreendimento é também a principal justificativa para sua definição como parte da Área de Entorno (AE), que representa as principais comunidades situadas no entorno do empreendimento, que são passíveis de serem mais impactadas em relação a outras. Adicionalmente, conforme foi sendo demonstrado ao longo da análise de impacto, reconhece-se que algumas das comunidades serão mais impactadas pelo Projeto de Extensão da Mina do Sapo do que outras,** justamente por sua localização. Sendo assim, **a ordem de apresentação dos nomes das comunidades no início do parágrafo busca representar a ordem de relevância das mesmas,** tendo em conta a quantidade e intensidade dos impactos que incidirão sobre elas” (EIA, Vol. V, 2015, p. 214/215, grifo nosso).

[*] **questionou o reassentamento, pois se considera atingido.** Christiano afirmou que o objetivo do grupo é esclarecer todas as dúvidas com relação à etapa 3. **Informou que não existe qualquer previsão para os reassentamentos nessa etapa, mas o grupo já vem discutindo uma proposta alternativa para os moradores daquelas comunidades que não possuem o interesse em permanecer ali.**

[*] questionou **o que levou a empresa a somente buscar ações de melhora agora** e porque havia demorado tanto para abrir essa discussão com a comunidade. Informou que **a comunidade não quer tanto as melhorias e sim pegar as malas e seguir o seu caminho.** (...)

Christiano ressaltou que o comitê está trabalhando em conjunto na formulação e identificação de alternativa, tanto para aqueles que pretendem permanecer, quando para os que desejam sair.

[*] disse ter percebido que existem duas alternativas: os que querem sair e os que querem ficar e questionou se os que pretendem ficar nesse momento poderiam sair no futuro. Christiano destacou que se esse for o caminho, a mesma oportunidade deveria ser dada a todos, individualmente. Informou ainda que **mesmo que haja a possibilidade de saída para aqueles que assim o deseja fazer, não é um processo que ocorre da noite para o dia e que as questões necessárias à melhoria da qualidade deve continuar ocorrendo em paralelo.**

Ao ser questionado sobre a definição de critérios, Christiano informou que existe uma política interna que orienta essa questão, mas que não havia qualquer critério definido para o caso e que se o consenso fosse de se ir nessa linha seria necessário defini-los.

[*] **disse que poderiam usar o mesmo critério de Irapé.** Christiano informou que aqueles critérios foram utilizados para o **reassentamento involuntário, adotados apenas para as pessoas que estavam dentro da Área Diretamente Afetada**, onde a mina se encontra instalada e que **seria necessário construir um novo critério para este cenário, caso esse seja o desejo da comunidade.**

[*] **afirmou que a questão de “voluntário” não se encaixa nessa comunidade pois os mesmos estariam sendo empurrados, pois ninguém Sairia voluntariamente.** (...) **Em relação ao uso do termo saída voluntária, foi esclarecido que se deve ao fato de a empresa não poder realizar uma retirada involuntária das pessoas que tem interesse em permanecer naquele local - fora da ADA e que novos critérios deveriam ser discutidos.** (FERREIRA ROCHA, 2017, Ata da reunião do dia 16/03/2017)

Gilcimar explicou que a implantação da etapa 3 serão iniciadas pelas obras de alteamento da barragem de rejeitos, seguindo pela construção dos diques e demais estruturas. Complementou que todo esse processo já estava previsto na licença prévia do empreendimento em 2008.

[*] perguntou porque nessa época o Sapo não foi considerado atingido e Gilcimar explicou que **essas comunidades não são consideradas atingidas por não terem nenhuma estrutura operacional no exato local de suas comunidades.**

Gilcimar continuou sua explicação diferenciando os conceitos de relocação voluntária e involuntária citando o processo de servidão minerária.

[*] perguntou se no caso do Sapo existe alguma propriedade que se enquadra nessa situação e Gilcimar informou que não (FERREIRA ROCHA, 2017, Ata da reunião do dia 22/03/2017.)

É possível perceber como **o recorte arbitrário e restritivo da Área Diretamente Afetada - o “exato local” das estruturas - vem sendo instrumentalizado para desconstruir, junto**

às comunidades atingidas pelo Minas-Rio, direitos que já lhes estariam garantidos no âmbito do próprio licenciamento, a considerar-se os parâmetros definidos pelo Termo de Acordo de Irapé, incorporados ao Plano de Negociação Fundiária (PNF). **O caráter “voluntário” do realocamento - duramente questionado pelos representantes das comunidades no Comitê - desresponsabiliza o empreendedor, e abre espaço para que novos parâmetros venham a ser negociados**, em uma condição de profunda assimetria de forças, seja porque o direito “inexiste”, inexistindo também a correspondente obrigação por parte do empreendedor; seja porque “agora”, como afirmou uma atingida, **“a comunidade não quer tanto as melhorias e sim pegar as malas e seguir o seu caminho”**.

Há que se enfatizar que o caráter de voluntarismo, fundamental para que a construção da desresponsabilização ganhe sentido e eficácia, parece se basear em um processo de comunicação que, **no mínimo, omite informações ou menospreza a avaliação quanto aos reais efeitos da Etapa 3 na qualidade de vida nessas localidades**, posto que as comunidades que participam do Comitê de Convivência são exatamente aquelas que, de acordo com o próprio EIA, serão as mais gravemente afetadas pela expansão:

A proximidade das comunidades focais de São Sebastião do Bom Sucesso, Cabeceira do Turco, Turco, Gondó, Beco, São José da Ilha, Passa Sete, Água Quente, Córregos, São José do Jassém e Itapanhoacanga com a área do empreendimento é também a principal justificativa para sua definição como parte da Área de Entorno (AE), que representa as principais comunidades situadas no entorno do empreendimento, que são passíveis de serem mais impactadas em relação a outras. **Adicionalmente**, conforme foi sendo demonstrado ao longo da análise de impacto, **reconhece-se que algumas das comunidades serão mais impactadas pelo Projeto de Extensão da Mina do Sapo do que outras**, justamente por sua localização. Sendo assim, **a ordem de apresentação dos nomes das comunidades no início do parágrafo busca representar a ordem de relevância das mesmas, tendo em conta a quantidade e intensidade dos impactos que incidirão sobre elas**.

A sinergia e cumulatividade de ações do Projeto de Extensão da Mina do Sapo e do Projeto Minas-Rio, o qual já vem operando na mesma região e gerando impactos diversos sobre os mesmos municípios e também sobre as mesmas comunidades é outro fator que foi levado em conta na definição da AE, já que se espera que o desdobramento disso seja a cumulatividade também de alguns impactos - em especial daqueles relacionados à percepção da população acerca de fatores como vegetação, qualidade e disponibilidade de água, qualidade do ar e níveis de ruído e vibração. Afinal, **alguns impactos esperados para o meio socioeconômico serão de segunda ou terceira ordem em relação a impactos do Meio Físico, o que reforça a necessidade de que seja dada a devida atenção aos efeitos que as alterações neste meio provocarão sobre aquele, em especial nas comunidades de São Sebastião do Bom Sucesso, Cabeceira do Turco, Turco, Gondó, Passa Sete, Água Quente e Beco**. Isto, sobretudo, após a retirada da cobertura vegetal, o que implicará na perda de um importante anteparo para a propagação do ruído e da poeira, bem como para a paisagem.

Assim é que, **no caso da água**, por exemplo, a diminuição da vazão nas sub-bacias de Bom Sucesso e de Vargem Grande, que necessariamente decorrerá do rebaixamento do lençol freático, não deverá afetar a disponibilidade de água, já que existe um anteparo legal que obriga o empreendedor, no caso, a Anglo American, a mitigar este impacto repondo em igual proporção a vazão da água a ser prejudicada e também monitorando este impacto, a fim de detectar e contornar prontamente eventuais falhas na mitigação. **Não obstante, nada impede que a população da AE, especialmente das comunidades de São Sebastião do Bom Sucesso, Cabeceira do Turco e Turco, se sinta incomodada e ameaçada por esta alteração** e pela possibilidade de que, ainda que por um breve espaço de tempo, possa ser

prejudicada. O mesmo podendo ser dito em relação à qualidade da água, por conta do risco de geração de sedimentos e carreamento para a drenagem, provocando o aumento da turbidez, a exemplo do que ocorreu durante o Projeto Minas-Rio, em decorrência da ampla extensão de solo movimentado. **Há de salientar, por último, a proximidade destas comunidades com os canteiros de obras relacionados particularmente à construção dos diques,** que serão fontes de impactos durante a fase de implantação do empreendimento.

Esses dois fatores justificam, uma vez mais, a priorização das três comunidades dentro da AE, bem como a abordagem estratégica sobre elas no que diz respeito às medidas mitigadoras, como será visto adiante no estudo (EIA, Vol. V, p. 214/215, grifos nossos).

As informações nos levam a questionar se a alternativa da permanência com qualidade de vida não constitui, em larga medida, uma “falsa alternativa”. **Assim como é também falsa a correlação estabelecida entre “estar ou não na ADA”, e ter ou não direito a “ser reassentado ou considerado atingido”** (GESTA/UFMG, 2014, p. 41). Até porque, **em diversos momentos do licenciamento do Projeto Minas-Rio, famílias não residentes na ADA foram reconhecidas como atingidas e incluídas no Plano de Negociação Fundiária (PNF).** O ofício nº180/2010, por exemplo, enviado pela empresa Anglo American à SUPRAM Jequitinhonha no dia 05 de agosto de 2010, contém a relação de propriedades aprovadas pela Unidade Regional Colegiada – URC Jequitinhonha que compuseram a lista final de atingidos emergenciais da ADA e que foram, portanto, incluídos no Plano de Negociação Fundiária. Essa lista, além de englobar as comunidades de Água Santa, Mumbuca e Ferrugem, abarcou também algumas propriedades do Gondó e de Buritis, que foram incluídas como pertencentes à Mumbuca/Água Santa.

Outro documento que demonstra o reconhecimento como atingidas de famílias não residentes na ADA é a ata da 44ª Reunião Ordinária da URC Jequitinhonha, realizada no dia 8 de julho de 2010, na qual consta a votação e aprovação do cadastro emergencial apresentado pelos atingidos da comunidade de Água Quente à empresa Anglo American, com o reconhecimento do Ministério Público. A lista de atingidos “emergenciais” da comunidade de Água Quente, aprovada durante a 44ª Reunião Ordinária da URC Jequitinhonha, contempla, dentre outros, todos os cinco membros da comunidade descrita pela Diversus (2014) como Cachoeira - que integrava a comunidade de Água Quente -, tendo sido eles reconhecidos pela URC Jequitinhonha sem contestação da empresa.

A definição territorial-patrimonialista da Área Diretamente Afetada opera, então, como um dispositivo espoliador dos direitos das famílias e comunidades atingidas. Mas não se trata, enfim, da mera ou má instrumentalização de um único conceito. Uma visada em perspectiva permite compreender que as **falhas, lacunas e equívocos** verificados desde a definição das áreas de estudo, o desenho do diagnóstico socioeconômico, a delimitação e hierarquização das áreas de influência **concatenam-se na cuidadosa engenharia de um artefato conceitual destinado a fabricar a violação dos direitos da população atingida,** e, simultaneamente, a **desresponsabilização** do empreendedor. De fato, **todo o desenho de pesquisa analisado** (ver Capítulo 2, Parte II) **encaminha as conclusões do EIA em direção à política de negociação voluntária e individual adotada pela empresa via “comitê de**

convivência”, processo que vulnerabiliza ainda mais os atingidos, que nessa condição não possuem o respaldo legal das condicionantes do licenciamento. A Área de Entorno, apresentada como a esperada superação de questões tratadas “durante todo o processo de LP, LI e LO do Projeto Minas-Rio” (EIA, Vol. V, p. 206), em verdade aprofunda e aperfeiçoa todos os mecanismos excludentes e violentos já colocados a funcionar no Licenciamento do Projeto Minas-Rio.

Em face desse cenário, não surpreende o fato de que as alterações no layout das estruturas do projeto, descritas no documento 0343985/2017, possam ter tido por objetivo a estrita desafetação da comunidade do Sapo vis-a-vis a Área Diretamente Afetada. A comunidade, sede de distrito, ocupa posição central na provisão de serviços públicos utilizados pela população da região, além de contar com festas e tradições de importância na cultura local (EIA, Vol. IV, 2015, p. 183). Sua inserção na ADA certamente criaria dificuldades para a adoção do formato “em ilhas” que prevaleceu na definição da Área de Entorno.

Por fim, retomaremos aqui um **falso conceito**, introduzido no volume V do Estudo de Impacto Ambiental Projeto de Extensão da Mina do Sapo, mas já conhecido no licenciamento do Minas-Rio. Trata-se da noção inventada de **“impacto suposto”**, categoria desconhecida na literatura especializada, uma distorção conceitual criada pela empresa Ferreira Rocha (2013) para deslegitimar as narrativas e reivindicações dos atingidos, conforme já discutido em outro momento (GESTA/UFMG, 2014). **O resgate dessa categoria, feita apenas ao final do Estudo de Impacto Ambiental, recoloca em perspectiva as premissas anunciadas já no Volume I, e nos adverte para a possibilidade de que os parâmetros metodológicos expressos na Nota Técnica 039/2007 - formulados para a realização de estudos mais complexos, capazes de uma aproximação mais cuidadosa dos fenômenos e processos deflagrados nos territórios por grandes projetos -, terminem por constituir, em outro nível, uma nova esfera de desconstrução de direitos. Trata-se da projeção de que as áreas de influência deverão ser periodicamente revistas e ajustadas, a partir do monitoramento realizado pelo próprio empreendedor. Tudo indica que a ‘aferição da realidade’ se fará, nesse âmbito, não através da crítica e aperfeiçoamento de conceitos e metodologias frágeis ou equivocadas, mas pela deslegitimação das vivências, narrativas e falas das comunidades atingidas - os impactos ditos “supostos”.**

A contrapartida dessa engenharia conceitual possui uma dimensão geopolítica e se reflete na **consolidação do poder da empresa em escala local e regional**. De fato, **os dispositivos implicados no EIA projetam a asfixia da política e o exacerbamento do controle da Anglo American em pelo menos três esferas:**

- ▶ **na esfera do licenciamento**, controlando o reconhecimento dos impactos e os monitoramentos que servirão de base aos futuros ajustes das áreas de influência;
- ▶ **na esfera do poder político local**, sobretudo o poder instituído nos três municípios da AID, que não apenas são os destinatários da CFEM, como as unidades territoriais sobre as

quais incidirá, em tese, a maior parte dos programas de controle ambiental;

► **na esfera da micropolítica das famílias e comunidades atingidas**, que estarão diretamente subordinadas à empresa em uma série de decisões que as afeta de modo importante, o que, provavelmente, terá reverberações nas relações intra e intercomunitárias, a cada hierarquização cotidianamente operada pela empresa (quais comunidades ou famílias serão reassentadas primeiro? quais jovens serão priorizados na distribuição dos empregos? a quem, e quando, será proposta participação no comitê de convivência?).

4. Tratamento dado às comunidades tradicionais no diagnóstico socioeconômico e cultural

Nesta seção, apresentaremos, de modo breve, as principais conclusões extraídas da análise do diagnóstico socioeconômico, no que tange especificamente à presença de comunidades tradicionais na região de inserção do empreendimento Minas-Rio.

4.1. Limitação de dados primários sobre as comunidades quilombolas certificadas na região e ausência de informações sobre outras comunidades quilombolas localizadas na área de abrangência do empreendimento

Para a elaboração do EIA, a empresa Ferreira Rocha não realizou pesquisa de campo em todas as comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares nas áreas de abrangência do empreendimento, não especificando em quais comunidades foram feitas visitas/trabalhos de campo, e para quais foram utilizados somente dados secundários. O levantamento de dados primários em todas as comunidades é imprescindível, pois permite a identificação de situações diretamente relacionadas ao objeto de pesquisa, sobretudo ao se considerar que algumas comunidades se localizam a apenas 11 km e 15km de distância do empreendimento, além de outras mais distantes estarem situadas próximas a rodovias que poderão ser utilizadas para a implementação da “Etapa 3”.

Além disso, o conteúdo sobre esses grupos foi apresentado de maneira superficial, sem relacioná-los ao contexto de ampliação das atividades minerárias da Anglo American, não possibilitando uma análise sobre como o empreendimento impacta e/ou poderá impactar os seus modos de vida e a sua reprodução social.

O EIA não apresenta, ainda, nenhuma informação sobre as comunidades de Congonhas do Norte e Candeias, em Conceição do Mato Dentro, e sobre Escadinha de Cima, em Itapanhoacanga/Alvorada de Minas. Embora não sejam oficialmente certificadas, essas comunidades constam em fontes como o Parecer Único do SISEMA nº001/2008 e em listagens do Ministério do Desenvolvimento Social e de organizações não-governamentais, como o Centro de Documentação Eloy Ferreira (CEDEFES), enquanto quilombolas. Tais comunidades são, inclusive, citadas pela Anglo American como quilombolas no Formulário de Informações sobre o Patrimônio Cultural - FIPC realizado para o IPHAN no âmbito do processo de licenciamento do Projeto de Extensão da Mina do Sapo¹⁶¹. Cabe ressaltar que Itapanhoacanga é considerada uma das *comunidades focais* da “Etapa 3”.

4.2. Restrição da ideia de tradicionalidade ao elemento do “autorreconhecimento”

O EIA restringiu sua compreensão de comunidade tradicional às comunidades autorreconhecidas enquanto tais. De acordo com o documento, “o princípio fundamental para que uma comunidade seja reconhecida como tradicional é o auto-reconhecimento” (EIA, Vol. IV, 2015, p. 215).

De fato, os parâmetros legais que hoje regem a atuação estatal na tratativa sobre as comunidades tradicionais, como por exemplo, a Convenção 169 da OIT e o Decreto 4887 de 2003 (no caso das comunidades quilombolas), têm no princípio da auto identificação, ou na consciência identitária, o “critério fundamental para identificação dos grupos aos quais se aplicam as disposições jurídicas” (O'DWER, 2011, p.116).

A noção de autoatribuição na disciplina antropológica fundamenta-se, sobretudo, em torno da discussão sobre o conceito de *etnicidade*, sendo Fredrick Barth um de seus principais expoentes. Tal definição de etnicidade desloca a compreensão de grupos étnicos enquanto “unidades portadoras de cultura”, cujo foco de análise é o conteúdo cultural *stricto sensu*, para entendê-los a partir de suas *fronteiras*, ou seja, a partir do contato (ou fricção) interétnico (OLIVEIRA, 1976). Sob essa perspectiva, são os próprios grupos, nas relações estabelecidas com os *outros*, que atribuem relevância aos elementos que os diferenciam desses *outros*, os chamados “sinais diacríticos”, que alimentam o sentimento de pertença a determinada organização social (OLIVEIRA, 1976; O'DWER, 2011; O'DWER, 2005; ARRUTI, 2003).

A contextualização das discussões teóricas acerca do autorreconhecimento como processo sociopolítico é importante para entendê-lo enquanto princípio legal, sobretudo a partir de dois aspectos: 1) a proteção dos grupos; 2) o caráter contextual e relacional da identificação de um grupo étnico. Primeiramente, a autoatribuição, enquanto parâmetro legal, garante às comunidades tradicionais, notadamente as que possuem sobredeterminantes étnicos, o acesso à legislação que hoje as protege,

161 O FIPC consta no processo administrativo do IPHAN nº 01514.001507/2015-48, consultado em novembro de 2017.

uma vez que não são atores externos às comunidades aqueles legitimados a definir, a partir de conteúdos culturais supostamente objetivos, as fronteiras e a identidade social que lhes são constitutivas. Em segundo lugar, a (auto) identificação de um grupo a partir de suas fronteiras sociais evidencia o caráter histórico, contextual e relacional do processo de atribuição de uma identidade étnica, uma vez que o autorreconhecimento não é um dado em si, mas fruto de um processo desencadeado pelas relações e conjunturas vivenciadas pelo grupo, sobretudo em situações de conflito.

Desse modo, embora o EIA esteja correto na afirmação sobre a relevância legal do autorreconhecimento, o uso feito desse conceito no processo de licenciamento do Projeto de Extensão da Mina do Sapo descontextualiza o seu significado e os parâmetros que fundamentam a sua aplicação. O princípio da autoatribuição, ao ser utilizado na esfera legal, tem o intuito de garantir o acesso a direitos e a proteção do patrimônio cultural e não de negar ou fragilizar tais direitos.

O EIA faz uma utilização inapropriada desse conceito ao utilizá-lo para afirmar a não tradicionalidade de boa parte das comunidades existentes no entorno do empreendimento. A empresa Ferreira Rocha acaba por considerar o autorreconhecimento uma característica objetiva, utilizando-a como um elemento externo, isolado e atemporal, capaz de atribuir ou negar a tradicionalidade de uma dada comunidade, sem passar por uma discussão e um processo de apropriação interna ao grupo. De acordo com Arruti (2003),

O ponto fundamental não está [...] na dúvida sobre a legitimidade da autoatribuição, mas na sua generalização, ao ponto de transformá-la em regra ou item necessário da lista de identificação. O que significa contrariar a motivação básica do conceito de etnicidade, que era o de descartar tais listas. Insistir nisso pode significar uma contradição interna ao trabalho antropológico, assim como uma fragilização das demandas dos grupos em demanda (ARRUTI, 2003, p.26).

Nesse sentido, a existência de uma comunidade tradicional não deve ser relacionada unicamente à sua autoatribuição, uma vez que essa não é uma característica intrínseca aos grupos. A autoidentificação é um **processo social e político de objetivação de identidades** que compreende a (re)elaboração de trajetórias históricas, memórias, laços de parentesco e compadrio, dos sentimentos de pertença ao grupo e ao território e de projetos coletivos de futuro. Por seu caráter relacional, contextual, político e reflexivo, o processo de autorreconhecimento pode ser desencadeado a qualquer momento, a depender das situações vivenciadas pelas comunidades. Exatamente por isso, o cenário de pressões políticas e tensões, vivenciado pelos grupos situados no entorno da Mina do Sapo, não deve ser desconsiderado como fator importante para o processo de reivindicação, ou não, no presente, por parte desses grupos, de identidades étnicas ou sociais específicas.

A existência dessas comunidades é anterior à legislação que hoje as protege. Para a antropologia não existe uma diferença significativa - isto é, que remeta a uma essência distintiva - entre o que se entende, por exemplo, como *comunidades negras rurais* ou como *comunidades quilombolas*, “do ponto de vista de constituírem sujeitos coletivos aos quais deve ser garantido e preservado o direito de se reproduzirem enquanto coletividades específicas, histórica e culturalmente diferenciadas (MPF, 2009, p.26). Assim, ao se levar em consideração a proteção ao patrimônio cultural, a relevância de determinada comunidade não deve depender unicamente da existência do autorreconhecimento em si, mas da sua importância

para a diversidade cultural brasileira.

Nessa mesma direção, o *Guia Técnico para Atuação do Ministério Público no Licenciamento Ambiental de Atividades de Mineração*, elaborado pela Fundação Alexander Brandt, define as áreas de ocorrência de populações tradicionais como “áreas (demarcadas ou não) onde ocorrem **populações indígenas, remanescentes de quilombos ou outros grupos sociais organizados de forma tradicional, historicamente ligados à uma região**” (BRANDT, 2012, p.20; grifos nossos), não havendo menção à obrigatoriedade da existência de um autorreconhecimento para que sejam entendidos enquanto tais.

Muitas comunidades do entorno da Mina do Sapo apresentam diversas características tradicionais, encontradas em vários grupos oficialmente reconhecidos no Brasil e amplamente estudados pela literatura antropológica brasileira. A ancestralidade negra; as trajetórias históricas ligadas à escravidão; os regimes de posse e uso comum da terra, como as terras “de santo” ou “no bolo da família”; os laços de pertencimento ao grupo e ao território; as formas de organização social, muitas vezes ancoradas na centralidade da “família”, não constituem meros “elementos de tradicionalidade isolados”, mas compõem conjuntamente uma tradicionalidade das comunidades da região, coexistindo em maior ou menor grau na maioria desses grupos¹⁶².

O EIA desconsidera diversos estudos¹⁶³ e situações que evidenciam a tradicionalidade de comunidades como Beco/Quatis, São José do Jassém/Vargem do Saraiva/Piã, Escadinha de Cima/Itapanhoacanga, Congonhas do Norte, Candeias, São José da Ilha, entre outras. As descrições das comunidades próximas ao empreendimento, realizadas de modo superficial e a partir de categorias externas e arbitrárias em face da realidade local, são acionadas para justificar a “não tradicionalidade” das mesmas. Não foi realizado trabalho de campo aprofundado que visasse identificar, descrever e contextualizar todos os aspectos referentes aos modos de vida e reprodução social desses grupos, incluindo seu histórico de ocupação, ancestralidade, relação com o território e as formas de uso comum. A apreensão desses aspectos não é necessária apenas em estudos técnicos de identificação e delimitação territorial, mas são fundamentais para uma análise de impactos que envolva comunidades tradicionais, uma vez que a dimensão dos efeitos da mineração ultrapassa questões socioeconômicas *stricto sensu*, conforme já assinalado, entre outros autores, por Carlos Vainer (2008) e pelo GESTA/UFMG, em parecer técnico elaborado no âmbito do Licenciamento do Projeto Minas-Rio (GESTA/UFMG, 2014, p. 37).

Grande parte desses grupos são considerados “comunidades focais” do Projeto de Extensão da Mina do Sapo e já vêm sofrendo com os impactos das atividades da Anglo American, o que poderá ser agravado com a expansão da mina. Desse modo, desconsiderar a sua tradicionalidade no processo de licenciamento unicamente pela inexistência de autorreconhecimento é colocar em risco, de modo irreversível, a sua reprodução social, e consequentemente o patrimônio e a diversidade culturais brasileiros.

162 A própria empresa Anglo American, no FIPC apresentado ao IPHAN em 2015, responde positivamente à pergunta sobre a existência de “comunidades rurais e/ou tradicionais” próximas ao empreendimento, acrescentando a seguinte descrição: “Há uma série de pequenas localidades e sítios familiares situados na zona rural do município de Conceição do Mato Dentro. Muitas dessas localidades estão inter-relacionadas com vínculos de vizinhança e parentesco, muitas vezes assentadas em terrenos de herança mantidos em uso comum. Há produção de itens voltados ao consumo e ao mercado, abrangendo pequenas lavouras e criação de animais” (IPHAN, Processo nº 01514001507/2015-48, Vol I, 2015).

163 DIVERSUS, 2008; DIVERSUS, 2011; CIDADE E ALTERIDADE, 2015; CARVALHOSA, 2016.

5. Tratamento dado ao Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial no diagnóstico socioeconômico e cultural

A análise dos estudos sobre o patrimônio cultural no EIA (bens culturais de natureza imaterial) evidencia, de forma generalizada, incongruências metodológicas; uso predominante de dados secundários; superficialidade, desatualização e incompletude das informações; e, principalmente, não permitem uma análise aprofundada sobre os efeitos da mineração sobre o patrimônio cultural regional. Ao descrever os bens culturais de natureza imaterial sem relacioná-los ao contexto de ampliação das atividades da Anglo American, o volume IV (diagnóstico socioeconômico e cultural) não produz os elementos necessários a uma análise de impactos capaz de compreender a amplitude dos efeitos cumulativos do empreendimento Minas-Rio sobre o patrimônio cultural de natureza imaterial. Desse modo, o Projeto de Extensão da Mina do Sapo não pode ser considerado um instrumento capaz de subsidiar a atuação do Estado de Minas Gerais no processo de licenciamento em questão, colocando em risco a manutenção e reprodução deste patrimônio cultural. Na sequência expomos as principais conclusões da análise desse componente do Estudo de Impacto Ambiental.

5.1. Ausência de clareza nas informações quanto à apresentação de estudos específicos sobre patrimônio cultural de natureza material e imaterial para o IPHAN e para o IEPHA no âmbito da “Etapa 3”.

Segundo o EIA, a Anglo American solicitou ao IPHAN dispensa dos estudos específicos sobre o patrimônio cultural de natureza material e imaterial no âmbito do processo de licenciamento do Projeto de Extensão da Mina do Sapo, afirmando a anuência do Instituto ao empreendimento, sem, contudo, deixar claro se o órgão foi favorável ou não à dispensa desses estudos. Em consulta ao processo nº 01514001507/2015-48 do IPHAN, referente ao licenciamento da “etapa 3”, foram identificados apenas documentos referentes à arqueologia.

Em relação ao Estudo de Impacto Patrimonial (EPIC) e ao Relatório de Impacto Patrimonial (RIPIC), a serem apresentados ao IEPHA, conforme DN 007/2014 do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (CONEP), a empresa Ferreira Rocha afirmou estar aguardando publicação de um Termo de Referência para a sua realização. Contudo, o referido Termo de Referência foi publicado no dia 30 de dezembro de 2014 e o EIA foi publicado em setembro de 2015¹⁶⁴.

164 Em contato telefônico com o IEPHA, obteve-se a informação de que não foram apresentados novos estudos de análise de impacto cultural para a “etapa 3”, sendo o Projeto de Extensão da Mina do Sapo analisado pelo órgão em conjunto com os estudos apresentados para as etapas anteriores, mesmo se tratando de outro processo de licenciamento. Contudo, tal informação não foi confirmada por email. Foram realizadas diversas tentativas, sem sucesso, via telefone e email, junto à Gerência de Identificação do IEPHA, para consulta ao processo de análise de impacto cultural do empreendimento Minas-Rio.

5.2. Levantamento incompleto e desatualizado dos bens culturais de natureza imaterial registrados nas áreas de abrangência do empreendimento; descrição superficial e incompleta sobre esses bens culturais; falta de clareza sobre metodologia de pesquisa.

O EIA se restringe a apresentar um levantamento não exaustivo e, em alguns casos, desatualizado, dos bens culturais de natureza imaterial, sem avaliar de maneira minuciosa os possíveis impactos a serem causados pela nova etapa do empreendimento. A descrição desses bens é apresentada de maneira superficial, sem uma avaliação das possíveis transformações já acarretadas sobre eles a partir da concessão da LP em 2008 e da LO em 2014, não permitindo um embasamento prévio a partir do qual deveriam ser realizadas as análises sobre os novos impactos do Projeto de Extensão da Mina do Sapo. Ao apresentar o levantamento dos bens culturais da região, o EIA restringe a sua abrangência às comunidades e/ou propriedades onde ocorrem, desconsiderando as relações sociais intercomunitárias estabelecidas em torno destes.

A Marujada é citada no EIA/Vol IV, na página 302, como bem cultural de natureza imaterial registrado em âmbito municipal e, na página 335, como bem ainda não registrado. Não há, no estudo, informações a respeito do processo de registro do Congado (que inclui a Marujada) em andamento no IPHAN, o que conduz a uma interpretação equivocada sobre a sua relevância enquanto patrimônio cultural.

Além disso, o EIA apresenta dados incompletos sobre a ocorrência da Marujada na região, restringindo as informações apenas à Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Conceição do Mato Dentro. Sabe-se, conforme apontou o Capítulo 3 (Parte I) deste Estudo Preliminar, da existência de grupos de marujada, e de festas com a participação desses, também em Dom Joaquim, Alvorada de Minas e em diversas comunidades, algumas inclusive próximas à Mina do Sapo, como por exemplo: Escadinha de Cima (distrito de Itapanhoacanga) e São José do Jassém, em Alvorada de Minas; Tapera, Tabuleiro, Cubas e Parauninhas, em Conceição do Mato Dentro, e Quilombo Cachoeira, em Dom Joaquim.

Assim como a Marujada, a Folia de Reis é apresentada no EIA como festividade importante para a região, sem, contudo, estar inclusa em nenhum nível de registro como patrimônio cultural. Essa informação encontra-se desatualizada, uma vez que a Folia de Reis foi registrada como patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado de Minas Gerais pelo IEPHA, em janeiro de 2017.

As informações sobre a Folia de Reis se restringem ao distrito de Córregos, considerado “comunidade focal”, não apresentando descrição sobre a rede de sociabilidade existente em torno desse bem cultural no distrito, considerado de grande relevância na região. Sabe-se ainda da existência de um grupo consolidado de Folia de Reis nas comunidades de Capitão Felizardo e Costa Sena, em Conceição do Mato Dentro, o que não foi mencionado pelo EIA.

Por fim, a metodologia de pesquisa utilizada pela empresa Ferreira Rocha baseou-se em levantamento documental e trabalho de campo na Área de Estudo Local (AEL). Contudo, não

foi especificada a metodologia do trabalho de campo, sua duração, o número de comunidades visitadas, de entrevistas realizadas, e outras informações relevantes para a compreensão da abrangência e do nível de profundidade do estudo realizado.

5.3. Limitações específicas em relação às informações apresentadas sobre o Modo de Fazer o Queijo Artesanal do Serro

Assim como em relação aos demais bens culturais de natureza imaterial registrados na região, o EIA faz uma descrição superficial sobre o Modo de Fazer o Queijo Artesanal do Serro, sem apresentar uma análise consistente em relação aos efeitos das atividades minerárias da Anglo American sobre este bem cultural e sua possível intensificação com o Projeto de Extensão da Mina do Sapo.

Ao longo do Capítulo 3 do presente Estudo (Parte I), foram evidenciados diferentes efeitos da mineração sobre a produção do queijo, não mencionados no EIA: a queda na produção de leite e queijo devido à escassez de água e à perda de criação animal; a venda para a Anglo American de propriedades antes produtoras de queijo; a redução de mão de obra do trabalho rural, em virtude de novas inserções, associadas à implementação e operação do complexo minerário; a diminuição do interesse dos jovens em perpetuar este modo de fazer, dentre outros.

Os efeitos acima mencionados evidenciam um amplo e complexo cenário de transformações ambientais, sociais e culturais impulsionadas no meio rural pelas atividades minerárias na região. Essas transformações têm interferência direta no cotidiano da população rural, gerando efeitos em sua produção agropecuária, inclusive de leite e queijo, e em sua reprodução social, influenciando consequentemente a transmissão do Modo de Fazer o Queijo Artesanal do Serro entre as gerações.

Por fim, o EIA apresenta um mapeamento incompleto de produtores de queijo artesanal nas áreas de abrangência do empreendimento, tendo sido mapeados em 2014 um total de 89 produtores em Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim. Praticamente não foram mapeados produtores de queijo nas “comunidades focais”, embora pesquisa de campo realizada pelo GESTA/UFMG tenha evidenciado a existência de produtores cujo modo de fazer se assemelha àquele registrado em nível estadual e federal. Diferentemente do EIA, o Diagnóstico dos Produtores de Queijo Minas Artesanal da região do Serro, realizado pelo SEBRAE em 2014, contabilizou **179** produtores nos três municípios. A estimativa é que este número seja maior, pois a pesquisa não abarcou todo o universo de produtores.

6. Transformações, violações e impactos socioambientais engendrados pelo empreendimento Minas-Rio

Conforme demonstrado nos itens anteriores, embora o EIA tenha assumido como premissa que as definições das áreas de influência devam estar ancoradas em um profundo conhecimento da população local, das características da região e em uma minuciosa análise de impactos segundo o tipo de atividade a ser licenciada e os processos e fenômenos sob intervenção (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2007), o que pode ser observado é um alto grau de arbitrariedade nos limites dos recortes espaciais e temporais propostos, que desconsidera os processos de transformação social em curso na região e invisibiliza os direitos da população afetada.

As transformações sociais desencadeadas nos municípios onde se instalam grandes projetos minerários são de alta complexidade e interferem direta e indiretamente em questões estruturais dessas municipalidades, bem como nos modos de reprodução social de grupos e comunidades situados nas proximidades do empreendimento. Os grandes projetos minerários geram uma transformação massiva e acelerada da paisagem e privam as populações afetadas de intervirem sobre determinadas decisões que interferem diretamente no curso de suas vidas (GELLERT e LYNCH, 2004).

Esses empreendimentos geram deslocamentos forçados das pessoas que vivem em seu entorno, mas não apenas deslocamentos físicos ligados à expulsão de populações para outras áreas geográficas, como também um deslocamento compulsório, compreendido enquanto um efeito social que apresenta uma multiplicidade de configurações, perpassadas por lógicas subjacentes de controle populacional e territorial (FELDMAN et al, 2004; ZHOURI et al, 2013). As coletividades podem estar sujeitas a um deslocamento compulsório permanecendo no mesmo local, ao vivenciarem transformações que lhes são impostas por intervenções exteriores, e que reconfiguram suas posições econômicas e sociais, implicando em novas condições de vulnerabilidade, insegurança e empobrecimento, tendo seus recursos e formas de reprodução social comprometidos, o que configura uma situação de deslocamento *in situ* (ZHOURI et al, 2013).

A compreensão desses processos de transformação social engendrados por este tipo de empreendimento é fundamental para uma delimitação das áreas de influência que vise dar conta da complexidade dos fenômenos sob intervenção e garantir os direitos da população afetada. Abaixo serão elucidados alguns dos efeitos cumulativos do empreendimento Minas-Rio omitidos no Estudo de Impacto Ambiental – Projeto de Extensão da Mina do Sapo, a fim de trazer à tona o complexo cenário em que se insere esta nova etapa de licenciamento.

Uma dessas transformações, demonstrada no Capítulo 4, Parte I, deste Estudo Preliminar, se refere ao aumento dos índices de violência nos municípios afetados. Esse impacto é tratado no EIA enquanto “Sensação de Insegurança e Perda de Tranquilidade” e, de acordo com o documento, sua ocorrência estaria mais relacionada a uma percepção individual, ou comunitária, do que a uma concretização do aumento dos índices de violência, uma vez que os indicadores dos níveis

de criminalidade e violência na região estariam oscilando, sem apresentar aumento significativo (EIA, Vol. V, 2015, p.96-97).

Contudo, dados do Governo de Minas Gerais (2017) demonstram um crescimento expressivo de crimes violentos nesses municípios. Em Conceição do Mato Dentro, por exemplo, considerando o número de crimes violentos por 100.000 habitantes, houve uma elevação de 72% deste tipo de crime entre 2012 e 2016 e o número de roubos consumados e tentativas de homicídio quase triplicou nesse período. Cabe ressaltar que o índice de crimes violentos em Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim, entre 2008 e 2014, manteve-se sempre acima do registrado em municípios próximos, como Serro, Congonhas do Norte, Carmésia, Presidente Kubitschek, entre outros. Ademais, o número de notificações de violência contra mulheres¹⁶⁵ feitos no sistema de saúde em Conceição do Mato Dentro aumentou cerca de 270% entre 2011 e 2014, conforme dados do Datasus (2017).

As informações levantadas junto a comunidades do entorno da Mina do Sapo através de pesquisa etnográfica, apresentadas na Parte III, demonstram como o aumento do índice de violência reverbera na vida dos moradores dessas localidades. Após a instalação do empreendimento, muitos habitantes passaram a conviver com o aumento da circulação de pessoas desconhecidas pelas redondezas, sobretudo de trabalhadores ligados à atividade minerária, o que tem gerado insegurança, principalmente nas mulheres, tendo havido, inclusive, casos de assalto à mão armada.

Outra transformação considerável refere-se à queda da produção agrícola e da área plantada em Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim, evidenciada no Capítulo 1 (Parte II) do Estudo Preliminar. Dados sobre as produções e as áreas plantadas de milho, mandioca, arroz, banana, café, feijão e laranja, entre os anos de 2004 e 2016, demonstram, em geral, uma acentuada queda no período de 2011 a 2013, momento no qual se instalava o empreendimento Minas-Rio. Conforme demonstrado no estudo, as culturas analisadas são produzidas predominantemente pela agricultura familiar, sendo caracterizadas pela utilização de mão de obra intensiva, pela relevância para a subsistência de famílias de baixa renda, pela relação com os mercados locais e pela sua importância no que consiste a segurança alimentar.

De fato, registros etnográficos sobre a queda da produção agropecuária nas comunidades do entorno da Mina do Sapo demonstram como os efeitos das atividades da Anglo American têm interferido diretamente no plantio e na criação de animais. Os movimentos de roça (CARVALHOSA, 2016) praticados pelas comunidades para a manutenção do seu sistema produtivo foram afetados após a instalação do empreendimento. Boa parte das terras das fazendas - destinadas aos plantios na meia ou terça -, das terras de herança e de outros locais atribuídos para a produção foram perdidas, pois foram adquiridas pela empresa, comprometendo de forma significativa a produção agrícola. A redução das áreas destinadas ao plantio e a privação da circulação de pessoas nesses locais significou menos espaço para a plantação, o que impactou, como consequência, a quantidade de produtos alimentares nas casas dos agricultores. Ademais, o deslocamento compulsório das comunidades de Água Santa/Mumbuca e Ferrugem significou, para os moradores do entorno, a

165 O Datasus (2017) classifica como “Violência doméstica, sexual e/ou outras violências” atos como estupro, exploração sexual, violência física, espancamento, dentre outros.

redução do número de trabalhadores agrícolas na região, comprometendo a prática da troca dos dias trabalhados e as possibilidades de plantio.

Além de afetar o nível da produção, o reassentamento de Água Santa e Ferrugem significou também quebra dos laços familiares e comunitários, além de perda de espaços de lazer, trocas e comércio entre as famílias atingidas. Essas comunidades eram locais de referência para a sociabilidade dos comunitários do entorno, onde visitavam seus parentes, faziam trocas de dia tanto para o trabalho agrícola quanto para o trabalho doméstico, compartilhavam momentos de lazer, como ir a cachoeiras e pescar, vendiam e trocavam alimentos, além de utilizarem a escola para as crianças e frequentarem a igreja.

Outro grave problema enfrentado pelas comunidades do entorno da Mina do Sapo é a escassez hídrica, sobretudo o secamento ou diminuição da vazão das nascentes (principal fonte de abastecimento de água nessas localidades)¹⁶⁶ e o assoreamento e contaminação dos cursos d'água. Essa situação é tida pelos moradores da região como um dos maiores obstáculos para a manutenção de suas estratégias e modos de vida, pois a água faz parte do seu sistema produtivo, dos usos domésticos e da sua sociabilidade.

O cultivo das hortas vem diminuindo ou até mesmo inexistindo em algumas residências, também devido à escassez hídrica. Muitos moradores vêm perdendo de modo significativo a sua produção de hortaliças e de legumes, e passaram a ter que comprar alimentos que, antes da instalação do empreendimento Minas-Rio, eram cultivados com mais abundância e facilidade. Tal situação interfere diretamente nos modos de vida dessas famílias, bem como em suas condições de reprodução econômica e material, gerando processos de empobrecimento e de ameaça à sua segurança alimentar.

Em relação aos usos domésticos (cozinhar, lavar roupa, lavar a louça e tomar banho), as famílias que possuem reduzida quantidade ou nenhuma disponibilidade hídrica necessitam executar novas estratégias para sua sobrevivência, sobrecarregando os corpos, principalmente os das mulheres. Devido a essa situação, elas são obrigadas a percorrerem grandes distâncias para lavarem as roupas das famílias, buscarem galões de água para abastecerem as residências e economizarem o recurso nas atividades domésticas diárias. Ações essas que aumentam o desgaste físico e o tempo gasto para a execução dessas tarefas.

A contaminação das águas, o assoreamento e a redução da vazão dos rios em cujas margens estão as comunidades, impactaram, ainda, de forma profunda, o lazer e a sociabilidade dos comunitários. As quedas d'água e os cursos dos rios eram os locais de encontro e lazer (nadar e pescar) de parentes, vizinhos, jovens e crianças. Era ao longo das margens dos rios que ocorria a sociabilidade das comunidades, que foi perdida após a instalação do empreendimento.

A dessedentação animal também foi prejudicada pela escassez hídrica e pela contaminação das águas dos rios. Alguns bovinos morreram ou ficaram doentes após consumirem essas águas. Esse fato resultou às famílias prejuízos tanto na produção e consumo de leite e queijo, quanto com os

166 De acordo com os dados da Diversus (2011), dos 417 domicílios entrevistados, 171 (41,01%) utilizavam nascentes ou poços como fonte principal de abastecimento de água.

custos do trato dos animais ou com a perda dos bovinos.

Cabe mencionar que, devido ao caráter essencial da água para a manutenção dos modos de vida das comunidades, e ao comprometimento do abastecimento de água por consequência da atividade minerária, algumas localidades passaram a depender do abastecimento de água fornecido pela Anglo American, como a comunidade de Água Quente, em 2010, e as quatro famílias na Cabeceira do Turco, em 2014¹⁶⁷. Entretanto, esse abastecimento não é suficiente para garantir os usos tradicionais da água, como a dessedentação animal, a irrigação de hortas, o beneficiamento de alimentos (como farinha, queijos e compotas), a pesca, o lazer no rio, entre outros. Ademais, essa situação inviabiliza a autonomia das famílias na gestão dos recursos naturais, gerando uma relação de dependência com a empresa. Isso evidencia a urgente necessidade de soluções mais adequadas e duradouras.

Outra grave questão engendrada pelo empreendimento Minas-Rio em comunidades próximas está relacionada à barragem de rejeitos. Como abordado anteriormente, os estudos apresentados no Volume I do EIA acerca do alteamento da barragem de rejeitos apresentam imprecisões e inconsistências e não há referências sobre a existência de comunidades à jusante no “item 3.2.5 – Alteamento da Barragem de Rejeitos”, tampouco na “figura 3-66 – Croquis de localização da Barragem de Contenção de Rejeitos e sua área de drenagem” (EIA, Vol. I, p.150). Além disso, a possibilidade de um rompimento não é considerada na delimitação das áreas de estudo e das áreas de influência do EIA, invisibilizando o reconhecimento e os direitos da população afetada.

Esta ausência de referências às comunidades à jusante demonstra o tratamento dado no EIA (e no processo de licenciamento do Projeto Minas-Rio como um todo) a respeito da segurança dos aspectos socioeconômicos em relação à barragem de rejeitos, conforme mencionado anteriormente. As imprecisões e inconsistências das informações apresentadas no estudo corroboram o temor e as incertezas das comunidades do Passa Sete, Água Quente e São José do Jassém quanto a um rompimento da barragem, o que tem sido motivo de denúncias e reivindicações desde a sua instalação, sendo intensificado após o rompimento da barragem de Fundão, da empresa Samarco, em Mariana-MG.

A comunidade do Passa Sete localiza-se a aproximadamente 1,5km da barragem de rejeitos e Água Quente a cerca de 3km. A comunidade de São José do Jassém situa-se a cerca de 8km da barragem, sendo o ponto mais próximo localizado a uma distância linear de 7,4659km e o ponto mais distante a 9,6171km, segundo medição da equipe do GESTA/UFMG (REAJA, GESTA/UFMG, PNCSA, Boletim 10 Nova Cartografia Social, no prelo). Conforme Projeto de Lei de iniciativa popular proposto pela campanha “Mar de Lama Nunca Mais”, promovida pelo Ministério Público de Minas Gerais, tais distâncias estariam dentro da zona de auto salvamento. Com o intuito de diminuir os riscos e aumentar o grau de segurança das barragens de rejeitos, um dos pontos do projeto de lei consiste na proibição de construção de barragens próximas a núcleos populacionais¹⁶⁸.

167 Segundo informações de um morador, as quatro famílias da comunidade de Cabeceira do Turco recebem galões de água desde 2010, quando iniciaram as obras do mineroduto. Entretanto, essa água era fornecida pela empresa Camargo Corrêa (responsável pelas obras da estrutura). Somente em 2014 a Anglo American se responsabilizou pelo abastecimento dessas famílias.

168 Art.5º do Projeto de Lei - Não será autorizada a instalação de barragem que identifique comunidade na zona de auto salvamento nos estudos de cenários de rupturas. Parágrafo único: Considera-se zona de auto salvamento a região a jusante da barragem em que se verifica não haver tempo suficiente para uma intervenção concreta das autoridades competentes em caso de acidente, tendo como área mínima o raio de 10 km a partir da estrutura principal do empreendimento.

Vale ressaltar que o conceito de Zona de Auto Salvamento possui diferentes considerações, avaliadas em contextos diversos, como a decisão da Justiça de Minas Gerais, que deferiu uma medida preliminar proibindo a mineradora VALE de praticar qualquer ato que objetivasse a implantação da barragem Maravilhas III. Julgou-se relevante o parecer da Superintendência Regional de Meio Ambiente, órgão da SEMAD, que considera Zona de Auto Salvamento como um local onde não haverá tempo para intervenção do poder público em caso de acidente com a estrutura de contenção da barragem de rejeitos.

Devido às suas localizações e ao risco a que estão submetidas em caso de rompimento ou falha da barragem de rejeitos da Anglo American¹⁶⁹, as comunidades de São José do Jassém, Água Quente e Passa Sete vêm organizando-se em reuniões, desde 2015, com o objetivo de serem reconhecidas como atingidas pela empresa. Com a implantação e operação da barragem, além do mal estar gerado na população pelo seu forte odor, produziu-se uma área de risco para a região onde essas comunidades historicamente se constituíram, estabelecendo laços de compadrio, vizinhança e parentesco, e modos tradicionais de relação com o território. Tal risco foi denunciado durante todo o processo de licenciamento da “Etapa 1”, tendo sido, todavia, interpretado como mero “temor”.

O rompimento da barragem de Fundão, em Mariana-MG, tornou aguda a consciência dos moradores acerca do risco a que estão, concreta e efetivamente, submetidos. As famílias não possuem a segurança em viver no seu local de morada, potencializando os efeitos do sofrimento social e da vulnerabilidade. Por esses motivos as comunidades do Passa Sete, Água Quente e São José do Jassém reivindicam o seu reconhecimento como atingidas, uma vez que a dimensão dos impactos a que estão submetidas ultrapassa uma definição de ADA restrita às “propriedades” onde haverá estruturas do empreendimento. O reassentamento dessas comunidades deve ser reconhecido como um direito no processo de licenciamento e não omitido a fim de legitimar negociações individuais e voluntárias com critérios estabelecidos pela própria empresa.

Todas essas privações relativas à perda de produção, escassez hídrica, perda do lazer, enfraquecimento e ruptura nas redes de trabalho, sociabilidade e solidariedade, bem como o temor em relação à barragem de rejeitos¹⁷⁰, não configuram apenas impactos pontuais e isolados, mas implicam na desestruturação de modos de ser, fazer e viver praticados histórica e tradicionalmente pelas comunidades do entorno do empreendimento. Essas privações e transformações conformam processos de *deslocamento in situ*, uma vez que as condições de existência desses grupos têm sido significativamente alteradas, modificando sua posição social (ZHOURI et al, 2013). Essas famílias foram submetidas a condições de vulnerabilidade, risco, insegurança e empobrecimento, originando uma perda gradual do controle dos seus recursos naturais, das suas redes de solidariedade e parentesco, e de sua segurança ontológica¹⁷¹.

169 Além do rompimento da barragem, outras falhas devem ser consideradas, como falhas no sistema extravasador, galgamento do reservatório, entre outros.

170 Além de outros problemas como a perda da qualidade do ar e da qualidade sonora, descritos na Parte III deste Estudo Preliminar.

171 “Crença que a maioria dos seres humanos têm na continuidade de sua auto-identidade e a na constância dos ambientes de ação social e material circundantes. Uma sensação da fidedignidade de pessoas e coisas” (GUIDDENS, 1991, p. 84).

7. A insuficiência do Estudo de Impacto Ambiental Projeto de Extensão da Mina do Sapo em face da Resolução CONAMA 01/86

A Nota Técnica 039/2007 apoia-se na análise de 89 pareceres técnicos produzidos na 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (4ª CCR/MPF) e na Procuradoria da República no Estado de São Paulo (PR/SP), entre os anos de 1997 e 2005, acerca de estudos de impactos ambientais diversos. Ela traz um breve quadro descritivo das categorias espaciais acionadas por esses estudos, caracterizado pela heterogeneidade quanto à terminologia adotada - área de “influência direta”, de “influência indireta”, “diretamente afetada”, “de intervenção”, “de entorno”, “de complexa abrangência”, entre outras. A essas distintas nomenclaturas se associavam, de forma combinada ou não, tipos diferentes de recortes espaciais - bacias hidrográficas, unidades político-administrativas, o empreendimento e seu entorno -, gerando uma heterogeneidade ainda maior. Para a Área Diretamente Afetada, por exemplo, os autores encontraram, na documentação pesquisada, uma série variada de definições:

Área Diretamente Afetada: que pode ser sinônimo de área de influência direta ou ter outros significados como i) área necessária à desapropriação ou onde incidirão as restrições de uso do solo em decorrência do empreendimento; ii) área dos empreendimentos lineares, acrescida de faixa marginal de largura variável; iii) área do reservatório de uma usina hidrelétrica, acrescida de áreas delimitadas de diversas maneiras, de modo a incluir obras, canteiros, vias de acesso, área de vila, acampamentos, jazidas, etc (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2007, p. 20)

Nesta seção, procuraremos analisar em que medida o Estudo de Impacto Ambiental Projeto de Extensão da Mina do Sapo cumpre as finalidades para o qual foi elaborado, de avaliação dos impactos ambientais potenciais da “Etapa 3” do empreendimento Minas-Rio. Iniciamos pelo conjunto heteróclito de denominações e recortes - que se combinam em classificações espaciais supostamente “técnicas” - para indicar que o apego aos rótulos não constitui um caminho profícuo para essa reflexão. Propomos, como alternativa, cotejar os objetivos expressos na norma que regulamenta a avaliação de impactos ambientais no Brasil - a Resolução CONAMA 01/86 - com elementos de conhecimento da realidade local e dos processos territoriais e ambientais em curso, para indicar enquadramentos e proposições que façam sentido em ambas as dimensões.

A Resolução CONAMA 01/86 estabelece “as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente” (caput), e apresenta, em seu Artigo 1º, a seguinte definição de impacto ambiental¹⁷²:

Considera-se impacto ambiental qualquer **alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente**, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas, **que direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança**

172 Parte desta análise está amplamente baseada no parecer elaborado pelo GESTA/UFMG em 2014, em que os pesquisadores desse Grupo de Pesquisa analisaram relatório produzido pela empresa de consultoria Ferreira Rocha (2013) para a Anglo American, no contexto do Licenciamento do Projeto Minas-Rio (Licença de Operação, Etapa1).

e o bem-estar da população; II - as **atividades sociais e econômicas**; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V - a **qualidade dos recursos ambientais** (CONAMA, 1986, grifos nossos).

O primeiro comentário a ser feito refere-se à compreensão do fato de que as sociedades e seus ambientes são indissociáveis. Tal compreensão encontra-se expressa na própria definição de impacto ambiental, que se dá **em relação às atividades sociais** (GESTA/UFMG, 2014, p. 25). São alterações “das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente” que, causadas por intervenções humanas, afetam a saúde, a segurança, o bem-estar e a qualidade dos recursos ambientais utilizados pelas populações, interferindo em sua reprodução social, cultural e econômica. Carregando, pois, **uma dimensão relacional que lhe é constitutiva, a categoria de impacto não se deixaria definir em absoluto pela norma, seu sentido estando referido, de modo inextricável, às realidades histórico-culturais concretas** (BARRETO, 2012).

O *Guia Técnico para Atuação do Ministério Público no Licenciamento Ambiental de Atividades de Mineração* recepciona essa idéia, ao destacar que a significância dos impactos ambientais sempre dependerá dos ambientes em que eles ocorrem (BRANDT, 2012, p. 18). Vai no mesmo sentido a observação de que o local de inserção de um empreendimento não deve ser entendido apenas enquanto espaço físico, mas como um **lugar imbricado por relações sociais, econômicas e culturais, atravessado pelas demandas trazidas pela população**, que é quem “experimenta as transformações socioambientais geradas pelo empreendimento” (GESTA/UFMG, 2014, p.24). A própria Resolução CONAMA 01/86, ao detalhar os aspectos básicos a serem considerados na composição de um diagnóstico ambiental do meio socioeconômico, aprofunda esse entendimento, o estudo de impacto ambiental devendo contemplar

O uso e ocupação do solo, os usos da água e a socioeconomia, com destaque aos sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as **relações de dependência entre a sociedade local e os recursos ambientais** e a potencial utilização futura desses recursos compõem o meio socioeconômico e **deverão constar no diagnóstico ambiental** da área de influência dos empreendimentos (CONAMA, 1986, Art. 6o).

Conclui então o GESTA/UFMG, ao extrair da própria formulação legal parâmetros metodológicos importantes para resguardar essa dimensão relacional do diagnóstico, associada às finalidades últimas de um estudo de impacto ambiental:

A boa prática da metodologia utilizada pelas Ciências Sociais prevê que a **produção do conhecimento sobre as modificações provocadas por uma obra dessa magnitude deve ter como ponto de partida as legítimas observações e experiências fenomenológicas dos sujeitos encarnados em suas relações com os ambientes do seu viver**, condição para a produção não só do conhecimento sobre as modificações reais trazidas pelo empreendimento, mas **plataforma inescapável para um tratamento equânime da questão dos danos e impactos** (2014, p. 98, grifos do autor).

E ainda:

A antropologia moderna demonstra que “**o mundo faz sentido para as pessoas através da forma como ele é vivido por elas, e não através da forma como ele é formalmente desenhado**” (INGOLD, 2000). Com efeito, os significados não são atrelados aos objetos do mundo pela mente (do indivíduo). Ao contrário, **esses objetos (o real), assumem significados pela sua incorporação aos padrões característicos das atividades cotidianas das pessoas**. Os significados são imanentes aos contextos relacionais de engajamento prático das pessoas com o meio ambiente no qual elas vivem (INGOLD, 2000, p. 168, apud GESTA/UFMG, 2014, p. 27; tradução do autor, grifos nossos).

Como já visto, o EIA do Projeto de Extensão da Mina do Sapo não incorpora ao diagnóstico socioeconômico análises do “uso e ocupação do solo, os usos da água e a socioeconomia”, tampouco “as relações de dependência entre a sociedade local e os recursos ambientais”. Opera a partir de categorias analíticas descoladas da realidade socioeconômica, instrumentalizando escalas espaço-temporais dentro de uma “estratégia de esquecimento incoerente” que impede, ao invés de evidenciar, “a visibilidade de fenômenos ou processos” (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2007, p. 29). Em consequência, apresenta uma hierarquização arbitrária de impactos, partindo de uma definição de “impactos diretos e efetivos” relacionada a uma área de influência (ADA) estritamente delimitada por um viés territorial-patrimonialista, o que vai de contramão à definição de impacto estabelecida no artigo 1º da Resolução CONAMA 01/86. Da mesma forma, associa ao reconhecimento de impactos supostamente “menos” diretos e efetivos, mecanismos de desresponsabilização do empreendimento, articulando critérios inalcançáveis de causalidade à falsa noção de “impacto suposto”, que coloca sob suspeição o que deveria ser a mais importante matéria-prima do diagnóstico: as informações advindas do conhecimento e das experiências da população local.

Ora, o arcabouço conceitual estabelecido pelo EIA para a definição e a hierarquização dos impactos, e das áreas de influência que a eles se associam, tampouco atende ao artigo 5º, inciso III, da Resolução CONAMA 01/86, o qual estabelece que **a bacia hidrográfica deve ser considerada na definição geográfica das áreas de influência do empreendimento:**

Artigo 5º - O estudo de impacto ambiental, além de atender à legislação, em especial os princípios e objetivos expressos na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, obedecerá às seguintes diretrizes gerais:

I - Contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização de projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução do projeto;

II - Identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais gerados nas fases de implantação e operação da atividade;

III - Definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza;

IV - Considerar os planos e programas governamentais, propostos e em implantação na área de influência do projeto, e sua compatibilidade (CONAMA, 1986, grifos nossos).

Em sintonia com o disposto na regulamentação, a Nota Técnica 039/2007 apresenta uma revisão da literatura acerca da utilização das bacias hidrográficas como referência espacial na Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), discorrendo sobre os conceitos de bacia, sub-bacia e

microbacia hidrográficas, e sua operacionalização nos Estudos de Impacto Ambiental. Para além das definições estritas em termos de magnitude e topografia¹⁷³, o documento propõe que as bacias hidrográficas sejam consideradas a partir de seu aspecto sistêmico, como espaços de circulação, integradores de fluxos materiais e energéticos, em que a alteração em um de seus elementos constituintes repercute, ou pode repercutir, sobre todo o sistema (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2007, p.15):

Todos os componentes de uma bacia hidrográfica encontram-se interligados e os rios são os veículos dessa integração. Segundo Botelho (1999), Milaré (2002) e Cunha e Guerra (2004), justamente por isso, as bacias hidrográficas são unidades ideais de análise da superfície terrestre e excelentes unidades de planejamento e gerenciamento nas quais é possível reconhecer e analisar as inter-relações existentes entre os diversos elementos da paisagem e os processos naturais que atuam na sua esculturação.

A Nota Técnica aponta para o fato de que essa integração não envolve somente os recursos hídricos, sendo outros fatores também importantes para a análise dos impactos. Tais fatores ultrapassam os fenômenos físicos e biológicos, de igual importância, e se relacionam também à compreensão de aspectos socioculturais e ao envolvimento das comunidades. Conforme o documento,

...ao considerar a bacia hidrográfica como unidade geográfica ideal para se caracterizar, diagnosticar, avaliar e planejar o uso dos recursos naturais, é **fundamental que sejam incluídos no processo o conhecimento de fatores socioculturais e o envolvimento das comunidades**. Essa consideração implica tratar a bacia hidrográfica a partir de um enfoque geossistêmico, onde geossistema é entendido como uma combinação de um potencial ecológico, uma exploração biológica e uma ação antrópica, sendo um complexo essencialmente dinâmico (CHRISTOFOLETTI, 1999) (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2007, p.16, grifo nosso).

As bacias hidrográficas constituem, também, elementos importantes para a construção de escalas espaciais que se mostrem, a um tempo, relevantes e mais apropriadas, segundo os contextos específicos de inserção e as características de cada empreendimento. Ao lançar mão de literatura sobre o tema, a Nota Técnica ressalta, por exemplo, as vantagens da utilização das microbacias como unidades de estudo nos EIAs, pelo fato de suas dimensões geográficas, relativamente reduzidas, permitirem um conhecimento mais adequado em relação às populações residentes, diretamente envolvidas nas intervenções do empreendimento. O documento ressalta a importância da valorização, nesse tipo de estudo, do conhecimento local sobre os rios, bem como da identificação das inter-relações existentes entre os diferentes elementos do quadro socioambiental:

Além disso, conforme Saldanha Machado (2003), a base empírica do conhecimento local sobre os rios deve ser valorizada, visto que possui grande valor socioambiental e está integrada à história do indivíduo, da família e da sociedade, revelando sentidos simbólicos que ultrapassam a materialidade estrita e configuram parte importante do seu patrimônio cultural.
(...)

173 Definições em termos de áreas delimitadas por um conjunto de elementos topográficos, como superfícies inclinadas (vertentes), linhas de cumeadas e redes de drenagem, com abrangências geográficas diversas (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, p.13 e 14)

..é importante verificar que, segundo Botelho (1999), a microbacia deve conjugar uma abrangência grande o bastante para que sejam identificadas as inter-relações existentes entre os diversos elementos do quadro socioambiental, e pequena o suficiente para estar compatível com os recursos disponíveis para o estudo (SALDANHA MACHADO, 2003, p.16).

Por fim, a nota conclui que o recorte da bacia hidrográfica como referência espacial para a área geográfica a ser afetada por um empreendimento (meios físico, biótico e socioeconômico), de extrema importância, só poderá ser considerada suficiente após estudo que correlacione as peculiaridades ecológicas e socioespaciais com as especificidades de cada projeto (SALDANHA MACHADO, 2003, p.16-17):

Caberá aos EIAs considerar outras variáveis, como as de caráter socioeconômico, que **condicionem a ampliação da área.** Dependendo da magnitude e significância das alterações impostas pelo projeto, é possível que os estudos devam ser desenvolvidos além da bacia do curso d'água sob intervenção, avançando para outras bacias, ou ainda, outras unidades de planejamento, conforme o caso, como, por exemplo, divisões político-administrativas (SALDANHA MACHADO, 2003, p. 16. Grifo nosso).

Como dito anteriormente, “o mundo faz sentido para as pessoas através da forma como ele é vivido por elas, e não através da forma como ele é formalmente desenhado” (INGOLD, 2000 apud GESTA/UFMG, 2014, p. 27). “Os objetos”, continua o raciocínio do autor, “assumem significados pela sua incorporação aos padrões característicos das atividades cotidianas das pessoas” (INGOLD, 2000.). Neste ponto, julgamos ter alcançado uma convergência entre a finalidade maior da lei, parâmetros teórico-metodológicos reconhecidos pelas Ciências Sociais, e a realidade histórico-cultural concreta em que veio se inserir o empreendimento Minas-Rio. De fato, para comunidades rurais de base tradicional, a água faz parte de um “território e um modo de vida, base de identidades específicas” (DIEGUES, 2007, p. 04). Na forma de chuva, de nascente, de córrego ou rio, ela traz a fertilidade da terra, tornando possível não só as atividades produtivas, como a manutenção e a reprodução de um modo de viver (GALIZONI, 2003).

Para as comunidades rurais situadas no entorno do empreendimento Minas-Rio, os recursos hídricos são elementos fundamentais, constitutivos de uma organização socioespacial e da base produtiva dessas comunidades. Como já descrito alhures (GESTA/UFMG, 2014; Parte III deste Estudo Preliminar; seção 5 desta Síntese), os usos diversos das fontes de água nessas comunidades envolvem atividades importantes, cotidianas, como o consumo humano, e para as criações; a manutenção das hortas e quintais; a pesca e o lazer; tarefas domésticas, higiene pessoal. Em 2009, a analista pericial em antropologia do Ministério Público Federal já observava, no caminho das águas pelos quintais dos sítios da Ferrugem, a importância desse recurso na composição da vida local:

É preciso enfatizar que a existência e manutenção desses espaços tão vitais à produção e reprodução física e social das famílias, os quintais, encontra-se profundamente articulada à disponibilidade de um recurso que vem da Serra: a água. A água abundante e cristalina é considerada, pelas famílias do entorno da Serra da Ferrugem, como a maior riqueza de suas terras, e, indubitavelmente, encontra-se por trás da declaração, feita por um morador do Beco, de que “[aquela] terra foi preparada por Deus”. A água que corre nos quintais – para os quais é levada por sistemas de captação muitas vezes preparados e cuidados pelos próprios moradores,

com técnicas locais desenvolvidas e acumuladas a gerações – é fundamental no cuidado das hortas, pomares e plantios; para a criação de pequenos animais, principalmente porcos; nas mangas, para a dessedentação do gado; para a produção dos doces que levam ao mercado; em alguns casos, para a criação de peixes. É, também, importante no lazer familiar, principalmente das crianças, que brincam e pescam nos pequenos poços formados a partir das correntes naturais de água que servem os retiros. Não por acaso, o acesso e uso das águas é, ao contrário dos quintais, submetido ao controle não de um único grupo familiar, mas de toda uma rede social em que entram tanto relações de parentesco, no caso de conjuntos de herdeiros, como de vizinhança, articulando, muitas vezes, comunidades distintas, em casos de compartilhamento intercomunitário de fontes de água (MPF, 2009, p. 37 a 39, *apud* GESTA/UFMG, 2014, p.72).

Mas, há que se frisar, tampouco se trata de mera relação de consumo, ou da disponibilidade de um “insumo” para a produção familiar. A água é, também, um elemento fundamental em diversas formas de sociabilidade entre as famílias. A própria organização espacial das comunidades está diretamente relacionada às fontes e cursos d’água, situadas que estão, em larga medida, nas áreas onde os interstícios das grandes propriedades confluem para margens de rios e pés de serra (onde as terras recebem as águas vertentes). A água, em seus variados contornos de nascentes, poços, córregos e rios, faz parte das paisagens e dos caminhos dos moradores atingidos¹⁷⁴.

Não iremos nos deter, aqui, nas diversas alterações que os impactos da instalação e operação do Minas-Rio já provocaram nos usos das águas, produzindo perdas em cadeia para os moradores, afetando as dinâmicas sociais e ambientais, fragilizando ainda mais a autonomia produtiva das famílias, fomentando um processo de vulnerabilização socioambiental que vimos designando de deslocamento *in situ*. Neste momento, enfatizamos a perspectiva, não menos importante, de que a água, imersa nos “padrões característicos das atividades cotidianas das pessoas”, compõe o mundo vivido por elas, sendo **parte integrante dos territórios** familiares e suas vizinhanças. Ela é produtora de relações, de conexões, da própria territorialidade. A partir dela, são criadas formas de sociabilidade e são estabelecidos circuitos de reciprocidade. Assim, não é possível entendê-la de forma descontextualizada do território.

É neste sentido que afirmamos que, no caso em tela, **considerar as bacias, sub-bacias e microbacias hidrográficas** - sobretudo estas últimas - **na definição das áreas de estudo do empreendimento Minas-Rio, e do Projeto de Extensão da Mina do Sapo, constitui não apenas uma tarefa imprescindível ao cumprimento do que preconiza a lei, mas o estabelecimento de um parâmetro a partir do qual construir, agora sim, escalas e recortes espaciais capazes de evidenciar fenômenos e processos relevantes, em curso no território.**

174 Como relatou uma moradora da comunidade do Passa Sete na Oficina de Cartografia Social realizada pelo PNCSA, REAJA e GESTA/UFMG, em janeiro deste ano: “Antes a gente andava com os pé da gente e todo mundo chegava nas casas dos vizinhos com os pés tudo limpo, hoje a gente chega até com os lábio seco, porque tem que carregar água de casa p’rocê tomar, porque as águas que tão no meio dos caminho tão imunda, quando acha pelos caminho...! Porque antes qualquer moinho, qualquer barranco pintava uma aguinha, a gente só botava a mão e tomava, chegava na casa de pessoa limpinho, aliás, podia sair de casa até sem tomar o banho, até pros caminho afora, porque existia água demais! Hoje não, uai, hoje ocê num tem como nem... Se ocê chupa uma manga ali, e suja a mão ali, cê chega com ela na casa dos outro suja, por que? Não tem água como era antes, antes não, cê podia sentar ali numa beirinha d’água né, comia tudo quanto era fruta, tomava agua, cê chegava na casa da pessoa satisfeito, hoje não, hoje cê chega morrendo de sede e chega na casa de um amigo que talvez ele não tem nem água mais, por que? Acabou!” (Oficina de Cartografia Social, jan/2017).

Um deles é, exatamente, permitir **a apreensão da dimensão sistêmica dos impactos**, desde o encadeamento com processos relativos à instalação e operação do empreendimento (carreamento de material sólido, rebaixamento do lençol freático, contaminação de córregos), passando pelo cenário global dos efeitos sobre os territórios (supressão de nascentes, diminuição de vazão, assoreamento e contaminação de águas superficiais, ressecamento dos pastos, etc), que por sua vez se traduz no total solapamento das condições de reprodução física e cultural das comunidades inseridas nessas microbacias. Algo que, certamente, não será mitigado pela implantação de sistemas de abastecimento de água e medidas similares.

Um outro exemplo de como a consideração de microbacias ilumina os fenômenos em curso diz respeito à relativização da lógica da distância linear como critério hierarquizador de impactos e comunidades. Para a Anglo American, São José do Jassém seria uma das comunidades mais distantes do empreendimento; não prioritária, portanto, dentre as “comunidades focais” da Área do Entorno. Este foi um dos principais argumentos da empresa para se recusar a atender à recomendação do Ministério Público em Minas Gerais, de reconhecer o direito da comunidade ao reassentamento. Na mesma ocasião, a Anglo informou estar disposta a estender o programa de “negociação voluntária” às comunidades de Passa Sete e Água Quente, mais próximas à barragem (ANGLO AMERICAN, Ofício GAB 3235/2017, de 09/10/2017). Ora, a mera relação de distância não pode justificar a conduta da empresa em relação ao Jassém: além da comunidade também estar situada na zona de auto salvamento, tal como Passa Sete e Água Quente, o Jassém se encontra, segundo dados levantados no trabalho de cartografia social realizado ao longo desse ano, em uma zona da área de drenagem da barragem de rejeitos que tem altitudes mais baixas. As rápidas enchentes que atingem a comunidade no período das chuvas tem sido, desde a construção da barragem, um potencializador do medo dos moradores. Nota-se, aliás, que a desconsideração das microbacias na definição das áreas de influência facilitou ao EIA desconhecer o risco de um evento catastrófico de rompimento de barragem como um impacto do empreendimento. Os motivos de Passa Sete e Água Quente entrarem em uma outra ordem de prioridade não é, de acordo com o estudo, o fato de uma maior proximidade importar em maior risco no caso de rompimento da estrutura, mas a posição de ambas as comunidades em relação às obras do alteamento, na fase de implantação da terceira etapa (EIA, Vol. V, p. 215).

Em suma, pode-se dizer que há, no que tange ao empreendimento minerário Minas-Rio, uma série consistente e grave de impactos que se **derramam** no território (GUDYNAS, 2016) orientados, justamente, pela direção das águas. Com efeito, não se defende aqui que as bacias hidrográficas constituam critério exclusivo para o redesenho das áreas de estudo e de influência do empreendimento. Mas vale retomar as vantagens já mencionadas da utilização das microbacias - dimensões geográficas relativamente reduzidas, que permitem um conhecimento mais adequado em relação às populações residentes, diretamente envolvidas nas intervenções do empreendimento - para reafirmar a conclusão de que tomá-las como unidades de estudo é, no caso em tela, imprescindível não só para o cumprimento da norma, como para se alcançar alguma efetividade na avaliação dos impactos ambientais, inclusive e, principalmente, no que tange ao diagnóstico socioeconômico e ao desenho das áreas de influência atinentes a esse meio.

Nesse sentido, é preciso reconhecer que as microbacias afetadas por impactos do meio físico e biótico¹⁷⁵, constituem, do ponto de vista de indicar direções para a **reconfiguração de uma área de influência que se mostre significativa em escala local, parâmetros menos arbitrários que as 43 “propriedades” constitutivas da ADA**. Evidentemente, indicações mais precisas dependem de uma análise mais sistemática dos diagnósticos dos meios físico e biótico e, sobretudo, da realização de trabalhos de campo e da produção de dados primários.

Sabe-se, por outro lado, que a Área de Influência Direta - AID para o meio socioeconômico, correspondente à área dos três municípios - Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim - é a mais extensa, e parece abranger, em alguma medida, as microbacias mencionadas nos diagnósticos físico e biótico. Há que se enfatizar, entretanto, que a maior extensão da AID não reflete a incorporação das microbacias como unidades efetivas de análise do meio socioeconômico. Como já ressaltado anteriormente, **entre a ADA e a AID opera uma Área de Entorno definida em formato de “ilhas”, formato que suprime, justamente, as dimensões territoriais integradoras. As comunidades “focais” colaboram, portanto, para retirar as microbacias do cenário socioeconômico em escala local, unidades de estudo de reconhecida importância. Essa supressão constitui, a bem dizer, peça estratégica nos mecanismos de desresponsabilização embutidos no EIA, pois permitem invisibilizar processos sinérgicos de fluxos e impactos que, decorrentes do empreendimento, têm, nas áreas das microbacias, elementos vetores de articulação ou dispersão.**

Por fim, resta enfatizar que o que se propõe não é a redução da AID às microbacias; ou, mesmo, a extensão da ADA, recorte que abriga definições arbitrárias, porém arraigadas nas rotinas administrativas do campo da avaliação de impacto ambiental. Independentemente dos rótulos, instamos a **necessidade de que os desenhos das áreas de influência sejam repensados, atendendo, sobretudo** - entre outras possíveis lacunas aqui não identificadas -, **à delimitação de uma área de influência realmente significativa em escala local**. Ou seja, uma área que indique, de modo consciencioso, a incidência de **impactos efetivos, diretos ou indiretos, acompanhado do efetivo reconhecimento de suas consequências para a população local**.

Tendo em vista a expansão da cava, e a probabilidade de que processos semelhantes alcancem outras microbacias, afetando outras comunidades, afirmamos que **o redesenho das áreas de influência a partir das microbacias a serem potencialmente impactadas constitui medida urgente, para obstar que novas violações de direitos ocorram**, seja em virtude de processos de negociação fundiária travados à margem do licenciamento, ou da previsível recusa da empresa em reconhecer comunidades que venham a ser atingidas no futuro. **A se manter a indeterminação territorial dos impactos mais diretos que vêm se abatendo sobre a população residente nessas microbacias, a perspectiva que se coloca é a de que qualquer reconhecimento**

175 É preciso indicar aqui que não foi realizada uma análise sistemática dos diagnósticos dos meios físico e biótico, ou mesmo de suas áreas de influência. Contudo, estas parecem considerar minimamente, em sua composição, microbacias enquanto um recorte significativo. Isso não equivale a afirmar a suficiência dos diagnósticos apresentados; ao contrário, uma leitura permitiu identificar algumas lacunas e ausência de clareza em informações apresentadas - sobretudo quanto às indicações de ocupação humana nas bacias tratadas -, bem como indícios da subavaliação de impactos.

de futuros atingidos - proprietários, famílias camponesas ou comunidades - será feito pontualmente, a custo de situações degradantes e/ou violentas (“emergenciais”), e de extenuantes esforços dos atingidos.

8. Considerações Finais

I - O Estudo de Impacto Ambiental Projeto de Extensão da Mina do Sapo não está em conformidade com a Resolução CONAMA 01/86

As informações dispostas ao longo do Estudo Preliminar e desta Síntese Conclusiva evidenciam que o Estudo de Impacto Ambiental do Projeto de Extensão da Mina do Sapo, elaborado pela empresa de consultoria Ferreira Rocha, não está em conformidade com a Resolução 01/86 do CONAMA, e não atende aos objetivos delineados na principal norma que regulamenta a avaliação de impacto ambiental no Brasil.

II - O EIA Projeto de Extensão da Mina do Sapo não compreende um instrumento técnico capaz de prover subsídios relevantes para a formação do juízo de viabilidade socioambiental do empreendimento

As inconsistências, lacunas e falhas metodológicas identificadas no EIA e amplamente discutidas no Estudo Preliminar e nesta síntese, demonstram a fragilidade do documento no que consiste à apresentação de informações confiáveis e relevantes sobre os impactos socioeconômicos do empreendimento, não sendo capaz de subsidiar, tecnicamente e de modo responsável, a formação de um juízo acerca da viabilidade socioambiental da “Etapa 3” do empreendimento Minas-Rio.

III - A construção teórico-metodológica do EIA criou mecanismos de desresponsabilização da empresa Anglo American face aos efeitos do empreendimento e aos direitos da população afetada

Para além das falhas evidenciadas, a engenharia conceitual apresentada pela empresa Ferreira Rocha, à contramão de aspectos importantes da Resolução CONAMA 01/86 e das

orientações da Nota Técnica 039/2007 do Ministério Público Federal, cria mecanismos de desresponsabilização do empreendimento quanto aos seus impactos socioeconômicos, e de desconstrução dos direitos da população afetada. O forte viés “territorial-patrimonialista”, por exemplo, que norteou a definição de Área Diretamente Afetada em todas as etapas do empreendimento Minas-Rio, perpetuado para a “Etapa 3”, tem servido para a invisibilização de grande parte das comunidades atingidas na região.

Durante todo o processo de licenciamento do Projeto Minas-Rio, estudos e vistorias citaram os impactos e as profundas transformações sociais vivenciadas por moradores de comunidades como Gondó, São Sebastião do Bom Sucesso (Sapo), Água Quente, Passa Sete, Cabeceira do Turco, Turco, São José da Ilha, São José do Jassém e Beco, bem como de outras comunidades, a exemplo de Taporôco, Arruda, Teodoro, Córrego Palmital e Serra de São José, não consideradas no EIA do Projeto de Extensão da Mina do Sapo. Os danos e privações causados aos moradores não foram, entretanto, considerados como “suficientes” para subsidiar o reconhecimento dos atingidos e seus direitos, o que é reforçado na “Etapa 3”, e vêm embasando, contrariamente, processos desiguais de negociação “voluntária”, por meio dos “comitês de convivência” da Anglo American.

A aceitação do conteúdo do Estudo de Impacto Ambiental e a validação de seu arcabouço analítico, parcial e inconsistente, implicam na iminência de novas violações de direitos no âmbito do licenciamento do Projeto Minas-Rio, ensejando o agravamento de um quadro de deslocamentos compulsórios, entendidos enquanto *deslocamentos in situ*, que vêm alterando significativamente as condições de existência das comunidades afetadas, submetidas a condições de empobrecimento, vulnerabilidade, risco e insegurança.

IV - Necessidade de novos estudos para embasar o processo de licenciamento do Projeto de Extensão da Mina do Sapo

É fundamental que sejam realizados novas pesquisas, por equipe técnica independente, que possam consubstanciar um **Estudo de Impacto Ambiental** relativo ao empreendimento, considerando **instrumentos metodológicos capazes de uma aproximação aos fenômenos e processos sob intervenção e às especificidades da região, incluindo a redefinição das áreas de influência, considerando bacias, sub-bacias e microbacias hidrográficas, de forma a se adequar à resolução CONAMA 01/86 e às características locais. Tal estudo deverá contemplar os impactos sinérgicos que vêm afetando as microbacias nas vertentes leste e oeste da serra do Sapo\Ferrugem. É também necessária a revisão de todas as medidas de controle ambiental (já em curso e previstas), incluindo o monitoramento socioeconômico, uma vez que as falhas identificadas nesse monitoramento o tornam ineficiente para avaliar dimensões importantes das transformações engendradas pelo empreendimento ao longo do tempo. Além disso, é necessário que se leve em consideração a ocorrência de eventual rompimento da barragem de rejeitos.**

Ademais, é imprescindível a realização de estudos que visem aprofundar as análises sobre os processos em curso na região em decorrência do empreendimento Minas-Rio, visando contextualizar e esclarecer o cenário em que se insere o Projeto de Extensão da Mina do Sapo, considerando os seguintes elementos:

a) **Identificação de todas as comunidades atingidas pelo empreendimento, de acordo com pareceres e estudos diversos realizados e elencados no Estudo Preliminar.**

b) **Realização de estudo específico, com metodologia adequada e participação das comunidades atingidas, para a caracterização das perdas e danos ao longo do processo de licenciamento ambiental**, o que inclui a produção, modos de vida, atividades costumeiras, redes e laços de solidariedade, entre outros aspectos;

c) Realização de estudo aprofundado sobre as **comunidades situadas a jusante da barragem de rejeitos** a partir do município de Dom Joaquim, em um **raio mínimo de 60 km**;

d) **Avaliação do cumprimento das condicionantes** de todas as etapas do empreendimento Minas-Rio;

e) **Estudos aprofundados que envolvam pesquisas de campo em todas as comunidades tradicionais (com e sem auto-reconhecimento) nos municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas, Dom Joaquim e Serro**, bem como em todas as **localidades onde se evidencia a ocorrência de bens culturais de natureza imaterial nas áreas de abrangência do empreendimento**. Tal pesquisa deve responder ao objetivo principal de identificar e analisar os possíveis efeitos das atividades da Anglo American sobre os modos de vida e a reprodução social dos grupos tradicionais, bem como sobre a manutenção e reprodução do patrimônio cultural de natureza imaterial. Para cumprir seus objetivos, a construção da pesquisa necessita ter como componente principal a interlocução com os sujeitos envolvidos diretamente com a questão abordada, pois permitirá o levantamento de informações mais substanciais sobre os efeitos da mineração em relação ao patrimônio cultural¹⁷⁶.

176 A importância desse estudo é reforçada pela ausência da elaboração de estudos específicos para a “Etapa 3” sobre o patrimônio cultural de natureza imaterial no âmbito do IPHAN e pela ausência de informações suficientes que comprovem a elaboração do EPIC e RPIC no âmbito do IEPHA. Embora tenham sido realizados estudos para a Etapa 1, um novo processo de licenciamento deve dispor de dados atualizados e levar em consideração as transformações já ocasionadas na região pela implementação e operação do empreendimento, visando demonstrar a atual dimensão dos impactos e analisar a viabilidade e/ou em quais termos deverá ocorrer a expansão das atividades, caso sejam licenciadas.

Proposição de ações

a) Promover a inclusão das comunidades do Passa Sete, Água Quente e Jassém no Programa de Negociação Fundiária (PNF), assim como outras comunidades atingidas que manifestarem interesse pelo reassentamento.

b) Criação de um banco de dados público no site da empresa Anglo American para a divulgação sobre todos os documentos produzidos no âmbito do licenciamento ambiental e das atividades da empresa na região, o que inclui: dados sobre monitoramentos, programas e medidas de controle ambiental, estudos de impacto, dentre outros.

Referências bibliográficas

Textos analíticos

ACSELRAD, Henri; Mello, Cecilia C.A. e BEZERRA, Gustavo N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALIER, Joan. **O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, E. C. (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV/ABA, 2002, p. 43–81.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. In: **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2ª ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008, p. 25-131.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: DELGADO, N. G. (Org.). **Brasil Rural em debate**. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010, p. 104 a 136.

ANTONIETTI, Yasmin Rodrigues. **Da resistência cotidiana à mobilização: uma análise da trajetória de São José do Jassém frente à mineração**. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

ARRUTI, José Maurício. **O quilombo conceitual: para uma sociologia do artigo 68 do ADCT**. Texto para discussão. Projeto Egbé–Territórios negros. Rio de Janeiro: Koinonia Ecumênica, 2003.

BARREIRO, Tereza Cristina Santos. **Empreendimentos minerários e estudo de impacto ambiental**. Belo Horizonte, Ministério Público de Minas Gerais, 2012. Disponível em: <https://aplicacao.mpmg.mp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1082/2%20Empreendimentos%20Minerarios%20EIA%20-%20tereza.pdf?sequence=1>.

BECK, Ulrich. No Vulcão Civilizatório: os contornos da sociedade de risco. In: **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.

BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisa de Survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1995.

BARCELOS, Eduardo (Coord.). **O Projeto Minas-Rio e seus impactos socioambientais. Olhares desde a perspectiva dos atingidos. Relatório preliminar**. Minas Gerais - Rio de Janeiro, dezembro de 2013. Produzido no âmbito do Encontro de Intercâmbio das Comunidades em Resistência ao Projeto Minas-Rio. Disponível em: <https://agburbana.files.wordpress.com/2014/03/dossic3aa-minas-rio-final.pdf>. Acesso em setembro de 2017.

BEBBINGTON, A. Elementos para una ecología política de los movimientos sociales y el desarrollo territorial en zonas mineras. In: BEBBINGTON, A. (Ed.). **Minería, Movimientos Sociales y Respuestas Campesinas: una ecología política de transformaciones territoriales**. Lima: IEP, CEPES, 2007, p. 23-46.

BEBBINGTON, Anthony (Ed.). **Social conflict, economic development and the extractive industry: evidence from South America**. London: Routledge, 2012.

BECKER, Luiza Costa. **Tradição e Modernidade: O Desafio da Sustentabilidade do Desenvolvimento na Estrada Real**. Tese de Doutorado. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ, Rio de Janeiro, 2009.

BECKER, Luzia Costa e PEREIRA, Denise de Castro. O Projeto Minas-Rio e o desafio do desenvolvimento territorial integrado e sustentado: a grande mina em Conceição do Mato Dentro. In: FERNANES, F. R. C, ENRIQUEZ, M. A. R. S, & ALAMINO, R. C. J. (eds). **Recursos minerais e sustentabilidade territorial**. Brasília: MCT-CETEM, V.1, 2011, p.229-258.

BELLEZE, G; PEREIRA, V; BATTISTTON, K; PEREIRA, PIMENTA, C. A. Mineração: desenvolvimento para quem? **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 13, n. 27, p. 227-245, 2017.

BITTENCOURT, Carlos. **A corporatização do Território de Conceição do Mato Dentro (MG) pela mineradora Anglo-American: Estratégia corporativa e subordinação do lugar**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do Território. In: CORRÊA, R.; ROZENDHAL, Z (Org.) **Geografia Cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 83-131.

BULLARD, Robert. Ética e Racismo Ambiental. **Revista Eco**, 21, 2005, p. 15-98.

CARVALHOSA, Natália. **“Fora Daqui Não Sei Andar”:** **Movimentos de Roça, Transformações Sociais e Resistência da Honra em Comunidades Rurais de Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.

COELHO, Marco Antônio Tavares; KRENAK, Ailton. Genocídio e resgate dos “Botocudo”. Entrevista com Ailton Krenak. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, no. 65, 2009, p. 193 a 204.

COSTA, Julio. **Sítio Engenho de Pedras-Tenda Pai Joaquim de Aruanda: Arqueologia da Umbanda e do Campesinato Negro no Espinhaço Meridional**. Monografia de Graduação. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 2017.

DELLA PORTA, Donatella.; KEATING, Michael. (Eds.). **Approaches and methodologies in the social sciences: A pluralist perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Água e cultura nas populações tradicionais**. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA GOVERNANÇA DA ÁGUA, I. 2007, São Paulo.

FELDMAN, Shelley, GEISLER, Charles & SILBERLING, Louise. Objetivos móveis: desarraigo, empobrecimiento y desarrollo. In. **International Social Science Journal**, vol.55, issue 175, 2004.

FERREIRA, Rebeca Campos. Laudos antropológicos, responsabilidades sociais: dilemas do reconhecimento de comunidades remanescentes quilombolas. In: **Civitas**, Porto Alegre v. 12, n.2, p. 340-358, maio/agosto 2012. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/11932/8132>. Acesso em Setembro de 2017.

FERREIRA, Luciana S. S. **“O que a gente quer é justiça”: Conflito, mobilização e a luta por justiça dos atingidos pela mineração nas reuniões da Rede de Acompanhamento Socioambiental (REASA), em Conceição do Mato Dentro/MG**. 2015. Monografia de Graduação. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2015/12/Monografia-finalizada-Luciana-Ferreira.pdf>. Acesso em setembro de 2017.

FERRI MAURO, Victor. **Representações dos povos indígenas brasileiros sobre a territorialidade em contraposição aos processos de territorialização vivenciados por eles**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DOS ESPAÇOS DE FRONTEIRA, I. SEMINARIO REGIONAL SOBRE TERRITÓRIO, FRONTEIRA E CULTURAL, III. 2011, Marechal Cândido Rondon. Disponível em: <http://cacphp.unioeste.br/eventos/geofronteira/anais2011/Arquivos/Artigos/CONFLITOS/Artigo25.pdf>. Acesso em setembro de 2017.

FREITAS, Henrique, et al. O método de pesquisa Survey. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 35, n.3, p.105-112, julho/setembro, 2000. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/curitiba/estruturauniversitaria/diretorias/dirppg/especializacoes/pos-graduacao-dagee/lean-manufacturing/PesquisaSurvey012.pdf>. Acesso em Setembro de 2017.

GALIZONI, F.; RIBEIRO, E.; LIMA, V.; SANTOS, I.; CHIODI, R.; LIMA, A.; AYRES, E. Hierarquias de Uso de Águas nas Estratégias de Convívio com o Semi-Árido em Comunidades Rurais do Alto Jequitinhonha. In: **Revista Econômica do Nordeste**, v. 39, nº 1, jan-mar. 2008.

GALIZONI, Flavia. M. **A Terra Construída: família, trabalho, ambiente e migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais**, 2000. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo USP, São Paulo, 2000.

GELLERT, P.K & LYNCH, B. Los megaproyectos como desplazamientos. In: FELDMAN, Shelley, GEISLER, Charles & SILBERLING, Louise. Objetivos móviles: desarraigo, empobrecimiento y desarrollo In: **International Social Science Journal**, v.55, issue 175, 2004.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GONÇALVES, Ricardo; GIFFONI PINTO, Raquel; WANDERLEY, Luiz. Conflitos Ambientais e Pillagem dos Territórios na Bacia do Rio Doce. In: ZONTA, Marcio; TROCATE, Charles. (Orgs.). **Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. A questão mineral no Brasil, vol. 2**. Marabá: Editorial Iguana, 2016, p. 139-182.

GUDYNAS, Eduardo. Extractivismos en América del Sur: conceptos y sus Efectos Derrame. In: ZHOURI, A., BOLADOS, P. & CASTRO, E. (orgs.). **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: AnnaBlume, 2016, p. 23-44.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização. Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HERCULANO, Selene; PACHECO, Tania (orgs.). **Racismo Ambiental**. Rio de Janeiro: FASE, 2006.

LEITE, Luciana Costa. **“A empresa que é grande vai só crescendo e nós pequenos só diminuindo”**: Análise das disputas sobre a categoria “atingido” no caso do empreendimento Minas-Rio. 2017. Monografia de Graduação. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 2017.

LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico 2002/2003**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 251-290.

MANSUR, Maíra; WANDERLEY, Luís. MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo; PINTO, Raquel; GONÇALVES, Ricardo; COELHO, Tadzio. Antes fosse mais leve a carga: introdução aos argumentos e recomendações referente ao desastre da Samarco/ Vale/ BHP Billiton. In: ZONTA, Marcio; TROCATE, Charles. (Orgs.). **Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. A questão mineral no Brasil, vol. 2**. Marabá: Editorial Iguana, 2016, p. 17 a 50.

MARQUES, Marta Inês. Entre o campo e a cidade: formação e reprodução social da classe trabalhadora brasileira. **Agrária**, São Paulo, Online, v. 5, p. 170-185, 2006.

MOURA, Laura. **“Nossa morada aqui cabô”**: Mineração e Deslocamento na comunidade de São José do Jassém, em Minas Gerais. Monografia de Graduação. 2014. Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, 2014.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Os Quilombos e as Fronteiras da Antropologia. **Antropolítica**, Niterói, n.19, 2005, p. 91-11.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **O papel social do antropólogo: aplicação do fazer antropológico e do conhecimento disciplinar nos debates públicos do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2010.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Etnicidade e direitos territoriais no Brasil contemporâneo. **Iberoamericana**, Berlim, XI, 42 (2011), p.111-126, 2011.

OLIVEIRA, Raquel. **“A gente tem que falar aquilo que a gente tem que provar”: a geopolítica do risco e a produção do sofrimento social na luta dos moradores do bairro Camargos, em Belo Horizonte, MG**. 2014. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Belo Horizonte, 2014.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Identidade étnica, identificação e manipulação**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

PEREIRA, Denise de Castro; BECKER, Luzia Costa; WILDHAGEN, Raquel Oliveira. **Mineração e insustentabilidade do desenvolvimento de territórios: fragilidades institucionais e conflitos socioambientais**. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, VII. 2013, Belém do Pará. Disponível em: <http://www.anaisenapegs.com.br/2013/dmdocuments/1665.pdf>. Acesso em setembro de 2014.

PEREIRA, Denise, BECKER, Luzia Costa & WILDHAGEN, Raquel. Comunidades atingidas por mineração e violação dos direitos humanos: Cenários em Conceição do Mato Dentro. **Revista Ética e Filosofia Política**, Juiz de Fora, No. 16, V. 1, junho de 2013, p. 124 a 150.

PINHEIRO, Sebastião. Apresentação: o Fumo e o Amanhã dos Camponeses do Mundo. In: ALMEIDA, Guilherme Eidt Gonçalves de. **Fumo: servidão moderna e violação de direitos humanos**. Curitiba: Terra de Direitos, 2005, p. 8 a 14.

PRATES, Clarissa Godinho **Mineração em Conceição do Mato Dentro: uma análise da REASA como instância de ‘resolução’ de conflito**. 2014. Monografia de Graduação. Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/12/Monografia-Clarissa-2014.pdf>. Acesso em setembro de 2017.

PRATES, Clarissa. G. **Efeitos derrame da mineração, violências cotidianas e resistências em Conceição do Mato Dentro-MG.** 2017. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, Montes Claros, 2017.

PRATES, C. G.; VIANA, Elis; ROSA, Helen Santa; ZHOURI, Andréa. **Conflitos ambientais e as contradições do desenvolvimento sustentável: o caso da Mineração em Conceição do Mato Dentro/MG e suas consequências.** ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XX. 2016, Foz do Iguaçu.

REBOUÇAS, Lúcia Marcelino. **O Planejado e o Vivido: O reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema.** São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

ROSSI, Peter H.; WRIGHT, James D.; ANDERSON, Andy B. (Eds). **Handbook of survey research.** New York: Academic Press, 2013.

SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento.** Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos & MILANEZ, Bruno. **A RGP da Anglo American e Conflitos Socioambientais na Mineração de Ferro: valor, poder e enraizamento no Projeto Minas-Rio.** In: 39º Encontro da ANPOCS, 2015, Caxambu. Anais do 39º Encontro Anual da ANPOCS, 2015.

SANTOS, A. F. M.; FERREIRA, L. S. S. & PENNA, V. Supposed Impacts, Real Violence: the construction of reality in the implementation of the Minas-Rio Project. In: Dossier Mining, violence and resistance. **Vibrant**, v. 14 n.2, maio – agosto 2017.

SANTOS, A. F. M.; FERREIRA, L. S. S. & PENNA, V. Impactos supostos, violências reais. A construção da legalidade na implementação do projeto Minas-Rio. In. Zhouri, A. (org.). **Mineração violências e resistências: Um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil.** Marabá/Brasília: Editorial Iguana/ABA, 2018.

SIGAUD, L. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. **Comunicação nº 9**, Rio de Janeiro, Museu Nacional/PPGAS, 1986.

SIGAUD, L. Expropriação do campesinato e concentração de terras em Sobradinho: uma análise dos efeitos da política energética do Estado (em colaboração com Martins-Costa, A.L.B. e Daou, A.M.). **Ciências Sociais Hoje:** São Paulo, Vértice/ANPOCS, 1987.

SIGAUD, Lygia (coord). **Avaliação dos aspectos sociais da produção de energia hidrelétrica.** Relatório de Pesquisa. 1989. Rio de Janeiro, Museu Nacional – PPGAS, agosto de 1989.

SIGAUD, Lygia. Crença, descrença e interesses. Por uma sociologia das condutas face ao deslocamento compulsório. In: ROSA, L. P.; SIGAUD, L.; LA ROVERE, E.L. (orgs.). **Estado, Energia Elétrica e Meio Ambiente. O caso das grandes barragens.** Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1995. p. 162-178.

SIMAN, Frederico M. **Nas matas de Peçanha: campesinato e fomento florestal no processo de mudança agroambiental.** 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Rio de Janeiro, 2015.

TÔRRES, M. A. **Histórias de água e minério: os efeitos do Projeto Minas-Rio em Água Quente, Conceição do Mato Dentro.** 2014. Monografia de Graduação. Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/12/Monografia-Marina-Abreu-Efeitos-do-Projeto-Minas-Rio.pdf>. Acesso em setembro de 2017

VAINER, Carlos. O conceito de “Atingido”: uma revisão do debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel (Org.). **Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens.** Viçosa: UFV, 2008.

VALENCIO, Norma. **“Desastres, Ordem Social e Planejamento em Defesa Civil: o contexto brasileiro.** In: Saúde Soc., São Paulo, v.19, n.4, p.748-762, 2010.

VALENCIO, Norma. **“Desastres: tecnicismo e sofrimento social”.** In: Ciência & Saúde Coletiva, 19(9), p. 3631-3644, 2014.

VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor. **Abandonados nos desastres: uma análise sociológica de dimensões objetivas e simbólicas de afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados.** Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/12/abandonadosedesastreISBN.pdf>. Acessado: 25/04/2017.

VEIGA, Luciana; GONDIM, Sônia Maria Guedes. A Utilização de Métodos Qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político. **Opinião Pública,** Campinas, Vol. VII, nº 1, 2001.

VIEIRA, Larissa Pirchiner de Oliveira. **O projeto Minas-Rio e a mineração em Conceição do Mato Dentro - MG: uma análise a partir dos discursos, dos conflitos e da resistência** 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 2015.

WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. Deslocamento compulsório e estratégias empresariais em áreas de mineração: um olhar sobre a exploração de bauxita na Amazônia. **Revista IDEAS**, v. 3, p. 475-509, 2009.

WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. **Do Boom ao Pós Boom das commodities: o comportamento do setor mineral no Brasil**. Versos – Textos para Discussão PoEMAS, 1(1), p. 1-7, 2017.

WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. Recursos minerais na Amazônia brasileira: Impactos e perspectivas. In: MALERBA, J. (org.) **Novo marco legal da mineração: Para quê? Para quem?** Rio de Janeiro: FASE, 2012, p. 91-160.

WOORTMANN, Ellen F. O sítio camponês. In: **Anuário Antropológico**, v.81, p.164-203, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1983.

WOORTMANN, Klass. Com parente não se negueia - O campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico**, v. 87, p. 11 – 73, Rio de Janeiro, Editora Universitária de Brasília/ Tempo Brasileiro, 1990.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens (orgs). **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZHOURI, Andréa, OLIVEIRA, Raquel & LASCHEFSKI, Klemens. A supressão da vazante e o início do vazio: água e “insegurança administrada” no Vale do Jequitinhonha-MG. In: ZHOURI, Andréa (org.). **Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais**. Brasília: ABA, 2012.

ZHOURI, Andrea & OLIVEIRA, Raquel & MOTTA, Luana Dias. **Deslocamentos Múltiplos e a compulsoriedade do desenvolvimento: urbanização e barragens em face aos lugares**. INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN ASSOCIATION (LASA), XXXI. 2013, Washington D.C.

ZONTA, Márcio; TROCATE, Charles (Orgs.). **Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton**. Marabá: Editorial Iguana, 2016.

ZUCARELLI, Marcos & SANTOS, Ana Flávia Moreira. Mineração e conflitos Sociais no contexto urbano. O caso da Mineração Minas-Rio, Brasil. In: ZHOURI, A.; BOLADOS; CASTRO, E. (orgs). **Mineração na América Latina: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Editora Annablume, 2016.

Documentos (ofícios, memorandos, pareceres, relatórios)

ANGLO AMERICAN. **Ofício AFB-EXT 139-2010**.

ANGLO AMERICAN. **Ofício nº. 180/2010**.

ANGLO AMERICAN. **Ofício GAB nº. 3235/2017**, de 09/10/2017.

ALMG - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **Notas Taquigráficas da 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura**, Belo Horizonte MG, 06/05/2013.

BRANDT MEIO AMBIENTE. **Estudo de Impacto Ambiental. Lavra a céu aberto com tratamento a úmido Minério de Ferro**. MMX - Minas-Rio Mineração e Logística Ltda. 2007.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Relatório da Comissão de Direitos Humanos e Minorias**. Audiência Pública realizada em 08/08/2014 no Auditório do Fórum de Conceição de Mato Dentro/MG. 2014.

CARTOGRAFIA DA CARTOGRAFIA SOCIAL. Boletim Informativo, v. 11. **Atingidos pelo projeto Minas-Rio: Comunidades a jusante da barragem de rejeitos**. (no prelo)

CEDEFES. Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva. **Escadinha de Cima**. 2010. Disponível em: http://www.cedefes.org.br/projetos_realizados-147/. Acesso em: 30 de setembro de 2017.

CIDADE E ALTERIDADE. **Relatório sobre os impactos sociais, econômicos, ambientais e de trabalho degradante da mineração em Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim e Alvorada de Minas/MG.** Belo Horizonte: UFMG, 2015. Disponível em: <http://goo.gl/ljQ851>.

CIMOS/MPMG - Coordenação de Inclusão e Mobilização Social do Ministério Público de Minas Gerais. **Ata de Audiência Pública realizada em 17 de abril de 2012.** Disponível em: <http://cimos.blog.br/wpcontent/uploads/2012/06/Reuni%C3%83%C2%A3o-p%C3%83%C2%BAblicaItapanhoacanga.pdf>. Acesso em setembro de 2017.

CIMOS/MPMG - Coordenação de Inclusão e Mobilização Social do Ministério Público de Minas Gerais **Ata da 2ª Reunião Pública da REASA**, 9 de julho de 2012.

CIMOS/MPMG - Coordenação de Inclusão e Mobilização Social do Ministério Público de Minas Gerais. **Ata da 3ª Reunião Pública da REASA**, 13 de Agosto de 2012.

CIMOS/MPMG - Coordenação de Inclusão e Mobilização Social do Ministério Público de Minas Gerais. **Ata da 4ª Reunião Pública da REASA**, 10 de setembro de 2012.

CIMOS/MPMG - Coordenação de Inclusão e Mobilização Social do Ministério Público de Minas Gerais. **Ata 11ª Reunião Pública da REASA**, 15 de agosto de 2013. Disponível em: <http://cimos.blog.br/reasa/atas/>. Acesso em setembro de 2017.

CIMOS/MPMG - Coordenação de Inclusão e Mobilização Social do Ministério Público de Minas Gerais. **Transcrição da Audiência Pública realizada em 17 de abril de 2014.** Disponível em <http://cimos.blog.br/reasa/atas/>. Acesso em Setembro de 2017.

CODEMA – Conselho municipal de desenvolvimento sustentável e melhoria do Meio Ambiente – Alvorada de Minas. **Ofício 141/2014.** 2014.

COLETIVO MARGARIDA ALVES. **Não à criminalização da luta e resistência popular.** 2016. Disponível em: <http://www.coletivomargaridaalves.org/nao-a-criminalizacao-da-luta-e-da-resistencia-popular/> .

COLETIVO MARGARIDA ALVES. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Ameaças e violações ao direito humano à água em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, Minas Gerais.** Dossiê Denúncia. Minas Gerais: Mimeo, 2017.

COPAM/MG - CONSELHO DE POLÍTICA AMBIENTAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Ata da 29ª Reunião Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha.** 11/12/2008. Disponível em: http://www.reunioes.semاد.mg.gov.br/reunioes_narcs.asp?x_camara=Jequitinhonha . Acesso em setembro de 2017.

COPAM/MG - CONSELHO DE POLÍTICA AMBIENTAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Ata da 42ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha.** 13/05/2010.

COPAM/MG - CONSELHO DE POLÍTICA AMBIENTAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Ata da 43ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha.** 10/06/2010. Disponível em: http://www.reunioes.semاد.mg.gov.br/reunioes_narcs.asp?x_camara=Jequitinhonha. Acesso em setembro de 2017.

COPAM/MG - CONSELHO DE POLÍTICA AMBIENTAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Ata da 44ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha.** 08/07/2010. Disponível em: http://www.reunioes.semاد.mg.gov.br/reunioes_narcs.asp?x_camara=Jequitinhonha Acesso em setembro de 2017.

COPAM/MG - CONSELHO DE POLÍTICA AMBIENTAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Ata da 48ª Reunião da Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha.** 18/11/2010. Disponível em: http://www.reunioes.semاد.mg.gov.br/reunioes_narcs.asp?x_camara=Jequitinhonha. Acesso em setembro de 2017.

COPAM/MG - CONSELHO DE POLÍTICA AMBIENTAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Ata da 49ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha.** 09/12/2010. Disponível em: http://www.reunioes.semاد.mg.gov.br/reunioes_narcs.asp?x_camara=Jequitinhonha. Acesso em setembro de 2017.

COPAM/MG - CONSELHO DE POLÍTICA AMBIENTAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Ata da 75ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha.** 12/07/2013. Disponível em: http://www.reunioes.semاد.mg.gov.br/reunioes_narcs.asp?x_camara=Jequitinhonha. Acesso em setembro de 2017.

COPAM/MG - CONSELHO DE POLÍTICA AMBIENTAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Ata da 77ª Reunião Ordinária da União Regional Colegiada Jequitinhonha.** 18/09/2013. Disponível em: http://www.reunioes.semاد.mg.gov.br/reunioes_narcs.asp?x_camara=Jequitinhonha. Acesso em setembro de 2017.

COPAM/MG - CONSELHO DE POLÍTICA AMBIENTAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Ata da 86ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha**. 29/09/2014. Disponível em: http://www.reunioes.semاد.mg.gov.br/reunioes_narcs.asp?x_camara=Jequitinhonha. Acesso em setembro de 2017.

COPAM/MG - CONSELHO DE POLÍTICA AMBIENTAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Ata da 99ª Reunião Extraordinária da Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha**. 06/09/2016. Disponível em: http://www.reunioes.semاد.mg.gov.br/reunioes_narcs.asp?x_camara=Jequitinhonha. Acesso em setembro de 2017.

COPAM/MG - CONSELHO DE POLÍTICA AMBIENTAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Deliberação Normativa 213/2017**. Regulamenta o disposto no art. 9º, inciso XIV, alínea “a” e no art. 18, § 2º da Lei Complementar Federal no 140, de 8 de dezembro de 2011, para estabelecer as tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será atribuição dos Municípios.

CONAMA – CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **Resolução CONAMA Nº 01, de 23 de janeiro de 1986**. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental.

DATASUS. **Violência doméstica, sexual e/ou outras violências**. 2017. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinannet/cnv/violemg.def>. Acessado em 23 set. 2017.

DIVERSUS. **Comunidades Negras Rurais em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, Minas Gerais, Brasil – Caracterização Preliminar**. Dat. Belo Horizonte, 2008.

DIVERSUS. **Diagnóstico Socioeconômico da Área Diretamente Afetada e da Área de Influência Direta do empreendimento Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A. (Ex-MMX Minas-Rio Mineração S.A.) - Lavra a Céu Aberto com Tratamento a Úmido Minério de Ferro - Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim/MG**. 2011.

DIVERSUS. **Estudo de definição sobre comunidades/famílias a serem reassentadas - Área Diretamente Afetada (ADA) e Área de Entorno da Cava Licenciada e Estruturas Correlatas**. Belo Horizonte, 2014.

FERREIRA ROCHA, Gestão de Projetos Sustentáveis. **Estudo de Atualização das Áreas de Influência (AI) do Projeto Minas-Rio Mineração (Mina)**. Maio, 2013.

FERREIRA ROCHA, Gestão de Projetos Sustentáveis. **Estudo de Impacto Ambiental – EIA. Projeto de extensão da Mina do Sapo. Volume I. Caracterização do empreendimento: áreas de estudo, referências legais.** 2015.

FERREIRA ROCHA, Gestão de Projetos Sustentáveis. **Estudo de Impacto Ambiental – EIA. Projeto de Extensão da Mina do Sapo. Volume IV. Diagnóstico ambiental: meio socioeconômico e cultural.** 2015.

FERREIRA ROCHA, Gestão de Projetos Sustentáveis. **Estudo de Impacto Ambiental – EIA. Projeto de extensão da Mina do Sapo. Volume V. Avaliação de Impactos Ambientais, definição de áreas de influência, prognóstico ambiental, medidas ambientais e conclusão.** 2015.

FERREIRA ROCHA, Gestão de Projetos Sustentáveis. **Projeto de Extensão Mina do Sapo. Atendimento à Informação Complementar 25.** Junho de 2017.

FUNDAÇÃO BRANDT. Guia Técnico para Atuação do Ministério Público no Licenciamento Ambiental de Atividades de Mineração. **MPMG Jurídico - Revista do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.** Edição Especial Guia Técnico de Mineração, 2012.

FEAM - FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE. **Evolução de indicadores socioambientais em territórios sob influência de atividades extrativas minerais – município de Conceição do Mato Dentro - MG.** Belo Horizonte: Fundação Estadual do Meio Ambiente, 2016.

GESTA/UFMG – GRUPO DE ESTUDO EM TEMÁTICAS AMBIENTAIS. **Observatório dos Conflitos Ambientais no Estado de Minas Gerais: devolução, atualização e capacitação de usuários.** Edital FAPEMIG 07/2011. Dat. Belo Horizonte, UFMG, 2011.

GESTA/UFMG – GRUPO DE ESTUDO EM TEMÁTICAS AMBIENTAIS. **Parecer sobre o documento “Estudo de atualização das áreas de influência (AI) do Projeto Minas-Rio mineração”, elaborado pela empresa de consultoria Ferreira Rocha Gestão de Projetos Sustentáveis.** Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://goo.gl/AYGQzT>. Acesso em setembro de 2017.

GESTA/UFMG – GRUPO DE ESTUDO EM TEMÁTICAS AMBIENTAIS. **Considerações sobre o “Estudo de definição sobre comunidades/famílias a serem reassentadas - Área Diretamente Afetada (ADA) e Área de Entorno da Cava Licenciada e Estruturas Correlatas”.** 2014b.

GESTA/UFMG – GRUPO DE ESTUDO EM TEMÁTICAS AMBIENTAIS. **Conflito e resistência à instalação e operação da mina e do mineroduto do projeto Minas-Rio.** In: Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/kcH04R>. Acesso em setembro de 2017.

GESTA/UFMG – GRUPO DE ESTUDO EM TEMÁTICAS AMBIENTAIS. **Parecer Único sobre o Cadastro Integrado do Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados (PLCI) elaborado pelas empresas Samarco e Synergia Consultoria Ambiental.** 2016b.

GESTA/UFMG – GRUPO DE ESTUDO EM TEMÁTICAS AMBIENTAIS. **Notas de Campo. Trabalhos de Campo em Conceição do Mato Dentro e região, 2016 e 2017.**

GESTA/UFMG – GRUPO DE ESTUDO EM TEMÁTICAS AMBIENTAL. **Relatório de Atividades.** 2017.

GOULART, Fernando Figueiredo. **Laudo sobre o Relatório de Impacto Ambiental referente ao empreendimento de extração de minério de ferro nos Municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim pela empresa MMX.** 2007. Dat. Belo Horizonte, 2007.

HELLER, Léo. **Relatório do Relator Especial sobre o direito humano à água potável segura e ao esgotamento sanitário.** Apresentado ao Conselho de Direitos Humanos da ONU na trigésima sexta sessão, 11-29 de setembro de 2017. Dat. Genebra, Conselho de Direitos Humanos, Assembleia Geral das Nações Unidas. 2017.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário de 1995-1996. **Estabelecimento por grupo de área total, segundo Mesorregiões, Microrregiões e Municípios – Minas Gerais,** em 31/12/1995.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cadastro Central de Empresas.** 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/conceicao-do-mato-dentro/pesquisa/19/29761>. Acesso em 23 set 2017.

IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Instrução Normativa INº 125,** de 18 de outubro 2006. 2006.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. s/d. **Patrimônio Imaterial.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em 30 de setembro de 2017.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Modo artesanal de fazer queijo de Minas: Serro, Serra da Canastra e Serra do Salitre (Alto Paranaíba)**. Brasília, 2014.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Processo nº 01514001507/2015-48, Vol I**. Belo Horizonte, 2015.

IEPHA – INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. **Revalidação do Registro do Modo de Fazer o Queijo Minas Artesanal da Região do Serro**. Belo Horizonte, 2012.

IEPHA – INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. **As Folias de Minas**. 05 de junho de 2017. 2017. Disponível em: http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/15-patrimonio-cultural-protetido/bens_registrados/225-folias-de-minas. Acesso em: 07/10/2017

ISA – INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Verbete Krenak. **Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Krenak>. Acesso em novembro de 2017.

MDA – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Censo: agricultura familiar produz mais em menor área**, 30/09/2009. Disponível em: http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=3594546. Acesso em setembro de 2017.

MDS – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Levantamento de comunidades quilombolas**. S/d. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro_unico/levantamento-de-comunidades-quilombolas.pdf. Acesso em: 30 de setembro de 2017.

MPMG – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO. **Termos de Declarações e Boletins de Ocorrência**. 2008.

MPMG – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Parecer Técnico 012897412-001**. Junho de 2014.

MPMG – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Projeto de lei – “Mar de Lama Nunca Mais”**. 2016. Disponível em: <http://www.mardelamanuncamais.com.br/wp-content/uploads/2016/04/projeto-de-lei-seguranca-barragens-1.pdf>. Acesso em 21.02.2017.

MPF – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Termo de Acordo que entre si celebram o Ministério Público Federal, o Estado de Minas Gerais, a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, e a Fundação Estadual do Meio Ambiente, com a interveniência da Fundação Cultural Palmares, da Associação Quilombola Boa Sorte, e a Comissão de Atingidos pela Barragem de Irapé.** Dat. 2002.

MPF – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Nota Técnica 039/2007 - 4a CCR.** Trabalho sobre a área de influência nos EIAs. Outubro de 2007.

MPF – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Informação Técnica 03/2009.** Comunidades Tradicionais afetadas pela Anglo Ferrous do Brasil ao longo da Serra da Ferrugem, em Conceição do Mato Dentro. Elaborada por: Ana Flávia Moreira Santos. Dat., 2009.

MPF – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Informação Técnica 05/2010.** Elaborada no âmbito do PAC N° 1.22.000.000563/2009-21. Elaborada por Ana Flávia Moreira Santos. Dat., 2010.

MPF – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL; MPMG – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Transcrição da Audiência Pública Conjunta realizada no dia 29 de agosto de 2017, pelos Ministérios Públicos Federal e Estadual sobre as “Condições de vida das comunidades residentes abaixo da barragem de rejeitos da Anglo American”.** 2017.

NÚCLEO TRAVESSIA; CÁRITAS BRASILEIRA. **Levantamento das potencialidades da agricultura familiar e agroecológica das comunidades rurais atingidas pela mineração nos municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim.** Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, junho de 2016.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **O Direito Humano à Água e ao Esgotamento Sanitário da ONU.** 2010. Disponível em: http://www.un.org/waterforlifedecade/pdf/human_right_to_water_and_sanitation_media_brief_por.pdf.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Taxa de feminicídios no Brasil é quinta maior do mundo; diretrizes nacionais buscam solução.** 09 de abril de 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-feminicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>

PIMENTA DE ÁVILA CONSULTORIA LTDA. **Plano de Ações Emergenciais (PAEBM), Barragem de rejeitos - el. 700,00 m, Estudo de cenários, Relatório técnico.** 2016.

POLOS CIDADANIA. **Com o coração mais avexado: Estudo sobre os danos provocados nas famílias da comunidade Cabeceira do Turco, Distrito de São Sebastião do Bom Sucesso, município de Conceição do Mato Dentro/MG, Brasil.** Relatório elaborado pela Equipe do Programa Polos de Cidadania, da Faculdade de Direito da UFMG, para compor/subsidiar o inquérito civil nº. 017514000081-1, instaurado pelo Ministério Público de Minas Gerais. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO. **Parecer Técnico.** Dat. Maio de 2015.

PROGRAMA MAPEAMENTO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS EM MINAS GERAIS: VISIBILIZAÇÃO E INCLUSÃO SOCIOPOLÍTICA. **Relatório da Oficina de Conceição do Mato Dentro.** Belo Horizonte, dezembro de 2014.

REAJA – REDE DE ARTICULAÇÃO E JUSTIÇA AMBIENTAL DOS ATINGIDOS PELO PROJETO MINAS-RIO. **Denúncia de irregularidades no Projeto Minas-Rio – Conceição do Mato Dentro – Métodos escusos de negociação fundiária pela Anglo American, fora do licenciamento.** Dat. 2014.

REAJA – REDE DE ARTICULAÇÃO E JUSTIÇA AMBIENTAL DOS ATINGIDOS PELO PROJETO MINAS-RIO. **Considerações ao Parecer Conjunto do GT dos Conselheiros do Copam sobre Estudo da Diversus de 2014 e suas recomendações.** Conceição do Mato Dentro, 05 de Setembro de 2016.

REAJA – REDE DE ARTICULAÇÃO E JUSTIÇA AMBIENTAL DOS ATINGIDOS PELO PROJETO MINAS-RIO; GESTA/UFMG – GRUPO DE ESTUDO EM TEMÁTICAS AMBIENTAIS. **Ofício acerca da situação da Família Faustino,** 2016.

SEDPAC – SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. **Nota técnica nº175/2015,** 2015.

SEMAD – SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Ata da reunião entre SEMAD, Comunidade Mumbuca e Comunidade Água Quente, de Conceição do Mato Dentro e Região, afetadas pelo projeto Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração,** Fevereiro, 2010.

SESP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Registro de Eventos de Defesa Social (REDS). **Crimes Violentos – Registros.** Disponível em: <http://www.numeros.mg.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=MapaResultados.qvw&host=QVS%40vm13532&anonymous=true>. Acessado em 23 set 2017. 2017.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Diagnóstico dos Produtores de Queijo Minas Artesanal da região do Serro.** Serro, 28 de agosto de 2014. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/sertaobras/diagnostico-dos-produtores-de-queijo-minas-artesanal-da-regio-do-serro>. Acesso em: 25 de setembro de 2017.

SERTA OBRAS. **Sindicato dos Produtores de Serro**, 20 de março de 2017. Disponível em: <http://www.sertaobras.org.br/blog/2017/03/20/sindicato-dos-produtores-de-serro/>. Acesso em: 25 de setembro de 2017.

SISEMA – SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE. Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A. **Parecer Único SISEMA nº 001/2008.** P.A COPAM nº 472/2007/001/2007. Outubro de 2008.

SISEMA – SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE. SISEMA. **Parecer Único 1357/2017.** 2017.

SUPRAM – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL, UNIDADE JEQUITINHONHA. **Parecer Único no. 757545/2010.** 11/11/2010.

TJMG – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. **Autos n. 0005555-92.2017.8.13.0671.** Disponível em: http://www4.tjmg.jus.br/juridico/sf/proc_resultado.jsp?listaProcessos=17000555&com_rCodigo=671&numero=1

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**, Paris, 17 de outubro de 2003. Tradução feita pelo Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2006.

VIOLAÇÃO de direitos humanos na ADA e AID - Projeto Minas-Rio. [Representação feita ao Ministério Público Federal por atingidos pelo Projeto Minas-Rio e entidades da sociedade civil]. 2012.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil.** Brasília: Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres – ONU; Organização Pan-Americana da Saúde – Organização Mundial da Saúde, OPAS/OMS; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos; Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. Flacso, 2015. Disponível em Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015_mulheres.php. Acesso em setembro de 2017.

WORLD BANK. OP/BP 4.12 - **Involuntary Resettlement** – Dezembro – 2001

Notícias e reportagens

AS CIDADES crescem, a segurança diminui, **Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 14, 17 de jun. 2015. Disponível em: http://impresso.em.com.br/app/noticia/cadernos/gerais/2015/06/17/interna_gerais,153268/as-cidades-crescem-a-seguranca-diminui.shtml

FISCALIZAÇÃO volta a flagrar escravidão em megaobra da Anglo American. **Repórter Brasil**, 17 Mai 2014. WROBLESKI, Stefano. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2014/05/fiscalizacao-volta-a-flagrar-escravidao-em-megaobra-da-anglo-american/>

MUNICÍPIO do Serro diz não a mais uma mina da Anglo. Projeto produzirá 500 mil toneladas de minério de ferro por ano. **Jornal O Tempo**, Belo Horizonte, 15 nov 2015. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/capa/economia/munic%C3%ADpio-do-serro-diz-n%C3%A3o-a-mais-uma-mina-da-anglo-1.1158931>, consulta em 09/12/2017

OS “ÓRFÃOS” do progresso. **Jornal O Tempo**, Belo Horizonte, 28 jul. 2013. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/capa/economia/os-%C3%B3rf%C3%A3os-do-progresso-1.687873>. Acesso em Setembro de 2017.

ATINGIDOS pela Anglo American em Alvorada de Minas e Conceição do Mato Dentro bloqueiam estradas em protesto. **Observatório dos Conflitos Ambientais em Minas Gerais**, Belo Horizonte, 05 mai 2016. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/noticias/atingidos-pela-anglo-american-em-alvorada-de-minas-e-conceicao-do-mato-dentro-bloqueiam-estradas-em-protesto/> Acesso em setembro de 2017.

ZONTA, Márcio. Sete estados mineradores concentram 31,2% dos casos de violência contra a mulher. **Brasil de Fato**, 08 jul 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/07/08/sete-principais-estados-mineradores-tem-312-dos-casos-de-violencia-contr-a-mulher/>. Acesso em setembro de 2017.

PREFEITURA entrega água que não é potável a comunidade. **Jornal O Tempo**, Belo Horizonte, 12 jul. 2017. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/capa/economia/prefeitura-entrega-%C3%A1gua-que-n%C3%A3o-%C3%A9-pot%C3%A1vel-a-comunidade-1.1496053>. Acesso em setembro de 2017.

Realização



Rede de Articulação e
Justiça Ambiental dos/as
Atingidos/as do Projeto
Minas Rio da Anglo
American - REAJA

Apoio

